



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
TESE DE DOUTORADO**

KELI SIQUEIRA RUAS

**TERRITÓRIOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM TENSÃO NA ORLA DA
LAGUNA DOS PATOS, PELOTAS-RS**



**Porto Alegre
2019**

Keli Siqueira Ruas

**TERRITÓRIOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM TENSÃO NA ORLA DA
LAGUNA DOS PATOS, PELOTAS-RS**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich

Porto Alegre

2019

Keli Siqueira Ruas

**TERRITÓRIOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM TENSÃO NA ORLA DA
LAGUNA DOS PATOS, PELOTAS-RS**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich

Prof. Dr. Marcelo Argenta Câmara

Prof.^a Dr.^a. Cláudia Luiza Zeferino Pires

Prof.^a Dr.^a. Nola Patrícia Gamalho

Prof. Dr. Nelson Luiz Sanbaqui Gruber

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitor: Jane Fraga Tutikian

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

Diretor: André Sampaio Mexias

Vice-Diretor: Nelson Luiz Sambaqui Gruber

Ruas, Keli Siqueira

Territórios e representações sociais em tensão na orla da Laguna dos Patos, Pelotas-RS . / Keli Siqueira Ruas. - Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2019.
[406 f.] il.

Tese (Doutorado).- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Porto Alegre, RS - BR, 2019.

Orientador: Álvaro Luiz Heidrich

1. Balneário dos Prazeres. 2. Espaço social. 3. Poder. 4. Natureza. 5. Povos afro-brasileiros. Título.

CDU 911.3

Catálogo na Publicação

Biblioteca Instituto de Geociências - UFRGS

Miriam Alves

CRB 10/1947

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Campus do Vale Av. Bento Gonçalves, 9500 - Porto Alegre - RS - Brasil

CEP: 91501-970 / Caixa Postal: 15001.

Fone: +55 51 3308-6329 Fax: +55 51 3308-6337

E-mail: bibgeo@ufrgs.br

Dedico esta tese à memória de meu pai Hamilton Cunha Ruas, que me ensinou a valorizar a simplicidade da vida, a minha mãe Neiva Siqueira Ruas, por ter me ensinado a nunca desistir dos meus sonhos. Ao meu filho Felipe Ruas Hoffmann, por ser a Luz de minha vida!

À memória do ativista e construtor de autonomia no Balneário dos Prazeres, Valdir Oliveira, um cidadão que dedicou grande parte de sua vida à recuperação do espaço-praia Balneário dos Prazeres, bem como a todos os afro-religiosos que, através de suas territorialidades simbólicas, criam resistências, oportunizando a rediscussão do significado do multiculturalismo no Brasil em diferentes escalas.

E a todos aqueles que lutam pela democratização dos espaços costeiros como princípio de acesso à natureza de forma plural.

AGRADECIMENTOS

Mesmo correndo o risco de esquecer alguém, ao final deste ciclo, cheio de desafios e superações, agradeço a todos aqueles que diretamente e indiretamente contribuíram com informações, ensinamentos, acolhimento, abraços, consolos, serviços e que depositaram confiança em mim. Meus sinceros agradecimentos por terem feito parte desta tese, que, no início da vida acadêmica, parecia algo tão distante.

Um agradecimento mais que especial ao Felipe, que em sua fase de descobertas e desenvolvimento, suportou a falta de atenção de sua mãe. Foi parceiro em muitos momentos: como nos trabalhos de arquivos e trabalhos de campo, enfrentou comigo além da ansiedade, todos os reveses que se desencadearam a partir da minha escolha por cursar o doutorado.

Agradeço à sociedade brasileira que, com seu trabalho, mantém as universidades públicas, sobretudo, a Universidade Federal de Pelotas, a qual devo a minha formação em Licenciatura em Geografia, à Universidade Federal de Santa Catarina, onde cursei o Mestrado em Geografia e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelas oportunidades de aprofundamento do conhecimento da ciência geográfica no nível de doutorado.

Agradeço aos professores, técnicos e colegas de Mestrado e Doutorado da pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela amizade, companheirismo, acolhida e trocas acadêmico-científicas.

Ao meu orientador Álvaro Luiz Heidrich pela amizade, incentivo, liberdade de pensamento, vigilância crítica, paciência na condução das minhas dificuldades e receptividade com palavras de conforto e de esperança nos momentos mais difíceis que se sucederam nessa caminhada. E, sobretudo, pela confiança depositada em mim.

Aos professores que fizeram parte da minha banca de qualificação: Tania Marques, Nola Gamalho e Cláudia Pires, apontado caminhos para o aperfeiçoamento do trabalho.

Ao professor Paulo Roberto Rodrigues Soares, pelas conversas informais e indicações importantes para a busca de fontes.

Ao professor Pedro Luiz Brum Fickel, pela amizade, oportunidade de estudo da língua inglesa e tradução criteriosa do abstract desta tese.

Ao Geógrafo Daniel Moraes Botelho, pelos diálogos a respeito dos Balneários do Prazeres, enriquecidos pela indicação e disponibilização da obra “Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade”, de Norbert Elias.

À família, mãe, Neiva Siqueira Ruas, ao meu irmão Antônio Ricardo Siqueira Ruas, meu filho Felipe Ruas Hoffmann, obrigada por fazerem parte de minha vida, pelo amor infinito, pela compreensão das minhas escolhas, por compreenderem a minha ausência, por terem feito, o que estava ao seu alcance a fim de me ajudarem nesse período, que exige muito que tenhamos foco e inteligência emocional.

Ao companheiro Leandro Sidnei Nunes Hoffmann, pelo apoio estrutural à pesquisa, sem o qual, não teria sido possível a sua realização. Pelas críticas acadêmicas, pelas inúmeras vezes que deixou seu trabalho de lado para que eu tivesse acesso ao transporte para estudar. Muito obrigada por ter entrado em minha vida, me apresentado à vida rural e pelo nosso filho, que nasceu de um grande amor e admiração mútua. Gratidão eterna por tudo.

A Nadir Rosenei Nunes Hoffmann, pelas inúmeras vezes que abriu suas portas para me hospedar em Porto Alegre, pela sua amizade e solidariedade.

As amigas que conquistei no 5º Distrito de Canguçu, pela solidariedade e amizade. A Sandra Fonseca por cuidar com carinho das tarefas domésticas que eu não vencia realizar, pelo incentivo, por ouvir meus desabaços e por compartilhar das angústias e dificuldades da vida da mulher no campo. A Janete Souza, pela amizade sincera e profícua, apoio nos momentos em que precisei de acesso à internet para as demandas da pós-graduação, pelos doces que adoçavam os dias mais amargos, pelo compartilhamento das tristezas e alegrias. Meus sinceros agradecimentos por fazerem parte de minha história.

A Neli Fonseca, pelos anos de amizade, pelo que aprendi da língua espanhola, por ter acompanhado minha trajetória acadêmica, sempre me incentivado a seguir em frente e pensar grande, atenta às possibilidades de

concurso na minha área. Pessoa pela qual tenho muito carinho e apreço, pois não mediu esforços nesses anos para sentar comigo e olhar minhas produções acadêmicas, ouvir minhas inquietudes e dividir as dificuldades que temos na vida pessoal, dando-me segurança que muitas vezes nos falta para seguir em frente e agir. Tia Neli, sou muito grata pela nossa amizade.

A Claudia Bailo, que não só realizou a revisão do texto da dissertação como também da tese, incentivadora de minha carreira profissional, acalentando-me no momento final desse longo percurso, amiga Claudia muito obrigada!

Minha eterna gratidão a todos os atores sociais territorializados endógenos e transitórios entrevistados, como: moradores(as), praticantes de religião de matriz africana, alunos(as) do EJA da Escola Municipal Luiz Augusto Assumpção. Muito obrigada por confiar a mim suas experiências com o Balneário dos Prazeres, compartilhando seus desejos, angústias, práticas espaciais e sonhos.

Obrigada, também, aos servidos públicos do município de Pelotas, que contribuíram com informações e documentos, indispensáveis para a construção e análise do objeto de pesquisa.

Agradeço as trocas, palavras de incentivo, abraços, risos e emoções compartilhadas pelos colegas do doutorado e mestrado da pós-graduação em Geografia. Assim, tive a oportunidade de conviver, com uns de forma mais frequente e intensa do que outros, mas, tendo todos se tornado grandes amigos e amigas que levarei para toda a vida: Helena Boneto, pelas reflexões sobre a condição da mulher e do negro na atual sociedade brasileira; Cristiano Quaresma, pela escuta de minhas dúvidas com o objeto de pesquisa, indicação de autores, pelo companheirismo e pela afinidade nos estudos das áreas costeiras; à Perla, pela amizade, parceria em congressos, pela escuta e consolo frente aos meus desabafos com os reveses da vida. E a tantos outros colegas que também foram parceiros nessa caminhada.

A geógrafa Ândrea Lopes, não só pelo profissionalismo na produção cartográfica da tese, como pela grande amiga que conquistei. Obrigada, por sempre me mostrar a luz no fim do túnel, pelo encorajamento com suas palavras de carinho e incentivo.

A Valquíria da Silva Irazoqui pelos trabalhos de consultoria acadêmica como atualização do currículo *lattes*, formatação de arquivos acadêmicos e da tese. Muito obrigada pela parceria e dedicação.

Minha eterna gratidão a todas e todos que fizeram parte da construção desse olhar geográfico sobre a produção do espaço lagunar Balneário dos Prazeres.

“Os territórios possíveis levam ao fim e ao começo. Põem-se o real como pedaço que se sabem pedaços. O fazer e o pensar indagam: de quem é o pedaço?”
Armando Corrêa da Silva (1986)

RESUMO

A tese busca compreender a (re)produção do espaço costeiro Balneário dos Prazeres a partir das apropriações, usos e representações da natureza, as quais desencadeiam tensionamentos e conflitos entre os atores sociais territorializados. A pesquisa parte do pressuposto de que a natureza do lugar, aos poucos, está deixando de fornecer valores de uso aos seus habituais usuários, para ser dominada e fetichizada como mercadoria. Desse modo, analisou-se o fato de as estratégias de conservação da natureza do poder público local estarem fragilizando os vínculos dos veranistas populares e afro-religiosos com o território praia. Inicialmente, investigou-se o espaço social do Balneário dos Prazeres por meio das ações dos diferentes atores sociais. Observou-se, assim, que os atores exógenos invisibilizaram as territorialidades locais ao longo do tempo, mantendo-as como espaços residuais (físico e simbólico). Tais espaços foram estigmatizados por representações pejorativas como estratégias para potencializar a praia dos “ricos”, em detrimento da praia dos “pobres”. Além disso as ações de revitalização do espaço público da orla vão ao encontro de uma revalorização do solo urbano, que já ocorre em seu entorno. No campo metodológico, o trabalho é fundamentado na teoria espacial de Henri Lefebvre por meio da sua dialética triádica e em aportes teóricos da Geografia Social. Dentre as diversas técnicas de pesquisas adotadas destaco as entrevistas semiestruturadas abertas, a análise de conteúdo e representações sociais e a oficina de mapeamento social. Essas técnicas revelaram os subterrâneos de práticas desviantes do uso do espaço-praia e matas adjacentes, (onde todos se permitem). Dessa relação com a natureza emergem os problemas ambientais associados a ações antrópicas e os conflitos socioambientais próprios do processo de produção dos espaços costeiros na modernidade. Neste trabalho, é possível identificar processos de sobreposição de competência na gestão territorial, bem como nas apropriações do espaço-praia. A multiterritorialidade que o Balneário dos Prazeres produz, com suas inter-relações entre os sistemas socioculturais e o ambiente biofísico nas suas diversas escalas, não é observada no planejamento e gestão territorial desse espaço costeiro. Perpetuam-se, ali, os conflitos, pois quando não há o pacto social, a territorialidade ganha espaço estratégico para a resolução dos conflitos. O trabalho revela, pois, que a geografia vivenciada no Balneário dos Prazeres é de conflitos territoriais, injustiças ambientais, lutas sociais e de transformação.

Palavras-chave: Balneário dos Prazeres. Atores territorializados. Conflitos territoriais. Espaço Social. Apropriação do espaço. Poder. Natureza. Povos afro-brasileiros. Religiões de matriz Africana.

ABSTRACT

This thesis seeks to understand the (re)production of the *Balneário dos Prazeres* coastal space from the appropriations, uses and representations of nature, which have triggered tensions and conflicts among the territorialized social actors. The research was based on the assumption that the beach community natural habitat is gradually failing to provide use values to its regular users, and is being instead thought of and treated as a commodity. Thus, the fact that nature conservation strategies by the local public power has weakened the ties of the low-class and Afro-religious vacationers with the beach territory was analyzed. Initially, the social space of *Balneário dos Prazeres* was investigated through actions of different social actors. It was observed, therefore, that exogenous actors have shaded local territorialities over time, keeping them as residual spaces (both physical and symbolic). Such spaces have been stigmatized by pejorative representations as strategies to potentiate the beach of "the rich" to the detriment of the beach of "the poor". In addition, the redevelopment actions of the public space of the beach shoreline is consistent with the urban land revaluation which is already occurring in its surroundings. The methodology employed the study was based on the space theory by Henri Lefebvre through its triadic dialectics, as well as theoretical contributions of Social Geography. Among the several research techniques adopted, open semi structured interviews, content and social representations analyses, and social cartography can be highlighted. These techniques have revealed deviant subterranean practices of the use of beach space and adjacent woods (where everything is allowed). From this relation with nature, there emerge environmental problems associated with anthropic actions and socio-environmental conflicts characteristic of the process of production of coastal spaces in the modern world. The study could identify that competence processes overlap territorial management, as well as beach space appropriations. The multi territoriality that the *Balneário dos Prazeres* has created, with its interrelations between sociocultural systems and the biophysical environment within its various scales, has not taken into account territorial planning and management of this coastal space. Thus, conflicts have been perpetuated in this space, since when there is no social pact, territoriality gains strategic space towards conflict resolution. The study ultimately reveals that the geography experienced in the *Balneário dos Prazeres* consists of territorial conflicts, environmental injustices, social struggle and transformation.

Keywords: Balneário dos Prazeres. Territorialized actors. Territorial conflicts. Social Space. Space appropriation. Power. Nature. Afro-brazilian people. African religion

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da área de estudo: Balneário dos Prazeres.....	48
Figura 2 - Esquema explicativos dos questionamentos com os respectivos objetivos e a tese	55
Figura 3 - Condomínio Veredas Altos do Laranjal.....	84
Figura 4 - Prefeita Paula Mascarenhas	88
Figura 5 - Elvandar Santos Caldeira.....	91
Figura 6 - Valdir Oliveira.....	92
Figura 7 - S. ^a Marilene Janes (Preta de Oxum).....	94
Figura 8 - Luiz Carlos Matozzo.....	94
Figura 9 - Glademir Rezende.....	95
Figura 10 – Daniela.....	99
Figura 11 – Marília.....	99
Figura 12 - Lenir.....	100
Figura 13 - Joab Bohns.....	102
Figura 14 - Sede da Federação Sul Riograndense de Umbanda e Cultos Afro Brasileiros.....	103
Figura 15 - Carlos Alberto da Costa e Silva Pereira.....	104
Figura 16 - Marcos Abreu.....	105
Figura 17 - Sede da Federação de Cultos Afro-Brasileiro.....	106
Figura 18 - Juliano Silva.....	107
Figura 19 - Alunos do EJA, em oficina de mapeamento social.....	115
Figura 20 – Vista aérea do Balneário dos Prazeres.....	132
Figura 21 - Localização do município de Pelotas.....	134
Figura 22 - Mapa de localização dos territórios e acidentes geográficos no saco do Laranjal.....	136
Figura 23 - Raízes expostas e árvores tombadas na orla dos Balneário dos Prazeres.....	139
Figura 24 - aspecto endurecido do solo costeiro no Balneário dos Prazeres.....	139
Figura 25 - Reservatórios de tratamento do esgoto doméstico na orla da praia do Balneário dos Prazeres liberando efluentes do bairro, onde as pessoas circulam e se banham.....	142

Figura 26 - Placa com o aviso da falta de balneabilidade, sendo desrespeitada pelos banhistas no Balneário dos Prazeres.....	142
Figura 27 - A procura social da praia do Balneário dos Prazeres em 1934, a imagem evidencia também a exposição de raízes de árvores tombadas por processos naturais da morfodinâmica litorânea.	153
Figura 28 - Autorização da família Assumpção	154
Figura 29 - Travessia no Arroio Pelotas em 1945.	154
Figura 30 - Anúncios enaltecedores e ufanistas da praia do Laranjal	157
Figura 31 - Planta do Projeto Vila Residencial Balneário dos Prazeres	159
Figura 32 - Transporte dos veranistas para o acesso ao Balneário dos Prazeres (Anos 1950).....	160
Figura 33 - Perfil esquemático da planície costeira no Balneário dos Prazeres. Na imagem (a) a área urbana do Balneário; (b) local da voçoroca no caminho de acesso à orla;(c) acesso a mata; (d) desnível entre a orla e a linha da água; (e) faixa de praia.	162
Figura 34 - Balneário dos Prazeres nos anos 1960.	163
Figura 35 - Fotografia aérea realizada pela diretoria do serviço geográfico do Estado maior de Guerra - Ministério da Guerra.....	183
Figura 36 – Imagens do Loteamento Vila Judith, em Área de Preservação Permanente – matas do Laranjal.	184
Figura 37 - Ocupação na encosta da mata nativa, Balneário dos Prazeres.....	187
Figura 38 – Praça Aratiba, Balneário dos Prazeres	188
Figura 39 Avenida Guanabara, na descida para à praia.	191
Figura 40 – Vista frontal do Terreiro de Nação Cabinda na APP do Balneário dos Prazeres.....	191
Figura 41 - Figura: Cavalos soltos nas ruas e na orla do balneário, gerando tensões sociais entre os atores endógenos.....	193
Figura 42 - Oásis Praia Clube, Balneário dos Prazeres.....	194
Figura 43 - Atividade grupo focal no Oásis Praia Clube,	196
Figura 44 - Residências em área de APP na orla da praia do Balneário dos Prazeres.	197
Figura 45 - Descarte irregular de lixo doméstico na praia.	200
Figura 46 - Marca da territorialidade do tráfico no Balneário dos Prazeres.....	205

Figura 47 - A praia como espaço de lazer e contato com a natureza para os jovens	206
Figura 48 - Lazer das moradoras, no inverno, na praia do Balneário dos Prazeres.	207
Figura 49 - Nota reivindicatória dos moradores e veranistas do Balneário dos Prazeres.....	215
Figura 50 - Alerta de destruição da praia do Barro Duro.....	218
Figura 51 - Trafego de veículos no interior da mata.....	221
Figura 52 - Vestígios das práticas de improvisação de churrasqueiras na mata.....	231
Figura 53 - Práticas de lazer no Balneário dos Prazeres.	231
Figura 54 - Chegada de família vinda da Vila Governação para acampar no bosque do Balneário dos Prazeres.	236
Figura 55 - Placa indicativa da Área de Preservação Permanente, orientando sobre a proibição de acampamentos e circulação de veículos	236
Figura 56 - Festa de lemanjá: culto à noite dentro da Laguna dos Patos	242
Figura 57 - Gruta de lemanjá com detalhe ao lado da placa de sua inauguração-1966.	243
Figura 58 - Representantes da Marinha Mercante do Brasil na Festa de lemanjá, no Balneário dos Prazeres nos anos 1960.....	246
Figura 59 - Imagem do momento do encontro das imagens de Nossa Senhora dos Navegantes e da Orixá lemanjá, no Balneário dos Prazeres.....	249
Figura 60 - Mapa da região costeira do RS.....	277
Figura 61 - Oferendas em troncos das figueiras.	283
Figura 62 - Notícia de acontecimento trágico no Balneário dos Prazeres.....	285
Figura 63 – Charge com teor subliminar	286
Figura 64 - ocupação irregular em área de risco ao lado da cicatriz de uma voçoroca.	299
Figura 65 - Imagens do ponto de degradação considerado crítico na mata do Totó, no Balneário dos Prazeres.	301
Figura 66 - Extensão na beira da água das instalações rústicas	302
Figura 67 - Encontro de lideranças afro-religiosas em ato público na defesa da Festa de lemanjá em Pelotas.....	305
Figura 68 - Movimento Lavagem da Escadaria da Prefeitura Municipal de Pelotas em favor a Festa de lemanjá e contra a intolerância Religiosa.....	306

Figura 69 - Cerimônia da assinatura da Lei e descerramento da placa de patrimonialização da Gruta e da Festa de Iemanjá no Balneário dos Prazeres.	319
Figura 70 - Panfleto de orientação sobre o uso da Mata Atlântica no Balneário dos Prazeres	321
Figura 71 - Comércio de flores plásticas, ao lado da gruta, durante a Festa de Iemanjá.	322
Figura 72 - Mosaico de imagens da Festa de Iemanjá 2018, no Balneário dos Prazeres,	323
Figura 73 - Demarcação territorial dos terreiros na orla lagunar no Balneário dos Prazeres	324
Figura 74 - Calçadão do Balneário dos Prazeres	334
Figura 75 - Calçadão do Balneário Santo Antônio	334
Figura 76 - Avenida Rubens Machado Souto tem projeto de pavimentação	343
Figura 77 - Corredores ecológicos no Laranjal	346
Figura 78 - Inundação no bairro Laranjal.	347
Figura 79 - Pórtico do <i>camping</i> dos municipais	348
Figura 80 - Passarela Santo Antônio- Barro Duro	350
Figura 81 - Passarela Laranjal-Barro Duro	351
Figura 82 - Mapa de memórias e referenciais espaciais do Balneário dos Prazeres	359
Figura 83 - Ciclistas na “figueira sofá”, ponto de referência dos moradores, visitantes e veranistas	360
Figura 84 - Praça Aratiba – Balneário dos Prazeres.	364
Figura 85 - Campeonato Praiano, 2006/2007, Campo da Praça Aratiba, Bairro Barro Duro.	365
Figura 86 - atividades econômicas locais protegidas por cercamentos.	368
Figura 87 - Práticas de lazer na praia do Balneário dos Prazeres	370
Figura 88 - Mosaico de imagens de ações de conscientização pela preservação da natureza na praia do Balneário dos Prazeres.	373
Figura 89 - Cerimônia que recepcionou a imagem de Iemanjá doada pela Federação afro-umbandista e espiritualista do Rio Grande do Sul (FAUERS), a qual substituiu a imagem original até que esta fosse restaurada do incêndio.	380
Figura 90 - Apropriação territorial das classes populares, na praia do Balneário dos Prazeres	380

Figura 91 - Amostragem de diversidade de entidades religiosas no Balneário dos Prazeres.....	382
Figura 92 - Escultura de Xangô de Agajô realizada pelo escultor Evandir.....	387
Figura 93 - Mara Nunes	388
Figura 94 - Captura de coordenadas do ponto de entrega em X,	391
Figura 95 - Carlos Alberto Pereira e sua figueira simbólica.	393
Figura 96 - Antigo espaço de camping cabana do Pai Tomás.	394

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese da estrutura da pesquisa, 2018	58
Quadro 2 - Atribuições das tríades de Henri Lefebvre	69
Quadro 3 - Abordagens conceituais da pesquisa	71
Quadro 4 - Fontes documentais	76
Condomínio Veredas Altos do Laranjal.	84
Quadro 5 - Caracterização dos atores sociais territorializados exógenos	88
Quadro 6 - Caracterização dos atores sociais territorializados endógenos.....	91
Quadro 7 - Caracterização dos agentes sociais territorializados transitórios veranistas	99
Quadro 8 - Caracterização dos atores transitórios praticantes de religiões de matriz africana.	109
Quadro 9 - Indicação e perfil dos entrevistados	110
Quadro 10 - Roteiro de atividade de mapeamento social	114
Quadro 11 - Síntese dos momentos da análise de unidade de significação na pesquisa.....	119
Quadro 12 - Serviços ecossistêmicos associados ao espaço vivido no litoral lagunar pelotense.....	146
Quadro 13 - Fluxo de passageiros para o Balneário dos Prazeres nos dias da Festa de Iemanjá.....	324
Quadro 14 - Conflitos relacionados as apropriações e usos da praia e matas no Balneário dos Prazeres no litoral lagunar de Pelotas- RS.....	369

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Situação do saneamento de Pelotas em 2017.....	141
Tabela 2 – Relação das entidades religiosas no município de Pelotas.....	271
Tabela 3 - Esferas governamentais com competência nas diferentes regiões das praias	279
Tabela 4 - competências de diferentes escalas da administração nos diversos instrumentos de planejamento e gestão da orla marítima.....	280

LISTA DE ABREVIATURAS

AAD - Áreas Ambientalmente Degradadas
AEIAN - Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Natural
AEIS- Área Especial de Interesse Social
APEB - Associação Pelotense de Biólogos
APP - Área de Preservação Permanente
CEA - Centro de Estudos Ambientais
CDOV- Centro de Documentação e Obras Valiosas
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
COMPAM - Conselho Municipal do Meio Ambiente
COMPLAD- Conselho do Plano Diretor
CP - Correio do Povo
CEU- Centro Espirita de Umbanda
CCIR- Comissão de Combate a Intolerância Religiosa
DM - Diário da Manhã
DP - Diário Popular
EJA- Estudo de Jovens e Adultos
ETE- Estação de tratamento de Esgoto
EPIA- Estudo Prévio de Impacto Ambiental
FECAB - Federação dos Cultos Afro-brasileiros Umbanda e Quimbanda
FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
FENADOCE- Feira Nacional do Doce
FEMAT- Feira do Meio Ambiente e Turismo
FAUERS-Federação Afro Umbandista e Espiritualista do Rio Grande do Sul
FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler
FURG - Universidade Federal de Rio Grande
GERCO - Gerenciamento Costeiro
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC- Inquérito Civil Público

IHGP- Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas

LEPARQ - Laboratório de Pesquisas Arqueológica

MEL- Movimento de Emancipação do Laranjal

MMA - Ministério do Meio Ambiente

OSCIP- organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

PATRAN - Patrulha Ambiental da Brigada Militar

PEGC - Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro

PGZC - Plano de Gestão da Zona Costeira

PMGC - Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro

PNGC - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro

PMSB- Plano Municipal de Saneamento Básico

PT- Partido dos Trabalhadores

RAMB- Relatório Anual do Meio ambiente

REUNA- Rede de Umbanda e Nações Africanas

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

RS- Representações Sociais

RQA-ZC - Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira

SANEP - Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas

SECULT- Secretaria Municipal de Cultura

SHRF- Secretaria Municipal e Regularização Fundiária

SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SEPLAG - Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão

SQA - Secretaria de Qualidade Ambiental

SPU- Secretária do Patrimônio da União

SGCMU- Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana

SMA-ZC - Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

UCPel - Universidade Católica de Pelotas

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFPEL - Universidade Federal de Pelotas

UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URUCAB- União Rio-grandense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros

SNUC - Sistema Nacional de Unidade de Conservação

ZC- Zona Costeira

ZEEC - Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro

ZH - Zero Hora

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	23
1 INTRODUÇÃO	33
2 CAMINHOS DA PESQUISA	63
2.1 ATORES EXÓGENOS.....	82
2.2 ATORES ENDÓGENOS.....	89
2.2.1 Moradores do Balneário dos Prazeres	90
2.3 ATORES TRANSICIONAIS	96
2.3.1 Veranistas	96
2.3.2 Praticantes de religiões de matriz africana	100
3 PELOTAS: CIDADE LITORÂNEA-LAGUNAR.....	132
3.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DA ÁREA DE ESTUDO.....	133
3.2 PELOTAS E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO COSTEIRO LAGUNAR	147
3.3 BALNEÁRIO DOS PRAZERES: ESPAÇO DA CULTURA E DA HISTÓRIA PELOTENSE	156
3.4 BALNEÁRIO DOS PRAZERES E BARRO DURO: COEXISTÊNCIA DE MARCAS IDENTITÁRIAS PORTUGUESAS E AFRICANAS NA PAISAGEM COSTEIRA LAGUNAR	164
4 BALNEÁRIO DOS PRAZERES: PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DOS ATORES SOCIAIS TERRITORIALIZADOS	176
4.1 PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DOS ATORES SOCIAIS ENDÓGENOS ..	181
4.1.1 Espaço de ocupações irregulares: Praça Aratiba e mata nativa....	187
4.1.2 Reivindicações dos moradores mais antigos	214
4.2 “OS POBRES VÃO À PRAIA”.....	228
4.3 PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DOS ATORES/ AGENTES TRANSITÓRIOS: PRATICANTES DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA	239
4.3.1 Festa de Iemanjá: o sagrado enquanto elemento da produção do espaço Balneário dos Prazeres.....	240

4.3.2 Breves notas sobre o hibridismo contemporâneo nas tradições religiosas afro-brasileiras em Pelotas	258
4.4 APROPRIAÇÃO AFRO-RELIGIOSA DO ESPAÇO-PRAIA E OS TENSIONAMENTOS DE ORDEM TERRITORIAL	274
4.4.1 Festa de Iemanjá: dinâmicas e transformações	282
4.5 “FESTA DE IEMANJÁ, TEMOS O DIREITO DE REALIZAR”	304
5 REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO - PRÁTICAS TERRITORIAIS EXÓGENAS	330
5.1 A PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA DA Z-3	343
5.2 UNIDADE DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DA CIDADE	344
5.3 A PASSARELA DO BALNEÁRIO DOS PRAZERES	349
5.4 UMA NOVA ESTRADA PARA IR E VOLTAR À PRAIA DO LARANJAL	352
6 BALNEÁRIO DOS PRAZERES: TERRITÓRIO VIVIDO	355
6.1 AINDA HÁ ESPAÇO DE FÉ NO BALNEÁRIO DOS PRAZERES?	381
6.2 ESPAÇO DE INSPIRAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS	385
6.3 RETOMANDO OS TERMOS DA LÓGICA DO ESPAÇO VIVIDO	389
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	396
REFERÊNCIAS	406
APÊNDICES	431
APÊNDICE A – LISTA DE TRABALHOS ACADÊMICOS COM DIVERSAS ABORDAGENS ENFOCANDO O BALNEÁRIO DOS PRAZERES.	432
APÊNDICE B - URBANIZAÇÃO EXCLUSIVA NO LITORAL LAGUNAR DE PELOTAS	435
APÊNDICE C - TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS	436
ANEXO	437

APRESENTAÇÃO

“[...] é preciso mostrar que os fragmentos não se dispersam e não se isolam, mas convergem num projeto de transformação do mundo. [...] o que há de novo depois de um século no mundo moderno”.

Carta de Henri Lefebvre a José de Souza Martins (28/11/1977).

Esta pesquisa, em âmbito de tese, busca analisar as apropriações, usos e representações do espaço-praia Balneário dos Prazeres, popularmente conhecido como Barro Duro¹. Trata-se de um bairro balneário da cidade de Pelotas-RS, situado na planície costeira interna do Rio Grande do Sul², na região estuarina da Laguna³ dos Patos⁴, sendo assim, analisa-se o contexto da sua (re)produção espacial, mais especificamente, por meio das práticas socioespaciais dos seus atores sociais territorializados (endógenos, exógenos e transitórios).

Como veremos ao longo deste trabalho, os processos de territorializações nesse balneário ocorrem por meio de diferentes representações de natureza, as quais medem as ações socioterritoriais, revelando os tipos de vínculos dos atores com o território e os embates no campo social. Esses estão associados às lutas pela permanência da apropriação do lugar contra as imposições da dominação orientada para uma futura exploração capitalista.

¹ Como o lugar possui duas nomenclaturas, e a regra acadêmica diz que devemos optar por uma, escolhi o nome oficial Balneário dos Prazeres por ter chegado ao final da pesquisa e percebido que este é aceito por todos os atores sociais, sem objeção. Observei, na literatura científica, o uso Barro Duro quando o estudo é voltado à floresta, ao resquício da Mata Atlântica. As pessoas identificam este termo como sinônimo de floresta. Sua contextualização consta no item: Balneário dos Prazeres e Barro Duro: coexistência de marcas identitárias portuguesa e africanas na paisagem costeira lagunar”.

² A localização litorânea, em qualquer quadrante do globo, apresenta características naturais e de ocupação que lhe são próprias. No Rio Grande do Sul, apenas 3% dos municípios ocupam a zona costeira, formando uma densidade demográfica de (24h/km²), ou seja, apenas 5% dos habitantes vivem no litoral, dados significativos baixos contrastando com o restante da zona costeira brasileira, que abriga cinco das nove regiões metropolitanas: Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Belém, as quais, juntas representam 56% dos habitantes da zona costeira (MORAES, 2007, p. 47 e 53).

³ O termo Laguna é compreendido como “[...] corpos d’água separados do mar por uma barreira (restinga)” (SUERTEGARAY, 2003, p. 190). É comum as pessoas usarem de forma equivocada o termo lagoa no lugar de laguna, Tomazelli e Villwock (1991), explicam que o termo lagoa tem sido tradicionalmente usado no Brasil para designar, de forma genérica, os corpos aquosos litorâneos, independentemente de seu grau de afastamento ou ligação com o mar. Também é comum entre os pescadores locais se reportarem a laguna como se fosse o mar.

⁴ O topônimo Patos decorre da presença abundante da ave aquática pato real nas costas meridionais brasileiras (NEVES, 2008, p.39).

Em meio a essa situação, o estudo empírico do espaço social do Balneário dos Prazeres, ou seja, o espaço de valor de uso produzido pela complexa interação entre os praticantes de religiões de matriz africana, moradores e veranistas populares, busco refletir sobre as territorialidades desses atores e seus tensionamentos com o poder hegemônico, a fim de trazer uma contribuição válida ao planejamento urbano-costeiro desse lugar e para os grupos de atores envolvidos.

As discussões sobre os processos de territorializações e conflitos engendrados por tais atores é o objetivo maior deste trabalho. O recorte temporal faz referência ao atual período histórico, notadamente, as últimas três décadas, quando o Balneário dos Prazeres e as demais áreas verdes da cidade passaram a ser valorizadas e territorializadas pelo setor imobiliário e pelo Estado, através da produção e apropriação capitalista dos espaços naturais. Este último, em suas estratégias de preservação da natureza, gerou tensionamentos e perdas de vínculos territoriais das habituais formas de apropriações e usos do território costeiro no Balneário dos Prazeres - como as territorializações do lazer das classes populares e as territorializações dos povos de terreiros⁵.

O período em que esta tese foi elaborada é marcado por uma série de transformações na política e economia brasileira, como o acirramento do desmonte das políticas públicas, o avanço de práticas reacionárias, racistas, misóginas, lgbtfóbicas, que promovem a vulnerabilização das minorias populacionais. Conseqüentemente, faz-se necessária uma prática geográfica científica e reflexiva em torno da consagração das verdades estabelecidas pela versão hegemônica, dando visibilidade às espacialidades dos grupos não brancos, pobres, não católicos e todos aqueles que não se encaixam na ordem heterossexual dominante.

Em Pelotas, cabe destacar que o fato de a cidade ter passado por processos de urbanização de seu espaço costeiro voltado ao lazer provocou a segregação do lazer dos pobres e dos negros. Conforme aponta Junior (2014), o planejamento

⁵ O termo povos de terreiros foi proposto no Decreto N.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que define povos e comunidades tradicionais como: "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimento, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição" (BRASIL, 2007). Assim, o Balneário dos Prazeres é um espaço feito terreiro, espaço onde são vivenciados os valores da organização coletiva e tradições, incluindo a relação com o universo sagrado oriundos, de diferentes contextos culturais africanos.

urbano “não concilia com a organização dos ‘espaços negros’, que se estruturam tanto pela forma como pela condição subalterna a que a população negra foi e é submetida ao longo dos séculos”. Concordo com o autor, quando aponta a inexistência de políticas urbanas que olhem para a “cidade negra”. As teorias urbanísticas e os estudos de planejamentos dos espaços urbanos e, acrescento, os espaços de lazer, como as praias, “desconsideram as características étnico-raciais⁶ dos afrodescendentes e as especificidades geradas pelo seu histórico e pela cultura”. Um exemplo é o fato de que “a territorialização nas religiões de matriz africana não é apenas ocupar um espaço físico, é também assentar axé⁷, conectando espaço e tempo (ancestral), físico e simbólico” (JUNIOR, 2014).

Em vista disso, tem crescido o interesse do meio acadêmico, pelos estudos que tratam da relação dos atores sociais com o território, pois, assim como no Balneário dos Prazeres, muitos espaços costeiros não têm sido representados nas políticas urbanas costeiras e estão sendo visados para o avanço das gestões por parcerias público-privadas. Nesse processo, há tomadas de decisão em territórios alheios, onde os usuários habituais não são chamados a decidir sobre o futuro de seus territórios e paisagens de usos, levando os territórios ao tensionamento entre as práticas de resistências, as negociações e as imposições externas.

A metodologia proposta buscou realizar um diálogo aberto entre algumas contribuições teórico-metodológicas da obra do filósofo e sociólogo Henri Lefebvre⁸,

⁶ “As pessoas negras sofrem um conjunto de desvantagens socioeconômicas cumulativas que se consubstanciam em condições de habilidade em média inferior àquele das pessoas brancas” (JUNIOR, 2014). O termo **étnico-racial** abarca as características físicas, a dimensão simbólica, cultural, territorial, mítica, política, identitária.

⁷ Assentar axé, enterrar ou plantar o axé, ou também fazer o chão é o nome dado a uma série de ações rituais necessárias para que o terreiro irradie e receba forças, colocando-as em movimento. A partir daí o chão do terreiro passa a ser carregado de axé.

⁸ Henri Lefebvre nasceu em 16 de junho de 1901, em Hagetmau (região camponesa dos Pirineus) na França, cursou filosofia e sociologia na Universidade de Paris e depois foi ser motorista de táxi nos anos 1930, quando circulou pela cidade de Paris, percebendo-a em seus aspectos (concebido, percebido e vivido), ajudando-o na compreensão do fenômeno urbano. Foi um profundo estudioso da obra de Marx, inconformado com os dogmatismos e opressões filosóficas arquitetados em nome de um marxismo formal, dedicou-se, a um exercício de releitura, porém situada criticamente no tempo e no espaço. Participou do partido comunista durante 30 anos, sofreu inúmeras críticas, entre as quais as relativas ao enfoque no espaço e não no capital e foi expulso em 1958. Possui uma extensa obra, escreveu sobre política, estética, lógica, filosofia, estruturalismo. Formulou uma teoria do espaço e um método dialético, ou melhor, trilético, porque não é binário, que influencia diversos geógrafos, sociólogos e arquitetos, sendo bastante atual. A sua dialética é uma contribuição original baseada em Hegel, Nietzsche, Marx (SCHIMIDT, 2012), a qual permitiu uma leitura crítica do crescimento das cidades e do fenômeno urbano que destruiu espaços horizontalizados, contribuindo para uma reflexão a partir de uma fenomenologia materialista (SCHIMIDT, 2012). A partir dos anos 1960,

com reflexões teóricas no âmbito da produção do espaço, dando maior ênfase ao espaço social costeiro, em sua faceta territorial, um espaço criado, modelado e ocupado por atividades sociais ligadas a diferentes representações de natureza, as quais fazem a mediação das disputas pelo direcionamento das transformações das paisagens. Dessa forma, atuam na reprodução das relações sociais de produção. Trata-se de um movimento constante da sociedade que garante a sobrevivência do capitalismo, mudando, transformando, adaptando paisagens e seus conteúdos, mercadorias, necessidades, espaços, relações, eventos, dentre outros.

Para auxiliar nessa interpretação das relações sociais de produção que, para Lefebvre, efetua-se pela cotidianidade através das apropriações do espaço por meio das práticas socioespaciais dos lazeres e da cultura, a ênfase é dada às noções de território e vínculos territoriais, atores sociais territorializados e discussões das representações sociais do espaço (espaço concebido) e os espaços de representações (espaço vivido), as quais, são centrais nesta pesquisa.

O território (como veremos, de forma mais detalhada, ao longo do texto), assim como a definição de atores sociais territorializados e vínculos territoriais, foram fundamentais para criar, a partir de uma metodologia voltada ao contexto sociocultural⁹, uma proposta de análise do processo de (re)produção do espaço, que dialogue com contribuições da geografia social, por intermédio de Lefebvre, Guy Di Méo¹⁰, Haesbaert¹¹, Heidrich¹², Raffestin¹³ e Sack¹⁴, em suas compreensões da

pública “O direito à Cidade” “A revolução urbana” e a “A produção do espaço”, todas alusivas a esse período de urbanização destrutiva, que ele não se limitou a descrever, buscou compreender a gênese dessa sociedade e as possibilidades de sua transformação. Faleceu aos 90 anos em Navarrenx, na França.

⁹ O termo sociocultural é bastante amplo e incorpora muitas facetas diferentes da sociedade humana, tais como: valores religiosos, estéticos, econômicos, incluindo atitudes, valores, comportamentos, bem como as estruturas que enquadram organizações e práticas sociais, senso de lugar, bem-estar, dentre outros.

¹⁰ Guy Di Méo, nasceu em 1945 na França, tem se dedicado a geografia social e cultural, leciona geografia na Universidade de Michel de Montaigne (BORDEAUX III). É considerado um dos principais teóricos da geografia contemporânea. A partir de suas aproximações e compreensões sobre o espaço, que vão desde a noção de espaço social, formação socioespacial, territorializações, dentre outros, trouxe relevantes contribuições para a geografia e para a teoria social na contemporaneidade. Dentre suas principais contribuições à geografia humana e social estão as obras: “O homem, a sociedade e o espaço”, “Os territórios do cotidiano”, “Geografia social e território”, “O espaço social”. Disponível em: <<http://www.fau.uchile.cl>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

¹¹ Rogerio Haesbaert da Costa é natural de Santa Maria, é geógrafo formado pela Universidade de Santa Maria, Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (Doutorado-*Sandwich* no Instituto de Estudos Políticos de Paris), Pós-Doutorado em Geografia sob supervisão de Doreen Massey na *Open University* (Milton Keynes, Inglaterra). É professor na Universidade Federal Fluminense, professor do Curso de Pós-

relação sociedade espaço, trazendo uma discussão pertinente aos estudos do espaço costeiro, apresenta-se como o grande desafio desta tese, e assume os riscos intrínsecos a este processo.

Cabe, ainda, ressaltar que esta proposta metodológica foi sendo construída ao longo do curso de doutorado. Duas disciplinas trouxeram contribuições importantes para a construção da tese: A disciplina Território, Sociedade e Cultura, ministrada pelo professor Dr. Álvaro Heidrich, e a Disciplina Gestão e Gerenciamento da Zona Costeira, ministrada pelo professor Dr. Nelson Luiz

Graduação em Políticas *Ambientales y Territoriales* da Universidade de Buenos Aires. Professor Visitante da Open University (Milton Keynes, Inglaterra), da Universidade de Toulouse Le Mirail (França), da Universidade de Paris VIII (Paris-St. Denis), da UNAM-CRIM (México), da Universidade de Tucumán (Argentina) e cátedra Élisée Reclus do Colégio de Michoacán (México). Haesbaert é um dos geógrafos mais influentes no Brasil e na América Latina, traz como tema central de seus estudos a relação espaço, poder e cultura. Analisa o entrelaçamento entre territorialização desterritorialização, territorialidade e identidade, operando com autores modernos como Gramsci e pós-estruturalistas, como Foucault e Gilles Deleuze, Carlos Valter Porto Gonçalves, Doreem Massey e Henri Lefebvre. Sob influência deste último, em sua obra “A produção do Espaço”, propôs tratar o território enquanto relação de “dominação e apropriação da sociedade-espaço que se desdobra ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004).

¹² Álvaro Luiz Heidrich é porto-alegrense, é Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Pós-Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. É professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde atua desde 1988 na graduação e pós-graduação. Suas atividades de ensino e pesquisa têm ênfase na Geografia Humana, no campo da Geografia Social e Abordagem Cultural na Geografia, atuando principalmente nos temas: geração e perda de vínculos territoriais, territorialidades humanas, identidade, globalização e, mais recentemente no tema das Lutas pela permanência, usos e conflitos em territórios originários ou tradicionais e abordagens teórico-metodológicas em temas com enfoques em geografia, espaço e cultura.

¹³ Claude Raffestin nasceu em 1936, na França, foi professor de geografia em várias escolas secundárias no Cantão. Entre 1961 e 1962, iniciou seu doutoramento e, em 1968, foi nomeado professor de geografia histórica e de geografia política na University of Geneva, na Suíça. Vindo a publicar o clássico da geografia política “Por uma Geografia do Poder”, tornando-se um dos geógrafos europeus mais conhecidos no Brasil. Baseado nas concepções de poder de Foucault, ele compreende que o próprio fundamento do poder que forma o território está nas relações das pessoas, trazendo uma visão crítica de poder para a geografia, rompendo com a geografia política clássica.

¹⁴ Robert Sack é professor de geografia e estudos literários integrados das Universidades de Wisconsin, Madison, Clarence J. Glake e John Bascob, é Ph.D. da Universidade de Minnesota. Desenvolveu uma abordagem crítica não marxista do território e da territorialidade humana, centrada nas relações de comando-ordem-poder e no estabelecimento da comunicação. A territorialidade corresponde às ações humanas, ou seja, à tentativa de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar e afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada (Saquet, 2009, p.86). Sack, também, reconhece a combinação de diferentes níveis escalares de território e territorialidades como do indivíduo, da casa, do bairro, do estado, do país e internacional. Para ele onde não há delimitação, influência e controle não há território. Para Sack, (1986, p. 2) “a territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social”. Sack (1997) na obra “Homo Geographicus: um quadro da ação, consciência e preocupação moral” aponta a ideia de três perspectivas relacionadas que são agregadas ao conceito de espaço e lugar para a compreensão do mundo em que vivemos: a) a força dos significados, b) natureza, c) relações sociais.

Sambaqui Gruber. A primeira, proporcionou o debate sobre as relações sociedade-espaço e suas implicações territoriais, bem como sobre a articulação materialidade-imaterialidade. Também se discutiu o enfoque sociocultural na investigação em Geografia; identidades culturais e representações sociais na construção das territorialidades humanas. Assim, a presente pesquisa encontra diálogo, sobretudo, com a Geografia Social, que se dedica aos estudos das estruturas sociais vinculadas a um determinado território e às análises das estruturas territoriais geradoras de diferentes relações sociais.

No que tange aos autores, destaco: Lefebvre (2013) para quem o espaço é produzido como modo de produção que reproduz o espaço. Nesse movimento dialético de produção-reprodução do espaço o autor lê o espaço tanto como espaço imaginado, quanto como concreto e prático, coexistente, de diferença, espaço absoluto e espaço relativo. Este comporta espaços de representações (aquele da imaginação, das emoções e sentidos incorporados das experiências cotidianas) e representações do espaço, as quais também se manifestam como espaço vivido (espaços representacionais), concebidos (representações do espaço) e percebidos (práticas espaciais, constitutivas do espaço), ou seja, um espaço ainda real, mas concebido e apreendido pelos indivíduos.

A apropriação do espaço, para Lefebvre, implica tempo e ritmos, ela é praticada enquanto uso por determinados grupos para a reprodução de suas existências, e não no sentido de propriedade. Assim, esses espaços que incorporam o tempo vivido, são pressionados pela ordem distante, que pretende alcançar, com esse mesmo espaço, a dominação e manipulação, tomando-o homogêneo e unifuncional, a serviço da reprodução do capital. Nesse processo de revalorização do espaço os interesses dos atores e agentes aparece em suas diversas matizes, mas esconde-se sob os mais variados disfarces.

A inspiração nesse autor, auxiliou na compreensão da motivação dos atores em suas práticas espaciais costeiras. São práticas entrelaçadas de veranistas, praticantes de religiões de matriz africana, lazer dos moradores e ações de preservação ambiental de iniciativas privadas e poder público. Busco promover uma análise da realidade que revele a representação hegemônica que se faz desse espaço e os espaços de representação ou espaços vividos pelos habituais usuários do território-costeiro. Di Méo e Buléon (2007) trazem concepções de atores e

agentes sociais, e, segundo esses autores, a geografia social deve considerar processos de “dominação, exploração, a hegemonia, a exclusão, a segregação”, deve ajudar a enfatizar o entrelaçamento das relações sociais e espaciais ao identificar riqueza e pobreza¹⁵; Haesbaert (2002, 2004, 2008, 2014) contribui com a compreensão de território tanto pela apropriação, como pela relação de dominação, indo desde uma “dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural simbólica” (HAESBART, 2004, p. 95); Robert Sack (1986, p. 38), a partir da sua compreensão de territorialidade que emerge como uma estratégia de comportamento social discorre sobre uma tentativa de grupos em afetar as interações de outros; Heidrich (2001, 2004, 2006, 2009, 2017) apresenta o conceito de vínculos territoriais, com base na relação dos atores com base o espaço, o que é possível identificar na construção e desconstrução de vínculos territoriais de apropriação, de valorização e de pertencimento, expressos nas tramas socioespaciais dos atores sociais e dinâmicas sociais correlatas; Raffestin (1993) traz contribuições na perspectiva do território, enquanto expressão da ação e representação das relações dos atores (material e imaterial) com o espaço e das implicações geradas num e noutro.

Os estudos desses autores foram escolhidos, por lidarem com abordagens e conceitos capazes de dialogarem com os elementos presentes nos conflitos e tensionamentos, que observo nas relações entre os atores sociais da produção do espaço no Balneário dos Prazeres. Além desses, ao longo do texto, trago outros autores e abordagens, não menos importantes, com diálogo aberto a pensar o espaço, na relação materialidade e imaterialidade, no sentido de oferecer uma contribuição aos estudos do espaço social costeiro na contemporaneidade.

Quanto à segunda disciplina, destaco as discussões sobre os sistemas costeiros e marinhos do ponto de vista do meio físico, das questões de ordem política, jurídica e da utilização turística e socioeconômica, como também quanto às tendências mundiais de gestão e gerenciamento integrado na Zona Costeira. Dentre os autores ressalto: Villwock e Tomazelli (1991, 2000) para entender a gênese e paisagem natural da Planície Costeira do Rio Grande do Sul; Gruber, Nicolodi,

¹⁵ Por pobreza, compreendo, de forma genérica, a situação na qual as necessidades básicas não são atendidas de forma adequada, considerando as características de cada comunidade, seu modo de vida, seu padrão de consumo e seu grau de desenvolvimento.

Ramos (S/D) em material didático sobre o manejo integrado da zona costeira: conceitos e delimitações, problemas ambientais, gestão e gerenciamento costeiro, formações de cordões litorâneos, evolução da linha de costa; Barragán (2016), Scherer (2009, 2011) Muehe (2001), em questões sobre manejo costeiro Integrado e limites de orla costeira para fins de gerenciamento.

A compreensão do espaço litoral referenciado por Barragán (2016, p. 82) conforma três subsistemas: físico natural, social econômico, e político-administrativo, razão pela qual o diálogo com diferentes campos do conhecimento é imprescindível no trabalho de gestão integrada do litoral. Para ele, o litoral é um sistema complexo, onde a contribuição para a sua gestão e planejamento requer “reconhecer as diferentes facetas do caráter multidimensional do espaço e dos recursos litorais: as que geram os pontos de vista físico, ecológico, social, econômico, cultural, político, jurídico, administrativo, etc.”.

O diálogo entre os enfoques da geografia física e geografia a sociocultural, foi pensado no sentido de buscar a superação da fragmentação do conhecimento sobre a geografia dos espaços litorâneos.

Á luz da complexidade espacial e do diálogo entre os diferentes campos do saber, essa tese se apresenta como resultado de uma proposta de contemplar o rico diálogo que foi sendo construído gradativamente ao longo das orientações da pesquisa, assim como através dos trabalhos de campo, no diálogo com os atores sociais da pesquisa e leitura dos documentos sobre os fatos que dizem respeito aos conflitos territoriais no Balneário dos Prazeres e aos seus usuários.

As entrevistas foram gravadas e transcritas, analisadas sob a perspectiva fenomenológica e, em alguma medida, estão citadas ao longo do texto. As conversas informais com moradores, líderes religiosos e gestores públicos, assim como as observações durante as festas de Iemanjá dos anos de 2016-17e18, juntamente com a pesquisa documental, compõem os dados empíricos para o conjunto das análises sobre as transformações socioespaciais.

Outra consideração importante é a dificuldade de realizar uma análise a partir de uma racionalidade acadêmica da ação de atores, cuja visão de mundo se pauta, em parte, por noções teológicas diversas, como é o caso dos povos de terreiros. Foi

preciso pensar no espaço a partir de como esses atores pensam, isto é, a partir de suas práticas e dilemas territoriais.

Por fim, gostaria de salientar o meu envolvimento com a temática dos processos de ocupação, uso, conflitos e representações no espaço costeiro pelotense. Esse teve início com a formação em licenciatura em Geografia na Universidade Federal de Pelotas – UFPEL em 2005, onde apresentei o TCC intitulado “Sustentabilidade Econômica e Socioambiental na Colônia de Pescadores Z-3, Pelotas-RS”. Posteriormente, ingressei no curso de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina, na área de Desenvolvimento Regional e Urbano, o que me possibilitou ampliar as leituras sobre a dinâmica urbana das áreas costeiras. A disciplina “Gestão de Zonas Costeiras: estudo de caso na Espanha e no Brasil” aproximou-me de autores como Barragán (2004, 2012), Moraes (1999, 2001, 2007), Macedo (2004), Moraes; Zamboni (2004, 2005), Dantas (2004), Muehe (2001), dentre outros que abordam o planejamento e gestão integrada das áreas costeiras.

Na ocasião do mestrado, apresentei como dissertação (RUAS, 2012) um estudo que tinha por objetivo identificar os atores sociais, seus modos de apropriações, usos e significações do território lagunar pelotense, tornando visíveis os conflitos socioambientais originados dessas unidades territoriais compartilhadas.

Na dissertação, pelo limite de tempo e por optar pelo recorte temático planejamento/gestão e produção do espaço, não consegui dar conta da complexidade da produção espacial dos três balneários do Laranjal. E, a meu ver, o Balneário dos Prazeres, pela complexidade de sua espacialidade foi abordado de forma superficial.

No entanto, possibilitou-me contato com o debate sobre o atual panorama de urgências urbanas ambientais do litoral lagunar pelotense, onde uma das lacunas do conhecimento identificadas que mais me instigou foi a que se refere às questões de diferenciação socioespacial¹⁶, conflitos socioespaciais e representações sociais no Balneário dos Prazeres.

¹⁶ Essa grafia traz a compreensão das relações sociais e do espaço social.

Por se tratar de uma realidade que remete à minha vida pessoal, já que nasci e cresci em Pelotas, tenho com seu litoral um arraigado vínculo identitário e, por perceber ali a importância do lugar como acesso à natureza na cidade para o lazer das classes populares e práticas culturais religiosas locais, muito mais do que para o turismo, como pensam muitos atores sociais territorializados, decidi que, se ingressasse no curso de doutorado, o Balneário dos Prazeres estaria no meu recorte de pesquisa. Os aspectos da relação do humano com a natureza que nele se manifestam, me remetem a momentos da minha infância, quando meus pais, que trabalhavam com o comércio de frutas, levavam a mim e meu irmão nas férias de verão, geralmente às segundas feiras, para passarmos o dia à beira de um arroio, “o Passo dos Carros”. Fazíamos churrasco, às vezes almoço, recostávamos nas sombras das árvores, banhávamos, brincávamos na areia, pulávamos de cipó dentro d’água, alimentávamos os lambaris, víamos lagartos, muitos pássaros, resumindo: era uma “festa”. Esse contato com a natureza é muito mágico, ao mesmo tempo que eu contemplava a paisagem eu questionava-a. Tinha curiosidade também sobre as dinâmicas da natureza que modificavam a paisagem desse lugar.

A escolha pelo Balneário dos Prazeres é tanto por suas paisagens me remeterem as práticas de lazer que vivenciei na infância, quanto pela beleza de suas paisagens naturais e culturais. Destaco os serviços culturais que essa praia, há anos presta às religiões afro-brasileiras. Pois coloca a cidade de Pelotas em evidência ao atrair visitantes de diferentes regiões do Estado para a Festa de Iemanjá. Ao mesmo tempo em que sofre com o abandono do poder público local favorecendo a criação de estigmas até hoje presentes na memória social da cidade. Sempre tive grande admiração e curiosidade pelas relações socioespaciais desse lugar que pouco frequentei, pela sua fama de praia violenta.

Em suma, a escolha por esse recorte de pesquisa partiu de uma curiosidade acadêmica e pessoal, um convite à descoberta de algo que estava, ao mesmo tempo, próximo e tão distante.

1 INTRODUÇÃO



TERRITÓRIO É DEVIR
 O território, o que é?
 E seu espaço, para o quê?
 Seu desenvolvimento, o que é?
 Seu crescimento, para quem é?
 Me responda, se puder, o que é, de quem é?
 Teve um espaço a gente quer
 Sem território não dá pé
 Nem pra viver, nem pra ter fé
 Porque a vida isso é: novos sonhos e esperanças no homem novo de Jereré.
 O mundo muda, isso é o que é
 Pois muda até o que não quer
 Transformação a gente é
 Que o homem mude a gente quer
 Que mude a vida, o território
 Nosso destino e o que vier
 Mas o território, de quem é?
 (FLÁVIO, 2004, p.173)

Ao iniciar a construção da problemática da tese com a letra da canção “Território é devir”, de Luiz Carlos Flávio¹⁷ – busco demonstrar que, apesar de fazer parte do nosso cotidiano com os seus atributos contidos nas marcas territoriais, quais sejam: delimitação, função, influência, disputa, movimento, relação, devir entre outros, a noção de território ainda traz, real e simbolicamente uma ampla gama de possibilidades de interpretações, usos e representações. Essa canção apresenta o território como um devir constante, dialético. Traz a ideia de um espaço atravessado por laços, vínculos e relações imateriais, indo além de um simples espaço ocupado, pois, ao mesmo tempo em que apresenta diferentes questionamentos sobre o território, aponta a sua necessidade para a reprodução material e simbólica de uma vida tranquila.

Nas áreas costeiras, por tratar-se de um espaço singular que possuem áreas bastante sensíveis e frágeis do ponto de vista ambiental, como os estuários, manguezais, e as Áreas de Preservação Permanentes (APPs), a produção do espaço desencadeia processos territoriais complexos e conflitivos, como será mostrado ao longo deste trabalho.

As Zonas Costeiras (ZC), por serem setores prioritários para diversas atividades humanas, estão sujeitas a vetores de desenvolvimento em franco processo de expansão, dentre os quais, destacam-se o turismo, o lazer e veraneio, a aquicultura, a exploração petrolífera, expansão urbana. Os vetores de modernização trazem desordem às regiões onde se instalam, porque criam ordens em seu benefício próprio. A ZC é considerada um dos habitats mais valiosos e produtivos da terra, ela vem suportando todos os problemas e impactos das modificações e danos provocados pelas diversas ações antrópicas, tais como: lançamento de esgotos e efluentes industriais costeiros, aterros, dragagens, ocupações de áreas públicas e de preservação permanente, em um ambiente marcado por diversos sistemas de paisagens (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE)¹⁸.

¹⁷ Luiz Carlos Flávio é professor do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Possui uma homepage onde disponibiliza seus diversos textos em formatos de crônicas, humor, poesias, pensamentos, dentre outros a partir de conteúdos geográficos.

¹⁸ A ZONA COSTEIRA E SEUS USOS MULTIPLOS: importância estratégica e conflitos socioambientais. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

Em termos globais, os dados demográficos apontam que, no princípio do século XXI, mais da metade da população mundial estava vivendo nos entornos costeiros que formam 10% da superfície terrestre. Essa tendência se mantém, por ser incentivada pela globalização, que concentra trabalho e atividades econômicas e de lazer nas regiões metropolitanas portuárias e em cidades médias e pequenas. Ignoram-se os prognósticos de aumento do nível do mar e que futuras catástrofes afetarão justamente as zonas costeiras.

O desejo pela praia passou a compor objetivamente o imaginário das pessoas e se apresenta como um desejo social. Os meios de comunicação são importantes veículos de propagação desse desejo. Eles anunciam, durante todo o verão, a movimentação nas praias, independente da qualidade de suas águas e dificuldades no acesso, incitando a sua frequência. Isso, porque o espaço praia é um espaço de consumo, tanto condutor para a adoção de estilos, como organizado para acolher consumidores. O espaço praia é um espaço de grande afluência no mundo todo. A organização turística, como modalidade de consumo na praia que se vive hoje, oferta gama muito variável de oportunidades de consumo turístico e de exploração dos lazeres.

No Brasil, “um quinto da população vive no litoral, e a densidade demográfica, nessa região, é cinco vezes maior do que nas demais regiões” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2002, p. 270), ainda que pese o processo histórico de ocupação do Brasil ter se desencadeado a partir do litoral.

Diante desse quadro de intensa procura social dos espaços costeiros, torna-se necessário o desenvolvimento de pesquisas que contribuam para a análise das transformações socioespaciais, a fim de servirem de embasamento para a gestão do patrimônio natural e cultural que faz parte das paisagens costeiras brasileiras.

Foi por volta de 1750, na Europa, quando os estudos da medicina (higienista) elaboraram um discurso coerente sobre as benesses da atmosfera litorânea, que o fluxo de pessoas se dirigindo à praia tornou-se mais expressivo. O historiador Alain Corbin (1989), em sua obra “O território do vazio: o imaginário social das praias ocidentais”, comenta que as orientações médicas eram no sentido de que o banho de mar podia aliviar a angústia, a melancolia e a tristeza presente nos cidadãos. É

consenso entre os estudiosos¹⁹ de que o banho de mar, como recurso terapêutico, contribuiu para popularizar o uso recreativo das praias.

A moda europeia chegou ao Brasil no final do século XIX e início do século XX (DANTAS, 2004). No entanto, conforme a revisão bibliográfica sobre a tradição da Geografia nos estudos costeiros elaborada por Barros; Muehe (2009), os estudos referentes aos usos dos espaços costeiros surgiram no início do século XX. Os pioneiros foram: Ratzel (1899), Vidal de La Blache (1922) e Camille Vallaux (1933). As abordagens desses autores pautavam questões referentes à navegação e recursos marinhos.

Ratzel na obra *Antropogeographie*²⁰, trata das questões físicas das feições costeiras e dos mares, assim como da relação entre a sociedade e o mar, destacando a navegação. Já, La Blache foi um dos responsáveis pela criação do primeiro curso de geografia marinha, na Escola Naval de Brest, na França. No livro *Princípios de Geografia Humana* (1922), num capítulo sobre o mar, o autor aborda a navegação ao tratar dos meios de circulação.

A abordagem social do litoral referia-se às questões de navegação e recursos marinhos. De acordo com Barros e Muehe (2009, p.105), o mar, como meio de vida, exploração de atividade humana, aparece na obra de Pierre George, quando este cita o livro *Geografia dos Mares*, de autoria do geógrafo François Doumenge (1967).

Esta obra aponta para o mar como fonte de riqueza explorando questões como a pesca, a agricultura do mar e os produtos minerais de origem marinha. Trata ainda do mar como elo entre povos e como domínio de lazer destacando o turismo costeiro e marítimo. [...] discute entre outras coisas, o problema de conflitos entre o turismo e a exploração tradicional (pesca) (BARROS, MUEHE, 2009, p.105).

Todas essas questões são bastante atuais nos debates no âmbito do gerenciamento costeiro, presentes nos estudos de diversas ciências e em vários países como Espanha, Portugal, Holanda, Brasil, dentre outros.

¹⁹ Ramos (2009), Urry (2001), Dantas (2009), Corbin (1989).

²⁰ Esta obra edificou a base conceitual na qual se tem estruturado desde então a geografia humana em seu sentido restrito: um conjunto de categorias do meio físico – ordenada a partir de conceitos abstratos de posição e espaço até os de clima e litoral – e sua influência sobre o homem. Este autor foi considerado como ambientalista pelos geógrafos ocidentais (CORRÊA; ROSENDAHL, 2011, p.20)

O histórico e análise de dados estatísticos sobre os estudos costeiros no Brasil e no âmbito internacional desenvolvido por Barros e Muehe (2009, p. 108) apontam uma tendência, no contexto atual, de interdisciplinaridade dos estudos costeiros. Porém, os autores chamam a atenção para o fato de que nem todas as disciplinas possuem bases teóricas, conceituais e metodológicas para abordar de forma integrada e com a devida complexidade as diversas dimensões²¹ físicas, sociais, econômicas, culturais e políticas envolvidas no gerenciamento costeiro integrado. Apontam a necessidade de uma maior participação dos geógrafos nos estudos costeiros, “o gerenciamento costeiro é uma das áreas que permite a geografia demonstrar sua habilidade de lidar com realidades complexas” (VALLEGA, *apud* BARROS & MUEHE, 2009, p.108).

Percebi no levantamento bibliográfico, onde foram consultados os bancos de teses e dissertações de diferentes Programas de Pós-Graduações em Geografia e Periódicos da Capes, que os estudos sociais do litoral no Brasil estão centrados nas implicações do turismo de segunda residência, processos de urbanização: (MATOS; GRUBER, 2009), (MACEDO, 1993, 1995, 2004a. 2004b), (MADRUGA, 1992), (TRINDADE JUNIOR, 2005), (STROHAECKER, 2007), (CORIOLANO, 1998), (DANTAS, 2004, 2009), (RAMOS, 2009), (SANTOS, VILLAR, 2013), (ASSIS, 2012), só para citar alguns; na linha do planejamento e gestão costeira integrada: (MORAES, 2004, 2005, 2007), (OLIVEIRA, NICOLODI, 2012), (MUEHE, 2001), (VASCONCELOS, 2005), (VOIVODIC, 2007), (POLLET, 1997); (BARRAGÁN, 2012), (SHERER, 2013) e em processos que envolvem as estratégias de reprodução social e saberes tradicionais dos pescadores (SILVA 2007), (NIERDELE E GRISA, 2006), (PASQUOTTO, 2005), (MACHADO, GOMES, 2014), (DIEGUES, 1983), (FIGUEIRA, 2009), dentre muitos outros.

Nesse sentido, os trabalhos que aponto a seguir de forma mais detalhada foram os que mais dialogaram com o problema da presente pesquisa. Eles discutem

²¹ Como por exemplo: erosão costeira, retirada de dunas frontais, aterros e estruturas de proteção costeira, poluição por esgotos domésticos, expansão urbana e turismo desordenado, expansão de atividades de lazer, ócio e de segundas residências, atracadouros e portos, usos abusivos de adubos e agroquímicos, deposição irregular de resíduos sólidos (lixo), derramamento de petróleo e até mesmo de rejeitos provenientes da mineração do continente (caso do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco em 2015).

as relações dos atores sociais com o espaço, indicam formas de dominação em confronto com as populações locais e usuários tradicionais .

Moraes (2007), em sua obra “Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro”, discute a zona costeira a partir do recorte temático do planejamento e usos, traz experiências no exercício da crítica e a experimentação indutora da produção do espaço. A reflexão teórica do autor vai ao encontro da busca de uma valoração de base espacial, tendo por eixo a definição do “valor dos lugares”. O caminho percorrido fundamenta-se nas teorias da renda fundiária e da valorização do espaço. Dentre os valores atribuídos aos espaços costeiros, o que Moraes (2007) chamou de valor do espaço e valor no espaço, está na vantagem locacional. O autor entende o lugar como uma riqueza natural representada por uma dada quantidade de recursos naturais ali depositados e por um conjunto de características que podem ser agrupadas nos conceitos geográficos de posição, situação, o que define as condições locais.

O lugar é qualificado tanto pelos bens que abriga como pela sua localização e caracterização geral em relação aos recursos disponíveis, sendo a partir desse quadro, que se define a vocação de um lugar e suas vantagens comparativas (MORAES, 2007, p. 19).

Do ponto de vista econômico, os atributos da zona costeira qualificam-na como uma situação geográfica ímpar. Moraes (2007) destaca o valor econômico, pela raridade dos terrenos próximos ao mar; o valor da biodiversidade, traduzida em importante fonte de recurso; o valor dado pela circulação, a área estratégica em função dos fluxos de navegação.

Em termos de ocupação, de acordo com Moraes (2007, p. 31), o litoral pode ser definido como uma zona de usos múltiplos,

Em sua extensão é possível encontrar variadíssimas formas de ocupação do solo e a manifestação das mais diferentes atividades humanas [...] trata-se de um universo marcado pela diversidade e convivência de padrões dispares.

Conforme o autor, na zona costeira do Brasil, encontra-se desde tribos coletoras quase isoladas até plantas industriais modernas, desde comunidades

tradicionais, até metrópoles. Tal diversidade redundando em alta conflitualidade no uso do solo, exigindo mais das instâncias de planejamento, que deveriam incluir, em suas pautas, o estudo do espaço social da zona costeira na qual projetam intervenções espaciais.

Cabe ressaltar que, em seu aspecto social a ZC é definida como o local onde se desenvolvem as formas de lazer urbano, tanto ativo - como jogos, pesca, natação, remo, dentre outros, como passivo - contemplação das águas e da paisagem. Torna-se, então, palco de uma série de situações de relacionamento social, como o namoro, a conversa, a troca de informações, o comer em grupo em bares e restaurantes (MACEDO, 2004).

A apropriação cultural que identifica o litoral como espaço de lazer e recreação valorizou, ainda mais, os espaços preservados, sustentando uma das indústrias de maior dinamismo na atualidade - as atividades turísticas e de veraneio. Moraes (2007), entende que as peculiaridades dos terrenos à beira-mar qualificam o espaço litorâneo como raro, e a localização litorânea como privilegiada, um espaço dotado de qualidades geográficas particulares, passível de gerar renda diferencial e de conflitos pela posse da terra.

No caso do Brasil, o autor também vê os conflitos do litoral como oriundos das sobreposições dos títulos de propriedade e os considera como um dos problemas mais sérios do litoral. Para ele, estes decorrem das,

[...] grilagens de terras, quanto da recorrência de processos de sobrepovoamentos nos espaços litorâneos, cada um deixando populações residuais numa condição de semi-isolamento, e gerando uma base legal própria de apropriação que se sobrepõem às anteriores, [...] são comuns as situações de conflitos pela posse da terra ao longo de todo o litoral brasileiro (MORAES, 2007, p. 26)

O Estado, por ser um produtor de espaço, tendo poder para reverter tendências de ocupações e gerar novas perspectivas de usos, seja pelo fechamento da área, seja pela instalação de equipamentos de infraestrutura, é um ator social que estará envolvido no conflito territorial. Muitas vezes, a proteção da natureza, no discurso do Estado, passa a ser um alibi, como apontou Nascimento (2010), para encobrir a contradição entre o uso que o lugar e seus recursos representam para uma maioria e o valor de troca pelo qual se interessa uma minoria que procura

extrair deles um benefício econômico. Os espaços litorâneos e suas qualidades geográficas particulares, são apropriadas como mercadoria para serem vendidas às classes média e alta, que buscam estar na moda, adquirir *status* social e qualidade de vida²², fixando-se próximo à natureza. Tais questões se combinam a outras ditas universais e provocam impactos e disputas de território: de um lado, os usuários subalternos, originários ou tradicionais e, de outro, os interesses do capital e dos novos ocupantes. Não raro, acontece a desintegração dos grupos menos hegemônicos, enfraquecendo a sua coesão e poder de luta, pois as interações ocorrem entre os sujeitos em sua condição e posição numa sociedade contraditória e desigual, na qual os interesses políticos são alimentados por estratégias que sinalizam a disputa de poder. Para Rieucou e Lageiste (2008, p. 1)

Les usages de la plage dans le monde ne cessent de se complexifier et de se renouveler: fréquentée en hiver puis en été, de jour et désormais la nuit, habillé ou dévêtu, sur prescription médicale puis pour le plaisir. Aujourd'hui, quel que soit le continent, la pratique de la plage urbaine et périurbaine en fait un territoire de loisirs, de pratiques sportives, mais également de sociabilité, de mise en scène sociale²³.

De acordo com esses autores, os geógrafos acabam dando mais atenção à praia do ponto de vista físico. Compreendida enquanto construção sedimentar, (depósitos de areias, cascalhos ou seixos) acumulados pelos agentes de transporte lacustres, fluviais ou marinhos em contato com a água, apresentando uma largura maior ou menor em função da maré. Essa compreensão não é suficiente para explicar a complexidade das apropriações territoriais efêmeras ou perenes que a praia gera. Tarefa, um tanto complexa, por envolver a força do imaginário dos atores e suas representações.

²² Compartilho da ideia de Leff (2013, p. 324) sobre a qualidade de vida, a qual vai depender, além da percepção do sujeito sobre a sua própria condição de existência, ela depende da, “Qualidade do ambiente [...] da conservação e preservação da base dos recursos naturais, [...] das formas inéditas de identidade, de cooperação, de solidariedade, de participação e de realização que entrelaçam a satisfação de necessidades e aspirações derivadas do consumo com diferentes formas de realização através de processos de trabalho, de funções criativas e de atividades recreativas”.

²³ Os usos da praia no mundo continuam a se tornar mais complexos e renovados: freqüentados no inverno e depois no verão, de dia e agora à noite, vestidos ou despídos, com receita médica e depois por prazer. Hoje, qualquer que seja o continente, a prática da praia urbana e periurbana o torna um território de lazer, práticas esportivas, mas também de sociabilidade, de encenação social.

A partir de um desprendimento da visão cartesiana, reducionista²⁴ e etnocêntrica, percebi que, dentre os serviços culturais que o espaço costeiro presta às sociedades brasileiras, estão os valores simbólicos que os praticantes de religiões de matriz africana atribuem à praia.

A praia do Balneário dos Prazeres possui diversos atributos e amparos legais, é considerada uma Área de Preservação Permanente (Lei nº 12.651/2012), Área de Valor Paisagístico e Ecológico (Lei, nº 4336/1998)²⁵, Área de Interesse Ecoturístico (Lei nº 4.392 /1999)²⁶, Área de Relevante Interesse Cultural e Ambiental (Lei nº 14.729/2015)²⁷. Esta última, por conter um resquício de vegetação de restinga e por ser esta sagrada para os praticantes de religiões de matriz africana da cidade de Pelotas e região.

No entanto, essa praia apresenta uma situação emblemática do ponto de vista da relação desses usuários com a praia e com o espaço social geral. Nesse aspecto, a praia, além de palco de diversas práticas espaciais, também é condição da existência de diferentes usos. Outra característica desse espaço é que ele é comunicado a partir de diferentes representações sociais presentes na memória social da cidade, dentre essas, destaco as pejorativas como “praia dos pobres” e “praia dos negros”²⁸.

A existência de uma ampla literatura sobre os conflitos de usos nos espaços costeiros tornou a tarefa do levantamento bibliográfico bastante demorada e embaraçosa, pois nesse vasto universo, eu buscava encontrar problemáticas de pesquisas que discutissem territórios e representações sociais (RS) dos povos de terreiros - umbandistas e africanistas em praias e Áreas de Preservação Permanente.

²⁴Por reducionismo, compreendo a prática política em que as contradições do espaço (conflitos atuais e residuais na sociedade), bem como a mediação do saber, utilizada estrategicamente a partir de uma mistura de ciência e ideologia, aparecem como meios a serviço do Estado e do Poder.

²⁵ Disponível em: <<http://camara-municipal-depelotas.jusbrasil.com.br/legislação/49081/lei-4336-98>>. Acessada em: 22 jun. 2018.

²⁶ Lei nº 4.392 sancionada em 1999 pelo Prefeito Otélmo Demari Alves.

²⁷ Projeto apresentado pelo deputado Catarina Paladini sancionado em 24/08 2015 pelo governador José Ivo Sartori.

²⁸ Existia um preconceito de religião e um preconceito de racismo. O negro naquela época não podia frequentar a mesma praia do branco e o que aconteceu, ficou a praia dos brancos lá, é um preconceito muito grande o racismo né? E os negros então, vinham para cá, para essa praia. Teve uma época que existia uma crítica até sobre isso, que diziam que o Barro Duro era o “Planeta dos Macacos”, porque tinha aquele programa de televisão, um seriado que era o Planeta dos Macacos (morador do Barro Duro Jairo Caetano, in: Mazzilli, 2013).

Todavia, a produção do espaço costeiro historicamente construída é a da legitimação e sustentação da classe dominante. E a revisão sobre os estudos dos usos sociais do litoral evidencia que os usos da praia pelos povos praticantes de religiões de matriz africana ainda são invisibilizados pelas ciências humanas e naturais de uma forma geral. Tal fato me levou a alterar as palavras-chaves praia, litoral e costa, para espaços públicos. Assim, encontrei diversos trabalhos, exponho alguns deles, após apresentar uma breve revisão sobre os estudos antecedentes acerca dos usos e conflitos sociais do litoral e áreas de amenidades.

Maria Aparecida Pontes da Fonseca *et al.* (2013) analisaram a natureza das relações dos atores com o espaço, com enfoque no aspecto identitário do vínculo territorial dos moradores em segunda residência na cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Os autores identificaram que o vínculo territorial dos moradores de segunda residência é concebido por uma mescla de significações, porém ancoradas na busca de um “bem-estar familiar” em ambiente de paisagem com beleza cênica. A “busca de um maior contato com a natureza está entre os principais valores atribuídos para as localidades de segundas residências, e são neste sentido, propiciadoras de novas relações indentitárias com o lugar” (FONSECA *et al.* 2013, p. 16). Trazendo esse enfoque para o objeto desta pesquisa, percebo que, além da busca pelo contato com a natureza, a sacralização dos elementos da natureza ali presentes (água, mata, areia) e a gruta de Iemanjá são os elementos proporcionadores de relações identitárias para grande parte de seus frequentadores.

Todavia, poucas vezes os lugares despertam os mesmos valores e possuem as mesmas representações para o conjunto de seus usuários. Foi o que observei em alguns trabalhos. No entanto, cabe ressaltar que esses não estão voltados para a questão da produção do espaço costeiro. Trago-os aqui porque discutem os embates entre atores sociais, também auxiliaram na presente pesquisa, ao servir de inspiração no enfoque mais subjetivo dos atores, mostrando como os tensionamentos do espaço social produzem o espaço.

Foi o caso observado por Di Méo e Pradet (1996), que, apesar de não focarem o estudo em área costeira, consideraram um lugar de paisagem cênica, o Vale do Aspe, nos Pirineus Ocidentais. Eles observaram dois tipos de moradores em suas compreensões relativas ao território local: os autóctones e os *neos*, apesar embora ambos fossem do lugar. Os autóctones aspiram a modificações,

infraestruturas de acesso e crescimento econômico e os *neos* almejam que o vale se mantenha tradicional e suas paisagens preservadas.

Outro estudo, que envolve áreas de paisagens de amenidades em disputa é o de Zunino & Hidalgo, (2010). Estes autores identificaram tensionamentos no uso do solo no Município de Pucóm e sua área de influência, situado no Chile. Espaço este, dotado de uma variedade de recursos paisagísticos, o qual tem incentivado a chegada, do que os autores denominaram, de “migrantes de amenidades verdes”. A pesquisa baseou-se em entrevistas aprofundadas, com este grupo, os quais revelaram que, buscam um estilo de vida distinto da vida urbana, estão vinculados a atividades não convencionais para o Chile (Budismo zen, medicina alternativa, movimentos místicos de origem variadas). Os baixos níveis de participação na vida política, identificados, ocorre pela solidez de seus ideais e pelo desdém da política tradicional e dos políticos que são aliados do capital imobiliário. O grupo se apropria utilitariamente e funcionalmente do território, por isso, ocorre a formação de círculos sociais, à margem da vida política nacional e local. Mas por estarem desenvolvendo territorialidade resultante de uma apropriação simbólica expressiva do espaço, que tem levado a um sentido de pertencimento do lugar, os autores especulam este fato, compreendido por identidade cultural, como potencial latente para a participação nas decisões governamentais.

Esse trabalho ajudou a pensar o fato de que no Balneário dos Prazeres tanto os novos moradores, quanto os mais antigos, apesar das constantes denúncias de invisibilidade do lugar pelo poder público, não conseguem manter uma expressão mais sólida, de associação de bairro. Daí decorrem questões como: Seria pela falta de uma coesão social no conjunto dos moradores? Ou pela fragilização dos laços humanos manifestados na individualização presente na era da modernidade líquida, como sugeriu Bauman (2001)?

Outro autor que traz uma situação de conflitos com o território semelhante é Elias (2000) em sua obra “Os estabelecidos e os Outsider: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade” inglesa, editado pela primeira vez em 1965. O conflito observado girava em torno dos valores das tradições e da boa sociedade dos mais antigos no bairro (estabelecidos) que estigmatizavam com atributos de delinquência, violência, desintegração os recém-chegados (outsider) ao bairro industrial onde todos possuíam o mesmo nível socioeconômico. Na sociologia

inglesa, o livro foi identificado como “Estudo de Comunidade”, apesar da expansão da temática na época, ocupou lugar subordinado e estigmatizado tal como atribuído aos subúrbios operários de seu estudo empírico. No Brasil, recentemente ganharam notoriedade os estudos geográficos sobre o que é pequeno: fugas, expressões territoriais de subjetividades fragmentadas e subalternas. Como ressalta Anita Loureiro de Oliveira, no prefácio do livro “Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço”²⁹, “Precisam-se ampliar o alcance das vozes interditadas para que seja possível reconhecer a ação do sujeito que não se conforma com a condição de subalternidade”. Todavia, sem perder de vista que existe uma luta maior que une todas as pluralidades de sujeitos, sejam eles indígenas, negros, mulheres, ou categorias de trabalhadores, a luta é contra o atual modelo de produção capitalista.

Como aponta Heidrich (2017)³⁰, “a convivência em sociedade, a vida formal, o comportamento público, foram construídos por embates inúmeros e a concepção que trazemos e que culminou na vida moderna, nos diz que aceitamos conviver com a diferença”. Entretanto, a vida cotidiana nem sempre é regrada por normas, tem muito do que é espontâneo e da necessidade de reinventar as condições de vida, como bem demonstra De Certeau (2009). Para esse autor, o sujeito é modelador do espaço; ele está a todo instante ressignificando-o, caminhantes ou pedestres não enxergam as práticas organizadoras da cidade habitada, mas praticam-na cegamente ao atribuir-lhe sentido. O espaço, portanto, ganha uma noção do praticado, do subjetivado, da mobilidade, sendo a atividade dos sujeitos que o qualificam.

Nesse sentido, a praia enquanto um espaço praticado de forma plural, quando apropriada e transformada em espaço sagrado, é palco de conflitos evidentes e latentes. Como no caso dos usos do espaço público pelos umbandistas e adeptos de religiões de matriz africana, no qual os espaços tornam-se o *locus* da hierofania revelada em objetos (BONNEMAISON, 2002; ROSEMDHAL. 2002, 2012). Esses grupos religiosos se apropriam simbolicamente de áreas de parques, matas, praças, encruzilhadas e praias que se transformam em geossímbolos (BONNEMAISON,

²⁹ SILVA, C. A. da. *et al.* **Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço**. Consequência: Rio de Janeiro, 2014.

³⁰ HEIDRICH, A. L. **Vínculos territoriais - Discussão teórico metodológica para o estudo das territorialidades locais**. Revista Geographia Vol. 19, nº 39: jan./abr. Niterói, 2017.

2002). Os conflitos ocorrem com frequência em diferentes partes da costa brasileira entre os religiosos e não religiosos, todavia é no Rio de Janeiro, onde estes conflitos são mais evidenciados e estudados.

O trabalho de Moraes (2010) mostra que os territórios santuários se tornaram um dos maiores dilemas para a Umbanda. O autor ilustra essa problemática apontando para a frequente privatização de muitos espaços na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, transformados em santuários através da criação de parques que oferecem locais reservados para os rituais umbandistas, como cachoeiras e pedreiras, refletindo a apropriação de espaços por parte de grupos de administradores do sagrado (federações e associações). O autor, também, reconhece que, diante dos conflitos que se acentuam, atualmente, vinculados ao crescimento urbano e à explosão de outros grupos religiosos como os neopentecostais, com expressiva representação política, os adeptos das crenças afro-brasileiras devem criar mecanismos que lhes possibilitem maior participação na esfera política. Só o reconhecimento da Umbanda pelo Estado não basta.

O trabalho de Carneiro (2011) aborda os desafios das territorialidades afro-brasileiras no Rio de Janeiro, ou seja, em uma escala metropolitana. A análise parte de observações de rituais dentro e fora dos terreiros de Candomblé e Umbanda. Observa momentos de convívio pacífico com outros de relações conflituosas, provocando tensões e disputas no território. O autor trabalha com a noção de territorialidade humana, de Sack (1996), tida como uma estratégia geográfica poderosa para controlar pessoas e objetos por meio de um controle de área ou, ainda, uma estratégia humana para afetar, influenciar e controlar.

Fala das relações conflituosas que existem, mesmo, dentro do continuum religioso afro-brasileiro e das disputas entre as diferentes formas religiosas, muito semelhante com o que ocorre no campo religioso afro-brasileiro de Pelotas, estudado por Campos (2015, p. 106). Essas territorialidades religiosas resistem, adaptando-se e reinventando-se, pois enfrentam diversos problemas, como as perseguições de outras religiões, de ambientalistas, de traficantes, do mercado imobiliário, de modificações da qualidade ambiental de seu meio, como o desmatamento e contaminação dos mananciais usados, como observou Silva (2007) no Balneário dos Prazeres. No Rio de Janeiro, a violência e seu valor simbólico têm afastado os terreiros das favelas. Já é cena comum ver traficantes

convertidos em religiões cristãs evangélicas expulsarem os terreiros de Umbanda e Candomblé das favelas.

Já, o trabalho de Barros (2008), intitulado: Geografia e Territorialidades na Umbanda: usos e apropriações dos espaços urbanos, traz a descrição do espaço social do terreiro. Nesse artigo, o autor descreve suas observações de campo realizadas em terreiros de Umbanda em mais de 10 anos de pesquisa e aponta que o desenvolvimento urbano não é necessariamente obstáculo ou impedimento ao pensamento mágico /religioso. Em suas palavras,

Não se trata de ruptura entre religião e secularização ou entre magia e racionalidade, mas de uma continuidade possível pelo diálogo entre práticas, valores e significados destoantes, conflitivos ou convergentes, que caracterizam a vida multidimensional da cidade (BARROS, 2008, p. 64)

Há uma identificação entre o grupo religioso e a cidade, que cria identidade³¹ vivida/espacial, a cidade é também o espaço de convívio dos homens com os seus deuses.

A partir da mesma matriz, há variações interpretativas, a invenção e interpretação na Umbanda são dinâmicas e constantes, o que, muitas vezes, impede a existência de uma união entre os grupos religiosos. Tal situação é observada em Pelotas e dificulta a luta pelo reconhecimento e legitimidade enquanto entidade religiosa. A fragmentação das religiões de matriz africana³² no Rio Grande do Sul, fato que se traduz nas mais de 65 mil casas de religião ou terreiros³³ em todo o Estado, superando os Estados do Rio de Janeiro e da Bahia.

³¹ Identidade é compreendida, nesta pesquisa, como o sentimento de pertencimento, uma sensação de natureza compartilhada, de unidade plural que possibilita e dá forma e consistência à própria existência (GOMES, 2002).

³² “Religiões de matriz africana podem ser descritas como territórios em que as relações dos seres humanos com as potências sagradas da existência são construídas e se transformam a partir de referências filosóficas e cosmológicas marcadas pela experiência de africanos e seus descendentes nas mais diferentes regiões do planeta” (KOSBY, 2014, p. 296).

³³ Na II Conferência dos Povos de Terreiros, que ocorreu em Pelotas, em agosto de 2017, foi discutido o processo de politização dos povos de terreiro. Nas palavras do Babalorixá, “significa dizer que precisamos ocupar alguns espaços, saber onde estão os nossos direitos e saber o que fazer com eles, pensarmos em políticas específicas para o povo de terreiro, que é um povo de norte a sul do Brasil, que passa pela invisibilidade, inclusive no RS, que é um Estado que tem em torno de 65 mil terreiros. Uma parcela importante da população gaúcha que passa na invisibilidade das Políticas Públicas, diversas instâncias do Direito Civil e Jurídico”.

Outro trabalho que considero importante para o diálogo com minha proposta de pesquisa é a tese de Campos (200), intitulada: “O Planejamento Urbano e a ‘Invisibilidade’ dos Afrodescendentes - Discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro”. Esse trabalho discute a participação do Estado no processo da segregação socioespacial no sistema urbano brasileiro, no caso do Rio de Janeiro. Ele contribuiu para que os pobres urbanos, sobretudo, os afrodescendentes, vissem agravar todos os tipos de preconceitos das questões étnico-raciais, a pouca atenção voltada para a infraestrutura básica que promovesse mais justiça social e maior qualidade de vida.

Por meio desse levantamento bibliográfico, foi demonstrado que o tema da produção dos espaços urbanos com amenidades e dos espaços costeiros caracteriza situações geográficas distintas e conflitivas, quanto às formas de apropriações e dominação do território. Mais do que isso, demonstrou que os sujeitos das classes sociais menos favorecidas e afro-brasileiros, dentro dos embates sociais, são os que sofrem com a fragilização dos vínculos territoriais e têm os seus direitos velados. Isso observo no Balneário dos Prazeres, onde os conflitos territoriais estão associados à espacialidade do lazer dos mais pobres³⁴, logo, também dos negros.

O Balneário dos Prazeres, localiza-se às margens da Laguna dos Patos, ao norte do Balneário Santo Antônio, estando há 16 km do centro histórico de Pelotas. Faz parte da região administrativa urbana chamada Laranjal³⁵. Essa região administrativa vem passando no decorrer das últimas quatro décadas, por um rápido processo de urbanização, em função das peculiaridades das suas paisagens naturais e proximidade do centro urbano da cidade. Seu único acesso, via rodoviária, é possibilitado pela Av. Adolfo Fetter (Figura 2)

³⁴ Trata-se das classes D e E, com rendas familiares entre: 1,01 a 3,0 e < 1,01 salário mínimo respectivamente.

³⁵ O topônimo Laranjal teve origem em 1789, quando a região pertencia ao Capitão Manuel Bento da Rocha. Na época, havia uma grande plantação de laranjeiras na parte onde atualmente é o Balneário Santo Antônio (C.P, 7 fev. 1982, In ECHEVERRY, LARANJAL, V.3, 1982-1992, PELOTAS, 1998).

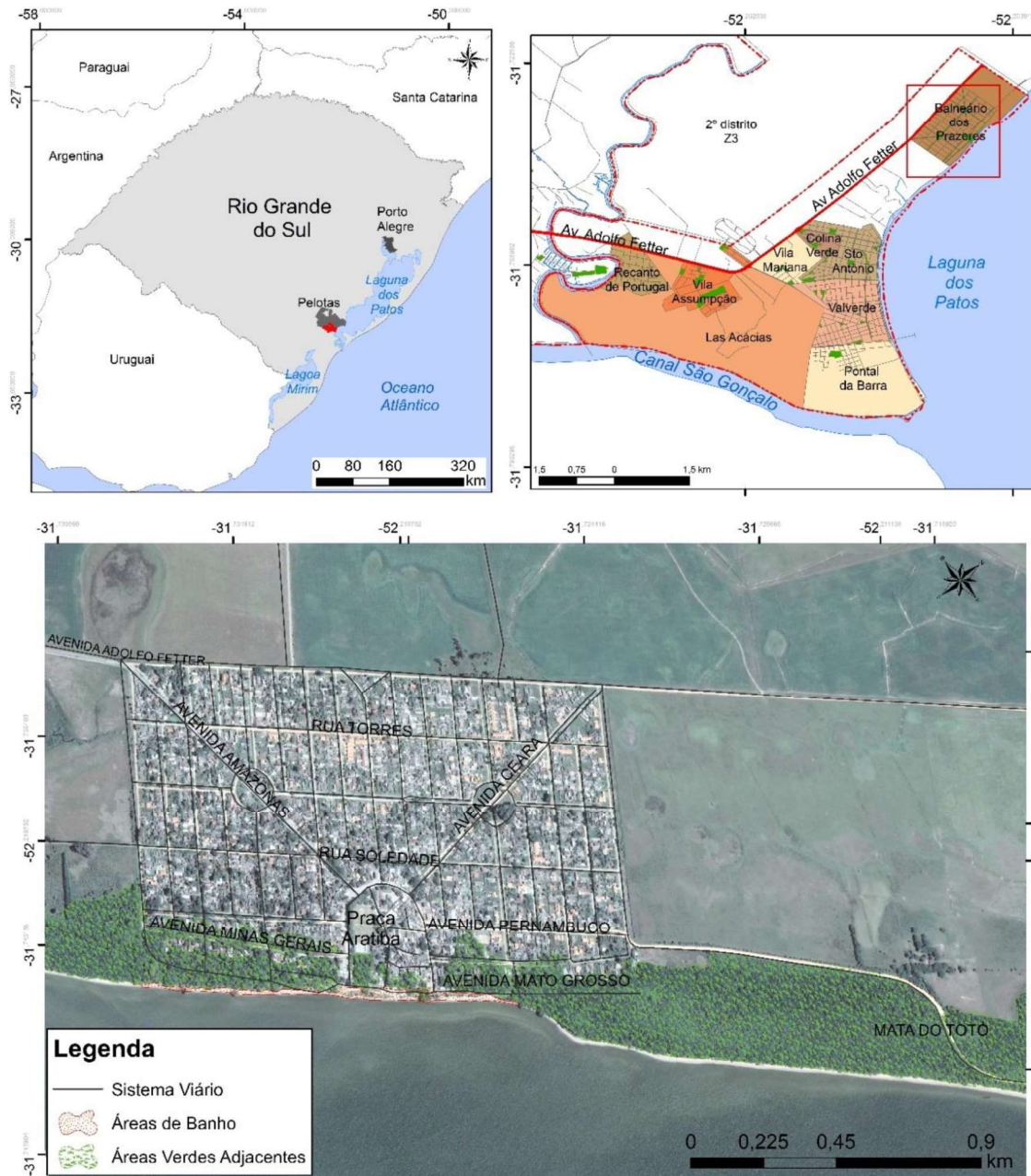


Figura 1 - Mapa da área de estudo: Balneário dos Prazeres.
Fonte: Lopes (2018)

Apesar da região administrativa Laranjal ter seu solo valorizado e cobrar uma das maiores taxas de impostos urbanos da cidade, há uma clara divisão em seus espaços balneários. O Balneário dos Prazeres, por ter sido destinado aos pobres e afrodescendentes desde sua origem, como será mostrado mais à frente, foi tratado de forma diferenciada pelo poder público ao longo de sua existência. A representação desse espaço para a sociedade hegemônica pelotense é de uma praia deficitária, sem infraestrutura urbana e de lazer. O Balneário dos Prazeres é visto como sujo e violento, além de diversos outros estigmas. Trata-se de um espaço

urbano costeiro, bastante complexo do ponto de vista da sua dinâmica – costeira – e das suas relações sociais e socioambientais. Na costa lagunar de Pelotas, é esse o trecho que vem expondo um comportamento erosivo de retrogradação de 1,04 m ao ano (CALLIARI *et al*; 2000), encolhendo a praia e intensificando os tensionamentos existentes entre os atores sociais territorializados e usuários que nutrem ideias, amplamente divergentes sobre as práticas socioespaciais do referido espaço-praia. Tal fato revela traços marcantes das relações de poder projetadas sobre o espaço, qualificando o espaço social deste Balneário como um território.

Ao realizar uma busca por trabalhos acadêmicos prévios que tenham o Balneário dos Prazeres como tema transversal, encontrei artigos, dissertações, TCCs e outros, como podem ser vistos no Apêndice A.

Dentre esses trabalhos, destaco dois, por discutirem as práticas espaciais dos atores afro-religiosos. O primeiro é o estudo antropológico de Isabel Soares Campos (2015). A autora descreve o conflito socioambiental entre dois princípios jurídicos – direito ao patrimônio versus preservação ambiental, através de observação participante nas festas de Iemanjá de 2014 e 2015, bem como participação em audiências públicas e reuniões na Federação Sul Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros. A autora expõe que, mesmo existindo aparatos legais que assegurem o livre exercício de práticas religiosas e legitimem o processo de patrimonialização em relação às manifestações culturais do segmento negro e da religião de matriz africana, ainda persistem preconceitos e perseguições. O discurso ambiental tem sido usado para estabelecer limites para os usos do território praia para a celebração da Festa de Iemanjá. Assim, a autora aponta para um contínuo controle por parte da municipalidade das práticas afro-religiosas na cidade. Esse trabalho foi importante do ponto de vista da revelação da atualidade da repressão e discriminação sofridas pelos afro-religiosos pelotenses. A autora deteve-se, de forma mais específica, na relação entre o conflito socioambiental e a questão da intolerância religiosa. Deixando, ainda, lacunas no conhecimento no que se refere ao espaço social costeiro, sendo os afro-religiosos apenas um dos atores transitórios da (re) produção do Balneário dos Prazeres.

O segundo trabalho é de Dias (2014), o qual traz uma discussão também com enfoque metodológico na observação participante da pesquisa antropológica, mas o tema é a relação da festa de Iemanjá com a degradação ambiental na praia. Esse

trabalho aponta que os problemas ambientais do Balneário não estão totalmente relacionados com as festividades de Iemanjá, e que este sofre com o descaso do poder público e com a falta de investimentos, se comparado com os demais balneários que integram o Laranjal. No entanto, pelo limite de um artigo de conclusão de curso, esses temas não foram devidamente aprofundados e, por isso, o trabalho não revela o que está por trás do descaso do poder público com o lugar, o que passa por um estudo mais detalhado da relação do humano com o espaço, abarcando as suas representações de natureza e interesses políticos.

Nesse território-praia, conforme o IBGE (2010), residem 4.362 pessoas. Esse grupo de moradores são de classe média à baixa e costumam receber na sazonalidade de verão uma população bastante expressiva, atraída pelo lazer a baixo custo. A praia propicia sombra, contato com a natureza e com o sagrado, visto que ela abriga a Gruta de Iemanjá e realiza, há mais de 60 anos, a Festa de Iemanjá. O balneário possui uma orla bastante arborizada, abrangendo vários fragmentos remanescentes de vegetação de restinga do Bioma Mata Atlântica, compondo uma das maiores áreas verdes da cidade.

O intenso uso desse espaço para o lazer das classes populares e práticas de religião de matriz afro-brasileira ao longo dos anos, sem que houvesse postura de atenção ecológica dos usuários, planejamento/gerenciamento/fiscalização dos usos pelo poder público local (ator exógeno), conformou uma situação de desigualdade socioespacial. Esta, por sua vez, desencadeou uma série de problemas ambientais que afetam a qualidade de vida dos moradores (atores endógenos) e o acesso à natureza e ao lazer na praia pelos grupos praticantes de religiões afro-brasileira e veranistas populares (atores transitórios)³⁶. Esses grupos são marcados pelas diferenças de classe e étnicas, frente aos processos modernizadores, às ações do mercado imobiliário, do Estado e das elites³⁷ dominantes, produzindo espacialidades diferenciadas e desiguais.

³⁶ As tipologias dos atores “endógenos, exógenos e transitórios” estão relacionadas às suas práticas em função de sua posição territorial, a determinado território (GUY DI MÉO & BULEÓN, 2007).

³⁷ Conforme Bottomore (1974), o termo elite pode ser definido como grupos funcionais que possuem *status* elevado dentro da sociedade, uma minoria que dirige a sociedade exerce o poder e disputa a liderança política. Considero como elite os proprietários fundiários, grupo de empresários locais e profissionais liberais.

A desigualdade e diferenciação espacial aparecem, muitas vezes, produzidas a partir da negação de direitos humanos e da natureza, configurando cenários de conflitos e injustiças socioambientais³⁸ que vêm acompanhados da imputação de estereótipos pejorativos dos moradores, frequentadores da praia. Os frequentadores dessa praia, bem como seus moradores, são vistos pelos grupos hegemônicos como os responsáveis pela degradação ambiental da praia, fato que encobre a responsabilização do poder público, na gestão da praia, encobre o bairro como produto da luta pelo direito à cidade, ao lazer, cuidado ambiental e respeito pelas diferenças.

O fato é que as administrações e suas secretarias de planejamento e gestão da cidade não garantem a qualidade de usos da orla às práticas de religião de matriz africana e às condições necessárias ao lazer do pobre. Como reivindicou o morador e ativista social Alceu:

[...] quando há 30 lixeiras na praia do rico não há nenhuma na praia do pobre”, não há lixeiras e banheiros suficientes na praia e não há nenhum tipo de programa de educação ambiental a nível do município. Tal praia, nem ao menos, consta como área de turismo de veraneio da cidade (Depoimento na Audiência Pública - Orla do Balneário dos Prazeres, dia 14/03/2013).

Quem concebe o planejamento da cidade tem de olhar para os usos dos espaços públicos, pois as formas espaciais, além de expressarem transformações econômicas, sociais e culturais, contribuem para a redefinição dos processos sociais, políticos e culturais.

No Balneário dos Prazeres, tanto o espaço geográfico, espaço físico, material, espaço natural e espaço do produto das relações humanas, quanto o espaço social (LEFEBVRE, 2013), compreendido como espaço imaterial, das redes e interações dos territórios, das territorialidades, dos lugares e representações sociais, as quais estão contidas no espaço geográfico, passam por processos de transformações.

A diferenciação socioespacial que ocorre entre os balneários, potencializando a praia do rico (balneários Santo Antônio e Valverde) em detrimento da praia do

³⁸ De acordo com Henri Acselrad (2004, p. 9) “os conflitos ambientais eclodem quando impactos indesejáveis, transmitidos pelo ar, pela água, ou pelo solo, comprometem a coexistência localizada entre distintas práticas sociais de uso do território e de seus recursos”.

pobre, (Balneário dos Prazeres), somadas ao fato de não haver mais a possibilidade de acampamento na orla para o veraneio, o fechamento do *ecocamping*³⁹ na praia do Totó, próximo dali e a perda do espaço de praia pelos processos erosivos, fez com que seus usuários habituais se afastassem da praia. Os moradores lamentam o abandono da praia pelos seus habituais usuários, pois esse fato tem enfraquecido a economia local. Isto faz com que eles tenham de procurar emprego em outros locais da cidade e do Laranjal.

A situação, cada vez mais agravante da falta de gestão dos usos dos espaços públicos e de preservação ambiental, tem tornado o local cada vez mais degradado e inseguro, por conta da territorialização de facções criminosas⁴⁰. O espaço de lazer dos veranistas, que também é de lazer e sagrado dos umbandistas e africanistas, tem se tornado tofóbico, fragilizando os vínculos territoriais dos praticantes de religião de matriz africana, que usavam as matas e a praia para o encerramento anual de seus terreiros. De acordo com Heidrich (2000, 2001, 2017) a noção de vínculos territoriais tem sido útil para analisar situações de ligações de comunidades e seus atores com um espaço e processo de apropriação por eles mesmos. Nesse sentido, as práticas espaciais são responsáveis por estabelecer vínculos com os elementos naturais do espaço e com o espaço criado pelo imaginário humano contido nessas práticas. “A relação e o sentimento de pertença territorial indicam representações coletivas do espaço, dando sentido ao lugar e explicando os vínculos territoriais” (PIRES, *et al*; 2016, p. 226).

³⁹A construção desse espaço insere-se no contexto de valorização das paisagens dotadas de amenidades pelo poder executivo, quando o prefeito Ary Alcântara, em 1975, assinou o Decreto nº 1.100, que declara pontos turísticos, para fins de desenvolvimento do turismo todas as terras situadas nos balneários do Laranjal. Esse prefeito determinou a declaração de utilidade pública, em regime de urgência e destinou uma área para a construção do *ecocamping*. Este cumpriu a sua função social até o seu fechamento em 2014, devido ao novo Código Florestal, Lei nº 12.651, que passou a vigorar a partir de 2012. Tal lei só permite o uso em áreas de APP de atividade de baixo impacto ambiental, o que não é o caso da atividade *camping*, considerada pela resolução nº 288 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), atividade de médio impacto. O *ecocamping* chegou a receber 20 mil pessoas por mês na alta temporada, as quais, se acomodavam nas 20 cabanas e espaços para 600 barracas. Atualmente a SQA estuda a possibilidades de usar o espaço para a estrutura de uma possível Unidade de Conservação Ambiental.

⁴⁰As facções criminosas fazem parte do crime organizado, que se difundiram pelo território nacional a partir da formação do Primeiro Comando da Capital PCC, que criou um estatuto, o qual foi publicado em 1997 no jornal folha de São Paulo, cujo objetivo é a luta a favor de seus direitos e contra a opressão do Estado e do descaso com a situação dos presídios do país às custas da violência e do crime comandado de dentro dos presídios. Para saber mais ver BIGOLE & BEZERRA (2014) disponível em: <http://revistas.unoeste.br/index.php/ch/article/view/1209/1287>, acessado em 26 dez. 2019.

Sendo assim, frente ao cenário global de transformações socioespaciais, das áreas costeiras, valorização obcecada da natureza, estigmatização e dominação dos territórios naturais de uso sagrado da população afro-religiosa e dos fenômenos observados no litoral de Pelotas, o presente trabalho consiste em uma investigação da (re)produção espacial do Balneário dos Prazeres e seus tensionamentos territoriais.

No horizonte de seu desenvolvimento, a pesquisa articula a pluralidade dos sujeitos e atores sociais, suas interações com o ambiente natural, práticas e representações no território, vindo a suprir as lacunas do conhecimento citadas anteriormente.

Como **questão problema** desta pesquisa destaco:

Considerando o entrelaçamento das relações entre os atores e usuários, entre eles e o espaço geográfico, o que é o Balneário dos Prazeres como espaço social? Quais são as espacialidades em tensionamento?

A **hipótese de tese** é de que o Balneário dos Prazeres é um espaço público disputado por diferentes atores sociais territorializados cujas intencionalidades de usos não levam em conta a complexidade de suas apropriação e usos.

A hipótese apresentada será posta em prova pela pesquisa. Ela tem fundamentação teórica nas abordagens do território, vínculos territoriais, representações sociais, espaço social e na tríade espacial de Henri Lefebvre.

As questões apresentadas neste trabalho serviram de incentivo para a realização desta pesquisa, uma vez que os problemas presentes no Balneário dos Prazeres se repetem em diferentes contextos e intensidade, em diversas cidades da costa brasileira.

Objetivo geral

Explicar o espaço social do Balneário dos Prazeres a partir das diferentes formas de apropriações, usos e representações do espaço as quais desencadeiam conflitos no lugar, para uma posterior reflexão sobre um planejamento urbano-costeiro, que valorize a cultura afro-brasileira na preservação da natureza do lugar.

Nesse intuito, trabalho quatro **objetivos específicos**:

- Identificar os atores e agentes sociais da (re)produção do espaço Balneário dos Prazeres;
- Contrapor os diferentes interesses de usos do território praia, revelando os conteúdos das representações de natureza tensionadas nas práticas territoriais;
- Analisar os tipos e intensidade dos vínculos territoriais dos atores/agentes com o lugar ao longo das três últimas décadas;
- Mapear os espaços e referenciais espaciais dos atores endógenos e transitórios;

O quadro abaixo ilustra os questionamentos com os objetivos correspondentes e a tese propriamente dita.

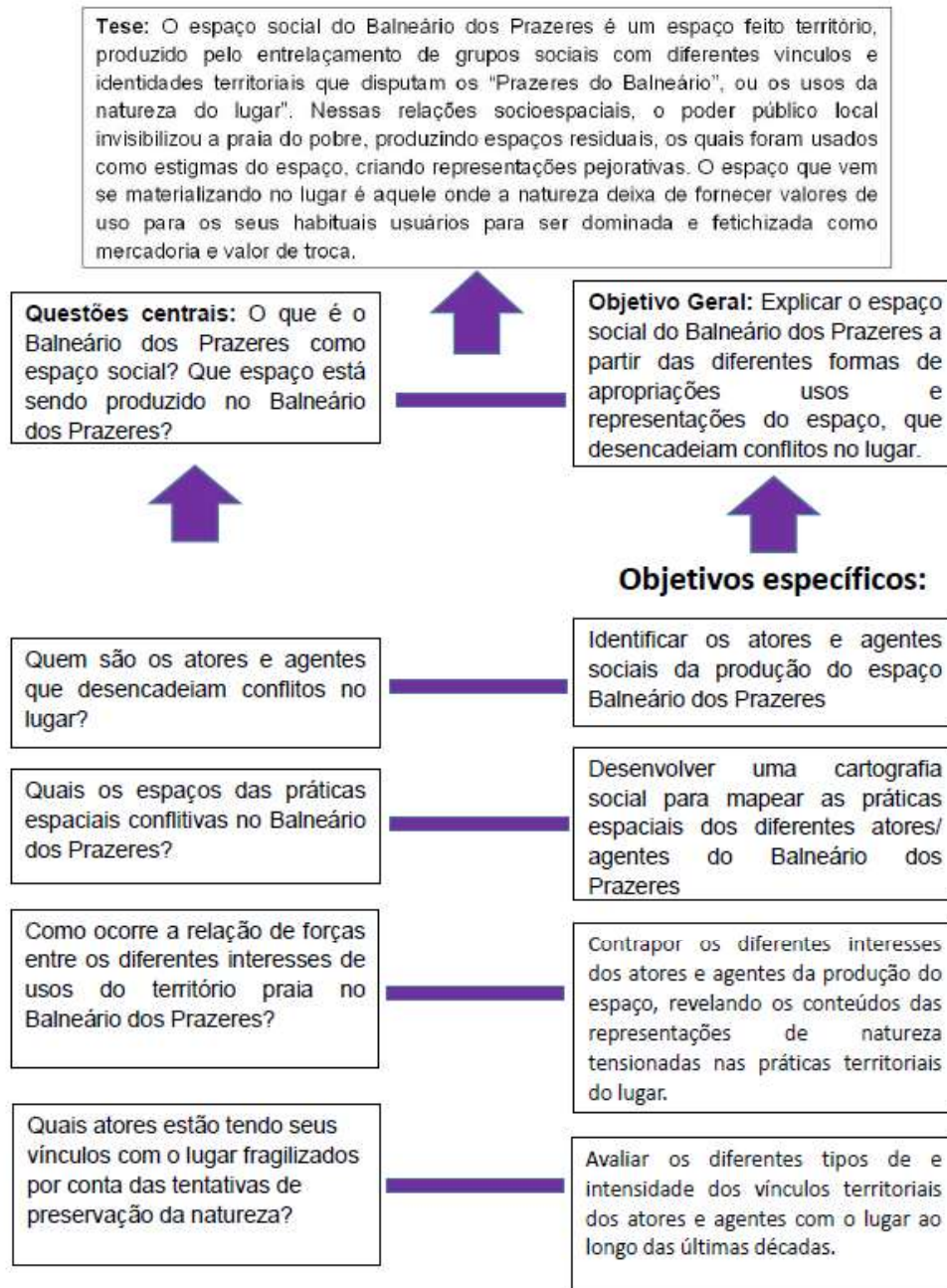


Figura 2 - Esquema explicativos dos questionamentos com os respectivos objetivos e a tese

Fonte: autora, 2017

Título	Territórios e Representações Sociais em Tensão na Orla da Laguna dos Patos, Pelotas-RS			
Problema	O que é o Balneário dos Prazeres como espaço social? Quais são as espacialidades em tensionamento?			
Recorte espacial	Praia do Balneário dos Prazeres e matas adjacentes			
Objetivo Geral	Explicar o espaço social da praia no Balneário dos Prazeres a partir das diferentes formas de apropriações, usos e representações do espaço que desencadeiam conflitos no lugar.			
Objetivos específicos	Por quê?	Quais são os instrumentos/técnicas de coleta?	Quais são as fontes?	Quais técnicas de análise?
1. Identificar os atores e agentes sociais territorializados da (re) produção do espaço no Balneário dos Prazeres.	- Para conhecer e refletir sobre os sistemas de significações e sentidos que guiam as práticas espaciais.	- Entrevistas semiestruturadas abertas; - Observação participante; - Fotografias de campo.	- Sujeitos entrevistados; - Trabalho de campo; - Levantamento documental.	- Análise de conteúdo com inspiração na análise de discurso apoiada na proposição de Heidrich (2016), a partir do entendimento de unidade de significação de Michelat (1987).
				- Quadros; - Fotografias; - Transcrições de entrevistas - Notas de campo.

<p>2. Contrapor os diferentes interesses de usos do território praia, revelando os conteúdos das representações de natureza tensionadas nas práticas territoriais.</p>	<p>- Para compreender como ocorre a relação de forças entre os diferentes interesses de usos do território praia no Balneário dos Prazeres; - Para refletir sobre as práticas espaciais tensionadas no lugar.</p>	<p>- Entrevistas semiestruturadas abertas; - Observação participante; - Fotografias de campo.</p>	<p>- Sujeitos entrevistados; - Trabalho de campo; - Levantamento documental.</p>	<p>- Análise de conteúdo com inspiração na análise de discurso apoiada na proposição de Heidrich (2016), a partir do entendimento de unidade de significação de Michelat (1987).</p>	<p>- Quadros; - Fotografias; - Transcrições de entrevistas - Notas de campo.</p>
<p>Objetivos específicos</p>	<p>Por quê?</p>	<p>Quais são os instrumentos/técnicas de coleta?</p>	<p>Quais são as fontes?</p>	<p>Quais técnicas de análise?</p>	<p>Quais são os tipos de dados?</p>
<p>3. Analisar os tipos e intensidade dos vínculos territoriais dos atores/agentes ao longo das três últimas décadas</p>	<p>- Para identificar processos de ganhos e perdas de vínculos com o território em relação às apropriações socioespaciais da praia. - Para identificar situações de valorização e de pertencimento.</p>	<p>- Entrevistas; - Documentos textuais, - Fotografias de campo e fotografias cedidas pelos atores investigados.</p>	<p>- Sujeitos entrevistados; - Trabalho de campo; - Levantamento documental.</p>	<p>- Análise de conteúdo com inspiração na análise de discurso, apoiada na proposição de Heidrich (2016), a partir do entendimento de unidade de significação de Michelat (1987).</p>	<p>Elaboração cartográfica. Mapa de memória e referenciais espaciais do Balneário dos Prazeres.</p>

4. Mapear os espaços e referenciais espaciais dos atores endógenos e transitórios	- Para verificar quais são os espaços das práticas espaciais dos atores, as sobreposições existentes e os espaços simbólicos.	- mapeamento social com os atores endógenos; - Entrevistas; - Fotografias de campo - Georreferenciamento dos marcadores territoriais dos afro-religiosos e moradores.	- Sujeitos entrevistados; - Trabalho de campo.	Análise socioespacial de mapa temático.	Elaboração cartográfica. Mapa de memória e referenciais espaciais do Balneário dos Prazeres
---	---	--	---	---	---

Quadro 1 - Síntese da estrutura da pesquisa, 2018

Além de já ter apontado algumas justificativas na apresentação para a escolha do tema do espaço social costeiro e do Balneário dos Prazeres, como o objeto da pesquisa, ainda cabe destacar outras, tais como: a importância desse tema para a reflexão sobre as pluralidades dos sujeitos, suas trajetórias e condições territoriais. Reconhecer a multiplicidade de histórias é fundamental para o planejamento urbano-ambiental dos espaços costeiros, contribui para um diálogo de saberes (LEFF, 2010) em prol de uma racionalidade ambiental e uma sustentabilidade possível. A percepção dos problemas depende de um grande número de outros fatores que se relacionam com cultura e o conhecimento dos atores sociais sobre o lugar.

Do ponto de vista social, destaco o que os moradores e frequentadores entendem ser falta de respeito do poder público com o lugar e as pessoas que nele vivem e frequentam, bem como a necessidade efetiva de um projeto de educação ambiental, que atenda a população endógena e transitória, visto o grande acúmulo de lixo permanente nas ruas, matas e orla da praia.

Do ponto de vista físico, aponto as intenções de criarem, no espaço, novos arranjos espaciais, com a implantação de uma Unidade de Conservação Ambiental. Nesse caso, poderão surgir novas tipologias de usos do território praia que poderão afastar os habituais usuários. Sobre o aspecto ambiental, observo a ocupação das áreas de APP, erosão praial em seu processo de variação da linha de costa, levando ao tombamento da mata nativa, além da falta de saneamento básico, voçorocas, descarte irregular de lixo e falta de balneabilidade da praia, tais problemas são, segundo Souza (2005), ao mesmo tempo, problemas urbanos e ambientais.

A par de todas essas observações, que, pela complexidade que possuem, já justificariam o presente estudo, um outro, de caráter teórico, fez também avançar a pesquisa. Alguns estudos dos campos da Geografia, Sociologia, da Economia e Ciência Política acreditam ser a luta pelo espaço o resultado dos intensos processos de urbanização, pela aceleração do tempo e dos eventos. Outros, já numa perspectiva mais ampla, como propõe Lefebvre, vão refletir sobre o urbano e a cidade de forma indissociável, aproximando-se da complexa realidade em que vivemos. Nesse mesmo sentido, Hall (2016) chama a nossa atenção para o fato de que os significados das práticas e as relações sociais são profundamente contextuais, um corpo negro ou uma marcação de classe, por exemplo, não existe

ou não tem sentido fora do contexto que a produz como tal. Por isso, o exercício intelectual e político é compreender as relações como tramas de articulações que constituem o mundo.

Assim, a presente pesquisa é resultado do desafio de pensar o espaço Balneário dos Prazeres enquanto uma totalidade aberta, híbrida e relacional, no âmbito da sociedade capitalista, permeada por conflitos e contradições, bem como sugeriu Heidegger (2011), a totalidade encerra o ser-no-mundo. É importante que se desvende o significado profundo das representações, indo muito além das aparências e de seus significados imediatos. Isso porque as representações dessa praia geram conhecimentos equivocados sobre a realidade concreta dos seus moradores e frequentadores.

Tendo em vista que este trabalho aborda situações de conflitos territoriais envolvendo os vínculos de apropriação dos afro-religiosos e populares com o espaço-praia, esta pesquisa também se justifica por demonstrar a importância da interface entre o conhecimento da Geografia sociocultural e o campo do planejamento urbano-costeiro. Contribui para a reflexão sobre as questões que envolvem a conflituosa relação existente entre a dominação capitalista e a apropriação de uma coletividade nos espaços costeiros. Traz informações úteis para a formulação de uma legislação mais adaptada aos interesses de usos do espaço-praia dos atores sociais envolvidos.

Outra contribuição da presente pesquisa é que: ao expor que grupos da sociedade civil organizada e poder público invisibilizam e tensionam os usos pelos afro-religiosos do espaço-praia e matas, demonstrou que o preconceito racial e a intolerância religiosa, bem como o preconceito contra o pobre, são residuais na sociedade pelotense. Ainda que pese o fato de que no Brasil a população negra e pobre sofra mais com a ausência da garantia de seus direitos fundamentais mais elementares, como o direito à moradia, a presente problemática se preocupou com a garantia de um espaço digno de lazer aos mais pobres e ao acesso à natureza sagrada aos descendentes dos povos africanos.

Quanto à contribuição deste trabalho para a sociedade local, destaco o conhecimento parcial da Geografia sociocultural da apropriação territorial do Balneário dos Prazeres.

Espera-se que, ao dar visibilidade aos diferentes tipos e intensidades de vínculos territoriais dos atores e ao apontar suas trajetórias históricas e condições territoriais, está se reconhecendo a multiterritorialidade que o Balneário dos Prazeres desperta, o que pode favorecer para uma gestão costeira objetivando a predominância dos interesses coletivos sobre os individuais ou de uma minoria e em última análise a sustentabilidade. Além disso, a pesquisa poderá servir de instrumento para auxiliar a inserção desse território no percurso dos territórios negros⁴¹ em Pelotas, o qual só existe enquanto ideia. Poderá oportunizar a compreensão da religiosidade por meio da preservação ambiental e cultural do lugar e vice-versa.

Roteiro e ordenação da pesquisa

A pesquisa está organizada em sete capítulos, sendo que no segundo capítulo serão apresentados todos os caminhos teóricos metodológicos, incluindo um item sobre as categorias dos atores sociais da produção do espaço Balneário dos Prazeres com base em Guy Di Méo e Buleón (2007), identificando três grupos de atores: endógenos, exógenos e transicionais. Também expõe os interlocutores da pesquisa inseridos nesta categorização.

No terceiro capítulo, situo o município de Pelotas em relação ao seu litoral, tratando um pouco das características físicas desse espaço, os serviços que o litoral presta à cidade e como a sociedade pelotense vem ao longo dos tempos se relacionando com tal espaço. Apresento o Balneário dos Prazeres no contexto da formação territorial do Laranjal. E o Laranjal, enquanto região administrativa da cidade, voltada a setores de classe média a alta, bem como uma discussão sobre os tensionamentos do espaço social no que se refere às disputas pelas toponímias Barro Duro e Balneário dos Prazeres. Também elucidado a constituição da apropriação afro-pelotense no lugar. Trata-se de um capítulo introdutório necessário para situar o leitor no contexto da produção do espaço urbano da cidade e do litoral. Para tanto,

⁴¹ Termo territórios negros é encontrado em Pesavento (1995). A autora traz uma reflexão sobre os jornais do século XIX em Porto Alegre, os quais veiculavam notícias depreciativas sobre o local de referência identitária da população negra, posteriormente expulsa de seus territórios. Bonetto (2018) também se refere aos territórios negros ao apontar a invisibilidade da representação espacial negra no projeto “Museu do Percurso Negro e os territórios negros da cidade de Porto Alegre”. Em Pelotas, Ávila et al (2017) destacam a importância da rever memórias coletivas dos espaços de usos e resistência da população negra e destacam o mapa do percurso dos quilombos na zona rural e urbana.

foi preciso incursionar pela história da formação do espaço urbano costeiro pelotense, ainda que de forma sucinta.

No quarto capítulo, discorro sobre o Balneário dos Prazeres enquanto espaço percebido, espaço das práticas territoriais e dos conflitos. Nele, analiso inicialmente os principais usos e apropriações como o lazer dos veranistas na sazonalidade do verão; as práticas socioespaciais dos moradores; as práticas religiosas afro-brasileiras, incluindo a festa de Iemanjá e suas transformações, e por fim, os conflitos na “proteção da natureza”. O quinto é dedicado às representações de natureza presente nas territorializações, atuais e projetos futuros do poder público para a região, trata das representações do espaço para os atores exógenos. No sexto e último capítulo exponho o Balneário dos Prazeres enquanto espaço de representação ou vivido, que envolve as subjetividades em que se dá a construção dos objetos espaciais, nele a representação extrapola o sentido da ideologia. O Balneário dos Prazeres é espaço praticado, vivido e experienciado pela cultura e imaginários dos moradores, afro-religiosos, veranistas e, também, artistas locais. Mostro que os fragmentos e o residual convergem para o começo de novas histórias. E por fim, apresento algumas considerações do percurso investigativo. Essa tese teve por intuito revelar as percepções, representações e as práticas socioespaciais inerentes a (re) produção espacial do Balneário dos Prazeres. Espaço costeiro que revela a complexidade das relações entre dominação e apropriação da natureza na cidade.

2 CAMINHOS DA PESQUISA

Neste capítulo, exponho os caminhos percorridos para a realização deste estudo, desde as revisões teórico-metodológicas, conceituais até os principais procedimentos técnicos adotados, com maior detalhamento em relação ao que já foi mencionado na apresentação.

Quanto à forma e abordagem do problema, esta é uma **pesquisa qualitativa**, pois considera a relação dinâmica entre mundo real e sujeito. **O processo é o foco principal**, nela a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são fundamentais. Os métodos qualitativos valorizam aspectos subjetivos e particularidades dos fenômenos estudados, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Este trabalho se constituiu em uma **pesquisa participante no contexto da Geografia social**, devido ao envolvimento da pesquisadora e dos atores sociais pesquisados no processo de pesquisa. Nesta prática, a objetividade da pesquisa clássica não é observada, pois é substituída pela “relatividade observacional” (THIOLLENT, 1985, p. 98). A realidade não é fixa, e o observador e seus instrumentos desempenham papel ativo na coleta, análise e interpretação dos dados, caracterizando-a como **pesquisa exploratória e explicativa**. A ação intelectual do pesquisador exige o trabalho de identificar as relações entre um conjunto de variáveis e informações contidas nos levantamentos e relatórios de campo.

Os teóricos desta prática de pesquisa associam-na à **postura dialética**, que enfoca o problema da objetividade de maneira diversa. A dialética procura captar os fenômenos históricos, caracterizados pelo constante devir. Privilegia o lado conflituoso da realidade social. Assim, o relacionamento entre o pesquisador e pesquisado não se dá como mera observação do primeiro pelo segundo, mas ambos "acabam se identificando, sobretudo quando os objetos são sujeitos sociais também, o que permite desfazer a ideia de objeto que caberia somente em ciências naturais" (DEMO, 1983, p. 115). Desse modo, esta pesquisa enlaça o social e o cultural.

Trago, para construir as ferramentas de análise, autores cujos interesses de pesquisa centram-se mais na subjetividade do espaço do que na materialidade. Concordo com Bernardes e Netto (2016, p. 31) quando esses, ao discutir “o lugar dos sujeitos na perspectiva qualitativa em geografia”, afirmam que “não há metodologia perfeita”, e sim aquela mais adequada aos objetos de pesquisa, “visto que sempre é um desdobramento destes”.

A geografia do Balneário dos Prazeres que busco desvelar é aquela preocupada com as relações humanas, práticas, projeções espaciais de poder e territorialidades subalternas nos espaços costeiros, possíveis alvos dos processos hegemônicos de mercantilização da natureza. Nesse sentido, a materialidade não é desconsiderada, uma vez que, neste estudo, está representada pelo espaço da praia e matas adjacentes nas margens da Laguna dos Patos. Esse território está em tensão e, por vezes, em conflito, e vem sofrendo transformações tanto na dinâmica natural quanto na sociedade. Todavia, o enfoque do debate será mais concentrado na noção de espaço social, inspirada em Henri Lefebvre (2013), compreendido como o espaço produzido pelo entrelaçamento das práticas espaciais das pessoas e grupos sociais, a representação hegemônica que se faz do espaço e os espaços de representação, ou vivido. Isso porque compreendo que os problemas ambientais são a face ecológica de uma problemática social bastante ampla.

Nem a natureza – o clima e o sítio – nem a história anterior bastam para explicar um espaço social. Nem a “cultura”. Além disto, o crescimento das forças produtivas não conduz à constituição de um espaço ou de um tempo que resultariam segundo um esquema causal. Mediações e mediadores se interpõem: grupos atuantes, razões no conhecimento, na ideologia, nas representações. **Um tal espaço contém objetos muito diversos, naturais e sociais, redes e filões, veículos de trocas materiais e de informação. Ele não se reduz nem aos objetos que ele contém, nem à sua soma. Esses “objetos” não são apenas coisas, mas relações.** Como objetos, eles possuem particularidades conhecíveis, contornos e formas. O trabalho social os transforma; ele os situa diferentemente nos conjuntos espaço-temporais, mesmo quando respeita sua materialidade, sua naturalidade: de uma ilha, de um golfo, de um rio, de uma colina etc. (LEFEBVRE, 2006 p. 69).

Espaço, para Lefebvre, não é apenas recorte geográfico, mas é também capital, é valor de uso e valor de troca. Para ele, é nesse espaço que os interesses se chocam e é onde o vivido se estabelece cotidianamente, materializado no modo de vida, na sociabilidade, na linguagem. A concepção de história do espaço em

Lefebvre é uma leitura dialética, por isso o espaço adquire caráter relacional e conecta o macro e o micro, pela apropriação do espaço pelo corpo, sendo possível a sua apreensão pela análise dos momentos do espaço (concebido, vivido e percebido). Segundo Lefebvre, a práxis é processual e a disputa que nela existe induz o despontar de novas lutas, seja no cotidiano, seja nos campos de decisão efetivamente dominados pela burguesia.

Para dar conta desse movimento, a pesquisa se apoia na perspectiva da teoria social do espaço proposta por Lefebvre, a qual compreende o espaço produzido em cada lugar, pois ela se traduz numa relação entre o espaço vivido, o espaço percebido e o espaço concebido, podendo ser desvelado pelo método regressivo-progressivo. Tal método parte de uma teorização sobre o espaço, possibilitando a compreensão da construção histórica das paisagens. O método regressivo-progressivo de Lefebvre (1970) foi elaborado para a sua tese de doutorado em Sociologia Rural (1963) na qual estudou a realidade social do mundo rural dos Pirineus franceses. O método está explicitado na obra “Du rural à l’urbain” (1975) e, também, consta em Martins (1996, 2017).

Conforme Martins (1996), Lefebvre, ao realizar uma releitura da obra de Marx, retoma o que este usou para dar conta das sedimentações dos momentos da história humana e descobre que:

[...] as relações sociais não são uniformes nem têm a mesma idade. Na realidade coexistem relações sociais que têm datas diferentes e que estão, numa relação de descompasso e desencontro. Nem todas as relações sociais tem a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas (MARTINS, 1996, p. 9)

Conforme Martins (1996, p. 14), Lefebvre retoma a coexistência dos tempos históricos da noção de formação social e econômica de Marx e o “sentido de que nessa coexistência se encerram não o passado e o presente, mas também o futuro, o possível”.

De acordo com Martins (2017, p. 97), o método regressivo-progressivo é uma técnica que busca juntar os fragmentos nas temporalidades da história, dando sentido ao residual. A primeira etapa parte de uma identificação e descrição da coexistência das relações sociais e elementos conotados e denotados da paisagem,

o que Lefebvre chamou de complexidade horizontal da vida social. Nessa pesquisa, o vivido foi apreendido com o olhar dos conceitos de representações sociais, paisagem, território e lugar.

Para esta análise, foi importante a leitura de Duncan (2004), “A paisagem como sistema de criação de signos” do livro *“City as Text”*, no qual o autor considera a paisagem como um sistema de significados tal qual a linguagem expressa em texto, transmissora de informações. O autor chama atenção para o fato de que a paisagem pode enganar, pois a aparência não revela determinados fatos e processos da dinâmica espacial, havendo diferentes possibilidades de ultrapassar a paisagem como mera fotografia, estática de um lugar. A descrição da paisagem traz a subjetividade e emoções do pesquisador, que Andreotti (2012) explora pelo enfoque fenomenológico, pelo potencial que traz para a análise das paisagens culturais.

Depois de descrever por meio da observação participante as principais práticas socioespaciais do Balneário dos Prazeres, as relações sociais foram datadas. Esse é o segundo momento – analítico-regressivo, em que os fenômenos são datados, procurando no passado os contextos de suas formações: as subjetividades, práticas espaciais, representações e significações. O manuseio dos jornais trouxe à tona, uma série de observações sobre os usos do espaço-praia, em seus três balneários: Santo Antônio, Valverde e Balneário dos Prazeres. Os jornais remeteram ao mundo dos indivíduos com diferentes vínculos territoriais, quais sejam, veranistas, proprietários de segunda residência, organizadores da festa de lemanjá, ambientalistas e poder público que mediavam a produção do espaço-praia no curso da história. O desafio foi reconhecer, na documentação, a lógica sociocultural que perpassa as práticas espaciais na apropriação e dominação da natureza, num contexto de expansão urbana diferenciada, com a crescente valorização e escassez dos espaços verdes, de amenidades na cidade de Pelotas.

O terceiro momento – regressivo-progressivo, realiza a volta fenomênica do passado, trazendo à tona temporalidades desconstruídas e coexistentes, revelando o quanto as contradições sociais são históricas e não se reduzem a confrontos de interesse entre os atores sociais, trazendo à tona os resíduos das práticas sociais e das intervenções políticas do Estado. Nessa etapa, o pesquisador apreende as modificações desta ou daquela estrutura que foi previamente datada.

Esses resíduos surgem como as possibilidades de transformações, as utopias, o porvir - elo no processo tempo nos três momentos (presente, passado e futuro). Conforme Martins (2017, p.107) “[...] a reunião dos resíduos, sua coalizão para criar poeticamente nas práxis, um universo mais real e mais verdadeiro”.

Os fragmentos captados no processo da análise servem para dar sentido ao residual, descobrir o que eles contêm como possibilidade não realizada. Para Lefebvre, “o passado se torna presente em função da realização dos possíveis implicados objetivamente nesse passado”. (MARTINS, 2017, p. 107)

Nesse sentido, a utopia não morre, ela passa a ser a própria existência, o estado do presente como um todo, sistêmico, desigual e combinado com a ponta da flecha do tempo direcionada para o futuro. Dialeticamente compreendido o espaço representa tanto uma maneira pela qual o passado alcança o presente quanto um modelo pelo qual o presente fornece material para construir o futuro. Tomo a definição de utopia de Guareschi (1985, p. 121) para melhor esclarecimento, visto não se tratar de um prognóstico do futuro.

A utopia é a imaginação criadora, exigente, que faz presente o futuro real, a partir do presente passível de ser transformado e melhorado. A utopia luta pela materialização de um desejo presente. Ela lança adiante as coisas que devem acontecer e poderão acontecer se o homem quiser.

Essa abordagem nos convida a interpretar o espaço na sua complexidade, abarcando as sobreposições e coexistência territoriais, as materialidades, os sentidos, intencionalidades e práticas sociais. Ela expõe os espaços de representações encobertos pelas representações do espaço, descortinando a dominação que passa a ser percebida como algo natural.

Lefebvre (2013), trata das contradições entre qualidade e quantidade, valor de uso e valor de troca, pensando na nova mercadoria que é o espaço. Sobre esse aspecto, o autor sugere: uma teoria é necessária, que supere ao mesmo tempo o espaço de representação e a representação do espaço, formulando as contradições sociopolíticas que se realizam espacialmente. Por conseguinte, as contradições do espaço tornam efetivas as contradições das relações sociais, ou seja, as contradições do espaço expressam os conflitos dos interesses e das forças sociopolíticas. Lefebvre ressalta que o espaço social se subordina às manipulações

quantitativas: estéticas, programações, previsões, tendo dessa forma uma eficácia operacional.

A tríade conceitual de Lefebvre aprofunda dialeticamente a análise do espaço e da percepção do espaço (SERPA, 2005). A categoria de representação aparece inserida na lógica dialética dentro das tríades: o percebido, o concebido e o vivido, articulando as práticas espaciais, às representações do espaço e os espaços de representação à produção do espaço.

Para Lefebvre (2013), as tríades são três categorizações do espaço que se igualam em importância e são interconectadas, pois a produção do espaço é também a produção da realidade, de modos de vida. É material e mental, produz e é produzida a partir de relações sociais. Assim, a tríade está presente em sua completude.

O espaço é, ao mesmo tempo, percebido, concebido e vivido. Nenhuma dessas dimensões pode ser imaginada como a origem absoluta, como “tese”, e nenhuma é privilegiada. O espaço é inacabado, assim ele é continuamente produzido e isso está sempre ligado com o tempo (SCHMID, 2012, p. 102).

O espaço social na concepção lefebvriana é repleto de contradições e de multiplicidades que são inerentes à tríade que correspondem aos três momentos do espaço social. Sua explicação é dada a partir de uma gama de sentidos propostas pela dialética da tríade.

Abaixo apresento um quadro onde as tríades aparecem detalhadas em suas atribuições.

Planos	Atributos
Percebido/práticas espaciais	É uma intermediação entre a ordem próxima e a ordem distante, em outras palavras, a ordem urbana, onde espera-se que a prática espacial possua uma certa coesão entre a dominação capitalista e a apropriação de uma coletividade. Envolve o que se percebe no cotidiano, influenciado pelas práticas e pelas representações do espaço. Analisaram-se as práticas espaciais e suas significações sociopolíticas.
	Reflete a experiência da vida cotidiana, através de imagens e símbolos que o acompanham é o espaço dos habitantes, dos

Vivido/ espaços de representação	usuários, considera os desvios, às apropriações em meio as injunções estabelecidas. Analisaram-se as práticas socioespaciais do lugar no tempo e no espaço. Espaço de representação – como o lugar é vivenciado concreto e subjetivo, privado e público, faz referência aos complexos e diferenciados simbolismos individuais e coletivos, como imagens, memórias, desejos e sonhos dos usuários da praia.
Concebido/ representação do espaço	É o espaço da representação abstrata, do pensamento hierarquizado, do saber técnico, da racionalidade (corresponde à categoria da representação do espaço). Analisaram-se as representações do espaço que para Lefebvre remetem ao espaço concebido pelos planejadores, urbanistas, arquitetos etc., suas práticas espaciais e suas significações sociopolíticas, argumentos técnicos científicos e ideológico.
Processo\Tempo	Identificaram-se a partir das falas dos interlocutores da pesquisa e da análise documental, os “resíduos e o virtual”, bem como as necessidades e desejos que ainda não se concretizaram ao longo do tempo. Também aparece como intimidade, interioridade, subjetividade e como ciclos ligados à natureza e ao uso.

Quadro 2 - Atribuições das tríades de Henri Lefebvre

Fonte: elaboração da autora, 2018.

Essas escolhas teórico-metodológicas foram válidas para uma reflexão sobre as transformações das formas de apropriações, dos habituais usuários, da praia em um contexto de valorização das áreas verdes e de amenidades. Do ponto de vista teórico, o método escolhido permite uma compreensão de como o desencontro de temporalidades ligadas ao passado e ao eurocentrismo concorre para a dinâmica de urbanização que segregou os pobres e os afrodescendentes no espaço costeiro lagunar, produzindo uma diferenciação socioespacial no acesso à natureza e ao lazer. Em termos metodológicos a perspectiva lefebvrina conduz, em relação ao contexto pelotense, a uma sistematização da documentação histórica que ressalta a coexistência, no tempo, de representações historicamente contraditórias sobre as formas de lazer e uso para os cultos e ritos afro-religiosos desse espaço praia em meio ao processo histórico então em curso.

O método deve ser indissociável da forma como se concebe a vida, o movimento do mundo, logo deve abarcar fenômenos e objetos, a materialidade objetiva, os elementos físicos o espaço contém e a ideologia do espaço, a forma como ele é pensado, a consciência que se tem dele e valores atribuídos. O método

não é desconectado da realidade científica. Ele incorpora, ao ser utilizado pelo pesquisador, outros elementos como as teorias, as leis, os conceitos e as categorias. Também favorece o uso de técnicas comuns ao método dialético e fenomenológico.

O dialético foi adotado para descobrir as relações exatas entre os acontecimentos no espaço e as contradições do espaço, indicando quais se atenuam e quais se acentuam. Já, a postura fenomenológica é imbricada com o método dialético, para auxiliar na análise crítica do pensamento. Ela avança no sentido de resgatar a experiência vivida no espaço-tempo. De acordo com Merleau-Ponty (1999), a consciência é algo atravessado pela intencionalidade resultante da integração do sujeito a determinadas vivências, todo um processo encarnado pelas subjetividades.

Os geógrafos que buscam uma orientação nessa corrente compreendem que o comportamento das pessoas não está fundamentado no conhecimento objetivo do mundo real, mas nas bases das imagens subjetivas deste mundo (LENCIONI, 2003). Assim, para um resgate do homem, evitando o reducionismo, a Geografia dialoga com outros saberes, têm sido frequentes, nesse sentido, inspirações em abordagens da Psicologia, da Sociologia e Antropologia.

Para Lencioni (2003, p. 150-151), “a consideração da percepção advinda das experiências vividas é, assim, considerada etapa metodológica importante e fundamental”. A experiência vivida constrói a consciência, sendo que, pelo mundo vivido, a fenomenologia coloca o indivíduo em contato com o mundo de objetos exteriores por via da percepção.

Portanto, para decifrar o que é o Balneário dos Prazeres enquanto espaço social e compreender os tensionamentos das formas de apropriações, usos e representações sociais, busco inspirações em aportes da Geografia social e abordagem cultural na Geografia a partir dos conceitos e noções descritos a seguir.

CONCEITO	AUTOR	COMPREENSÃO
Território	Rogério Haesbaert	Compreende desde uma relação de poder - apropriação e dominação político-econômica a uma dimensão cultural-simbólica do território.
	Claude Raffestin e Robert Sack	Compreendem o território a partir da territorialidade, como fato humano (relações sociais de poder projetadas no espaço). "A territorialidade não existe, a menos que haja uma tentativa de indivíduos ou grupos em afetar as interações de outros" (SACK, 1998, p.38).
	Milton Santos	Território usado - contém os objetos, o uso dos objetos e a significação que ele possui para os seus ocupantes. O território interage com os atores sociais favorecendo ou negando novas ações.
Atores sociais territorializados	Guy Di Méo & Buléon	São atores que agem em função de sua posição territorial, em relação a determinado território, atores endógenos, exógenos e transicionais. Distinguem-se do agente, visto como um sujeito ordinário, sem qualidades específicas, por terem habilidades e intencionalidades estratégicas no complexo territorial em diferentes escalas temporais e espaciais
Espaço Social	Henri Lefebvre	É o espaço produzido pelo entrelaçamento das práticas espaciais das pessoas e grupos sociais, a representação hegemônica que se faz do espaço e os espaços de representação ou vividos. As formas e os processos são indissociáveis dos sistemas de ações engendrados pelos atores que os produzem.
Vínculos territoriais	Álvaro Luiz Heidrich	São resultantes das ações ou práticas de condução e representação da vida. Permitem avaliar, nos grupos, situações com possibilidades variantes de reprodução social associadas a seus espaços de vida.
Paisagem	Giuliana Andreotti	A paisagem é, em parte, fenomenológica e em parte linguística. A paisagem inclui um universo de valores, imagens e símbolos "cada comunidade inscreve na paisagem sua própria ética e estética"(2012, p.5).
Representações sociais	Stuart Hall	Representação é, produção de sentidos pela linguagem, a qual também a expressa. A relação entre conceitos, coisas e signos são os elementos de representação. As representações históricas veiculadas aos negros foram negativas, podem e devem ser contestadas.

Quadro 3 - Abordagens conceituais da pesquisa

Fonte: elaboração da autora, 2018

Os conceitos escolhidos visam valorizar o papel da espacialidade na (re) produção do espaço Balneário dos Prazeres e auxiliam na interpretação da trama territorial, sendo os elementos-chave para a compreensão do fenômeno estudado.

Estratégias metodológicas

Uma etapa prévia foi a **pesquisa bibliográfica** a partir do levantamento de teses e dissertações, especialmente com as abordagens que lidam com o espaço costeiro na perspectiva social e que discutem as territorialidades afro-religiosas e seus embates com o espaço social. Os estudos de caso também foram importantes para que servissem de inspiração para este, que também se propôs ser um **estudo de caso**. Essa revisão bibliográfica foi apresentada na elucidação da problemática da pesquisa, citada anteriormente.

A segunda etapa foi a **construção do corpus da pesquisa**, isto é, a produção de fontes primárias que foram analisadas para responder a problemática proposta pela pesquisa.

Para a construção do *corpus* desta pesquisa qualitativa, observei algumas orientações de Bauer (2014, p. 54), para os quais, na pesquisa qualitativa a seleção de entrevistas, dos textos e de outros materiais exige tratamento mais sistemático, comparável ao da pesquisa de levantamento. Eles propõem dois tipos de *corpus*, um composto por fontes mais gerais, tais como jornais, revistas para consulta sobre determinados assuntos e o outro planejado, para os fins determinados de uma pesquisa. Neste *corpus*, podem-se incluir diferentes fontes, como transcrições de entrevistas, série de notícias sobre determinado tema, fotografias, imagens, áudios, entre outros.

Os autores alertam para o fato de que na pesquisa qualitativa o *corpus* cresce, por estar sempre aberto à variedade. Um primeiro procedimento foi - selecionar, analisar, selecionar novamente: foi preciso estar ciente de que, ao selecionar os materiais de um *corpus*, precisamos agrupar por tipos, sem misturá-los. Assim, o *corpus* foi separado em: materiais textuais, imagens, transcrições de entrevistas, vídeos e anotações em diário de campo.

Os materiais textuais foram construídos a partir das falas dos atores sociais territorializados (endógenos, exógenos e transitórios) (GUY DI MÉO, & BULEÓN, 2007), captadas por meio de **entrevistas semiestruturadas abertas**; por meio de

uma **oficina de mapeamento social** com os atores endógenos; observações das práticas socioespaciais em **trabalho de campo**. Nessa etapa, foi utilizado o **registro fotográfico**, trata-se de uma forma de captar da paisagem aquilo que está atrelado a nossa forma pré-concebida de ver o mundo. Portanto, ao realizarmos um registro fotográfico, carregamos nele a intencionalidade de mostrar aquilo que se percebe de antemão. Dessa forma, com o uso de fotografias pode-se extrair o conjunto dos elementos que compõem a paisagem em um determinado momento. São formas que exprimem uma história, uma função, ou seja, um conjunto de dimensões das materializações a partir da captura das imagens. Também foram utilizadas fotografias do Balneário dos Prazeres de diferentes períodos, estas foram buscadas junto aos entrevistados e no ponto de Cultura da UCPEL, fotos e mapas da Secretaria de Urbanismo da Prefeitura e do Google Earth, captadas durante as observações em campo. Essas imagens auxiliaram na compreensão das dinâmicas de ocupação urbana nesse espaço, evidenciando as transformações e permanências da paisagem.

Cabe, neste item, fazer uma referência à importância da confecção de mapas para a transmissão das informações. Os mapas foram elaborados com a finalidade servir de instrumentos para uma melhor visualização da realidade do empírico. Eles trazem informações dentro do contexto histórico, social, cultural e natural estudado, sendo, conseqüentemente, uma representação da realidade que se quer mostrar.

Ainda, em relação aos materiais textuais, destaco o fato de que, por conta da realização de estudo anterior (mestrado), houve um levantamento de informações jornalísticas e de documentos públicos sobre os anos antecedentes da formação dos Balneários de Pelotas, bem como os que marcaram os processos de sua urbanização. No entanto, uma releitura deste trabalho foi realizada para dialogar com os propósitos desta tese. São entrevistas com os atores sociais⁴² da produção do espaço urbano do Laranjal, fotografias antigas e atuais, além de plantas dos balneários e material jornalístico de diferentes períodos, adquiridos junto ao Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas (IHGP), que dispõem do acervo “Coleção Cadernos de Pelotas José Vieira Etcheverry”, uma espécie de hemeroteca, que cataloga e compila reportagens jornalísticas e sobre determinados temas, como, por

⁴²Entrevistas com ambientalistas, proprietários fundiários, Secretário de Qualidade Ambiental, empreendedor imobiliário.

exemplo, o Laranjal. Esta coleção contempla os anos de 1947 a 1998 em cinco volumes.

Tal documentação foi complementada com novas buscas no jornal Diário Popular⁴³, nos períodos de verão de 1990 até a atualidade. A escolha desse jornal se deve ao fato de ele possui maior repercussão na cidade e porque fala a partir da classe dominante, trazendo a leitura da realidade a partir do ponto de vista dos atores exógenos. As notícias foram selecionadas, algumas fotografadas, outras compiladas manualmente. Através da materialização do discurso jornalístico, buscou-se identificar o sentido ideológico que permeia os relatos das matérias. O Diário Popular pode ser consultado na Biblioteca Pública Pelotense, no Centro de Documentação e Obras Valiosas (CDOV).

Da mesma forma, destaco o uso de outras fontes escritas como documentos administrativos referentes ao Balneário dos Prazeres e projetos para o setor administrativo Laranjal, obtidos através de consultas em órgãos públicos. Outras fontes documentais, como fotografias, documentos cedidos pelos entrevistados foram também incluídos. Outra observação a ser feita é que, no conjunto dos documentos outros jornais como o Diário da Manhã e o Jornal do Laranjal, onde foram encontradas matérias relevantes sobre o tema também foram consideradas. A seguir, apresento um quadro demonstrativo das principais fontes primárias e suas contribuições.

⁴³ O Jornal Diário Popular foi fundado em 1890 pelo jornalista riograndino Theodoro de Menezes. Em 1899 é adquirido por políticos que tornaram porta voz oficial do partido Republicano Riograndense. Em 1938 com o Estado Novo o Diário Popular egressa em nova fase: extinto o partido republicano, ele passa a ser de órgãos de interesses gerais, apolíticos da gráfica Diário Popular Ltda, fundada pela Associação Comercial de Pelotas para assegurar a continuidade do jornal. Em 1949 Adolfo Fetter integrante do grupo fundador quotista assume a liderança da empresa na qual permanece até seu falecimento em 1967. Esse esteve afastado entre os anos 1956 a 1960 quando foi prefeito de Pelotas. Em 1996 a quotista Virginia Fetter Gomes assume a superintendência e uniu-se aos diretores Clayer Lobo Rockefort e Luiz Carlos Fetter na liderança da empresa. A família Fetter adquiriu parte do loteamento do Balneário Santo Antônio no Laranjal com o falecimento do Loteador Antônio Augusto de Assumpção. Assim esse jornal pertence à família Fetter, ora representa a sociedade hegemônica ora o estado, visto esta família já ter ocupado cargos públicos como Deputados Estadual, Federal, Presidência da Câmara de Vereadores e executivo municipal em diversos mandatos.

Tipos de fontes	Documentos	Leituras
Material jornalístico	<p>Diário Popular</p> <p>Diário da Manhã</p> <p>Jornal do Laranjal</p>	<p>Práticas dos atores territorializados, suas representações de natureza, interesses, estratégias de disputas e espacialidades.</p>
Materiais Visuais	<p>Fotografias</p> <p>Mapas</p>	<p>Densidade demográfica na sazonalidade do verão, estado do ambiente natural, ocupações irregulares, transformação da paisagem ao longo do tempo.</p>
Documento público:	<p>Inquérito Civil Público IC.00824.00081/2011</p> <p>Objeto: ocorrência de danos ao meio ambiente decorrentes da ocupação e ou utilização desordenada e sem qualquer controle e fiscalização por parte do município de Pelotas, da área de preservação permanente conhecida como Mata do Totó.</p> <p>IC 0082400002/2000</p> <p>Objeto: voçorocas</p>	<p>Avaliar quem emitiu as denúncias, que ações ilícitas foram cometidas e como o poder público municipal tratou o caso. As representações dos objetos e conceitos geográficos.</p>
	<p>IC. 202/00 e ofício N° 169/04</p> <p>Objeto: Estudo de dano ambiental causado por obras de contenção de erosão na orla da lagoa dos Patos</p>	<p>Avaliar as relações dos moradores com o problema ambiental das voçorocas e a forma como a municipalidade tratou do problema</p>
	<p>Audiências Públicas - Orla do Balneário dos Prazeres - dia 14/03/2013</p>	<p>Como será tratada a recuperação da orla do Balneário dos Prazeres pelo poder público local? Quem são os atores envolvidos no conflito ambiental e que conflito é esse?</p>
	<p>Audiência Pública - Festa de Iemanjá no Balneário dos Prazeres: dia 23/01/2013</p>	<p>Quais as demandas dos moradores e afro-religiosos apresentadas na audiência?</p>
Documento público:	<p>Audiência Pública - Festa de Iemanjá no Balneário dos Prazeres dia 15/01/2015</p>	<p>O que mudou das demandas da audiência pública de 2013 para a 2015</p>

	<p>Audiência Pública – Dia mundial do meio ambiente: 6/5/2016</p> <p>Audiência Pública – Dia mundial do meio ambiente: 6/5/2017</p>	<p>Aspectos sobre o saneamento básico, balneabilidade da laguna e proteção ao ambiente natural da cidade.</p>
	<p>Documentos referentes a ações públicas no Balneário dos Prazeres encontrados na Prefeitura Municipal de Pelotas.</p> <p>Ofícios, memorandos, laudos técnicos, atas e relatórios encontrados na Câmara dos Vereadores, no Compam, SQA, SEURB, SEHAB, SANEP, SECULT.</p>	<p>Abordagens sobre os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Voçorocas - Festa de Iemanjá - Projetos culturais - Reivindicação dos moradores - Recuperação da orla e figueiras - Saneamento - Turismo - Projetos do poder público
Documentos particulares	<p>Documentos cedidos pela Federação Sul Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros</p> <p>Como atas, fotografias etc.</p>	<p>Histórico das práticas de religião na orla da praia;</p> <p>Reivindicações junto ao poder público;</p> <p>Manifestações públicas referentes à intolerância religiosa;</p> <p>Relação das casas de religião no Balneário dos Prazeres;</p>
Documento literário	<p>Conto de Niro-</p>	<p>Análise da questão da toponímia Barro- Duro.</p>

Quadro 4 - Fontes documentais

Fonte: elaboração da autora.

A terceira etapa consiste na análise do *corpus* desta pesquisa através da **análise de conteúdo e método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre**. A análise de conteúdo foi escolhida por este ser um caminho para trabalhar, de forma segura, a leitura e interpretações de textos e entender as representações sociais dos atores sociais protagonistas da (re) produção do espaço costeiro lagunar em estudo.

Para ir além dos seus significados imediatos, esta técnica foi combinada com a análise das representações sociais. Já, o método regressivo-progressivo foi escolhido por permitir uma sistematização da documentação que revela as práticas socioespaciais dos atores da produção do espaço costeiro através do tempo. Também, porque permitiu historicizar o processo de fragilização dos vínculos dos usuários habituais com o espaço praia.

Os tópicos dos caminhos metodológicos descritos abaixo seguem os objetivos específicos da pesquisa.

1º- Identificar os atores e agentes sociais da (re)produção do espaço Balneário dos Prazeres

Identificar os atores da produção do espaço Balneário dos Prazeres é uma reflexão sobre os sistemas de significações e sobre os sentidos atribuídos ao lugar de acordo com os interesses desses grupos. E, da mesma forma, sobre as relações de produção, parcelamento e ocupação do solo, como também suas consequências manifestadas nas metamorfoses da paisagem e no plano da vida cotidiana.

Apesar do tema atores sociais e suas espacialidades na cidade não ser novo na Geografia, é apontado por Vasconcelos (2011) e Gamalho (2015) como pouco problematizado nas análises geográficas. De uma forma geral, as ciências sociais e a própria Geografia, em suas sistematizações, têm usado o termo “agentes sociais” da produção do espaço e suas práticas espaciais, a exemplo de Capel (1972), Harvey (1980), Bahiana (1978), Corrêa (1989), dentre outros. Esses autores definiram as estratégias e práticas dos agentes sociais da produção do espaço na temporalidade e espacialidade da formação socioespacial capitalista em que desenvolveram suas pesquisas. Tais pesquisas estão centradas no agente (bancos, empreendedores imobiliários, Estado, proprietários fundiários, capital industrial, dentre outros) como um dinamizador do espaço enquanto mercadoria. Eles revelam as consequências da lógica do valor de troca sobre o valor de uso no espaço urbano.

Pesquisas em um contexto menos economicista, cujo recorte analítico recaia sobre os sujeitos sociais que projetam no espaço suas necessidades e desejos, vinculados à reprodução material e imaterial de suas vidas, ganharam inicialmente representatividade na Geografia social francesa. Destacam-se as interpretações de

autores, como Armand Frémont, Roger Brunet, Paul Claval, Guy Di Méo, dentre outros. Tais autores distinguiram agente de ator. De acordo com Di Méo e Buleón (2007), o ator é mais que uma pessoa na sua generalidade, é uma pessoa que age, um atuante, que designa uma instância que pode ser tanto um indivíduo quanto uma coletividade ou uma organização (grupo social), uma entidade identificável, "operador genérico com uma capacidade de agir". Possui empoderamento para agir no espaço, como denominado por Lussaut (2007), um "atuante". Para Di Méo e Buleón (2007), ator territorializado é todo o ator que participa de maneira intencional de um processo e de suas implicações territoriais.

Os atores territorializados têm habilidades e intencionalidades estratégicas no complexo territorial em diferentes escalas temporais e espaciais, diferente do agente, visto como qualquer tipo de homem ou mulher, sem qualidades específicas. Sendo assim, somente podemos conceber o ator em interação com outros atores e agentes ao compor uma dinâmica social. Atores e agentes se especializam e se territorializam, os primeiros atuam na produção os segundos na reprodução. Sobre a diversidade de seus papéis, do *status*, de cada um de suas lógicas e estratégias Di Méo e Buléon (2007, p.13) nos advertem que "o mesmo ator se exprime tanto como habitante, contribuinte, cidadão de um mesmo território [...] posições por vezes discordantes".

Os atores, marcados pela mobilidade espacial e flexibilização das instituições, atuam em esferas formais e informais. De acordo com o autor, uma abordagem que coloca ênfase sobre os aspectos explicativos das lógicas de ação e estratégia dos atores em matéria de produção do espaço seria considerar os atores sociais em seu "*status plural*" (HERVÉ, GUMUCGIAN apud Di MEO e BULÉON, 2007), ou seja, integrar as trajetórias espaço-temporais, as temporalidades diferenciais dos atores considerados, também seus múltiplos pertencimentos sociais, institucionais e territoriais.

Em função de sua posição territorial, segundo Di Méo e Buléon (2007), os atores podem ser agrupados em três grandes categorias: atores endógenos, exógenos e transicionais.

Os endógenos são originários e impregnados dos lugares nos quais eles vivem, aos quais eles se identificam plenamente e prioritariamente, o ator

exógeno considera o território e sua ação por um olhar mais frio, mais utilitarista e mais especulativo. Ele age sobre o espaço de vida dos outros, frequentemente na esperança de realizar lucro, sem ter muito risco quanto ao equilíbrio de seu universo cotidiano. [...] o ator transicional evoca uma situação intermediária. Aquela do ator exógeno que tende a se integrar, mais ou menos progressivamente, pela identidade e ou pela resistência, por habitar no território de sua ação. Ele pode agir assim como um habitante dos lugares e que tomou distância, se instala e trabalha em outros lugares, mas gera sempre propriedades ou questões localizadas em seu território de origem (DI MÉO; BULÉON, 2007, p. 11).

Na metodologia proposta por Di Méo & Buléon (2007), os atores e suas representações, assim como a ação social e seus sistemas territoriais, ganham um papel central.

Desse modo, as relações espaciais correspondem aos laços emocionais, funcionais, políticos e econômicos, ou imaginários que indivíduos ou grupos tecem em relação às áreas geográficas que percorrem no seu viver. Para os autores, as práticas sociais são ontológicas e evolutivas, elas compreendem:

Todos os deslocamentos, todas as frequentações concretas de lugares, todos os atos especializados que o indivíduo efetua em seu meio. Eles vão de suas primeiras aprendizagens até as organizações coletivas e mais ramificadas, as mais complexas que ele contribui para forjar e das quais ele participa concretamente (DI MÉO & BULÉON, 2007, p.15).

Conforme esse autor as práticas sociais criam comunicação, também uma mediação entre os indivíduos, em suas palavras elas,

[...] autorizam a fabricação de representações comuns. [...] é no quadro das práticas que se constroem as identidades e territorialidades, a escala da história individual e coletiva. Evolutiva, pois é em função dessas práticas sociais que se modificam essas mesmas identidades e territorialidades (DI MÉO & BULÉON, 2007, p. 15).

Nos espaços litorâneos, a teia de relações que envolvem as práticas sociais são complexa, por conta das diferentes territorialidades e suas temporalidades⁴⁴,

⁴⁴ Estudos sobre os ritmos são observados há bastante tempo em vários campos do conhecimento. Na economia, por exemplo, os ritmos longos foram identificados pelos ciclos de Kondratieff e os curtos pelo ciclo de Juglar. Na história, o debate tem representatividade com Fernand Braudel e seguidores da escola dos Anais.

que exercem forte pressão antrópica sobre ambientes bastante frágeis do ponto de vista ambiental.

Para Di Méo e Pascal Buléon (2007), as formas espaciais indicam mudanças que se realizam dando nascimento a novas ações coletivas, produtoras de novas configurações. Tais construções aumentam a fragmentação espacial ao ritmo das subdivisões dos grupos de atores sociais que disputam e fragmentam o espaço ao redor de atrativos-chave, os quais definem os objetivos centrais de suas ações. No caso em análise, esse atrativo é a paisagem costeira lagunar, marcada pela presença de mata nativa com figueiras centenárias.

Nesse sentido, cabe a construção de categorias analíticas de atores e agentes da produção do espaço para compreender a Geografia deste espaço costeiro, onde se observa que as ações do Estado entram em tensão com os interesses não capitalistas da comunidade e usuários da praia, sendo necessário desvendar o véu que encobre as práticas espaciais nessa praia. Em outras palavras, que tipo de representações sociais os atores sociais produzem sobre o conceito de natureza e sobre o Balneário dos Prazeres. E que questões ideológicas estão atravessadas por esses conceitos, considerando que o lugar tem sido palco de territorializações de diferentes valores culturais no seu movimento de reprodução das relações de produção.

O Balneário dos Prazeres como já foi demonstrado aqui, foi testemunho de apropriação e uso indiscriminado de seus atributos naturais para o lazer, urbanização e ritos religiosos associado a falta de planejamento urbano ambiental específico às suas demandas. Além disso está sendo moldado pela própria dinâmica da natureza na qual atua uma ação erosiva regradante da praia.

O encolhimento da área recreacional da praia resulta da dinâmica da natureza e das relações instituídas no espaço social. Este último pode ser decifrado a partir das práticas espaciais que também compreendem as representações do espaço e os espaços de representações.

Compreender o Balneário dos Prazeres nas dimensões do espaço social implica considerar a leitura da sua forma, aspecto visível da paisagem, as relações de poder tensionadas no território-praia, ideias e referenciais das vivências e imaginações sobre o que se vive e se cria no lugar com seus usos associados.

Ações de criação de territorialidades são concebidas como ações não apenas sobre a materialidade e o ordenamento territorial, mas também sobre o conjunto das relações estabelecidas em apropriações. Conforme a noção de vínculos territoriais de Heidrich (2000, 2001, 2017), é nas situações de apropriações do espaço por eles mesmos, que os atores sociais formam vínculos territoriais, por ações presentes na memória coletiva (POLLAK, 1992) desses grupos usuários que passam a reelaborar suas práticas socioterritoriais no lugar. Por isso, a importância de analisar as ações socioterritoriais em diferentes escalas.

Para explicar o espaço no âmbito do vivido, é imprescindível evidenciar os diferentes papéis sociais que os indivíduos ou grupos desempenham na sua relação com o espaço geográfico. As práticas socioespaciais envolvem a apropriação e criam vínculos com os lugares das suas experiências, seja o bairro, a rua, a escola, a casa, o trabalho, os espaços de lazeres, os espaços sagrados, dentre muitos outros, que integram a dimensão espacial da instância social.

As informações empíricas necessárias para a construção desta tese foram provenientes das narrativas dos diversos sujeitos imersos no mundo e na teia de relações conflituosas que qualifica o espaço social do Balneário dos Prazeres, como um território costeiro tensionado pelos diferentes interesses de usos de sua extensão de praia e matas. Essas narrativas, em consonância com a subjetividade da pesquisadora, e os diálogos com a teoria da produção do espaço e as tríades de Lefebvre (2013), bem como as noções de território, paisagem e de atores sociais territorializados de Guy Di Méo e Buléon (2007) vêm compor uma metodologia para iluminar as representações dos sujeitos e “seu espaço geográfico”.

As categorias de atores endógenos, exógenos e transicionais (DI MÉO & BULÉON, 2007) foram consideradas em função de sua posição territorial em relação a determinado território, por isso inspiraram a presente análise.

Na prática da pesquisa social, a representatividade dos atores investigados se dá por critérios menos quantitativos e mais qualitativos. Desse modo, recorreu-se às chamadas “amostras intencionais”, conforme Thiollent (1982, p. 2):

Trata-se de um pequeno número de pessoas que são escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas apresentam em relação

a um determinado assunto. [...] pessoas ou grupos são escolhidos em função de sua representatividade social dentro da situação considerada.

Dessa forma, exponho, a seguir as categorias e os atores que deram conteúdo ao presente estudo.

2.1 ATORES EXÓGENOS

Nesta investigação, considero como ator exógeno o Estado representado na instância do poder local, por não encontrar muitos documentos referentes às intervenções das outras duas instâncias (estadual e federal). Todavia, na medida em que estes surgiram foram também incorporados na análise.

O ator exógeno ocupa uma posição distanciada corporalmente e afetiva do lugar de suas ações. Normalmente possui um olhar mais frio, utilitarista e especulativo. Também, pode ser visto como transicional, pois, ao gerar políticas, interfere no território alheio. Os atores exógenos muitas vezes, cooptados pelo capital na intenção de atender as necessidades dos setores econômicos, impactam o equilíbrio do universo cotidiano do local. Em situações que envolvem o fechamento do território, como estratégia de preservação da natureza, implicam o deslocamento de populações locais (HEIDRICH, 2009). Na contemporaneidade, de acordo com Bobbio, o Estado desempenha quatro funções fundamentais:

- a) criação das condições materiais genéricas da produção (infraestrutura);
- b) determinação e salvaguarda do sistema geral das leis que compreendem as relações dos sujeitos jurídicos na sociedade capitalista;
- c) regulamentação dos conflitos entre trabalho assalariado e capital;
- d) segurança e expansão do capital (BOBBIO, 1986, p. 405).

A trajetória do planejamento urbano no Brasil aponta o Estado como o principal ator na promoção de intervenções no espaço. Segundo Corrêa (1989), esse agente está presente no espaço urbano, atuando de diferentes formas: proprietário fundiário, industrial, promotor imobiliário, consumidor de espaço e agente regulador do uso do solo e provedor de serviços públicos. Contudo, segundo o autor, essa atuação não é necessariamente neutra, “[...] sua ação é marcada pelos

conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles” (CORRÊA, 1989, p. 26). O Estado, atuando em parceria com as grandes corporações econômicas, impõe certas lógicas de uso e regulação do solo urbano, buscando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista. Nesse sentido, Bobbio (1986, p. 406) argumenta que:

[...] aprontamento de políticas econômicas claramente orientadas à valorização do capital, apresenta contradições dificilmente superáveis: a orientação pública favorável à acumulação põe de fato o problema da legitimação dessa intervenção.

Nesse processo, criam-se mecanismos que levam à segregação residencial e à sua ratificação. Conforme Lojkine (1981), o poder público atua na urbanização de duas maneiras: primeiro, regulando os processos de urbanização e, segundo, como interventor contraditório sobre a socialização das forças produtivas. Esse autor propõe uma abordagem do urbano como condição geral da produção capitalista, permitindo-se obter uma interpretação dos serviços urbanos públicos no crescimento da produção global. Essa abordagem insere, também, o processo de socialização urbana na contradição entre seu valor de uso coletivo e sua apropriação privada. Lojkine (1981, p. 19) parte da hipótese de que a “urbanização como forma desenvolvida da divisão social do trabalho, é um dos determinantes fundamentais do Estado”, e não apenas um dos campos de aplicação da política estatal. Existe um vínculo próximo entre o aumento da produtividade e o planejamento urbano. Isso é muito importante em termos de se apreender o papel do Estado na gestão do espaço urbano, porque, através das práticas, como por exemplo, o controle físico do acesso por meio do espaço material, como indica Sack (1986). Sendo assim, percebe-se que o Estado, enquanto ator exógeno, possui uma visão mais estreita de território, a partir da dimensão jurídico-política, formal. Por meio do planejamento urbano, o estado interfere nos espaços, permitindo que novas parcelas urbanizadas se incorporem ao tecido urbano com pouca ou nenhuma conexão com as formas pretéritas e ignorem as especificidades do território.

Em Pelotas, observa-se que os incorporadores, juntamente com o Estado⁴⁵, proprietários de terras, construtoras, empresas ligadas ao ramo da construção civil e segurança, formam o grupo de atores exógenos e estão ligados à ordem distante⁴⁶, que atua na transformação do espaço costeiro lagunar. Em seus projetos de condomínios e loteamentos, observa-se a vinculação do mercado imobiliário de terras urbanas com o processo de valorização imobiliária, a partir da associação da ideia de natureza, como ocorreu no passado. O dado novo é a questão da segurança. Além de uma moradia, vendem “segurança, liberdade e felicidade” como uma suposta “grife” da moradia no mercado.

Não raro, a imagem da paisagem lagunar e seu ambiente natural são apropriados como elemento significativo de valor agregado ao empreendimento, como mostra o fragmento da propaganda do empreendimento Veredas Altos do Laranjal⁴⁷ (Figura 3):

[...] experimente se conectar à natureza. E sentir na pele, no cheiro, a energia. De ver pela janela tanta beleza. Experimente se cercar de liberdade. Onde um mundo de possibilidades existe. Em meio à segurança e à privacidade.



Figura 3 - Condomínio Veredas Altos do Laranjal.

⁴⁵ O Código de Postura do Município (Lei nº 180.770) vigente até, pelo menos, o ano de 2008, como consta em Dias (2008), determinava que os “terrenos alagadiços” deveriam ser drenados pelos seus proprietários, não reconhecendo os banhados como área de importância ambiental.

⁴⁶ Lefebvre (2013) considera a ordem próxima à da vizinhança, campo do vivido e a ordem distante, a do Estado, sempre interpenetradas uma na outra.

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.veredasaltosdolaranjal.com.br/>>.

Nota: No primeiro plano, na rótula à direita segue para Balneário Santo Antônio, à frente à esquerda, áreas de lavouras, à direita, áreas de especulação imobiliária e, ao norte a estrada que dá acesso ao Balneário dos Prazeres.

Fonte: Material publicitário do empreendimento Loteamento Veredas Altos do Laranjal.

A diferenciação socioespacial e o espraiamento da cidade para o setor leste tornaram-se crescentes, pois, em sucessivos governos, o plano diretor⁴⁸ da cidade permitiu que a especulação imobiliária e os empreendimentos imobiliários se instalassem atendendo às expectativas da reprodução do capital e, também, de grupos de alta renda. Estes optam por esse tipo de moradia por elaborarem uma representação negativa da cidade, associando-a à violência, criminalidade, poluição sonora, atmosférica, problema de mobilidade, dentre outros.

Como exemplo da urbanização exclusiva que cresce no litoral pelotense, cito o projeto arquitetônico condomínio fechado Alphaville, com uma população estimada em 1.092 habitantes, com 273 lotes residenciais e comerciais. Esse residencial possui sistema de vigilância 24h, equipado com cancelas, câmeras de última geração e acesso biométrico, além de um plano diretor de segurança completo, contando com uma equipe especializada para garantir o máximo de tranquilidade aos moradores.

Como resultado desse processo de autossegregação, que vem ocorrendo não só nesse espaço costeiro, mas também nas grandes metrópoles, cidades médias e pequenas, tem-se o afastamento da diversidade social, cultural e étnica. Esse tipo de produção espacial, marcada pelas interferências dos atores exógenos, acaba por regular quem e quantos terão direito à cidade e à natureza na cidade. Isso, porque, no processo de (re) produção do espaço que se baseia na maximização dos lucros que o solo e seu fator locacional podem gerar, os pobres, por não disporem de recursos financeiros para se inserirem nesse processo, ficam à margem.

Nessa perspectiva, vale ressaltar a situação identificada por Vieira *et al* (2017)⁴⁹ no Bairro São Gonçalo, em Pelotas, onde a Ocupação Estrada do Engenho,

⁴⁸ O 2º Plano Diretor de 1980 estabeleceu zonas destinadas a preservação dos ambientes naturais e culturais, mas como não estipulou regimentos para a sua ocupação e usos, com o passar do tempo de vigência desta lei, uma série de liberações sem nenhum critério passou a descaracterizar os elementos naturais e culturais dessas áreas.

⁴⁹ VIEIRA, *et al*. Territorialidade e Identidade no Bairro São Gonçalo em Pelotas, RS. In: **5 anos do Dia do Patrimônio Territórios daqui: identidade e pertencimento**. Prefeitura de Pelotas: Pelotas, 2017. Estudo desenvolvido pelo Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LEUR), do

cerca de 60 famílias, instaladas há mais de 20 anos na região do Canal São Gonçalo, vivem em condições de abandono do poder público local, sendo alvo de um processo movido pela Promotoria Pública, em 2014, que exigiu da Prefeitura de Pelotas a reintegração de posse aos moradores. Conforme Viera *et al.* (2017), visto tratar-se de uma (APP) e do fato de a área ser valorizada pelo setor imobiliário e de uma crescente urbanização de classe de alta renda, com os empreendimentos Lagos do São Gonçalo, Parque Una I e Una II, a ação do poder público local foi ofertar 20 terrenos no Bairro Getúlio Vargas, o que implicaria a perda não só das casas dessas famílias, mas também de seu território:

A resistência da Comunidade da Estrada do Engenho se sustenta no fato de que primeiro, eles criaram um pertencimento em relação com a espacialidade do local (território e identidade), em função da atividade da pesca que realizam e da reciclagem de resíduos sólidos, o que cria toda uma identidade desses moradores com o território. [...] A lógica desse conflito é que de um lado tem-se a história dos ocupantes tradicionais e de outro, os interesses dos novos ocupantes. (VIEIRA *et al.*; 2017, p. 17)

Assim, observa-se que o poder público, muitas vezes, usa o discurso ambiental no favorecimento dos seus interesses e dos grupos econômicos, visto que, predomina na cidade, o desigual atendimento das reivindicações. Tais reivindicações seguem na esteira das demandas impostas pelos investimentos privados.

Para conhecer e avaliar as implicações das ações dos atores exógenos no espaço praiano Balneário dos Prazeres, a pesquisa avalia a participação do poder público local⁵⁰, por agir mais diretamente sobre o objeto de pesquisa, uma vez que, no litoral médio do Rio Grande do Sul, só o município de Rio Grande foi contemplado com o projeto orla.

Por tratar-se de um município litorâneo é necessário que o Plano Diretor seja compatível com as diretrizes do Gerenciamento e do Zoneamento Costeiro, a fim de garantir uma gestão sustentável de uma área bastante sensível às ações antrópicas.

Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

⁵⁰ A municipalidade assumiu os processos referentes às questões ambientais do município por meio do Convênio de Delegação de Competência em Ações de Meio Ambiente com a FEPAM, passando a realizar o licenciamento, monitoramento, fiscalização e o controle ambiental das atividades delegadas pelo convênio.

Nesse contexto, a municipalidade foi especulada nas suas diferentes secretarias: Secretaria de Cultura (SECULT), Secretaria de Gestão e Mobilidade Urbana, Secretaria de Habitação, Secretaria de Qualidade Ambiental (SQA) e Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas (SANEP). Por conta do Convênio de Delegação de Competência em Ações de Meio Ambiente com a FEPAM a municipalidade é responsável pela avaliação da balneabilidade e por licenças ambientais.

Nesses órgãos, procurei funcionários capacitados a fornecer informações sobre as práticas socioespaciais da municipalidade, bem como suas representações sociais perante os conflitos socioambientais e territoriais do Balneário dos Prazeres. Para a SECULT, foi enviado um questionário por e-mail, com a SQA e o SANEP foram agendadas entrevistas, e entregues requerimentos solicitando informações pertinentes à construção da proposta de pesquisa. Na Secretaria de Habitação e Secretária de Gestão e Mobilidade Urbana, foram realizadas visitas e consultas a documentos públicos. Também, busquei informações junto à Secretaria de Segurança Pública do município, para avaliar situações de violência e insegurança na praia. A entrevista com Paula Mascarenhas (Figura, 4), vice-prefeita⁵¹ na ocasião foi importante para avaliar as intencionalidades futuras de transformação do espaço costeiro no Balneário dos Prazeres e seu entorno pelo poder público local, bem como compreender determinadas ações pontuais.

A seguir apresento uma sistematização dos atores exógenos.

⁵¹ Pelo partido (PSDB) na gestão de 2012-2015.

	Deponentes	Tipos de vínculos com o Balneário dos Prazeres. Projeção de apropriação, usos	Representação da paisagem /práticas	Construção social do espaço
Atores /Agentes	Prefeita Paula Mascarenhas	Possuem um olhar mais distanciado.	Paisagem mercadoria; Realiza programações culturais e esportivas/serviços de informações turísticas. Pensamento operacional e ação instrumental	Promove a hierarquia dos lugares, novas centralidades e a identificação de segregação espacial
Exógenos	Bruna Ângelo – SQA	Como interventor contraditório Interesses em conflitos.		
Poder local	Paulo Cesar Azambuja	Espaço de dominação da classe dominante		

Quadro 5 - Caracterização dos atores sociais territorializados exógenos

Fonte: Elaboração da autora.



Figura 4 - Prefeita Paula Mascarenhas

Fonte: foto da autora, 2016.

Prefeita Paula Mascarenhas: trabalhou como professora universitária e assessora política. Possui 47 anos, é filiada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Foi vice-prefeita na gestão anterior de Eduardo Leite (PSDB), é a atual chefe do executivo em Pelotas, a primeira mulher a ser eleita prefeita na cidade de Pelotas. É católica não praticante.

Bruna Ângelo Alves: possui Graduação em Ciências biológicas pela Faculdade Anhanguera de Pelotas (2010), é especialista em gestão ambiental também, pela Faculdade Anhanguera de Pelotas. Possui 30 anos de idade. Trabalha na Secretaria de Qualidade Ambiental há 6 anos, sendo responsável pelo setor de anuência ambiental e fiscalização. Não possui religião.

Paulo Celso Silva Azambuja: possui Graduação em Filosofia, desempenha a função de agente fiscal no município há 26 anos e agente ambiental há 13 anos. É natural de Bagé, possui 50 anos e reside em Pelotas há 39 anos, é católico não praticante.

Destaco que, durante a pesquisa realizei contato pessoal e via e-mail com diversos outros funcionários públicos da prefeitura.

2.2 ATORES ENDÓGENOS

Os atores que compõem esse grupo há mais tempo demonstram um sentimento de cuidado; logo, de pertencimento e amor ao lugar, aquilo que Tuan (1980) conceituou como topofilia. Identificam-se plena e prioritariamente com o território no qual vivem e efetuam suas ações. A praia, enquanto território, para esse grupo de atores, exprime-se nas relações intersubjetivas derivadas da necessidade de viver como moradia e de produzir, pois, para muitos, a beleza da paisagem lagunar (fator locacional) é uma possibilidade de obtenção de renda, seja pelo aluguel para finais de semana ou temporadas, seja pela comercialização de gêneros alimentícios no período sazonal do verão e, às vezes, pela possibilidade de pesca em períodos de boa safra, sobretudo, de camarão.

Entretanto, existe no mesmo território uma divisão entre os atores endógenos, aqueles em que suas ações suscitam as reações as questões atuais de

desenvolvimento sustentável e valorização do ecoturismo e aqueles que se ocupam apenas em viver no local.

Nessa classificação, identifiquei os *moradores regulares*, proprietários de terrenos no Balneário dos Prazeres, bem como aqueles que residem em casas de aluguel, e os *moradores irregulares* das encostas da mata nativa, na beira da praia, identificados pelos moradores regulares como os moradores da parte de baixo também considerados os moradores novos.

2.2.1 Moradores do Balneário dos Prazeres

Para os moradores proprietários fundiários, o solo é levado à condição de mercadoria, possuindo mais um valor de troca do que de uso, o que gera conflitos e barreiras para reprodução da vida coletiva de forma geral, pois, no sistema de propriedade privada, aquele que detém o direito à propriedade passa a manipular o controle sobre a mercadoria espaço. Muitas vezes, suas ações não se fazem perceber, já que atuam articulados com outros atores, especialmente com o Estado, variando de acordo com seus interesses. Quem detém o direito de uso da terra controla um elemento fundamental no processo de produção, porque a terra não pode ser criada pelo capital.

Os moradores, junto a alguns setores do poder público, ambientalistas e comerciantes locais, formam uma relação de poder que tenta interferir nos usos que a sociedade pode fazer desse espaço-praia. Para eles, a paisagem e o território possuem valor estético, sentimental, econômico e ecológico.

Uma de suas principais queixas e reivindicações ao poder público local é em relação à falta de fiscalização no uso da praia, pois zelam por práticas sustentáveis de preservação. Acompanham, ao longo dos anos (desde os anos 1980), a degradação da vegetação nativa da praia, seja pela erosão costeira, desmatamento, seja pela queima das raízes das figueiras centenárias.

São diversas, as razões pelas quais, seus atuais moradores foram atraídos para esse bairro-balneário. A diversidade de interesses faz com que nem todos sejam representados, prevalecendo o interesse daqueles com maior poder de

mobilização social, notadamente, os grupos de maior poder aquisitivo e consciência do problema ambiental do lugar onde vivem.

Os moradores endógenos dessa praia formam um conjunto de posições distintas e coexistentes, são exteriores uns aos outros pelos seus tipos de capital econômico e cultural, e próximos, pelas relações de vizinhança.

Atores Endógenos	Depoentes	Tipos de vínculos com o Balneário dos Prazeres. Projeção de apropriação, usos	Representação da paisagem/práticas	Construção social do espaço
Moradores	Elvadir Santos Caldeira Valdir da Silva Oliveira Marilene Janes Luiz Mattozo Miro Rezende	Sentido de pertencimento ao lugar, mas também possuem vínculos com outros lugares. Vivenciam a multiterritorialidade de forma mais intensa	Paisagem estética agrega valor ao terreno. Organizam-se a favor do desenvolvimento do seu bairro.	Disputam o direcionamento dos recursos da cidade para suprir as carências do bairro, muito bem veiculadas aos meios de comunicação.

Quadro 6 - Caracterização dos atores sociais territorializados endógenos

Fonte: Elaboração da autora.



Figura 5 - Elvadir Santos Caldeira.

Fonte: Foto da autora, 2017

Elvandir Santos Caldeira: mais conhecido como Vandico, é morador do lugar há 39 anos, possui 74, anos é escultor, negro e deficiente de uma perna. Seu atelier situa-se no Balneário dos Prazeres, considera-se politeísta. Foi aluno de Caringi⁵² na Escola de Belas Artes, foi também autor de diversas criações para escolas de sambas. Recentemente doou uma imagem de lemanjá de 1, 70 m de altura para um terreiro local, visando a integração maior no bairro. Quer deixar monumentos espalhados pelo Barro Duro. Em 2009, criou o busto de Barbosa Lessa⁵³ a pedido da prefeitura do município de Piratini. Elvandir fez carreira como instrutor de arte na antiga Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM). Radicado em Porto Alegre, atuou na criação de carros alegóricos para escolas de samba. Enquanto músico, integrou grupos como Jazz Espanha, Os Bárbaros, Bossa Sete e União Democrata. Oferece oficina de escultura para crianças carentes.

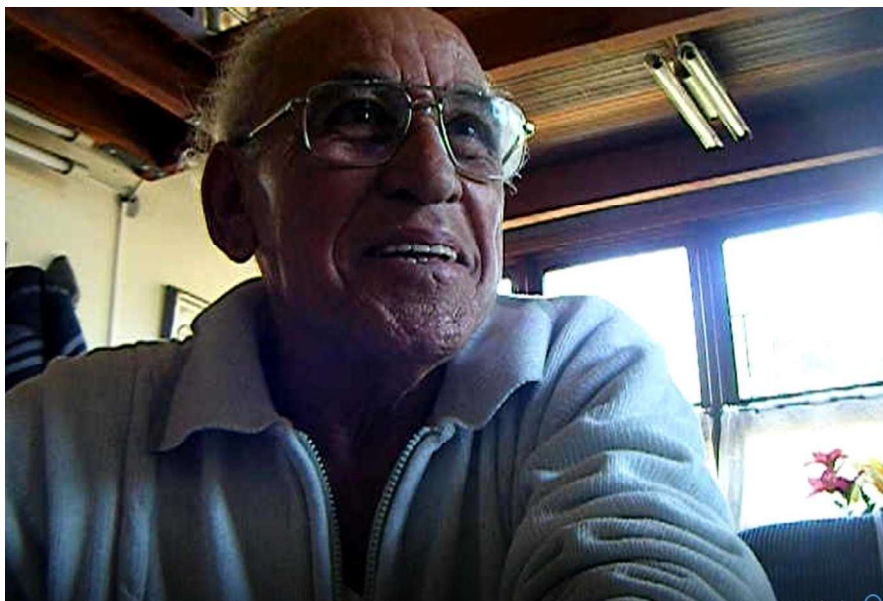


Figura 6 - Valdir Oliveira⁵⁴.
Fonte: Foto da autora, 2016.

⁵² Antônio Caringi (1905-1981).foi um escultor brasileiro, considerado o maior estatuário da história da arte no Rio Grande do Sul, conhecido como o “escultor dos pampas”, Caringi privilegiou temas regionais em seus trabalhos, ligados à história e à cultura riograndenses. Lecionou, de 1952 a 1980, a disciplina de Escultura na Escola de Belas Artes de Pelotas, atual Instituto de Letras e Artes da Universidade Federal de Pelotas. WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Wikipédia, 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Caringi. Acesso em: 23 jan. 2020.

⁵³ Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002) foi um folclorista, escritor, músico, advogado e historiador brasileiro. Foi um dos criadores do movimento tradicionalista gaúcho e fundou o primeiro Centro de tradições gaúchas (CTG) criando a figura folclórica do gaúcho.

⁵⁴ Entrevista concedida a autora por OLIVEIRA, Valdir. [jun. 2016]. Pelotas, 2016

Valdir da Silva Oliveira é economista, psicólogo, professor e psicopedagogo, teve cinco filhos, trabalhou durante 40 anos como professor no Estado e como psicólogo na saúde escolar. É aposentado, e trabalha em escritório de contabilidade no centro da cidade. É presidente do Oásis Praia Clube, no Balneário dos Prazeres e tem propriedade no local há mais de 60 anos. Mora há 17 anos no bairro.

É autor de quatro projetos para o mesmo: engordamento da praia, replantando o bairro, este teve início em 2013 e já está em sua 6ª edição, tornando uma adolescente feliz, biblioteca comunitária. É também protagonista em diversas denúncias junto à municipalidade e Ministério Público, sobre a degradação da Área de Preservação Permanente (APP) Mata do Totó, no Balneário dos Prazeres/ Barro Duro. Valdir, em muitos de seus artigos de jornais, deu voz às figueiras centenárias do Balneário, pedindo, em seu nome, respeito pela idade e pelo cumprimento da Lei nº 12651/12 do Código Florestal, que protege as áreas de preservação permanente (APPs). Um desses artigos intitula-se “Barro Duro – Pão e Circo”, da política do pão e circo, “panis et circus”, no qual ele chama a atenção das autoridades locais para a morte das figueiras: “Em épocas de Eleição Municipal, vimos o circo se armando, como no dia 22.8.15, políticos se reunindo ao som de uma Escola de Samba, enquanto nós agonizamos [...] enquanto uma única de nossa família foi enfeitada arrumada e mostrada no circo, nós, as outras dezenas de figueiras, estamos tombando mortas, sem vida desrespeitadas e desvalorizadas”.

Valdir, também, em muitos de seus abaixo-assinados reivindicou, junto ao poder público, a iluminação e sinalização da Avenida Adolfo Fetter do trecho que vai do segundo trevo do Balneário Santo Antônio até a entrada do Balneário dos Prazeres. Mas, infelizmente, e com muito pesar, assim como muitas figueiras de seu bairro, Valdir, em agosto de 2018, foi vítima do que chamou de política de Pão e Circo da cidade de Pelotas, pois um acidente, nesse trecho escuro da avenida, tirou-lhe a vida antecipadamente, sem que pudesse ver a conclusão dessa tese, e da obra de engordamento da praia, tão sonhada por ele. A sua participação foi de suma relevância e importância na construção da tese.



Figura 7 - S.ª Marilene Janes (Preta de Oxum).

Fonte: Foto da autora, 2016.

Marilene Janes: é conhecida na religião como Preta de Oxum, é moradora do Balneário dos Prazeres há 10 anos, possui 49 anos de idade e 43 como usuária dessa praia. Foi proprietária de um bar na cidade - “Bar da Preta” que, depois, passou a ser nessa praia. Na sua residência, situada na Avenida Guanabara com a avenida Mato Grosso, ela possui uma casa de religião (nação). É casada com um pescador artesanal, que também trabalha na sazonalidade da produção de arroz das propriedades do entorno da laguna.



Figura 8 - Luiz Carlos Matozzo

Fonte: Facebook⁵⁵.

⁵⁵Disponível em:

<https://www.facebook.com/luiscarlos.mattozo/videos/1956701991119987/?eid=ARDjGI348r9MrR7SVaVaGMKxF4FmJ_NsrQ5UswMCyWpHlxSGOgmurpDvgxAV61FSV0c9KGfmJRHEJvV>. Acesso em: 18 jan. 2019.

Luís Carlos Mattozo: foi liderança estadual do Partido Comunista do Brasil (PC do B), foi vereador na década de 1990. Em 2002, concorreu a vice-governador. Posteriormente, integrou assessorias parlamentares na Assembléia Legislativa. Foi candidato ao cargo de vice-prefeito de Pelotas pelo PC do B, através da coligação PT/PC do B, que teve Miriam Marroni como candidata a prefeita. Atualmente trabalha como assessor da Deputada Manuela D' Ávila na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Sua família reside no Balneário dos Prazeres há 50 anos, assim esse Balneário é o seu lugar de referência em Pelotas. Possui 51 anos de idade, tem ensino médio completo, é comerciário. É afrodescendente, praticante de religião de matriz africana e atuante de longa data no Balneário dos Prazeres, denunciando diversas irregularidades aos meios de comunicação.



Figura 9 - Glademir Rezende.
Fonte: Foto da autora, 2017.

Glademir Treptow Rezende: é conhecido como Miro na comunidade, é herdeiro juntamente com sua esposa de um dos bares e lancheiras mais antigos no Balneário dos Prazeres, “o Bar do Costinha”, em funcionamento há mais de 60 anos. O bar, na época em que seu sogro era vivo e o administrava, atraía um público de diferentes lugares da cidade que apreciava o estilo musical chorinho e o samba. Dentre muitos grupos que tocava no bar, a banda “Bar e Banda Costinha” foi a primeira colocada do 9º Concurso de Conjuntos Vocais como melhor grupo, ganhou o troféu popularidade, representando o Balneário dos Prazeres na competição musical, em 2010. Esse ator é favorável ao uso da praia e matas pelos veranistas, com fiscalização do município.

2.3 ATORES TRANSICIONAIS

Quanto aos atores transicionais, eles esboçam o perfil ideal de um actante territorial. De uma parte, porque sua adesão parcial aos lugares aumenta sua sensibilidade e sua solidariedade frente aos interesses do lugar. De outra parte, porque seu distanciamento do fato, sua participação na vida de outras escalas ou de outras ilhas do arquipélago territorial global, distância-os do envolvimento com os problemas locais. Estão numa situação intermediária, podem agir como um habitante dos lugares de que tomou distância, instalam-se e trabalham em outros lugares, mas geram normalmente propriedades ou questões localizadas em seu território de origem.

2.3.1 Veranistas

Veranista é a pessoa que usufrui do espaço, principalmente, durante o verão, de preferência na praia, mas pode ser no campo ou na montanha. Neste estudo, considero o grupo de veranistas atores coletivos, pois são portadores de um discurso. Trata-se de um processo de construção social em que as práticas de lazer, anteriormente controladas por códigos culturais com imposição de determinado processo civilizatório, como o controle dos “conteúdos desordeiros das danças de preto, batuques contrários ao sossego público e costumes populares” (DEL PRIORE, 2000), passam a ser cooptadas pelo capitalismo.

O capitalismo, entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, estava criando uma nova estratégia de reprodução, a necessidade imaterial de atribuir valor aos espaços de amenidades e a necessidade material de consumir nesses espaços, incluindo eles mesmos. Conforme salienta Lefebvre (1991, p. 91):

Para que a usura moral e a obsolência das coisas trabalhem rapidamente, é preciso também que as necessidades envelheçam, que jovens necessidades as substituam. É a estratégia do desejo! Em segundo lugar, a capacidade produtora tornaria desde agora uma extrema mobilidade da vida, dos objetos, das casas, das cidades, do habitar. A vida real poderia deixar de estacionar na cotidianidade. A obsolescência, ideologia e prática encara o efêmero apenas como método para tornar o cotidiano rentável (LEFEBVRE, 1991, p. 91).

O encontro de culturas que substancia a modernidade, possibilita a propagação da retórica da natureza como a “natureza selvagem”, como refúgios de natureza intocada, para onde a população das cidades insalubres poderia ir para recarregar as energias gastas na vida estressante e no trabalho monótono.

A natureza, ideologicamente, passa a ser vista como “o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário”, do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime” (DIEGUES, 2008, p. 26), constituindo para nossa sociedade um “mito moderno da natureza intocada”. O espaço público passa a ser privatizado e vendido pela propaganda, como o refúgio seguro, próximo à natureza.

Em Pelotas, esse movimento é dado pela incorporação do espaço-praia à cidade, como pode ser visto na matéria jornalística dois anos antes da inauguração do Balneário Santo Antônio:

Visite o pitoresco e encantador recanto à margem da Lagoa dos Patos, onde se está iniciando a construção de uma cidade em miniatura. Visitando-o, conhecerá a ousada e já vitoriosa iniciativa que é a vila residencial balneária Santo Antônio. Sob o encanto de uma paisagem magnífica, onde as cores variegadas da vegetação contrastam com as plácidas águas da lagoa e com as límpidas areias de uma belíssima praia, sem dúvida sentirá que descansar ante tal cenário constitui uma forma todo particular de aproveitar as horas de lazer, retemperando as forças para o trabalho diário e caminhar menos depressa para a velhice. E tudo isso está a apenas quinze minutos de automóvel da cidade. Ante tais circunstâncias, estamos certos de que lhe ocorrerá a ideia de adquirir um terreno na praia do Laranjal (DIÁRIO POPULAR, 17 dez. 1950).

A cultura de massa foi responsável pela grande ênfase dada à natureza como produto a ser consumido. As pessoas deveriam procurar a praia, a montanha, ou o campo para se reconciliarem com a natureza.

No entanto, cabe lembrar que a adaptação à natureza é uma característica intrínseca do ser humano. Ao buscar suprir suas necessidades, ele altera a natureza. Assim, a questão chave foi compreender como os veranistas do Balneário dos Prazeres e demais atores sociais se relacionam entre si e com o espaço físico da praia. A cultura e a natureza se relacionam e se criam mutuamente, como será apresentado mais adiante.

As entrevistas com os veranistas usuários da praia para o lazer foram mais superficiais. Não consegui com estes a mesma densidade das informações que com os demais atores, suas respostas eram simplificadas. Esses sujeitos transitórios, não investem no espaço como atores, embora interfiram no espaço com suas práticas. Por isso, são agentes do espaço, que costumavam acampar tanto na praia do Balneário dos Prazeres, quanto no *ecocamping*, no trecho de orla chamado praia do Totó. Ambos os espaços para camping foram fechados, o *ecocamping* municipal passará a ter a função de parque – sede da primeira Unidade de Conservação de Pelotas. Essa decisão da municipalidade foi contestada pelo vereador Marcus Ferreira em reunião:

Lamentamos a decisão da Prefeitura, pois acreditávamos ser possível construir uma solução mais conciliadora na qual se pudesse manter área de camping e de preservação no mesmo espaço, mas este não é o entendimento da administração (DIÁRIO DA MANHÃ 20 DE DEZ. 2018, CAPA)⁵⁶.

Assim, os veranistas populares da cidade de Pelotas estão perdendo espaços de lazer na praia, tendo que se adaptar a outras opções de lazer de verão. A caracterização dos sujeitos entrevistados desse grupo pode ser vista no (Quadro 7).

Atores/Agentes	Deponentes	Tipos de vínculos com o Balneário dos Prazeres.	Representação da paisagem /práticas	Construção social do espaço
Transicionais		Projeção de apropriação, usos		
Veranistas (grupos populares)	Marilia-32 anos, frequentadora há 10 anos.	Visitas sazonais, usos para o lazer e sociabilidade;	Paisagem – contemplação da lagoa;	Promovem impactos ambientais no lugar (acarretam mais investimentos em infraestrutura urbana e de praia)
Praticantes de lazer nos finais	Lenir-34 anos, frequentadora há mais de 10 anos	Busca pelo contato com a natureza, paz e	A paisagem é apreendida em seus aspectos estéticos;	Também promovem
			Descanso, lazer,	

⁵⁶Disponível em: <<http://diariodamanhapelotas.com.br/site/prefeitura-decide-fechar-ecocamping>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

de semana	Daniela-23 anos, Frequentadora há 23 anos.	sossego,	recreação.	encontros de socialização no espaço público, consomem no espaço, formam territorialidade.
------------------	---	----------	------------	---

Quadro 7 - Caracterização dos agentes sociais territorializados transitórios veranistas

Fonte: Elaboração da autora, 2017.

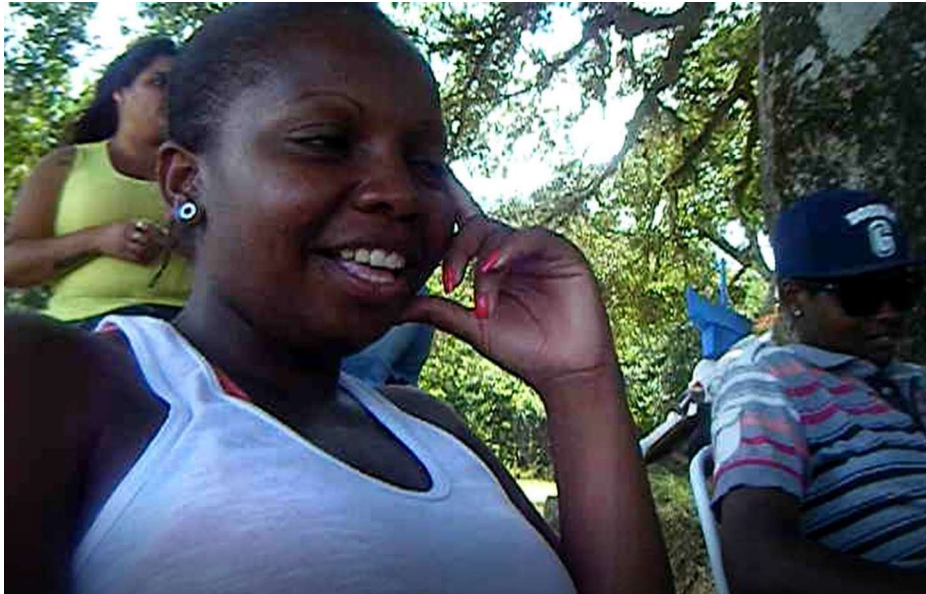


Figura 10 – Daniela.

Fonte: foto da autora, 2017.

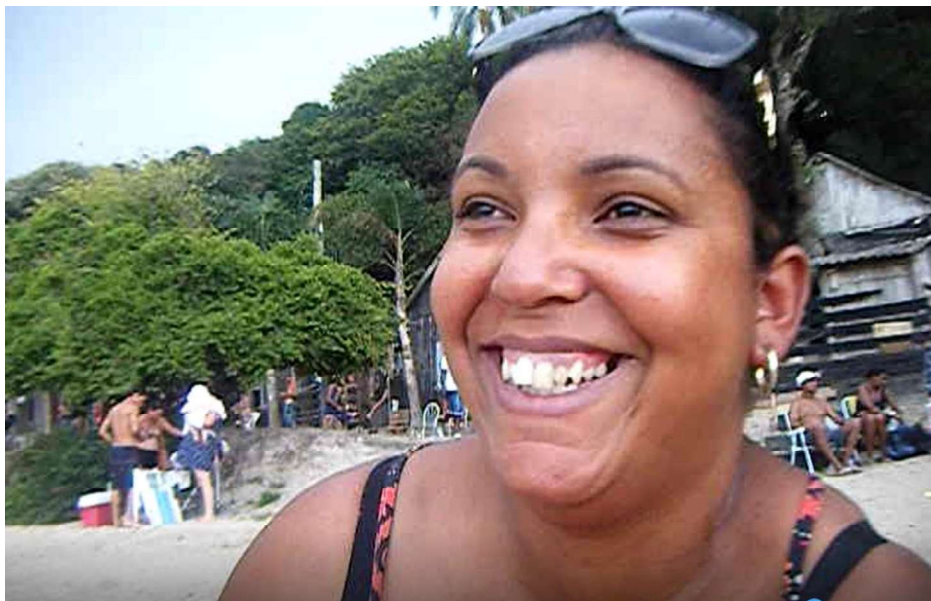


Figura 11 – Marília.

Fonte: Foto da autora, 2017.

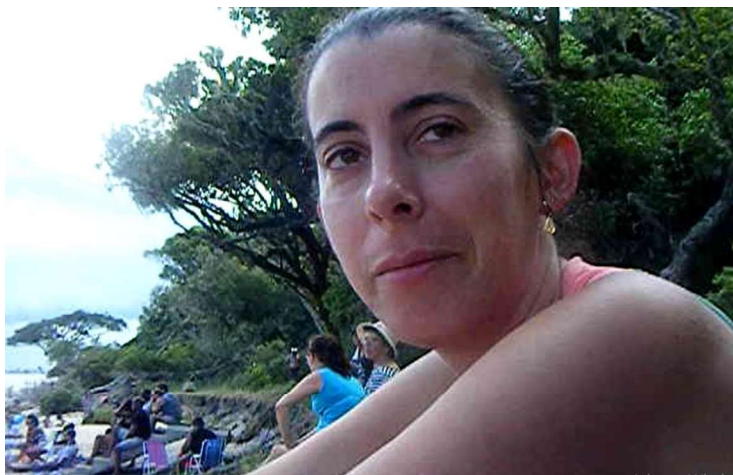


Figura 12 - Lenir.

Fonte: Foto da autora, 2017.

2.3.2 Praticantes de religiões de matriz africana

A praia, e, em especial, as matas no trecho de orla do Balneário dos Prazeres, constituem um espaço atrelado ao sagrado, para o povo de religiões de matrizes africanas da cidade de Pelotas e do seu entorno. A praia contempla todos os elementos da natureza essenciais aos rituais da tradição das crenças da religião de matriz africana. A apropriação simbólica do espaço por essa coletividade produz o território e a identidade. Os afro-religiosos realizam rituais e promovem o evento da Festa de Iemanjá. Através da festa, esses atores também promovem uma ponte de integração entre outras culturas, um ato de “socialização” (OLIVEIRA e CALVENT 2012). O olhar frente à festa de Iemanjá investe toda a carga de experiência de uma vida e da existência humana, e essa paisagem reafirma a historicidade.

Esse grupo de atores estabelece alianças estratégicas com os representantes do campo político, como foi demonstrado por Campos (2015, p. 147), “o governo Irajá⁵⁷ foi o maior colaborador para a constituição dos espaços da Federação, [...] há

⁵⁷ Irajá Andara Rodrigues foi prefeito do município de Pelotas por duas ocasiões (1977-1982 e 1992-1996) e deputado federal constituinte. O político é umbandista e tem perfil popular, é carismático e foi o idealizador de projetos arrojados, como a (re)espacialização da malha viária urbana criando grandes avenidas perimetrais que desafogaram as ruas do centro. Enquanto proprietário de amplas áreas no Pontal da Barra, incluindo uma RPPN, foi o idealizador de loteamentos urbanos e de um *resort* e complexo turístico no Pontal da Barra, embargados pelo Ministério Público, por tratar-se de uma APP e patrimônio cultural, pela presença de sambaquis. Para a comunidade umbandista e africanista, ele foi o responsável pela construção do calçadão em frente à gruta de Iemanjá no Balneário dos Prazeres e pela construção da Sede da Federação Sul Riograndense de Umbanda e

uma troca de favores e obrigações, onde cada instituição deve cumprir, seja porque há interesse religioso, seja por razões políticas”. Também, é importante ressaltar o papel social e político desenvolvido pelos filhos e filhas de religião frequentadores dos centros afro-religiosos e militantes do movimento negro, estudado por Carla Ávila (2011). A partir da noção de encruzilhada, a autora identificou:

[...] pontos e estratégias de ação política que vão para além das lutas contra a discriminação étnico-racial ou pelo combate ao racismo, [...] percebe-se uma filosofia política particular que permeia setores da sociedade, principalmente no que tange à saúde e ao meio ambiente (ÁVILA, 2011, p. 7).

As práticas sociais criam uma comunicação, mas também uma mediação interindividual e autorizam a fabricação de representações comuns. Elas desencadeiam um processo ontológico e evolutivo. Ontológico, pois é no quadro das práticas que se constroem as identidades e territorialidades, a escala da história individual e coletiva. Evolutiva, visto que é em função dessas práticas sociais que se modificam essas mesmas identidades e territorialidades. Cabe lembrar que as identidades são plurais. Uma pessoa pode ter mais de uma identidade, ocupar várias posições ao mesmo tempo. Então um ator/agente social ocupa várias posições ao mesmo tempo.

O principal caráter identitário presente no Balneário dos Prazeres/Barro Duro está na presença e na relação com a orla e resquício de vegetação nativa. Importante fator geográfico natural, cujo reconhecimento histórico e ambiental deveria remeter ao respeito pelo patrimônio ambiental e cultural. Na relação tempo/espço, ocorrem as sociabilidades humanas, através das quais a natureza tem sido transformada, por meio da produção da cultura, da história e do espaço. Os vestígios dos símbolos religiosos nessa praia são produto da relação tempo/espço. A partir desse entendimento, é possível avançar para a compreensão das espacialidades na praia atrelada ao campo devocional.

Cultos Afro-brasileiros, em 1978. Instituiu, em 24 de novembro de 1995 a Semana de Umbanda e das Religiões Afro-Brasileiras no Município de Pelotas, autorizando o poder executivo a incluir a “semana da Umbanda e das Religiões Afro-Brasileiras”, no calendário de eventos do município de Pelotas. Na última festa de Iemanjá, Irajá foi homenageado pelos serviços prestados à comunidade umbandista pela Federação.

Por natureza, as práticas se repetem. Elas provocam, materializam a interação social e espacial. Reformulam, reconstróem permanentemente as heranças. Elas criam também a novidade.

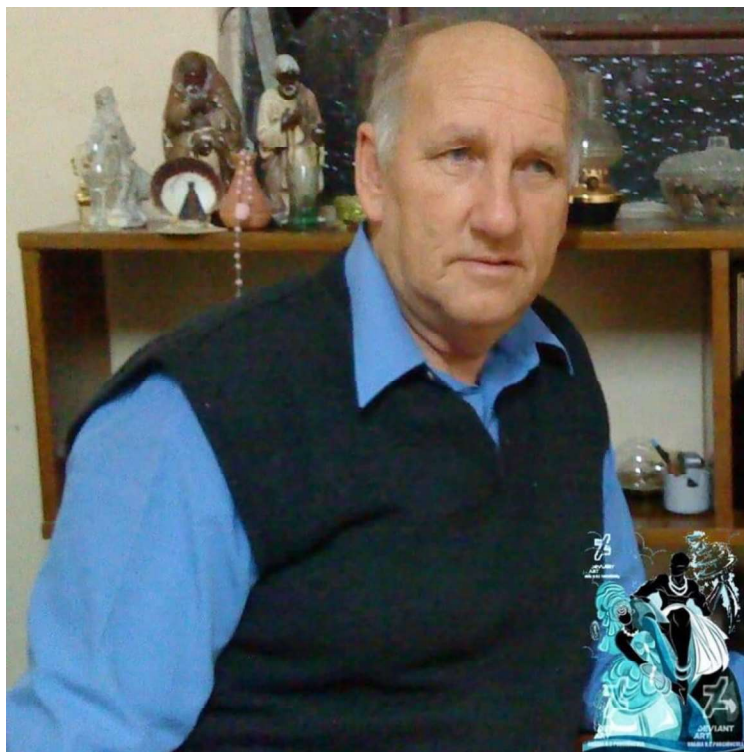


Figura 13 - Joab Bohns.

Fonte: Facebook⁵⁸.

Joab Bohns, vem de uma família umbandista, a mãe era descendente de alemães e o pai, afrodescendente. Segundo Joab, sua mãe possui um centro de umbanda na rua Xavier Ferreira com General Telles. Joab é umbandista desde criança, hoje, com 65 anos, é o atual presidente da Federação Sul Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, estando no mesmo cargo há mais de 10 anos. Durante sua formação, participou da igreja católica, sem ter abandonado a umbanda. Joab possui um terreiro em sua residência há 52 anos: o Centro Espírita de Umbanda Pai Miguel de Aruanda, situado na Rua São José, nº 115 - Três vendas. A Federação Sul Riograndense de Umbanda foi criada a partir da união de duas Federações: a Confederação Pelotense de Umbanda e a Associação Pelotense de Umbanda. O lado afro foi criado dentro da Umbanda em 1984.

⁵⁸ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2029264377181134&set=pob.100002927742252&type=3&theater>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

A Federação tem filiados em todo o território nacional, e tem, também, em países vizinhos, como o Uruguai a Argentina. Possui, em média 200 centros associados, ainda que 70% sejam inadimplentes, não comparecem com o pagamento de 20 reais por mês. No Balneário dos Prazeres, aproximadamente 30 casas de religião são filiadas à Federação. A Federação Sul Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros não é conjugada à residência de seu representante, fato que, segundo Joab dá um grau de superioridade desta frente às outras. A figura abaixo mostra a sede da Federação, situada na rua Lobo da Costa.



Figura 14 - Sede da Federação Sul Riograndense de Umbanda e Cultos Afro Brasileiros.
Fonte: Foto da autora, 2017.

Joab Bohns está há mais de 10 anos na presidência da federação. Ele não estabelece diálogos com as demais federações e associações e não reconhece sua instituição como como povo de terreiro: “Não sou povo de terreiro sou Federação Sul Riograndense de Umbanda e Cultos afro-brasileiros, o resto é interesse político, veja quem está por traz disto” (Mensagem encaminhada por Joab a rede social do grupo do Conselho dos Povos de terreiro) em resposta ao convite para a posse do Conselho do Povo de Terreiro de Pelotas. Sobre esse fato faço a seguinte reflexão: os sujeitos e grupos que se identificam com Conselho do Povo de Terreiro não possuem uma identidade fixa, essencial ou permanente. Já o presidente da Federação não se identifica com o Conselho e não dá o apoio institucional, que o movimento negro e afro-religioso esperava receber da Federação Sul Riograndense de Umbanda e Cultos afro-brasileiros. Seja por ele não estar em um corpo negro,

seja pela falta de entendimento do papel do Conselho Municipal. Todavia, não está no propósito da tese aprofundar essa discussão, que por si só daria outra tese, mas sim tecer algumas observações sobre o status desse ator considerando que este é responsável pela gruta e pela festa de Iemanjá no Balneário dos Prazeres, e que é comum ocorrerem disputas entre os atores do campo religioso pelos espaços das homenagens. Tal fato contribui para a fragmentação das religiões de matrizes africanas e gera impactos sobre as próprias forças que se pretendem transformadoras - as lutas sociais dos negros e afro-religiosos nas suas diferentes materializações enquanto constituição de atores coletivos. Stuart Hall nos diria que esta situação representaria a transição da identidade cultural na modernidade tardia.



Figura 15 - Carlos Alberto da Costa e Silva Pereira.

Fonte: Foto a autora, 2017.

Carlos Alberto da Costa e Silva Pereira, possui 52 anos, é conhecido no meio religioso como Filho de Irineu Viana, o qual foi membro da diretoria da Federação Sul Riograndese de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros por diversos anos e presidiu essa instituição por 16 anos. Sua inserção na umbanda foi no Centro Espirita de Umbanda Ogum da Mogiana, fundado por seu pai, Irineu Viana, em 23 de abril de 1969, localizado na rua Jerônimo Coelho, nº 107, no bairro Simões Lopes. Carlos Alberto foi membro do Conselho Deliberativo da Federação Sul Riograndese de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros. Com a morte de seu pai, foi eleito presidente desse conselho, da mesma forma que Marcos de Oxalá, por conflitos internos

abdicou do cargo e se desfilou. Posteriormente, em novembro de 2008, junto com Santos Laureci Martins e outros Irmãos, criou a União Rio-Grandense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros (URUCAB). Essa teve mais de 50 casas de religião filiadas. Dentre suas metas constavam: cursos de tamboreiros, criação de Ongs para realizar oficinas de corte e costura, grupo de dança, curso de tradições gaúchas, organização da Semana da Umbanda e cultos afro-brasileiros. O lema da URUCAB, hoje extinta, era dizer: “unir a família umbandista e africanista é um trabalho divino e tem de ser feito, para isto se propôs a URUCAB”⁵⁹.

Hoje Carlos Alberto possui um programa ao vivo, na Rádio Criativa FM, 103.3 chamado: Filhos de Umbanda, no ar todas as quintas feiras, das 20h até meia-noite. Carlos Alberto, tem uma história de superação de dependência química com o álcool, o que lhe motivou a criar o Programa Dependência Química em Debate, no ar, nas noites de terça-feira, das 20h até às 22h, na Rádio Princesa FM 98,5 e, posteriormente na Rádio Criativa FM 103,1 Pelotas. Conforme Carlos Alberto, no momento esse programa está suspenso por falta de apoio para a sua continuidade. Tem fé que Oxalá, em breve irá permitir o retorno do programa.



Figura 16 - Marcos Abreu.

Fonte: Facebook⁶⁰.

⁵⁹ URUCAB, Programação de eventos, Pelotas, S/D.

⁶⁰ Disponível em:

Marcos Abreu é conhecido, na comunidade afro-religiosa, por Marcos de Oxalá, possui 60 anos, é aposentado como auxiliar de enfermagem, possui 45 anos de vida religiosa no batuque, ou nação, umbanda e quimbanda. É o atual presidente da Federação dos Cultos Afro-brasileiros Umbanda e Quimbanda (FECAB). Marcos é natural de Pelotas, recebeu influência religiosa de seus pais, que tinham casa de religião de nação cabinda, na cidade de Porto Alegre. Marcos, quando abriu a sua casa de religião em 1988, filiou-se à Federação Sul Riograndese de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, mas por desentendimento com esta, acabou se desfiliando e abrindo a FECAB, há 15 anos sediada no Balneário dos Prazeres. A figura abaixo mostra a sede dessa entidade, onde é a casa da família de Marcos, situada na rua Ijuí entre a Av. Adolfo Fetter e a Rua Torres.



Figura 17 - Sede da Federação de Cultos Afro-Brasileiro

Fonte: Foto da autora, 2018.

Segundo Marcos, a FECAB possui 222 centros filiados na cidade de Pelotas, no Balneário dos Prazeres são 20 terreiros filiados. A FECAB possui entre seus filiados, tanto centro de umbanda, quimbanda e casas de nação, como também há pessoas (pertencentes à religião) que só faz atendimento com jogo de carta, jogo de búzios ou faz benzimentos (CAMPOS, 2015). Tal fato revela uma diversidade muito grande dentro daquilo que se convencionou chamar religiões de matriz africana, indo

desde o trabalho público, de caridade, sem fins lucrativos até aqueles privados e com fins lucrativos.

Marcos foi apresentador de um programa de rádio e, depois, de televisão, espaço usado para divulgação e debates sobre a religião. O programa “No Mundo dos Orixás, Encanto e Magias”, está há 15 anos no ar, ao vivo, através dos canais da Via Cabo ou NET.



Figura 18 - Juliano Silva.

Fonte: Facebook⁶¹.

Juliano Silva da Silva ou Juliano D’Oxum Epandá, é pelotense, biólogo e especialista em Educação Ambiental por formação, atua como professor da rede municipal de educação. Juliano teve iniciação religiosa por herança de sua avó, responsável pelo Centro Espirita de Umbanda Africano São Cipriano e seguiu os ensinamentos no Batuque. Juliano não é associado a nenhuma das entidades citadas anteriormente e, no entanto, a sua participação política no campo religioso é

⁶¹ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1562278133813685&set=a.759748067400033&type=3&theater>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

reconhecida por todos os presidentes de associações. Hoje Juliano D Oxum é o presidente da Rede de Umbanda e Nações Africanas (REUNA), entidade que tem se empenhado em unificar o campo afro-religioso em Pelotas em promover maior politização do mesmo. Juliano esteve à frete de importantes movimentos políticos: fez-se presente nas audiências públicas que discutiram alterações na festa de Iemanjá no Balneário dos Prazeres, em diversos movimentos em defesa da liberdade religiosa e em repúdio aos atos de vandalismo e intolerância religiosa⁶² que resultaram no incêndio na gruta de Iemanjá⁶³. Esteve junto à criação do projeto de lei para a Criação do Conselho do Povo de Terreiro do Município de Pelotas. Foi Juliano quem forneceu documentos do campo religioso para a presente análise, sem os quais a redação ficaria incompleta.

Atores/Agentes	Depoentes	Tipos de vínculos com o Balneário dos Prazeres.	Representação da paisagem /práticas	Construção social do espaço
Transitórios		Projeção de apropriação, usos		
Praticantes de religiões de matriz africana	Carlos Alberto da Costa e Silva Pereira; Joab Bohns (presidente da Federação Sul Riograndense; presidente da FECAB: Marcos de Oxalá; presidente do	Relação simbólica com o Balneário dos Prazeres e com a divindade Iemanjá, lazer e contato com a natureza a baixo custo.,	A paisagem contempla todos os elementos da natureza essenciais aos rituais religiosos (Mata do Totó)	Usam o Balneário dos Prazeres para as práticas religiosas, promovem Festa de Iemanjá. Divulgam o litoral lagunar pelotense. E tensionam o poder público para ajuda de custo e infraestrutura para a festa.

⁶² Por Intolerância religiosa compreendo “o conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a diferentes crenças e religiões. Em casos extremos, esse tipo de intolerância torna-se uma perseguição. Sendo definida como um crime de ódio que fere a liberdade e a dignidade humana, a perseguição religiosa é de extrema gravidade e costuma ser caracterizada principalmente pela discriminação”. Essa definição foi extraída do documento encaminhado à Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana por Elisângela Couto Nogueira Franco à presidente da Casa de Nação Cabinda de Axé Pai Ogum e Mãe Oya C.E.U, Jurema das Matas, em resposta à notificação nº 32837-A, embasada na Lei n.º 5832/11, art. 58.º, inciso I (descrição de atividade comercial sem Alvará de localização). A proprietária do estabelecimento religioso “expressa má-fé do gestor público notificante ou um profundo despreparo, ao enquadrar a referida casa de religião, a qual presta há longos anos, nesta cidade, caridade, e orientação espiritual, sem nada cobrar, sem fins lucrativos, como se fosse atividade comercial”, Pelotas, 8 de abril de 2017.

⁶³ Vândalos põem fogo na gruta de Iemanjá no Balneário dos Prazeres. Reportagem disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/videos/t/todos-os-videos/v/vandalos-poem-fogo-na-gruta-de-iemanja-no-balneario-dos-prazeres/4098303/>. Acesso em: 23 de jan. 2020.

	REUNA: Juliano D'Oxum,			
--	---------------------------	--	--	--

Quadro 8 - Caracterização dos atores transitórios praticantes de religiões de matriz africana.

Fonte: Elaboração da autora, 2017.

É importante ressaltar que, ao longo da pesquisa, eu mantive contato com alguns entrevistados, como na entrevista recorrente (BOGOAN, BIKLEN, 1994), para obter maior detalhe das informações. Uma vez que a teoria aqui proposta permite lidar não apenas com a sequência dos acontecimentos e das intenções conscientes desses atores nesses acontecimentos, mas também com as estruturas, modos de pensar.

Outra forma de captura de dados de que a pesquisa social se vale para desvelar a ordem oculta do mundo informal da vida cotidiana são as **rodas de conversa**. Em julho de 2017, realizei uma roda de conversa no Oásis Praia Clube, no Balneário dos Prazeres da qual participou uma turma de colegas do pós-graduação que cursavam a disciplina Território, Sociedade e Cultura ministrada pelo professor Álvaro Heidrich, e alguns moradores do bairro-balneário. Ganham destaque pelas diversas intervenções de fala o presidente do clube, Valdir Oliveira, e a moradora, artista plástica e empreendedora Mara Nunes. A seguir, apresento as categorias e perfil dos atores sociais e os depoentes da pesquisa. Estes, através de suas falas, tornam-se conteúdo da pesquisa e ganham evidência pelos papéis que cumprem na produção social do espaço balneário.

Categoria dos Entrevistados	Entrevistado	Função	Idade	Tempo de experiência com o Balneário dos Prazeres
Ator Endógeno	Elvandar Santos Caldeira	Escultor	74 anos	39 anos
	Valdir da Silva Oliveira	Economista, professor e psicopedagogo, aposentado. Trabalha de contador, é presidente do Oásis Praia Clube	73 anos	Mora há 17 anos e tem propriedade há mais 60 anos
		Dona de casa de religião no	48 anos	Frequenta desde 1975

	Marilene Janes (Preta de Oxum)	Balneário dos Prazeres.		
	Elivelton Cardozo Rodrigues	Estudante - 9º ano	16 anos	Desde a infância
	Glademir Treptow Rezende	Comerciante	46 anos	30 anos
	Loraci Machado dos Santos	Moradora/ Técnica agrícola do SEMA	61 anos	14 anos
	Luís Carlos Mattozo	Comerciário e político	51 anos	50 anos
	Paulo Roberto Pereira Rapetto	Professor de Geografia	70 anos	14 anos
Ator Transicional	Carlos Alberto Pereira	Aposentado Rádio locutor Filhos de Umbanda	52 anos	49 anos
	Joab Bohns	Presidente da Federação Sul Riograndense de Umbanda e cultos afro-brasileiros	66 anos	53 anos
	Marilia	Veranista- do lar	32 anos	10 anos
	Clenir	Veranista- do lar	35 anos	10 anos
	Daniela	Veranista-estudante	23 anos	23 anos
	Jorge	Veranista--aposentado	68 anos	68 anos
	Marcus Abreu	Presidente da Fecab		40 anos
Ator Exógeno	Claudio Adir	Engenheiro do SANEP	60 anos	30 anos
	Bruna Alves	Bióloga- setor de anuência ambiental	30 anos	6 anos
	Paula Mascarenhas	Chefe do Executivo	47 anos	2 anos
	Paulo Celso Silva Azambuja	Agente fiscal ambiental	50 anos	13 anos

Quadro 9 - Indicação e perfil dos entrevistados

Fonte: Elaboração da autora, 2017.

As **entrevistas** aplicadas foram não diretivas - semiestruturadas (THIOLENT, 1980), deixando fluir os depoimentos, enfatizando-se o indivíduo no processo de

construção do conhecimento, sendo que cada entrevistado apresentou suas especificidades para a apreensão e avaliação do espaço costeiro em questão.

Esta técnica de entrevista pressupõe que o informante seja competente para exprimir-se com clareza sobre questões de sua experiência e comunicar representações e suas análises, prestar informações fidedignas, manifestar em seus atos o significado que têm no contexto em que eles se realizam, revelando tanto a singularidade quanto a historicidade dos atos, concepções e ideias (CHIZZOTTI, 1991, p. 93). As questões foram previamente elaboradas, inicialmente foi solicitado ao entrevistado falar de suas experiências com o Balneário dos Prazeres e, no decorrer da entrevista, intervir com discretas interrogações de conteúdo ou com sugestões que estimulassem a expressão mais circunstanciadas de questões que interessam à pesquisa. A escuta a todas as informações prestadas com a atenção receptiva deixa o informante livre para expressar-se sem receios, falar sem constrangimentos sobre os seus atos e atitudes, interpretando-os no contexto em que ocorreram. O entrevistador deve estar atento às comunicações verbais e atitudinais, para explorar o universo cultural, registrando-as posteriormente no diário de campo. Os objetivos da pesquisa fazem variar o grau de liberdade entre os interlocutores e o tipo de resposta do entrevistado.

Outra consideração a respeito das entrevistas refere-se ao uso dos depoimentos na reconstituição das relações socioespaciais passadas. Conforme Amado (2007), a imaginação também faz parte da História. De acordo com a autora, é preciso estar atento à dimensão simbólica das entrevistas, pois essa pode não lançar luz diretamente sobre os fatos, mas permite compreender os diversos significados que indivíduos e grupos sociais conferem às experiências que têm.

Muitas vezes, em vez de promover o resgate histórico dos fatos, pode haver a construção de uma narrativa mesclando acontecimentos verídicos existentes no movimento, com tramas, nomenclaturas e simbologias.

No entanto, os atores sociais compartilharam as suas experiências com o território costeiro lagunar, no sentido de posse, fixação, usos, separações, desejos, utopias. Enfim, suas trajetórias de marcas objetivadas pela busca de controle e poder no espaço geográfico. Essas relações ocorrem em diferentes escalas, tanto estão no âmbito do indivíduo, quanto no âmbito da ação da sociedade política, mas, de toda forma, sempre ligada à objetividade de um ator.

A atenção também foi dada à coexistência de ritmos diferenciados das atividades e práticas sociais. Para Guy Di Méo & Buleón (2007), esses atores trazem temporalidades e territorialidades múltiplas. Eles, muitas vezes, também portam diversas contradições. São agentes múltiplos. Como um único sujeito, o mesmo ator se exprime tanto como habitante e contribuinte, um cidadão de um mesmo território. Nessas condições, não é de se admirar que as tomadas de posição sejam por vezes discordantes. Para medir o alcance do engajamento de um ator, convém integrar temporalidades e contextos diversificados de sua ação, as ancoragens territoriais que o caracterizam.

As vantagens dessa escolha metodológica é que os atores descrevem suas experiência e tristezas com particular sensibilidade. Suas experiências particulares, do cotidiano e das práticas regulares e sazonais vividas pelos moradores e frequentadores: lideranças comunitárias, lideranças dos grupos de religiões de matriz africana, moradores de famílias tradicionais do balneário e administradores públicos que tiveram envolvimento com o lugar. Assim, ajudam a definir a natureza dos tempos e paisagens através dos quais eles produziram no lugar, pois tudo isso permitiu compreender os significados de atitudes, atributos e comportamentos dos atores e agentes. As informações que esses sujeitos transmitiram foram imprescindíveis para a construção da pesquisa, possibilitando o entendimento da formação histórica e social do Balneário Nossa Senhora dos Prazeres.

O modo como os interlocutores – atores sociais endógenos, exógenos e transitórios citados acima - narraram suas histórias sobre o Balneário dos Prazeres, seus posicionamentos referentes à valoração que atribuem à natureza revelaram, em parte, a intensidade e situação de seus vínculos territoriais com o lugar.

Cabe, ainda, destacar, que esses atores foram sendo identificados por indicação de outros já entrevistados, formando uma rede de interlocutores e pela recorrência de suas participações nos eventos que envolveram o espaço Balneário dos Prazeres. As entrevistas foram agendadas, algumas ocorreram na Biblioteca Pública de Pelotas, outras, nas residências dos atores, nas secretarias da cidade, na própria praia e nas sedes das federações.

Por tratar-se de uma pesquisa que valoriza o lugar de fala dos atores sociais territorializados, os nomes utilizados são dos próprios narradores, os quais consentiram o uso de suas falas e imagens, por entenderem que são eles os

protagonistas dessa produção espacial. Não houve objeção por parte de nenhum entrevistado quanto ao uso de seus nomes e imagens na construção do texto da tese. Tal fato de certa forma, dá reconhecimento a existência de atores, cujas vozes, são silenciadas e desmerecidas.

2º- Desenvolver um mapeamento social das práticas espaciais dos diferentes atores/agentes do Balneário dos Prazeres.

O mapa não é o território! É uma tentativa de interpretação gráfica da sociedade, da realidade! Mas, tem sido uma das melhores possibilidades de representação do que aconteceu, do que está acontecendo e do que pode acontecer no território. (ANJOS, 2000)

A **cartografia social** é uma técnica de mapeamento que pressupõe a construção de mapas em conjunto com as comunidades estudadas. Essa ferramenta metodológica tem permitido o reconhecimento e a construção do conhecimento dos territórios, sendo usada por povos tradicionais e comunidades na defesa de seus direitos, para assegurar seus territórios, enfim, para diversas reivindicações.

O mapeamento dos significados daquilo que está na memória e faz parte do imaginário está no dia a dia dos sujeitos que compartilham uma mesma espacialidade, põe em evidência as demandas do território, os conflitos socioambientais e dá visibilidade e poder aos grupos marginalizados pelas políticas públicas.

Na presente pesquisa, elaboramos uma técnica de mapeamento social inspirada na cartografia social, teve como sentido permitir uma aproximação maior da complexidade das relações e tensionamentos do espaço social do bairro Balneário dos Prazeres a partir das apropriações e usos do território. Essa “cartografia social” teve por objetivo revelar o conhecimento material, simbólico e cultural dos atores endógenos por meio do mapeamento de territórios sagrados, coletivos e abalados por questões socioambientais.

A elaboração dessa oficina foi inspirada nas proposições de Juan Manuel Tetamanti⁶⁴, dentre as quais, enfatizo algumas de suas recomendações preliminares: a) uma interação entre o acadêmico e o grupo social que garanta a construção democrática do roteiro da cartografia; b) uma negociação de interesse entre os grupos; c) objetividade na interpretação que permita a criação de mapas e sua interpretação posterior; d) explicitação dos motivos, objetivos e intencionalidades dos sujeitos ou grupos envolvidos; e) criação de um pacto de privacidade, divulgação, considerando a possibilidade do surgimento de conflitos. Essas etapas foram precedidas da apresentação aos alunos do que é cartografia e o que vem a ser a cartografia e o mapeamento social.

O desenho do mapa teve início a partir da liberação das etapas, conforme segue no quadro abaixo.

Mapeamento das experiências socioespaciais dos moradores do Balneário dos Prazeres/ Barro Duro alunos do EJA da Escola Luiz Assumpção		
Etapas	Aspectos	Observações
Etapa 1 (cor preta)	Os alunos desenharam o que é o Balneário dos Prazeres/ Barro Duro.	Tempo 25 minutos (limites, significações, imaginários, conflitos, tensões, o que é interno e externo, etc.)
Etapa 2 (cor vermelha)	Os alunos desenharam as suas experiências no bairro (especificamente).	Tempo 15 minutos
Etapa 3 (cor verde)	Os alunos desenharam como gostariam de experimentar o bairro daqui a 10 anos.	Tempo 15 minutos
Etapa 4 (cor azul)	Os alunos desenharam e escreveram o que precisavam fazer para transformar o bairro naquilo que eles desejavam.	Tempo 25 minutos
Última etapa	Apresentação dos mapas sociais	
Duração aproximada de atividade: 3 horas		

Quadro 10 - Roteiro de atividade do mapeamento social

Fonte: Elaboração da autora,

⁶⁴ Notas tomadas em oficina de cartografia social realizada no 6ª Encontro Internacional Cidade, Contemporaneidade e Morfologia Urbana na Faculdade de Arquitetura e urbanismo (FAURB), UFPEL, dez de 2017.



Figura 19 - Alunos do EJA, em oficina de mapeamento social.

Fonte: Foto da autora, 2018.

O mapeamento produzido a partir do debate, trazendo as suas vivências no bairro, teve os seguintes passos:

Primeiro passo: ficou acordado que o trabalho seria em grupos e que iniciariam pensando e desenhando em preto o que é o Balneário dos Prazeres, seus limites, abstrações, representações, conflitos, práticas, relações, imaginários etc. Como essas definições coincidem com o mapa tradicional, optei por colocar uma imagem de satélite do bairro no quadro, para facilitar as identificações. Esse exercício propiciou trocas de experiências na escala social.

Segundo passo: foi indicado para os alunos desenharem em vermelho as experiências no bairro. Os grupos deveriam pensar nas suas práticas espaciais e cotidianos no lugar, ou seja, acrescentou-se a delimitação primeira: seus conteúdos. Nesse exercício, fatos que, às vezes, estão naturalizados e são omitidos são revelados e passam a ser discutidos pelos próprios cartógrafos sociais.

Terceiro passo: os alunos desenharam em verde aquilo que gostariam de experimentar no bairro daqui a 10 anos. Aqui, o interesse foi na discussão daquilo que os grupos gostariam de que mudasse no bairro, e itens que eles gostariam que permanecessem. Por exemplo: a festa de Iemanjá, futebol na Praça Aratiba, acampamentos na orla, segurança no bairro, infraestrutura, dentre outros.

Quarto passo: os alunos desenharam em cor azul o que precisavam fazer para transformar o bairro naquilo que eles apontaram na etapa anterior. E, por último, foi realizada uma apresentação dos mapas dos grupos.

Dessa forma, foi possível conhecer uma série de referenciais espaciais desses moradores, as quais foram reunidas com os marcadores das memórias históricas e espaciais identificados a partir das entrevistas semiestruturadas com os atores sociais endógenos e transitórios para compor o mapa de memórias e referenciais espaciais do Balneário dos Prazeres.

Os referenciais espaciais e temporais revelados no mapeamento social fazem parte das escalas de ações, na produção desse espaço geográfico. Colocam em evidência representações e histórias não contadas, retratam manifestações culturais.

Nesse sentido, o mapa social revelou um Balneário dos Prazeres distinto daquele exposto pela mídia pelotense, que frequentemente relaciona o lugar à violência, ao tráfico de drogas, à degradação de seu bosque de figueiras centenárias associada aos seus usuários habituais, quer sejam moradores, veranistas, quer sejam umbandistas e africanistas.

Dentre muitas informações valiosas sobre a subjetividade desse território, destaque: a compreensão da geografia do lugar, de seu topônimo Barro Duro, da diversidade territorial, bem como de seus estigmas, as novas sensibilidades que o crescimento urbano do entorno está produzindo nos moradores do bairro, os espaços públicos compartilhados, as desigualdades que estão sendo produzidas, suas necessidades, medos, perdas, sonhos e utopias.

Em suma, a cartografia social é uma forma de viabilizar as comunidades e grupos identitários, e “afirmar direitos territoriais em diferentes contextos” (ASCELRAD, 2011), especialmente quando há disputa de grande interesse socioambiental, econômico e cultural, ou com vínculos ancestrais e simbólicos. Os mapas elaborados a partir dessa cartografia refletem o entendimento que as pessoas têm sobre os espaços de suas ações e a relação de sua cultura com esse espaço.

Assim, as narrativas das entrevistas e o mapa produzem representações do espaço Balneário dos Prazeres a partir dos espaços vividos tecendo a geografia histórica das suas práticas e apropriações territoriais.

Esse mapeamento, nesta pesquisa, teve por intenção dar visibilidade para a contradição entre a representação do espaço e o espaço de representação no Balneário dos Prazeres. A oficina de mapeamento social permitiu conhecer melhor as práticas espaciais e as demandas no território, abordadas nas entrevistas, gerando dados para compor o mapa social do bairro Balneário dos Prazeres, apresentado no capítulo 6.

Cabe ressaltar que, no caso dos atores transitórios, as informações sobre os usos do território, foram captadas juntamente com as entrevistas, nas quais foi apresentada ao ator entrevistado uma imagem de satélite ampliada e questionados os espaços significativos do seu uso cultural do espaço-praia.

3º Contrapor os diferentes interesses dos atores e agentes da (re)produção do espaço, ao revelar os conteúdos das representações de natureza tensionadas nas práticas territoriais do lugar.

Esse objetivo foi alcançado por meio da análise das entrevistas com os atores sociais territorializados, dos diferentes documentos textuais, do mapeamento social, mediante análise de conteúdo, buscando identificar as espacialidades de cada grupo de atores, bem como o sentido de natureza que atribuem ao lugar e seus embates com o campo social. A oficina de mapeamento social com os moradores foi importante para reunir na pesquisa, as visões e representações de um público maior no perfil do morador do bairro e conhecer suas espacialidades e expectativas em relação ao lugar. Este objetivo está contemplado no capítulo 4.

4º Avaliar os diferentes tipos e intensidades dos vínculos territoriais dos atores e agentes com o lugar ao longo das últimas três décadas.

Quanto à **periodização**, destaco as últimas três décadas, por contemplar os períodos em que foram criadas a Lei nº 3.392/1999, que integra o Balneário à área de interesse ecoturístico e a Lei nº 18/2014, que estabelece a área como de interesse ambiental e cultural de Pelotas. Esse recorte temporal contempla, também, um evento natural extremo (temporal de 2001), que trouxe uma série de transformações ao ambiente costeiro, com consequentes intervenções humanas na

paisagem, além dos conflitos entre o campo político e o campo religioso. Outra ressalva é que esta escolha não é rígida, pois, em se tratando do método dialético de Henri Lefebvre, muitos processos do presente tiveram seu início em tempos passados, sendo necessário levar aspectos anteriores em consideração. “Hay contradicciones del espacio que implican y explican las contradicciones en el tempo histórico, aunque no se reducen a dichas contradicciones” (LEFEBVRE, 2013, p. 365). De acordo com Lefebvre, para explicar as contradições é preciso admitir que estas têm um fundamento nas próprias coisas, são o ponto de partida. Stuart Hall (2016), quando estuda o papel da cultura e dos meios de comunicação, também faz referência ao contextualismo radical. Para ele, os significados, as práticas e as relações são profundamente contextuais.

Nessa perspectiva, de forma semelhante ao objetivo anterior, para conhecer os vínculos dos atores sociais territorializados, foram importantes as análises das entrevistas e a dos documentos textuais ao longo desse período, visto que essas revelaram, continuidades, rupturas e resistências em relação às práticas socioespaciais desse Balneário. Não elaborei um capítulo específico sobre essa questão, já que ela atravessa todos os capítulos da tese, por estar contida nas representações, práticas e embates dos atores sociais territorializados.

Tratamento analítico do corpus documental

Após a construção de um banco de dados qualitativos, realizou-se a sua categorização, que precedeu uma leitura atenta aos conteúdos e aos temas que se tornam recorrentes e que se articulam entre si. Para lidar com a leitura e interpretação dos textos, compreendendo as representações dos atores sociais protagonistas da produção do espaço costeiro lagunar, foi utilizada a **análise de conteúdo** com **inspiração na análise de discurso** apoiada na proposição de Heidrich (2016), a partir do entendimento de unidade de significação de Michelat (1987).

Essa técnica segue três momentos: primeiro, buscam-se os conteúdos gerados pelas considerações de partida e dos objetivos da pesquisa. Nesse caso, são: *as práticas espaciais, representações de natureza, interesses de usos do espaço-praia e vínculos territoriais*. Segundo, selecionam-se os conteúdos surpresa, que podem ser guardados como preciosidades, que, como um garimpo, dão relevo às significações. E o terceiro, o teor dos objetos-conceitos geográficos no interior

das falas. De acordo com Heidrich (2016, p. 28), esta última etapa “pode garantir um alcance especial, à medida que se elabora a tradução empírica do objeto teórico”. É o momento em que os conceitos que balizam a investigação aparecem com “coloração, significado local, com implicação nas vivências”.

1ª momento	- a pré-análise	- Buscam-se os conteúdos gerados pelas considerações de partida e dos objetivos da pesquisa (atores, práticas socioespaciais, usos, apropriações e representações do espaço-praia, conflitos, coexistências, resistências, afetos e vínculos)
2ª momento	- a descrição analítica	- Além do conteúdo manifesto dos documentos, deve-se selecionar os conteúdos surpresa e analisar ambos: (ausências dos afro-religiosos na cerimônia de patrimonialização da gruta e festa de lemanjá, crescimento de outras matrizes religiosas no lugar, territorialização criminosa Tauras)
3ª momento	- a interpretação referencial	- Encontra-se o teor dos objetos conceituais geográficos no interior das falas, os quais são construtivos do social. (território, zona, natureza mercantilizável, paisagem turística, dentre outros)

Quadro 11 - Síntese dos momentos da análise de unidade de significação na pesquisa.

Fonte: elaboração da autora, 2017.

Na pré-análise, reuni os documentos que compõem o *corpus* da pesquisa e mapeei os conteúdos de partida. Na descrição analítica, busquei ultrapassar a descrição como constatação da realidade, desnaturalizando os tensionamentos do espaço e a falsa consciência, articulando as práticas e seus significados com os contextos em que elas ocorrem. E o teor dos objetos e conceitos geográficos expôs ideologias, tendências, oferecendo reflexões para uma nova imaginação teórica e política.

A validade da análise de conteúdo “deve ser julgada não contra uma ‘leitura verdadeira’ do texto, mas em termos de sua fundamentação nos materiais pesquisados e suas congruências com a teoria do pesquisador, e a luz dos objetivos da pesquisa” (BAUER, 2014, p. 190-191). Não é objetivo aqui aprofundar a análise

no campo da linguística, mas tão somente revelar as representações, reconhecer e identificar no *corpus* o dado empírico a ser levado em conta, conforme o campo teórico pré-estabelecido. Ou seja, revelar o que é o espaço social do Balneário dos Prazeres em termos de espaços de dominação e de apropriação e/ou as representações do espaço e os espaços de representações.

A representação é “a produção do significado dos conceitos da nossa mente por meio da linguagem” (HALL, 2016, p. 34). Sendo assim, também coube avaliar o sentido do conceito de natureza evocados nos discursos dos atores sociais territorializados, os quais carregam diferentes valores culturais. Identificar a representação social de natureza tem-se mostrado caminho adequado à compreensão das atitudes de cidadãos em relação à natureza e meio ambiente.

Nesse sentido, as entrevistas foram fundamentais, porque, através delas, foram captadas as vivências no Balneário, os espaços rejeitados, as demandas não atendidas pela municipalidade, as representações pejorativas e estigmas, as temporalidades, aquilo que embate com o oficial, as práticas cotidianas, as ideias contidas nas falas, que às vezes estão escondidas, no contexto da fala ou do texto escrito, buscando encontrar nelas núcleos discursivos ou enunciados (BAKHTIN, 1986). Esta abordagem almejou desvendar o nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores atribuídos à paisagem costeira, à natureza do lugar expressados pela linguagem comum e práticas espaciais dos atores.

Para Hall (2016, p. 35), os sistemas de representações podem ser compreendidos como “os conceitos sobre objetos, fenômenos, etc., que não são conceitos individuais, mas em diferentes maneiras de organizar agrupar e classificá-los, bem como em formas de estabelecer relações complexas entre eles”. Tem-se uma representação a partir da relação entre objetos, conceitos e signos na produção de sentido na linguagem. Na abordagem de Hall (2016), a noção de representação é um ato criativo que se refere ao que as pessoas pensam sobre o mundo, sobre o que são neste mundo e que mundo é este. Não se trata de sentidos fixos, verdadeiros.

[...] somos nós - na sociedade, dentro das culturas humanas – que fazemos as coisas terem sentido, que lhes damos significados. [...] uma ideia importante sobre a representação é a aceitação de um grau de relativismo cultural entre uma e outra cultura (HALL, 2016, p. 108).

Esse relativismo cultural, Hall (2016) chama de abordagem construtivista da representação, que funciona a partir do envolvimento entre três ordens diferentes de coisas: “o mundo das coisas, pessoas, eventos e experiências; o mundo conceitual, os conceitos mentais que carregamos em nossas cabeças; e os signos arranjados nas linguagens, que ‘respondem por’ esses conceitos ou os comunicam” (p.109). Trata-se de convenções sociais que usamos para expressarmos nosso sentimento, fantasias, sonhos e objetos reais do mundo material.

Através dos símbolos, comunicamos nossos pensamentos e sentimentos a outras pessoas. Hall que vivenciou contradições da cultura colonial de classe e de cor e teve uma experiência diaspórica, desenvolveu uma aguçada observação das representações raciais negras na cultura contemporânea e nos meios de comunicação, vistas como resultantes do processo histórico da dominação do poder hegemônico. Por isso, foi elencado para dialogar com o empírico da tese e com o pensamento de Henri Lefebvre. Da mesma forma que Lefebvre (2013), Hall (2016) compreende que o significado das coisas é estabelecido no movimento das relações sociais, nos jogos discursivos sempre em processo. Assim, as coisas não têm um significado fixo aprioristicamente. Os espaços não são neutros, pois, ao refletirem e modelarem a vida social, revelam-se fontes de dinâmicas sociais. Ainda que Hall não tenha seguido o mesmo caminho de Lefebvre, da releitura da dialética de Marx, ele dá uma importante menção ao particular e ao específico, como consta em seus estudos da questão multicultural. Ao se referir à aspiração ao fechamento do poder da globalização, ele aponta a força do local:

[...] o “local” não possui um caráter estável ou trans-histórico. Ele resiste ao fluxo homogeneizante do universalismo com temporalidades distintas conjunturais. [...] seu impulso político não é determinado por um conteúdo essencial (caricaturado geralmente como resistência da tradição à modernidade), mas por uma articulação de forças (HALL, 2009, p. 59).

Para abarcar os sistemas de ideias que constituem as práticas socioespaciais, é importante conhecer como os atores sociais se constituem enquanto sujeitos e como eles se relacionam entre si (relações de poder). A especificidade histórica nos leva a entender o contexto, o concreto, pois é nele que pode haver intervenções políticas. Desse modo, foram observados, nos enunciados dos atores sociais, o nível dos significados, motivos, aspirações, vínculos, atitudes,

crenças e valores atribuídos à paisagem costeira e à natureza do lugar. São esses resultados que, ao serem explicados, desvendam as ideologias contidas nos fenômenos, **concebendo a palavra como campo de disputa**, expressando a possibilidade de permanências ou de mudanças das condições sociais. Daí a importância da análise do fenômeno pelo processo, mais do que pela estrutura, pois, como diria Santos (2008), os sistemas de objetos e sistemas de ações se afirmam no território. Para Hall (2016), o momento histórico em que vivemos, dá-nos pistas na direção em que ocorrem os processos de hegemonização, naturalização dos conflitos.

Partindo desse princípio, a estratégia de análise aqui adotada toma o espaço social costeiro a partir da Geografia Social, como categoria de análise. Sendo assim, as linhas que traço a seguir são no sentido de demonstrar como a articulação da Geografia Social dialogou com a teoria social de Henri Lefebvre, para dar conta dos objetivos propostos na tese.

A contribuição da teoria e método da produção do espaço de Henri Lefebvre para o estudo do espaço social costeiro Balneário dos Prazeres.

As praias, como elemento constituinte do espaço costeiro, carregam características próprias, necessitando de teorias capazes de embasar a explicação das transformações socioespaciais pelas quais, vem passando no início deste século XXI. Conseqüentemente, o planejamento costeiro, para ser efetivamente integrado e participativo, precisa se apropriar do mundo dos significados e das práticas cotidianas dos grupos que participam da produção dos espaços costeiros, como atores que modificam e sofrem com a sua transformação. A reflexão sobre o território, nesse caso, não pode negligenciar a cultura que se materializa no espaço.

A reprodução das relações sociais nos espaços costeiros intitulados como patrimônio ambiental e cultural da cidade constitui importante elemento da produção do espaço urbano, sendo necessário o entendimento de suas dinâmicas territoriais para um melhor aproveitamento das qualidades desses espaços, que, muitas vezes,

representam as últimas áreas verdes naturais⁶⁵ da cidade, sendo, por isso, objeto de disputas.

É no sentido de decifrar a praia como uma construção social e cultural que vejo as contribuições de Henri Lefebvre (2013). Esse autor direciona atenção aos conflitos sociais no espaço urbano, vinculando as relações entre capitalismo e urbanização. Em sua teoria crítica do espaço, a luta social está no centro do processo de transformação espacial. O direito à cidade, e, por conseguinte, o direito à natureza na cidade é um direito a ser construído (LEFEBVRE, 2000), o espaço urbano sempre é o resultado de um processo social de produção. Dessa forma, o espaço constantemente está sendo reconstruído como um conjunto de relações sociais, as quais podem predominantemente assumir o sentido de produto ou de obra. O sentido de produto, está presente nas mercadorias, seu valor é de troca, já, o sentido de obra, contém os sentidos da prática social de diferentes grupos que, disputam entre si, mas que, possuem vínculos afetivos com o seu lugar.

Através dos conceitos de **espaço social** e da **teoria sobre a produção do espaço** na tríade conceitual composta pelas práticas espaciais, pelas **representações do espaço** e pelos **espaços de representação**. A cada uma dessas dimensões correspondem um tipo de espaço que se afeta de modo recíproco. Para Lefebvre, as práticas espaciais possuem a mesma importância; uma depende da outra, como observou Schmid:

O espaço é, ao mesmo tempo, percebido, concebido e vivido. Nenhuma dessas dimensões pode ser imaginada como a origem absoluta, como “tese”, e nenhuma é privilegiada. O espaço é inacabado, assim, ele é continuamente produzido e isso está sempre ligado com o tempo (SCHMID, 2012, p. 102).

Matias (2016), também, traz esse mesmo entendimento a respeito da inseparabilidade das tríades de Lefebvre. No entanto, a autora assegura que:

⁶⁵ São áreas de vegetação com espécies nativas ameaçadas de extinção ou não que compõem as chamadas Áreas de Preservação Permanente (APP), públicas ou privadas que ainda resistem ao avanço da urbanização. Tem como função ecológica servir de refugio para a fauna e de corredores ecológicos para fauna e flora entre as áreas do perímetro urbano e seus arredores. Além disso atenua os desequilíbrios climáticos intra-urbano como o desconforto térmico do efeito de Ilha de calor, dentre outros.

“podemos estudar o espaço percebido, relegando os espaços vivido e concebido a uma escala secundária, [...] posto que em todas as situações esta tríade espacial é perceptível com a mesma acuidade”. As tríades traduzem a produção do espaço, na relação da sociedade com o espaço e vice-versa.

O conceito de produção de Lefebvre:

envolve não somente o sentido econômico do termo, mas o sentido da filosofia inteira: produção de coisas (produtos) e de obras, de ideias e ideologias, de consciência e de conhecimento, de ilusão e de verdades. [...] quem diz ‘produção’ diz também ‘reprodução’, ao mesmo tempo, física e social: reprodução do mundo de vida. (LEFEBVRE *apud* GODOY, 2008, p. 126).

Lefebvre interpreta o espaço como algo em movimento, suscetível de transformações, porque ele o vê como o elo entre “o mental e o cultural, o social e o histórico (LEFEBVRE, 2013, p. 126). Assim, para o autor, o espaço é uma produção social, em que homens e mulheres produzem a partir de suas práticas, que, por sua vez, são resultantes da tríade percebido, vivido e concebido (LEFEBVRE, 2013), dando luz às trocas entre espaço e usuários, habitantes, praticantes do espaço

O espaço geográfico, aqui, é analisado por intermédio do conceito de espaço social, pensado na coexistência, na correlação e nas disputas entre situações de divergência e contradição, bem como nas permanências e rupturas da paisagem, do espaço social, dos territórios e das práticas sociais. O espaço é produzido por sujeitos e suas relações com o mundo. É pela ação humana que os espaços e os sujeitos se apresentam cheios de significações e de territorialidades. Essas relações entre as sociedades e a base material são inerentes à existência humana. O espaço geográfico analisado na perspectiva da Geografia Social deve possibilitar: verificar se há nas territorialidades locais “a reprodução do espaço social hegemônico ou práticas de apropriação em tensão com ele” (HEIDRICH, 2017, p. 31); desvelar “a ordem das coexistências possíveis” no espaço (LEIBNIZ, 1965); compreender o espaço na sua complexidade, descrever os “processos que revelam e ocultam o espaço em sua produção e intencionalidade” (LEFEBVRE, 2013), pois sua produção é um campo multidimensional do homem e da natureza em constante produção/reprodução (DI MÉO & BULÉON, 2007).

Dessa forma, a produção do espaço costeiro lagunar compreende a produção de elementos que revestem e ampliam os problemas procedentes da produção das coisas. Espaço de produção controlado pelo poder estatal, garantido pela reprodução das coisas no espaço e do espaço mesmo, fragmentado para esse fim.

Cabe lembrar que, desde as primeiras comunidades humanas, o uso do território provocou tensões entre atores sociais que buscam obter benefícios de distinta ordem. Já faz algum tempo que a Geografia Social contemporânea tem centrado sua atenção na elucidação de como os indivíduos e organizações que possuem interesses territoriais próprios mobilizam um conjunto de estratégias para organizar o espaço e produzir uma paisagem adequada para satisfazer determinadas demandas; processo esse que acaba afetando de maneira diferenciada a população. Assim, o espaço social, visto a partir do enfoque da apropriação, do espaço revela os jogos de relações de poder, relações simbólicas, territorialidades e relações materiais entre atores, grupos e sociedades no processo de desenvolvimento do território, sendo central para o compromisso de exprimir a dimensão espacial do Balneário dos Prazeres.

Abordagem das representações

Para identificar as representações sociais que os atores atribuem ao espaço-praia e matas adjacentes no Balneário dos Prazeres, refiro-me aos atores sociais endógenos, exógenos e transitórios. A mídia jornalística aparece como ator exógeno. Sendo a Geografia uma ciência social, esta pode valer-se das abordagens e metodologias das demais ciências para a sua interpretação dos fenômenos espaciais. E, no presente estudo, o diálogo com a Psicologia para apreender as representações sociais que os atores imprimem sobre a praia, apresenta-se como uma ferramenta bastante útil para interagir com o método e demais metodologias propostas nesta pesquisa.

Tomo como orientação para essa tarefa as discussões das representações, do imaginário e fantasias que os atores sociais apresentam e mapeiam, o espaço de representação (vivido). Isso supõem considerar a forma como as representações se originaram, revelando a essência dos fenômenos. As formas de conhecimento da realidade se baseiam na percepção, na vivência e no processo de subjetivação típica do método fenomenológico que considera o mundo vivido e a subjetividade.

Os diferentes atores sociais territorializados quando investigados em seus processos espaço-temporais permitiram decifrar/construir a realidade social, as significações, os vínculos territoriais, valores, as práticas, espacialidades e territorialidades do lugar. Isso porque a experiência vivida constrói a consciência, é pelo mundo vivido que a fenomenologia coloca o indivíduo em contato com o mundo de objetos exteriores por via da percepção.

Sobre a distinção entre o aspecto material do espaço e o espaço vivido Schmid (2012, p. 13) traz uma passagem de compreensão do próprio Lefebvre, na qual ele considera que: "ambos aspectos poderiam se referir a um único e mesmo 'espaço'. O espaço feliz não é meramente imaginado ou vivido, mas possui um valor de proteção original e real. Também corresponde à prática espacial". O espaço vivido vai além do espaço construído socialmente a partir da percepção, interpretação das pessoas, ele é revelador das práticas sociais. As práticas espaciais são práticas sociais em que a organização espacial, a territorialidade, a lugaridade são componentes expressivos. Sendo assim, é importante articular o conceito de prática espacial com o de relações e ações sociais. Conforme Lefebvre (*apud* GAMALHO; HEIDRICH, 2010, p. 6)

A prática assegura a continuidade e a coesão social, implicando em competência e performance. Através da prática têm-se os processos de dominação e apropriação do espaço. A prática está em relação com o espaço percebido, entre a realidade cotidiana e urbana. As representações do espaço, o espaço concebido aquele dos cientistas, planejadores, tecnocratas. Tal qual o espaço concebido, que embora atue no vivido, desconhece-o em sua complexidade. É o espaço dominante, associado às relações de produção, ao ordenamento que se impõe e visa prescrever formas de usar o espaço. Por fim, o espaço de representação, o espaço vivido dos habitantes, usuários, mas também artistas. É um espaço dominado, passivamente experimentado, que a imaginação deseja modificar, ligado ao lado clandestino e subterrâneo da vida social.

Assim, os autores destacam que a elaboração teórica de Lefebvre enfatiza a análise nos múltiplos níveis e escalas (de ação e poder) presentes nas tríades e que o espaço vivido e percebido estão em estreita relação com as táticas e espertezas dos atores do cotidiano, delineados por De Certeau (2009), na qual os desvios e insurgências microscópicas no próprio sistema que se quer homogêneo é o acréscimo que pode ser dado à teoria lefebvriana.

O poder hegemônico na sociedade tende a dar ao espaço uma aparente neutralidade para tratá-lo como mercadoria que pode ser vendida aos pedaços. É necessário ultrapassar a neutralidade e revelar a ação ideológica das estratégias de dominação às quais a sociedade está submetida, mas também revelar os modos de apropriação, os usos que a sociedade atribui a esse mesmo espaço.

Dessa forma, busco compreender a Geografia Social do Balneário dos Prazeres a partir de suas construções sociais e históricas e na sua relação com o exterior: como espaço de primeiras e segundas residências, lazer das classes sociais de menor poder aquisitivo, da apropriação territorial afro-brasileira pelas religiões de matriz africana, pelas territorializações do poder público nas suas tentativas de “preservação da natureza” e pelas práticas socioespaciais dos moradores nas suas tentativas de atender as demandas do território-praia e pelas representações sociais. Estas últimas devem ser tomadas como fenômeno específicos que necessitam ser escritos e explicados e que se relacionam com um modo particular de compreender e de se comunicar, ou seja, um modo que cria tanto a realidade como o senso comum (MOSCOVICI, 2003).

As bases teóricas das representações sociais foram lançadas por Moscovici na sua tese de doutorado, através da obra “Psychanalyse son image et son publique”, em 1961. Esse conceito tem raízes na filosofia clássica, influenciando várias áreas do conhecimento, como a Sociologia, Antropologia, Linguística, dentre outras, que, ao fazerem usos desse termo, reconstruíram novas abordagens. No entanto, é na Psicologia Social que a representação social ganha uma teorização, desenvolvida por Serge Moscovici e aprofundada por Denise Jodelet.

Na sistematização dos estudos das representações, Moscovici fortalece o senso comum, do saber popular e do conhecimento do cotidiano, as ideias das pessoas em sua vida diária passam a ter importância. É o que fica evidente na conceituação de representações sociais do autor:

Um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (MOSCOVICI, 1981, p. 181)

A partir dessa concepção, a ideia de que as representações sociais são construídas no seio dos grupos sociais, baseando-se nas construções sociais do cotidiano, influencia diversos autores, dentre eles, Stuart Hall e Henri Lefebvre.

No processo de elaboração da representação, Moscovici (2003) menciona dois mecanismos: a ancoragem e a objetivação. O primeiro é quando o indivíduo tenta ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns e colocá-las em um contexto familiar. Já o segundo mecanismo é quando o indivíduo transforma algo que está na mente em algo que exista no mundo físico, um imaginário passa a assumir a realidade de algo visto. Desse modo, os indivíduos passam a criar as representações dos objetos com os quais eles se deparam no seu cotidiano, ao necessitarem elaborar práticas sociais. Passam, portanto, a ter um conjunto de valores cujas categorias estabelecidas adquirem um caráter simbólico e acabam por remeter diretamente a uma realidade.

Em evidência, a presença social da representação na qual o indivíduo é observado é compreendido dentro de uma tipologia dominante, exerce, por vezes, uma pressão coletiva para fazer coincidir o comportamento do indivíduo com as categorias geralmente admitidas em sociedade (MOSCOVICI, 2003, p.48).

A representação social é um conjunto de normas que regulam a ação social, é como uma preparação para a ação, ela guia o comportamento, remodela e reconstitui os elementos do meio ambiente em que o comportamento deve ter lugar.

Nesse sentido, uma das tarefas de uma abordagem a partir do espaço vivido constitui-se na busca de desvelar essas representações ultrapassando as descrições de suas variações, ao mostrar como elas se articulam com o real histórico.

No espaço vivido, estão as experiências humanas, notadamente, as relações, os mitos, as religiões, as utopias e ideologias, as quais formam a estrutura social, sobretudo, no que tange à legitimação da ordem social e estruturas de poder político.

Os atores, associam diversas esferas das representações, para obter determinados intuitos, como os discursos de preservação do meio ambiente, para justificar as ações políticas, e do turismo, para pressionar as ações políticas.

As aceitações por uma coletividade e a eficácia de determinados sistemas representativos vão depender do compartilhamento de uma mesma posição social (BOURDIEU, 2007), de uma mesma relação com o mundo de valores, modelos de vida, de desejos específicos, efeitos de conceber a cultura (JODELET, 2001). Também, é necessário olhar para aqueles indivíduos que, mesmo estando dentro de um grupo, possuem significados diferenciados, como ocorre no campo afro-religioso, no qual o sincretismo permite diferentes orientações de práticas religiosas e, no campo dos atores endógenos, no qual os moradores possuem práticas socioespaciais também distintas.

O sincretismo é uma característica de toda religião, porque nenhuma surge do nada. No caso específico das religiões afro-indígenas brasileiras, há uma cultura de resistência ao colonialismo. Assim, a Jurema sagrada, a umbanda, o candomblé, o batuque, nação, dentre outras, são produtos de rearranjos culturais da época da escravidão colonial brasileira, os quais se configuraram como formas de resistência para que os povos subjugados africanos e indígenas pudessem manter parte de sua cultura.

As representações tornam familiar o não-familiar. Isso significa que os universos consensuais podem ser vistos como os lugares onde as pessoas querem sentir-se como se estivessem em casa, sem nenhum conflito e que tudo o que ali é feito, ou dito, irá legitimar as crenças e as interpretações que foram adquiridas, confirmando, portanto, a tradição. Segundo Moscovici (2003, p. 61), para criar uma representação, é preciso que se tente ancorar ideias estranhas para, assim, colocá-las em um contexto familiar, reduzindo-as a categorias e imagens comuns.

O processo de ancoragem e categorização de uma determinada coisa também é abordado por Bourdieu (1989, p. 142):

De fato, este trabalho de categorização, quer dizer, de explicitação e de classificação, faz-se sem interrupção, a cada momento da existência corrente, a propósito das lutas que opõem os agentes acerca do sentido do mundo social e da sua posição neste mundo, da sua identidade social, por meio de todas as formas do bem dizer e do mal dizer, da bênção ou da maldição e da maledicência, elogios, congratulações, louvores, cumprimentos, ou insultos, censuras, críticas, acusações, calúnias etc.

Nesse sentido, fica claro que ancorar é classificar e nomear alguma coisa, de maneira a poder imaginá-la, e, portanto, de representá-la. A outra forma de tornar familiar o estranho é objetivar transformar o que está na mente de forma abstrata em algo que exista no mundo físico. De acordo com Moscovici (2003, p. 71) a objetivação une a ideia de não-familiaridade com a de realidade, ela “torna-se a verdadeira essência da realidade. Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece, então, diante dos nossos olhos, física e acessível”.

O conceito de representação como instrumento de pesquisa permite levantar o véu ideológico que cerca as concepções dos grupos e é um dos modos de buscar compreender as mudanças e permanências promovidas socialmente.

Conforme nos aponta Guareschi (1994, p. 202), a definição de Representação Social (RS) que detém um amplo consenso é a de Jodelet (1997), entendida como: “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

Dentre os diversos elementos associados a esse conceito, destacam-se a sua dinamicidade e capacidade explicativa, tanto da realidade social, como física e cultural. Além de uma dimensão histórica e transformadora reuni aspectos culturais, cognitivos e valorativos. “Está presente nos meios e nas mentes, isto é, ela se constitui numa realidade presente nos objetos e nos sujeitos” (GUARESCHI, 1994, p. 202).

Segundo Bourdieu (2007), as representações são parte do imaginário e mantêm, com este, uma relação que se manifesta por meio de imagens e discursos que pretendem criar uma versão da realidade. [...] “a reelaboração simbólica que um discurso efetiva é parte integrante da realidade social e, por esta razão, tal realidade é constituída, ou melhor, determinada pela própria atividade de simbolização” (BOURDIEU, 2007, p. LX). Contudo, ainda cabe ressaltar as funções que as representações sociais cumprem, de acordo com Abric:

[...] Funções de saber: elas permitem compreender e explicar a realidade.
[...] Funções identitárias: definem a identidade e permitem a salvaguarda das especificidades dos grupos. [...] Funções de orientação: elas guiam os

comportamentos e as práticas. [...] Funções justificatórias: elas permitem justificar *a posteriori* as tomadas de posições e os comportamentos [...]. (ABRIC, 1994, p. 156-157).

Frente às funções desempenhadas pelas representações sociais, compete ao pesquisador que toma tal abordagem como fundamento buscar desvelar suas articulações. Conforme ressalta MICELI (1992, p. LII), “Não se trata de desenvolver uma análise culturalista da sociedade, mas sim mostrar o processo histórico das lutas entre as classes e grupos sociais, responsáveis pela imposição de uma ‘cultura particular’”.

A partir desse entendimento, podemos analisar as condições materiais de vida dos grupos envolvidos na imposição de determinados valores culturais ao espaço, como as práticas de veraneio, a territorialidade da religião, o morar e o lazer na praia. As diferentes posições que esses grupos ocupam,

[...] configuram um campo de batalha ideológica, expressão da luta de classe e do processo prevalecente de dominação. [...] os processos de simbolização; resultam antes de uma opção, de uma escolha que cada grupo realiza, derivam da existência das condições sociais de que cada grupo ou indivíduo é produto (BOURDIEU, 2007, p. XXV).

Nesse sentido, as representações sociais em nossa pesquisa têm, por finalidade, construir um instrumento de análise que possibilite a apreensão do processo de territorialização e perdas de vínculos territoriais no espaço-praia. Também, elas auxiliam nas análises sobre as diferentes territorialidades, elucidando suas representações, simbolismos acerca do espaço lagunar, sem ignorar as contradições e os conflitos que podem estar na base de sua construção ideológica. Dessa forma contribuem para o entendimento do papel dos processos culturais na produção material dos espaços, visando à busca do equilíbrio entre a análise estrutural e sociocultural da sociedade.

3 PELOTAS: CIDADE LITORÂNEA-LAGUNAR



Figura 20 – Vista aérea do Balneário dos Prazeres.

Nota: No primeiro plano: o Balneário dos Prazeres e, ao fundo os Balneários Santo Antônio, Valverde e Pontal da Barra, limitados pelo Canal São Gonçalo.

Fonte: IBAMA, 2009.

“O passado se torna presente em função da realização dos possíveis implicados objetivamente nesse passado”

Lefebvre

Neste capítulo, apresento as características geográficas da área de estudo e situo o leitor no contexto histórico da formação do espaço urbano costeiro pelotense, sem deixar de lado os aspectos físicos do litoral lagunar e os serviços que o ecossistema lagunar presta à sociedade pelotense, ainda que de forma sucinta.

Ainda neste capítulo, trago elementos da formação territorial do Balneário dos Prazeres como a constituição da apropriação afro-pelotense e as disputas sociais pelas toponímias Barro Duro e Balneário dos Prazeres.

3.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo está situada no município de Pelotas, no litoral sul do Rio Grande do Sul. Pelotas, ao Norte, limita-se com os municípios de Turuçu, Arroio do Padre e São Lourenço do Sul; ao Sul, com os municípios de Rio Grande e Capão do Leão; a Oeste, com Canguçu e Morro Redondo; a leste, com a Laguna dos Patos. No cenário estadual, está distante 250 km de Porto Alegre. (Figura, 28)

Pelotas não é um município defrontante com o mar, mas está sob direta influência marinha e estuarina, distante 50 km do Oceano Atlântico e é banhado pela Laguna⁶⁶ dos Patos, numa extensão de aproximadamente 40 km, sendo considerado pelo Ministério do Meio Ambiente MMA (2018) um município costeiro⁶⁷.

Como consequência da sua posição geográfica, nas mediações das coordenadas 31°45'43" de Latitude Sul e 52°21'00" de Longitude Oeste, o clima de Pelotas é subtropical úmido, sob influências de massas de ar marítimas de origem tropical e polar, com fortes ventos de sentido NE. As temperaturas médias encontram-se entre 16-20°C e níveis pluviométricos 1000-1500mm (TOMAZELLI; WILWOLK, 2000).

⁶⁶ A Laguna dos Patos representa a maior massa de água presente em território nacional com área aproximada de 10.000 km², possui cerca de 250 km no sentido NE-SO, com uma largura média de 60 km e profundidade em torno de 6 metros. Esta laguna, juntamente com a Lagoa Mirim, recebe 70% do volume das águas fluviais do Rio Grande do Sul, conformando dois grandes mananciais de água doce.

⁶⁷ Portaria Nº 461, de 13 de dezembro de 2018. Aprova a relação dos municípios abrangidos pela faixa terrestre da Zona Costeira brasileira, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO 17/12/2018 Edição: 241, Seção: 1 PG: 87. O MMA atualizou a lista de municípios abrangidos pela faixa terrestre da zona costeira e o número foi de 274, sendo que a última publicação, em 1997, incluía 367 municípios. Essa redução deve-se às diferentes compreensões do que seja município de zona costeira, entre o IBGE, estados e municípios. A busca por um consenso está em estudo, o município que não é defrontante com o mar, como Pelotas, tem duas opções: entrar na lista e ter acesso a fomentos para projetos na zona costeira ou não entrar e se abster das pressões de leis que sobrecarregam uma gestão. Dentre os critérios para compor a lista, o IBGE considerou a distância de até 50 km da costa. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>.

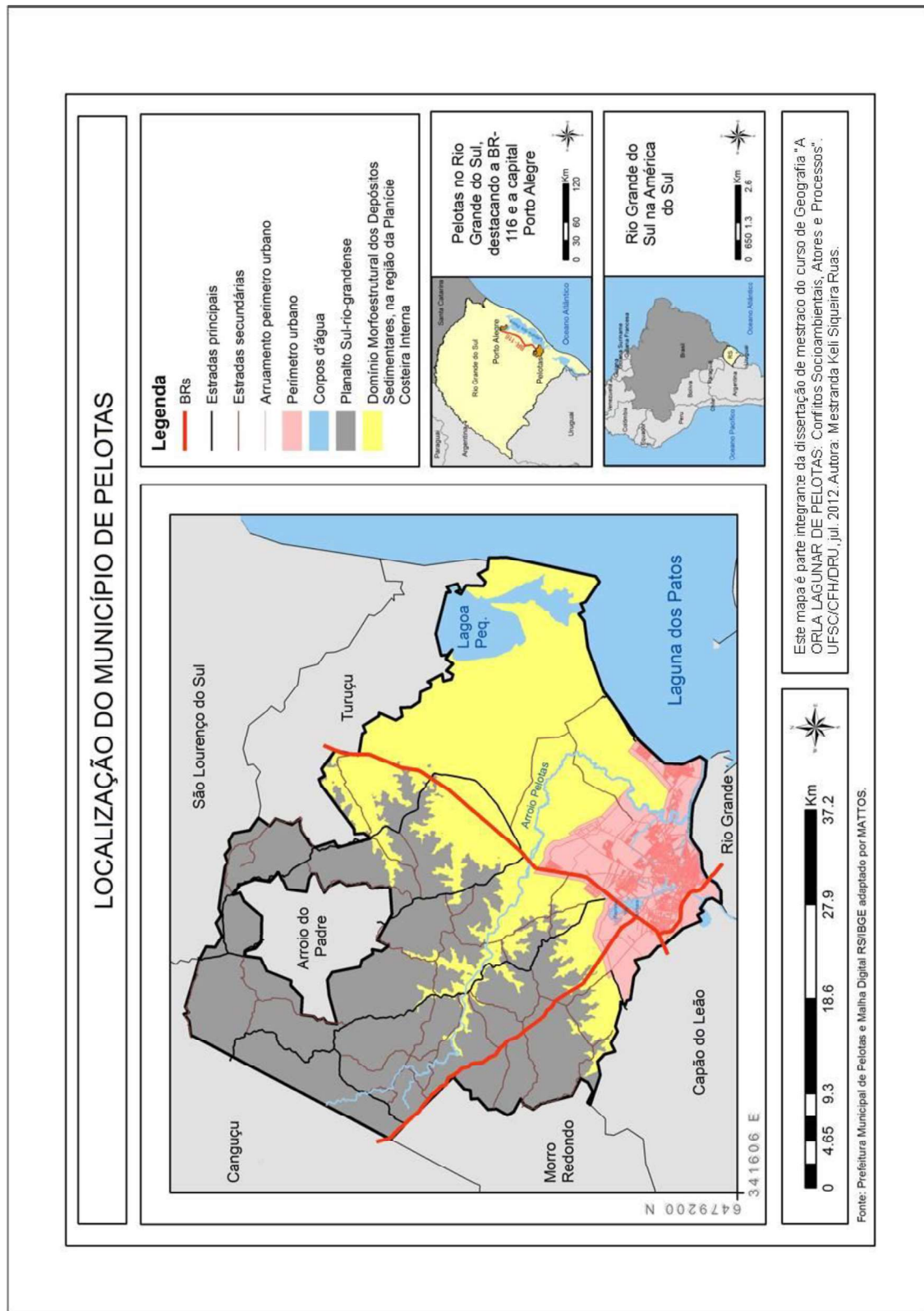


Figura 21 - Localização do município de Pelotas.

Fonte: Mattos (apud RUAS, 2012)

Quanto às **características físicas**, o município de Pelotas possui duas paisagens distintas, situado sobre dois domínios morfoestruturais diferentes conforme mostra a (Figura, 21). O Domínio Morfoestrutural dos Embasamentos Cristalinos, do Planalto Sul-Rio-Grandense, região norte/nordeste onde se desenvolveu a área rural (em cinza no mapa), o outro Domínio Morfoestrutural é o dos Depósitos Sedimentares, na Planície Costeira Interna, região sul/sudeste (em amarelo no mapa): a área do sítio urbano e dos balneários da praia do Laranjal, as margens do canal São Gonçalo e da Laguna dos Patos.

O sul da planície costeira do Rio Grande do Sul tem uma extensão de 13.110 km de litoral lacustre-marinho interno, o qual teve origem na formação morfoestrutural dos depósitos sedimentares. Seeliger (2004, p. 16), ao se reportar ao complexo lagunar, explica que “este processo teve início há cerca de 400 mil anos atrás no período pré-histórico chamado Pleistoceno”. Os primeiros eventos originaram os sistemas deposicionais I, II e III, sendo finalizado no Holoceno (período geológico mais atual da história da Terra) com o sistema IV, que resultou no fechamento da Laguna dos Patos.

No extremo sul, dentro da área do estuário⁶⁸ da Laguna dos Patos, onde a laguna banha o litoral de Pelotas, ocorre a formação de uma reentrância que se estende entre a Ponta da Ilha da Feitoria, e a foz do Canal São Gonçalo, denominado pela Marinha do Brasil de Saco do Laranjal (Figura, 22).

⁶⁸ Zona compreendida entre a barra do Rio Grande e uma linha imaginária, ligando a ponta da Feitoria à ponta dos Lençóis, todavia os efeitos da maré salina podem ultrapassar a delimitação desta área (VIEIRA, 1984).

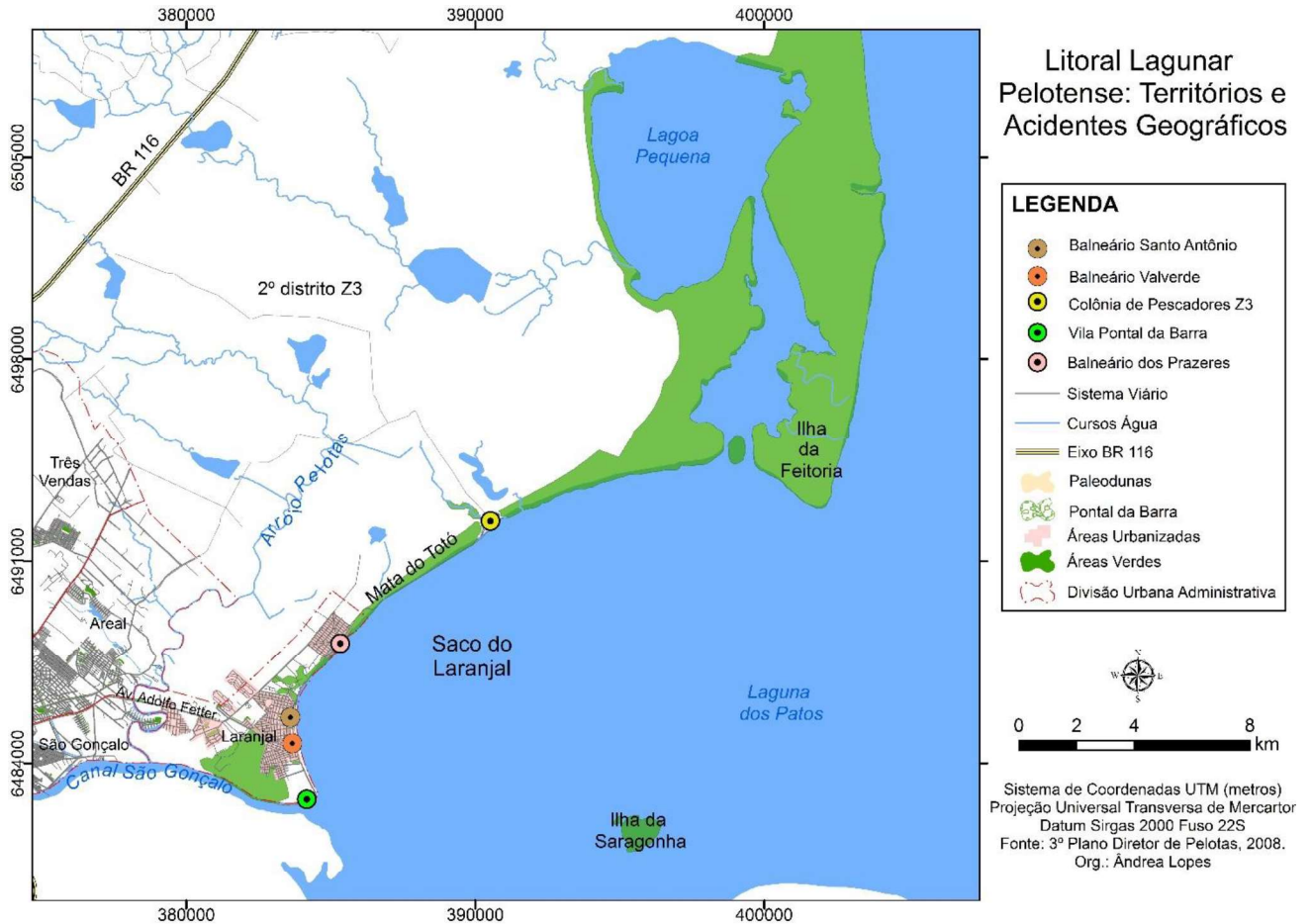


Figura 22 - Mapa de localização dos territórios e acidentes geográficos no saco do Laranjal.
 Fonte: Lopes (2018).

O saco do Laranjal, devido ao seu perfil litorâneo côncavo, é naturalmente uma área de erosão praial. A sua dinâmica de circulação hídrica é gerada pela ação dos ventos e pelo gradiente de pressão. Isso faz com que ocorra a contenção do fluxo das águas⁶⁹, que teriam como destino o Oceano Atlântico. Assim, os poluentes não se dissipam, tornando as praias impróprias para o banho em diversos pontos e na maior parte do ano.

Na porção norte deste litoral, os acidentes geográficos de destaque são a Ilha Restinga da Feitoria, a Lagoa Pequena, que se comunica com a Laguna dos Patos por meio de um alongado sangradouro e a formação de terraços e barreiras

⁶⁹ O volume de água que a laguna recebe é oriundo da drenagem das águas de cinco dos mais importantes rios do Rio Grande do Sul (Taquari, Jacuí, Gravataí, Sinos e Caí) e, em menor volume, do Rio Camaquã. Essas águas drenam a macro região onde se pratica a agricultura intensiva e a região metropolitana com seu grande e diversificado parque industrial, concentrado nas áreas petroquímica e alimentícia. Todo o volume hídrico desse contexto, contendo alta carga de poluentes, deságua na Laguna dos Patos através do Lago Guaíba.

pleistocênicas onde se desenvolveu um ambiente de matas de restinga conhecido como Mata do Totó⁷⁰, (Figura 22). Trata-se da área verde de maior relevância da cidade de Pelotas. Esta mata cobre parte dos balneários e tem tido, ao longo do tempo, um intenso uso.

A região da Mata do Totó compreende os balneários Santo Antônio, Valverde e Prazeres, além da Colônia Z-3, na extensa faixa do Laranjal apresenta grande diversidade de diferentes complexos naturais, como a Mata Atlântica, sistema palustre e fluvial, mata de restinga e ciliar (DIÁRIO POPULAR, 07 de julho de 2013, p. 3)⁷¹.

Nessas áreas, predominam as atividades de pesca e agricultura com destaque para a orizicultura, soja e pastagens para gado. Cabe destacar que essas atividades vêm sendo incrementadas ao longo dos anos, provocando a perda da qualidade das águas pela descarga de nutrientes e agrotóxicos proveniente das lavouras. Outro impacto dessa cultura é a irrigação, que afeta o balanço hídrico da laguna. De uma forma geral, a perda da balneabilidade das praias lacustres tem como causa principal os efluentes domésticos e industriais, em alguns lugares acrescentam-se as minerações, lavagens de tanques de navios; dragagens, dentre muitas outras formas de deterioração que o ambiente lagunar sofre, apontadas por (ANA, 2015), (SEELIGER e COSTA, 1998), (UEDA e VIGO, 1997), dentre outros autores. Esses usos econômicos do recurso hídrico lagunar afetam o ciclo da vida dos peixes, crustáceos, também, o turismo e o lazer.

A porção Sul deste litoral faz limites com o Canal São Gonçalo, que liga a Laguna dos Patos à lagoa Mirim. Através deste canal, a Laguna recebe uma carga alta de poluentes da área urbana de Pelotas que fica contida no saco do Laranjal, influenciando na má qualidade das águas. As paisagens deste trecho da orla são baixas e planas, com terrenos inconsolidados a parcialmente consolidados, conhecidos como planícies flúvio-lacustres⁷², onde avança a urbanização dos

⁷⁰ “remanescente formado por ambientes de matas de restinga arenosa e turfosa [...] A riqueza de espécies do local é elevada para matas de restinga no Rio Grande do Sul, provavelmente pela influência de florestas situadas na Serra dos Tapes” (VENZKE *et al* 2012, p. 655) e pela diversidade de ambientes que compõem a paisagem lagunar.

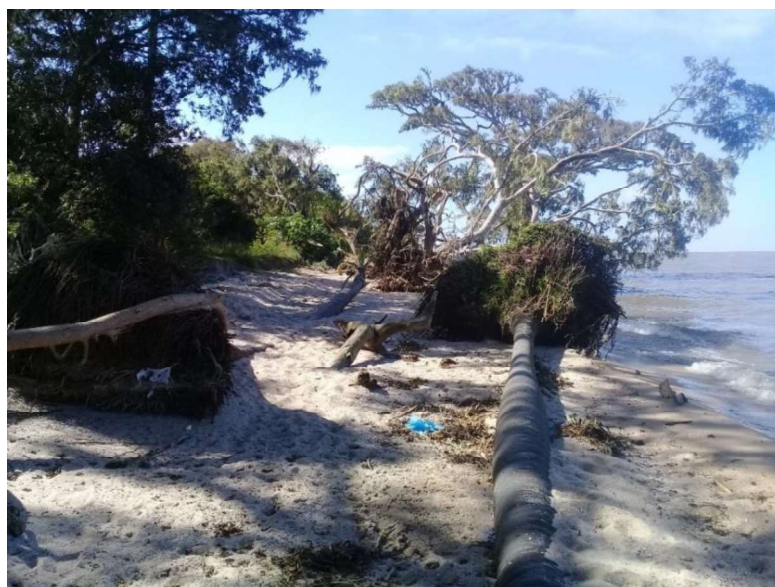
⁷¹ **Mata do Totó patrimônio local e de todo o país.** *Diário Popular*, 7 de jul. 2013, p. 3.

⁷² Estes terrenos foram formados a partir da associação de sedimentos dos rios e do complexo lagunar regional. A vegetação originária dessas áreas são os campos inundáveis e banhados. Esses

Balneários Santo Antônio e Valverde⁷³. En frente a esses Balneários, localiza-se a Ilha Sarangonha. É, sobretudo, nas ilhas onde as paisagens ainda são pouco alteradas, que a biodiversidade é mais abundante, formando territórios de diversas aves migratórias, os quais são pontos de pesca. Ueda e Vigo (1997) já apontavam as potencialidades do saco do Laranjal para o desenvolvimento do ecoturismo, sugerindo que o entorno da laguna fosse integrado a roteiros turísticos e atividades de educação ambiental, incentivando a participação comunitária, a valorização e recuperação ambiental e urbana.

Ainda, em relação às características físicas, cabe destacar a diferença entre a parte norte e a sul deste litoral, no que se refere ao balanço sedimentar⁷⁴, tendo implicância na produção deste território costeiro.

A morfodinâmica, neste trecho do saco do Laranjal, provoca o arrasamento natural das margens, através da raspagem da encosta pela água direcionada pelo vento Nordeste. Este joga as ondas quase que paralelamente à costa, fazendo o solo ser levado pela correnteza, ocasionando o tombamento da mata ali presente (Figura, 23).



ambientes são extremamente vulneráveis e ao mesmo tempo de extrema importantes para a sustentação da biodiversidade e para o balanço hídrico regional.

⁷³ Estes apresentam orla turística de urbanização consolidada.

⁷⁴ O balanço sedimentar “defini a magnitude e a direção do transporte de sedimentos de uma determinada região de interesse como, por exemplo, os trechos de erosão e acresção ao longo de uma praia”.

Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/47896/Resumo_9215.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 dez. 2018.

Figura 23 - Raízes expostas e árvores tombadas na orla dos Balneário dos Prazeres.

Fonte: Foto da autora, 2017.

O acúmulo de matéria orgânica vegetal, nesse trecho da orla, foi sendo soterrado e, com o tempo geológico, iniciou um processo de transformação deste material orgânico em turfa, dando ao solo uma consistência argilosa com aspecto de “barro duro”, o que originou o topônimo “Barro Duro”.



Figura 24 - aspecto endurecido do solo costeiro no Balneário dos Prazeres

Fonte: Mazilli, 2013.

A análise das variações na linha de costa por meio de fotografias aéreas dos anos de 1980 e 1995, desenvolvida por Calliari e Fischer (2011), mostrou que: “a praia do Barro Duro sofre taxas erosivas de 1,04 m/ano. A Colônia Z-3 possui pontos com taxas erosivas, e a praia do Totó apresenta pontos estáveis e outros com erosão. Contrariamente, a praia do Laranjal (parte sul) mostra acresção e estabilidade”.

Trata-se de um fenômeno natural que, no decorrer dos anos, foi intensificado pela ação humana, com a retirada da vegetação rasteira e das árvores menores por conta do uso indiscriminado e processos de urbanização no local.

Dessa forma, os serviços culturais, como o acesso ao lazer na praia pelos moradores e veranistas populares e as práticas religiosas de matriz africana estão sendo comprometidos.

Apesar de não se tratar de um litoral marítimo, a representação que a sociedade, de uma forma geral, elaborou é de que a Laguna dos Patos é um verdadeiro “mar de dentro”. Seja pela sua imensidão, seja pelo fato de eventualmente suas águas salgarem no verão e pelo desenvolvimento econômico e

cultural atrelado a práticas sociais litorâneas. Além do lazer, compete ressaltar o transporte hidroviário, o turismo náutico, práticas afro-religiosas, turismo religioso (Festa de Iemanjá e Nossa Senhora dos Navegantes), espaço de moradias de primeira e segunda residência.

Em termos populacionais, o município de Pelotas é o 3º do Estado, com uma população de 338.766 habitantes (FEE, 2017), ficando atrás da capital Porto Alegre, com 1.468.301 habitantes (FEE, 2017) e do município de Caxias do Sul com uma população de 468.518 habitantes (FEE, 2017). Pelotas possui uma extensão de área física de 1.610,084 km², uma densidade demográfica de 205,1 Hab./ km² (FEE, 2013), expectativa de vida de 75,64 anos (IBGE, 2010), sendo a 9ª economia do Estado do RS, com um PIB per capita de R\$ 22.629,54 (IBGE, 2016), sendo que 77,8% desse total é do setor terciário.

O perfil socioeconômico de Pelotas faz dela uma cidade média e centro regional, que atrai uma população do seu entorno a qual usufrui, principalmente, das prestações de serviços, incluindo aqueles prestados pelo seu litoral, ainda que pese a invariabilidade das condições da água para banho.

A poluição hídrica é um dos principais problemas ambientais do litoral lagunar, pois, em termos econômicos, afeta tanto a pesca quanto o turismo e lazer dos cidadãos, já que a praia do Laranjal se tornou uma área recreativa alternativa aos espaços públicos centrais. A poluição hídrica é ponto fundamental para o estudo da gestão costeira das praias. Willians & Micallef *apud* Polette *et al* (2016, p. 293) compreendem isso como “un proceso de gestión costera pragmático, específico y local”.

Em Pelotas, há um histórico descaso em relação aos recursos hídricos. Os pontos de lançamentos de esgotos da cidade nos cursos d'água, conforme Maurizio Silveira Quadro, coordenador do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da UFPEL, ocorrem:

Ao lado da ponte sobre o canal São Gonçalo, outro perto do Anglo e passando o Quadrado existe mais um. O canal do Pepino também joga detritos no São Gonçalo, que recebe todo o esgoto da cidade e empurra para a Lagoa dos Patos. Da mesma forma o arroio Pelotas recebe contribuições, principalmente da Marina Ilha verde, e descarrega no São Gonçalo. A lagoa recebe ainda, todo o lançamento de fossas do Laranjal e de pequenas valetas. Com isso tem-se a chamada poluição difusa. Não é

possível identificar quem lança, mas tudo chega no corpo hídrico, no caso o São Gonçalo e a laguna dos Patos (DIÁRIO POPULAR, 14 de jan. de 2016, p. 2-3).

Na audiência pública do dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho de 2017, foi apresentada uma pesquisa do Instituto Trata Brasil – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com expectativa nos avanços do saneamento básico e na proteção dos recursos hídricos do país, em que Pelotas aparece no 71º lugar num *ranking* decrescente entre as 100 maiores cidades do Brasil, no que diz respeito ao saneamento básico. Nessa audiência pública, os vereadores apresentaram a realidade de Pelotas: “são mais de 400 km de esgoto a céu aberto que afetam diretamente a drenagem, gerando constantes alagamentos, trazendo muitos problemas de saúde à população, sobretudo, nos bairros mais pobres”. Cabe ressaltar que o pelotense paga a taxa de esgoto sem ter o serviço prestado. A (Tabela 1) evidencia tal situação.

Tabela 1 - Situação do saneamento de Pelotas em 2017.

DADOS	VALORES
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	94,39%
COLETA DE ESGOTO	59,46%
TRATAMENTO DE ESGOTO	19,29%
ARRECAÇÃO EM 5 ANOS	429.200.000,00
INVESTIMENTOS EM 5 ANOS	4.770.000,00
TAXA M³	2,14

Fonte: Comissão do Meio Ambiente – Câmara Municipal de Pelotas, Audiência Pública – Dia Mundial do Meio ambiente 05/06/2017, **adaptado pela autora.**

No Laranjal, o saneamento das praias ainda é incompleto, o esgoto do Balneário dos Prazeres é conduzido para a praia, na localidade de maior fluxo de pessoas em frente à gruta de Iemanjá (Figura, 25). Já a (Figura, 26) mostra que a falta da balneabilidade não impede que os banhistas usufruam da praia para o banho.



Figura 25 - Reservatórios de tratamento do esgoto doméstico na orla da praia do Balneário dos Prazeres liberando efluentes do bairro, onde as pessoas circulam e se banham.

Fonte: Foto da autora, 2017.



Figura 26 - Placa com o aviso da falta de balneabilidade, sendo desrespeitada pelos banhistas no Balneário dos Prazeres.

Fonte: Foto da autora, 2017.

Tem sido reivindicação frequente da Federação de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros a retirada dessa saída de água, na localidade mais visível e visitada da praia, mas até agora esse ponto não foi considerado uma prioridade para os gestores públicos⁷⁵.

⁷⁵ Conforme informação concedida pelo órgão Público Municipal SANEP, não há nesta localidade rede de esgoto cloacal, sendo os dejetos residenciais tratados por meio de fossas sépticas e poços negros. Contudo, há captação de esgoto pluvial, realizada em sua grande maioria por valetas. Há “Ecofiltros” (aeróbios) instalados no local que decantam a parte sólida dos efluentes, mas não

A pesca também tem sido afetada pela perda da qualidade da água. São considerados territórios de pesca a Colônia São Pedro ou Colônia Z-3 (Figura) situada a 20 km do centro urbano de Pelotas, fundada em 1923, e o Pontal da Barra⁷⁶, situado no interflúvio do Canal São Gonçalo com a Laguna dos Patos. Essas localidades são consideradas territórios de pescadores tradicionais, pois, nelas, a pesca, apesar da sua redução, predomina enquanto principal meio de subsistência. O Mercado Público da cidade comercializou os pescados da região, criando o hábito na sociedade de ir ao mercado para comprar peixe e camarão.

Todavia, cabe ressaltar que a pesca do camarão que tradicionalmente sustentava dezenas de famílias de pescadores artesanais, hoje é considerada um recurso raro. A percepção dos pescadores em relação à escassez dos pescados, de uma forma geral, é de que um conjunto de intervenções no ambiente natural da laguna, incluindo a poluição das águas e a prática da pesca ilegal de alguns, associado às ações pouco eficazes do poder público, contribuíram para isso. Assim, as estratégias desenvolvidas para driblar as adversidades com a pesca estão presentes nas atividades econômicas pluriativas, na ajuda mútua em períodos de dificuldade, na prática da pesca não permitida, além de dependerem do seguro defeso como fonte de renda (RUAS, 2017).

Pelotas também é uma cidade portuária, onde o pioneirismo comercial e empresarial do charque esteve associado, tanto à abundância dos rebanhos de gado bovino, quanto às facilidades de distribuição do produto, por meio das rotas de navegação (arroios, canal São Gonçalo, Laguna dos Patos e portos marítimos de São José do Norte e Rio Grande).

Atualmente, a principal atividade em exercício no porto de Pelotas é a navegação interior com transporte de produtos primários (fertilizantes, minerais, kinkler, cimento, grãos, toras de madeira) que têm como destino as indústrias de Canoas, Guaíba e Rio Grande. A hidrovia percorre 790 km da Lagoa Mirim até o Lago Guaíba. O canal possui 17 pés, ou seja, 5, 18 m, possibilitando o tráfego de barcas de médio porte

impedem a contaminação microbiana. No entanto, segundo os moradores, tais filtros não funcionam mais por falta de manutenção, estando todos assoreados e que há diversos pontos do Balneário onde o esgoto e despejado diretamente na praia.

⁷⁶ Não há precisão do histórico de sua ocupação.

Não cabe, neste trabalho, avaliar todos os serviços que o litoral lagunar presta à sociedade de Pelotas, mas tão somente, apontar a sua relevância. O quadro que apresento a seguir identifica três grandes categorias divididas em subcategorias, que indicam o tipo de benefício que as pessoas podem obter do ecossistema costeiro lagunar, quando há equilíbrio entre a reprodução natural do ecossistema e os usos sociais. Cabe lembrar que os serviços ecossistêmicos são gerados em escalas e espaços temporais diversos, beneficiando grupos humanos específicos em diferentes territórios com interesses econômicos, sociais e culturais diversos. Por isso, o território do Balneário dos Prazeres foi particularizado em suas dinâmicas ecológicas e sociais. O quadro a seguir que mostra os serviços ecossistêmicos associados ao espaço vivido no litoral lagunar pelotense, foi adaptado de Barragán (2016)

Tipos de serviço	Definição	Exemplos e importância
Abastecimento	Produto de origem animal, procedente das águas da laguna, arroios e estuário	Pesca industrial e artesanal
	Produtos de origem vegetal, com destino ao consumo humano ou animal, que aproveitam as vantagens de clima, solos litorais e águas para irrigação de seu desenvolvimento	Cultivos agrícolas (pastagens, arroz e soja)
Culturais	Conjunto de saberes relacionados às atividades humanas e ecossistemas de fronteira entre meios de diferente natureza	Pesquisa e formação
	Conjunto de atividades humanas vinculadas ao tempo livre	Turismo, lazer, recreação, esportes náuticos
	Sensações que produzem bem-estar e paz interior, derivadas do usufruto ativo e da contemplação da laguna e dos diferentes ecossistemas costeiros associados (matas, praias paleo-dunas, banhados...)	Contemplação da laguna e da faixa costeira incluindo seu uso religioso de matriz africana. Espaço para o relaxamento e a reflexão; Espaço de uso simbólico para os povos de terreiro. A presença da laguna é também a de Oxum, Nanã e Iemanjá.
	Conjunto de saberes aos quais se chega através da prática e da experiência relacionadas com o litoral lagunar	Usos tradicionais de recursos costeiros lagunares
	Especial vinculação dos habitantes da costa com os lugares que ocupam e vivem e os serviços litorais que usufruem. Procura social para fixar moradia	Tradições locais ligadas aos espaços e recursos costeiros lagunares.

Regulação		Crescimento da urbanização.
	O litoral costeiro lagunar facilita elementos, cenários e recursos didáticos para uma aprendizagem com a sustentabilidade.	Programas especializados sobre o litoral lagunar e seus recursos.
	Influência do fluxo de massa de água e de clima. (efeito esponja dos banhados)	Diminuição da amplitude térmica.
	Capacidade das águas litorais para depurar águas residuais despejadas pelo ser humano sem tratamento prévio.	Depuração natural de águas.
	O litoral é um ecossistema no qual um considerável número de espécies passa determinadas etapas de seu ciclo biológico: reprodução, alimentação, proteção etc.	Serviço de "abrigo e proteção"

Quadro 12 - Serviços ecossistêmicos associados ao espaço vivido no litoral lagunar pelotense
 Fonte: Elaboração da autora adaptado a partir de (BARRAGÁN, 2016, p. 99-100).

Cabe destacar que muitas das funções sociais do litoral lagunar pelotense passam por transformações e perda da qualidade de seu serviço, decorrente da falha dos instrumentos ou inexistência de planejamento e gestão dos espaços costeiros, como, por exemplo, a pouca eficiência na valorização do seu espaço cultural.

O Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas identificou e registrou, na região do saco do Laranjal, pelo menos 38 sítios arqueológicos conhecidos como “cerritos de índios”⁷⁷ ou “aterros” que contam a história dos grupos pampianos caçadores-coletores e pescadores conhecidos historicamente como Charrua e Minuano (MILHEIRA, 2008). Esses grupos usavam o sistema hidrológico lagunar, para mobilidade de pessoas, transporte de bens, matéria-prima, ideias, controle territorial. De acordo com Milheira (2008), por volta de 1.000 anos atrás o lugar deixou de ser ocupado, e os elementos

⁷⁷ Os “cerritos de índios” “são montículos de terras entendidos arqueologicamente como resultado da ocupação dos grupos Charrua e Minuano e são interpretados como áreas de moradia e cemitério, demarcadores de fronteiras territoriais monumentos de memória identidade e marcos paisagístico” (PELOTAS, 2013, p. 11).

materiais ficaram à mercê das políticas ambientais e culturais de proteção. Vale lembrar que esse valor histórico-cultural, herança dos primeiros habitantes do lugar, não é valorizado pelo município, já tendo sido objeto de aniquilação pelo avanço da urbanização dos balneários.

Em Pelotas, como em muitos outros municípios costeiros, no que tange às práticas espaciais dos atores exógenos consta a seletividade espacial. Esta prática, que é fruto de articulações de interesses entre proprietários fundiários, poder público, setor imobiliário e imprensa local, criou um movimento “publicitário” que foi responsável pela valorização do solo urbano e especulação imobiliária.

A fragmentação do território costeiro pelotense para a formação dos balneários refletiu não só uma contradição básica do capitalismo, mas também a mentalidade da elite de uma época, que instituiu a praia dos ricos e a praia dos pobres.

Assim, para compreender o jogo de interesses que levaram a formação do Balneário dos Prazeres e seus atuais conflitos de uso, ocupação e representações, é necessária uma volta ao seu passado, trazendo à tona os acontecimentos que marcaram a produção do espaço urbano de Pelotas e de seu litoral, por meio dos documentos em uma análise histórico-dialética, acompanhada de uma leitura fenomenológica das entrevistas com os atores sociais territorializados.

3.2 PELOTAS E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO COSTEIRO LAGUNAR

“o passado se torna presente em função da realização dos possíveis implicados objetivamente nesse passado”

Lefebvre

Pelotas não surgiu como as demais cidades costeiras, com funções administrativas, religiosas ou portuárias, mas se diferenciou no contexto regional pela sua função manufatureira. A cidade de Pelotas tem suas raízes históricas⁷⁸ ligadas às charqueadas ao longo do arroio Pelotas e do canal São Gonçalo que

⁷⁸ A evolução história de Pelotas pode ser encontrada em (MAESTRI FILHO, 1984), (LONER, 1999, 2001), (ARRIADA, 1991, 1994), (MAGAHLÃES, 1993), (VIEIRA, 2005), (GUTIERRES, 2004, 2001) dentre outros.

deságua na Laguna dos Patos, desenvolvendo e enriquecendo a região. O sistema hidrológico litorâneo favoreceu a instalação das charqueadas e o transporte do charque e demais produtos e mercadorias. A cidade foi polo charqueador, responsável pela economia subsidiária do charque por intermédio da exploração do trabalho escravo, organizado em escala industrial. No século XIX, em Pelotas, 37,1% (4.788) dos habitantes eram escravos, vindo a diminuir 15% em 1872. A acumulação de base escravocrata⁷⁹ possibilitou o desenvolvimento da cidade, seu espaço urbano tornou-se local de sociabilidade e de eventos culturais de destaque, dentre as outras localidades do Estado. Por isso, Pelotas é considerada a cidade com o maior número de afrodescendentes do interior do Rio Grande do Sul e com grande expressão para as religiões de matriz africanas, ainda que some apenas (15,9%) da população negra, segundo o IBGE (2010). Conforme Al Alam (2008, p. 42), em Pelotas.

[...] para muitos trabalhadores escravizados durante os rituais religiosos, é que compartilhavam as dores e sofrimentos do cotidiano do trabalho, era o momento de reafirmar suas tradições culturais, momento também de tramarm revoltas, conflitos, ou mesmo laços de parentescos e de solidariedade.

Estudos do campo sociológico como os de Oro (2002) e Ávila (2011) apontam a probabilidade de que os primeiros Terreiros na região sul tenham sido fundados nas cidades de Pelotas e Rio Grande⁸⁰, no início do século XX. Eles revelam que, no Rio Grande do Sul, dentre as religiões afro-brasileiras, pratica-se o batuque, a umbanda e a quimbanda ou linha cruzada.

No campo da antropologia destaco o trabalho de Corrêa (1991-1992) que a partir de anos de pesquisa participante teve um convívio intenso com o pessoal dos templos nos rituais e nos não rituais. Conforme o autor, existem três formas básicas de religiões afro-brasileira no Rio Grande do Sul: “a umbanda ‘pura’, a ‘linha cruzada’ e o batuque ‘puro’”. Essa classificação é feita pelos próprios filhos e filhas de santo. Para Corrêa (1991, p. 02) esta pureza: “está longe de ser absoluta, é, na

⁷⁹O trabalho escravo nas charqueadas era tão penoso que esses locais poderiam ser um espaço destinado à punição aos escravos revoltosos do país, conforme apontado por Maestri Filho (1984); Al Alam (2008).

⁸⁰ De acordo com a pesquisa de Rogério Amaral Pereira (2013), o Centro Espirita Reino de São Jorge (CERSJ) foi o primeiro terreiro a despontar na paisagem urbana rio-granadina, fundado em 20 de nov. de 1932 pelo ilustre Irmão Charão. No símbolo do Terreiro, ele é vinculado ao Caboclo Girassol.

prática, principalmente o indicador que identifica o tipo de ritual que cada templo adota”. Esse autor estima que: “o total de templos das três modalidades entre ‘abertos’ ao público e ‘não-abertos’ (atendimento a poucas pessoas, parentes e amigos do chefe) aproxima-se de 100 mil em todo o Estado”. E apoiando em Oro (1988), ele ressalta o grande número de casas de cultos nas cidades de colonização alemã e italiana, o que para ele significa a entrada de pessoas de maior nível econômico numa religião predominantemente de negros pobres. Corrêa (2012) em seu documentário também afirma que o batuque é sem dúvida a maior herança negra que o Rio Grande do Sul tem e que por ser este, um Estado extremamente racista, até hoje as casas de religiões sofrem perseguições.

Assim, essas religiões foram e continuam sendo discriminadas, por serem associadas à feitiçaria e ao preconceito racial. “Uma riqueza cultural que a ignorância e o desconhecimento acobertam não deixando revelar ao mundo” (PEREIRA, 2016).

O escravismo, possibilitou à elite pelotense acumular riquezas e imobilizá-las na construção dos prédios suntuosos que ficaram conhecidos por replicarem estilos da arquitetura europeia. Era possível encontrar elementos da modernidade urbana que se implantava nos centros europeus. Essa passagem foi descrita por Magalhães (1993, p. 50-51) quando expôs as ideias do francês Nicolau Dreys, em 1839, a respeito de Pelotas: “[...] pouco mais de vinte anos bastaram para fazer, de uma aldeia insignificante [...] uma vila suntuosa, composta de edifícios, aparatos, ornados de todo o luxo da Europa”.

No entanto, quando a economia brasileira se defronta com uma situação de concorrência, com a frigorificação, de tecnologia mais avançada, a classe dominante pelotense não consegue competir, pois toda a riqueza acumulada foi imobilizada ou consumida reproduzindo hábitos europeus.

Conforme se reportou Mantega (1984, p. 100), em sua análise sobre a economia política brasileira,

É inadmissível imaginar, pois, que as economias subdesenvolvidas possam permanecer estagnadas em virtude de condições que favoreçam a alta lucratividade. A menos que se trate de modos de produção pré-capitalistas, com as classes dominantes voltadas para o entesouramento, para o fausto ou para o consumo desenfreado.

O progresso técnico do charqueio, a industrialização da cidade e a abolição dos escravos são transformações que vão impor uma nova estrutura social as quais também se revelam na formação da pobreza urbana e sua segregação socioespacial.

Compete salientar que a inserção do ex-escravo no trabalho livre se deu rompendo obstáculos alicerçados no seio social, quais sejam: “[...] o despreparo do negro para o trabalho livre, devido à falta de escolarização, a competição da mão-de-obra imigrante e o preconceito racial” (BERND e BAKOS, 1991). Como resquício da fracassada política do branqueamento da população brasileira, tem-se uma população de negros e mestiços que inconscientemente buscam uma identidade branca por julgarem-na superior. Uma classe subalterna se forma, contribuindo para a continuidade do processo de dominação sobre o negro.

Em Pelotas, durante anos existiu um sistema voltado a desvalorizar a cultura afro-brasileira, numa tentativa de apagar esse passado escravocrata. Negros e pobres foram segregados nas várzeas do arroio Santa Bárbara e Canal São Gonçalo. Botelho (2013, p. 102) identificou, no Correio Mercantil de 2 de abril de 1878, a repugnância das elites para com essas áreas: “estas áreas eram consideradas foco de imoralidade, junção de crioulos, entretenimento de escravos e negros adultos, lavadeiras, carreteiros e mascates”. Conforme observado por Chalhoub (2001, p. 66), em sua pesquisa sobre o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*: “havia um claro consenso entre os deputados de que a Abolição trazia consigo os contornos do fantasma da desordem”. Isso, porque os libertos eram pensados como indivíduos despreparados para a vida em sociedade. Para justificar a obrigatoriedade do trabalho para as classes populares, foi fundamental a relação que se estabelece entre trabalho e moralidade. Conforme Chalhoub (2001, p. 71), “Era preciso inculcar nos cidadãos o hábito do trabalho, pois era essa a única forma de regenerar a sociedade, protegendo-a dos efeitos nocivos trazidos por centenas de milhares de libertos – indivíduos sem nenhum senso de moralidade”. É Chalhoub (2001) também quem chama atenção para as relações entre ociosidade e pobreza: “existe uma má ociosidade e uma boa ociosidade. A má ociosidade é aquela característica das classes pobres, deve ser prontamente reprimida. A boa ociosidade é, com certeza, atributo dos nobres e seus iguais” (p. 75).

Nesse ponto, cabe ressaltar a representação tradicionalmente veiculada pelas classes dominantes e de legisladores brasileiros – tanto no passado quanto no presente – de que as “classes pobres” são sinônimo de “classes perigosas”. É comum ver pessoas atravessarem a rua para não cruzarem com um indivíduo em situação de rua, ou fecharem o vidro do carro no semáforo quando um sujeito vulnerável se aproxima.

Em Pelotas, a discriminação racial foi muito forte, “consubstanciando-se, aos primeiros anos da República, no impedimento em utilizar espaços públicos, como algumas praças, frequentar clubes e cinemas, cafés, confeitarias, bares e, em alguns casos, até barbearias” (LONER, 1999). Não seria de se estranhar que a construção de um espaço de lazer na cidade tivesse a intencionalidade de segregar os pobres e negros (humildes) do convívio da classe dominante, como será visto mais à frente no contexto da formação do Balneário dos Prazeres.

Para falar de desigualdade sociais no Brasil, a historiadora Emília Viote da Costa cita Freyre, quando este argumenta que: “a distância social fora resultado de diferenças de classe bem mais do que preconceito de cor ou de raça⁸¹” (COSTA, 1979, p. 227). No entanto, vale mencionar que ser negro representa pouca aceitabilidade no interior da sociedade nacional. Assim, existia o desejo dos grupos discriminados de se tornarem iguais aos produtores do discurso. O exemplo emblemático dessa situação é a criação do termo “pardo”. Ele serviu, politicamente, para aumentar o contingente de brancos na sociedade brasileira (política do branqueamento), que passa a incorporar esse novo contingente. Na estrutura social, os indicadores sociais mais baixos estão com esses grupos culturais.

Nas primeiras décadas do século XX, quando Pelotas inicia seu processo de industrialização, logo, de crescimento urbano, os agentes privados – proprietários fundiários foram responsáveis por criarem a periferia a partir de loteamentos, nos quais se assentou o proletariado urbano formado pela população emigrada das

⁸¹ Para Stuart Hall (2003, p.69) a categoria de raça, “é uma construção política e social” [...] uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão”, que tenta justificar as desigualdades em termos de distinções genéticas e biológicas e que transforma a diferença racial em um “fato” fixo e científico.

áreas rurais, como os expulsos da área central pelo processo de higienização⁸², inaugurando a dicotomia centro e periferia (SOARES, 2002).

Esse processo higienista /sanitarista, que impunha códigos de posturas produzidos pelas diferentes administrações públicas, difundiu-se por várias cidades brasileiras, disseminando ideias segregacionistas, a discriminação e o preconceito, que culminou no afastamento de milhares de famílias de suas áreas centrais.

É inserida neste contexto que a elite pelotense passa a valorizar o lazer na praia e funda os seus Balneários. Frequentadores dos balneários uruguaios, da Vila Sequeira (praia do Cassino), criado precocemente no Brasil em 1890, das praias cariocas e, até, das praias do mar mediterrâneo, influenciaram a prática de banhos, o lazer na praia e a construção dos balneários em Pelotas.

Os processos de valorização dos espaços litorâneos, que emergiam no litoral brasileiro, como um todo, foram impulsionados pela expansão da rede rodoviária e do uso intensificado do automóvel. Conforme (PERON; RIENCAU *apud* DANTAS 2009, p. 15), a partir do final do século XX, os discursos sobre o mar se transformaram em “fenômeno da sociedade” com base na representação do mar e dos ambientes costeiros, veiculados globalmente e associados a significados de “mudanças” socioeconômicas, tecnológicas e simbólicas, que provocam a geração de uma maior visibilidade social e valorização dos espaços litorâneos mundiais.

A lei orgânica do município de Pelotas, promulgada em 2 de abril de 1948, tratava do fomento ao turismo e veraneio, às práticas de lazer de sol e praia e da construção de um espaço para as segundas residências:

Art. 13 – dentro do prazo de um ano, a contar da publicação deste ato, o município concluirá as obras da ponte sobre o arroio Pelotas, que dá acesso à praia do Laranjal.

Art.14 – Ao município cabe fomentar o turismo, proporcionando condições de acesso à cidade e a praia do Laranjal, onde será mantido um balneário com higiene e conforto (ETCHEVERRY, Laranjal, p. 8).

⁸² Processo de segregação dos pobres e trabalhadores assalariados nas áreas periféricas da cidade, com a justificativa de que a aglomeração humana era propícia ao surgimento de doenças, bastava trocá-los de lugar para resolver o problema, não se discutia a sua condição social.

Desse modo, em meados do século XX, por meio da incorporação da fazenda de nome Laranjal à cidade, na forma de balneários de segundas residências, Pelotas se inseriu no contexto de valorização dos espaços costeiros. Tal intervenção urbana teve o apoio da municipalidade que visava fomentar o turismo e criar um espaço de expansão urbana diferenciada, ao seguir a tendência mundial de transformação das funções e usos dos espaços praias.

Na produção histórica dos balneários, conforme consta em Ruas (2012), a população de Pelotas passou a procurar as margens da Laguna dos Patos no início da década de 1930, quando a área pertencia à família Assumpção (Figura, 27).



Figura 27 - A procura social da praia do Balneário dos Prazeres em 1934, a imagem evidencia também a exposição de raízes de árvores tombadas por processos naturais da morfodinâmica litorânea.

Fonte: Laboratório de acervo Digital da UCPel

Os visitantes convidados recebiam uma autorização, ao cruzarem por uma casinha de madeira, onde ficava o capataz⁸³ Leão Dias controlando o acesso à orla.

⁸³ Nome dado ao indivíduo responsável por liderar um grupo de trabalhadores braçais.

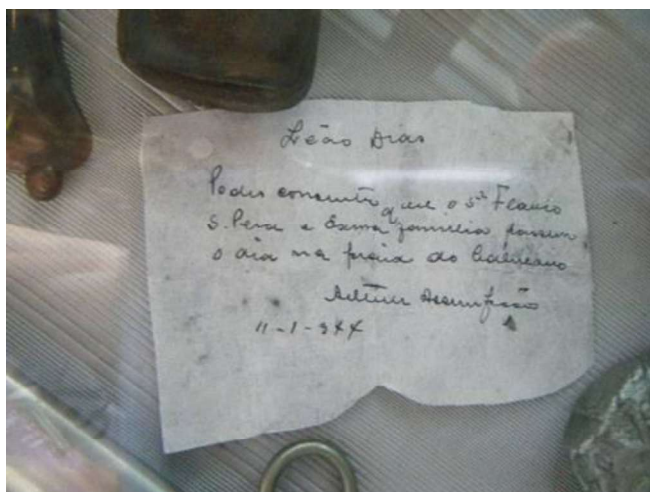


Figura 28 - Autorização da família Assumpção

Fonte: Museu histórico Instituto Senador Joaquim Assumpção.

Antes da construção dos balneários, eram comuns os acampamentos e instalações de pessoas nas três residências de verão da família Assumpção. Apesar das precárias vias de acesso à orla, o hábito começou a ser difundido em setores da população local que formavam verdadeiras romarias em direção à praia nos finais de semana. O fato de terem de fazer a travessia do arroio Pelotas de balsa (Figura, 29) não diminuía o entusiasmo dos veranistas.



Figura 29 - Travessia no Arroio Pelotas em 1945.

Fonte: Museu Histórico Instituto Senador Joaquim Assumpção.

No ano de 1952, foi criado não só o primeiro espaço de segunda residência, a Vila Residencial Balneário Santo Antônio, como bem assinalou Soares (2000, p. 348), este empreendimento foi:

una de las operaciones inmobiliarias más importantes entre las realizadas em la ciudad fue la construcción de la Cidade Balneario do Laranjal. [...] La creación de los balnearios fue una importante operación inmobiliaria que integró las estrategias de planificación y la profesionalidad de los promotores, con una estrategia de crecimiento urbano a largo plazo, que involucraba en el proyecto los terratenientes, el poder público, los promotores y los planificadores.

A zona da praia já era chamada de Laranjal. Para lá, afluía, nos finais de semana, uma parcela significativa da sociedade pelotense. Segundo Corrêa (2014, p. 546)⁸⁴:

Havia também, no início dos anos de 1950, uma atividade coletiva comum: a de fazer excursão para o Laranjal. Ainda não existia a ponte e a travessia era feita por uma balsa. O caminho seguia até o Balneário dos Prazeres, popularmente chamado de Barro Duro. Rubinho conta que a excursão era no caminhão do Seu Loro, que pegava as pessoas de casa em casa, começando por volta de 5 horas da manhã, e que as crianças mal podiam dormir de tão eufóricas que ficavam. Ele narra a prática como um dia em comunidade, não exclusiva dos negros, mas sim de pobres - isto porque aqueles que tinham melhores condições econômicas dirigiam-se para a praia do Cassino, em Rio Grande - o que configurava uma viagem mais cara.

Com a popularização do veraneio marítimo, os espaços litorâneos passaram a ser engendrados tanto pela valorização, quanto, pela urbanização. O modo de vida urbano passa a ser difundido, construindo não só a cidade, mas novas territorialidades, trazendo uma série de mudanças à sua estrutura socioespacial, sobretudo, no modo de organização e ocupação das cidades litorâneas e, no Balneário dos Prazeres, esse processo merece destaque por ser uma praia com aspectos bem particulares quanto a sua morfologia costeira, seus usos, práticas territoriais e representações sociais.

⁸⁴ CORRÊA. Ana Isabel Pereira. Algumas memórias de Pelotas: A história contada por quem viveu. In: RUBIA, Luís (org.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. Volume. 3: Economia, Educação e Turismo. Pelotas/RS: PRÓ-CULTURA-RS / EDITORA JOÃO EDUARDO KEIBER ME, 2014.

3.3 BALNEÁRIO DOS PRAZERES: ESPAÇO DA CULTURA E DA HISTÓRIA PELOTENSE

O Balneário dos Prazeres, tem, como limite leste, a Laguna dos Patos, ao norte, terras de Maria Tereza Xavier Cruz, a oeste e ao sul, terras de Aloisio Duarte Cruz. Ambos os lindeiros são herdeiros da família Assumpção, a qual foi responsável pela incorporação do espaço costeiro lagunar à cidade, criando as segundas residências, fomentando o lazer e o turismo de sol e praia.

A crescente difusão da moda das práticas de lazer nas praias, no século XX, elevou o número de frequentadores do Balneário Santo Antônio. dando origem a diferentes territorialidades e conflitos na orla lagunar entre as classes sociais, como pode ser visto na reportagem a seguir:

Os proprietários tiveram que fazer uma seleção de pessoas, porque aconteciam muitas confusões. Imagine que até brigas com facadas aconteciam. [...] além disso cruzavam caminhões cheios de gente, sempre com algazarras. Diante dos problemas um dos proprietários, Luiz Augusto de Assumpção, resolveu ceder o “Barro Duro” – balneário dos Prazeres – para a população em geral. A parte que atualmente está dividida em balneários Santo Antônio e Valverde ficou à disposição dos familiares e amigos. Na parte das “famílias”, os costumes passaram a ser bem diferentes em relação ao “Barro Duro”, para onde se deslocava o “povo”, como salienta Heloisa Assumpção. Conta que “nesta parte, continuavam acontecendo brigas, mas já eram problemas deles” (ETCHEVERRY, 1991, p. 12).

Nesse sentido, pode-se dizer que a criação do Balneário dos Prazeres, em 1953, foi fruto da pressão social da elite local, que queria se distinguir do “povão” no acesso à praia, sendo notável a existência de um fundo preconceituoso e discriminatório para com os negros e pobres da cidade.

Em trabalho anterior, sobre os anos que antecederam a formação dos balneários em Pelotas, Ruas (2012) comenta não ter encontrado muitas matérias alusivas ao empreendimento imobiliário Balneário dos Prazeres. A pouca aparição deste na época, nos jornais, deve-se ao fato de que a demanda solvável por casas de veraneio já tinha sido sanada com a inauguração do Balneário Santo Antônio, o primeiro dos três a ser loteado, no ano de 1952. Isso porque, desde 1938, o empreendedor Antônio Augusto de Assumpção vinha divulgando o futuro

empreendimento e criando a necessidade do veraneio na cidade. Vultuosos anúncios (Figura, 30) sobre as benesses do lazer, do contato com a natureza, preenchiam páginas inteiras dos jornais com o intuito de criar o hábito de frequentar praias e divulgar o empreendimento.



Figura 30 - Anúncios enaltecedores e ufanistas da praia do Laranjal

Fonte: Diário Popular, 1950.

A existência de uma confluência de interesses entre os proprietários de glebas, imprensa local e poder público, contribuiu para incorporar simbólica e materialmente o Laranjal na esfera do mundo capitalista, através de um novo estilo de lazer e de moradia.

As terras que deram origem ao loteamento batizado de Vila Residencial Balneário Nossa Senhora dos Prazeres foram desmembradas das propriedades do casal Luiz de Assumpção e Amélia Augusta Assumpção de Assumpção, idealizadores deste balneário. Entre as estâncias situadas no litoral lagunar, essa era a maior, por ter sido constituída de duas heranças⁸⁵. A parte de Maria Amélia

⁸⁵Chamo atenção nesse ponto para a história de Pelotas, cuja apropriação territorial se insere no contexto de disputas territoriais e socioeconômicas entre portugueses e espanhóis na fronteira Sul. Como estratégia de ocupação da fronteira portuguesa no período colonial do Brasil, Tomás Luiz Osório recebeu em 1758 uma sesmaria de “cinco léguas de comprimento e uma de largura”

engloba o que pertenceu aos Fontouras (entre a Laguna dos Patos e o arroio Pelotas) e a de Luiz de Assumpção, a parte que vai até a Galatéia, próxima à Colônia Z-3.

Em 1953, quando inicia o loteamento da Vila Residencial Balneário Nossa Senhora dos Prazeres, nos jornais diários, apenas constava que seus idealizadores teriam sido influenciados por Antônio Augusto de Assumpção, fundador da Vila Residencial Balneária Santo Antônio e que, por motivo de saúde foi impedido de dar continuidade ao loteamento do Balneário dos Prazeres. Por essa razão, Dr. José Ottoni Ferreira Xavier, casado com Maria de Lourdes de Assumpção Xavier, filha dos loteadores, prossegue com o empreendimento.

A inexistência da divulgação publicitária desse empreendimento deve-se ao fato de que seus idealizadores não tinham grandes projetos urbanísticos, nem estavam interessados em investir capitais para promover a qualidade do lugar, mas tão somente, obter lucros através da venda dos lotes. Os loteadores não estipulavam padrões de residências, nem lhes interessava a classe social⁸⁶ que estava adquirindo os lotes.

Conforme consta em Memorial Descritivo, o Balneário dos Prazeres teve uma área de 1.911.404,26 m² dividida em 76 quarteirões retangulares nas dimensões de 66,00 metros por 150,00 metros com 1.522 lotes, em sua maioria, de 13 m de testada por 33 m de fundo, e duas áreas destinadas a clubes de esportes: um em cada extremo do loteamento, sendo que apenas um efetivamente existiu – o Oásis Praia Clube.

(NASCIMENTO, 1982, p. 147). Dessa sesmaria, mais tarde, vão surgir cinco fazendas: “Patrimônio ou São, Graça, Palma, Galatéia, Laranjal, também conhecida como Nossa Senhora dos Prazeres e sete Charqueadas” (GUTIERRES, 2001, p. 216). Esta última estância pertenceu a Joaquim José D’Assumpção (conhecido como Quincas Patrão). De acordo com Nascimento (1982, p.147-148), essa compunha-se de: “Avultadas lavouras, vinhas, pomares e diversas fábricas e juntamente povoada de animais, de que contava milhares de cabeças, em torno da casa da fazenda formou-se um verdadeiro arraial composto de agregados, de senzalas e de gente”. É nesse período por conta de grande cultivo de cítricos como laranja, bergamota, limão que a localidade foi sendo chamada de Praia do Laranjal (ETCHEVERRY, 1997). A fazenda Laranjal fica de posse da família Assumpção. Em meados do século XX, algumas parcelas foram incorporadas à cidade na forma de Balneários e parte dela, ainda se encontra como área de especulação imobiliária e para o uso agrícola.

⁸⁶ Classe social é a classe dos indivíduos dotados do mesmo habitus, providos das mesmas trajetórias típicas e estilos de vidas. Bourdieu (2008) defende a divisão da sociedade em classes, classifica os agentes e os julga de acordo com suas práticas, sendo o habitus uma estrutura estruturante, isto é, o grupo identitário é condicionado.

Para os lotes irregulares a área mínima foi de 360 m². Avenidas de 300 metros de largura, tendo duas faixas de tráfego e canteiro central e ruas de 20 metros de largura com tráfego de 10 metros de largura, sendo o sistema viário composto por 10 avenidas e 15 ruas. A avenida central, Av. Amazonas, corta a praça principal, praça Aratiba e mantém o traçado das ruas igual dos dois lados, como pode ser visto no desenho da planta do loteamento na (Figura, 31).

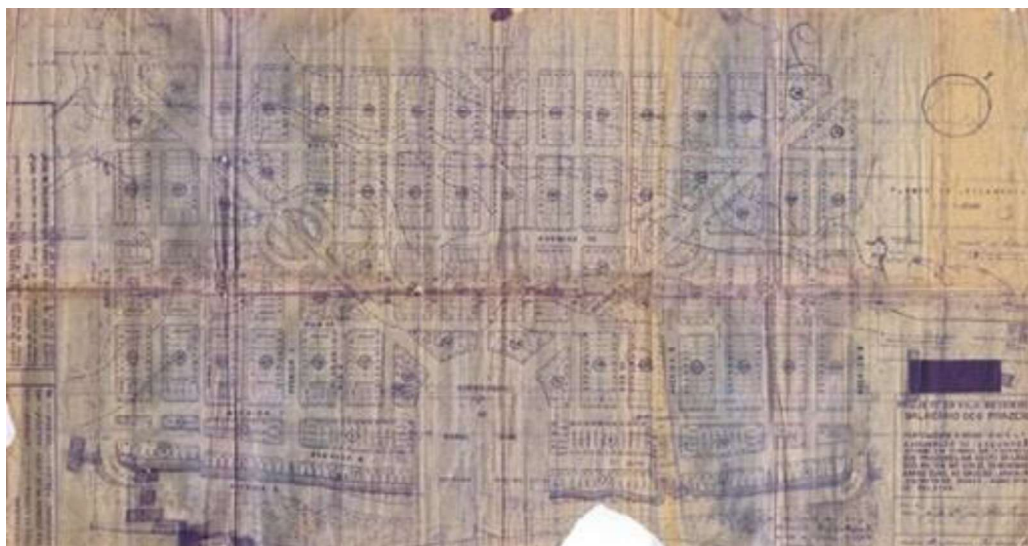


Figura 31 - Planta do Projeto Vila Residencial Balneário dos Prazeres

Fonte: Acervo particular de Valdir Oliveira.

Analisando o material obtido, não percebi, todavia, que houvesse entusiasmo com o loteamento como ocorreu nos empreendimentos Balneário Santo Antônio e Valverde. Percebe-se, pelos documentos e narrativas, que houve uma forte pressão por parte dos irmãos de Amélia Assumpção para que também transformassem parte de suas terras rurais em áreas urbanas, com a valorização do solo à beira mar, já que se tratava de um “mar de dentro”.

Conta Valdir que, no início dos anos 1950, frequentava essa praia com seus familiares, os quais eram conhecidos da família Assumpção, e que era comum os veranistas chegarem à praia de caminhão (Figura, 32).



Figura 32 - Transporte dos veranistas para o acesso ao Balneário dos Prazeres (Anos 1950).
 Fonte: Acervo particular de Valdir Oliveira.

Estudos que se reportam ao Balneário dos Prazeres ressaltam a sua existência associada a espacialidade do lazer de afrodescendentes de grupos populares e de suas manifestações culturais, como a Festa de Iemanjá na APP Mata do Totó, como consta em Silveira (1993), Kosby (2007), Ávila (2011), Mazzilli (2013), Ruas (2012), Dias (2014) e Campos (2015). Esses autores apontam representações e estigmas que foram sendo atribuídas ao lugar por uma questão de preconceito de classe e raça. Soares (2002, p. 335), em sua tese sobre a produção do espaço e morfologia urbana em Pelotas, também tratou desta passagem histórica:

El Balneário dos Prazeres representó entonces una clara y evidente distinción social en los espacios de ocio de la ciudad. Los terrenos eran más baratos, a la vez que más distantes de la ciudad, con la cual presentaban además una conexión más precaria: la Estrada do Laranjal presentaba mejoras solamente en su tramo hasta el Balneario de Santo Antonio. La población pelotense no tardó en ironizar la situación, apodando el nuevo “balneario” de “Barro Duro”. Sin embargo, con esta nueva promoción la elite pelotense logró mantener a los pobres alejados de sus espacios de reposo.

As estratégias de ações territoriais para a segregação dos moradores e veranistas pobres e afro-descendentes que se deslocavam dos bairros periféricos no verão para a praia, foi não agregar valor ao solo no projeto urbanístico do Balneário dos Prazeres. Por isso, o empreendimento recebeu menos investimentos, tanto por

parte dos loteadores, como da municipalidade. A eletrificação⁸⁷, por exemplo, só foi ser concluída no verão de 1974, 21 anos após a criação do balneário.

Diferentemente dos balneários Santo Antônio (1952) e Valverde (1958), que se constituíram como espaços de segundas residências nessa orla, o Balneário dos Prazeres (1953) caracterizou-se mais como local de moradia e de acampamentos afro-brasileiros sazonais em seu bosque, demarcando-o como territorialidade de negros⁸⁸ e moradores de periferia urbana.

A liberação desse empreendimento foi somente em 1960. Contou-me Valdir que o médico Ferreirinha, genro do loteador, era muito popular na cidade e que facilitou a aquisição dos terrenos, assim como doou muitos desses para pessoas de suas relações, como funcionários da sua fazenda, Prefeitura de Pelotas, para a criação do Oásis Praia Clube e do Camping Pai Tomás, vinculado ao Clube, SANEP e CEEE, em troca de serviços, dentre outros. Essa informação tem apoio na Escritura Pública de Doação, onde consta que essas doações eximiriam as responsabilidades dos loteadores com as infraestruturas básicas de saneamento e abastecimento de água. “O Luiz A. Assumpção também doou mais de três hectares de terras no Barro Duro para instalações sanitárias, captação de água, vestiário e bar” (DIÁRIO POPULAR, 23/11/1948). Tal fato, por si só, já evidencia a falta de comprometimento e de preocupação dos loteadores com o novo espaço de moradias fixas ou temporárias por eles criado. Dessa forma, o SANEP foi o responsável pelas perfurações de poços artesianos na tentativa de solucionar o problema de abastecimento de água, que era feito através das bicas existentes nas nascentes no interior da mata. “Um cano de aproximadamente um metro e pouco, dobra-se em torneira. Ao lado uma fila quase interminável de pipas, muitas pessoas à espera da água” (DIÁRIO POPULAR, 27/02/1966, p. 12)⁸⁹. Essa era a realidade também de muitas vilas da cidade em 1966.

Segundo Valdir, havia poços artesianos em diversas ruas como nas ruas Torres, Guanabara, Piauí e na costa lagunar, mais precisamente, sobre a barreira

⁸⁷ “Eletrificação do Barro Duro será concluída até o Natal”. (DIÁRIO POPULAR, 29 de novembro de 1974)

⁸⁸ Os estudos de Loner (1999) sobre a organização negra na cidade de Pelotas e de Santos (2003) sobre o jornal Alvorada trazem aspectos do projeto de democracia racial do Estado e os caminhos trilhados pelos negros após o fim do sistema escravocrata.

⁸⁹ FIM PARA AS BICAS, ÁGUA PARA TODOS. **Diário Popular**, 27/02/1966, p. 12

pleistocênica, onde se desenvolveu uma mata de restinga arenosa e turfosa, a qual ficou conhecida como Mata da Praia do Totó e Barro Duro.

As nascentes dessa mata eram usadas como bica para o abastecimento de água dos veranistas. A falta de cuidados com as questões ambientais do lugar contribuiu para que nesses pontos de afloração das águas subterrâneas se desenvolvessem processos erosivos intensos do tipo voçorocas, como perdurou por décadas a voçoroca da Av. Bahia com a Av. Minas Gerais.

A figura abaixo mostra os desníveis nesse trecho da orla que sofre com a erosão vinda de um lado pela ação das águas da laguna e, de outro, pelo escoamento pluvial e drenagem urbana, que desce pela encosta erodindo o solo, atingindo a vegetação pioneira e, conseqüentemente, o cotidiano dos moradores e usuários da praia.

Para Silva (2007), esse processo decorreu da falta de atenção para com os aspectos físicos do terreno na construção do loteamento e da não realização das obras de drenagem de forma correta.

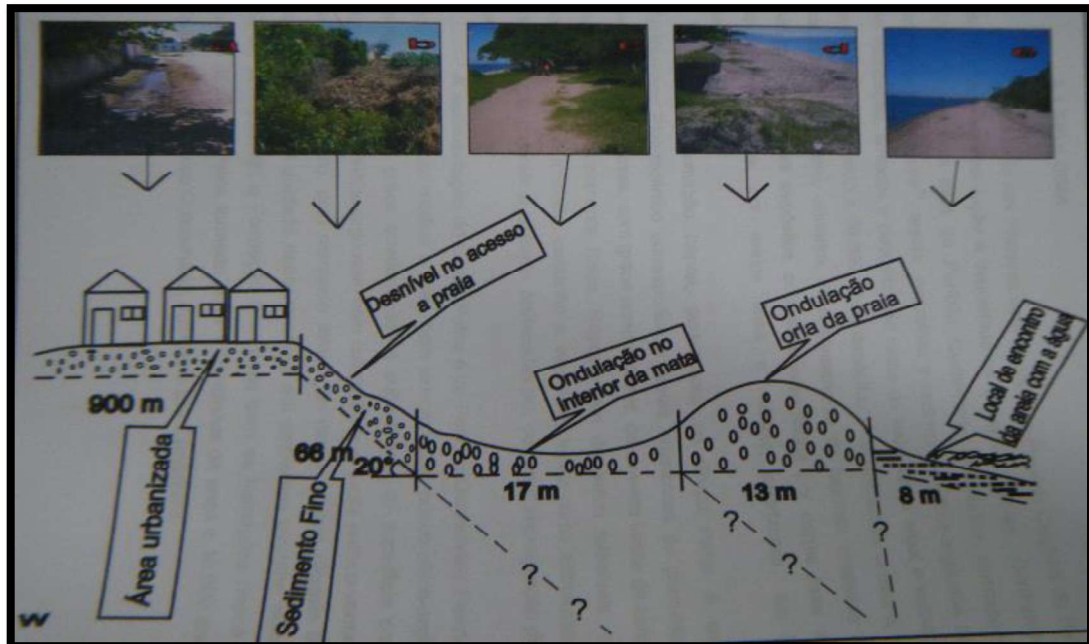


Figura 33 - Perfil esquemático da planície costeira no Balneário dos Prazeres. Na imagem (a) a área urbana do Balneário; (b) local da voçoroca no caminho de acesso à orla; (c) acesso a mata; (d) desnível entre a orla e a linha da água; (e) faixa de praia.

Fonte: Silva (2007).

O fato de essa praia ser desassistida em infraestrutura não impedia a sua frequência. A (Figura, 34) mostra a grande afluência de público, nos anos 1960,

sendo possível observar, também, a largura da faixa de praia que existia para o lazer e recreação.



Figura 34 - Balneário dos Prazeres nos anos 1960.

Fonte: Laboratório de acervo Digital da UCPel

Os veranistas reuniam-se nas sombras das figueiras centenárias em grupo de familiares e amigos, para o descanso e lazer. Tais práticas de lazer ocorriam sem sofisticções, pois realizavam acampamentos, pesca na lagoa, faziam churrascos e piquenique na beira da praia. A permanência nesse balneário para o lazer exigia dos veranistas uma interação maior com a natureza.

O perfil socioeconômico dos veranistas dessa praia, é de classe média a baixa, assim como o de seus moradores fixos. Na sazonalidade do verão, o bairro-balneário acolhia centenas de famílias vindas de diversos bairros da cidade, as quais lotavam a orla de barracas e carros.

A seguir, abordo os significados dos dois topônimos: Balneário dos Prazeres e Barro Duro, e como os atores se apropriam, de um e de outro, mostrando de que forma as suas significações interferem no espaço geográfico.

3.4 BALNEÁRIO DOS PRAZERES E BARRO DURO: COEXISTÊNCIA DE MARCAS IDENTITÁRIAS PORTUGUESAS E AFRICANAS NA PAISAGEM COSTEIRA LAGUNAR

Os topônimos são signos carregados de significados, são marcas culturais que expressam uma efetiva apropriação do espaço por um dado grupo cultural. Os topônimos se originam de duas formas básicas, verticalizadas e horizontalizadas (SANTOS, 1999). A primeira é quando o nome é implantado em um lugar sem vínculos, enquanto na segunda o nome surge, não por uma imposição, mas pela interação geográfica. E toponímia é, ainda, um poderoso elemento indentitário. Em realidade, ela articula linguagem, política territorial e identidade. “Nomear e renomear rios, montanhas, cidades, bairros e logradouros têm um significado político e cultural, envolvendo etnias ou grupos culturais, hegemônicos ou não” (CORRÊA, 2011, p. 176).

Para Négre (*apud* Claval, 2007, p. 202), “a toponímia é um traço da cultura e uma herança cultural”, na maioria das vezes, é marcada por um grande conservadorismo. Os nomes modificam-se pela evolução da língua e pela mudança de percepção do espaço. “Nomear os lugares é impregná-los de cultura e de poder” (CLAVAL, 2007, p.202).

A pesquisa toponímica permite o resgate linguístico, histórico e social do nome. Está carregada de uma profunda carga significativa, ressaltando a alteridade dos lugares, como sugere Claval:

O que se passa noutro lugar não se parece com o que se passa por aqui [...] as pessoas não têm os mesmos reflexos, os mesmos hábitos; não falam a mesma língua, não praticam a mesma religião. A alteridade dos homens se acrescenta à novidade e ao exotismo dos lugares (CLAVAL, 2014, p. 51).

Na citação acima, a experiência geográfica é vista como a diversidade de lugares e de homens e mulheres. Nesse sentido, o espaço geográfico da presente pesquisa apresenta-se como único, em que o tempo deixa marcas na paisagem, um tanto distintas dos outros balneários da Praia do Laranjal. A começar pela sua dupla identificação Barro Duro e Balneário dos Prazeres, além de diversos outros apelidos pejorativos que marcam a história do lugar e fazem parte do imaginário da cidade.

O nome Barro Duro é uma toponímia horizontalizada, sua origem é anterior à formação dos Balneários de Pelotas. Está atrelada à experiência dos antigos proprietários e frequentadores desse trecho da orla da laguna dos Patos, onde o solo por ser argiloso, petrificado permitindo a sensação de dureza ao ser tocado. Era e ainda é popularmente conhecido na região mais pela ironização da classe dominante, que associa o lugar à praia dos pobres, farofeiros, dos negros e macumbeiros, do que pelo entendimento da sua dinâmica natural.

O descaso do poder público com esse Balneário e a questão do preconceito racial foram debatidos na Câmara dos Vereadores pelo vereador Velocino Cardoso:

[...] sou um vereador eleito sem gastar nenhum centavo, vindo da classe mais pobre da periferia de Pelotas. A praia que hoje frequento e continuarei frequentando é o Barro Duro, minha praia do coração. Trata-se de uma praia muito bonita e arborizada, mas hoje vamos ao Barro Duro e nos sentimos tristes. Eu sou negrão e assumo minha raça e origem. Essa praia é chamada de “Planeta dos Macacos” e por isso está atirada as traças. A prefeitura investe todos os seus recursos nos outros balneários o que é uma lástima (Vereador Velocino Cardoso, em proposição verbal na sessão N°015 Ata N°003/93 da Câmara Municipal de Pelotas, em 18 de janeiro de 1993, p.10)

O vereador Velocino Cardoso, em sua proposição, fez referência ao termo “planeta dos macacos”, representação que sinaliza o preconceito que o balneário e seus usuários sofrem na cidade de Pelotas. Atualmente, esse batismo do lugar não é mais usado, mas permanece na memória social da cidade.

O fato de o complexo natural que forma a paisagem desse trecho da orla ser apropriado para as práticas afro-religiosas marca o grau do vínculo territorial desses atores com o lugar, uma vez que não lhes interessa “qualquer lugar”, mas aquele onde, para eles, o sagrado se revela.

A apropriação dessa praia pelos atores afro-religiosos assume uma dimensão afetiva, derivada das suas práticas-rituais e Festa de Iemanjá ali espacializadas há mais de 60 anos. A gruta de Iemanjá é a marca da territorialidade das religiões étnicas de matriz africana na cidade de Pelotas. Segundo Kozel (2009, p.204), os lugares sagrados: “estão associadas a um grupo específico de pessoas e geralmente estão ligadas a um lugar específico [...] para o homem religioso a

natureza não é exclusivamente natural, está sempre carregada de um valor simbólico”.

Assim, é possível afirmar que tantos os atores endógenos - moradores adquirentes dos lotes para a construção de segunda residências nos anos 1950-1960, quanto os atores transitórios – praticantes de religiões de matriz africana que se apropriam do espaço público da praia e matas, territorializam esse espaço costeiro transformando a paisagem e atribuindo-lhe valores não apenas materiais, mas éticos, estéticos, simbólicos, afetivos, espirituais (RAFFESTIN, 1998).

Essas formas de apropriação enfatizam os poderes invisíveis que podem “mesmo ser responsáveis pela própria definição do grupo como tal” (HAESBAERT, 2008, p. 69). Ambos os grupos de atores endógenos e transitórios, neste caso, demonstram sentimentos de pertencimento e um forte vínculo territorial com este lugar, como será detalhado nos próximos capítulos.

Já, o outro topônimo Balneário Nossa Senhora dos Prazeres é uma repetição do nome da Fazenda, herdada pela família Assumpção. Esse nome está associado a uma das imagens católicas mais antigas da cidade de Pelotas, a qual fora trazida de Portugal para o rincão das Pelotas, para proteger o lugar territorializado pela coroa portuguesa.

A imagem de Nossa Senhora dos Prazeres, esculpida em madeira, encontra-se na Capela de mesmo nome, “construídas para atender as necessidades espirituais e do grande arraial, [...] na sede da antiga estância do Laranjal junto à residência da família, para abençoar as lavouras, as vinhas, os pomares, as fábricas, as gentes e o gado” (NASCIMENTO, 1982).

Assim, esse trecho da orla em Pelotas passou a ter duas nomenclaturas: Barro Duro e Balneário dos Prazeres. A primeira é mais antiga e mais lembrada pelos atores sociais transitórios, também utilizada pelos atores e agentes exógenos, estando presente em trabalhos científicos e alguns documentos públicos, já o segundo batismo é considerado uma marca europeia e católica. Para os atores endógenos, moradores mais antigos, é a nomenclatura oficial, pois é a aquela dos registros da propriedade privada.

De acordo com Claval (2007, p. 218), “o registro é considerado o estado extremo de institucionalização do espaço”. Para os ocidentais, o direito à

propriedade privada está ligado ao individualismo. Aparece na Declaração dos Direitos do Homem, tão imprescritível e sagrado como a liberdade e a segurança que lhe protege dos intrusos (CLAVAL, 2007). Daí a importância que os moradores dão ao nome oficial do bairro.

Percebe-se que o lugar ficou sendo venerado tanto pelos católicos quanto pelos afro-religiosos. Todavia, a coexistência dos topônimos não é de todo harmônica, já houve registros de tentativas de sobrepor o nome Balneário dos Prazeres sobre o nome Barro Duro. Este caso ocorreu no ano de 1998 e foi registrado na imprensa local. Uma moradora e empresária demonstrou o seu descontentamento com a toponímia Barro Duro, por este estar grafado para sinalizar a linha do transporte coletivo e na entrada do Balneário:

[...] peço respeitosamente, que em nome da história e do povo não seja modificado esse nome Balneário dos Prazeres por Barro Duro, seria um desrespeito com o lugar e com as pessoas que lá vivem, [...] pois na entrada desse Balneário dos Prazeres, lê-se o nome Barro Duro (DIÁRIO DA MANHÃ, fev. 1998).

Observo que, na matéria da imprensa local, a palavra povo representa apenas os moradores do Balneário, aqueles considerados os proprietários fundiários (o proprietário pode fazer o que quiser com a terra; ela lhe oferece a estabilidade econômica, permitindo-lhe satisfazer suas necessidades). “O espaço ao ser concebido em um sistema de representação, batizado [...] ele transforma-se em objeto de discurso, [...] uma categoria social” (CLAVAL, 2007, p. 218).

Em muitos outros lugares, as relações de domínio social sobre o espaço ocorrem pelas marcas sobre o terreno, pelos seus limites naturais como rios e florestas. Junto às populações tradicionais os territórios são construídos a partir das práticas sociais, incluindo as cosmogonias e percepções dos lugares. Conforme aponta Henriques sobre o caso africano,

O território define-se pela relação que sustenta com a história e que se exprime não só na presença dos espíritos dos antepassados, mas pela acumulação de sinais e de marcadores, uns criados pela natureza e reinterpretados pelos homens, outros provindos do imaginário do indivíduo e da sua sociedade (HENRIQUES, 2003, p. 5).

Desse modo é possível perceber que a toponímia se torna um elemento de disputa simbólica entre os grupos culturais, os quais, a partir de suas territorialidades e da consciência que se tem delas, definem a trama de lugares cujo traçado no solo constitui um território. Nomear os lugares é também impor contextos culturais ao espaço, faz parte do jogo de disputa que irá definir “de quem é o pedaço?” ou, no caso em análise, os “Prazeres do Balneário”.

Cabe ressaltar que as tentativas de sobreposição da toponímia Balneário dos Prazeres sobre a toponímia Barro Duro ocorreram em um período de grande afluência dos grupos populares à praia, durante a sazonalidade do verão e da chegada de moradores novos. Esse ponto será discutido no próximo item com enfoque para os diferentes tipos de usos e apropriações territoriais da praia.

Foi também na década de 1990 que o nome Barro Duro passou a ser ressignificado na criação de um conto literário - “Mito de Nioro⁹⁰”, que passou a ser associado a ideia de lenda do Barro Duro. Esse conto foi escrito pela professora pelotense Maria Helena Vargas da Silveira, com o objetivo de subsidiar estudos na área de Educação e Gênero. Este encontra-se no livro “Odara - Fantasia e realidade”. Esse conto fala da presença negra nessa praia e traz uma experiência do sagrado para essa etnia. Esse conto literário traz termos iorubanos integrados à Língua Portuguesa, numa tentativa de revitalizar palavras restritas às práticas religiosas de matriz africana e ao samba de enredo. Devido à tradicional ocupação dessa praia pelos negros afro-umbandistas e africanistas, os quais realizam a festa de Iemanjá há mais de 60 anos de forma ininterrupta, convencionou-se chamar o conto de Nioro de Lenda do Barro Duro. Assim ela nos conta:

Nas Terras do Laranjal, na fazenda de Nossa Senhora dos Prazeres, quando Sinhá Dona morreu, deixou testamento. Donga, escrava da fazenda, ficaria alforriada. Entre outras heranças de muito valor, Sinhá Dona deixava trezentos mil réis para repartirem com três mulheres brancas e pobres a fim de se vestirem decentemente para frequentar as missas. Quem devia repartir o dinheiro era um padre novo, recém-chegado da Bahia.

O padre, sabendo que os negros eram mais de Batuque do que da Igreja, planejou conquistar Donga para a devoção católica. Deu-lhe de presente os

⁹⁰ O Mito é uma linguagem objeto, neste específico o seu significante é a figura da mulher negra descendente de escravos, afro-religiosa e católica, que vivia nas terras do Laranjal, vendendo doces, lutando contra a sua condição social e a de seu filho Nioro. Seu significado é a apropriação territorial negra e afro-religiosa no Balneário dos Prazeres, batizado por esta etnia de Barro Duro.

trezentos mil réis que seriam das brancas, em troca da sua frequência à igreja, aos Santos Ofícios Católicos. Recomendou-lhe que levasse Benedito, seu marido, e Nioro, seu filho. Desta forma, outros negros a seguiriam. Seria bom se levasse também Joaquim e Inácia, pretos de muita liderança e estimados pelos outros.

O padre novo desviou o testamento. Afinal, Sinhá Dona, defunta, não podia reclamar nada. Donga, alforriada e com trezentos mil réis, batia cabeça para Oxum, agradecia a Oxalá, rezava Ave-Maria para Nossa Senhora dos Prazeres. Donga era um todo fragmentado. De um lado, terreiro, do outro, Igreja. Os mil réis foram escondidos no fundo de uma cacimba que só a Donga conhecia, bem pertinho da vertente mais límpida dos matos dos laranjais.

De vez em quando, guardava mais dinheiro que ganhava fazendo doces para as Sinhás, donas das charqueadas. No fundo da cacimba, a negra Donga acalentava um sonho. Enquanto os dias passavam, seu filho Nioro ia crescendo bonito, amado de pai e mãe, correndo pelos laranjais, na Fazenda. O menino desfrutava de toda aquela energia cósmica do verde das plantas, das águas da Lagoa dos Patos, da brisa suave, da areia gostosa de pisar.

Assim, o menino ia crescendo. Donga desejava o filho lendo, escrevendo, seu doutor, negro senhor. Não queria ver Nioro um salgador de carne, escorrendo sangue de bicho pelas pernas, servil e maltratado. Dentro da cacimba, escondia-se o tesouro para a realização dos desejos de Donga. Foi então que apareceu o professor Quintilha. Não possuía escola, nem giz, nem caderno, nem cadeira, nem livro, mas, mesmo assim, ensinava as primeiras letras. Nioro aprendia a lição quase à beira da praia, sentado sob as aroeiras. Donga pagava o Quintilha, e o filho estudava, escondido.

Das primeiras letras do Quintilha, o menino passou para o Mestre Gonzáles. Aprendeu Gramática, Latim, Matemática, Geometria e Francês. Donga pagava o Gonzáles, e o filho estudava, escondido.

Vieram muitos professores e Nioro aprendeu tudo que lhe ensinavam. Não havia mestres para Nioro, nas Terras do Laranjal. Donga pescou todos os mil réis da cacimba. Nioro viajou, pegou carreta, navegou navio, foi longe...

As negras e os negros da fazenda continuavam suas lidas, comandados humildes de serventia braçal. Donga fazia doces, curti licores. Sentava próximo à escadaria da igreja e vendia seus quitutes num tabuleiro colorido e cheiroso de erva-doce dos pães, dos licores, das cocadas, rapaduras de leite, quindins e bolos de milho. Sempre a mesma lida, transformava doce em mil réis para os estudos de Nioro.

Quando Nioro retornou às Terras do Laranjal, estava mais sabido e mais letrado que todos os seus mestres. Foi recebido com toque de tambor, dança de mina, festa alegre de negro contente.

Não esqueciam de pedir proteção para o padre novo que ajudara Donga. Bendiziam-no indo de vez em quando à Igreja, ficando todos de pé, bem visíveis.

Naquelas bandas do Laranjal de Pelotas não conheciam negro professor, nem negro doutor. Nioro era o primeiro negro professor doutor. Seria apenas um negro e nada mais nas Terras do Laranjal? Nioro sem escola, sem alunos, sem clientes, chorava sob as aroeiras. As árvores choravam juntas, gotejavam lágrimas do negro.

Donga desesperou-se com o sofrimento do filho. Rezava para Iroko, pedindo que fizesse passar depressa aquele tempo maldito. Implorava-lhe a mudança do Odu de seu filho. Tomada pelo desalento, consultou Ifá e sugestionou-o a tornar melhores os dias de seu Nioro. Ifá, compadecido da negra Donga, determinou obrigação.

Teria de encontrar junto com o filho um lugar nas Terras do Laranjal que fosse mais pródigo em natureza do que todos os outros lugares. Deveria ser um lugar verde e azul, ao mesmo tempo, campos e água, matas e areias divinas. Ao encontrar o lugar, Nioro ficaria ali deitado, aguardando chover.

A obrigação estava marcada. Nioro adormeceu em terras divinas do Laranjal. Recebeu chuva miúda na cabeça. Eram lágrimas de Nanã, chegando ao Sul, mudando o destino do moço negro.

Donga aguardava, ao lado do filho, tudo que fora prometido por Ifá.

Quando Nioro despertou de cabeça lavada, tornou-se Mindolé-Miandombé (preto-branco). Donga não o reconheceu, e o filho não reconheceu a mãe, nem seu povo. Entende? Donga ficou tomada de desespero, mas Nioro foi ser professor, doutor, tudo que sonhara para o seu filho negro.

Ifá havia sido muito cruel, retirando a negritude de um negro, em vez de ensinar-lhe a guerrear para vencer.

Pobre Donga! Andava pelas Terras do Laranjal em total obsessão. Encontrou Omolu, que a convidou para seguir-lhe os passos até onde Nioro havia feito obrigação. Louca de saudade de seu filho, ao ver o local tão lindo, junto à praia em que ele estivera adormecido, jogou-se nas águas da lagoa e morreu. Omolu carregou-a para o céu de Orum para acabar de vez com seus sofrimentos.

Contam que os pescadores encontraram o corpo de Donga às margens da praia, e que, ao tocá-lo, transformou-se em BARRO DURO, escuro e brilhante, espalhando-se pela orla. Gritaram assustados: BARRO DURO, TERRA DE NEGRO. Assim batizaram o lugar em que Donga virou barro de tanta saudade de seu filho negro branco.

O Barro Duro tornou-se um lugar mágico. Todos os negros são atraídos para lá, porque Oxalá permitiu-lhes consolar a Negra Donga. Por isso, o Barro Duro é uma irmandade de negros dos mais diferentes níveis socioeconômicos e culturais.

Preservem o Barro Duro. Donga não pode ficar sozinha, sem carinho. Precisa de apoio como todas as mães pretas que acreditam mudar o destino de seus filhos para dias melhores. Precisa coragem.

Cuidem bem das aroeiras, elas guardam as lágrimas de Nioro. Todos os negros devem saúda-las com bom-dia, se for noite; e com boa-noite, se estiver dia. É uma brincadeira dos Exus, fazendo com que recordem de Nioro que Ifá fez parecer o que não era.

A maldição de Nioro é uma alergia que dá em qualquer negro que fica chorando sob as aroeiras da vida, em vez de ir à luta, acreditando nas possibilidades de inverter posições sociais, conservando a negritude (SILVEIRA, 1993).

Nessa narração, os fatos históricos são modificados pela imaginação popular ou poética, criando a lenda do Barro Duro. No sentido antropológico, a narrativa pode ser vista como uma solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade (CHAUI, 1996). Para Pesavento (2004, p. 183), “as narrativas são inventadas pelos homens para explicar o presente e construir o futuro. Procede-se uma reconfiguração temporal que se apresenta na narrativa para dar conta do tempo que se foi”.

A lenda do Barro Duro ou Mito de Nioro tem sido utilizada por educadores e educadoras para tratar de questões afirmativas e patrimoniais, valorizando a cultura e reconhecendo a identidade afro-brasileira na cidade de Pelotas, como consta em Ávila e Ribeiro (2014), Silva e Peres (2008). Mas também cumpre o papel de reafirmar a apropriação territorial afro-brasileira nessa praia, visto as disputas

simbólicas existentes entre ambientalistas, afro-religiosos e os moradores não religiosos. Cada grupo faz uma apropriação diferenciada do lugar, de acordo com suas crenças, valores e vivências, ao atribuir um significado específico para o espaço em questão.

O mito de Nioro, ao relacionar a apropriação territorial negra com o trecho de orla batizado de Barro Duro, traduz a história de luta do povo negro contra as estruturas de dominação e marginalização do negro brasileiro. Como a questão racial no Brasil é um fenômeno estruturante, situações envolvendo racismo e desigualdade racial marcam a história desse lugar na cidade de Pelotas. Derivam, dessa apropriação material e imaterial negra do espaço-praia, todos os estigmas imputados sobre o lugar, os quais terão implicações sobre as ações sociais e práticas espaciais conflitivas, vivenciadas pelos atores sociais territorializados.

A negra Donga e seu filho Nioro representam o povo negro escravizado que viveram nas terras do Laranjal e atribuíram subjetivamente um conjunto de valores e marcos geossimbólicos (BONNEMAISON, 2002), conferindo ao lugar um sentido, uma ética e uma espiritualidade.

Esse mito, ao se aproximar do inconsciente coletivo que vê esse trecho de orla lagunar como um lugar simbólico, expresso pela gruta da orixá Iemanjá, pela presença de belezas naturais, por ser parte de roteiros devocionais para católicos, umbandistas e africanistas, explica, também, o evento do encontro das imagens de Iemanjá e Nossa Senhora dos Navegantes em uma homenagem mútua nas águas da Laguna dos Patos, em frente à Gruta de Iemanjá. Momento em que a fé e a devoção se sobrepõem ao cotidiano do lazer de sol e praia.

Um importante efeito do mito de Nioro é que ele atua na reafirmação da apropriação afro-brasileira no espaço público da praia. O vínculo com o passado que remete à presença da ancestralidade e dos orixás na praia abordada no texto, é presente na memória social dos praticantes de religião de matriz africana, como pode ser visto no relato do Carlos Alberto sobre essa praia e matas: “[...] ao entrar no mato e sentir o contato com a natureza, se sente a espiritualidade e a presença desta ancestralidade”.

Esse relato é apenas uma das diversas evidências da força do vínculo das territorialidades religiosas com essa praia. Marilene, pertencente à religião afro-

brasileira Nação, também se reporta à praia em estudo, com sentido simbólico e mítico:

A natureza, a lagoa, a calunga grande que é a lagoa para nós, porque é o cemitério, tem a calunga pequena onde todos usam e a calunga grande que para nós é o cemitério, nós temos o cruzeiro de Matas, temos a mata onde vários orixás, caboclos, pretos velhos, exus respondem aqui (Marilene, 2016).⁹¹

Assim, o Balneário dos Prazeres, ou Barro Duro, reúne um conjunto de representações que engendram um complexo universo simbólico.

Como se trata de duas toponímias com conotações sagradas, uma católica e outra afro-brasileira, apesar do sincretismo religioso, ainda existem tensionamentos. No entanto, esses assumem outros contornos, como a “questão ambiental”, que passa a ser o motivo para as tensões no espaço social e para a imposição da territorialização do Estado, controlando o espaço e o tempo da territorialização dos moradores, veranistas e praticantes de religião de matriz africana no espaço costeiro lagunar. Tal fato significa apagar ou forçar a resignificação dos espaços “naturais” sagrados. Para as religiões afro-gaúchas⁹², a natureza é o espaço dos orixás ou guias: a mata, dos caboclos; a cachoeira, de Oxum; o rio, das caboclas; a praia, de Iemanjá, marinheiros e sereias; o cemitério, de Baluaiê e determinados grupos de exus; as encruzilhadas, dos exus e das pombas-gira; a rua, de exus, pombas-gira e malandros.

Na história do tempo presente, as práticas religiosas afro-brasileiras são alvo da invisibilidade, preconceito racial e intolerância religiosa, sentimentos residuais de um passado marcado pela escravização do negro. No entanto, vale destacar que a intolerância religiosa não tem a mesma causa que o preconceito racial. De acordo com o IBGE (2010), 51% das pessoas que se declararam seguidores de religiões de

⁹¹ Entrevista concedida a autora por JANES, Marilene. [jun. 2016]. Pelotas, 2016.

⁹² Esse termo foi cunhado por Ari Pedro Oro, refere-se às práticas de religião de matriz africana desenvolvidas no Rio Grande do Sul: batuque, umbanda, linha cruzada ou quimbanda, com a inclusão da pomba-gira e dos exus, entidades ou povos da rua (Cavalo de Santo – Cultura Mundo). Pelo porto de Rio Grande desembarcaram africanos de diferentes procedências, trazendo para o Rio Grande do Sul uma maior diversidade étnica do que em outros estados banhados pelo Atlântico (CARNEIRO et. al. 2010).

matriz africana são brancas. Essa mesma amostragem apontou o Rio Grande do Sul como o Estado de maior número de adeptos das religiões de matriz africana.

Tal aversão e preconceito para com as religiões afro-brasileiras, no caso de Pelotas, segundo Al Alam (2008), Mello (1994, 1996), Ávila (2011) deve-se não apenas ao regime escravocrata, mas ao fato de Pelotas ter recebido os escravos mais revoltosos⁹³. Esses, depois de libertos, gestaram movimentos de resistência, como o culto às divindades, noticiado no Correio Mercantil de 1877 como prática de feitiçaria ou reuniões barulhentas na região portuária da cidade.

Conforme consta em Junior (2014), as religiões afro-brasileiras sempre se apresentaram em um contexto de forte hegemonia da religião católica, como práticas reprováveis e criminalizáveis presentes nos preconceitos populares e nos sucessivos códigos criminais, como a “macumba”, o “curandeirismo”, a “feitiçaria” e o “espiritismo”.

De acordo com Mello apud Ávila (2011, p. 33), no período pós-abolição o poder político local solicitou a criação de uma polícia particular, culminando numa verdadeira caça aos feiticeiros. Desse modo, o Código Penal de 1890, nos artigos 156, 157 e 158, criminalizava as artes de curar para quem não tinha diploma específico, no caso, a magia e o curandeirismo (MELLO, 1994, p. 35). O prolongamento da invisibilidade das religiões afro-brasileiras pelo poder público contribui para a perpetuação de um imaginário sobre essas práticas vistas como atrasadas ou obscurantistas.

Uma observação que pode ser feita é que, no passado, os rituais de matança⁹⁴ das religiões de matriz africana foram convenientes para a organização do trabalho nas charqueadas de forma a otimizar a produção e, assim, enriquecer a cidade. Posteriormente, tais rituais foram discriminados. “A técnica de matança nas charqueadas assemelha-se ao ritual de quatro-pé, que é o maior sacrifício feito aos orixás” (ÁVILA, 2011, p. 30), como ressalta o Babalorixá Paulo Mallet, filho de Ogum, sobre o tocar dos tambores dos trabalhadores escravizados entre a meia-noite e o meio-dia, citado pela autora, segundo o Babalorixá:

⁹³ O trabalho nas charqueadas era como um castigo, pelas péssimas condições do ambiente (AL-ALAM, 2008, p. 39).

⁹⁴ O sangue, o *axorô* dos animais sacrificados, estava sendo ofertado aos orixás dos trabalhadores ali explorados.

[...] É da meia-noite ao meio-dia, para quem está dentro da religião africana, sabe que é de Bará a Oxalá. Que é do início do escuro até o final do mais claro. Isso faz com que o tambor seja utilizado depois do ritual do corte do sacrifício de animais, de uma série de outros elementos que implicam isso daí. O tambor é o coroamento disso. É uma festa, porque o orixá está “comendo, logo depois ele entra em festa que é a questão de utilizar o tambor (ÁVILA, 2011, p. 30).

A autora chama atenção sobre a importância de repensar a contribuição desse grupo étnico, que, segundo ela, “recentemente está tendo seu processo histórico relativizado e repensado por outro viés, que não o de uma elite econômica e intelectual dominante”. Desse modo, a explicação para a organização da produção em série nas charqueadas, em 1780, negligenciada pela historiografia, pode ser atribuída às religiões africanas⁹⁵, que há milênios desenvolvia a caça e a matança em homenagem a seus deuses.

Do período colonial, passando pelo império e durante a república brasileira, a presença do negro foi extremamente importante para a formação das “cidades negras”⁹⁶ (JUNIOR, 2014).

O Balneário dos Prazeres é marcado pela ocupação dos praticantes de religião de matriz afro-brasileira, há bastante tempo, como pude deduzir a partir de Maestri Filho e dos depoimentos dos usuários religiosos. Conforme Maestri Filho (1984, p. 144), os senhores-de-escravos pelotenses temiam a concentração de escravos às margens do arroio Pelotas e a insurreição servil “[...] temiam a fuga dos escravos; estes, se dirigiam para a fronteira ou formavam pequenos quilombos nas matas da região”.

De acordo com o autor, a fuga do escravo no Rio Grande do Sul “podia ser um ato definitivo ou temporário de libertação; uma forma de melhorar as condições de vida ou, até mesmo, uma forma de férias, de “greve” contra a escravidão (MAESTRI FILHO, 1984, p. 120).

⁹⁵ Alguns militantes do movimento negro e praticantes da umbanda e batuque através de experiências com a entidade Pai Benedito e outros pretos velhos, narram esse imaginário da relação da matança no contexto escravista com a prática ritual de quatro-pé da religião africana. Essa passagem pode ser encontrada em maiores detalhes no filme “O grande tambor” e em (ÁVILA, 2011).

⁹⁶ Junior (2014) considera “cidades negras” as sociedades escravistas urbanas entre os séculos XVI e XIX, nas quais africanos e seus descendentes foram importantes personagens do mundo do trabalho e da cultura urbana. Dentre as brasileiras, ele cita Porto Alegre, Olinda, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luiz. Acrescento Pelotas, e ainda existem muitas outras.

Não se têm registros de quilombos ou de ocupações de negros fugitivos nas matas do Balneário dos Prazeres e seu entorno, mas pelo número de escravos na “grande Pelotas”, nas primeiras décadas do século XIX, em torno de 4 a 5 mil escravos⁹⁷, é provável que a mata do Totó, na localidade do Barro Duro, tenha sido espaço de resistência individual. Assim, cabe destacar a importância da toponímia para a historiografia gaúcha que, a partir dela, da tradição oral, da arqueologia, documentos escritos, entre outros, elucida pontos subterrâneos⁹⁸ da história.

As entrevistas com os líderes religiosos revelaram que a apropriação do espaço Balneário dos Prazeres pelo povo de axé criou vínculos bastante fortes com a praia e com o bairro em si, como será visto no próximo capítulo.

⁹⁷ “Dos cinco mil escravos que a cidade tivera, dois mil eram servidores domésticos ou trabalhadores do porto e mil eram usados na agricultura. Os outros dois mil, segundo o presidente da (província), trabalhavam nas charqueadas” (CONRAD, 1975, p. 253 *apud* MAESTRI FILHO, 1984, p. 131).

⁹⁸ A teoria do subterrâneo ainda é um desafio para as ciências de uma forma geral, pois, a sociedade perdeu o ímpeto transformador e revolucionário que ela teve no século XIX e se transformou numa sociedade repetitiva, mas, por outro lado, ela demonstra uma preocupação com uma grande mediação e permanência que é a questão do espaço, o espaço historicizado. (Anotações em sala de aula, disciplina Teoria e Método. Prof.^a Dirce Suertegaray, 2015).

4 BALNEÁRIO DOS PRAZERES: PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DOS ATORES SOCIAIS TERRITORIALIZADOS

“O domínio do espaço é uma fonte fundamental e pervasiva de poder social na e sobre a vida cotidiana”

David Harvey

Neste item apresento as principais formas de apropriações sociais (modos de territorialização) e usos do espaço-praia e de seu bosque (faixa litorânea), bem como os seus reflexos na paisagem costeira lagunar. Através da prática espacial dos atores territorializados, tem-se a possibilidade de compreensão das dinâmicas espaciais, pois é por meio das ações subjetivas e intersubjetivas desses atores que o espaço é estruturado.

Cabe lembrar que se trata de lugares comuns, lugares partilhados, cuja posse e uso não podem ser inteiramente privados. Isso faz parte do consenso sobre os usos dos espaços públicos.

O art. 10, da Lei nº. 7.661/88, no art. 21 do Decreto nº. 5.300/04, assegura ao cidadão brasileiro o direito ao livre acesso e à circulação às praias. Conforme consta nessas legislações, as praias são:

[...] bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.

No entanto, o uso das praias para o turismo traz como consequência a degradação ambiental, uma vez que os ecossistemas costeiros são submetidos a grande pressão por atividades recreacionais, que deterioram, às vezes, de forma irreversível, a qualidade do cenário costeiro. O desequilíbrio entre sociedade e ambiente costeiro pode levar o lugar turístico à perda da acessibilidade e, conseqüentemente a estagnação e declínio.

A praia do Balneário dos Prazeres transformou-se em um espaço com difícil acesso, devido aos processos erosivos provocados em seus declives por conta da falta de gestão urbana, negligência do poder público, que foi conivente com a

expansão desordenada das residências em áreas de encostas com mata nativa (APP, mata do Totó) e ausência de um gerenciamento costeiro integrado, com o sentido de coordenar os diferentes interesses de apropriações, facilitando os usos do espaço-praia ao público.

A ideia de apropriação que trago para a análise empírica é a de Lefebvre, visto que se trata de uma apropriação vinculada à prática espacial, já que a adequação é autoidentificada pelos grupos sociais, que se harmonizam ou rivalizam entre si. Para o autor, a “apropriação tem a ver com espaço adaptado para o viver, acompanhado pela imaginação, sobre o que se vive no lugar apropriado e com seus usos associados. É um ato ou a ação, culmina como criação” (HEIDRICH, 2017, p. 31). Diferente da ideia de apropriação de Bourdieu, que pressupõe o domínio de uma extensão territorial (propriedade privada), por ser o espaço social compreendido a partir da posse de bens e de espaços físicos e em todos os tipos de capital: capital econômico, capital cultural, capital social, capital simbólico.

Tanto Lefebvre quanto Bourdieu não usam o conceito de território, mas, ao usarem a ideia de um espaço social marcado pela ocupação e não dominação de uma extensão física, ainda que haja ações de ordenamento e controles dominantes, é de território que estão falando. Isso, porque a apropriação incorpora várias formas de poder, as quais podem estar em disputa, cooperação, tensões, conflitos, ou, ainda, em sobreposição. Essas estão presentes nas diferentes maneiras de apropriações, tais como: pelo afeto, pelo conhecimento, pelo Estado com a imposição de um ordenamento territorial, pelo valor simbólico, dentre outras.

A apropriação do espaço, para Lefebvre, vai além da posse de bens materiais ou simbólicos, pois, em seus argumentos, a constituição do espaço dá-se pela corporeidade das ações humanas. O homem e a mulher, ao se apropriarem de uma extensão, remetem à produção do espaço no processo de reprodução social. Por conseguinte, o espaço é considerado um campo de possibilidades de construção diferencial, social e física, que se opõe ao homogêneo e contempla o uso compartilhado.

O cotidiano do espaço-praia varia de acordo com as temporalidades e espacialidades ligadas aos usos que se fazem presentes na apropriação desse espaço.

Nesse sentido, Mayol⁹⁹, ao falar sobre os bairros, comenta que é na interação cotidiana do convívio com parceiros, (vizinhos, comerciantes, prestadores de serviços etc.) e com o meio físico que o bairro interfere, condiciona e ajuda a produzir um estilo de vida em seus moradores, pelo fato concreto da proximidade e da repetição.

O cotidiano no Balneário dos Prazeres, seja na sazonalidade do verão, seja durante o ano todo, designa a atividade criadora por meio da construção individual e coletiva dos seus moradores e frequentadores diante das necessidades de reprodução da vida, com suas diferenças de necessidades em relação ao espaço-praia.

Todavia, a análise de Lefebvre volta-se ao humanismo e nos permite compreender o espaço social do Balneário dos Prazeres não apenas como uma praia degradada e em tensionamento de uso, produto da invisibilidade do poder público e das práticas socioterritoriais informais dos seus usuários: exógenos, endógenos e transitórios, mas também, enquanto relações conflitantes entre espaço de apropriação e dominação, espaço vivido e espaço concebido no capitalismo.

No desdobramento da reprodução das relações socioespaciais no referido espaço-praia, vêm à tona os significados dos conceitos geográficos de território, paisagem, natureza e lugar, os quais conduzem as ações dos atores do referido espaço social. A problemática do espaço vivido é um aspecto importante e essencial para o conhecimento da realidade urbana e está vinculada a uma problemática mais ampla, a da sociedade global.

Nos fragmentos dispersos do espaço-praia, podem ser encontrados fragmentos de velhas práticas espaciais¹⁰⁰ dos atores sociais territorializados, que permanecem como espaços residuais, muitos não funcionais. Pelo contrário, estão na contramão de um desenvolvimento socioterritorial costeiro. Como exemplo, cito as ocupações irregulares em áreas de preservação permanente que ocorrem em diferentes temporalidades e com diferentes finalidades (primeiras e segundas

⁹⁹ Mayol, P. Morar. In: CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996.

¹⁰⁰Práticas espaciais, basicamente, são práticas sociais cuja dimensão espacial é particularmente forte ou evidente. Para Lefebvre (2013), a prática espacial implica a apropriação do espaço, envolve a representação hegemônica e a representação esboçada no cotidiano, mantendo a produção do espaço.

residências), bem como a prática de alguns de descartar lixo de forma irregular na praia, mata e nas ruas do bairro.

Também, destaco a falta de sensibilidade e responsabilidade para com a sustentabilidade de uma área extremamente vulnerável aos impactos antrópicos e naturais. Assim, em relação aos espaços residuais, cabe refletir sobre as permanências que guardam sobre as continuidades e as descontinuidades, sobre as temporalidades e sobre o devir. Neles, encontra-se retida a história da produção do espaço social com sua riqueza e pobreza, com seus impasses e contradições, como a oposição entre o valor de uso e o valor de troca, porque eles são as diferentes temporalidades históricas que ficam inscritas nos lugares. Essa última oposição Lefebvre (2013) considera mais que um simples contraste, pois assume um caráter dialético. Em sua abordagem, a apropriação é um processo muito mais simbólico, traz implícitas as marcas do vivido, dos valores atribuídos aos usos dos espaços. Já, os processos de dominação são mais funcionais e atendem às expectativas do mercado, trazendo implícito o valor de troca. Nas palavras do autor:

El uso reaparece en conflicto agudo con el cambio en el espacio porque implica “apropiación” y no “propriedade”. Ahora bien, la apropiación conlleva tiempo, ritmos, símbolos y una práctica. Cuanto más funcionalizado está un espacio – cuanto más se encuentra dominado por los “agentes” que lo manipulan y lo vuelven monofuncional – menos se presta a la apropiación. Por qué? Pues porque se sitúa fuera del tiempo vivido, tiempo diversificado y complejo (LEFEBVRE, 2013, p. 389).

O território-praia, enquanto “espaço tempo vivido”, é sempre múltiplo, diverso e complexo. Enfim, nas partes que seguem, busco discorrer sobre as práticas espaciais dos moradores, as quais vão desde a apropriação e dominação das áreas impróprias para a edificação, como áreas de matas e dunas consideradas APPs, com temporalidades duradouras, como aquelas em que a apropriação do espaço se faz pela presença física do corpo no espaço, como as territorialidades efêmeras do lazer cotidiano. Também considero como práticas espaciais a atuação reivindicatória dos moradores na luta para solucionar os problemas que o território costeiro toma para si ao acolher a diversidade social residente no balneário, bem como a que o lugar atrai na sazonalidade do verão. Além dessas, identifiquei outras práticas espaciais geradoras de conflitos, como a territorialidade do tráfico de drogas. Essas

surgiram nas falas, principalmente, dos atores endógenos e transitórios e estão marcadas na paisagem por meio de pichações (Figura, 46).

Cabe, também, ressaltar que os discursos dos atores sociais sobre as suas relações com o Balneário dos Prazeres não derivam das próprias coisas, mas são construções sociais e históricas e, como tais, passíveis de contestações (HALL, 1997).

A produção do espaço é tanto material quanto ideológica. Assim, de um lado, os atores são associados aos espaços concebidos e, de outro, aos espaços vividos e percebidos. Já, as práticas inventivas (como práticas de lazer e religião a partir do que o espaço oferece e daquilo que o ator é e pensa enquanto sujeito da ação) marcam os embates territoriais de produção do espaço com suas lógicas e representações.

Os atores sociais expressam suas histórias de vida, lugares, acontecimentos e sentimentos, tornando complexa a tarefa do pesquisador que precisa extrair dos discursos passagens representativas do contexto da sua investigação. Para Dardel (2011), o sujeito só pode ser entendido em determinadas situações, visto que ele se projeta no mundo, ele se planeja conforme seus fins. Nas palavras de Bernardes e Turra (2016, p.41), “o simples fato de existir e estar presente indica e determina um conjunto de relações com o mundo que podemos analisar, ao menos, por dois âmbitos: quanto às territorialidades e quanto às significações”.

As relações entre os atores endógenos no Balneário dos Prazeres não constituem o foco central da pesquisa, visto a importância dos atores exógenos e transitórios na produção desse espaço costeiro. Mas, como no presente estudo, os relatos ultrapassaram a descrição dos usos da praia e suas matas e ganharam a dimensão da experiência individual e coletiva com o bairro em si, revelando aspectos significativos do espaço social desse território praiano, os atores endógenos foram categorizados e analisados em suas interações conflitivas.

Assim, nesta presente pesquisa, o espaço geográfico é revelado a partir das práticas e representações, as quais estão inseridas nas disputas relacionadas aos espaços concebidos e vividos (LEFEBVRE, 2013), ao revelarem posicionamentos e interesses de diferentes lógicas.

Para realizar a leitura da (re) produção do espaço social dessa praia, apresento, de forma separada, as práticas socioespaciais dos atores territorializados, como uma estratégia metodológica da pesquisa. Isso, porque os usos, em diversos momentos, se sobrepõem, são práticas espaciais relacionadas e coexistentes que articulam escalas de interesses.

4.1 PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DOS ATORES SOCIAIS ENDÓGENOS

Para os moradores desse Balneário, a praia e as matas possuem diferentes valores de usos, o que gera tensionamentos e disputas. A praia do Balneário dos Prazeres, para alguns moradores, cumpre mais de uma função, pois, além de abrigo, ela é o espaço recreacional, de lazer cotidiano e trabalho.

O espaço urbano, litorâneo ou não, é um espaço impregnado de desigualdades e contradições, uma vez que possui áreas elitizadas, de classe média e populares; áreas de fratura socioespacial, de favelização, entre outras. Essas encontram uma de suas explicações na especulação fundiária dos terrenos urbanos, muitas vezes valorizados por investimentos públicos (SALES, JUNIOR, 2014 *apud* SANTOS). Juntos, esses espaços formam um mosaico no qual cada grupo se “encontra acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço” (BOURDIEU, 1989, p. 134). Ou seja, numa região social, uma área distinta socialmente das demais, por posses de capital econômico, simbólico e cultural.

Nos espaços costeiros, são comuns os conflitos socioambientais entre os moradores locais, os turistas e as autoridades oficiais, posto que os visitantes sazonais e de final de semana causam impactos ao meio ambiente, e os efeitos negativos são recebidos pelos moradores permanentes, mesmo havendo algum ordenamento territorial por parte do Estado.

Neste subitem, traço algumas observações do espaço social do Balneário dos Prazeres, como as relações entre os moradores mais antigos e os mais novos e com o poder público local. Saliento que os distintos tipos de relações que os atores mantêm com o meio natural do Balneário dos Prazeres influenciam nas suas relações interpessoais.

Para compreender o espaço social desse lugar é importante lembrar o fato de que, na construção dos balneários do Laranjal (Santo Antônio, Valverde e dos Prazeres), o primeiro, de terrenos mais elevados, foi destinado às classes mais abastadas. O segundo, construído sob áreas de banhados, às classes médias e o terceiro, de fundo, de difícil acesso, com grande presença de mato às classes mais baixas.

No entanto, no Balneário dos Prazeres, quem acabou adquirindo os primeiros lotes foram profissionais liberais, como professores, empresários, comerciantes locais, aposentados, dentre outros. Alguns construíram segundas residências, outros escolheram morar nesse local, pelo contato com a natureza e beleza cênica do lugar, pelo fato de os terrenos serem mais baratos do que nos outros dois balneários, pelas facilidades no pagamento e possibilidade de investimento futuro. “Numa economia capitalista um indivíduo tem duplo interesse na propriedade, ao mesmo tempo como valor de uso atual e futuro e como valor de troca potencial ou atual, tanto agora como no futuro” (HARVEY, 1980, p. 136). Assim como os loteadores lucraram com a venda dos lotes, quem, adquiriu, também, esperava a valorização do solo urbano nesse espaço.

Conforme Valdir muitos proprietários adquiriram ou herdaram de seus pais e avós suas residências. Há famílias que adquiriram mais de um lote, com a expectativa de auferirem renda diferencial pela valorização dos terrenos à beira “mar”, como, de modo geral, ocorre em áreas de balneário, pela ação de investimentos públicos. Além de morador, esse ator, também, é agente de reprodução de capital imobiliário.

Na opinião de Valdir, historicamente se constituíram distinções entre os moradores que ocupam espaços diferentes no balneário, os moradores mais antigos se distinguem dos demais pelas formas de apropriação do espaço, ocupam a zona sul, mais próxima à sede da fazenda dos Prazeres, fazem parte do grupo reivindicatório, pois são mais articulados. Criaram uma coesão com a elite da cidade, ao elaborarem um discurso em prol dos interesses da sociedade como um todo. Suas ações e reivindicações têm como pano de fundo a vontade de transformar o lugar para incorporá-lo aos espaços turísticos da cidade. Esse grupo de moradores são identificados, pelos que ocuparam a segunda parte do loteamento, como os ricos do balneário. A (Figura, 35) mostra o loteamento nos

anos 1960, quando haviam poucas residências, a mata era mais exuberante, ainda que não isenta da presença humana, visto que, como mostra a imagem, o traçado urbano do loteamento invade a área de mata de nativa.

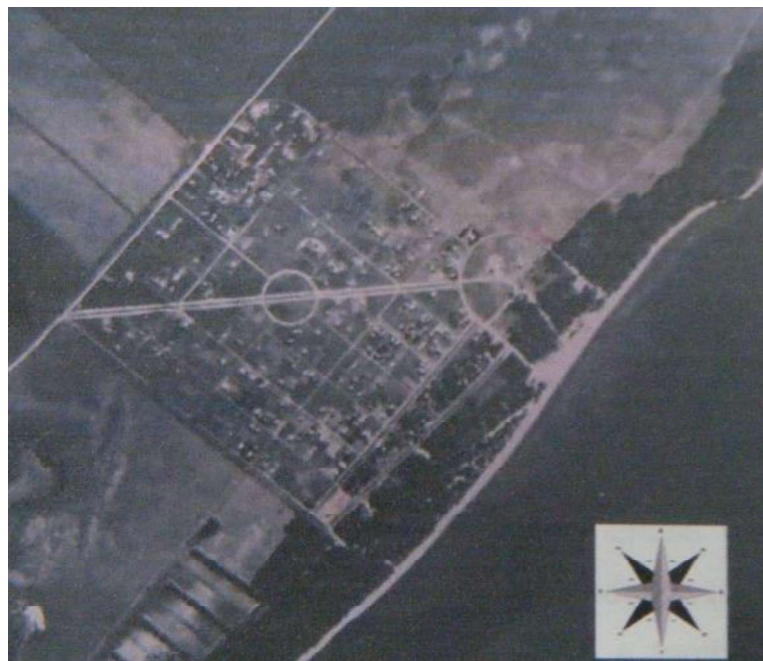


Figura 35 - Fotografia aérea realizada pela diretoria do serviço geográfico do Estado maior de Guerra - Ministério da Guerra.

Fonte: Sudesul – Cartografia _ SGS, 1964 Agência da Lagoa Mirim em E. 1:100.000 (*apud* SILVA, 2007).

A disputa por essa apropriação também ocorre pelo afeto e pelo conhecimento que possuem do lugar, “[...] os donos do poder local instrumentalizam-se contra os valores universais e reacendem toda sorte de particularismos” (BRANDÃO, 2007, p. 57).

Já, a segunda etapa do loteamento contou com dois grupos: aqueles que adquiriram lotes nos anos 1970-1980-1990 como trabalhadores e trabalhadoras de classes média e baixa. Nesse período, também foram chegando os sujeitos que se apropriaram dos espaços públicos da Praça Aratiba e áreas de APP. Muitos desses “novos” moradores trabalham na economia informal no próprio bairro, na prestação de serviços e, também, nas práticas ilegais de comércio de entorpecentes, além de alguns realizarem pequenos furtos. Esse fato acarreta a falta de diálogo entre os grupos.

Uma outra categoria de moradores foi apontada em entrevista pelo professor de geografia Paulo Rappeto que leciona há 15 anos na escola local, quando falávamos das ocupações em áreas de App no espaço-praia. Contou-me, com

bastante indignação, o que tem percebido nos últimos meses, em seu trajeto de casa para o trabalho.

Notei um loteamento que foi feito rasgando toda a mata desde a estrada da Adolfo Fetter até a beira da praia. Isso há pouco tempo deve ter sido liberado pelos órgãos competentes. Esse loteamento rasga uma parte da mata nativa. Se não me engano, é Vila Judith. Para mim, causou estranheza como é proibido por lei desmatar, eu notei esse acontecimento. Agente vê que as providências não são tomadas efetivamente, estão deixando a desejar muito, tanto o poder público, quanto moradores e veranistas.

Trata-se do empreendimento Vila Judith, localizado a menos de 2 km do Balneário dos Prazeres. É mais um loteamento de alto padrão que fraciona terras contendo capões de vegetação nativa, para serem incorporadas ao circuito da troca.

A observação do professor Paulo confirma o papel de interventor contraditório dos atores exógenos na figura do poder público. Por um lado, são permissivos com a dominação de Área de Preservação Permanente pelo capital imobiliário, que demarca lotes para a venda de áreas com vegetação nativa e dunas, como mostra a (Figura, 36) e, por outro lado, no espaço-praia do Balneário dos Prazeres, o Estado realiza o controle fechando os espaços de *campings* de usos dos grupos populares.

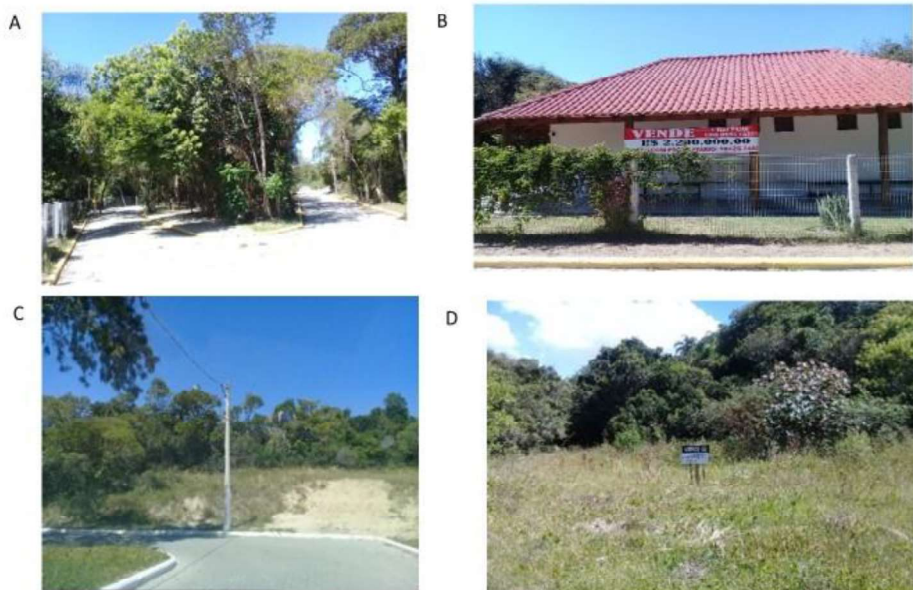


Figura 36 – Imagens do Loteamento Vila Judith, em Área de Preservação Permanente – matas do Laranjal.

Nota: A: estrada que dá acesso à orla da laguna; B: Residência para à venda; C: arruamento em área de dunas; D: lotes à venda em área de vegetação nativa.

Fonte: Fotos da autora, 2018.

Esse loteamento tem entrada pela Avenida Adolfo Fetter e saída na orla da laguna dos Patos (caminho exclusivo de acesso à praia), interligado pela estrada da beira da laguna ao balneário Santo Antônio. Tal loteamento oferece “segurança”, “tranquilidade” de uma vida longe da agitação da área central e contato com a natureza. Como a região do Laranjal já foi consagrada pelo mercado imobiliário local, os empreendedores beneficiaram-se da renda diferencial proporcionada pela paisagem costeira lagunar, como: as melhorias do acesso na Av. Adolfo Fetter, que encurtaram o trajeto centro-praia, e as instalações de pequenos centros comerciais, além da construção do colégio particular Santa Mônica. As casas, como na maioria dos empreendimentos listados na tabela no (Apêndice, B), ficam a cargo dos adquirentes dos terrenos. Sobre as características e as consequências dessas promoções imobiliárias, Soares (2002, p. 448-449) argumenta:

[...] Las promociones seguían el modelo “consagrado” del area suburbana norteamericana: casas aisladas y amplios jardines; o bien se presentan con el propósito de rehacer, aunque parcialmente, el idílico modelo de la ciudad-jardín, es decir, una “aldea” integrada en un paisaje entre el rural y el urbano. Sin embargo, la total discontinuidad de estas “urbanizaciones exclusivas” o “barrios privados” con el nucleo consolidado de la ciudad, representaron al fin y al cabo el refuerzo de la segregación espacial y la formación de “islas privadas” en el interior del tejido urbano.

Esse tipo de dominação do território traz impactos ambientais e sociais à cidade como um todo: mais dejetos para as praias; perturbações sonoras ao ambiente natural; encolhimento dos espaços das espécies nativas do ecossistema local; congestionamentos e poluição atmosférica. No entanto, os empreendedores e o poder público local estão mais preocupados com o valor econômico da natureza do que com a sua conservação, visto que o pagamento da compensação ambiental parece “aliviar” a responsabilização pela degradação ambiental das práticas dos mesmos, o que não ocorre com as apropriações dos espaços de matas pelos afro-religiosos mais pobres, geralmente responsabilizados pela falta de cuidado do ambiente natural da praia e matas.

Considerei importante trazer essa categoria de moradores para a análise por perceber que ela preocupa os moradores estabelecidos há mais tempo e por acabar interferindo na produção do espaço praia, ao disputarem recursos públicos, como

será visto mais à frente, o caso da proposta do poder público da construção de uma passarela interligando o Balneário dos Prazeres ao Balneário Santo Antônio. Raramente, alguém contesta, nos meios de comunicação da cidade tais práticas, por serem em áreas privadas e envolver setores econômicos.

Repara-se que as representações pejorativas também ocorrem do lado dos grupos de moradores mais antigos, os quais se sentem responsáveis pela qualidade de vida do lugar, e responsabilizam os novos moradores por diversos problemas que o bairro enfrenta, como, por exemplo, o descarte irregular de lixo.

Essas questões de distinção entre os atores endógenos existe porque há, entre eles, diferentes tipos de vínculos territoriais, enquanto os mais antigos possuem memória da evolução urbana do lugar, bem como capital cultural mais elevado, os vínculos dos moradores mais novos são frágeis e não há, neles, sentimentos de pertencimento ao lugar como nos outros. Estes veem no território lagunar a possibilidade de abrigo e manutenção da vida, constoem o espaço a partir das suas experiências.

Situação semelhante foi identificadas por Elias (2000), ao estudar o universo das relações existentes na experiência social em uma comunidade inglesa. Ele identificou dois grupos: os estabelecidos e os *outsiders*, grupos que só diferiam no tocante a seu tempo de residência no lugar, mas os primeiros, por terem uma coesão maior, que lhes garantia maior poder, achavam-se no direito de estigmatizar e excluir os segundos. Para o autor:

A relação entre os estabelecidos e outsiders associa-se muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido. Ela reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão - o preconceito - que seus membros sentem perante os que compõem o grupo outsider (ELIAS, 2000, p. 35).

Segundo Bourdieu (2007), as diferenças sociais no espaço social são relacionais, ou seja, não existem de forma absoluta, Para o autor, a posição dos agentes é definida pela incorporação do *habitus*, ou seja, as disposições e estruturas cognitivas enraizadas no sujeito, que orientam suas ações no espaço social. “Uma das funções na noção de *habitus* é a de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes” (p. 21).

Ele retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida, “[...] de escolhas de pessoas, de bens, de práticas”. O autor salienta que a posição dos agentes define-se pela incorporação de dois principais capitais no espaço: o capital econômico e o capital cultural.

Portanto, o *habitus* pode dar suporte ao entendimento das percepções que um grupo tem do outro, por exemplo: os moradores estabelecidos há mais tempo queixam-se da falta de cuidado dos outros grupos com a qualidade ambiental do bairro. E os que chegaram por último queixam-se da seletividade dos mais antigos. Esse ponto será retomado mais a frente.

A seguir, discorro sobre as ocupações dos espaços públicos como a Praça Aratiba e mata nativa no Balneário dos Prazeres. Posteriormente, abordo as ações reivindicatórias dos moradores mais antigos.

4.1.1 Espaço de ocupações irregulares: Praça Aratiba e mata nativa

O termo ocupação diz respeito a posse, fixação e permanência em área ainda não apropriada, particular ou pública. As ocupações irregulares da encosta, na mata do Totó, assim como as que existem na Praça Aratiba, (Figura, 38), foram constituídas há mais de 40 anos, muitas em sistema de mutirões pelos próprios familiares nos dias de folga, outras ainda estão sendo construídas. Na praça Aratiba, essas áreas formam áreas urbanas consolidadas, sendo que, dentre as que ocupam áreas de mata, algumas configuram áreas de risco (Figura, 37).

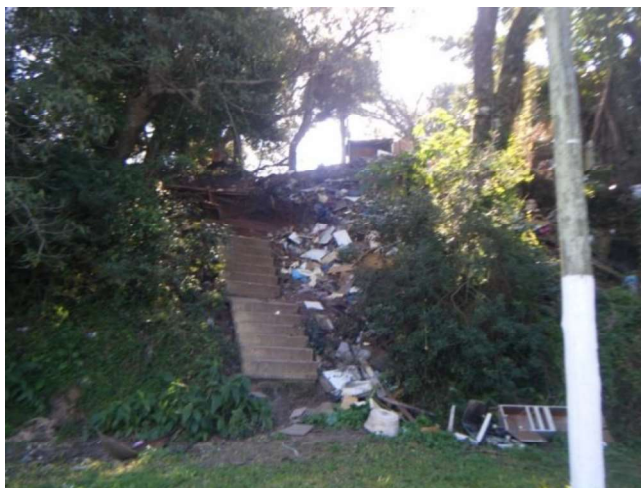


Figura 37 - Ocupação na encosta da mata nativa, Balneário dos Prazeres.
Fonte: Foto da autora, 2017.

De acordo com Valdir e Elvandır, era comum as pessoas virem dos bairros da cidade, passarem o verão na praia, trabalharem com a pesca na safra do camarão, vindo a fixar moradia. Não havia fiscalização, pelo contrário, o poder público consentia que ocupassem a Praça Aratiba (Figura,38):

O prefeito Ari Rodrigues Alcântara (1973-1977), para ganhar votos, ele deu um pedaço, doou para umas pessoas, uns pescadores e aí o pessoal foi se apossando e ninguém tomou pé disso aí, e virou uma zona de posseiros, é uma pena, porque estragou a praia, na praça Aratiba, a praça era imensa. Todas aquelas descidas eram parte da praça (Valdir, 2015)¹⁰¹.



Figura 38 – Praça Aratiba, Balneário dos Prazeres

Nota: A: Mapa de situação das áreas de ocupações da Praça Aratiba para regularização fundiária; em destaque o camping dos municipais. B: imagem de satélite da Praça Aratiba.

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária – SMHRF, 2017, Imagem de satélite Google Earth, fev. 2019.

Tais ocupações demonstram que a questão da moradia e o direito à cidade¹⁰² são lutas permanentes em nossa sociedade, as quais geram tensões que se manifestam nos territórios, pois as ocupações irregulares, além do valor de uso, as marcas do vivido, trazem as marcas do valor de troca, como questionou Elvandır¹⁰³:

¹⁰¹ Entrevista concedida a autora por OLIVEIRA, Valdir. [out.2015]. Pelotas, 2015.

¹⁰² O direito à cidade é uma ideia que nos inspira e nos move na construção teórica do urbano hoje ainda virtual, da sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999, 2008).

¹⁰³ Entrevista concedida a autora por CALDEIRA, Elvandır. [jun. 2016]. Pelotas, 2016

Essas tomadas de terras que as pessoas vêm e colocam umas malocas ali, se instalam e ficam como aqui na Praça Aratiba. Não concordo, esse lugar é de toda a população pelotense, mesmo do mais rico que eu acredito que não exista, porque isso aqui é tudo uma história, uma aparência muito grande. A maioria das pessoas que ocupam ali no entorno da Praça tem casa de aluguel fora do Balneário dos Prazeres, isso é até uma denúncia, mas não concordo com quem se instala ali e tira o espaço de toda uma população, poderia ser um grande parque. (Elvandar, 2016).

Para Elvandar, tais ocupações não são bem vistas, concordando com o posicionamento de Valdir sobre as distinções entre os grupos de moradores:

[...] Por que a Prefeitura não retoma essas áreas e devolve a todos, porque ela privilegia uma minoria de pessoas que tem um poder econômico bom, e toma conta do que é de todos e ninguém faz nada. “[...] acho que isso aí é incompetência daqueles que nos representam e que não sabem cobrar essa parte que é de todos” (Elvandar, 2016).

A Praça Aratiba é considerada, no III Plano Diretor da Cidade, como área de Interesse Social - AEIS II – áreas públicas ou privadas, ocupadas por população de baixa renda, havendo interesse público em promover regularização fundiária, produção, manutenção e recuperação urbanística e ambiental. No espaço urbano do litoral pelotense, a Praça Aratiba é a única área destinada como AEIS¹⁰⁴.

Esse local, como toda praça criada na modernidade, cumpre a função social de contemplação, convívio social, recreação, cenário, lazer cultural, lazer esportivo. Além desses atributos de espaço público, ela cumpre função de abrigo (moradia), *camping* dos municipais, escola pública, posto de saúde e comércios. É um espaço cujas apropriações e usos foram alterando tanto a sua forma quanto a sua função. Cabe lembrar que uma das funções principais da praça, enquanto espaço público, é servir de lugar para as manifestações e discussões políticas, o *lócus* da democracia. Outra é o lazer da população.

Somando-se a esses problemas de ocupações irregulares, de acordo com um agente fiscal ambiental da SQA, além das áreas de posses, alguns moradores estenderam seus terrenos 20 metros na direção da praia, apropriando-se da mata nativa, sendo visível pela extensão dos terrenos que ultrapassam os 33 metros do

¹⁰⁴Conforme informação da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária já fazem 10 anos que a área foi destinada a AEIS e não há nenhum projeto de revitalização urbana, apenas a regulamentação dos terrenos.

traçado do loteamento: [...] “isso já faz mais de 30 anos, então o município não tem como interferir nessa questão, porque a área não é dele, pertence à União” (Paulo Azambuja, 2018) ¹⁰⁵.

Esse é o caso de Marilene Janes (Preta de Oxum), que reside e possui um terreiro¹⁰⁶ de Nação Cabinda¹⁰⁷, de frente para a laguna, em área de APP. Marilene contou-me que já foi alvo de denúncias pelos moradores de cima e que ela e seus vizinhos, receberam visita dos fiscais da SQA. Mas que apresentou escritura do seu terreno, alegando ter adquirido o mesmo de um antigo morador de cima. Provavelmente esse morador tenha se apropriado de parte dessa área de mata, (Figuras, 39, 40).

¹⁰⁵Entrevista concedida a autora por AZAMBUJA, Paulo. [jan.2018], Pelotas, 2018.

¹⁰⁶ O terreiro configura-se como um espaço de refúgio, onde se realizam celebrações de cultos afro-brasileiros: umbanda, candomblé, nação etc. Surgiu como espaço de resistência negra. “São considerados centros de saberes, são os lugares de preservação das diferentes línguas de matriz africana que aqui chegaram com a diáspora. Entendidas nos seus significados amplos, as línguas trazem em seus bojos a própria cultura, o universo simbólico imaterial, onde passado, presente e futuro tramam a existência sustentada em valores e princípios (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL, SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS. 2016, p. 34). Dessa forma, os terreiros servem à manutenção da identidade de povos de matriz africana.

¹⁰⁷ “Chegou no Brasil pelo mestre Gululu, que trouxe direto da África, e o Pai Waldemar de Xangô Kamucá Baruálofina é quem trouxe para o Rio Grande do Sul. Ele é o nosso rei porque foi o último filho que ele pegou. Porque a Nação Cabinda não tinha um rei, o mestre Gululu era de Bará, e o pai, Waldemar, seu primeiro filho, era de Xangô Kamucá e o próprio Xangô, porque nós temos o Xangô Aganjô e Beiji e o Xangô Agodô e tínhamos o Xangô Kamucá. Ele disse que não pegaria mais cabeças e que seria o rei do balé. Tinha que ter um orixá para ser o rei do balé aqui, pois o Gululu, o rei tinha um rei do balé lá na África, e não poderia ser usado o mesmo rei aqui, por ter passado por muitos rios e pontes, porque sempre a água, ela quebra muito a força da passada da natureza, mesmo a água, sendo natureza, ela quebra muito a força. Então, foi de onde foi tirada a classe do Xangô Kamucá e as classes dos Aganjôs e de Agodô e Xangô Kamucá Babalorofina, o rei de nossa Nação. É a ele que todos nós devemos respeito, é da bacia dele que todos nós viemos. Nesta “bacia”, o culto é exclusivo aos orixás, de Bará a Oxalá” (Marilene Janes (Preta de Oxum) em entrevista realizada em 5 de junho de 2018)



Figura 39 Avenida Guanabara, na descida para à praia.

Nota: Nesse trecho, a avenida foi suplantada pelas erosões e pelo depósito de lixo. Em destaque o terreiro de Nação Cabinda de Marilene Janes (Preta de Oxum).

Fonte: Foto da autora, 2016.



Figura 40 – Vista frontal do Terreiro de Nação Cabinda na APP do Balneário dos Prazeres.

Fonte: autora, 2016.

Nessa residência, Marilene vive com sua família e mantém em funcionamento um terreiro de batuque. Ao redor de sua casa, eventualmente é possível encontrar alguns animais como galinhas e cabritos, os quais são criados para alimentação da família e imolação nos rituais do terreiro. Esse tipo de prática é comum no bairro, pois a maioria das casas possuem pátio. Ao circular pelas ruas, observa-se que os terrenos possuem pequenos pomares e criação de animais, como galinhas, cabritos, porcos, cavalos, vacas etc., comprovando o seu perfil de espaço rururbano¹⁰⁸, costeiro. Além disso, a pesca também é uma atividade desenvolvida por uma parte de seus moradores. Para esses moradores, o território costeiro é meio de sobrevivência. No entanto, essa prática é motivo de conflitos entre os atores sociais endógenos e exógenos. Conforme a moradora Loraci, em diversas ocasiões, já ocorreram denúncias aos órgãos competentes, tanto de maus tratos aos animais (situação crítica de desnutrição), quanto ao mau cheiro e a proliferação de moscas decorrentes dessas criações:

O lugar é maravilhoso, eu gosto tanto do meu espaço, gostaria de ter condições de melhorá-lo, tenho n projetos que não pude fazer. Adoro o lugar, mas tem esse lado assim, de que ver os animais abichados, atirados, pesa pra quem gosta de animais e enxerga com os olhos um pouco diferenciados as coisas. Isso pesa muito de ter que conviver com isso (Loraci, 2018)¹⁰⁹

Os cavalos circulam livremente pelas ruas, pastando nas beiras de valos, invadindo pátios e recebendo alimento dos que se solidarizam com eles, como a moradara entrevistada. Na praia, eles circulam por entre a vegetação e acabam influenciando no tempo de crescimento de novas espécies nativas plantadas, visto que quebram as mudas. Essa observação foi relatada por Valdir que, desde 2013, desenvolve projeto de replantio de espécies nativas na orla.

¹⁰⁸ Rururbano, é compreendido como uma categoria normativa definida pelo III Plano Diretor Municipal de Pelotas para identificar áreas do perímetro urbano voltadas à expansão física da cidade de Pelotas sobre o rural.

¹⁰⁹ Entrevista concedida a autora por SANTOS, Loraci. [abr. 2018]. Pelotas, 2018.



Figura 41 - Figura: Cavalos soltos nas ruas e na orla do balneário, gerando tensões sociais entre os atores endógenos.

Fonte: acervo da autora, 2017.

Os conflitos entre os moradores endógenos decorrem dos distintos interesses de usos do território costeiro, uma vez que as práticas de alguns interferem nas de outros. Nesse conflito, também observou-se a imputação de estigma dos moradores mais antigos sobre os mais novos, incluindo os grupos que se apropriam do espaço para as práticas de religiões afro-brasileiras, ambos vistos como desorganizados, como os responsáveis pelo acúmulo de lixo nas ruas e na praia, bem como, pela degradação ambiental da mata ali presente.

No entanto, os moradores “irregulares”, sentem-se excluídos, pelos serviços públicos, que não realizam a coleta regular de lixo junto aos domicílios da mesma forma que no restante do bairro, pela falta de sistema viário e saneamento. Os moradores dessas áreas afirmam não serem chamados para participar das reuniões dos moradores nas quais se discutem as questões de interesse geral do Balneário: “[...] não há uma ampla divulgação das reuniões dos moradores que ocorrem no Oásis Praia Clube, como também, nunca fomos chamados, em nenhuma audiência pública” (Marilene, 2016).

Já, as lideranças do bairro acreditam que há preconceitos desses moradores mais novos por estarem num contexto de desigualdades socioeconômicas e de poder. Conforme o relato de Valdir: “os moradores que ocupam a Praça Aratiba e os que foram preenchendo os vazios urbanos, mais ao norte, nos veem como os ‘ricos’, e eles se autointitulam os ‘pobres’, como o clube está do lado dos “ricos”, eles não participam de nada”.

Neste ponto, cabe abrir um breve parêntese, para situacionar o Oásis Praia Clube no contexto das relações sociais entre os atores endógenos e quanto à figura da entidade clube na contemporaneidade.

O Oásis Praia Clube na (Figura, 42) é uma associação pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, empreendendo atividades esportivas, sociais, culturais e recreativas, fundada em 17 de agosto de 1958.



Figura 42 - Oásis Praia Clube, Balneário dos Prazeres.
Fonte: foto da autora, 2016.

Esse espaço de lazer contava com diversos associados, era um complemento para o divertimento dos moradores e de quem veraneava na praia, pois oferecia bailes de carnaval, de debutantes, escolha da princesinha do clube, dentre outras atividades. Era frequentado mais pelos moradores e proprietários de segundas residências do que pelos veranistas do bairro, haja vista o caráter elitista e padrões de comportamento nesse espaço.

Com o passar dos anos, a diversão atrelada ao estilo de vida do espaço clube foi ficando para trás, de um modo geral. Novas alternativas de lazer surgiram tais como: aparelhos de vídeo e sons; os condomínios fechados passaram a ter piscinas; academias; quadras, chegou a internet, e muitas mudanças nos hábitos sociais ocorreram.

O Oásis Praia Clube teve o seu número de sócios reduzido, para menos de 30, apesar de dinamizar as suas atividades, incluindo espaço para academia, bingos, festas para jovens, como as “Sumeres”, promovidas pelos comerciantes locais em datas especiais, festa de Halloween, como, por exemplo. De acordo com

Valdir, que é presidente do Clube, esse espaço passou a dar suporte às suas propostas de atividades de educação ambiental, como o projeto “Replantando o Barro Duro”, o qual teve início no ano de 2012, em parceria com a Escola Municipal Dr. Luiz Augusto de Asumpção, em que as crianças ajudam no replantio de mudas de árvores nativas. E o projeto “Tornando Jovens Ecologistas”, executado nos dias 23 e 24 de janeiro de 2016. Nesses dias, o clube sediou aulas de botânica, palestras e gincanas. É nesse espaço que ocorrem as reuniões dos moradores dentre outras atividades. Ainda que este seja um espaço reivindicatório e aberto a comunidade, ele é considerado um espaço seletivo pelos moradores mais novos, pois muitos não se identificam com o lugar.

Os jovens que realizaram o mapeamento social não consideraram o clube como um espaço de referência e alegaram ser pouco frequentado, devido ao comprometimento de suas fundações.

Marilene também comentou sobre clube: “Olha o clube Oásis funciona como uma panela, muito fechado, se eu quiser fazer uma festa lá ou alguma coisa, o preço é bem mais elevado, fica melhor fazer fora daqui”.

Frente a essa situação, cabe a observação de Elias (2000, p.36) sobre os conflitos entre os estabelecidos e *outsiders* de Winston Parva, seja qual for o caso, os grupos outsiders ou, no caso do Balneário dos Prazeres, os novos moradores exercem pressões tácitas ou agem abertamente no sentido de reduzir os diferenciais de poder responsáveis por sua situação inferior, ao passo que os grupos estabelecidos ou os moradores antigos têm a mesma coisa em prol da preservação ou aumento desses diferenciais.

No Balneário dos Prazeres, porém, há um outro fator, que é a questão da representação social forjada da praia e dos seu frequentadores pela sociedade hegemônica pelotense. Conforme relatos de Valdir, Mara e outros moradores, em atividade de grupo focal (Figura, 43).



Figura 43 - Atividade grupo focal no Oásis Praia Clube,
Fonte: acervo da autora, 2016.

O clube tinha o apelido de Navio Negroiro, devido à territorialidade afro-brasileira dessa praia, uma brincadeira racista que permite o jogo da humilhação, sem que ele esteja claramente declarado.

Diante das diferenças de classe entre os moradores antigos e os mais novos, da visão estereotipada do bairro e do clube e da falta de identidade com o lugar, dificilmente o clube conseguiria conquistar a confiança da ampla maioria dos moradores. No que se refere à organização da associação de moradores, o professor Paulo Rapetto acredita que, dentre as dificuldades, a ausência de uma coesão social seja a principal: “No verão nós ‘emprestamos’ o bairro para a cidade, então tem uma rotatividade muito grande de pessoas, acho que isto dificulta um pouco a integração do bairro para se criar uma associação de moradores”.

Quanto às ocupações, enquanto tomadas de terrenos na orla, a SQA identificou, em 2014, mais de 80 casas irregulares na área de preservação permanente, e a Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária (SMHRF) em 2017, cerca de 150 moradias no entorno da Praça Aratiba, que também é uma área de APP.

Em toda a extensão da vegetação paralela à orla (APPs), há apropriação do espaço público para o uso particular de residências tanto por grupos populares, quanto pela classe média alta. A (Figura, 44) traz um mosaico de imagens com diferentes casos de construções de residências no espaço público da orla.



Figura 44 - Residências em área de APP na orla da praia do Balneário dos Prazeres.

Fonte: acervo da autora, 2017.

As intervenções sociais na paisagem natural, no período da primeira fase do loteamento¹¹⁰, a exemplo das demais nesse contexto, não fizeram parte das disputas territoriais. Logo, não foram alvo das vistorias dos agentes fiscais da SQA, como foi o caso das residências mais simples onde predomina a estética do provisório, pelo fato de seus moradores não terem condições financeiras de consolidar as ocupações. Fato semelhante foi observado por Anjos (2006) ao analisar a territorialidade na Vila Mirim em Porto Alegre, onde a ameaça da remoção produz residências precárias.:

¹¹⁰ Somente nos anos 1970 e de forma muito superficial é que soavam os ecos da Lei 4.132/62 que passa a demarcar os casos de desapropriação por interesse social no caso de proteção do solo preservando-se cursos de mananciais de água, assim como reservas florestais.

Os moradores das vilas irregulares, pela ameaça sempre presente de remoção, dão às suas moradias a forma de dispositivos deslocáveis. [...] o Estado, por meio das ameaças previstas pelas leis de regularização fundiária, infunde aos moradores uma certa disposição nômade (ANJOS, 2006, p. 44).

Com essas ocupações, a paisagem da orla perde a sua estética natural e ganha um aspecto de ocupação periférica de baixa renda, onde a orla passa a ser apropriada como extensão das residências. Segundo Glademir (2017)¹¹¹, esse fato desqualifica a praia: “É um descaso, né, para o turismo, é um horror, para um ônibus do Rio de Janeiro ali, é calcinha, cueca, tudo à vista: as bandeirinhas”.

Muitos moradores e usuários da praia apontam a ocupação irregular como o início da degradação ambiental da praia, pois afirmam acreditar que esses grupos mantêm esse lixo e a representação de um lugar violento como uma estratégia para a sua permanência, que é irregular, no local. Corrobora para esse argumento o depoimento de Paulo:

[...] Desde criança, frequento a praia do Barro Duro, no passado ela era bastante arborizada, mas quando chegaram os posseiros, começaram os problemas culturais e da própria depredação da praia Basta ver a nossa mata nativa, que era bastante exuberante. Hoje tá bastante degradada, em termos de ambiente isso ai preocupa bastante e parece que não estão tomando as medidas preventivas para estancar essa depredação (Paulo, 2017)¹¹².

Na entrevista com Elvadir e Elivelton, aluno do 9º ano da Escola¹¹³ Municipal de Ensino Fundamental Luiz Augusto de Assumpção, além dos depoimentos de outros atores endógenos, percebe-se que, quando se referem ao bairro, expressam-se com forte vínculo de pertencimento, um sentimento de estar em uma comunidade, de ser de uma comunidade. Nesta frase de Elivelton, isso, também, fica evidente: “[...] o Barro Duro tem uma coisa boa que as pessoas sabem conviver, é um lugar muito bom para morar, mas acontece que as pessoas que moram nele

¹¹¹ Entrevista concedida a autora por REZENDE, Glademir, T. [out. 2017]. Pelotas, 2017.

¹¹² Entrevista concedida a autora por RODRIGUES, Paulo. [set. 2017]. Pelotas, 2017.

¹¹³ Essa escola possui aproximadamente 800 estudantes, é a única do bairro. Os jovens deste precisam se deslocar até o Balneário Santo Antônio (balneário vizinho) ou 16km, até o centro da cidade, para cursarem o Ensino Médio. Três alunos me acompanharam em uma caminhada pela praia, pois me aconselharam a não ir sozinha, mas revelaram que a praia é o lugar no bairro que consideram o mais bonito.

não sabem cuidar dele direito”, referindo-se à quantidade de lixo espalhada pelas esquinas do bairro, na beira da praia e entranhas da mata nativa:

[...] se tu fores ali na praia, vais encontrar muitos pontos de lixo, muito lixo, aí a prefeitura vem, limpa, sabemos que não é a melhor prefeitura do mundo, mas quando a prefeitura faz alguma coisa pelo bairro, as pessoas vêm e estragam tudo de novo, então não adianta muito reclamar (Elivelton, 2017)¹¹⁴.

Todavia, o vínculo afetivo com o bairro e praia, de uma parte dos moradores, não é suficiente para colaborar com a limpeza urbana que ocorre no mesmo, pois, por todo o lado, observa-se o acúmulo de lixo: nas vias públicas, nos canais de drenagens e na orla. O lixo é um dos principais problemas socioambientais do lugar, uma vez que, além de contaminar solo e água, gera focos de mosquitos e alagamentos das ruas, toda vez que ocorrem eventos excepcionais de chuvas. “As inundações são frequentemente agravadas por uma má utilização do solo, uma gestão inadequada dos leitos fluviais e de má concepção, mau gerenciamento e má conservação de obras de engenharia” (MANEISSIER *apud* HÉTU, 2003, p. 84). No caso do Balneário dos Prazeres, confirma-se a lógica de Héту (2003), “de que a pobreza é o berço dos riscos e das violências”, uma vez que a causa maior dos alagamentos das ruas não é tanto a baixa topografia dos terrenos, mas a invisibilidade de um espaço considerado periférico no trecho de orla mais rico do ponto de vista ambiental e cultural da cidade. Além da ausência do poder público, acrescento a responsabilidade dos moradores nesse processo, uma vez que o lixo é considerado um dos maiores problemas ambientais do lugar.

Conforme Elivelton, o descarte irregular de lixo é uma prática comum entre os moradores, seja nas ruas do bairro, seja na praia.

As imagens da (Figura 45) mostram o descarte de todo tipo de lixo na orla da praia, descidas da praia, matas do entorno e na área urbanizada, conseqüentemente acaba indo para dentro da Laguna dos Patos. Além do impacto visual negativo que leva à perda da estética da paisagem do lugar, desencadeia a contaminação do ambiente natural, provoca mau cheiro, atrai animais e insetos nocivos à saúde humana.

¹¹⁴ Entrevista concedida a autora por RODRIGUES, Elivelton, C. [set. 2017]. Pelotas, 2017.



Figura 45 - Descarte irregular de lixo doméstico na praia.

Fonte: Foto da autora, 2017.

As reivindicações dos moradores mais antigos para o problema do descarte irregular de lixo no bairro e na praia são bastante antigas, remontam às primeiras décadas de vida do loteamento anos 1970-80.

Para o Sanep¹¹⁵:

A coleta de resíduos sólidos no Balneário dos Prazeres é realizada em toda a sua extensão às segundas, quartas e sextas feiras, sendo que durante o período de veraneio (dezembro a março) também aos sábados, no turno do dia. Salientamos que os serviços de limpeza da orla são realizados pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Infraestrutura (SSU).

Em conversa com alguns moradores sobre a situação do lixo, obtive respostas vindas de duas posições: a dos moradores antigos e a dos novos, incluindo aqueles que residem na Avenida Mato Grosso, de frente para a praia. Os antigos atribuem o acúmulo de lixo à falta de capricho dos moradores novos e dos

¹¹⁵ Observei diferença entre as informações quando obtidas por meio de entrevistas e por meio de correspondência via e-mails. No Sanep e outros órgãos da prefeitura, os acessos aos documentos e informações sobre os mais diferentes serviços prestados à cidade são feitos somente por meio do preenchimento de um campo na página oficial da prefeitura, chamado Portal da Transparência. Por esse meio, respostas são bastantes simplificadas e isentas da conflituosidade inerente às práticas realizadas nos lugares, como a questão do lixo, por exemplo.

ocupantes das encostas da mata, que não respeitam os horários da coleta pela prefeitura. Também, atribuem ao preconceito dos funcionários da prefeitura para com o local, como já apontado pelo Valdir e por Elvadir, quando fala que a administração pública é mal assessorada:

[...] fala-se aí: é da prefeitura, mas a prefeitura somos nós, acho que falta qualificação nos profissionais e falta de fiscalização, os nossos impostos, a nossa dignidade não pode ser atirada nas mãos de funcionários relapsos. Muitos materiais, como por exemplo, a pracinha das crianças, além de serem mal feitos, são mal colocados e são depedrados por vândalos.[...] tô falando do povo, o nosso povo e a falta de cultura (Elvadir, 2016)

Ja os moradores mais novos, ocupantes do espaço de APP, dizem que na orla não tem coleta:

Olha: aqui embaixo não tem, lá em cima, três vezes por semana, mas não tem um horário fixo para passar, a gente coloca o lixo, os cachorros espalham e não tem um local, como eu digo, que colocassem um contêiner, alguma coisa nesse estilo para proteger, até mesmo, para o animal não espalhar (Marilene, 2016).

Quanto à questão do lixo, seja na orla, seja no bairro como um todo, cabe destacar que não se trata de um caso isolado na cidade, nem no mundo. É uma questão de cidadania, um problema associado ao círculo vicioso entre pobreza e degradação ambiental. Alguns autores¹¹⁶ refutam essa ideia e outros ratificam. Trata-se de um tema complexo, pois pode haver casos em que a pobreza agrava a degradação ambiental, assim como casos em que a degradação ambiental agrava a pobreza. No caso do Balneário dos Prazeres, o descaso do poder público para com a praia do pobre e do afro-religioso agrava a degradação ambiental. Áreas de encostas

¹¹⁶ Marcelo Lopes de Souza (2000) ratifica, no capítulo 2, “Dos problemas socioespaciais à degradação ambiental – e de volta aos primeiros” do livro “O Desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras”, cita o Relatório Brundtland (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988), para falar da relação causa e efeito entre pobreza e degradação ambiental. “[...] à segregação sócio-espacial, que por seu turno forma o contexto imediato de problemas como o desmatamento de encostas, interrupções dos caminhos naturais de drenagem das águas pluviais na esteira do surgimento de uma favela. [...] aqueles que mais sofrerão com as catástrofes “naturais” desencadeadas ou potencializadas por esses impactos serão justamente os pobres urbanos segregados e mais diretamente expostos ao perigo e induzidos a conviverem com ele, e não todos os habitantes de uma cidade” (SOUZA, 2000, p.116).

com vegetação nativa foram ocupadas. Geralmente, associam-se tais ocupações a impactos ao ambiente, como flora e fauna atacados e solo exposto, descarte irregular de lixo e fossas contaminando o lençol freático e cursos d'água. Outra situação em que os moradores e veranistas são afetados é em relação ao descarte irregular de lixo. Sobre essa questão Elvadir se refere como: “falta de um princípio ético de cidadania, o que é público é de todos, não é privado, portanto, deve ser preservado e respeitado”, referindo-se aos atos de vandalismo e oportunismo de quem tem casa de aluguel em outros bairros e mora em áreas públicas, como na praça Aratiba e na Mata. Nesse mesmo sentido, Carlos Alberto também se reportou, contou-me que, em 1980, no Governo do prefeito Irajá Rodrigues, foram implantadas diversas churrasqueiras na orla do Balneário dos Prazeres, e que os veranistas encostavam o carro e levavam embora.

Tanto a população permanente, quanto os veranistas, na média, possuem baixa escolaridade, o que dificulta a compreensão de que são responsáveis pela realidade social, pois, no que se refere ao plano teórico proposto pelo Ministério da Educação, consta que:

A educação do cidadão e da cidadã deve levar em conta a dimensão comunitária das pessoas, seu projeto pessoal e também sua capacidade de universalização, que deve ser exercida dialogicamente pois, dessa maneira, poderão ajudar na construção do melhor mundo possível. [...]. De forma específica, lidar com a dimensão comunitária e o diálogo com a realidade cotidiana e as normas sócio morais vigentes nos remetem ao trabalho com a diversidade humana e a abordar e desenvolver ações que enfrentem as exclusões, os preconceitos e as discriminações advindos das distintas formas de deficiência, e pelas diferenças sociais, econômicas, psíquicas, físicas, culturais, religiosas, raciais, ideológicas e de gênero (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007, p. 21).

Para que haja transformação das relações sociais com a zona costeira no Balneário dos Prazeres, com o propósito de busca pela sustentabilidade, é necessário que os atores envolvidos compreendam que estão efetivamente implicados na produção do espaço e que os acontecimentos tais como: descarte irregular de lixo, preconceito racial, intolerância religiosa, injustiça ambiental, abandono das autoridades locais, dentre muitas outras questões que não sejam naturalizadas.

Conforme afirmou Marcelo Lopes de Souza (2005):

Não se pode pensar numa mudança da sociedade sem pensar de como as pessoas pensam o espaço. Nem é possível pensar em mudança da organização do espacial sem pensar em transformações das relações sociais através da educação.

Apesar do Balneário dos Prazeres ser um espaço marcado por conflitos territoriais e estigmas, os moradores com quem dialoguei, consideram o bairro bom para se morar. Elivelton considera o bairro um lugar tranquilo, mas conta que, de vez em quando, acontecem episódios de violência ligados ao tráfico de drogas e algumas situações pontuais vinculadas à intolerância religiosa:

Aqui no Barro Duro tem uma coisa boa, tem quase todas as diversidades das religiões, tem a umbanda, tem a católica e tem o evangélico, todas convivem bem, mas sempre tem alguma coisa onde uma não bate com a outra [...] o Barro Duro é um lugar bom para morar porque quase todo mundo se respeita, às vezes acontecem desavenças entre os grupos religiosos[...] mas aqui predominam as terreiras, tem uma igreja católica e quatro evangélicas¹¹⁷ (Elivelton, 2017).

Sobre o número de terreiros no bairro, a Secretaria de Mobilidade Urbana confirmou a existência de mais de 50 terreiros, sem, apresentar documento que comprovasse esse número. Carlos Alberto, que é ator do campo religioso, falou-me de aproximadamente 80 terreiros nesse bairro. Dessa forma, embora não se tenha precisão do número de terreiros no Balneário dos Prazeres, sabe-se da sua existência. De acordo com Carlos Alberto, o litoral de Pelotas é um território afro-umbandista e africanista, pois também há terreiros na Colônia Z-3 e no Laranjal. Possivelmente, vindo a ser o espaço de maior concentração de terreiros de Pelotas.

Quando questionei o jovem Elivelton, sobre o espaço de lazer dos adolescentes no bairro, o relato foi de que há poucas opções no bairro. Essa informação é corroborada pelo Valdir, que possui filhos jovens e observa a

¹¹⁷ A Igreja Católica Nossa Senhora dos Prazeres é da época da primeira parte do loteamento do Balneário dos Prazeres, já os terreiros foram sendo criados conforme a intensidade de uso desse espaço para moradia dos afrodescendentes e pela natureza ser um elemento fundamental para os cultos de matrizes africanas. Já, as igrejas evangélicas são em torno de vinte e são mais recentes no bairro; possuem mais ou menos uma década de existência no local.

necessidade de oferta de atividades para os jovens que ficam ocupados apenas um turno na escola.

Tais informações vão ao encontro do que me relatou o professor Paulo preocupado com os jovens do bairro. Essa que, a seu ver, demonstram falta de expectativa, baixa escolaridade, evasão escolar e falta de emprego, “Não tem oportunidades de empregos, as pessoas daqui trabalham no centro e no Laranjal. Essa desocupação do jovem é que tá levando muito à procura de desvios para se manterem” (Paulo, 2017).

Quanto ao uso da praia pelos jovens do bairro, Eliventon e suas colegas revelaram gostar muito da praia, mas que sentem medo de frequentá-la devido à falta de segurança.

A ausência do Estado, ao longo de diversas gestões nessa praia, criou a oportunidade para que territorialidades associadas à criminalidade ali se instalassem. O balneário possui populações em vulnerabilidade social¹¹⁸, com histórico de abandono pelo poder público e com áreas de matas que têm sido usadas como esconderijos para práticas ilícitas. Essas condições, de acordo com a Brigada Militar de Pelotas, foram atraentes para a formação de outros territórios, como o da facção dos Tauras. Muitos jovens do bairro foram cooptados pelo crime, as marcas dessa territorialidade são visíveis nas pichações de muros e pontos de ônibus, identificando quem domina o espaço (Figura, 46)

¹¹⁸De acordo com os dados do Cadastro Único do município de Pelotas, o Laranjal possui 936 pessoas cadastradas, sendo que nesse cadastro está incluída a Colônia de Pescadores Z-3, que pertence ao 2º Distrito. Nesse documento, não é obrigatório constar o sub-bairro, então a informação que me foi repassada por e-mail é que, nos registros, constam 104 pessoas que se dizem moradoras do Balneário dos Prazeres e 88 que se dizem moradoras do Barro Duro, sendo que se trata da mesma localidade. Fato que corrobora a existência do conflito entre esses topônimos, como já destacado anteriormente. No documento que encaminhei ao Departamento de Planejamento e Monitoramento da Secretaria de Assistência Social, também havia uma questão sobre a existência de programas de assistência social às famílias dos usuários de drogas e me informaram-me também, que existe na Colônia de Pescadores Z-3, onde a dependência química entre os jovens é considerada uma “epidemia”, um serviço de convivência vinculado ao Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) dessa secretaria e a Ong Gesto.



Figura 46 - Marca da territorialidade do tráfico no Balneário dos Prazeres.

Fonte: foto da autora: 2018

De acordo com Maria¹¹⁹, funcionária do posto de saúde do Balneário dos Prazeres, desde 1984, e moradora do Bairro desde 1981, há muitos casos de usuários de drogas que não buscam ajuda, assim como muitos jovens já foram assassinados em função desse poder paralelo que é exercido no mundo da criminalidade. Nos últimos dois anos, foram 15 mortes.

O problema com a insegurança nesse Balneário é bastante antigo, pois, na reivindicação de 1979, em abaixo assinado elaborado pelos moradores já constava a necessidade de soluções para a falta de segurança do bairro. No documento constava a denúncia de que diversas casas de moradores e de veranistas haviam sofrido arrombamentos e danos materiais, o que eles chamaram de uma onda de vandalismo, por isso clamaram pela permanência de policiais durante o inverno. Assim, cabe ressaltar que, com o crescimento urbano, a distribuição do crack e maior divulgação dos acontecimentos, um problema já existente, torna-se ainda maior e como se fosse algo do novo.

A questão da violência nesse bairro-balneário foi tema de estudo de Escudero et al (2017). Os autores desenvolveram uma cartografia social com os jovens da Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Augusto de Assumpção, com o propósito de identificar os lugares de segurança e insegurança, bem como demonstrar a importância da praia para os mesmos. Esse trabalho revelou o uso da praia para os jovens do balneário: gostam de subir nas árvores, saltar e rolar na

¹¹⁹ Entrevista concedida a autora por SILVEIRA, Maria E. [nov.2017]. Pelotas, 2017.

areia. “Algunos practican skaype, otros, gimnasia artistica, aunque no lo hacen en ningún gimnasio, cuando le preguntamos dónde aprendió, contestó: “lo aprendí sólo, por ahí”. La playa se convirtió en un sitio de risas, peripecias, caídas y fotos.” (ESCUDERO *et al*, 2017, p. 5) A (Figura, 47) mostra duas meninas com quem conversei em trabalho de campo, confirmando as observações desses autores sobre o lazer dos jovens na praia.



Figura 47 - A praia como espaço de lazer e contato com a natureza para os jovens
Fonte: foto da autora, 2017.

De acordo com Escudero *et al* (2017, p. 9) os três grupos de trabalho da cartografia social revelaram que nenhum lugar no bairro é seguro: “no hay ningún lugar seguro... “ah! Bueno sí, pero pocos”; otros ni siquiera las casas son seguras”. Na cartografia desenvolvida pelos jovens, a costa da praia e os cruzamentos das ruas foram apontados como lugares inseguros e os mais fechados são onde se sentem mais seguros. A falta de iluminação pública, nas ruas, contribui para a insegurança dos moradores.

Assim, a praia do Balneário dos Prazeres, como um espaço público deveria ser atrativa para todos os moradores, e não transpor a sua função social de espaço de lazer para os lugares fechados e outros balneários. A ampla maioria dos moradores raramente frequentam a sua praia, o que colabora para a insegurança

das pessoas, e modifica as formas de apropriações e usos dos atores endógenos com a praia.

No entanto, aqueles moradores das encostas da mata, na orla, possuem um vínculo bastante forte com a praia. Muitos não se imaginam morando noutra lugar, reconhecem que moram de forma ilegal, mas não se sentem responsabilizados pelas questões ambientais. Acreditam que quem degrada a praia é o veranista, como ocorre na maioria das praias turísticas que acolhem visitantes no verão.



Figura 48 - Lazer das moradoras, no inverno, na praia do Balneário dos Prazeres.

Fonte: Foto da autora, junho 2016.

Elisabeth e suas filhas residem na beira da praia, conhecem esse lugar há mais de vinte anos. Para elas, a única mudança que houve nesse tempo todo foi o avanço da água, relembram o quanto de praia se tinha, que fora levado pelas águas. Quando questionei sobre os problemas da praia, o destaque foi para a falta de banheiros que, segundo as entrevistadas, impossibilita os visitantes de ficarem muito tempo no local, conforme relata Elisabeth:

[...] no inverno é atirado, no verão vem um monte de gente, fazem um monte de coisas, chegou no inverno ninguém bota mais os pés aqui, tem que ser cuidado sempre. Tu pode caminhar em toda a praia, não tem um banheiro público. Nos domingos, muita gente vem, inclusive do Laranjal para a beira da praia tomar chimarrão, pegar sol, para ler, mas não tendo

banheiro, as pessoas se aborrecem e vão embora, é uma pena ,porque é um lugar muito bonito (Elisabeth, 2016)¹²⁰

A outra moradora, filha de Elisabeth, complementa: “É uma pena que os prefeitos prefiram cuidar mais do Laranjal do que daqui”. Esse problema da falta de banheiros na praia, levantado por dona Elisabeth, não é novo nos balneários. Compete destacar que, nas audiências públicas analisadas, ele não foi citado, mas tenho conhecimento de que a questão da construção de banheiros na praia além do argumento ambiental, passa pelo conflito de classe, de estilo de vida. Uns querem os banheiros, outros não. No Balneário Santo Antônio, a construção dos banheiros públicos resultou num conflito de classes e de percepção da paisagem, tendo em vista os diferentes estilos de vida e interesses dos grupos, enquanto o banheiro na praia resulta na perda do valor estético e econômico, na opinião dos comerciantes. Para os usuários, visitantes, os banheiros significariam não precisar pagar ou frequentar os restaurantes só para usar o banheiro e, também, seria um lugar de privacidade para trocar de roupas e uso da água encanada. Alguns proprietários e comerciantes acionaram o Ministério Público, alegando que os banheiros estariam sendo construídos sobre uma área de Marinha, com prejuízo ao “cartão postal da praia”. Por conta desse desfecho, as obras que tinham sido parcialmente construídas (alicerce e paredes) foram desmanchadas. Na matéria da imprensa local na época, constava:

Fim da polêmica. Estrutura de banheiros na praia será demolida hoje.[...] a prefeitura irá estudar novas possibilidades para encontrar a solução definitiva à falta de banheiros nos balneários, em conformidade com os moradores e os frequentadores do Laranjal (DIÁRIO POPULAR, 4 de março de 2013).

Enquanto no Laranjal uma classe dominante decide sobre o que vai ser construído, ou não, no espaço público, no Balneário dos Prazeres os moradores convivem com o estigma e a invisibilidade da municipalidade. Vale lembrar que,

¹²⁰ Entrevista concedida a autora por, Elisabeth. [jul. 2016]. Pelotas, 2016

passados cinco anos desse episódio, a polêmica dos banheiros continua no Balneário Santo Antônio¹²¹, bem como no Balneário dos Prazeres.

Em depoimento, Valdir relatou que, em 2015, houve uma enchente e que, com a subida das águas da laguna, árvores caíram e muitos juncos ficaram depositados na orla, dificultando o acesso à praia. Enquanto a limpeza urbana na “praia dos ricos” ocorreu na mesma semana, na “praia dos pobres” passaram-se meses até que Valdir procurou saber dos serviços urbanos porque não houve a limpeza no Balneário dos Prazeres e recebeu a seguinte resposta: “Nós limpamos aquilo lá e são sempre tudo uns porcos”. Perguntei para um morador daqui do lado, “Tens ido lá na praia par ver como tá a orla? Ele responde: Deus me livre! Lá só tem bandido, vou ser assaltado”.

O preconceito racial com o bairro também está na memória desse ator endógeno, que contou um episódio de discriminação social e racial. Relatou Valdir que, quando a orla do Santo Antônio recebeu diversos *trailers* que funcionavam como barzinhos, o povo todo ia e que ouvia de seus conhecidos a seguinte frase: “Quando voltares para casa, vê se leva esses negros para lá”. Acrescentando, comentou: “Como os negros frequentavam o Barro Duro, o clube, por ter formato de barco, chamava-se Navio Negreiro”. Valdir disse conviver com o estigma de o negro ser um sujeito indesejado não só pelas outras pessoas, mas principalmente pelas autoridades. Falou isso, ao referir-se às prestações de serviços públicos e à atenção que é dedicada ao Balneário dos Prazeres, “minima, em comparação ao que é dedicado ao Laranjal”.

A informação de Valdir, quanto ao descaso dos prestadores de serviços urbanos no bairro, foram também identificadas por Ederson Silva, que relata, na página do *Facebook* do Jornal do Laranjal, a seguinte situação:

Enquanto no Laranjal tiveram todo o cuidado com a fauna e agilidade para a remoção do material que veio com as enchentes, na praia do Totó, mais de um mês depois, a solução passou por tacar fogo geral. Ja fiz denúncia no

¹²¹Conforme consta no noticiário da página da Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, o comentário de um vereador: “Fiquei chocado ao saber que os dejetos dos banheiros químicos são jogados, *in natura*, nos canais (valas) localizados na Avenida Espírito Santo. Onde está a fiscalização da Prefeitura?”.

batalhão ambiental. Como é área da União, vou encaminhar também ao IBAMA (JORNAL DO LARANJAL, dezembro de 2015, p. 10)¹²².

Esse fato observado por Ederson, encaminhado ao jornal e rede social, contendo imagem do crime ambiental, evidencia o quanto o poder público local é contraditório em suas ações. Em 2011, conforme consta na página oficial¹²³ da Prefeitura de Pelotas, a SQA instalou oito placas no entorno da Área de Preservação Permanente (APP) Mata do Totó, no Balneário dos Prazeres, e na Av. Rubens Machado Souto (estrada da Z-3). As placas indicam que é proibido acampar, abrir caminho e fazer fogo, citam a lei de crimes ambientais – artigo 54 da Lei Federal nº. 9605/98, que prevê reclusão de um a quatro anos e multa.

Outro depoimento que demonstra indignação com os serviços prestados pelo poder local é de Glademir. Em seu depoimento, ele destaca as ações territorializadoras do poder público:

A lagoa comeu a praia em 80, 100 metros, eu lembro, quando era guri, que tinha três estradas, era uma mata grande. Hoje **a prefeitura trancou o acesso às matas** é até engraçado de dizer, mas a prefeitura acha que quem acabou com a praia foi o povo. Acabaram **contendo a natureza com pedras**, o que não vai adiantar nada. Quando vier uma ressaca grande bota tudo a baixo. [...] quando vem algum vereador aqui eu falo **vocês fecharam a praia com pedras**, para não ter que limpar. [...] eles **estão impedindo os usos, dos veranistas** eles eram é para ter um controle, botar um guarda municipal vigiando o povo que gosta de se divertir, impedindo de colocar fogo nas raízes das figueiras. Não tem uma churrasqueira, não tem nada. (Glademir 2017)¹²⁴.

O depoimento acima se reporta às medidas do poder público para conter o avanço da erosão e proibir acampamentos, como estratégia para evitar a ação antrópica provocada pelos usuários da praia.

Muitos dos problemas que afetam a territorialidade humana nesse balneário, decorrem dos conflitos de usos do espaço-praia e matas, como as apropriações que a sociedade realiza em áreas em que o poder público, ao invés de estipular

¹²² **Praia do Totó é alvo de criminosos. São aproximadamente 6km de queimada.** Jornal do Laranjal, dezembro de 2015, p.10.

¹²³ MEIRELES. Alessandra. SQA alerta para a preservação de área de Mata Atlântica, 21/01/2011. Disponível em: <<http://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/noticia.html?codnoticia=25112>>.

¹²⁴ Entrevista concedida a autora por REZENDE, Glademir, T. [set. 2017]. Pelotas, 2017.

redefinições de usos, tenta coibir o acesso. Outro depoimento em que o morador se ressentente com o fechamento do território costeiro é do comerciante Fernando:

Eu acho que as pessoas poderiam usar toda a parte natural do Barro Duro e ser fiscalizado pelos guardas municipais, pela Brigada Militar, deixar as pessoas aproveitar essa mata nativa, não proibir de montar uma barraca, passar de carro para cá e para lá, tinha é que haver uma fiscalização mais efetiva (FERNANDO *apud* MAZILLI, 2009).

A ação do poder público foi de controle social. Para Sack (1986, p. 22), o controle social está no impedimento do “acesso a uma área e às coisas dentro dela, ou às coisas que estão no seu interior”. Já, de acordo com os dois depoentes citados acima, o fechamento do acesso à orla afastou muitos veranistas, o que repercutiu negativamente na economia local, fazendo despencar rendimentos que obtinham no verão.

Já, os moradores que não dependem do comércio para sobreviver possuem outra visão sobre as intervenções do poder público na orla. Elvadir acredita que a proibição dos acampamentos e da circulação de veículos pelo poder público foi uma coisa boa medida pois, assim, sobrariam mais espaços para as pessoas, já que o lugar é disputado por muitos, e o acampamento tomava muito espaço. As pessoas chegavam a fechar, com cordas, uma ampla área para suas famílias. Observa que isso não é justo, visto que o lazer se configurava numa apropriação particular de um espaço público.

Os dilemas da organização do espaço urbano-costeiro e da administração de conflitos sociais nesse bairro têm contribuído para acentuar os casos de violência, como assaltos e brigas entre facções criminosas. Essas questões, de uma forma geral, desrespeitam os vínculos de identidade cultural-mítico-simbólica que une alguns usuários endógenos e transitórios, como os praticantes de religiões de matriz africana que usavam a praia, inclusive à noite, para seus rituais. Observo que os usuários do território-praia formam três grupos, o dos moradores antigos, o dos afro-religiosos e o dos moradores novos. Os últimos possuem leituras simbólicas e necessidades diferentes em relação ao território costeiro, predominando a ideia de rompimento em detrimento da de cooperação entre os grupos. Muitos dos moradores antigos têm preferido se deslocar até o Balneário Santo Antônio para

usufruir da praia, e o povo de terreiro tem evitado o uso noturno da praia. Tal fato vem fragilizando os vínculos territoriais dos usuários habituais desse espaço-costeiro.

Outra observação que foi corroborada com as entrevistas é que, assim como os moradores da praia do “pobre” frequentam a praia do “rico”, para lazer nos finais de semana, o fluxo também ocorre no sentido inverso: muitos moradores do Laranjal vem procurando o Balneário dos Prazeres nos finais de semana para a prática de um lazer mais tranquilo, sem o burburinho da concentração de pessoas que ocorre no Laranjal, em todos os finais de semana de dias ensolarados. Essa procura social pela praia do “pobre” é tanto pela admiração da beleza das paisagens, quanto pelos preços mais atrativos das merceárias, das prestações de serviços diversos das padarias do que na praia do “rico”.

As comerciantes Lidia Almeida e Raquel Almeida, proprietárias de uma padaria há 20 anos no local, confirmam isso: “Temos clientes de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Colônia Z-3, temos muitos clientes do Laranjal, compram aqui e no Mercado Ribeiro”. Alguns moradores, buscam mostrar o bairro como um espaço importante, apesar de todos os problemas que apontam.

As declarações sobre o lugar são de amor, remetendo à ideia de topofilia de Tuan (1980). Depoimento, como o da jovem Lidia, mostra esse afeto para com o lugar: “Não trocaria meu bairro por nada [...] amo demais; é uma pena que nenhuma política olha para o bairro”. O outro depoimento é de Mara Nunes: “Sinto uma tristeza tão grande pela perda da mata e ter que lidar diariamente com a modificação, com a erosão, as figueiras tombando pela mão do homem, é profundo, me marca muito” (Mara, 2017)¹²⁵.

O sentimento de pertencimento ao lugar e a criação de vínculos mais ‘sólidos’ com a natureza, espaço de lazer e qualidade de vida fazem sentido no desejo de os moradores intervirem na qualidade do território do qual fazem parte, sobretudo, os mais antigos. Já, os moradores mais novos não se identificam plenamente, permanecem no lugar por uma necessidade de moradia, às vezes de forma temporária, pela condição de irregularidade. Sendo assim, seus vínculos ainda são frágeis.

¹²⁵ Entrevista concedida a autora por NUNES, Mara [jul. 2017]. Pelotas, 2017.

Cabe destacar que, enquanto alguns moradores compreendem que os fenômenos ocorrem na orla por origem natural, outros percebem como provocados pela ação humana. Outros, ainda, associam a ambos os fatores, natural e social, e outros, à origem sobrenatural¹²⁶.

O apreço pelo lugar onde reside, também, foi apontado por Elvandir, quando me revelou que se sente como se tivesse nascido no Balneário dos Prazeres, apesar de ter rodado o Estado por conta de seu trabalho, enquanto escultor, concluindo:

Aqui é diferenciado, é um povo humilde, não no sentido de carências de coisas, mas é digno, é um povo que sabe viver, sabe interpretar a vida com vida e respeitá-la com carinho, no dia a dia, parece que tem mais vida, onde se chega e é bem recebido (Elvandir, 2017).

Na opinião desse entrevistado, os atributos do espaço social do Balneário dos Prazeres não são valorizados. Seus depoimentos clamam por justiça e reconhecimento por parte de uma Pelotas que, segundo ele, vive da aparência do que um dia foi, e não do que é.

Para o prof. Paulo, é visível a divisão que promove disputas entre a praia dos “pobres”-Barro Duro e a praia dos “ricos”- Laranjal, há bastante tempo:

[...] acho que é até mesmo uma divisão cultural. Eu noto como professor que, até mesmo, os jovens daqui do Barro Duro se sentem diminuídos perante a praia do Laranjal, como se diz. Isso é bem notório, às vezes até dá conflitos de turmas, os daqui vão pra lá e brigam, os de lá vem pra cá e brigam, mas acho que isso, já está mudando um pouco (Paulo,2017)¹²⁷

De acordo com ele, o comentário dos jovens do Balneário dos Prazeres quando haviam esses conflitos, era o seguinte: “O Laranjal era o bairro dos ricos e aqui, o bairro dos pobres, constatei algumas brigas”. Mas no Laranjal, explica o professor, na localidade do Pontal da Barra, também tem área de posseiros e de gente pobre, como na chamada Vila da Nesga.

¹²⁶ “A Iemanjá tinha que estar de costas para o mar e não de frente, porque ela, estando de frente, está puxando as águas para ela. [...] enquanto não chegar um que vire a Iemanjá de costas para o mar e conversar com ela, não vai adiantar nada” (Mãe Neci D’ Oxalá em depoimento, Mazzili, 2013)

¹²⁷ Entrevista concedida a autora por RODRIGUES, Paulo. R [Set. 2017]. Pelotas, 2017.

Sobre a situação da praia, ele comenta que, na realidade, não temos mais praia, “o poder público poderia criar a praia, trazer areia do canal de navegação e restabelecer a praia para o povo” (Paulo, 2017).

É comum os moradores das praias reivindicarem maior cuidado por parte dos visitantes, como consta na citação abaixo:

Sabemos que muita coisa tem que ser feita nos nossos balneários – Valverde, Santo Antônio e dos Prazeres – contudo, é preciso que haja uma reciprocidade dos veranistas, pois todos nós temos que fazer algo no sentido, não apenas de preservarmos o Laranjal, mas acima de tudo fazer com que ele fique mais bonito e aconchegante (DIÁRIO DA MANHÃ, 01/12/1998)

Essa reportagem faz um apelo aos veranistas, de uma forma geral, para preservar e ajudar a desenvolver os balneários de Pelotas, uma vez que as ações dos atores e agentes transitórios e exógenos tendem a interferir negativamente no espaço de vida alheio.

A relação entre os moradores diz muito das espacialidades que se desenham no Balneário dos Prazeres, já que suas ações são partes da gestão desse espaço costeiro.

4.1.2 Reivindicações dos moradores mais antigos

Os moradores e comerciantes mais antigos desse balneário, desde os anos 1970, observam a erosão pelas águas diminuir o espaço de praia, tombarem as figueiras centenárias e demais espécies nativas, assim como há neles a preocupação em solucionar diversos problemas que decorrem do fato de o seu território acolher a diversidade social de novos moradores e dos visitantes na sazonalidade do verão.

Dentre os documentos cedidos por Valdir, há um recorte do jornal Diário Popular do dia 2 de fevereiro de 1979, onde consta uma nota referente a um ato de pressão dos moradores e veranistas sobre o poder público que não atendia às solicitações dos mesmos:

[...] A manifestação reivindicatória ao poder público municipal relaciona-se às condições atuais do Balneário dos Prazeres ao qual o governo dispensa menor atenção em comparação ao Valverde e ao Santo Antônio, mais frequentados por pessoas de posição econômica e social elevada, segundo os idealizadores do movimento (DIÁRIO POPULAR, 2/2/1979).

Conforme consta na citação acima, a inconformidade dos veranistas e moradores foi manifestada no ano anterior, em ofício encaminhado ao prefeito e, como não obtiveram respostas, esses arquitetaram um novo esquema de pressão para sensibilizar o governo, “usando placas na abertura dos festejos de Iemanjá com a presença de considerável público e da cobertura da imprensa. Dessa forma, pensaram ser mais fácil obter a atenção do executivo”. Esse registro pode ser visto na (Figura, 49) a seguir.

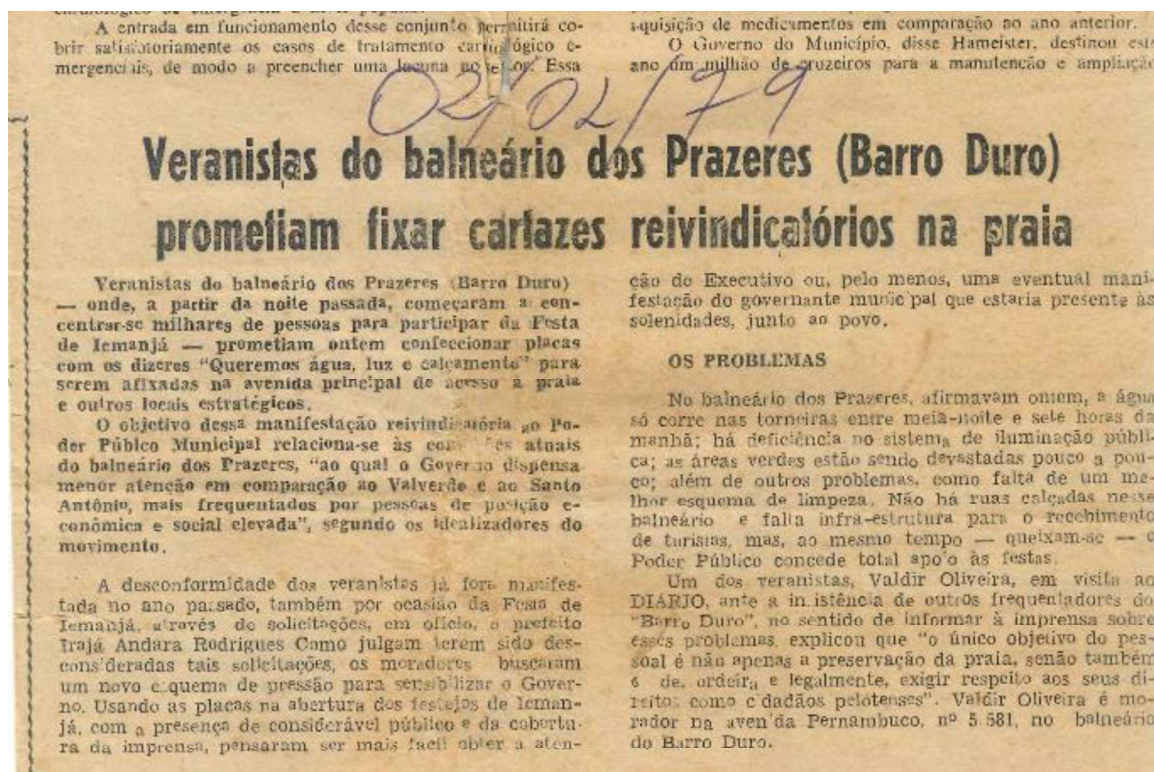


Figura 49 - Nota reivindicatória dos moradores e veranistas do Balneário dos Prazeres.
Fonte: Diário Popular, 2 de fevereiro de 1979, documento cedido por Valdir.

Dentre os itens reivindicados, menciona-se o fato de o poder público conceder apoio à festa de Iemanjá, mas sem dar infraestrutura para o recebimento de turistas. Transcorridos nove meses, os moradores postaram uma nota reivindicatória no jornal Diário da Manhã, pedindo solução para os mesmos problemas anteriores. Cabe ressaltar que a conservação das matas já constava dentre as reivindicações dos moradores. No documento encaminhado ao prefeito, Irajá Andara Rodrigues,

em 14 de novembro de 1979, havia a assinatura de 30 residentes e proprietários nesse balneário.

No conjunto das reivindicações¹²⁸ dos moradores durante esse período, constam: a) proibição de instalação de tendas de lanches e gêneros alimentícios sem as condições exigidas pelo centro de saúde local e demais órgãos públicos; b) conservação da única área de esportes, cuja existência estava ameaçada pelo traçado da Avenida Pernambuco, sentido loteamento novo, e pela construção de casas e favelas ao seu redor; c) iluminação nas ruas, d) calçamento; e) fornecimento de água no verão.

Um outro documento datado de janeiro de 1982, endereçado ao jornal Diário da Manhã, em nome dos moradores e de aproximadamente 10 mil veranistas, salientava-se o fato de a Festa de Iemanjá ter servido de palco para campanhas políticas. As reivindicações que constam no documento apontam para a invisibilidade, frente às necessidades dessa praia,

O serviço de turismo nem procura saber se existimos [...] que sejam feitos sanitários decentes condizentes com os veranistas que aqui colocam suas barracas, maior fiscalização das rendas mercantis e plano diretor, limpeza nas ruas, reposição de lâmpadas, limpeza e calçamento em nossas avenidas, que nossas belas matas não sejam tomadas pelas águas como está acontecendo e que o posto policial seja recuperado, consertando seus sanitários e dependências, voltando o policiamento a dar maior segurança aos moradores (DIÁRIO DA MANHÃ, ? /01/1982)

Os moradores desse balneário, também, organizaram um abaixo-assinado que foi encaminhado ao ex-prefeito e Deputado Federal Irajá Andara Rodrigues em 20 de agosto de 1988, com 280 assinaturas. Nesse, consta o pedido de soluções para o grande avanço das águas, que, conforme o documento:

[...] resultou na total eliminação da área de praia e de parte desta magnífica floresta e estendendo-se a falta de infraestrutura básica aos moradores como limpeza das ruas, pavimentação de suas ruas e descidas de acesso à praia, limpeza da mesma, um plano diretor a reger e moralizar.

¹²⁸ As reivindicações fazem parte de um conjunto de documentos compostos por recortes de jornais e abaixo-assinados encaminhados à municipalidade e a órgãos da imprensa local de Pelotas. Tais documentos foram cedidos por Valdir Oliveira.

Os registros em jornais e abaixo-assinados evidenciam que os moradores já há bastante tempo vêm alertando o poder público e a sociedade civil sobre os processos de erosão costeira e impactos do veraneio na vegetação nativa da orla, como mostra a matéria intitulada “Barro Duro: Moradores Protestam contra devastação da Mata Nativa”:

[...] a mata está sendo devastada de diversas formas, seja pela inconsciente presença de pessoas em busca de local para fazer churrasquinho, ou os que cortam a mata para fazer lenha. É normal e frequente vemos pessoas desgalhando árvores ou fazendo fogo junto ao tronco das mesmas. Não estamos querendo impedir que a população usufrua desta área para fazer o seu lazer, até porque é muito merecido, mas queremos que o poder público fiscalize e multe as pessoas que cometerem este tipo de dano à natureza (DIÁRIO DA MANHÃ, 24/04/1994).

Ainda nessa década, a prefeitura tentou conter a erosão que ameaçava uma figueira em frente ao *camping* Cabana do Pai Tomás e do bar Barranco, local de grande afluência de veranistas de final de semana. A obra constituiu-se de “uma mureta que formava meia lua de aproximadamente 10 metros de largura e 50 cm de altura construída com pedras de fundação” (DIÁRIO POPULAR, 16/02/ 2003, p.12). Tal obra, com o passar dos anos, foi levada pelas águas da laguna, vindo a tornar-se um risco para os banhos naquele local.

No conjunto das reivindicações, compete ressaltar a matéria jornalística a seguir que, além de evidenciar os problemas ambientais mais frequentes nesse balneário, requer providências por parte do poder público:

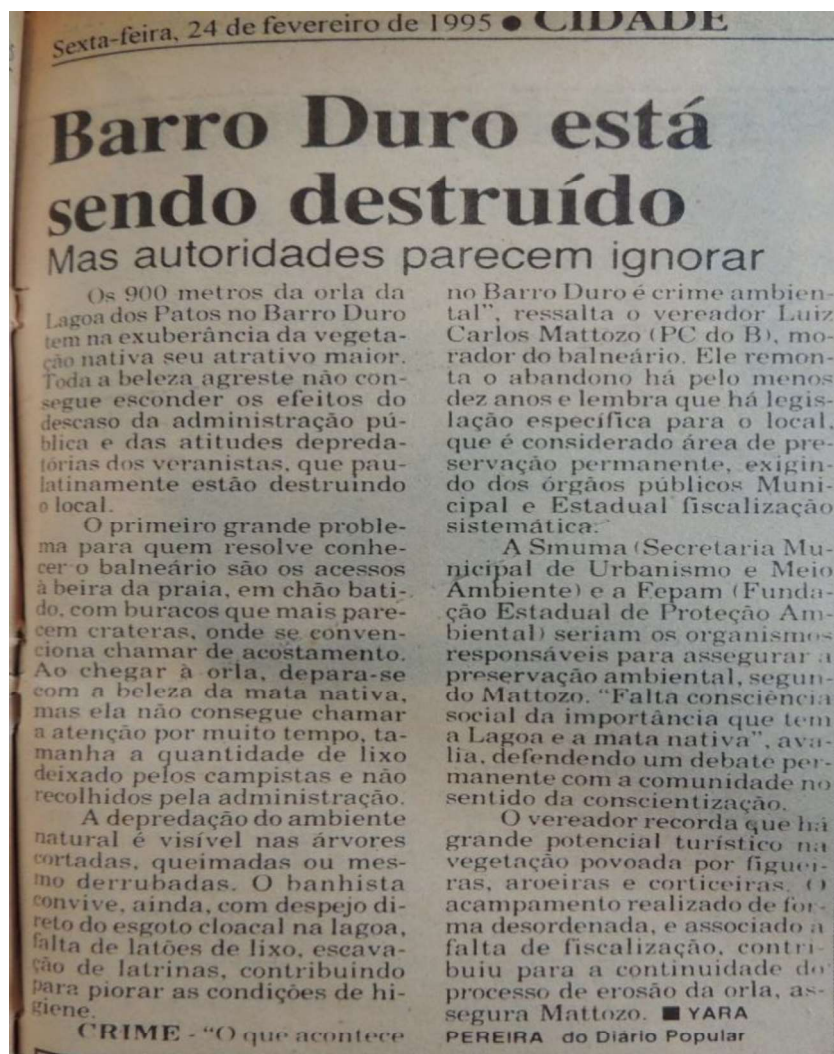


Figura 50 - Alerta de destruição da praia do Barro Duro.

Fonte: Diário Popular, 24/02/1995.

Os moradores e veranistas do Balneário dos Prazeres, representados por Valdir, são incansáveis em suas reivindicações e lutas pela preservação ambiental e qualidade de vida nesse local, que consideram um dos mais belos recantos naturais de Pelotas. Na tentativa de resolver o que, para eles, é o problema mais grave dessa praia – o seu processo erosivo com perda da mata - foram em busca de soluções e elaboraram um projeto para restabelecer a praia recreacional e evitar a perda do bosque.

O projeto¹²⁹ intitulado: "Proposta para recuperação das áreas afetadas por erosão na praia estuarina do Barro Duro – Laguna dos Patos/RS", entregue ao

¹²⁹Esse projeto teve a coordenação do professor Dr. Lauro Júlio Calliari, o qual envolveu em sua equipe de trabalho o Prof. Gilberto Griep, Prof. Dr. Nicolau Speranski, Prof. Dr. Carlos Hartmann, técnicos de laboratório, acadêmicos do curso de Oceanologia e pesquisadores da FURG. Além da

poder público local no ano de 2000, buscava sensibilizar o poder público, a fim de que esse tomasse alguma medida eficaz.

Na sequência histórica dos fatos apresentados nos materiais cedidos por Valdir, há um documento que os moradores encaminharam à FEPAM solicitando um Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), para que o poder público pudesse apreciar o projeto.

Em nota ao jornal Diário Popular de 19 de outubro de 2000, Valdir, em alusão a uma manchete, a qual fala que a mata nativa pode ser extinta e que não existe medida de impacto para conter a ação danosa das pessoas ao ambiente, argumenta:

O que realmente está faltando é vontade política e ao invés de só falar, agir e colocar menos a culpa nos veranistas, que hoje são bem poucos os que estão conseguindo descer até a mata, muito menos fazer seu churrasco (DIÁRIO POPULAR, 19/10/2000).

Em outubro de 2001, ocorreu um evento natural em que forte tempestade fez subir o nível da laguna atingindo os balneários do Laranjal¹³⁰. O fenômeno foi registrado pela imprensa com a seguinte chamada: “Vendaval: balneários ficam em baixo d’água, ventos fortes arrasaram residências no Balneário dos Prazeres” (DIÁRIO POPULAR, 9/10/2001, p. 4).

Para atenuar o avanço das águas e conter a erosão, a gestão do prefeito Fernando Marroni¹³¹ tomou como providência a colocação de cargas de pedras na orla.

No entanto, não faltaram críticas por parte de políticos e moradores do Balneário dos Prazeres, como a do ex-vereador, ex-deputado federal Nelson Härter

participação de professores e profissionais gabaritados da região, vinculados às instituições UCPEL e FEPAM. O custo estimado do projeto seria da ordem de R\$ 35.000.

¹³⁰Nesse evento, lamentavelmente, as centenas de cobras de espécies diferentes que habitavam o ecossistema costeiro lagunar foram mortas pelos agentes da prefeitura, por não ter quem realizasse a distinção entre as espécies venenosas e as nocivas. Na matéria jornalística, esse animal foi quantificado: “Mais de 1000 cobras foram encontradas no Laranjal durante o final de semana de mutirão de limpeza na praia” (Diário Popular, 15/10/2001, p.5).

¹³¹ Esse prefeito, talvez tenha sido o que mais se voltou à preservação do meio ambiente. Em sua Gestão a SQA passou a se responsabilizar pela construção de políticas a partir do movimento da sua área e o espaço urbano foi melhor reordenado (JUNIOR 2009),

Filho que, em nota ao jornal Diário da Manhã, chama a medida de “solução amadora”:

[...] O poder público ao invés de realmente realizar uma obra de contenção da erosão, limitou-se em descarregar algumas cargas de pedras inclusive comprometendo os troncos das árvores. Dessa maneira não vai resolver o problema, até porque as pedras já começaram a ser retiradas e levadas por estranhos (DIÁRIO DA MANHÃ, 21/02/ 2002).

Já as reivindicações dos moradores em alusão a esse fato vão mais longe, dizem respeito não só à orla da praia, mas ao bairro como um todo, como fica evidente no trecho do abaixo-assinado, elaborado pelos moradores:

[...] Há muito tempo não há limpeza pública, reposição de luminárias, com quarteirões completamente às escuras, entulho de lixo em determinadas ruas, limpeza na beira da praia a exemplo do que acontece no Balneário Santo Antônio, temos escoamento fecal em plena rua, sujeiras, atoleiros, e o mais importante: a recuperação da orla da lagoa, pois a erosão destrói gradativamente a mata nativa que costeia o nosso Balneário e o grande avanço das águas, resultando na eliminação total de nossa praia [...] estamos cientes e já com Pré-Projeto aprovado pelo Laboratório de Oceanografia Geológica da Fundação Universidade Federal de Rio Grande [...] só necessitando de aprovação por esta prefeitura, sabendo que desde 1979 diversos abaixo assinado à governantes, foram feitos sem resposta alguma (ABAIXO- ASSINADO DOS MORADORES DO BALNEÁRIO DOS PRAZERES, ENCAMINHADO AO PREFEITO FERNANDO MARRONI (22/01/2001).

Para o secretário de Urbanismo da Prefeitura, também, foi enviado abaixo-assinado, no qual muitas das reivindicações se repetem. No ano seguinte, o poder público local criou o Decreto nº 4.408, de 07 de agosto de 2002, que regulamenta o acampamento de veranistas na mata do Balneário dos Prazeres, exigindo autorização prévia, estabelecendo o número máximo de barracas e o período de permanência em local pré-determinado. No entanto, os acampamentos sem infraestrutura continuaram, inclusive com a circulação de veículos no interior da mata (Figura, 51).



Figura 51 - Trafego de veículos no interior da mata.

Fonte: Ruas (2012).

Frequentar de veículo a praia parece ter se constituído em algo cultural para os veranistas de Pelotas e Rio Grande, visto que, na praia do Cassino¹³² desta cidade, este fato também é marcante. Em ambas as praias, a mudança de hábitos dos usuários requer que os órgãos municipais invistam em infraestrutura, criando espaços de estacionamento para os veículos, sobretudo, na praia do Casino, onde o fluxo é infinitamente maior, daí a permissividade dos órgãos públicos, pois interessam-se na imediata circulação de capitais gerados.

Em face dessa atitude do poder público, os problemas socioambientais foram se agravando durante décadas de invisibilidade, como mostra o texto a seguir:

A ausência de uma política ambiental para Pelotas, a qual deve ser implementada pelo Executivo Municipal, é o vácuo que permite a deterioração do ambiente lagunar, manifesto nas voçorocas, no desmatamento, na erosão, na invasão de áreas públicas, no lançamento de esgoto sem tratamento e no uso e ocupação da praia sem nenhuma interferência da fiscalização do município. [...] o poder Executivo tem aplicado zero % na proteção ambiental (Diário da Manhã, 7/12/1996).

¹³²Esse tema pode ser encontrado em: PORTO, S, Fabrício. **Considerações acerca da presença de veículos automotores na faixa de praia ao largo do balneário Cassino/RS, do processo de gestão e de sua distribuição espaço-temporal.** 2014. 76f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

Frente a essa ausência de política ambiental no município, foram muitas as reivindicações que os moradores e visitantes registraram junto aos meios de comunicação, a fim de chamar a atenção do poder público para tal situação de abandono e degradação ambiental no litoral.

Os abaixo-assinados dos moradores do Balneário dos Prazeres se repetiam, praticamente todos os anos, pleiteando as mesmas medidas. Percebo que o não atendimento das necessidades do bairro desencadeou a indignação dos moradores para com os atores sociais transitórios, ou seja, os veranistas, religiosos ou não, que usam a praia para acampamentos em precárias condições. Num dos documentos constavam, dentre outras, as seguintes reivindicações:

- Que não é de interesse de todos os moradores os acampamentos selvagens que há lá em baixo, pois como sabem moradores que pagam os seus impostos, não tem casa na beira da praia, no mato, só posseiros.
- Gostaríamos de saber porque sendo a praia do Balneário dos Prazeres na mesma orla da lagoa dos Patos, onde fica o Bal. Santo Antônio, tem tratamento diferenciado.
- Que enquanto tem dezenas de garis limpando a beira da praia do Santo Antônio, na nossa praia não existe um sequer (ABAIXO-, ASSINADO DOS MORADORES DO BALNEÁRIO DOS PRAZERES, 26 DE DEZEMBRO DE 2006).

Os anos vão passando, a cidade cresce em número populacional, e os problemas do bairro se intensificam, visto ser uma das poucas áreas verdes na cidade que acolhem veranistas das classes populares vindos de diferentes bairros periféricos da cidade. E um dos poucos lugares que reúne as condições necessárias para as práticas afro-religiosas. Os veranistas, que outrora foram aliados na luta pelas reivindicações de melhorias para a praia, passam a ser vistos pelos moradores como os responsáveis pela degradação das matas devido às suas práticas não condizentes com o espaço natural por eles apropriados, já bastante degradado e sem infraestrutura para recebê-los. O termo “acampamento selvagem”, na citação acima, remete à manifestação da territorialidade do lazer advindo da espontaneidade e da necessidade de criar meios para suprir a carência de infraestrutura na praia, como banheiros, churrasqueiras, pias, lixeiras e da própria condição social dos frequentadores.

Nas reivindicações dos moradores registradas em ata de reunião no dia 23 de janeiro de 2007, o que consta, além das anteriores, são:

[...] as pedras colocadas na frente da gruta da Iemanjá que hoje estão dentro d'água prejudicando o banho; proibição de acampamentos na mata, "pois estão demolindo nossas árvores, queimando e cortando, assim como fazendo do mato banheiro para necessidades fisiológicas dos mesmos" (ATA DE REUNIÃO – MORADORES DO BALNEÁRIO DOS PRAZERES, 23/01/2007).

Nesse sentido, eles encaminharam documento e assinaturas de moradores ao Secretário Municipal de Turismo, Marcelo Mazza Terra. Esse material foi recebido no dia 17 de outubro de 2007. Nele, aparece a solicitação da não permissão de acampamentos na mata da praia e que a mesma seja incluída como roteiro turístico da cidade. Também, solicitaram o reflorestamento da mata, pois alegavam que o uso intenso degradou a área.

Com a participação de representantes do poder público local, no ano seguinte dia 31/07/2008, os moradores do bairro reuniram-se novamente para discutir as históricas demandas do mesmo e assuntos referentes à Mata Atlântica presente na orla da praia, a qual passou a ser o mote para o jogo de pressão dos moradores.

A análise dessa ata evidenciou que o poder público trata esse balneário como uma periferia pobre qualquer da cidade, e que os moradores fazem uso da natureza presente no local para exigir um tratamento de bairro turístico, tal qual os outros dois balneários da cidade. Na ata, foi registrada a fala do vereador Fabricio Tavares referindo-se que a prefeitura contemplou o bairro com casas populares e que o conserto dos buracos da Avenida Adolfo Fetter seria uma benfeitoria para a comunidade. Em resposta, Valdir disse que os moradores não queriam que o poder público comparasse o Balneário dos Prazeres a bairros populares, como Getúlio Vargas, Navegantes, etc., uma vez que consideram um bairro turístico de grande potencial. Com a presença do biólogo Ivan Vaz, houve a defesa do lugar enquanto área de Mata Atlântica e zona de preservação permanente. Os moradores presentes na reunião manifestaram-se pedindo contêineres para o lixo, construção de um posto policial, iluminação pública, averiguação de ligações clandestinas de água e luz, gabiões, que foram prometidos para salvar as figueiras, limpeza das descidas da praia e um local para lazer das crianças.

A pressão sobre o poder público para que os acampamentos fossem proibidos tornou-se constante, apesar de não representar a unanimidade dos

moradores. No início do mês de setembro de 2009, outro abaixo-assinado¹³³ foi entregue ao prefeito em exercício, Adolfo Fetter Jr. No documento constavam inúmeros pedidos de socorro, a maioria das reivindicações diziam respeito à preservação da “nossa Mata Atlântica”, apontavam a Lei Federal nº. 11.428, de 22/12/06, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Também eram citadas as necessidades do bairro: a) contenção do avanço da laguna, que destruía as figueiras centenárias e outras tantas árvores; b) fiscalização dos posseiros da Avenida Mato Grosso (beira da laguna), que ampliavam as áreas de ocupação, serravam árvores e interferiam na erosão natural da encosta, desencadeando novas voçorocas; c) contenção dos deslizamentos na área de acesso à praia; d) reposição da iluminação da avenida Adolfo Fetter e operação tapa-buracos no asfalto; f) e outras necessidades já citadas anteriormente.

Na gestão do prefeito Eduardo Leite (2012-2016), também foram feitas diversas solicitações, tais como:

- a) fiscais como havia há 20 anos atrás; b) inibição dos carros de cruzarem o mato e de acampar; c) direito dos proprietários ter acesso às descidas da praia, assim como à avenida Mato Grosso; d) mais integração entre as secretarias, como constou no plano de governo, pois a Secretária de Qualidade Ambiental (SQA) está tolhendo o direito de ir e vir dos moradores deste bairro, ao colocar de forma grosseira as pedras nas cabeceiras das descidas; e) que as Avenidas Pernambuco entre a Avenida Guanabara está havendo erosão no meio da rua e a água da chuva está entrando dentro das casas; f) na Avenida Guanabara está acontecendo o mesmo que na Avenida Pernambuco, trecho fundos da igreja até a descida para a praia, com risco de erosão de um poste de luz cair; g) falta de iluminação na Avenida Pernambuco, Guanabara e rua Taquara; h) praça de entrada da Avenida Amazonas, local público invadido por posseiros; i) limpeza permanente de entulhos de nossas ruas e avenidas; j) esgoto a céu aberto em algumas ruas e na beira da praia próximo à Gruta; l) salvamento das figueiras centenárias através de projetos em anexo, aproveitando as pedras colocadas em 2001 pelo prefeito Marroni.

A falta de atenção e interesse do poder público local para com a praia dos pobres foi responsável pelas ocupações em áreas públicas, haja vista o movimento reivindicatório dos seus moradores e os investimentos nos outros Balneários¹³⁴.

¹³³ Através de abertura de processo Nº Of/002126/2009, junto ao gabinete do prefeito.

¹³⁴ Em 2012, a municipalidade entregou para a população a obra de requalificação da orla dos Balneários Santo Antônio e Valverde, realizada por meio do Projeto Pelotas Polo do Sul, financiado

Em documento encaminhado pelos moradores do bairro à Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, encontrei a seguinte passagem:

Nosso bairro está cercado pela mata nativa, que faz parte da Mata Atlântica, havendo uma lei federal, projeto Lei 3285/92 que nos protege da devastação causada pelo homem, quando desmata, queima suas árvores e principalmente figueiras centenárias, retirada de areia da praia para acampamentos proibidos, aluga espaço na mata, provoca voçorocas imensas, como a que está sendo iniciada na descida da avenida Guanabara, assim como outros tantos delitos, como latrinas feitas em buracos feitos na mata. Nosso bairro não tem estrutura para tanta gente que vem acampar em lugar impróprio, para a Festa de Iemanjá nos dias 01 e 02 de fevereiro. (TERMO DE INFORMAÇÃO PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE PELOTAS, 26/01/ 2010).

Portanto, são diversas as denúncias contidas no documento, referindo-se a práticas de apropriações do espaço, em desconformidade com a sustentabilidade ambiental.

Os prazeres do balneário são postos em xeque, “[...] alguma razão histórica deve ter servido para que o [balneário] Barro Duro tivesse esse nome ou a denominação de Prazeres. Hoje, provavelmente, os prazeres oferecidos pelo Barro Duro seriam discutíveis” (Diário popular 16/01/1990). Ou, como declarou uma moradora no documentário “O Barro Duro”: “Vamos lá para o Balneário dos Prazeres, mas que prazer que tem aqui, vamos sentar em baixo de uma árvore, que prazer que tu tens? É macumbinha aqui, é macumbinha ali, é garrafa quebrada” (MAZILLI, 2009). Como é raro o recolhimento das oferendas pelos religiosos, e as limpezas da prefeitura ocorrem com frequência só no verão, esses resíduos acabam se acumulando nas entranhas da mata e areia da praia.

pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), a qual custou R\$ 2,12 milhões. Dentre as melhorias, constaram: pavimentação do calçadão em blocos de concreto do tipo Holland, nas cores grafite e natural; encanteiramento das figueiras históricas e dos plátanos; tratamento fitossanitário; três pracinhas de brinquedos; espaço para academia, com dez equipamentos e quatro aparelhos para ginástica ao ar livre; seis travessias com a medida de cinco por 24 metros cada, com acessos assinalados por blocos na cor vermelha e faixas de segurança realçadas na coloração natural; paraciclos ou estacionamentos para bicicletas; mobiliário urbano: 271 bancos (202 novos e sem encosto, 54 recuperados e com encosto, e 15 sextavados ao redor das árvores), 45 lixeiras e 34 postes reformados com quatro pétalas cada.

BARRETO, J. Calçadão do Laranjal: inauguração será sábado às 16h. **Jornal Tradição Regional**. Variedades, Pelotas 09-11-2012. Disponível em:

<<http://www.jornaltradicao.com.br/site/content/variedades/index.php?noticia=4199>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

De acordo com os documentos, os casos mais evidentes ocorriam com as práticas de *campings* clandestinos na orla do Balneário dos Prazeres, cuja reintegração de posse pela SQA do Município ocorreu em dezembro de 2010.

Todavia, trata-se de espaços tensionados, porque, por menos praticada que seja, existe a ordem política do lado da cidade capitalista, a qual realiza zoneamentos, fechamento do espaço público e regularização fundiária como prática territorial, uma vez que a visão de cidade predominante é a da cidade mercadoria, e a de natureza é aquela que isola o ambiente natural do restante do território, tal qual ocorre no espaço costeiro pelotense. Enquanto, na realidade, seria preciso olhar para a questão ambiental e social juntas, ao mesmo tempo.

Conforme Antônio Soler, ambientalista e coordenador da ONG Centro de Estudos Ambientais (CEA), em entrevista sobre os conflitos ambientais do litoral lagunar pelotense:

Acabamos caindo num falso dilema ou numa certa mesquinhez de disputa política e acadêmica que é: quem vai dominar aquele território (de quem é o pedaço) ou o grande capital, ou seja, os opressores e os oprimidos, e acaba-se esquecendo completamente da questão ambiental (ANTÔNIO SOLER EM ENTREVISTA À AUTORA EM 12/4/2016)¹³⁵.

Soler, junto ao CEA, é autor da lei que tombou a mata do Totó no Balneário dos Prazeres, a qual é vigente até hoje. Em sua opinião e na dos gestores públicos da SQA, a recuperação dessas áreas públicas apropriadas tem o seu caminho mais encurtado, ao serem transformadas em parques. O depoente diz que: “Não se trata da falta de verba para intervir na questão ambiental, mas sim de falta de experiência dos governos que estão aí e por falta de prioridade da política ambiental”. Prossegue:

[...] o fundo municipal do meio ambiente até pouco tempo atrás tinha 2 milhões de reais parados desde o primeiro governo Fetter, os projetos são editais públicos, tinham projetos aprovados pelo conselho que são mecanismos legais que aprovam projeto, mas o governo não obedecia esse recurso legal, não reconhecia e não liberava recurso para as entidades que foram contempladas com o recurso (Antônio, 2016).

¹³⁵ Entrevista concedida a autora por SOLER, Antônio. [abr. 2016]. Pelotas, 2016.

Ainda, segundo Antônio Soler, é necessário encontrar alternativas que garantam o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e que promovam igualmente a justiça social.

Contudo, o que acontece é que no âmbito da orla há conflitos de competências administrativas entre União, Estado e Município. No caso do Rio Grande do Sul, o Plano Estadual do Gerenciamento Costeiro ainda não foi aprovado, então não está definido o que é de competência do Município e, assim, o espaço se (re) produz de forma conflitiva. Em diversos outros municípios, onde há ações de gerenciamento costeiro, conforme aponta Scherer (2006), ocorrem sobreposições de competências:

[...] o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro (ZEEC) e o Plano de Gestão da Zona Costeira (PGZC) do município, instrumentos do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, tem incidência na mesma área que o Plano Diretor. Da mesma forma, o Projeto Orla (SCHERER, 2006, p. 5).

Tal fato requer maior diálogo entre essas instituições. Frente à situação passada e atual do bairro-balneário, alguns entrevistados apontaram suas preocupações em relação ao futuro do lugar. O futuro deverá ser marcado por tensionamentos, como destacado por Corrêa; Rosendahl (2010, p. 108). Para eles: “O futuro é marcado por uma tensão entre permanências e mudança, tensão que opõe grupos sociais distintos em torno da continuidade ou ruptura face a um presente experienciado de modo distinto por cada um deles”.

A respeito do futuro do lugar, Marilene (2016) revela que:

se não tomarem uma providência, no futuro não terá mais essa paisagem, não terá mais essa beleza. É algo que eu estou vendo, minhas netas, se não tomarem uma providência, não vão ver. Será que elas poderão ficar aqui?

Portanto, observa-se que há, entre os moradores, desde a década de 1970, um grande interesse em resgatar o espaço-praia do passado, preservando o meio ambiente e mantendo a sociabilidade, o respeito e a parceria entre aqueles que desfrutam do lazer e do contato com a natureza.

A seguir, serão analisadas, ao longo do tempo, as práticas espaciais dos veranistas populares que compõem o grupo dos atores transitórios do Balneário dos Prazeres.

4.2 “OS POBRES VÃO À PRAIA”

Para compreender o fenômeno social de procura dos menos favorecido pelo litoral, é preciso ter em mente o que se passava na ordem distante (LEFEBVRE, 2013) nesse período. Em outras palavras, quais as repercussões locais da conjuntura ideológica e modelo econômico no referido período?

A partir dos anos 1980, o capitalismo mundial passou para a sua fase pós-fordista, ou de acumulação flexível, na qual vigoraram os processos de desindustrialização e neoliberalismo. No livro “A condição pós-moderna”, David Harvey (1992) aponta as principais transformações desse período histórico no qual ele associa a modernidade com a fase fordista do capitalismo e a pós-modernidade, com a fase de acumulação flexível. Nesta última, o Estado vai gradativamente perdendo força e deixando muito maior liberdade para que as “forças do mercado” comandem a economia. Porém, de outro lado, o Estado está presente na defesa dos mercados. Para Haesbaert e Gonçalves (2005, p.60), “a desregulamentação dos mercados, que é característica central da globalização neoliberal, veio acompanhada também pela proliferação das redes ilegais ou ilícitas da economia”, como o crescimento das áreas de favelas, do tráfico de drogas e armas, problemas cujos efeitos mais perversos ocorreram e ocorrem nos países subjugados pelos processos históricos do colonialismo.

No Brasil, o período entre 1987 e 1994 é marcado pelas altas taxas de inflação, crise do Estado, emergência de um populismo neoliberal e processos de desindustrialização das cidades. Em Pelotas, muitos empresários buscaram assegurar seus capitais investindo no setor imobiliário. As construções e promoções imobiliárias passaram a ser a forma de acumulação de capital mais frequente na cidade. E a região da planície costeira, junto às margens dos cursos d’água, como o arroio Pelotas, canal São Gonçalo e Laranjal, se constituíram nas áreas de maior interesse do setor imobiliário.

O crescimento da Região Administrativa Laranjal passou a ser objeto de preocupação do poder público municipal, que desenvolveu o Projeto Laranjal 21. De acordo com esse, “a estimativa do crescimento da zona balneária é três vezes maior do que o da cidade” (DIÁRIO POPULAR, 24/01/1993).

Esse crescimento urbano gerou maior pressão sobre os usos dos espaços de lazer na cidade. No Laranjal, a procura maior do lazer de praia se deu no espaço Balneário dos Prazeres, já considerado um lugar de fácil acolhimento para os mais pobres. Desse modo, as classes mais favorecidas poderiam veranejar na chamada “praia dos ricos” com seus pares, buscando afastar os pobres e negros do seu convívio.

Conseqüentemente, os veranistas do Balneário dos Prazeres constituem-se de pessoas provenientes de classes populares que se reúnem em torno de um interesse comum – vivenciar um dia de lazer na praia. A grande afluência de público ao litoral, nesse período, pode ser conferida na matéria do Jornal Diário Popular intitulada: Laranjal recebe 90 mil pessoas,

[...] 90 mil pessoas compareceram ao Laranjal no final de semana. Segundo o departamento municipal de trânsito da prefeitura, a estatística foi divulgada pelo titular do Detran, Manoel Campos. Os números revelam o transporte de 30 mil passageiros no sábado e 60 mil do domingo. Para isso foram mobilizados 48 ônibus e diversas empresas incluindo aqueles que atuaram nas linhas diretas dos bairros para o Laranjal. A maior dificuldade foi o congestionamento no trânsito dificultando o retorno dos ônibus aos balneários (DIÁRIO POPULAR, 30/01/1990, p.3).

No mesmo verão, por ocasião dos festejos religiosos no Balneário dos Prazeres e Colônia de Pescadores Z-3, o jornal divulga:

“Mais de 10 mil pessoas entre católicos e umbandistas festejaram Nossa Senhora dos Navegantes e a orixá Iemanjá. [...] A festa contou com a participação de 4 mil umbandistas fora o público em geral que em grande número compareceu apenas para observar os festejos (DIÁRIO POPULAR, 4/02/1990, p. 4).

No Balneário dos Prazeres a ampla maioria dos veranistas são trabalhadores e trabalhadoras de 44 horas de jornada semanais, os quais residem nos bairros mais distantes do centro urbano da cidade. Para muitos, essa distância implica um

tempo maior gasto com o transporte público, ao realizarem a excursão bate-volta até a praia, pois dependem de duas linhas de ônibus. Soma-se a isso a falta de conforto, por se deslocarem com mochilas e crianças em um transporte público que, na maioria das vezes, está superlotado. Sem falar na exposição a um banho inseguro, por conta da falta de balneabilidade, típica do Saco do Laranjal, e no tempo gasto com o retorno para casa, devido ao congestionamento que ocorre aos domingos de verão na Avenida Adolfo Fetter.

Esses acontecimentos são parte de um contexto maior do fenômeno da explosão social no país, associado a uma maior possibilidade de acesso aos espaços-praia pelos grupos menos favorecidos, conforme foi destaque numa reportagem sobre a “guerra social” entre os integrados e os excluídos na praia de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, em 1989, exibido pela TV Manchete.

A reportagem mostra os conflitos gerados pela discriminação e preconceito dos frequentadores habituais da famosa praia carioca em relação à presença da população vinda das periferias, numa tentativa destas de realizar o sonho de ir à praia numa tarde quente de verão. Analisando esse documentário, percebo que, no Balneário dos Prazeres, as práticas socioespaciais dos “não católicos”, “farofeiros”, “macumbeiros”, “humildes” e “sem cultura” são consideradas anormais em relação aos códigos da linguagem de um território-praia moderno e capitalista, conforme a leitura dos moradores mais antigos.

A falta de infraestrutura do lugar e de uma fiscalização, aliada à condição de baixa escolaridade dos frequentadores, fez com que esses criassem as condições necessárias para o exercício do lazer na praia. Conseqüentemente, a permanência na praia para esses excursionistas requeria disputar um espaço na orla florestada para o estabelecimento da família, o que ocorria com a montagem de barracas, colocação de redes para o descanso das crianças e idosos. Encontrar um local para montar uma churrasqueira também fazia parte desse ritual (Figura, 52). Assim, era comum a prática de improvisação de churrasqueiras junto às figueiras centenárias, causando a queima de raízes. Além desse dano, deixavam muito lixo no local, que se acumulava a cada final de semana de sol, gerando a indignação dos moradores. Para agravar a situação, o poder público não atendia as reivindicações por limpeza, feitas insistentemente pelos moradores.

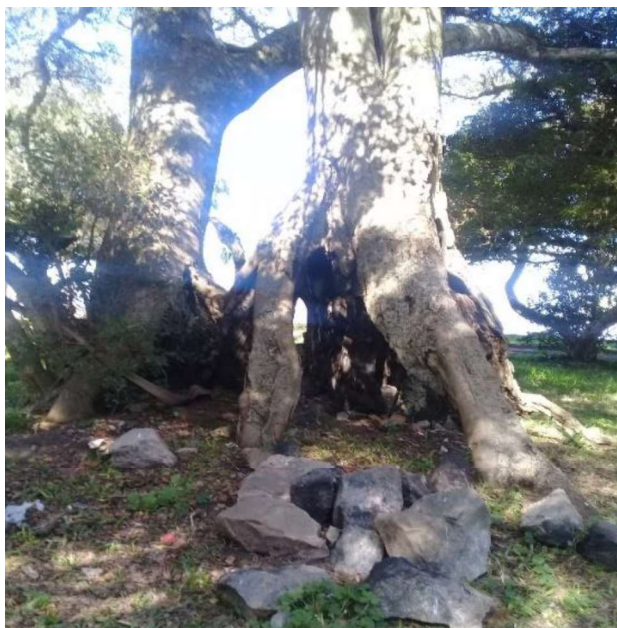


Figura 52 - Vestígios das práticas de improvisação de churrasqueiras na mata.
Fonte: Foto da autora, 2017.

O fato de o Balneário dos Prazeres ter sido criado para a segregação socioespacial dos pobres e afrodescendentes no acesso à praia, fez dele um espaço de lazer incompleto, com deficiências em infraestruturas básicas de lazer, como as churrasqueiras, lixeiras, pias, banheiros, chuveiros, restaurantes, pousadas e hotéis, entre outros. Dessa forma, pode-se dizer que as práticas de lazer na praia ocorrem sem sofisticação, mas mantêm alguma forma de associatividade entre seus membros. É comum o piquenique, almoços, rodas de danças, pescarias, brinquedos com bolas, escalada nas figueiras, dentre outros.



Figura 53 - Práticas de lazer no Balneário dos Prazeres.
Fonte: Foto da autora 2016

Observo que predomina, entre esses agentes, a busca de lazer a baixo custo em um lugar com sombra para as crianças e águas um pouco mais limpas em comparação aos outros trechos de praia do litoral lagunar. Tal fato pode ser comprovado na matéria a seguir:

Protegidas pela mata nativa, famílias inteiras aproveitam as árvores para pendurar suas redes e no balanço dos ventos- constantes nessa parte da lagoa veem o dia passar enquanto as crianças brincam na areia e tomam banho na praia de águas quase sempre rasas (DIÁRIO POPULAR, 9,02/2015, p.?)

Entretanto, os veranistas não demonstram ter noção de que a sua apropriação do espaço para o lazer agride a mata, impedindo a sua regeneração natural. As árvores são danificadas pela quebra de seus galhos para fazer fogo e pendurar redes e barracas, ficando com as raízes queimadas pelo fogo das churrasqueiras em seus troncos, pela compactação do solo pelo pisoteamento, que impede a sucessão dos estratos inferiores da mata. Todas essas agressões tornam as árvores vulneráveis aos processos de erosão.

Um estudo desenvolvido pelo professor Marcelo Dutra da Silva, do Instituto de Oceanologia da FURG, estima que o Barro Duro abrigue cerca de 500 figueiras e que, pelo menos, 100 delas estão ameaçadas pela erosão, “daqui a duas décadas é provável que restem pouquíssimas, caso, nada seja feito. As que vemos hoje em pé estarão no chão” (DIÁRIO POPULAR, 23 de jul. 2017, p. 3).

É importante ressaltar que as práticas sociais (criações e invenções, etc.) realizam-se na interação com a totalidade social. Logo, é necessário considerar as trocas que moldam as ações sobre os territórios e lugares, identificando as práticas responsáveis pelas produções materiais e simbólicas que conduzem, animam intimidam ou suprimem as ações humanas.

Nesse sentido, olhando para as práticas espaciais do poder público, que invisibilizou o Balneário dos Prazeres ao longo dos anos, compreendo que os usuários da praia, ao se defrontarem com um espaço de lazer inadequado, reproduzem práticas que não destoam das ações da gestão pública, ao não conferirem ao espaço-praia o seu devido valor: social, ambiental, político e cultural.

Apesar de essa apropriação do espaço-praia para o lazer proporcionar o descanso, passeio e práticas diversificadas, a ausência de políticas públicas efetivas de valorização do balneário vem comprometendo essa prática. Cabe ressaltar que essa praia tem deixado de cumprir a função de proporcionar acesso à natureza e lazer a baixo custo, para a população pobre da cidade. Como bem observou o pintor João Farias em seu relato ao Jornal Diário Popular (22 de jan. 2014, p. 2): “antes eu ficava 30 dias acampado aqui, mas hoje vejo **que tiraram a praia do pobre**, pois não pode mais acampar, mas também o povo não coopera, o pessoal estragava tudo, até churrasco nas figueiras faziam”.

Em muitas reportagens em diferentes períodos, tal situação já estava sendo alertada, mas o problema não foi solucionado pelo poder público, sendo que uma de suas principais ações foi impedir o uso da orla para acampamentos e circulação de veículos, como quem atribui o descuido da praia e a degradação aos seus usuários, encobrindo a negligência do poder público local para esse trecho da costa lagunar.

As questões, de uma forma geral, não podem ser resolvidas por imposição da visão de mundo da classe dominante. O fato da praia não dispor de *campings* para os veraistas populares, apenas para os municipais, pousadas e/ou hotéis, bares e restaurantes, nem de programação esportiva, artística e cultural como ocorre há anos no Balneário Santo Antônio e Valverde (vizinho rico), nem de uma política de uso para as práticas religiosas afro-brasileiras, demonstra que o lugar passou por um longo período de invisibilidade. O depoimento de Marilene traz essa ideia de abandono e preconceito com o lugar e seu povo,

[...] como esse balneário sempre foi frequentado pelos grupos populares “zé povinho” como eles nos chamam, nunca houve por parte do governo e dos empresários da cidade uma preocupação em investir no lazer nesse balneário, até hoje faltam hotéis, pousadas, campings, restaurantes e bares voltados aos visitantes e veranistas. Os serviços de infraestrutura urbana e limpeza da praia também sempre deixou a desejar (Marilene, 2016).

As audiências públicas em que a situação do Balneário dos Prazeres foi discutida revela o conhecimento da necessidade de ações urgentes pela sociedade civil organizada. Isso, porque, segundo os moradores e veranistas, é a “praia do rico” que recebe atenção dos empresários e do poder público. Dessa forma, as

autoridades acabam atendendo aos interesses de grupos políticos econômicos, como também são levadas a participar de tais grupos.

Na representação dos veranistas, essa praia é mais tranquila e acessível às camadas populares, no sentido de esses grupos não precisarem preocupar-se com formalidades, nem com preços abusivos. Nara Regina empregada doméstica, de 55 anos, em depoimento ao jornal Diário Popular (9/02/2015) comenta: “No Laranjal é sempre um fuzuê, aqui a gente senta para ver a lagoa e descansar, é muito mais tranquilo”. Como todo visitante dessa praia, a entrevistada lamenta a sujeira na mesma. E a matéria jornalística resume:

Em meio ao cenário paradisíaco é fácil encontrar todo o tipo de resíduo espalhado. Carteiras de cigarro, garrafas de plástico e de vidro e até restos de roupas estão espalhados em todo canto. Ao andar na areia é preciso cuidado para não pisar em um caco de vidro, sem contar os detritos trazido pelas ondas da lagoa. Em meio a tudo isso crianças montam castelos de areia e brincam na água. [...]. **Mesmo assim e apesar do calor característico da estação, o movimento no balneário dos Prazeres já não é o mesmo e diminui a cada ano, assim como as areias da praia levadas pelo vento e a maré** (DIÁRIO POPULAR, 9 de fev. 2015)

Essa última informação é dada ao jornal pelo Sargento Magno, salva-vidas no Barro Duro, que diz observar junto aos colegas o vaivém de pessoas pela praia. Magno relatou ao jornal que: “as melhorias feitas pela prefeitura no balneário – um calçadão foi construído e novas lixeiras instaladas – até ajudam a proteger a natureza da ação humana, mas afastam parte da população” (DIÁRIO POPULAR, 9 de fev. 2015).

Essa questão ficou sem ser explicada, pois não foi possível entender como melhorias afastam a população. O que estaria acontecendo com o espaço social dessa praia? E, foi na entrevista com Marilene que encontrei resposta para essa indagação. Na sua entrevista, percebe-se o sentimento de receio e medo quanto a possíveis transformações ambientais e sociais na praia:

Como eu digo, né, aqui é um paraíso tão bom, quem tem um poder aquisitivo maior, ele não se mistura quando vem o povão, como eles chamam, o zé povinho. Eles não vêm, mais de uma certa forma, quando diminui o movimento, até porque quem tem poder aquisitivo mais baixo não dá para vir o ano todo, aí eles podem vir com seus carros luxuosos aproveitar, e eu acredito que o que está havendo é isso, **tão querendo roubar esse espaço**. Tão querendo tirar e transformar aqui como a

população do Barro Duro diz, a praia dos ricos, que é o balneário Laranjal, e eles estão querendo invadir aqui, só que eles querem invadir nos tirando daqui que é o que está acontecendo (Marilene, 2016).

Ações, como o fechamento dos acessos ao interior da mata com blocos de pedras de mais de uma tonelada, não necessariamente agradam a todos, (interesses dos proprietários fundiários, interesses dos moradores novos e irregulares, bem como dos usuários e religiosos). Para os moradores, o impedimento de acesso à orla é de uma “grosseria sem tamanho”, como se manifestou Valdir em audiência pública:

[...] compreendo a necessidade de ações na praia, mas aquelas imensas pedras é uma grosseria, é uma afronta, é algo assim que parece que estamos na idade da pedra, ou na idade medieval, vamos colocar estas imensas pedras, vocês não desçam e acabou, só que a gente quer descer, mas virou uma voçoroca, [...] pagamos todos os impostos e não temos uma escadaria para descer até a praia (Valdir, Audiência Pública)

Uma interpretação que pode ser feita dessa situação é que o poder público e a imprensa local tentam criar o consenso de que os acampamentos e usos da praia por veranistas, afro-religiosos e moradores têm grande responsabilidade pela situação de degradação. Tal fato expressa a preocupação em discutir quem teria maior responsabilidade sobre o problema ambiental da praia e pouco sobre como agir para resolver os problemas e garantir o bem-estar e segurança das pessoas usuárias desse lugar: um espaço-territorial especialmente protegido, ainda que não tenha sido classificado como uma unidade de conservação é patrimônio cultural e ambiental da cidade. Mesmo com as ações de fechamento desse território-praia para os acampamentos de veranistas, ainda se observa a procura desse espaço pelos seus frequentadores habituais, como mostra a (Figura, 54), apresentando a chegada de uma família para permanecer acampada no final de semana correlato ao da Festa de Iemanjá.



Figura 54 - Chegada de família vinda da Vila Governação para acampar no bosque do Balneário dos Prazeres.

Fonte: foto da autora, 30 /01/2018.

Essa família aguardava a chegada de mais pessoas para o acampamento, que se estenderia até o dia 2 de fevereiro. Não possuíam autorização da SQA, nem da Federação para acamparem, e não perceberam o aviso da placa (Figura,55) que orienta sobre a proibição de acampamentos, uma vez que, a mesma está descaracterizada.



Figura 55 - Placa indicativa da Área de Preservação Permanente, orientando sobre a proibição de acampamentos e circulação de veículos

Fonte: Foto da autora, 30/01/2017.

Ao questionar as crianças dessa família sobre o que achavam da praia, elas responderam que “é muito boa e bonita”. Estampavam um sorriso em seus rostos e

estavam ansiosas para descarregar a charrete e correr para a água. Esta trazia colchões, bebidas, mochilas com agasalhos, lonas e um guarda-chuva. Perguntei o que eles achavam que precisaria mudar na praia. A mãe balançou a cabeça e disse não saber, sentindo-se à vontade no lugar. Já o filho de uns 9 anos sugeriu mais casas para alugar, o irmão menor, possivelmente de uns 7 anos, disse que poderia ter um espaço de proteção para quando chovesse: “perto daqueles banheiros ali poderia ter uma lona para quando chovesse e as pessoas pudessem ir para baixo”.

Em face do que foi observado, os veranistas não religiosos, não se opõem a presença dos praticantes de religião, pois, muitos são simpatizantes e sentem-se, atraídos pela curiosidade e pelo soar dos tambores. Embora haja diferenças entre esses grupos, nas ocupações do mesmo espaço, participavam de um igual conjunto de preceitos legais ou normas, o que de certa forma fortalecia o sentido de coesão social e de sociabilidade, algo bastante difuso nos dias de hoje.

Além do espaço-praia, a Praça Aratiba, também atraía grande público quando sediava o Campeonato da Liga Pelotense de Futebol. Esse evento, será comentado no capítulo seis.

No Brasil o lazer, foi uma conquista dos trabalhadores da década de 1930. Inicialmente com o direito ao descanso semanal remunerado, e, posteriormente, como um direito na Constituição Federal Brasileira de 1988. Todavia, não é tratado como uma política de Estado. Isso faz com que ele acabe sendo privilégio daqueles que por ele pode pagar, uma vez que, tal prática tem sido submetida ao processo de consumo nos lugares.

Nesse sentido, o Balneário dos Prazeres, sempre cumpriu a função social de oportunizar o lazer para a população de baixa renda. No entanto, sem com que o artigo 225 da Constituição Brasileira de 1988, tenha sido levado em conta pelos atores sociais territorializados. Conforme o artigo 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Não houve a corresponsabilidade dos atores endógenos, exógenos e transitórios em preservar a qualidade ambiental do lugar, como consequência, observa-se um processo de “desinvenção” dessa praia como espaço de lazer, como pude compreender a partir da fala de Valdir: “da estância pra cá os políticos não se interessam, 90% do pessoal daqui não desce na praia”.

Apesar dos esforços de uma parte da humanidade para evitar ou amenizar os problemas socioambientais dos ambientes costeiros, envolvendo pesquisas, debates, projetos, cooperações entre países dentre muitas outras ações, as pessoas ainda permanecem muito distantes dos problemas e não se sentem responsáveis por suas soluções. De forma geral, sente-se a falta da compreensão de que ambiente é o todo, as relações entre o ser humano e a natureza dentro de um espaço onde o ser humano é visto como integrante da paisagem (SUERTEARAY, 2003; LEFF, 2013, REGO, 2003, VERDUM & MEDEIROS, 2002).

Nesse sentido concordo com a reflexão do professor Nelson Rego quando ele diz que: “a degradação ambiental é um processo contínuo em nossa sociedade, porque persiste, ainda, uma ruptura entre o humano e a natureza” (REGO, 2003, p. 4).

O fato de muitas pessoas se sentirem ao mesmo tempo fora do meio ambiente, donos do ambiente, superior ao ambiente, leva a gradual destruição não só daquilo que mais lhe encanta na paisagem costeira como também as próprias possibilidades de usos, vivenciais e práticas sociais neste espaço. Não deixa de ser um paradoxo o processo constatado, como explica Barragán (2016, p. 45) ao se reportar as aglomerações nos espaços litorâneos,

Por um lado, a população tende a estar concentrada nesse espaço com grande capacidade de atração, por serem âmbito de oportunidades. Mas, por outro, esse mesmo atrativo termina por transformá-los e inclusive destruí-los. Assim, o fenômeno de concentração demográfica tem provocado uma crise sem precedentes em quase todos os ecossistemas das áreas litorais, com o agravante que os habitats naturais são os primeiros a sofrer as consequências desses processos.

O trabalho de Amaral (2014, p. 141) trouxe uma preocupação com as políticas públicas de lazer. Esta autora informa que há várias análises sobre demandas pelo lazer, mas que nem todas se preocuparam em identificar se tal demanda surge da

sociedade, “do meio ambiente ou se do próprio sistema político”. E que quase não há pesquisas que discutam o fato de o lazer não constar como um direito garantido, ficando a cargo dos resultados das disputas entre duas concepções antagônicas de Estado: uma que encara o lazer como direito social e outra que o pensa como bem de consumo. A autora também, mencionou uma proposta de abordagem do estudo do lazer, em voga, no âmbito internacional: “O lazer e contribuições para uma política ambientalista ou uma política ambientalista e impactos no lazer” (p. 141). Percebo que, ambas as abordagens, de certa forma, perpassam a compreensão do espaço social do Balneário dos Prazeres.

O próximo subitem, trata dos usos do espaço-praia pelos afro-religiosos, grupos, cuja representação da natureza, se difere dos demais. Esses atores são integrados à natureza, consideram-na sagrada, mas muitos não refletem sobre o impacto de suas ações na paisagem costeira. Daí decorrem, processos de conflitos socioambientais e injustiças sociais.

4.3 PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DOS ATORES/ AGENTES TRANSITÓRIOS: PRATICANTES DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

As praias e matas do litoral lagunar são lugares públicos da cidade, em que a sua apropriação pelos praticantes de religiões de matriz africana, produz diferenciações, ao atribuir-lhes significado sagrado. Como já demonstrado no capítulo 2, a apropriação territorial afro-brasileira no Balneário dos Prazeres é anterior à formação desse balneário, sendo sua construção o marco que definiu, na cidade, a separação entre a “praia dos ricos” e a “praia dos pobres” e consagrou nele a territorialidade afro-umbandista e africanista.

Esses atores sempre se identificaram com esse balneário pela presença da natureza, pois suas crenças têm, como fundamento cosmológicos e litúrgicos, sólidos vínculos com as forças da natureza. O fato de esses atores terem se apropriado dessa praia fez intensificar os vínculos que tecem com o território e com os indivíduos, ao se identificarem com o patrimônio material e imaterial do lugar, desenvolvendo, nesses grupos, uma identidade espacial.

Conforme consta nas cartilhas da Federação Afro Umbandista e Espiritualista do Rio Grande do Sul (FAUERS), o significado da natureza para a religião é de pertencimento, “não estamos acima da natureza, somos parte dela, dependemos dela [...] a natureza é o verdadeiro habitat dos caboclos, para muitos o próprio Orixá é o espaço sagrado dos terreiros” (ALFONSIN, 2016).

Assim, o significado sagrado que esses atores atribuem à paisagem costeira lagunar é um importante elemento da produção deste espaço. Isso reforça a importância de que considerar os aspectos sociocultural é tão relevante quanto os fatores climáticos e morfonidâmincos, para avaliar a construção dos espaços costeiros.

Sendo assim, num esforço de compreensão da manifestação cultural religiosa afro-brasileira no Balneário dos Prazeres, esse subitem traz elementos da apropriação do espaço praia e matas pelos povos de terreiro desde os anos 1960, período de afirmação do vínculo territorial com o lugar, seguido dos anos 2000 em diante, quando os tensionamentos com o poder público passam a ser mediados, por envolver alterações e, até mesmo, tentativas de impedir a Festa de Iemanjá na orla desse balneário.

Para situar a Festa de Iemanjá nesse espaço costeiro, avaliar a força do vínculo desses grupos com esse trecho do litoral lagunar e compreender os conflitos territoriais decorrentes de suas apropriações, foram ouvidos os atores que vivenciaram o lugar em diferentes períodos, a respeito de suas práticas, representações e imaginários espaciais. Além disso, foram analisadas diversas reportagens jornalísticas e as audiências públicas dos dias: 21/01/2013, que discutiu os preparativos do município para a Festa de Iemanjá do mesmo ano e a do dia 15/01/2015, que tratou da Festa de Iemanjá de 2015.

4.3.1 Festa de Iemanjá: o sagrado enquanto elemento da produção do espaço Balneário dos Prazeres

Não encontrei registros em documentos que demarcassem o início da Festa de Iemanjá na cidade de Pelotas, mas as comemorações em alusão ao dia 2 de fevereiro, dia de Nossa Senhora dos Navegantes (Iemanjá para os afro-brasileiros)

tem o marco temporal em 1933. Esse fato pode estar associado a duas situações. De um lado, essa diferença de valorização mostra que os meios de comunicação reproduzem a hegemonia das ideias da elite branca. De outro lado, pelo fato da festa de Iemanjá ser um evento organizado por populações de vida simples, na qual não é habitual a elaboração de registros documentais.

Assim, os entrevistados do campo afro-religioso trazem de suas lembranças os acontecimentos relacionados à Festa de Iemanjá e de suas práticas afro-religiosas no Balneário dos Prazeres com a compreensão do tempo decorrido subjetivamente. Segundo Carlos Alberto: “A festa de Iemanjá surgiu ali no Barro Duro, há 61 anos, e está ali, até hoje”. Outro ator que confirma esse uso da praia é Joab, atual presidente da Federação Sul Riograndense de Umbanda e cultos afro-religiosos:

Sempre houve aquela área que hoje está a gruta, onde os processos de erosão levaram as matas, que eram usadas para os umbandistas fazerem seus trabalhos ali dentro. O Barro Duro, antigo nome Barro Duro, sempre foi muito usado por nós umbandistas. Era lá que aconteciam os rituais de encerramentos dos terreiros, dos trabalhos espirituais nos matos e na praia. O que é feito até hoje, com menos proporção, mas ainda é feito hoje (Joab, 2017)¹³⁶.

De acordo com Campos (2015), o livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul, antiga Federação, tem sua primeira ata de número 65, datada de fevereiro de 1970, logo não documenta o início da Festa de Iemanjá. Mas, como no ano de 2018 se comemorou a 61ª Festa de Iemanjá, sabe-se que, de fato, desde 1957, essa Festa é celebrada em Pelotas ininterruptamente.

Conforme Campos (2015, p, 168), antes da construção da Gruta, as homenagens eram feitas com a disposição de uma imagem de Iemanjá em tela dentro da Lagoa dos Patos (Figura 56), e a ideia da construção da Gruta partiu dos religiosos, quando ganharam outra imagem.

¹³⁶ Entrevista concedida a autora por BOHNS, Joab. [ago. 2017]. Pelotas, 2017.



Figura 56 - Festa de Iemanjá: culto à noite dentro da Laguna dos Patos

Fonte: (Diário Popular, 02 de fev. 1966, p. 4)

O registro mais antigo da Festa de Iemanjá que encontrei, foi em uma matéria jornalística de 1966 do jornal *Diário Popular*, por ocasião da inauguração da gruta de Iemanjá (Figura, 57).

A 2 de fevereiro de 1965, iniciou-se a campanha de arrecadação em benefício da construção de uma gruta, cuja orientação técnica e administração, ficou a cargo da União da Umbanda da Princesa do Sul, na pessoa do Sr. Dinorah Feijó Leal, presidente do conselho de orientação espiritual, órgão da União. [...] a data da inauguração, foi escolhida como sendo o dia 9 de janeiro de 1966 (DIÁRIO POPULAR, 1966)¹³⁷.

De acordo com Carlos Alberto, a construção da Gruta foi uma articulação entre a comunidade umbandista e a municipalidade.

¹³⁷ Gruta de Mãe Yemanjá (sic): Relatório da Umbanda. Diário Popular, Pelotas, 1966.



Figura 57 - Gruta de Iemanjá com detalhe ao lado da placa de sua inauguração- 1966.

Fonte: acervo da autora, 2017.

Ainda, na mesma matéria jornalística citada acima, constam as comissões representativas que se fizeram presentes no ato oficial da inauguração: “comissões de Rio Grande, São Lourenço, da cidade de Canguçu, da cidade de Piratini, da cidade de Jaguarão e das autoridades locais” (DIÁRIO POPULAR, 1966). Esse evento teve repercussão na imprensa escrita e falada de várias regiões do estado. O serviço de reportagem contou com diversos jornais que notificaram o acontecimento: Correio do Povo, Zero Hora, Correio do Sul, Renovação, Diário Popular, Cultura Riograndina e o Minuano, na imprensa escrita. Já na imprensa falada, foram registradas transmissões das rádios do município de Pelotas e de várias outras cidades da região sul do Estado: (Rádio Pelotense, Tupancy, Cultura, de Pelotas; Cultura e Difusora, de Bagé, Cultura, de Jaguarão e Rio Branco; Liberdade, de Canguçu; Tapeense e Lourenciana, de São Lourenço; Camaquense, de Camaquã; Cultura, de Santa Vitória do Palmar; Farroupilha, Gaúcha, Continental, Difusora Porto-alegrense, de Porto Alegre; Itahy, de Canoas; Clube Metrópole, de Porto Alegre).

Ainda, sobre a festa nas décadas de 1960-1970, Carlos Alberto conta que começou a veranear no Barro Duro quando tinha 4 anos de idade, e que, em dezembro de 1968, realizou seu primeiro acampamento ao lado da gruta de Iemanjá. Seus pais, Irineu e Izônia, no ano seguinte, em 23 de abril de 1969, fundaram o Centro Espírita de Umbanda Ogum da Mogiana, no bairro Simões Lopes. E, desde então, faziam-se presentes todos os anos na Festa de Iemanjá. Lembra o ator, com admiração, da época em que faziam o trajeto bairro-praia de caminhão e que lá permaneciam todo o verão,

[...] ficávamos dezembro, janeiro, fevereiro e março, sempre foi assim, quatro meses de 1968 até 2000. Então é um tempo... Simões Lopes é a minha residência, o Barro Duro é a minha segunda residência”¹³⁸ (Carlos, 2017)¹³⁹.

Carlos (2017) diz conhecer tudo no lugar,

[...] a mata virgem era linda, se caminhava por dentro do mato íamos até o Totó e a Colônia Z-3 a pé, pelo mato e pela beira da praia, tinha balneabilidade, tinha espaço, tinha mais de um quilômetro de praia, infelizmente hoje, 17 de maio de 2017, a situação do Balneário dos Prazeres é terrível.

Carlos Alberto, também, recordou de Dona Mariana e do fiscal da bica da prefeitura, “água cristalina, limpa, limpa, não tinha nenhum resíduo de contaminação, nada, formava-se filas e filas intermináveis para buscar água”. Ao recordar suas experiências, estampou um sorriso em seu rosto e demonstrou saudosismo em relação ao período histórico, em que desenvolvia suas práticas de lazer e religião nessa praia. Em seu relato consta:

[...] lembro que nos anos de 1975 e 1976 nós arrastávamos camarão, pescávamos para o consumo, aquela praia lindíssima que não imaginas, desde a cabana do Pai Tomás até a Z-3, diversas famílias e irmãos se reuniam, nós tínhamos na média mais de 400 acampamentos naquela redondeza durante o período de dezembro a fevereiro (Carlos Alberto, 2017).

O vigor da atração dessa praia, pelos afro-religiosos, foi descrito em detalhes por Carlos Alberto, que se lembrou, inclusive, de uma transmissão ao vivo da Festa para outros países: “Em 1978 e 1979, a Festa de Iemanjá foi transmitida para diversos países, onde a televisão desses países, vieram fazer essa transmissão”, dando visibilidade e prestígio para os líderes desse campo simbólico.

¹³⁸ Cabe destacar que, não necessariamente, as pessoas preferissem acampar e, por isso, escolhiam o Balneário dos Prazeres, como apareceu em algumas reportagens. Mas acampavam devido as possibilidades do lugar serem compatíveis com suas condições socioeconômicas. Não se tratava de uma despesa a mais com as férias, pois sua moradia era transferida de lugar por alguns meses, e a prática acabou tornando-se uma tradição do lugar.

¹³⁹ Entrevista concedida a autora por ALBERTO, Carlos. [abr. 2017]. Pelotas, 2017.

Segundo o depoimento de Carlos Alberto, a prefeitura não dava dinheiro para a festa, mas participava com todo o respaldo: “tínhamos tudo, [...] contávamos com o apoio da Pepsi Cola e Coca Cola que ajudavam na organização de gincanas, onde havia sorteios de imagens”. E prossegue:

Na década de 1970, os terreiros de Umbanda lotavam a praia do Balneário dos Prazeres 30, 40, 50 mil pessoas, mais de 200 templos de Umbanda, sem ninguém atacar mato, tudo organizado, sem beberagem, nada, ritual na linha de caboclo, preto velho, e na linha do mar, isso era a Festa de Iemanjá. Diversas gincanas, arrecadávamos alimentos, roupas, que eram doadas para instituições para que entregassem às pessoas que realmente necessitassem. Esse era o trabalho da União da Umbanda da Princesa do Sul, que, depois em 1972-1973, passou a se chamar Federação Sul-Riograndense de Umbanda (Carlos Alberto, 2017)

Carlos Alberto, também, comentou que havia uma organização dos acampamentos pela Federação Sul rio-grandense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros. Eram todos cadastrados com lugar fixo de acampamento, e a cópia do documento era encaminhada à prefeitura, para eventual controle do espaço público. Os campistas realizavam a limpeza do lugar ao término do veraneio. Lembrou que havia respeito e cooperação entre os acampados, pois quando alguém precisava ir à cidade, bastava comunicar os demais para que estes cuidassem de seus pertences.

Conforme relato de Carlos Alberto, o trecho da orla que vai da Cabana do Pai Tomás até a Colônia Z-3, a Marinha passou a responsabilidade de toda aquela área para a Federação. Comenta o ator que vinha alto comando da Marinha prestigiar a Festa de Iemanjá e que esse concedeu à Federação uma autorização para que tomasse conta do espaço de orla usado pela religião.

Após uma busca por documentos que comprovassem esse acordo firmado entre a Federação e a Marinha, as respostas que obtive deste último órgão foi que a Marinha passou a ser comunicada do encontro nas águas entre as religiões católica e afro-brasileiras, já que um grande número de civis se aproximavam (e ainda se aproximam) de embarcações e que, como cabe a Marinha a salvaguarda da vida no mar, esta tem o compromisso de estar a par desse movimento.

Juliano Silva conta, em sua entrevista, que João Madail, presidente da União da Umbanda da Princesa do Sul nos anos 1960, era marinheiro. Isso explica o apoio

e a presença desse órgão junto às Festas de Iemanjá no referido período, como mostra a (Figura, 58).



Figura 58 - Representantes da Marinha Mercante do Brasil na Festa de Iemanjá, no Balneário dos Prazeres nos anos 1960.

Fonte: Arquivo pessoal de Juliano Sila, 1960.

Campos (2015) discorreu sobre alguns registros das organizações das Festas de Iemanjá, presentes nas Atas da Federação. A partir da análise dessas atas, a autora observou que, nos anos 1970, a Festa de Iemanjá se constituía como uma das principais manifestações públicas da Umbanda na cidade e que esse evento já possuía um grande envolvimento do poder público local com a sua realização.

Isso deve-se ao fato de Pelotas ter tido um prefeito umbandista: Irajá Andara Rodrigues, eleito prefeito por duas ocasiões (1977-1982 e 1992-1996). Este político é considerado um ícone para a grande parte dos afro-umbandistas pelotenses, pois mais de um entrevistado se reportou a ele como um dos poucos políticos que olharam para a cultura afro-pelotense. Na recepção da sede da Federação, há um quadro desse ex-prefeito. Na 61ª Festa de Iemanjá, que ocorreu no ano de 2018, o mesmo foi homenageado pela Federação Sul Riograndese de Umbanda e Cultos afro-brasileiros, pelos 40 anos das benesses realizadas em prol da religião. Em 1978, o mesmo criou o entorno da Gruta de Iemanjá e a sede da Federação. Da mesma forma, foi proponente de leis que auxiliam os terreiros, assim como, levou a

extensão da energia elétrica até a Gruta de Iemanjá. No entanto, os moradores do Balneário dos Prazeres, quanto às suas reivindicações a esse político, não obtiveram a mesma “sorte”.

Na década de 1980, Pelotas teve na Câmara dos Vereadores o Sandro do Bará, que se apresentava publicamente como afro-religioso. Outro político de destaque, por envolver-se com ações em favor da religiosidade de matriz africana é Ademir Ornel, afrodescendente, umbandista, com 25 anos de atividade parlamentar e sete vezes eleito presidente da Câmara de Vereadores. Dentre suas ações, as que se referem à Festa de Iemanjá cito:

- a) Construção de emendas a Lei Orçamentária do município, permitindo dotação orçamentária para a realização das Festas religiosas, Iemanjá, Ogum, Iansã e Oxum e semana da Umbanda.
- b) Autor da Lei nº. 4.019, de 24/11/1995 de criação da Semana da Umbanda.
- c) Luta pela permanência da Festa de Iemanjá e seu espaço de origem, inclusive garantindo a realização dos trabalhos espirituais no local (20/12/1014).
- d) Apoio às Festas e movimentos religiosos: Festa de Iemanjá, Iansã e Oxum, procissão de Ogum, semana da Umbanda, 1º procissão ao pai Bará, 1º encontro de quimbandeiros, entre outros.
- e) Coordenação da restauração da Imagem de Nossa Mãe Iemanjá, com a consequente devolução em tempo menos que o previsto sem custos para a Federação Sul-Riograndense de umbanda e cultos afros (ORNEL, S/D)

Além dessas questões ligadas à Festa de Iemanjá, esse parlamentar tem atuado a favor da religiosidade afro-pelotense em diversos outros momentos. Nota-se, então, que havia um uso comum da extensão da praia entre veranistas e os grupos afro-religiosos. Estes conciliavam lazer com a prática religiosa, manifestada nos encerramentos anuais de seus terreiros e na Festa de Iemanjá e Nossa Senhora de Navegantes.

Carlos Alberto, igualmente, revelou que seu grande sonho é unificar as entidades afro-religiosas de Pelotas. Ele comentou que, na década de 1970, havia três divisões: a União da Umbanda da Princesa do Sul, de Dinorah Feijó Leal, a Associação Estadual de Umbanda, de João Madail, e a Federação de Umbanda, na época presidida por Edys Teixeira Padilha.

Conforme o depoimento de Carlos Alberto, em 1985 a Federação Sul Riograndense de Umbanda encampou o lado afro e passou a chamar-se Federação Sul Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, passando a ser filiada ao Conselho Deliberativo de Umbanda e Cultos Afros do Rio de Janeiro. Sobre esse assunto, explica:

Por que te digo Federação? Porque a Federação abrange todo o país, Estados e outros países também, como Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai. Tínhamos, na média em Pelotas, 500 centros de Umbanda filiados na Federação, e uma média de 30, 40 filiados de fora de Pelotas.

Conta o ator que, com os acampamentos, a mata foi muito destruída, dado o grande número de pessoas, inclusive muitos visitantes de fora. Passada a Festa de Iemanjá, o povo ia retornando para o carnaval na cidade.

A ocupação territorial da Festa de Iemanjá reúne umbanda (caboclos e pretos-velhos e/ou cruzada, incluindo o exu) batuque, todos cultuados na mesma celebração (KOSBY, 2014). Conforme pesquisas de Ari Pedro Oro (2002) e Norton Correa (1994), 80% dos templos de religião afro-brasileira do Rio Grande do Sul associam duas ou mais modalidades religiosas formando a linha cruzada.

A aproximação com a Igreja Católica foi uma iniciativa dos afro-brasileiros. Carlos Alberto relatou que às Festas de Iemanjá a partir de 1969 contavam com a presença de diversos centros de umbanda, casas de nação e quimbanda, fazendo as suas homenagens a mãe Iemanjá. Para ele, o catolicismo na época era revigorante, então a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes pelas águas da laguna dos Patos não saudava o povo de terreiro reunido na beira da praia no Balneário dos Prazeres: “Mas nós sempre chegávamos com a Imagem de Iemanjá na beira da praia, por quê? Porque, na verdade, Nossa Senhora dos Navegantes é a mesma Iemanjá. No simbolismo católico é Navegantes, para nós é Iemanjá”. Segundo esse ator, é comum encontrar as duas imagens nos centros de Umbanda, devido ao processo de sincretismo.

Assim, o encontro das imagens sagradas Iemanjá e Nossa Senhora dos Navegantes passou a ser planejado por representantes da Federação de Cultos Afro-brasileiros e da Igreja Católica. O encontro das duas imagens ocorre todo dia 2 de fevereiro, em frente à gruta de Iemanjá. Quando a procissão lacustre de Nossa

Senhora de Navegantes se aproxima dessa gruta, os devotos de Iemanjá, com a imagem dessa orixá, vão ao encontro dos barcos, que realizam duas voltas, em círculo, em reverência a Iemanjá (Figura, 59).



Figura 59 - Imagem do momento do encontro das imagens de Nossa Senhora dos Navegantes e da Orixá Iemanjá, no Balneário dos Prazeres.

Fonte: Moizes Vasconcellos (Diário Popular, 02 de fev. 2014).

O significado desse encontro das duas entidades foi explicitado na matéria jornalística: “Religiões se encontram nas águas da lagoa”, a qual traz a opinião do padre católico Jaime Souto e da umbandista Nara Ioro:

O sincretismo religioso manifesto na saudação, leva ao enaltecimento e não ao afastamento das religiões e culturas. É o contraste da cultura umbandista – população humilde que busca nos valores africanos a realização de seus anseios, já o catolicismo ofereceu a espiritualidade através de Maria, a mãe dos humildes (DIÁRIO POPULAR, 4 de fev. 2002, p. 3).

Para a conselheira da Federação de Umbanda Nara Ioro, Iemanjá e Navegantes têm o mesmo significado evangélico:

“Representam a proteção energética dos mares a quem vive neste meio”. Nara lembra que o encontro de umbandistas e católicos tem significado especial à medida que é um apelo para que as pessoas cultivem a religiosidade. “Ela é ótima articuladora de energia e auxilia na criação de valores mais humanos” (DIÁRIO POPULAR, 4 de fev. 2002, p. 3).

O fenômeno é observado pela antropóloga Marília Flôor Kosby (2007, p. 31) como um não-território, por ser um espaço sagrado pode-se interpretar. Com essa compreensão, ela descreve o encontro lacustre:

O que de fato emerge nesse encontro lacustre é a intensidade depositada no não-território que a água representa [...] se as águas têm dono, nesse campo, a Lagoa dos Patos é domínio de Iemanjá, Nossa Senhora dos Navegantes, Iara.

O espaço lacustre opõe-se ao das areias, onde os cultos não se relacionam, pois as fronteiras têm limites mais rígidos e as identidades contornos mais nítidos. Nesse contexto, a autora traz um questionamento importante para compreender a essência das religiões de matriz africana:

Por que milhares de pessoas irrompem laguna adentro com uma imagem sobre os ombros para chegar o mais próximo possível de uma frota de barcos que homenageia a mãe de uma religião que aparentemente tanto contrasta com a cosmovisão afro-religiosa? (KOSBY, 2007, p.31)

A resposta ela busca na noção de intensidade, bem mais do que na essencialidade, já que ocorre o reconhecimento do traço da identidade de um no outro. Contudo, cabe ressaltar que essa intensidade ocorre somente de um lado, pois os afro-religiosos são politeístas, enquanto que os católicos monoteístas.

Assim, o encontro possui significados diferentes para ambos: a intensidade para os afro-religiosos pela dupla homenagem ao sagrado, e a reafirmação da superioridade, para os católicos, num gesto de acolhimento dos “humildes”, pela mãe Nossa Senhora dos Navegantes.

Dentre o que se pode chamar de religiões afro-brasileiras, foram mapeados em Pelotas e região, pelo menos, três conjuntos litúrgico-cosmológicos: o batuque (culto aos orixás, que são divindades), a umbanda (culto a caboclos, pretos velhos e, em alguns casos, a exus) e a quimbanda¹⁴⁰ (culto aos exus) (KOSBY, 2014). De

¹⁴⁰ “Quimbanda é uma religião afro-brasileira independente de quaisquer outras, que surgiu no Rio Grande do Sul a partir de meados dos anos 1960. Antes desse período, outras tradições e religiões já prestavam culto a Exu e Povo de Rua, porém a Quimbanda se firma como religião ao cultuá-los de forma independente, estabelecendo símbolos e ritos iniciáticos, bem como dogmas que a organizam

acordo com a autora, em Pelotas é comum uma mesma casa de religião cultuar os três tipos citados acima.

Os ensinamentos da cultura afro-brasileira, sua tradição e ancestralidade são transmitidos através da oralidade, de geração em geração. Mediante a oralidade, o *ethos* de cada comunidade é transmitido para as futuras gerações. “O *ethos* pode ser definido como o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao mundo que a vida remete” (GEERTZ, 1989, p. 143).

Kosby (2014) aponta a existência de uma espécie de linhagem de santo, em que há certo respeito por deixar guiar pelos ensinamentos dos pais e mães-de-santo da nação à qual se pertence. No batuque pelotense:

Há referências a casas de nações Jêje, Cabinda, Oyó e Ijexá, bem como a combinação entre algumas delas [...] as diferenças observadas em primeira instância se dão no proceder dos rituais, principalmente na velocidade dos toques de tambor e nos axés (cantos) entoados (KOSBY, 2014, p. 298).

Cabe lembrar que os nomes das casas de nações citados acima pela autora referem-se à origem étnica dos grupos de nações africanas que vieram escravizados para o Brasil. Para Bastide (1989), a religião dos iorubás, na América, é a que mais permanece fiel aos modelos ancestrais, manifestada na forma dos candomblés, nagôs da Bahia, como xangô nos estados de Pernambuco e Alagoas e, como o batuque, no Rio Grande do Sul.

Essas crenças têm, como fundamento cosmológico e litúrgico, sólidos vínculos com as forças da natureza. No entanto, compete enfatizar que o sagrado não é um aspecto da paisagem, mas pode ser um elemento da produção do espaço. São qualitativamente fortes os sítios simbólicos, onde, para os fiéis, o sagrado se manifestou, o que pode estar contido num objeto, numa pessoa, em inúmeros lugares. Para os sujeitos religiosos, a natureza não é exclusivamente natural, está sempre carregada de um valor sobrenatural. Conforme aponta Kosby (2014) sobre o culto de Iemanjá:

social e religiosamente, com grande influência dos ritos africanistas do Batuque afro-gaúcho”. Disponível em: <<https://www.diegodeoxossi.com.br/quimbanda-exu-pombagira>>.

O culto a Iemanjá é, portanto, a celebração ritualística das potencialidades dos rios, lagos, mares, arroios, lagoas, bem como das gestações das maternidades, da clareza de pensamento e da doçura da vida. Mas, como tudo para o pensamento afro-religioso, as águas estão superpovoadas de entidades, de forças, de divindades, de significados: Iemanjá é acompanhada de outros importantes orixás, como Oxum e Oxalá, e da presença de sereias, laras, caboclos, pretos velhos, exus e seres míticos de extrema importância para a manutenção do equilíbrio das forças que atuam na vida das pessoas que encontram nas águas um território sagrado.

O Balneário dos Prazeres é considerado um espaço sagrado não só para os povos de terreiros, como também para os cidadãos e cidadãs que não são adeptos de nenhum culto, mas que depositam fé em Iemanjá e na força das águas e, da mesma forma, fazem promessas e oferendas para a orixá. Isso faz com que a Festa de Iemanjá seja bastante representativa na cidade de Pelotas, como é em diversos pontos do litoral brasileiro. “Iemanjá é a senhora das grandes águas, mãe dos deuses, dos homens e dos peixes, aquela que rege o equilíbrio emocional e a loucura”, assim definiu Prandi (2000) em seu livro *Mitologia dos Orixás*.

Uma reivindicação antiga dos organizadores da Festa de Iemanjá, que só recentemente foi atendida pela municipalidade, é que essa festividade fosse incluída no calendário turístico da cidade. O compromisso do poder público com a festa favoreceria a legitimação do estatuto da Umbanda enquanto religião, haja vista o histórico de intolerância religiosa envolvendo os cultos afro-brasileiros, no Brasil como um todo.

Ao falar em festa, estou adentrando no campo da abordagem territorial e cultural da Geografia Social. De acordo com o conceito referenciado por Di Méo (2014, p. 1), a festa constitui um “código sociocultural e simbólico, impresso no espaço geográfico”. Nesse sentido, compreendo a Festa de Iemanjá como uma expressão cultural não só do Balneário dos Prazeres, mas também da cidade como um todo.

A palavra cultura tem origem no verbo latino *colere*, que significa “cultivar”, criar, tomar conta e cuidar”. No entanto, é em 1793 que o termo passa a ter um cunho interpretativo antropológico associado aos aspectos espirituais de uma comunidade. Esse significado consta no verbete *Kultur do Dicionário Adelung*, editado na Alemanha. Desde então, o conceito tem sido revisto com certa frequência, apresentando múltiplas interpretações. De acordo com Laraia (2001) nas

áreas de Ciências Humanas, de forma geral, atribui-se a Edward Burnett Tylor (1832-1917) a primeira formulação científica do conceito. A cultura seria um complexo conjunto de fenômenos, incluindo o conhecimento, as crenças, as manifestações artísticas, a moral, as leis e os costumes, assim como todas as capacidades e hábitos adquiridos pelos seres humanos como membros de uma sociedade.

Desse modo, a cultura é um campo comum para o conjunto das ciências humanas. Cada disciplina aborda este domínio, com pontos de vistas diferentes. O olhar do geógrafo, segundo Claval (2007, p. 11):

Não dissocia os grupos dos territórios que organizaram e onde vivem; a estrutura e extensão dos espaços de intercomunicação, a maneira como os grupos vencem o obstáculo da distância, e, algumas vezes, o reforçam, estão no cerne da reflexão.

A Geografia, mesmo tendo no seu centro a relação homem-natureza, por privilegiar o espaço humanizado e suas prerrogativas mais do que o meio natural, pode traçar diálogos com a antropologia.

Na antropologia, o termo cultura distingue um modo de vida típico de um grupo de pessoas, fundamentado em comportamentos apreendidos, transmitidos de geração a geração, por meio da língua e do convívio social. Todavia, é preciso dar atenção à potencialidade do conceito antropológico de cultura, pois, conforme Waldaman (2006, p. 35), ele nos capacita a:

[...] identificar os relacionamentos sociais que balizam o leque de intervenções que o homem em sociedade imprime ao meio ambiente, e nessa vertente, o papel das inferências culturais, no que diz respeito à capacidade humana de alterar ambientes e substâncias, ou seja, a *antropogenia*.

Em contrapartida, a palavra cultura também passou a ser utilizada para descrever “os valores compartilhados de um grupo ou de uma sociedade” (HALL, 2016, p. 19), ganhando mais ênfase na sociologia, passando a ser relacionada a sentimentos, emoções, a um senso de pertencimento. Como ensina Hall (2016, p.20), “os significados culturais não estão somente na nossa cabeça – eles

organizam e regulam práticas sociais, influenciam nossa conduta e consequentemente geram efeitos reais e práticos”.

Portanto, as diferentes formas de apropriações e usos do espaço-praia, no Balneário dos Prazeres, estão associadas ao que esses espaços significam para cada uma dessas apropriações. Os sentidos que esse espaço costeiro lagunar tem para os atores sociais territorializados são elaborados no “circuito da cultura” (HALL, 2016, p. 21). Daí a criação de laços afetivos e do espesso vínculo territorial que os afro-religiosos teceram com o Balneário dos Prazeres.

De acordo com Marilene (2016), nesse espaço costeiro há três elementos da natureza: água, terra e mata, que possuem forte significado para as religiões de matriz africana, “onde vários orixás, caboclos, pretos velhos, exus respondem”. A natureza na cosmovisão de matriz africana são elementos sagrados, representam os seus próprios orixás, ou deuses. A confluência de energias presente na mata e na orla do Balneário dos Prazeres transforma-a em um espaço ideal para acolher as práticas rituais afro-brasileiras. Conforme consta em Campos (2015, p. 182), o depoimento de Maria Ochoa¹⁴¹ revela o sentido simbólico do lugar:

A água é de lemanjá, mas a areia pertence a todos orixás femininos. Então qualquer oferenda que tu soltar na areia, na beira da água, tu tanto homenageias Oxum, quanto lemanjá, quanto Iansã. São orixás da água, eles recebem, dependendo até de um Oxalá. Então tu cultuas eles nos elementos deles, que é bem mais forte. É uma coisa bem mais aceita.

Cabe destacar o fato de que a apropriação pode ser a forma mais justa de produzir o espaço e de reproduzir as condições de existência humana, mas há que se olhar para a relação desta apropriação com o ambiente natural, sobretudo, quando o interesse de uso do espaço depende das qualidades ambientais, como no caso das práticas de religiões afro-brasileiras, cujos simbolismos partem da natureza, como ocorre no Balneário dos Prazeres.

Para o povo de Axé de Pelotas, a praia do Balneário dos Prazeres é território dos orixás lemanjá, marinheiros e sereias e suas matas de caboclos. É como se essa praia fosse a extensão dos seus terreiros. Para as religiões afro-brasileiras, os

¹⁴¹ Maria Ochoa é cacique do Terreiro Templo de Umbanda Joana D'Arc, é euro-descendente, tem 69 anos e 52 anos de trajetória religiosa foi entrevistada por Campo (2015) em 4 de novembro de 2014.

terreiros constituem “centro do mundo”, em que a noção de espaço sagrado implica a ideia da repetição da “hierofania”, que consagrou esse espaço, transfigurando-o, em resumo, isolando-o do espaço profano a sua volta” (ELIADE, 1993, p. 295).

Os afro-brasileiros, ao cultuarem os orixás, estão cultuando as forças elementares oriundas da natureza, como as da água, da terra, do ar, do fogo, etc. Essas forças em equilíbrio produzem enorme energia (axé) que os ajuda no dia a dia, por isso, os povos de terreiro demonstram respeito e sentido de preservação da natureza. Os negros africanos que foram vendidos como escravos e trazidos para o Brasil trouxeram mais do que sua força de trabalho, trouxeram também tradições, artes, línguas e religiões¹⁴² e o batuque, a umbanda e a quimbanda praticados em Pelotas, as quais fazem parte desse legado cultural.

Nesse sentido, o Balneário dos Prazeres tem sido o espaço na cidade de Pelotas que acolhe não só esse legado cultural como uma diversidade, inclusive de fé, como observou Elivelton (2017) ao definir o seu bairro como “um espaço de acolhimento de fé”. Estas características revelam um traço da identidade territorial desse espaço, que poderia ser utilizado a seu favor, como acontece em muitos lugares onde o geossimbolismo é potencializado e utilizado para a fabricação de produtos de identidade territorial.

É importante frisar que a construção das identidades se dá de forma dialética, numa troca diferencial entre o próprio (*self*) e o outro. “Toda identidade se define por um conteúdo compreendido em termos de caráter referencial percebido a partir de perspectivas diferentes e que podem incluir aspectos de ordem física ou psíquica, material ou intelectual” (LE BOSSÉ, 1999, p. 162). Por exemplo: a identidade feminina se constrói ante a identidade masculina. De acordo com), a identidade é uma construção social e histórica do *próprio* e do *outro* [...] que variam no tempo e no espaço. Estão constantemente engajadas e negociadas em reações de poder de

¹⁴² Um desabafo é postado no grupo Whats App “Radio Filhos de Umbanda” o qual faço parte desde o início de 2017 por conta da pesquisa sobre a falta de conhecimento das religiões afro-brasileiras em Pelotas “Somos uma religião falada e não escrita por isso tanta desinformação. Precisa ser espalhada aos quatro cantos a base de nossa fé: Umbanda linha branca não faz sacrifício de animais e não atende ao público com Exú. Umbanda Cruzada faz suas obrigações para os Exús da casa com animais. Quimbanda faz sacrifício de animal e faz atendimento ao público com todas as linhas. Batuque matriz africana só faz sacrifício se for necessário e suas carnes geralmente são consumidas. São exemplos que se faz necessário à sua divulgação para leigos, pois todos acham que Saravá, Macumba e Magia Negra são as mesmas coisas

troca ou de confrontação, mais ou menos disputáveis e disputadas. Di Méo & Buléon, (2007, p. 43) compreendem a identidade como algo que "se confunde, sob certa ótica, com uma mediação". A identidade é vivenciada através de formas simbólicas e discursivas. Toda forma identitária apresenta-se como um equilíbrio de tensões entre o ser e o vir a ser. Pode voltar-se para o passado, como projetar-se para o futuro. É uma construção imaginada que se emana, é conjuntural, não essencial.

O lugar pode influenciar e construir identidades culturais e sociais. O lugar é carregado de valor e de sentido pela subjetividade dos indivíduos e dos grupos. Para Sack, o *lugar* e o *próprio* são consubstanciais à medida que partilham qualidades e funções físicas, sociais e intelectuais que agem e se afetam mutuamente.

Esses produtos precisam ser pensados visando à dinamização da economia local, são construídos socialmente, envolvem a história, memória, cultura, saber local e aprendizagem coletiva. Sobre esses produtos, Denardin e Sulzbach, *apud* Saquet (2016, p. 140), revelam que:

Produtos com identidade territorial, portanto, incorporam todos os bens, serviços, informações e imagens próprias de um território. Um tipo de queijo produzido artesanalmente em determinado território é um exemplo de um bem; um grupo folclórico, por sua vez, é um serviço e uma igreja ou gruta é um símbolo que identifica o território.

No caso do Balneário em estudo onde os moradores possuem uma trajetória de mobilização e lutas contra os agentes do próprio Estado que, por meio de distintos governos, não atende as necessidades, anseios e desejos da comunidade, a valorização do (patrimônio histórico-cultural e ambiental) seria uma ação socioterritorial em prol do direito à preservação da natureza, do patrimônio cultural, em favor do direito à cidade (LEFEBVRE, 1991) e ao lazer.

A relação do lugar com a festa de Iemanjá e as marcas da territorialidade da religião afro-brasileira nas paisagens, por conta das oferendas¹⁴³ aos orixás e dos

¹⁴³ Kosby (2007, p.28) descreve as oferendas da noite da festa de Iemanjá "Doçura dos montes de açúcar que se confundiam com o próprio chão – crivados de velas coloridas acesas, desenhavam sob os pés o céu. Doçura dos quindins de Oxum, merenginhos de Iemanjá e cocadas de Oxalá, que compunham as ornamentadas bandejas de oferendas para esses orixás, os orixás de praia, de mel, velhos pais de todos e de tudo".

resíduos deixados pela grande concentração de pessoas, transforma essa paisagem costeira em uma paisagem religiosa. De acordo com o Gil Filho¹⁴⁴:

A paisagem religiosa é, portanto, sintética onde expressão e sentido são reunidos em uma totalidade estrutural. Sendo assim, a paisagem religiosa é tanto possibilidade como projeção da ação humana. Ela pode ser criada e recriada provocando renovadas impressões e representações revelando a dinâmica religiosa do ser humano.

Apesar dos conflitos e tensionamentos nos processos de apropriações do território costeiro lagunar, os atores endógenos mais antigos e os transitórios religiosos possuem fortes vínculos com essa paisagem. Suas tentativas de reafirmar a vocação turística, tanto da praia, quanto da Festa de Iemanjá perante o poder público, denotam claramente a intenção de contornar o estigma espacial da praia. Observei, em diversos depoimentos que remetem relações experienciadas no dia a dia dos atores endógenos e nos usos eventuais dos atores transitórios afro-religiosos, representações simbólicas abordadas pelo aspecto afetivo. Pode-se dizer que eles atribuem um sentido forte de lugar a esse espaço costeiro.

O estigma espacial desse lugar encobre o bairro como produto da luta pelo direito à cidade, pelo cuidado ambiental e pelo respeito à diversidade, invisibiliza o espaço de representação.

Marilene (2016), ao se reportar a praia do Balneário dos Prazeres, expressa seu amor ao lugar:

[...] eu moro num paraíso, só vindo aqui para ver, e é um conselho que eu digo para todos: a vida é tão estressante, tão cansativa, deem uma passada no Barro Duro, tirem uns 30 minutos olhando para a lagoa, sentindo o cheiro dessas árvores que a vida vai ser bem melhor, volta a sua rotina bem melhor, fortificado.

Conforme o relato acima, percebe-se que os valores ambientais que seus usuários dão ao lugar não são mercadológicos. Ao contrário, são valores emotivos,

¹⁴⁴ Material em Power Point sem data. Núcleo Paranaense de Pesquisa em Religião – **NUPPER**. Disponível em: <<http://www.nupper.com.br>>; Núcleo de Estudos em Espaço e Representações – **NEER**. Disponível em: <<http://www.neer.com.br>>.

espirituais, estão associados ao vivido (LEFEBVRE, 2013), garantem a pluralidade de histórias.

No entanto, a relação dos atores sociais territorializados com a natureza desencadeou alterações no ambiente natural e tensionamentos entre os seus usuários. Para compreender o impacto da relação dos afro-religiosos com a natureza, e do conflito com os demais atores sociais, vale observar o reflexo do hibridismo contemporâneo nas tradições religiosas afro-brasileiras.

4.3.2 Breves notas sobre o hibridismo contemporâneo nas tradições religiosas afro-brasileiras em Pelotas

Umbanda, Candomblé, Tambor de Mina, Xangô, Batuque Gaúcho e outras denominações religiosas de origem ou influência africana constituídas no Brasil, desde o século XIX, formam um amplo espectro de crenças e práticas assemelhadas, mas com particularidades, as quais usualmente são chamadas de religiões afro-brasileiras. Antes da República, o Brasil só reconhecia o catolicismo como religião: uma das condições para ser brasileiro era também ser católico. Os negros, escravos e libertos que cultuavam seus deuses africanos, deveriam ser, antes de mais nada, católicos. Mas isso não representou um problema, visto que o sincretismo de origem africana não impediu a aceitação da divindade católica. Isso, porque as religiões africanas que sobreviveram no Brasil são politeístas, primam pela tolerância, aceitam outros deuses, adotam-nos e os cultuam.

Nessa esteira, as religiões afro-brasileiras passaram e ainda passam por dois processos: sincretismo e hibridismo. O sincretismo religioso pode ser entendido como a fusão de doutrinas, crenças e práticas de diversas religiões. A umbanda e o sincretismo tentaram suavizar as relações entre as religiões de matriz africana e a igreja católica, traçando paralelos entre os orixás e os santos católicos. Tal fato não representou a perda da identidade religiosa do negro, que manteve suas crenças e ainda foi capaz de influenciar muitos descendentes de europeus, fazendo da metade sul do Estado do Rio Grande do Sul um grande centro representativo das religiões afro-brasileiras.

O hibridismo cultural, por sua vez, geralmente acontece pelo choque ou contato entre culturas, as quais se misturam. É o que revelam as religiões afro-brasileiras, como bem sinalizou Prandi (2014, p.10), referindo-se ao período pós-abolição: “Os seguidores dos deuses africanos continuaram a se sentir católicos, mas agora como resíduo de um passado que ainda marca com sofrimento, tristeza e vergonha o presente do Brasil”. A identidade religiosa afro-brasileira vem, ao longo dos tempos, constituindo-se a partir da herança africana, mas influenciada pelo catolicismo, por religiões indígenas, pelo espiritismo kardecista, sendo reconhecido pela ciência¹⁴⁵ como religiões legítimas. E, mais recentemente, pelo estilo de vida consumista da modernidade que faz com que os adeptos da religião deixem alguns preceitos ritualísticos de lado e incorporem outros. É o que se pode observar nas entrevistas com atores do campo afro-brasileiro da cidade de Pelotas, como consta num trecho da entrevista do presidente da FECAB, Marcos Abreu:

[...] então tu vai notar muita diferença se tu tiver uma pessoa jovem dentro da religião para falar sobre a religião em relação a uma pessoa mais velha. As palavras serão totalmente diferentes, tudo aquilo que se fazia antigamente praticamente se perdeu, é a modernidade que está chegando. Nós mesmos fazíamos tudo na mão, hoje em dia usa-se os instrumentos elétricos, máquinas, totalmente diferente, quando a essência da religião nos diz que temos que fazer com a mão. Uma erva que tem que ser macerada, tirar o caldo, hoje em dia botam no liquidificador. Perdeu-se a essência, uma coisa que tem que ser macerada na frente do pai de santo com uma vela acesa se tirando certos axés que são as rezas e cânticos para saldar o próprio orixá que é o dono das ervas e se leva para dentro de uma cozinha e se faz a bel-prazer dentro de um liquidificador e chega tá pronto, tem a mesma força? (Marcos, 2018)¹⁴⁶

Na opinião de Marcos Abreu, o campo religioso afro-brasileiro de Pelotas está perdendo a sua velha-guarda, e os mais jovens estão atuando sem os conhecimentos e valores considerados pelos mais velhos, o que tem repercutido na falta de união entre essas lideranças. Como exemplo desses valores, consta a orientação para a realização de despachos e oferendas. Trata-se de uma prática tradicional que sempre existiu, onde os cruzamentos de caminhos, nas vias públicas

¹⁴⁵ A partir da publicação das obras sociológicas *O Candomblé da Bahia* (1958) de Roger Bastide e *Kardecismo e Umbanda* (1961) de Cândido Procópio Ferreira de Camargo, o status institucional do Candomblé e da Umbanda mudaram, de seitas passaram a ser reconhecidas como religiões legítimas. A educação contribuiu no processo de mudança de mentalidade. A palavra escrita foi importante para isso, mesmo que sua reprodução continue por meio da oralidade.

¹⁴⁶ Entrevista concedida a autora por ABREU, Marcos. [jan. 2018]. Pelotas, 2018.

ou no meio ambiente, são locais simbólicos e de força para o religioso, por isso, escolhidos para as oferendas e despachos.

Os pais e mães de santo mais velhos observam a perda do ensinamento tradicional, seja nas indumentárias, que cada vez ficam mais sofisticadas, seja nos objetos sagrados utilizados nas oferendas, cada vez menos biodegradáveis e mais artificializados.

O que os entrevistados do campo religioso afro-brasileiro chamam de perda da tradição nas práticas e rituais de matriz africana nos últimos anos, pode ser entendido como parte de um processo de hibridização cultural. Este conceito envolve a mistura, adaptações, exclusões e inclusões, diversas circunstâncias na contemporaneidade são afetadas pela emergência das mídias informacionais e aceleração das temporalidades, logo de maior hibridização. Todos os entrevistados do campo religioso apontaram para a existência de um conflito, onde impera a vaidade entre diferentes entidades religiosas, onde o elemento de disputa são os valores religiosos, sendo que cada um remete à falta de aprontamento religioso do outro, disputando os possíveis filhos e irmãos de santo.

Dessa forma, antes da preocupação com a qualidade ambiental do espaço dos seus orixás, as entidades afro-religiosas estão preocupadas com a sua representatividade. Assim, para elas, quanto mais pessoas acompanharem a festa, melhor, mais força e visibilidade ganha o movimento religioso e a sua liderança. Muitos reconhecem que falta orientação quanto aos materiais utilizados nos despachos e oferendas no espaço público, porém não dimensionam o impacto que o contingente populacional atraído para a Festa na praia provoca na APP.

Na opinião da ampla maioria dos atores endógenos, exceto os comerciantes, a passagem da Festa de Iemanjá é prejudicial ao ambiente natural da praia e matas, como relatou Valdir: “[...] a festa de Iemanjá é o pior momento que o bairro passa, o espaço¹⁴⁷ lá embaixo não comporta a estimativa de mais de 20 mil pessoas que era o que se tinha, sem ordenamento algum”.

O uso indiscriminado da praia é fruto da ausência de ordenamento do espaço e da falta de consciência ambiental dos seus frequentadores, de forma geral, mas a

¹⁴⁷ O depoente está se referindo aos quase 2km de orla que se encontram abaixo de uma encosta que varia entre 10 e 14 metros de altitude, é a parte mais elevada do litoral lagunar pelotense.

representação que permaneceu, foi a de que as práticas religiosas, na praia, são as responsáveis pela aceleração da degradação das matas do Balneário dos Prazeres. Essa circunstância fortalece o poder daqueles que não querem a apropriação afro-religiosa na praia. Tal representação é forjada no desconhecimento das religiões de matriz africana, no preconceito racial e na intolerância religiosa, enraizada em nossa sociedade, pois, conforme argumentou Joab na Audiência Pública dos Umbandistas e da Festa de Iemanjá no dia 23/01/2013, há muitas outras infrações ambientais, como a falta de fiscalização, ocupações irregulares, corte de árvores, descarte irregular de lixo, prosseguindo:

Não é o umbandista que ficou 360 dias afastado, que destruiu o mato, reconheço que falta educação ambiental ao povo de religião. Tem muitos que não são adeptos à religião, mas que creem na Iemanjá e não têm ensinamentos.

De acordo com Juliano Silva (2014), as oferendas são fundamentais nas religiões de matriz africana. Elas servem para:

[...] agradar um Orixá, é oferecida a ele uma comida ritual, que nada mais é do que alimentos que depois de prontos são oferecidos aos orixás acompanhados de rezas e cantigas. [...] eles estão ligados às forças da natureza, aos espíritos elementares e que, quando superiores, habitam uma mata limpa, uma praia limpa, uma montanha ou cachoeira. [...] habitam nos três reinos da natureza, o mineral, o vegetal e o animal, eles colaboram com a natureza enquanto evoluem; [...] por isso toda oferenda deve ter elementos de água como cerveja, guaraná, chás, sucos e sumos de ervas, elementos da terra como frutos, raízes, fumos e ervas assim como elementos do fogo e do ar como velas, incensos, defumações e charutos.

Para o autor, a oferenda é como súplica para alcançar uma graça, bem como para homenagear e agradecer ao Orixá por uma conquista. O autor prossegue em seu texto ressaltando que nenhuma oferenda deve agredir a natureza, já que se trata de uma religião defensora e tão ligada à natureza. E toma, como exemplo, a cidade de Canoas, onde foi criada uma campanha de conscientização com os praticantes de religiões afro-brasileiras, a qual foi chamada de “Oferenda limpa e ecológica”, recomendando o uso de materiais biodegradáveis. De acordo com o autor:

É preciso reforçar o resgate dos costumes da ancestralidade de Matriz Africana e Umbanda permeada pelo povo africano e indígena, que na essência do ritual, utilizavam materiais da natureza. [...]” assim a sociedade não vai comparar a oferenda com lixo religioso.

Nesse sentido, o autor chama a atenção para a carência de um espaço adequado na cidade de Pelotas, viabilizando a solução das oferendas em lugares impróprios. E propõe a criação do recanto dos Orixás no Balneário dos Prazeres, para tal fim, bem como, para desenvolver atividades de educação ambiental, sensibilizando o povo de terreiro em relação ao uso de oferendas sustentáveis.

Ainda, a respeito dos resíduos das oferendas, Marcos Abreu argumenta que esse conflito é do processo de reprodução da religião na cidade, que tende à fragmentação. Tal fato é lembrado por ele pelo nome de formação de “nações cadinhos”:

Todos os novos não admitem uma submissão, mesmo sendo seu pai de santo. Ele acha que por já estar feito ou por estar iniciado e receber uma entidade já tem teor igual de conhecimento e de enfrentamento. Isso faz com que, na primeira rosna, ele saia e abra a casa dele, porque a lei faculta esse direito de cada um processar a sua religião, daí aparecem coisas que não tinham, e as religiões são separadas por nações, por etnias. Eu sou de nação cabinda, outros é Gegê Igechá. Aqueles que saem da minha casa como cabinda passam para uma de Igechá, então ele já mudou um pouquinho do que seria a essência da religião, saindo da Igechá, por desacerto, para outra de nagô de Quetu, e ai por diante. Então, na verdade, o que que ele aprendeu entre uma e outra praticamente 10% de cada, mas quando ele abre a sua, ele faz 10% de uma, 10 % de outra, então se torna uma nação de cadinho como agente diz um cadinho de cada coisa (Marcos, 2018).

Marcos Abreu, também atribui essa pulverização das religiões afro-brasileiras ao fato de a lei facultar o direito do exercício de culto. Caso alguém não queira se filiar a nenhuma das federações, essa pessoa pode praticar a religião de forma clandestina ou simplesmente ir a um cartório e abrir um CGC e ser filiado a si mesmo, praticando a sua própria religião. Marcos percebe que a geração mais nova não se subjugava a ninguém e explica que, na essência da religião, existem liturgias que não são permitidas, visto que, há regulamentos e leis a serem cumpridas, como a

imposição de horários¹⁴⁸, do lugar e dos elementos presentes nas oferendas e despachos que se podem encaminhar. Marcos acredita que está acontecendo a comercialização da religião, como comprova seu argumento:

[...] um aprontamento do lado do africanismo das casas de nações, se tu vais fazer tudo como tem que ser, tu vais gastar quase 30 mil reais, isso sem contar com o valor do que o pai de santo possa cobrar de mão, diante do poder fazer. Mas o custo da religião em si é alto, tu és obrigado a formar 14 orixás e alguns axés específicos, como o axé de búzios que é o Ifã e o axé de facas que é o Obé. Então, isso tudo sai caríssimo hoje em dia. Então, a gente recebe o convite para visitar e chego lá e sei que o irmão é de nação cabinda, mas o que eu vejo ali não é cabinda, vai para outro lado totalmente diferente: tudo colorido muita fantasia, não se vê mais a veracidade no rosto de uma entidade, no rosto de um orixá. Mas são eles e se dizem que são, talvez com o poder econômico se fazem, vão para a mídia, isso e aquilo. Fazem altas festas. Quando, na verdade, olha o nosso povo africanista hoje em dia, do que era antigamente, pior ainda, botavam uma sunguinha o quanto muito, sem camisa, sem sapato, sem nada e já eram escravizados dentro da própria África. Então, o que se vê hoje em dia é pura comercialização da religião (Marcos, 2018).

De uma forma geral, sabe-se que no que tange às religiões, as pessoas selecionam, dentre o sistema de regramentos e mandamentos, as normas que julgam adequadas ao seu sistema moral e rejeitam outras regras, podendo haver interpretações muito variadas dentro de uma mesma religião. As interpretações dizem muito das necessidades momentâneas e da subjetividade dos sujeitos religiosos.

Os conflitos internos ao campo afro-religioso, afetam não só a relação desses com o acesso aos espaços públicos naturais, como a praia e matas no Balneário dos Prazeres, mas o conjunto das suas relações sociais na cidade. Esses atores afro-religiosos demonstram a necessidade do prestígio e da formação de uma grande representatividade, os quais lhes deem poder para brigar pelos seus direitos. Esses dizem respeito, também, ao direito a uma sociedade pluricultural. De acordo com Marcos Abreu, em Pelotas, há em torno de mil centros:

¹⁴⁸ A prefeitura libera até às 23:30 então toda vez que um centro tem que passar deste horário ele tem que pegar autorização na Federação então agente entrega uma para o centro e outra para a brigada. Comunicando que esse terreiro vai fazer uma festa alusiva a seu santo e poderá ficar até 3 ou 4 horas da madrugada, mas é anual (Entrevista realizada com Marcos Abreu, em 12 de janeiro de 2018).

[...] eu tenho 220, a outra, que é mais antiga, tem mais de 50 anos, a do Joab deve ter, no mínimo, mais de 400 centros. Tem a Liga de Umbanda que o presidente é o Marcos Amadeus, recentemente fechou a Associação de Umbanda que era do falecido João Madail e tem o REUNA, que é uma Reunião de Centros de Umbanda e Casas de Nação que têm menos de 1 ano (Marcos, 2018).

Assim como o fenômeno afro-religioso, que produz o espaço no Balneário dos Prazeres passa por transformações em razão da imposição de uma determinada visão da realidade social, do próprio espaço, e da imposição de determinadas relações de poder, em diversas partes do mundo as doutrinas animistas¹⁴⁹ são perseguidas, também por imposição de poderes. São subjulgadas a uma forma de ocultismo, ou obscurantismo. Tal fato tem exigido, de seus praticantes, adaptações que podem, até mesmo, passar pela mercadorização do culto aos espíritos, como demonstrou Kira Salak (2006, p.120-141) em matéria sobre o rio dos espíritos de Mianmar¹⁵⁰, onde o culto dos *nats* antiga, religião animista do país, tornou-se um bom negócio.

O budismo é a principal religião de Mianmar não conseguindo eliminar o culto dos *nats*, o governo decidiu adapta-lo, criando um panteão oficial de 37 espíritos a ser venerados como subordinados ao Buda. Em consequência, templos budistas de Mianmar hoje têm sua própria mat-sin, casa dos espíritos anexa ao pagode principal. Embora o povo ainda cultue espíritos não pertencentes ao panteão oficial, esses 37 têm status VIP, com grupos de dançarinos, cantores e músicos que reencenam as histórias humanas das vidas tumultuadas e mortes violentas dos espíritos. Mas os nat-kandaws são mais que meros atores; acreditam que os espíritos realmente entram em seus corpos e os possuem. Cada espírito tem uma personalidade distinta, que requer a troca de traje, decoração e acessórios cênicos [...] apresentam-se nas aldeias e cada trupe ganha 110 dólares por um festival de dois dias – uma pequena fortuna para os padrões birmaneses.

Dessa forma, o culto de espíritos, ou *nats*, é difuso na cultura local e coexiste com o Budismo, sendo apenas um exemplo das formas em que a materialidade do mundo capitalista se faz presente nas transformações das religiões.

De acordo com Claval (2007, p. 420), “não há compreensão possível das formas de organização do espaço contemporâneo e das tensões que lhes afetam

¹⁴⁹“Concepção que consiste em atribuir alma às coisas, [...] crença segundo a qual a natureza é regida por almas ou espírito análogo à vontade humana (JAPIASSÚ, MARCONDES, 2001)

¹⁵⁰Considerado um dos países mais pobres da Ásia.

sem levar em consideração os dinamismos culturais”. Foram inúmeros os acontecimentos históricos que contribuíram para a erosão das culturas, que se sabe ser contínua. Etnólogos e antropólogos testemunham uma erosão rápida e irreversível das culturas singulares em escala planetária “[...] observam que esta erosão é limitada por culturas-tradições e, que há no mundo inteiro, uma produção cultural constante, abundante e diversificada” (WARNIER p.119).

Nesse sentido, para o autor nada se compara ao acontecimento do imperialismo, “foi um fenômeno mundial que não poupou nenhum continente e que contribuiu para a globalização dos fluxos culturais. [...] Por toda parte manifesta-se uma demanda ardente dos objetos de uma modernidade”. De acordo com Renato Ortiz (2005, p. 57): “A mundialização da cultura (na qual estão incluídos os aspectos materiais, simbólicos e ideológicos) participa de um universo transglósico no qual forças diversas o constituem e o atravessam”. Para Bauman (2001), em sua tese da “modernidade líquida”, a mercadoria é uma dessas forças e um princípio, capaz de liquefazer e solidificar a própria condição humana.

Os povos tradicionais de matriz africana mantiveram parte de sua cultura preservada, a qual vem continuamente sendo reconstruída. Seus valores e ensinamentos dos antepassados são confrontados constantemente por traços que os transcendem.

Pensar como esse movimento da cultura afeta determinados grupos culturais em seu saber-fazer é olhar para o impacto do consumo urbano na reprodução dos modos de vida e cotidianos desses grupos. De acordo com Seabra (2004, p. 199):

O acúmulo de experiências da apreensão do mundo pelos sentidos traz o vivido à teoria e ao conceito como campo onde se debatem a imaginação criativa que não pode morrer e o imaginário gestado na sociedade de massas [...] onde a comunicação rápida e organizada tende a organizar a vida na superfície dos atos e dos processos. [...] A comunicação vem se mostrando um elemento estruturante do cotidiano através dos sistemas de comunicação gestados no interior de monopólios empresariais da indústria televisiva. Uma das consequências imediatas é a importância da imagem em detrimento do texto.

A pesquisa de iniciação científica de Márcia Parollini, sob orientação de Seabra, embora não trate diretamente da questão religiosa, explora os conteúdos socioculturais da vida numa favela no entorno de um condomínio de classe alta. Na

vida cotidiana, os pobres adquirem hábitos da sociedade urbana e, com isso, integram o fluxo do consumo da sociedade de massa:

Primeiro como sujeitos que estão sendo expropriados de suas habilidades e conhecimentos ancestrais e que além disso, são portadores de necessidades renovadas, sobretudo monetarizadas. Dentre os dados que recolheu constam as fraldas descartáveis que após terem sido lavadas foram estendidas num varal para secar. [...] a necessidade dos descartáveis se sobrepõe às habilidades de resolver problemas, o que diminui o repertório das habilidades dos indivíduos. [...] A integração social passa também pelo consumo, tanto que os bens de consumo de massa (bebidas, alimentações, confecções e calçados...) são ofertados com preços e qualidades muito variáveis tendo em vista, alcançar mesmo os rendimentos muito baixos (SEABRA, 2004, p. 181)

Quando Marcos Abreu, liderança religiosa da (FECAB), e a Mãe de Santo Marilene Janes falam que o campo afro-pelotense perdeu os referenciais da tradição das práticas, no que se refere às oferendas em espaços públicos e na condução dos rituais, estão se referindo a três processos: o processo de customização das religiões de matriz africana, o de aprofundamento do consumismo, sustentado na produção e no consumo de mercadorias cada vez mais descartáveis e supérfluas e o choque de gerações¹⁵¹.

De acordo com o professor Leandro Karnal¹⁵², “as religiões atuais são frutos de uma customização do crente. [...] Essa customização é própria de uma experiência religiosa brasileira que não reconhece autoridade, mas apenas o gosto do indivíduo”. Essa customização também vem acompanhada do choque entre as gerações, por exemplo, quando Marilene Janes fala do que ela tem presenciado na prática religiosa dos mais novos, assim se refere:

[...] eu tenho o meu ver da minha umbanda antiga, já os mais novos estão mais para o moderno. Eu carreguei esses guris no colo e digo para eles, gente: a umbanda e a nação têm raízes, e raízes, ela vai, mas ela saiu de um lugar só, então não entra na minha cabeça esse modernismo de vocês. [...] O Exu é para a limpeza, trabalho pesado, eu digo para os mais novos, vocês estão colocando o Exu acima do Orixá. Como na nação também, eles

¹⁵¹ Conforme os depoimentos de pais e mães de santo mais velhos, os mais novos colocam o Exu acima do Orixá, realizando mais festas para Exu. Como nessa festa é liberada a bebida alcoólica, é bem provável que valorizem mais a festa no sentido profano do que no sagrado. No entanto, no espaço de tempo desta tese não cabem maiores aprofundamentos deste tema.

¹⁵² KARNAL, Leandro. “As religiões atuais são frutos de uma customização do crente”. Disponível em : <Facebook.com/leandrokarnaladmiradores.youtube>. Acessado em: 22. jun. 2018>.

querem desfile de moda. Meu Deus! Saudades do tempo da nação de sainha de chita ou de rendão de cortina. Hoje em dia, cada qual quer parecer melhor, às vezes não têm o que comer em casa, mas se apresentam nas festas com roupas luxuosas, caríssimas. Chega um novato todo no rechelieu chega eu lá, com minha saia de cetim e minha camiseta do reino, quem ganha visibilidade é o vistoso. Hoje em dia, tanto na umbanda quanto na nação está assim, prevalece a aparência em detrimento da essência. Quando eu e meus filhos somos convidados a participar das festas na casa de outros, muitas vezes observamos modificações nos rituais. Eu digo: não está errado, eles fazem diferente, então essas mudanças é culpa nossa dos mais velhos que não cobramos os fundamentos com rigor (Marilene, 2018)¹⁵³.

Segundo Lefebvre, o fenômeno do consumismo se explica por um aparelho econômico-ideológico de propaganda, que associa imagens e sistemas simbólicos a produtos, de modo que o consumidor não mais consome por necessidades do “estomago” ou da “fantasia”. O próprio comportamento consumista é, em si, uma ideologia associada à mercadoria. As formas de usos e os hábitos culturais afetam todas as classes sociais e credos.

No caso das religiões de matriz africana, que têm a prática da oferenda, tanto de alimentos como de objetos na natureza, geralmente nos lugares chamados pontos de força, como as praias, as cachoeiras, as matas, bosques e encruzilhadas, espaços sagrados, por serem “as casas dos Orixás”, o consumo ali não seria estranho, por esses lugares fazerem parte do contexto espacial do que Lefebvre (1991) denominou como “sociedade burocrática do consumo dirigido” .

E, conforme os espaços verdes vão sendo dominados pelo capital, por meio dos processos de urbanização, as áreas naturais que restam acabam sendo disputadas, e a concentração das oferendas significa uma demarcação do território afro-religioso. O uso de materiais biodegradáveis e não biodegradáveis como: alimentos, e restos de animais mortos, papel celofane, cerâmica vetrificada, tecido de algodão, plástico, metais, vidro, madeira, papelão, vela, dentre outros, impacta visualmente a paisagem e traz danos ao meio ambiente, gera a desqualificação do uso do espaço público pelos afro-religiosos e acirra a intolerância religiosa. Ao mesmo tempo em que são signos, lhes foi atribuído um sentido dentro dos fundamentos das religiões de matriz africana, as oferendas fazem a ponte entre o sagrado e o profano.

¹⁵³ Entrevista concedida a autora por JANES, Marilene. [jun. 2018]. Pelotas, 2018.

Na concepção de Stuart Hall, as necessidades objetivas da cultura estão entrando em colapso, o sujeito que possuía uma identidade unificada e estável está se fragmentando, sendo composto por várias identidades. Assim, o religioso é também um consumidor e produtor de lixo.

Trata-se de uma situação complexa, pois, ao mesmo tempo que se cobra uma postura ecológica dos afro-religiosos, o que implica retornar às suas raízes africanas e abandonar elementos do sincretismo católico nos rituais, como as velas, também é necessário vislumbrar mudanças nos hábitos da sociedade como um todo. O que predomina historicamente é o modo de consumo crescente e a não preocupação com a geração dos resíduos. Além disso, as concepções de natureza, como paisagem harmônica, que demanda um capital investido para ser incorporada à mercantilização, implicam profundas transformações da natureza e da própria paisagem natural.

Essas questões tornam difícil vislumbrar, no campo das ações como no das ideias, uma mudança de paradigma num futuro próximo. Nesse sentido, Leff (2013, p. 9) argumenta:

Não basta se firmarem acordos e convenções que depois de colocados em prática, vão ser regidos por essa mesma racionalidade instrumental e econômica que hoje questionamos, mas sim ir legitimando outras formas de compreensão da vida e da complexidade do mundo e uma nova ética das práxis no mundo.

Próximo desse pensamento, Zhouri (2010, p. 17) analisa os conflitos ambientais no Brasil, afirmando que eles surgem das distintas práticas de apropriação técnica, cultural e social do mundo material. Isso, levando-se em conta que as práticas de apropriação material de bens de consumo e dos resíduos por eles gerados não ocorrem de maneira homogênea entre as classes sociais, notadamente em um país com grandes desigualdades socioeconômicas, como o Brasil e marcado pelo racismo estrutural. É comum na sociedade brasileira os protagonistas do racismo não se perceberem racistas. O racismo que perdura em nosso tempo é maquiado, pois as pessoas negras continuam sendo feridas na sua essência e dignidade, são impedidas de acesso igualitário dos bens sociais e recursos naturais, necessários ao desenvolvimento pessoal e da coletividade, ainda

que muitas vítimas, não tenha percepção desse fato. Sendo esse um dos efeitos mais marcantes da ideologia racial.

Cabe indagar quais as chances de um grupo minoritário, estigmatizado e marcado por discriminação racial, para acessar as diretrizes políticas a fim de promover ações que auxiliem na reformulação de suas práticas no espaço público?

Observa-se, no campo afro-religioso, preocupação em corrigir a imagem distorcida de que as práticas religiosas de matriz africana praticam o mal e agredem a natureza, como uma das demandas para se ter o reconhecimento identitário e o acesso ao território para os povos de terreiro. Tal fato tem possibilitado a entrada desses grupos na arena ambiental e na política, ainda que timidamente.

O interesse da academia pela “compreensão da (multi) territorialidade propicia o reconhecimento de recortes e processos espaciais menos hegemônicos, afirmando que o poder está à solta, é das pessoas e é social” (HEIDRICH *et al.*, 2008, p. 4).

No caso das territorialidades das religiões afro-brasileiras, o seu reconhecimento se deu por meio de um viés culturalista¹⁵⁴. As trocas simbólicas que a pesquisa acadêmica propicia são importantes na instrumentalização desses grupos em suas disputas no território e influenciam a repensarem determinadas práticas, visto serem alvos de intolerância religiosa, preconceito racial e, até mesmo, injustiça ambiental.

Conforme consta no apêndice A foram vários os trabalhos acadêmicos que discutiram o espaço Balneário dos Prazeres e realizaram trocas de conhecimento com a comunidade local e seus usuários habituais. O relato de Marilene Janes, abordando os resíduos de oferendas na orla e matas do Balneário dos Prazeres, traduz em parte a importância dessas trocas:

De uns três anos para cá, o povo vem se conscientizando, a tua pesquisa me incentivou a trabalhar a opção de plantar a oferenda. Todo serviço pode ser plantado, abre-se um buraco, forra com folha de mamoneiro, põe a oferenda ali, vela e tapa com folha de mamoneiro, tapa com terra

¹⁵⁴ Conforme MORAES (2012, p. 39) *apud* Emerson Giumbelli (2008) este viés culturalista estava presente no discurso de intelectuais como Nina Rodrigues, Arthur Ramos, e Edson Carneiro. Eles reivindicavam para os praticantes das chamadas feitiçarias a proteção constitucional estabelecida às religiões. Estava em curso no início do século XX a valorização do mestiço.

novamente. [...] eu acho que o povo de terreiro está começando a plantar mais. Porque não sou só eu, eu passei para uns, que passaram para outros. Antigamente era feito “Festa de Quatro Pé¹⁵⁵”, [...] a levantação da obrigação, toda ela, era largada na beira da água ou no mato aqui, os cachorros espalhavam, aquele cheiro horrível, porque vai a cabeça, as patas, fígado, moelas, que são as “inhálas” que a gente tira. Além de ficar um cheiro superdesagradável e é desagradável ver. Eu que sou da religião acho desagradável, imagina quem não é [...] choca uma criança. Eu fui uma das que comecei, chamei o pessoal e disse: vamos plantar nossa obrigação, e aqui a gente, já não vê tanto. [...] no início eles alegavam que, assim, estariam se escondendo novamente, não é se esconder, obrigação plantada é uma obrigação resguardada, ou vocês querem ver a cabeça dos filhos de vocês rolando na boca dos cachorros por aí. Aí eles começaram a se conscientizar, parece que conseguimos botar isso na cabeça de muito pai de Santo. Que não nos digam que largamos lixo, não é o nosso lixo é o nosso culto, mas para quem não faz nem questão de entender, já que temos a opção de plantar, então vamos plantar, vamos evitar polêmica e não deixar margens para nos atacar. Porque a nossa mentalidade é a paz, a tranquilidade, é a harmonia, o amor à fé, o amor ao próximo. A caridade é a natureza, que é de onde a gente tira forças, então a nossa oferenda aduba a terra, volta à natureza (Marilene, 2018).

Nesse contexto de hibridização do campo afro-religioso, ocorre uma fragmentação que pode ser comprovada pelo grande número de terreiros de matriz africana no município de Pelotas, como expõe a tabela¹⁵⁶ abaixo.

¹⁵⁵ Nome dado ao ritual de sacralização de animais que inclui oferendas de alimentos usado nas religiões de matriz prevista no artigo 5º da Constituição Nacional.

¹⁵⁶Elaborada pelo Município para o Ministério Público, referente ao Inquérito cível Nº 00824.00085/2012, para fins de exigência de regularização (obtenção de Alvará de localização).

Tabela 2 – Relação das entidades religiosas no município de Pelotas

Relação das entidades religiosas no município de Pelotas

<i>Por m²</i>	<i>Com Alvará</i>	<i>Sem Alvará</i>	<i>Total</i>
<i>0 – 250</i>	33	688	721
<i>250 a 500</i>	03	112	115
<i>500- 1.000</i>	03	28	31
<i>1.000 a 1500</i>	03	16	19
<i>1.500 a 2.000</i>	01	09	10
<i>2.000 a 2.500</i>	00	03	03
<i>2.500 a 3.000</i>	00	02	02
<i>Mais de 3.000</i>	00	05	05
<i>Total</i>	43	863	906

Fonte: Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana, Prefeitura Municipal de Pelotas, atualizado em 30/05/2016, Ofício nº 83/2016.

Essas entidades são filiadas à Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos afro-brasileiros, Federação de Cultos Afro-brasileiros (FECAB), Liga Estadual de Umbanda e Quimbanda, todas com sede em Pelotas, além de terreiros filiados à Federação Afro Umbandista e Espiritualista do Rio Grande do Sul (FAUERS), com sede em Canoas.

O conflito a que se referiu Marcos Abreu sobre as orientações com os despachos e oferendas no espaço público reflete a disputa interna ao campo afro-religioso pelotense. Fato que pude perceber, também, no trabalho de campo realizado durante a abertura da Festa de Iemanjá de 2016, quando o poder público tomou a palavra, na cerimônia de abertura da festa, na pessoa do presidente da Câmara de Vereadores, Ademar Ornel, em seus termos:

[...] hoje é dia de ouvir os nossos babalorixás, os chefes de terreiros, porque é esses que fazem a religião no nosso dia a dia. É dia de homenagear nossa mãe Iemanjá. Mas eu queria dizer o seguinte: nós somos uma grande família e igualmente nós temos divergências, então vamos continuar trabalhando juntos, olhando para frente, trabalhando em nome da religião, divergências vão existir para sempre, mas não podemos dizer que nossas divergências vão superar a nossa fé, nem os atentados à mãe Iemanjá superaram nossa fé. Estamos aqui hoje em grande número de africanistas e umbandistas, e é isso que importa, Joab, olhar pra frente com amor, com fé e com certeza no futuro, um abraço e um beijo a todos (fala proferida na abertura da 59ª Festa de Iemanjá, em 1º fev., 2016)¹⁵⁷.

Tanto as divergências que fragmentaram, quanto as tentativas de união no campo afro-religioso pelotense foram abordadas por Campos (2015), que teve acesso ao livro de Atas da Federação. Este começa na Ata de nº 65 ocorrida em vinte e seis de fevereiro de mil novecentos e setenta. Segundo a autora, o livro lhe foi passado por um representante do campo religioso que pediu sigilo, sendo que, em alguns períodos, não foi feito o registro da ata naquele livro. Esse livro mostra que os conflitos estavam relacionados a sucessões nos cargos de direção e nas reformas estatutárias. Devido aos desentendimentos, a Federação se fragmentou, parte de seus sócios abriram outras federações, porém sem espaço próprio para as festas e com legitimidade no Estado e fora dele.

Sobre esta fragmentação do povo de Axé manifestada na diversidade de federações, a opinião do parlamentar e Umbandista Ornel em depoimento a Campos (2015) foi de que se trata de:

¹⁵⁷ Os atentados a que se refere o parlamentar Ornel serão abordados no próximo subitem, que aborda os tensionamentos do espaço social envolvendo ações marcadas no território, como a permanência, ou não, da gruta de Iemanjá e a sua espacialidade festiva no seu local de origem, dos usos profanos e sagrados do espaço praia.

Uma situação histórica nossa, nesse momento da política umbandista, mas o ideal é que pudéssemos ter dentro da entidade da Federação as posições e se criar uma única Federação. Isso fica muito parecido com a política nacional, onde muitos partidos vão tendo brigas e vão criando outras facções, outros partidos menores e que aqui em Pelotas estão indo para as mesmas questões, assim como a federação antiga foi criando outras entidades (CAMPOS, 2015, p. 158).

Na opinião de Juliano Silva, a fragmentação também decorre do descontentamento com a Federação Sul-Riograndese de Umbanda e cultos afro-brasileiros.

Em 2017 e 2018, ele relata que não houve problemas com a Festa de Iemanjá, pois foi feita a delimitação de uma área para cada terreiro acampar, mediante o preenchimento de um documento de responsabilização pela sua área de acampamento e de isenção do valor de 50 reais para ocupar uma área de 7X5 metros. A SQA forneceu um selo da permissão da permanência no local aos templos acampados responsabilizados. Segundo Joabe:

No início, eles começaram a plantar árvores e aí diziam assim para nós: “a recém nós plantamos árvores, como é que vocês vão fazer terreiros ali? e aí me acontece o quê? o empreendimento Alpha Ville deu uma contrapartida social de 60 mil reais para o município e fizeram uma trilha calçada dentro da mata”. Questionei o impacto que estariam fazendo, eles alegaram que era uma trilhazinha de nada, discutimos muito com o Neif, secretário de Qualidade ambiental na época.

Segundo Juliano, a territorialização afro-brasileira da Festa de Iemanjá gerava turismo e renda para o município e para o bairro. Eram 25 mil pessoas, aos poucos elas estão deixando de frequentar a praia para rituais e festividades de Iemanjá, passando a ir para o Cassino, em Rio Grande, para São Lourenço e outros lugares. E ele atribui isso, também, à atitude do presidente da Federação:

Os próprios adeptos, como eu, acabam fazendo esse preconceito hoje com o Joab, não é todo mundo que se sente bem, pois ele acaba afastando as pessoas pelo modo de falar, ele expressa muito o que ele pensa e, no

momento em que estás numa Federação. Nem sempre vale a opinião dele. Vale a opinião de todos, e ele não aceita.¹⁵⁸

Como exemplo desses tensionamentos, Juliano se reporta à abertura da Festa de Iemanjá, onde o Joab restringe o espaço de participação dos babalorixás e dá mais espaço e voz para o Poder Público, que, muitas vezes, se vale da ocasião para fazer politicagem, que não é o propósito para o momento. Para Juliano, essa é a grande diferenciação: “não se tem voz e vez para prestar as homenagens e nisso a parte religiosa vai se perdendo. Poderia ser feito um trabalho conjunto de caridade. Porque a umbanda é isso, é a caridade”.

Todavia, pelo que pude perceber na entrevista com Juliano, o descontentamento é com a falta de diálogo e acordos entre a Federação e os religiosos. Em dezembro de 2014, ficou aprovado um orçamento no valor de R\$ 45 mil destinados a apoiar festas religiosas que fazem parte do calendário oficial da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, com grande apelo cultural e participação da população pelotense, mas que, no entanto, o povo de axé não tem direito de opinar sobre o melhor destino da verba. “Temos apoio da prefeitura para algumas coisas, mas é muito difícil, pois já tem esse orçamento. Temos um projeto para fazer um mapeamento dos terreiros em Pelotas, orçado em 25 mil, pensa que entra algum projeto de terreiro? Não.” (Juliano, 2016).

Os conflitos inerentes ao campo religioso corroboraram, ao longo do tempo, para a fragilização dos vínculos territoriais desses atores com a praia. A seguir, trato da questão da apropriação afro-religiosa no Balneário dos Prazeres e seus tensionamentos de ordem territorial.

4.4 APROPRIAÇÃO AFRO-RELIGIOSA DO ESPAÇO-PRAIA E OS TENSIONAMENTOS DE ORDEM TERRITORIAL

No Brasil, embora a legislação seja considerada avançada no que diz respeito à definição de um conjunto de regras relacionadas ao meio ambiente, os empreendimentos econômicos no espaço litorâneo brasileiro têm gerado mudanças

¹⁵⁸ Entrevista concedida a autora por SILVA, Juliano. [jun. 2016]. Pelotas, 2016

no uso do solo, as quais são responsáveis pelos problemas ambientais que afetam áreas continentais e costeiras.

Há uma ampla gama de marcos reguladores demandados para dar conta de soluções de conflitos por uso e apropriação do território natural, enquanto recurso ambiental, econômico e sociocultural. No entanto, nos deparamos com o desafio de dar conta das tensões políticas e sociais entre práticas públicas, econômicas e de diferentes interesses de usos e produção espacial, por parte dos atores e agências atuantes no território nacional. Entretanto, cabe realçar que esses atores e agentes também se tornaram sujeitos à regulação e controle permanente por diversas políticas ambientais e culturais, como no caso de povos indígenas e afrodescendentes. Para Boneto (2018, p. 226), a escrita espacial negra foi e ainda é desvalorizada pelo estado brasileiro: “marcada pela estereotipagem de suas características físicas, culturais e religiosidade”.

Em muitas cidades brasileiras, esses grupos étnicos tiveram “o acesso a seu território e a sua ancestralidade, delimitado pelas relações de produção e apropriação capitalista do espaço social, físico e simbólico das ‘cidades negras’ (SALES JUNIOR, 2013, p. 6)”.

De acordo com Ordonez (2017), que estudou a questão territorial de uma comunidade afrodescendente no Pacífico Colombiano, desde a década de 1990, quando ocorreram diversos acordos internacionais sobre proteção de comunidades étnicas, grupos etnicamente diferenciados, na América Latina, passaram a lutar pelos seus territórios, haja vista a relação simbólica entre a vida e a natureza para alguns grupos. Existem crenças que relacionam os ciclos vitais dos habitantes com os ciclos vitais da natureza, como demonstra a autora:

[...] entre as comunidades afro-colombianas de Nuqui (Pacífico Colombiano) [...] há temporadas durante o ano, em que os momentos de maior fecundidade das mulheres, coincide com o evento anual da chegada de tartarugas marinhas para desovar nas praias (VAZKES *et al. apud* ORDONEZ, 2017, p. 1).

Acompanhando esse ponto de vista, inicialmente apresento os instrumentos de gestão costeira existentes no Brasil e Rio Grande do Sul e seus desafios contemporâneos. Em sequência, exponho os acontecimentos que vulnerabilizaram a

permanência do uso da praia pelos grupos afro-religioso.

Em Pelotas, assim como em quase todo o litoral médio do Rio Grande do Sul, não há marcos legais de regulação relacionados ao ordenamento territorial do litoral lagunar com proteção ambiental e sociocultural. O próprio Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, instituído pela Lei nº. 7.661/88, cuja prioridade é o ordenamento dos usos na zona costeira, visando à conservação e proteção dos recursos costeiros e marinhos, ainda é praticamente inexistente na sua aplicação.

Como instrumentos de ação, o PNGC conta com: a) Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro¹⁵⁹ – PEGC; b) Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro – PMGC; c) Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro – SIGERCO; d) Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira – SMA-ZC; e) Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira – RQA-ZC; f) Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro – ZEEC; g) Plano de Gestão da Zona Costeira – PGZC (PGNC II).

Apesar dos dispositivos de políticas de gerenciamento costeiro terem sido criados na escala local, ainda há grandes desafios para sua implementação e territorialização. Isso, porque, mesmo diante de dispositivos reguladores e de gestão, as práticas se mostram permissivas com a implantação de empreendimentos econômicos degradantes sobre as vegetações de restinga, banhados, dunas, sambaquis e diversos sítios arqueológicos. Além disso, a implementação dos instrumentos do PNGC é lenta e truncada em suas diferentes escalas de gênese para implantação e ação efetiva.

Conforme consta no site da FEPAM o Programa de Gerenciamento Costeiro no Estado do Rio Grande do Sul (GERCO/RS) é coordenado pela FEPAM, vinculada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA. A área de atuação do GERCO/RS corresponde a sua zona costeira, ou seja, mais de 9,5% do seu território, totalizando cerca de 42.650 km², uma faixa praial ampla e retificada de extensas planícies, incluído o maior e mais complexo sistema de lagoas costeiras do Brasil (Atlas

¹⁵⁹Segundo o PGNC II, os municípios abrangidos pela faixa terrestre da zona costeira no RS são: Torres, Arroio do Sal, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Maquiné, Capão da Canoa, Terra de Areia, Xangrilá, Osório, Imbé, Tramandaí, Cidreira, Palmares do Sul, Viamão, Mostardas, Barra do Ribeiro, Tapes, Tavares, Camaquã, Arambaré, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Rio Grande, Pelotas, Arroio Grande, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar.

Socioeconômico do RS, 1998). Para a execução do GERCO/RS, esta ampla área foi dividida com base em diferentes características geomorfológicas e hidrológicas, em três setores: litoral norte, litoral médio e litoral sul (Figura, 60).



Figura 60 - Mapa da região costeira do RS

Fonte: Disponível em: <<http://www.fepam.rs.gov.br>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

Pelotas está inserida no litoral médio oeste¹⁶⁰, onde a atuação do GERCO ainda é bastante incipiente, conforme aponta Tagliani (2018):

O único produto interessante do Gerenciamento Costeiro no Estado foi o zoneamento ecológico econômico do litoral norte, mas com o passar dos anos, a equipe da FEPAM foi desmobilizada e o projeto ficou estagnado, sem acompanhamento e deixou de existir, ou seja, não existem mais informações institucionalizadas sobre esse ZEE, as pessoas que trabalham nele já estão envolvidas em outras atividades ou se aposentaram. O Estado agora está desenvolvendo um ZEE para todo o RS, mas ainda não está concluído.¹⁶¹

De acordo com Paulo Azambuja, agente fiscal ambiental do município de

¹⁶⁰ Nessa região costeira, estão inseridos os municípios de Tapes, Sentinela do Sul, Cerro Grande do Sul, Camaquã, Barra do Ribeiro, Arambaré, Cristal, São Lourenço do Sul, Pelotas, Morro Redondo, Pedro Osório, Arroio Grande, Capão do Leão, Turuçu, Cerrito, Rio Grande, Arroio do Padre. Estão incluídos os municípios com sede dentro, fora e com área em dois setores da área do GERCO. Disponível em: <<http://www.fepam.rs.gov.br>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

¹⁶¹ TAGLIANI, Paulo. Roberto Armani. **Gerenciamento costeiro no litoral médio do RS** [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <paulotagliani16@gmail.com> em 28, mar. 2018

Pelotas, há 13 anos não existe gerenciamento ou planejamento costeiro no litoral de Pelotas:

A Prefeitura não é a proprietária das áreas de APP, ela protege áreas de posse, mas ela não é proprietária, então é questionável até um ato de infração de um órgão ambiental do município, sendo que este não é proprietário, o proprietário da área que é a União é quem deveria de proteger. [...] A competência é repartida: União, Estado e Município. Essas questões referentes a APPs, cursos d'água não estão resolvidas. A sociedade clama por uma solução, mas ela é complexa. No caso do Barro Duro, tem o problema da ocupação por posseiros, que é um problema social, a questão socioambiental não é trabalhada, para nós o posseiro é um infrator ambiental [...] e havendo infração tem que ser aplicadas medidas administrativas, advertência e interdição. O agente ambiental é obrigado a aplicar essa medida administrativa, mas como aplicá-la para quem tem o direito de posse? Depois de um ano e um dia já tem esse direito, não é mais uma questão ambiental, é uma questão social e jurídica e lá eles têm 30, 40 anos, tem um loteamento consolidado numa APP (Paulo, 2018).

Esse depoente considera a legislação relativa à APP muito complicada, alega que é preciso enquadrar a infração na legislação, que não é muito clara. Considera a lei municipal mais objetiva, porque protege a flora dentro do município. Além disso, diz não ter conhecimento de qualquer demarcação da APP, por incompetência dos governos e porque não há política e investimento na área ambiental na cidade.

O fato de estar ocorrendo no Brasil uma sobreposição de competências na faixa de praia tem deixado uma brecha para que as territorialidades existentes organizem o território à sua maneira.

Scherer (2013, p. 3) destaca que cabe à Secretária do Patrimônio da União (SPU), do Ministério do Planejamento a gestão dos bens da União, dentre esses as praias e terrenos de marinha. Todavia, essa competência inclui disciplinar a utilização das praias e fiscalizar as atividades nelas desenvolvidas, na grande maioria das vezes, exercidas pelo poder municipal.

A autora montou duas tabelas que mostram os conflitos e sobreposições de competências nessa faixa (Tabela. 3, 4).

Tabela 3 - Esferas governamentais com competência nas diferentes regiões das praias

<i>Áreas da praia</i> <i>(do mar para a terra)</i>	Usos predominantes	Competência da gestão
<i>Mar</i>	Público (com autorização a usos privados)	União
<i>Praia</i>	Público (com autorizações de usos esporádicos a privados)	União, Prefeitura
<i>33 metros, terrenos de marinha</i>	Público (com destinação de usos públicos ou privado sob diferentes regimes: permissão de usos e concessão de direito real de uso, resolúvel, locação, arrendamento, alienação, ocupação, cessão e aforamento)	União, Prefeitura
<i>Após 33 metros</i>	Privado (com áreas públicas como praças e ruas)	Prefeitura

Fonte: Scherer (2013).

A autora frisa que, na tabela acima, estão sobrepostas as competências da União e do Município e que o Governo Estadual tem atuado na comissão técnica do Projeto Orla e na contratação dos Guarda-vidas em vários estados nacionais. Ressalta que esse conflito se manifesta, também, na aplicabilidade dos instrumentos de planejamento e ordenamento costeiro, como o Plano Diretor, Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro (ZEEC), Plano de Gestão da Zona Costeira (PGZC), Projeto Orla, como exemplificado na tabela abaixo.

Tabela 4 - competências de diferentes escalas da administração nos diversos instrumentos de planejamento e gestão da orla marítima.

Instrumento de Planejamento e gestão	Escala da administração		
	Governo Federal	Governo Estadual	Governo Local
Plano Diretor Municipal			X
ZEEC/ PGZC Municipal		X	X
Projeto Orla	X	X	X

Fonte: Scherer (2013).

Essas sobreposições ocorrem sobretudo nas áreas de Marinha e faixas de praia, podendo levar ao vazio administrativo.

Quando se tratava de áreas ocupadas irregularmente, como as ocupações nas APPs do Balneário dos Prazeres, que, com a perda da faixa de praia, passaram a estar incluídas nas áreas de Marinha, em alguns trechos, o conflito complexificava-se.

De acordo com Soler e Dias (2009), há um conflito artificial entre o direito à moradia e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado nas cidades sustentáveis, visto tratar-se de dois direitos fundamentais, em que um não pode anular o outro. Isso só ocorre porque prevalece uma visão reduzida e dividida dos mesmos. Os autores alegam que a Resolução CONAMA 369/06 e outros diplomas legais de igual natureza buscam solucionar problemas sociais somente através da alteração legislativa. Flexibiliza-se a legislação ambiental em detrimento da regularização fundiária em APPs, as quais se tornam áreas de ocupações consolidadas.

Concordo com os autores quando argumentam que, nesse processo, a regularização não se aproxima dos quesitos de uma cidade sustentável, posto que as APPs urbanas desenvolvem funções ecológicas sociais e culturais. E, quando a regularização ocorre em áreas de risco, como as de deslizamento de terras e enchentes, tanto o direito à moradia quanto o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado são fragilizados. Os autores, ainda, enfatizam que não consta no Estatuto da Cidade nenhuma disposição que afirme que o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado impeça o direito à moradia. Dessa forma, o conflito que o fiscal da SQA apontou nas APPs do Balneário dos Prazeres é, na verdade, a

flexibilização da tutela jurídica ambiental indo ao lado oposto de um ideal de sustentabilidade nas cidades costeiras.

Portanto, evidencia-se significativo impasse entre a urbanização da cidade e a proteção do ambiente. Ainda que se reconheça a importância da proteção das áreas ambientalmente frágeis, impróprias à urbanização, como as encostas vegetadas do Balneário dos Prazeres, esse recurso vem sendo comprometido pelos seus usos múltiplos e pela falta de comprometimento do poder público local com o balneário dos pobres.

Esse histórico de abandono do lugar e a inexistência em Pelotas de um processo de gestão das praias – entendido como: “um processo de gestão costeira pragmático, específico y local” (WILLIAMS & MICALLEF apud POLETT, 2016, p. 293) levou os moradores a duvidarem das ações do poder público.

A prefeitura chegou a ser investigada, por meio do IC Nº 202/00 que realizou um laudo de vistoria técnica no seu projeto intitulado: “Projeto de Recuperação das Voçorocas do Balneário dos Prazeres. Nesse documento constam algumas irregularidades, tais como: o projeto não combate a causa principal da intensificação do processo erosivo e não prevê a retirada de posseiros localizados no entorno imediato, que constitui área de risco, também não contempla a segunda voçoroca, o local não foi isolado nem vegetado, continua a ser tratado como depósito de lixo, as águas provenientes dos drenos da zona urbana não foram desviadas, nem canalizadas adequadamente, sendo o esgoto sanitário também jogado nas valas chegando a praia.

Os moradores conviveram há anos com a voçoroca e com os seus efeitos, como por exemplo: a perda da qualidade ambiental no lugar e da estética da paisagem. Várias intervenções foram realizadas pelo SANEP e SQA para conseguir resolver o problema. Em janeiro de 2007 mais de 200 cargas de aterros foram colocados, o local também recebeu tubulações para o escoamento. Meses depois estavam os moradores reclamando nos jornais locais do mau cheiro que vinha do buracão.

[...] caminhões do SANEP coloca cargas com esgoto oriundo da limpeza de canaletas dos outros balneários, a gente não é contra o trabalho. Pelo contrário estamos satisfeitos com a obra que vai solucionar problemas de

anos. O que não dá para entender é porque limpam o lado de lá e trazem a sujeira para cá. (Diário Popular 27 de jul. 2007).

De acordo com a resposta do SANEP na mesma reportagem “o que está sendo feito é bom ajuda na decomposição dos galhos e forma uma massa para dar a compactação necessária”. O complexo de inferioridade dos moradores leva até mesmo a duvidarem das eficiências das ações públicas no local.

4.4.1 Festa de Iemanjá: dinâmicas e transformações

Não há um consenso entre os atores do campo religioso quanto ao início dos tensionamentos referentes as práticas afro-religiosas no espaço-praia do Balneário dos Prazeres. Isso porque os olhares deles, ora estão voltados para as questões internas ao próprio campo religioso, ora em relação ao apoio do poder público com a festa e permissividade do uso da mata para seus rituais sagrados. No entanto, eles concordam que os anos 1990, foi o período de maior procura social desse balneário para o lazer, foi quando a praia passou a receber grande número de veranistas simpatizantes da religião, porém mais interessados na festa profana do que na festa sagrada. Nesse período, o *camping* do Totó, próximo ao Balneário dos Prazeres, também lotava suas dependências (20 cabanas e 600 barracas) durante o verão. Dessa forma, a Festa de Iemanjá passou a criar a territorialidade da diversão noturna de pessoas que consumiam bebidas alcoólicas e atrapalhavam a celebração religiosa. A coexistência dos acampamentos de lazer profano e da Festa de Iemanjá, no espaço público da orla e bosque, resultou na intensificação da degradação ambiental e acirramento de conflitos sociais.

A popularização da festa, extrapolando o seu foco religioso, fez aparecerem aspectos desvirtuados, como quebra de garrafas, velas acesas e materiais não biodegradáveis no tronco das figueiras, provocando poluição e queima das raízes das árvores (Figura, 61),



Figura 61 - Oferendas em troncos das figueiras.

Fonte: Valdir Oliveira, 2015.

A Festa de Iemanjá e Navegantes, no ano de 1990, conforme noticiada no *Jornal Diário Popular*, atraiu mais de 10 mil pessoas:

A festa contou com a participação de mais de 4 mil umbandistas fora o público em geral que em grande número compareceu apenas para observar os festejos. O ponto Alto da Festa foi o toque das casas de nação comandadas pelos pais de santo Sandro do Bará, João Carlos Oxalá e Luiz de Oxum. Mais de 300 filhos de religião formaram corrente que, pela primeira vez, aconteceu ao ar livre. Curiosos se concentraram para observar o ritual (*Diário Popular*, 4/2/1990, p. 4).

A sobreposição do profano sobre o sagrado e a imbricação desses dois aspectos foram alguns dos fatores modificadores das práticas afroreligiosas no espaço-praia. Corroboraram para isso, as diversas reivindicações e denúncias dos moradores junto aos órgãos competentes do município como já evidenciado anteriormente.

Assim, em reunião entre os dirigentes da Federação e da Secretaria Municipal de Urbanismo definiu-se que:

Não será permitido, ao realizar as oferendas, quebra de garrafas, matança de animais ou uso de qualquer tipo de material causador de danos físicos a terceiros. É proibida a queima de árvores ou qualquer outra ação contra as normas de segurança e bem-estar, da coletividade. Com antecedências os responsáveis pelas entidades espiritas devem procurar a Federação de Umbanda para a delimitação do número de médiuns a realizar trabalhos no dia da Festa de Iemanjá (Diário Popular, 16/01/1990, p. 6)

Desse modo, ficou acordado que, a partir de 1990, a Federação Sul-Riograndense de Cultos Afro-brasileiros deveria distribuir termo de compromisso às espiritualidades que desejassem realizar trabalhos relativos aos festejos de Iemanjá na praia do Balneário dos Prazeres nos dias 1º e 2º de fevereiro. Os centros de umbanda ou casa de Nação, acampados sem o termo, teriam seus trabalhos interrompidos. Irineu Viana, presidente do conselho executivo da Federação de Umbanda na época, responsabilizou-se pelos acampamentos.

Esse acordo pode ser considerado o marco inicial das ações territorializadoras da municipalidade em relação ao uso do espaço-praia pelos afro-religiosos no Balneário dos Prazeres. Tais ações foram no sentido preventivo, visavam evitar a depredação no meio ambiente e danos à coletividade. No entanto, o aumento da procura social dessa praia tornava os serviços de infraestrutura do local, como a segurança, insuficientes. Situações de arrastões nesse período foram lembradas por alguns entrevistados. Conforme relato de Carlos Alberto os episódios de violência foram associados à Festa de Iemanjá propositalmente:

Devido aos maus políticos, as próprias casas de nação, centros de umbanda e quimbanda, dos próprios veranistas também que começaram a misturar as coisas, juntar rodas de pagode entre os festejos de Iemanjá. Então, não estava fechando, até quando aconteceu um episódio que foi a morte de um rapaz durante a Festa de Iemanjá, não foi na Gruta de Iemanjá. Anos após vieram à tona as reais informações, porque infelizmente a nossa mídia é uma mídia comprada, é uma mídia safada, eles manipulam a matéria, falam uma coisa, eles aumentam um monte. Então, a Festa de Iemanjá começou a decair a partir do ano de 2002. Até 2001, nós tínhamos o controle, havia um posto de fiscalização da Federação: sujou, limpou.

Carlos Alberto se refere ao acontecimento trágico que ocorreu na noite da Festa de Iemanjá, o qual envolveu duas mortes. Segundo o jornal, o fato teria sido desencadeado após um “suposto arrastão”, o qual gerou uma briga entre grupos rivais, como mostra a notícia abaixo (Figura, 62).



Figura 62 - Notícia de acontecimento trágico no Balneário dos Prazeres.
Fonte: Diário Popular 4/02/1999, p.7.

Conforme observou Carlos Alberto, a notícia foi veiculada no jornal de maior circulação da cidade, como se a tragédia estivesse relacionada ao evento religioso. Assim, passou a figurar no imaginário do pelotense a relação da Festa de Iemanjá com a violência.

Tanto os moradores, quanto o poder público e a imprensa local passaram a associar a festa religiosa a impactos ambientais e à violência, criando representações negativas da apropriação negra e afro-religiosa na praia, com o intuito de fragilizar a apropriação desse espaço costeiro pelos seus tradicionais usuários. Os meios de comunicação constroem imaginários que reproduzem ideologias racistas e intolerantes, as quais induzem os sujeitos a criarem valor pejorativos em relação aos espaços (Figura, 63).

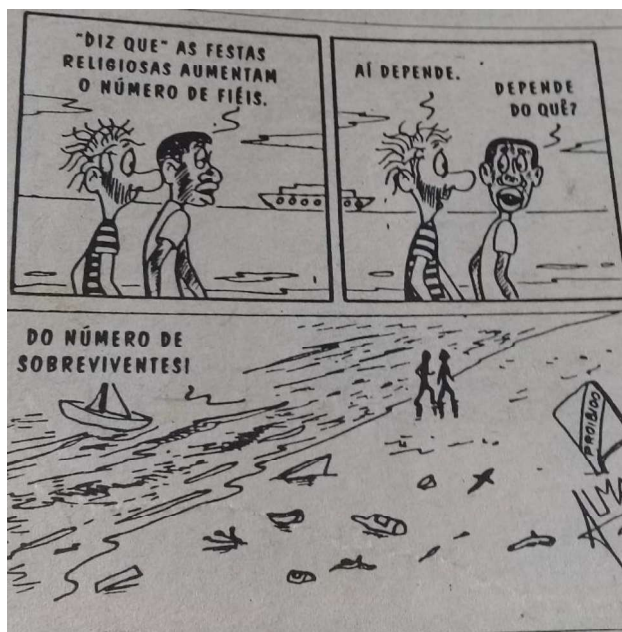


Figura 63 – Charge com teor subliminar¹⁶²
 Fonte: Diário Popular, 4, fev. 1994, p.3

Essa charge revela a construção do estigma da praia, atrelando o negro que vivencia a Festa de Iemanjá a uma imagem de sujeito perigoso e malvisto, pela sociedade e a festa como a responsável pela degradação do ambiente natural. Tal fato contribuiu para a segregação socioespacial dessa praia, o que é corroborado pelo depoimento de Mara Nunes

Famílias vinham veranejar, devido às sombras, muitas pessoas pobres de poucas posses passaram a usufruir desta natureza, e, também, pessoas negras. Isso foi dando um olhar de descaso para com a etnia, ao negro que vivenciava a praia, às religiões afro-brasileiras que se fortaleceram. Desse modo, ficou uma representatividade muito intensa do lugar (Mara, 2017).

Ao tomar conhecimento do estudo de caso do Balneário dos Prazeres, percebe-se a continuidade das relações de poder e dominação historicamente constituídas na produção do espaço pelotense por uma sociedade que guarda os resíduos de seu passado escravocrata. Com isso, as representações forjadas sobre a territorialidade negra nessa praia vão ser utilizadas para evidenciar tentativas de “desterritorialização” desses grupos étnicos com o espaço lagunar.

Os conflitos socioambientais entre os moradores locais, os veranistas, afro-

¹⁶² Associando a festa afro-religiosa a violência.

religiosos e as autoridades oficiais, decorrem da forma de interação desses atores com a base geográfica costeira lagunar. Em síntese, o Balneário dos Prazeres não foge a regra da desordem do espaço litorâneo na atualidade, marcado por conflitos ambientais, impactos territoriais, territorialidades e ocupação desordenada do espaço. Esse espaço ao ser analisado a partir da visão de território de Haesbaert (2004) reflete a existência de uma complexa imbricação de múltiplas relações de poder, que vão das relações de poder econômico, políticos, de defesa do meio natural até as mais simbólicas, das relações da ordem da cultura. Em outras palavras, o Balneário dos Prazeres enquanto espaço social expressa a sua face territorial. Pois, as territorialidades enquanto exercício do poder, extrapolam as relações políticas, econômicas, envolvem relações culturais e espaços de controle (SAQUET, 2009). Ainda cabe ressaltar que essas relações, atuam, ora em cooperação, ora em disputa. Esse é o caso da relação dos moradores com os veranistas, que chegaram a realizar manifestações em conjunto para influenciar o poder público a investir na qualidade estrutural da praia. Mas, a não obtenção de resultados, fez com que, esses atores passassem a ocupar posições distintas: de aliados na preservação do lugar, atores endógenos e transitórios (veranistas), passaram a disputar o uso da natureza.

Cabe ressaltar que os conflitos socioambientais ganharam expressão pública a partir das denúncias encaminhadas pelos atores endógenos. Foram anos de encaminhamento de abaixo-assinados aos órgãos responsáveis, publicização nos jornais diários da cidade como mostrado anteriormente, até que as denúncias e queixas junto ao Ministério Público (MP), resultaram na abertura do Inquerito Civil (IC) de Nº 00824. 00081/2011. Esse, teve como objetivo investigar a ocorrência de danos ao meio ambiente, decorrentes da ocupação e/ou utilização desordenada e sem qualquer controle e fiscalização por parte do Município de Pelotas, da área de preservação permanente conhecida como “Mata do Totó”.

Essa investigação do MP cobra do município a responsabilização pelo não fornecimento de serviços urbanos e por desrespeitar ou não fazer valer, a legislação ambiental vigente. Os impactos indesejáveis são de um lado, decorrentes da própria dinâmica da natureza, como a erosão praial, (não combatida) e, de outro lado, da omissão do poder público, em implementar diretrizes e regramentos de usos do território costeiro.

Há tempos as pessoas vêm associando essa negligência do poder público local para com essa praia, por ela ser a praia do pobre e do afro-religioso, por não fazer parte diretamente do circuito do capital, como mostra a matéria a seguir:

Seja por preconceito de classe e de cor, seja pela concentração de pessoas de classe média-alta que representa o Santo Antônio e o Valverde, o fato é que o poder público local simplesmente não olha para esse balneário de igual forma que os outros dois. Isso só pode ser descaso, o Laranjal como praia é composto pelos três balneários e somente dois recebem as atenções do poder público (CORREIO DO POVO, 31/ 1979).

Em Campos (2015), consta uma fala do vereador Ricardo Santos¹⁶³, onde esses supõem que as denúncias ao MP tenham sido efetuadas também, pelo próprio município:

[...] olha, na realidade, a gestão pública, ela sempre joga, para cima do MP ou poder Judiciário, algumas responsabilidades. Então, o que ela não tem condições na parte política, ela acha que vai ter no enfrentamento problemas, ela faz denúncia e daí o MP se manifesta. O MP qualquer pessoa pode procurar e denunciar, e o MP vai investigar, entendeu? Então, muitas vezes, a gestão joga para cima do MP as responsabilidades (Ricardo Santos, em entrevista concedida a Campos, 2015).

Todavia, no conjunto de documentos que cataloguei, o principal ator das denúncias foram os moradores, que estariam reagindo, contra a destruição da Mata Atlântica. No documento da denúncia de 2011, constavam as seguintes reivindicações:

[...] a mata sofre nas mãos do homem quando este desmata, queima suas árvores e principalmente figueiras centenárias, retira areia da praia para acampamentos proibidos, aluga espaço da mata, provoca voçoroca imensa, como a que está sendo iniciada na descida da Avenida Guanabara, assim como outros tantos delitos, como latrinas em buracos feitos na mata. Nosso bairro não tem estrutura para tanta gente que vem acampar em lugares impróprios, para a Festa de Iemanjá nos dias 1 e 2 de fevereiro e para o verão como vem ocorrendo todos os anos (Documento encaminhado na Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, 25 de janeiro de 2011).

¹⁶³ Ricardo Santos foi eleito vereador em Pelotas em 2012 pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Este, juntamente com o Vereador Marcos Ferreira, foi proponente da Audiência Pública dos umbandistas e da Festa de Iemanjá em 23/01/2013. Ricardo se declara umbandista.

Além desse, outro documento reivindicatório, denominado termo de informação, traz outras notificações sobre a dominação da orla da praia, como pode ser visto abaixo. Este fala da:

[...] existência de um bar chamado “bar da Preta”, o qual efetua aluguel de lotes para acampamentos em área de APP. Estes lotes são localizados em áreas públicas, de mata nativa, sem água e esgoto, as pessoas que acampam fazem suas necessidades em via pública, que acabam indo por um córrego que existe no local e vai para a Laguna dos Patos. A luz utilizada é oriunda de furto, sem falar do risco para as pessoas que circulam no ambiente, pois os fios ficam expostos pelo chão. Há também o consumo de drogas lícitas e ilícitas; prostituição, que preocupa os moradores, pois acaba havendo tráfico, muitas vezes em algumas noites, disparos de tiros com arma de fogo, os reclamantes dizem que são em torno de 3 a 5 tiros.¹⁶⁴

Nesse contexto, percebo que os diferentes interesses de usos da praia geram impactos ao meio ambiente e comprometem a coexistência localizada entre distintas práticas sociais de uso do território e de seus recursos fazendo eclodir um conflito ambiental (ACSELRAD, 2004) territorial, visto não haver possibilidade de coexistências de diferentes territorialidades no espaço-praia.

A denúncia dos moradores ao Ministério Público citada acima, como bem ressaltou Campos (2015, p. 220): “não utiliza apenas o argumento ambiental para depreciar a prática dos acampamentos”, mas também os associa a usos delinquentes do espaço público. As fotos da área no documento da denúncia mostram a residência que é também espaço do terreiro de Nação Cabinda de Marilene, interlocutora da presente pesquisa.

Dada a pressão do Ministério Público para que o Município assuma o termo de Ajustamento de Conduta, a municipalidade passou a territorializar o espaço público da praia, priorizando a função concreto-funcional do território (HAESBAERT, 2009), impedindo a circulação de veículos e os usos para acampamentos sem autorização, o que já havia sido acordado, em anos anteriores. Nesse momento, essa visão mais essencializada do território, tomado como naturalizado, desencadeou tensionamento, no qual os grupos de religião afro-brasileira que fazem

¹⁶⁴ Documento referente ao inquérito Civil nº 00824.00081/201, termo de informação, folha 19, datado em 25 de janeiro de 2011.

uso do território costeiro ficaram proibidos de permanecer acampar e realizar suas tradicionais atividades culturais.

A seguir, exponho as relações entre os atores sociais da produção do espaço Balneário dos Prazeres que tiveram como arena política a Câmara de Vereadores de Pelotas. Busco reconstituir em seu passado recente, as representações e ações territorializadoras e desterritorializadoras desses atores, pois, a partir desses acontecimentos, pode-se pensar as possibilidades de um planejamento costeiro integrado para o Bairro.

Apesar do presidente da Federação, Joab Bohns, reportar-se ao ano 2000, no governo de Fernando Marroni, como um marco dos tensionamentos na parte festiva do Barro Duro, com a colocação de postes impedindo a circulação das pessoas, a presente pesquisa revela o ano de 2013¹⁶⁵ como o início dos conflitos relativos à tradicional Festa de Iemanjá. Contudo, não significa que, em anos anteriores, não houvesse tensionamentos, mas, segundo o vereador Ricardo Santos, foi a primeira vez em que se teve registro de uma audiência pública voltada para a discussão dos usos do espaço-praia pelos umbandistas e africanistas da cidade.

A Federação Sul Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-religiosos procurou a SQA vinte dias antes da realização da Festa de Iemanjá de 2013 e não obteve respostas quanto ao apoio da prefeitura ao evento. Com a necessidade de enviar convites para as entidades religiosas da cidade e região para a festa e organizar os demais preparativos, foi necessário buscar apoio na Câmara dos Vereadores de Pelotas, a fim de decidir o impasse. Isso, porque há a necessidade de limpeza da praia e montagem da arquibancada, banheiros químicos, fiscalização, dentre outros.

¹⁶⁵Neste ano os umbandistas, africanistas e quimbandistas da cidade de Pelotas também tiveram tensionamentos com a prefeitura e o Ministério Público por conta da exigência de alvarás expedidos pelos órgãos governamentais incluindo o Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI). Com o apoio do presidente da Câmara Ademar Ornel a Federação de cultos Afro-brasileiros (FECAB), a União Riograndense de Umbanda e cultos Afro-brasileiros (URUCAB) e Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros apresentaram uma carta ao promotor de justiça Paulo Charqueiro com o pedido de arquivamento do Inquerito Cível. Dentre os argumentos contidos na carta destaco dois: - 1º “Estes cultos, já desde os primórdios, são realizados em residências ou pequenos espaços, locais estes que comportam no máximo 40 pessoas e no mínimo seria estranho pedir PCCI àquelas unidades familiares. 2º “é de ressaltar que boa parte das moradias em nossa cidade, estão em vilas não regularizadas e a prefeitura nestes casos, não fornece “habite-se”, por consequência, não é possível requer Alvarás de qualquer natureza” (Carta encaminhada ao DR. Promotor de Justiça Paulo Charqueiro, Comarca de Pelotas, 7 de agosto de 2013 documento cedido por Juliano Silva).

Nesse sentido, os vereadores Marcos Ferreira e Ricardo Santos propuseram a audiência pública da Festa de Iemanjá e dos Umbandistas, a qual ocorreu no dia 23/01/2013, com a presença de representantes de diversas secretarias do município, representantes do bairro, comunidade umbandista e africanista da cidade, com o propósito de apurar os impasses para a realização desse evento naquele ano. Tendo em vista a nova legislatura, que impediu os acampamentos nessa APP costeira, estiveram presentes nessa audiência atores endógenos, exógenos e transitórios, os quais discutiram os usos e apropriações desse território-praia.

A primeira questão debatida nessa sessão foi o tratamento diferenciado do poder público em relação aos balneários, o qual acentuava a distância entre a praia dos ricos e a praia dos pobres:

Essa discriminação tem que acabar, temos que lutar para que os moradores do Balneário dos Prazeres sejam tratados iguais aos moradores do Balneário Santo Antônio [...] queremos que cada um faça a sua parte, porque todos nós temos culpa. Os umbandistas fazem seus trabalhos e deixam lá, quebram as garrafas, não se preocupando que alguém possa se cortar. Os moradores botam lixo na beira da praia, derrubam árvores, não são os umbandistas que fazem ocupações irregulares (Marcos Ferreira, Audiência Pública de 23 de janeiro de 2013).

Nessa ocasião, manifestaram-se os diferentes atores sociais territorializados, expondo os seus pontos de vista sobre a situação do balneário e da prática da Festa de Iemanjá. Destaco, a seguir, os posicionamentos desses atores, iniciando pelo campo religioso com as reivindicações do presidente da Federação, Joab Bohns.

Joab não compreendia por que tanta polêmica para a realização da Festa de Iemanjá e argumentava que tudo o que a festa solicitava era sua repetição ano a ano: com os fogos, um telão, filmagem, toldo e que a limpeza da praia e banheiros químicos fosse de obrigação da prefeitura. Dizia não entender que a justificativa para não haver acampamentos religiosos fosse do interesse de preservação da natureza, pois há oito anos ele vinha solicitando providências para um decantamento de esgoto na frente da gruta de Iemanjá e não recebia retorno. Também apontava para a falta de fiscalização na mata, visto ter registros fotográficos onde irregularidades no uso da praia eram permitidas, como churrasqueiras junto aos troncos das árvores, construções irregulares e todo tipo de lixo doméstico. Além disso, havia a colocação de postes e pedras barrando a circulação das pessoas, o

que não poderia ser considerado uma política de preservação da natureza. Como argumento, ele trouxe o exemplo do município de São Lourenço do Sul, onde o *camping* funciona com uso sustentável, havendo cobrança pelo uso do local e fiscalização: “Por que nos proibir de usar o mato? Por que não estipulam normas para o uso com disciplina? Na nossa saída do acampamento, poderíamos plantar mudas de árvores” (Joab , 2013).

Esse ator transitório se posicionou, portanto, contra aqueles que faziam suas oferendas na praia e não recolham, mas argumentava que não havia lixeiras para que isso pudesse ser feito. E explicava às autoridades que: “a Festa de Iemanjá é uma festa religiosa, é uma festa de amor, há 54 anos a festa é realizada nesse local”.

Na sequência, nessa audiência pública, falou o secretário de Qualidade Ambiental, Neiff Satte Alam¹⁶⁶, Iniciou sua fala mostrando a todos que a referida audiência pública era uma audiência religiosa, pois a intenção de todos era religar, tal qual o sentido da palavra religião. Disse que jamais foi intenção do poder público proibir a Festa de Iemanjá, mas que este deve, sim, intervir para que não haja conflito, e sim festa.

Me desculpe dizer isso Joab, mas o Barro Duro semana passada foi limpo, para preparar para a festa também, e continuaremos depois, porque todos têm o mesmo direito de encontrar uma casa limpa [...] faremos a nossa parte, sim, entendo que, como uma festa religiosa, ela faz parte do calendário da cidade. Nós vamos permitir que aconteça a festa como sempre acontece, mas ela será melhor, porque crescimento se dá por assimilação, se algumas coisas deram errado no passado, elas servem de aprendizado [...] vamos colocar as lixeiras, tiramos 3 caminhões de lixo doméstico, não dos umbandistas, mas de todos os que frequentam. [...] vamos ter responsabilidades com a discriminação, proporcionando o melhor para todos. Vou acertar com o Ministério Público para que aconteça a festa ali. Eles têm sensibilidade. É uma praia diferente com problemas diferentes. Não posso tratar de forma igual os desiguais, aquela praia usa a mata, sim, isso é um fato uma realidade. Se existem há anos acampamentos irregulares no local que moral teríamos para impedir o acampamento da festa faltando 20 dias para a sua realização? (Neiff Satte Allan, em Audiência Pública do dia 23/01/2013).

¹⁶⁶ Neiff atuou por 2 anos no governo de Eduardo Leite. Neiff é biólogo e adepto das religiões afro-brasileiras, foi presidente de um centro de umbanda.

Por diversas vezes, Neiff Satte Allan falou que se discute sobre uma festa, e não sobre um conflito, “festa que é um patrimônio espiritual da Umbanda, tem Oxóssi, Iemanjá, Oxum”. Todavia, por ser uma festa afro-religiosa, em uma cidade que teve um passado escravocrata, ela representa, sim, a junção de energias consideráveis e a formação de uma rede de resistências muito cerrada.

Cabe lembrar que a natureza não é um dado em si, há uma construção de leitura de mundo do que seja a natureza para os ocidentais e para as nações africanas. E para que o impasse entre o uso dos afro-religiosos e a preservação da natureza seja conciliado é necessário saber ouvir o outro, sem esquecer que alguns são mais silenciados. Cabe destacar que as relações dos grupos minoritários com o espaço são determinadas pelos hegemônicos, uma vez que limitam o acesso à infraestrutura de lazer e equipamentos urbanos. É necessário ter o entendimento de que a discriminação espacial é um meio de impor, de fato ou informalmente, relações dissimétricas, cabendo ao conhecimento científico, no seu saber fazer, reconhecer e compreender a multiplicidade de saberes. Uma vez que, como nos adverte Raffestin (1993, p.139),

[...] a eliminação da diferença está relacionada à destruição da informação. [...] é paradoxal que estejamos conscientes desse fenômeno, que é essencial no mundo físico, mas bem menos no mundo humano. Finalmente corremos o risco de, a longo prazo, sermos vítimas dessa atitude e desse comportamento. A religião, ainda da mesma maneira que a língua, pode constituir o ponto de apoio da alavanca da resistência e da oposição. Fonte de um poder com um forte componente informacional.

Dando continuidade às vozes dos atores na audiência pública, Ricardo Santos, salienta que essa é a primeira Audiência Pública da Umbanda na cidade e que os movimentos sociais devem ocupar esse espaço da Câmara de Vereadores. Também entregou ao presidente da Federação um projeto de lei para que a Festa de Iemanjá, no Balneário dos Prazeres, fosse contemplada no calendário de festas do município, sendo garantidos recursos para o evento. Observei que o povo de axé estava muito grato aos vereadores proponentes da audiência pela oportunidade de serem ouvidos.

Em sequência, toma a palavra Flavio Souza, coordenador da campanha¹⁶⁷
 “Quem é de Axé diz que é”:

[...] com essa campanha lotamos o salão nobre da prefeitura com mais de 200 lideranças africanistas e umbandistas para ocupar aquele espaço que só os evangélicos estavam ocupando, coordenamos três marchas contra a intolerância religiosa e tivemos apoio do Grupo de Dança Afropel e da Federação.

Esse foi um dos participantes que demonstrou emoção ao ver lotada a Câmara de Vereadores de Pelotas pelo povo de axé.

São muitas as divergências entre os atores sociais da produção dessa praia. O poder público tem se mostrado imparcial, pois seu papel é dirimir o conflito territorial, por isso os seus representantes se comprometeram em dar suporte à Festa, naquilo que lhes compete. Já os moradores disputam o território com os afro-religiosos, pois suas visões e interesses de uso daquele espaço são bastante distintas, como veremos a seguir.

Alceu Sierget, que é morador do Balneário dos Prazeres e ativista social pelo Laranjal, iniciou sua fala dizendo que iria manifestar-se sobre a Festa e não sobre a religião e que seria considerado um “chato” pelos demais, visto que se trataria de críticas construtivas:

A festa de Iemanjá está feia, ultrapassada, mal organizada [...] O que nos incomoda lá é que a festa já começa 15 dias antes, o pessoal chega lá com barracas, usa a vegetação nativa para estacar as barracas: se esse galho atrapalha, corta. A mata do Barro Duro não comporta mais acampamentos, o mato está desaparecendo, daqui uns anos vocês estarão colocando as barraquinhas no sol quente. Não cabe mais aqueles ônibus de excursões estacionarem lá embaixo, quebrando as árvores porque são altas.[...] fora aqueles desinformados que põem velas e fogo no tronco das árvores, animais mortos....Eu queria trazer aqui um despacho, uma galinha podre, uma cabeça de cabra, de porco, aquelas coisas todas que a gente vê lá, para ver se vocês se sentiriam bem com aquele cheiro a podre aqui? Com aquela coisa podre aqui na frente. Os turistas que vão na nossa praia não se sentem bem com aquelas coisas todas atiradas. Quem não é da religião

¹⁶⁷ Trata-se de uma campanha nacional que se iniciou em 2010 no Rio de Janeiro cujo objetivo é a auto identificação dos adeptos de religiões de matriz africana para o censo de 2010 do IBGE com a intenção de corrigir os números divulgados no censo de 2000 que mostram apenas 0,3% de brasileiros que se identificam como de religião afro-brasileira. Campanha Quem é de AXÉ diz que é disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=clfrTb7Z6io&feature=player_embedded. Acesso em 23 jan. 2020.

não entende, acha aquilo feio. [...] tem que ser mudado aquilo radicalmente, assim a Federação estará contribuindo para nossa praia, porque vocês vereadores não frequentam a nossa praia, nós também não, nós frequentamos a praia do Laranjal, a nossa praia é suja. Barro Duro tem que mudar (Alceu Siergt, Audiência Pública, 23/01/2013)

Esse morador mostra-se bastante indignado com a forma pela qual são conduzidas as práticas religiosas e a organização da Festa de Iemanjá. Frente ao exposto, poderíamos afirmar que o conjunto de reivindicações dos moradores encenam lutas culturais, ou seja, um tipo de “luta contínua e necessariamente desigual, por parte da cultura dominante, no sentido de desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular” (HALL, 2003, p. 239).

Alceu fala também pelos comerciantes do bairro que esperam pela festa para obterem um lucro e são surpreendidos “por um carreiro de ambulantes na frente do comércio local e ficam proibidos de vender bebidas alcoólicas”.

Na opinião de Joab, a prefeitura cria um conflito entre os moradores e os praticantes da Festa de Iemanjá:

Uma coisa que joga contra a nossa religião, eles liberam 300 bancas na volta da Praça, que não tem nada a ver com a nossa festa. Aquilo ali entra em conflito com os moradores, porque eles acham que é a Festa de Iemanjá que traz isso. É a prefeitura que libera uma coisa para criar problema para nós (Joab, Audiência Pública, 23/01/2013) .

Para esse representante dos moradores, a paisagem lagunar e a própria festa possuem um valor distinto daquela dos umbandistas. Os primeiros gostariam que a sua praia tivesse condições de receber turistas e que a festa fosse um evento vendável, trazendo lucros para o bairro, como ocorre em outros municípios que realizam eventos religiosos voltadas ao turismo. Já o umbandista não concorda com o posicionamento do morador, porque não tem interesse em comercializar nada, e não consome nada no local, traz tudo de que precisa de casa, seu único e exclusivo interesse está na realização da sua homenagem à mãe Iemanjá, pois a paisagem lagunar, o lugar com a presença da gruta e as matas são espaços sagrados para ele, como destacou:

O morador falou algumas coisas que me ofenderam enquanto umbandista, eu acampei e não sujei nada, não fiz nenhum buraco, nem quebrei galho nenhum. [...] para mim os comércios não têm que lucrarem, não é uma festa é uma homenagem. Eu não concordo com o que o senhor falou, bagunça briga qualquer evento que reúna mais de 30 pessoas pode gerar uma confusão, então não é os umbandistas que vão lá para fazer bagunça, porque o verdadeiro umbandista vai lá fazer seus trabalhos, cumprir suas obrigações, fazer a homenagem para a mãe que é muito importante para nós, acabou os trabalhos limpa tudo, deixa tudo limpinho e volta para casa. Não vamos para lá fazer festa e se embebedar (Ledinei Santana em audiência pública, 23/01/2013)

Nessa interlocução entre atores endógenos e transitórios, percebe-se que ambos necessitam de infraestrutura urbana e de praia para a reprodução de suas práticas socioespaciais, tanto voltadas para o sagrado, quanto para o profano. Mas, de forma geral, os moradores do Balneário dos Prazeres acolhem bem os visitantes e, também, o povo de axé.

Nesse embate, tem sido apontado pelos afro-umbandistas a cobrança desigual pela preservação da natureza como consta na fala de Joab:

Não foram os umbandistas que liquidaram com aquela mata lá. Porque não foram os umbandistas que, em 4 dias, fizeram as erosões, as voçorocas e aquela perda de praia. É a falta de cuidados, alguém tem que cuidar. Aquela área que está sendo corroída dentro da praia é os umbandistas? Vamos arrumar um outro método de condenar os umbandistas, um método mais verdadeiro. [...] eu tenho fotos desde a idade de 6 anos dentro do Balneário dos Prazeres [...] **acho que a mata tem que ser preservada sim, mas principalmente por nós, porque gostamos da mata, nós precisamos da mata.** Alguém está destruindo e tenta botar a culpa nos umbandistas. [...] Não vamos usar o nosso estudo para denegrir uma religião, mas para preservar aquilo que é genuinamente brasileiro, a religião umbanda, [...] 14 de novembro de 1908 manifestada pelo Caboclo da Sete Encruzilhadas. Então isso aí para cada brasileiro deveria ser um orgulho. (Joab Bohns em audiência pública dia 23/01/2013).

O trecho que destaquei da Fala de Joab remete ao pensamento de Raffestin (2012), quando enfatiza a relação entre estados de natureza e território/territorialidades, onde as transfigurações das condições naturais implicam consequências nos processos de territorialização e desterritorialização.

Na fala de Joab fica evidente a sua preocupação com a expansão da economia na forma de urbanização, o que significa a disseminação dos condomínios fechados e loteamentos de alto padrão no entorno do Balneário dos Prazeres. No entanto, cabe salientar a reflexão de Neil Smith ao falar do vínculo entre o

desenvolvimento econômico e geográfico na contemporaneidade, “a expansão econômica ocorre hoje não por meio da expansão geográfica absoluta, mas pela diferenciação interna do espaço geográfico” (SMITH, 2007, p. 17).

Dessa forma, o conflito territorial do Balneário dos Prazeres no pensamento de Smith, se apresentaria pelo confronto das forças sociais e políticas que pavimentam o caminho para a gentrificação, ou suburbanização. “Nos EUA a gentrificação é vista como um maravilhoso testemunho dos valores do individualismo, da família, da oportunidade econômica e da dignidade do trabalho” (18). Pensar por esse viés é ver o Balneário dos Prazeres como uma fronteira urbana dotada de áreas verdes que necessitam ser preservadas e devidamente valoradas. As transformações provocadas pela natureza, como também as de ordem política, social e cultural, no Balneário dos Prazeres, são importantes no que se refere às experiências cotidianas e sazonais dos atores endógenos e transitórios. Tais transformações estão associadas à escassez de áreas verdes na cidade para o uso cultural do lazer, práticas afro-religiosas e, também, ao desenvolvimento de uma fronteira econômica quanto ao solo urbano. Nesse jogo, quem ganha e quem perde os prazeres do balneário? Vejamos a fala do Prof. Neiff Satt Allan depois da fala de Joab:

Vejam a importância deste momento, nós estamos discutindo já aqui não mais a festa, nós estamos fazendo uma discussão política importantíssima. Nós aqui estamos fazendo a defesa das minorias. E os governos existem para trabalhar para as minorias [...] **o governo não precisa trabalhar para quem tem poder, estes fazem por si. Temos que defender as minorias contra os avanços da maioria, não em números, mas em poder.** É preciso entender que as pessoas que pensam diferente têm o direito de pensar diferente, que os governos devem se unir por esses interesses (Neiff Satt Alann, audiência pública dia 23/01/2013, grifo nosso).

Neste ponto cabe fazer referência ao entendimento do poder que emerge dos interesses e conflitos no território, pois estes presidem a organização do espaço (CASTRO, 2005, p. 96). “Poder significa a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo contra a resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade”. Já para Bachrach (*apud* CASTRO, 2005, p. 97), “existe poder quando há conflitos de interesses ou valores entre duas ou mais

peças ou grupos. Para Castro (2005, p. 97), “o poder é relacional, não deve ser confundido com influência e incorpora a capacidade de estabelecer *sanções*”.

Quando o secretário da SQA fala que não se está discutindo mais uma festa, mas sim política, e que o governo tem o compromisso em defender esse grupo minoritário com poder contra o poder maior, está implícito o exercício da ação direta ou indireta sobre as vontades desse grupo, que é a defesa da sua tradicional apropriação na orla e matas para a continuidade de suas práticas culturais. Trata-se de uma cultura que está sendo negada e invisibilizada apesar de ter sido a base da riqueza da cidade, manifestada nos casarões do centro histórico, nos títulos de nobres que deram nomes às ruas e no cognome da cidade de Princesa do Sul. É notória a existência de um grupo hegemônico que desaloja o poder para apagar o resíduo da escravidão e escrever a história da cidade a partir dos feitos de uma classe burguesa.

Percebo que uma das formas em que o poder se manifesta é pelo discurso de impor a todos os atores da produção do espaço do Balneário dos Prazeres a vontade de transformar a atual função social desse balneário, de territorialidade precária do lazer dos pobres e das práticas religiosas dos afro-brasileiros, em um território turístico, voltado à mercadorização da paisagem costeira e da cultura.

No final da Audiência Pública dos umbandistas e da Festa de Iemanjá, o vereador Marcos Ferreira encaminhou uma comissão especial para acompanhar a recuperação da história do Barro Duro. Ressaltou a importância da iluminação da orla e colocação de lixeiras, limpeza, e banheiros químicos para os acampamentos e para o dia da festa, a disponibilização de ambulância de plantão, guarda municipal, tendas, telão e fogos. Além disso, sugeriu aos que ali estavam que denunciassem, na Secretaria de Mobilidade Urbana, a construção de uma casa irregular ao lado da voçoroca recuperada (Figura,64)



Figura 64 - ocupação irregular em área de risco ao lado da cicatriz de uma voçoroca.

Fonte: foto da autora (2017)

A 55ª Festa de Iemanjá, no ano de 2013, ocorreu com a permissão para os acampamentos, tendo a presença do prefeito recém-eleito, Eduardo Leite, na cerimônia de abertura. A festa seguiu o cronograma abaixo.

1/02: 20h 30 min – saída da sede da Federação (rua Xavier Ferreira, 1.000) em carreta com a imagem, até o Balneário dos Prazeres.

21h – Apresentação do grupo Atropele

22h 30 min – recepção da imagem de Iemanjá, execução do Hino Nacional, Hino da Umbanda, pronunciamento do presidente do conselho executivo Joab Bohns e prece de abertura com homenagens. A festa contará com a presença do prefeito Eduardo Leite.

Amanhã: 16h- encontro da imagem de mãe Iemanjá com nossa senhora dos Navegantes, nas águas da Lagoa dos Patos.

18h – Entrega de oferendas e encerramento. (DIÁRIO POPULAR, 01/2/2013).

Como a municipalidade estava sendo investigada pelo MP, quanto a sua omissão na defesa do meio ambiente no Balneário dos Prazeres, no ano seguinte, em 2014, a SQA proibiu os acampamentos de qualquer natureza na APP. Além disso, sugeriu que os acampamentos vinculados à Festa de Iemanjá fossem realizados na Praça Aratiba e Praça Esmeralda, com somente a instalação de duas ou três barracas-iglu na orla, destinadas a idosos e crianças, o que a Federação não aceitou, gerando novos embates.

A partir do manuseio dos documentos anexados no IC. 00824.01739/201, pude captar os posicionamentos e ações territorializadoras dos atores exógenos

como mostro a seguir. Inicialmente, destaco a falta de definição quanto à classificação da mata costeira em disputa, seguida do ponto crítico de degradação na visão dos técnicos.

A mata do Totó estende-se junto à via vicinal a partir da Avenida Minas Gerais em direção nordeste, acompanhando a orla, por vários hectares, predominantemente em área particular. Esse remanescente de mata nativa é regido pelo Código Florestal, faz parte das Áreas de Proteção Ambiental, sob a denominação de APA das Lagoas, segundo Resolução do CONAMA 01/94, conforme a Lei Federal nº. 6902/81. A mata foi considerada Reserva da Biosfera e Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas (UNESCO), em 1992, por ser um dos mais importantes remanescentes da Mata Atlântica na região. No entanto, essa categorização foi motivo de discussão no documento do IC, no qual o Ministério Público do Rio Grande do Sul, através da Divisão de Assessoramento Técnico, discorda:

A Mata do Totó é uma formação florestal típica de restinga, com grande riqueza (em especial jerivás, figueiras e aroeiras) e beleza cênica. O dossel atinge aproximadamente 6 metros de altura, e encontra-se em estágio avançado de regeneração com base na riqueza e complexidade do ambiente, contrariando o que geralmente se encontra em ambientes de Mata Atlântica em matas desta altura de dossel (visto que o município está inserido no Bioma Pampa, apesar de várias manifestações no IC de que o ambiente seria de Mata Atlântica) (DOC, Nº 1722/2014- DAT/MA, p.5).

Também, chamo a atenção para o fato de que, no documento que relata a vistoria¹⁶⁸ na mata, o ponto crítico consta como entre as coordenadas S 31° 43m' 30,8" W 52° 11' 58,2" (GPS e TREX CX Vista, Datum WGS 84), Avenida Minas Gerais, nº 6.771, entre a estrada e a orla da Laguna dos Patos (FigXX).

¹⁶⁸Vistoria realizada no dia 17/11/2014, pela promotoria de Pelotas em conjunto com a SQA. Os trabalhos foram acompanhados pelo Secretário Luiz Van Der Laan e pelo superintendente João Vergara.

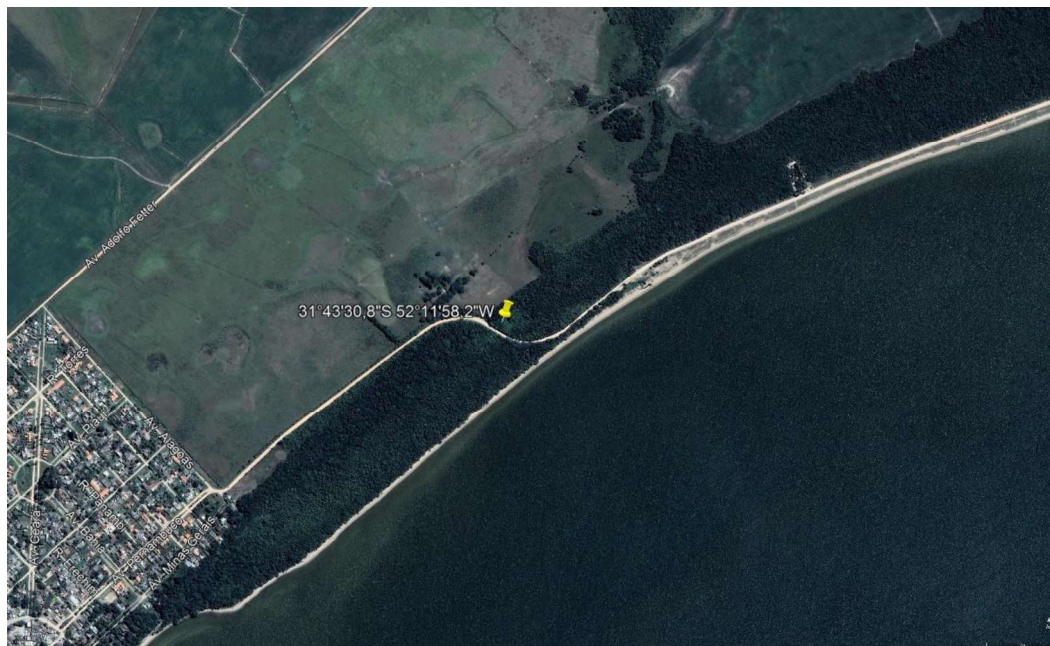


Figura 65 - Imagens do ponto de degradação considerado crítico na mata do Totó, no Balneário dos Prazeres.

Fonte: google Earth acessado em 24/4/2018.

Essa área de mata foi explorada economicamente de forma ilegal, por ser uma APP, e de forma irregular, por não oferecer as mínimas condições de infraestrutura: os dejetos eram lançados diretamente na laguna, sem coleta de lixo, uso das árvores como postes de luz e para lenha, por aproximadamente trinta anos. A área de mata sofreu reintegração de posse por parte do município em dezembro de 2010 e, na vistoria, consta que ainda é usada como *camping*¹⁶⁹. Desse modo, ficou acordado que a SQA faria o fechamento da área.

Em agosto de 2014, o morador foi notificado e as obras, suspensas. Tratava-se de um pescador e sua família que possuíam apenas uma autorização¹⁷⁰ de uso, a título precário, do setor de ambulantes para a comercialização de pescados, sem ponto fixo na Colônia Z-3. O pescador foi autuado por crime ambiental, porque realizava construção em solo não edificável, sem possuir licença expedida pelo órgão ambiental competente, estando incurso no tipo penal do artigo 64 da Lei Federal nº 9.605/1.998 (Lei dos Crimes Ambientais).

¹⁶⁹No capão de mata sem sub-bosque, de aproximadamente 2.000 m², onde há uma trilha para acesso interno, encontrava-se uma pequena quantidade de resíduos sólidos domésticos e resquícios de construções em alvenaria; o secretário e o superintendente relataram que se tratava de construção de pessoa que alugava lotes para *camping*, como se a área fosse particular. Desse modo, a demolição teria ocorrido há aproximadamente um ano e meio, por ordem judicial.

¹⁷⁰Liberada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, emitido em 12/12/2012.

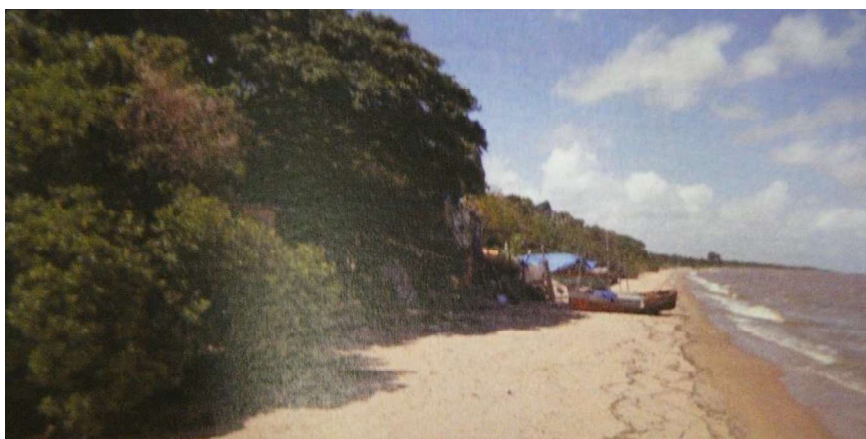


Figura 66 - Extensão na beira da água das instalações rústicas

Fonte: Levantamento fotográfico na Mata do Totó (MP)

Dessa forma, não consta nenhum relato de infração ou mensuração de danos provocados pelo serviço cultural religioso afro-brasileiro informando que essa praia e matas sejam prejudicadas pelos usos culturais.

No Parecer Técnico nº. 1722/2014- DAT/MA sobre a área, consta a Lei Estadual nº. 9.519/92 (art. 6º), a qual sustenta que as florestas nativas e demais formas de vegetação natural de seu interior são consideradas bens de interesse comum, sendo proibido o corte e a destruição parcial ou total dessas formações, sem autorização prévia do órgão florestal competente. No entanto, essas áreas, em Pelotas, são descaracterizadas pela urbanização, como no caso das margens do arroio Pelotas e da própria Mata de restinga do Laranjal, onde as Apps passam a servir de quintal das residências. Como evidencia o relato de Oguner Tissot, instrutor de remo e frequentador dos ambientes aquáticos da cidade: Desde 2002, ou 2003, o Arroio Pelotas é Patrimônio do Estado, tendo sido decretado pelo prefeito Bernardo de Souza. Alguns do meio político dizem que isto já foi feito pensando em cobrar propina depois para quem quisesse construir, e o pessoal conseguir colocar mais grana no bolso, para liberar as construções legais ou ilegais. Sabe-se lá, vai da interpretação de cada um. [...] aqui a especulação imobiliária tomou conta do arroio, tudo é APP a 100 metros do arroio, perante a lei não pode construir, e a cada dia que a gente sai para remar, tem uma casa sendo construída na beira do arroio (Entrevista com Oguner Tissot, técnico em remo na cidade de Pelotas, realizada em 1º de julho de 2016).

Percebo que a ação do Estado, na figura do poder executivo, é praticada de maneira a fazer com que o espaço seja capaz de melhor realizar a reprodução do capital. Os processos de urbanização, bem mais que os serviços culturais que a

praia e a mata prestam à sociedade, engendram a transformação da natureza na planície costeira lagunar.

A natureza torna-se um elemento de troca, uma vez que a laguna e matas são usadas como elemento atrativo das promoções imobiliárias, sendo já demarcadas como área natural próxima aos empreendimentos ofertados. Assim, o espaço natural é assegurado por parte dos grupos hegemônicos por intermédio da propriedade privada, que tem suas intervenções legitimadas no ambiente natural pela institucionalização do domínio que possui, respaldada por impostos e agenciamentos econômicos no lugar.

Na obra de Lefebvre (2013), a dominação e a apropriação do espaço são abarcadas indissociavelmente para a compreensão da dinâmica socioespacial. Segundo esse autor, a dominação do espaço ocorre predominantemente com a atuação do Estado e de grupos hegemônicos da sociedade os quais buscam controlar a cidade de acordo com seus interesses, por meio de estratégias políticas e da normatização, favorecendo a reprodução do espaço como valor de troca, em detrimento do valor de uso.

De acordo com Corrêa (1989), o Estado, como ator principal na promoção de intervenções no espaço, está presente atuando de diferentes formas: proprietário fundiário, industrial, promotor imobiliário, consumidor de espaço e agente regulador dos usos do solo e provedor de serviços públicos. Para o autor, essa atuação não é necessariamente neutra, “[...] sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles” (p. 26). O Estado, atuando em parceria com as grandes corporações econômicas, impõe certas lógicas de usos e regulação do solo, buscando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista.

A ação desses grupos se caracteriza pela incapacidade de diálogo entre as políticas urbana e de meio ambiente, já que a formulação e implementação desta segue critérios de cunho exclusivamente ambiental, enquanto a política urbana faz parte de uma rede mais complexa de questões sociais ligadas à produção do espaço, compartilhando ações entre Estado, poder local e sociedade civil.

A seguir, trato das ações reivindicatórias do campo afro-religioso, em defesa de sua cultura e apropriação territorial no espaço-praia Balneário dos Prazeres.

4.5 “FESTA DE IEMANJÁ, TEMOS O DIREITO DE REALIZAR”

***Ela mora no mar
Ela brinca na areia
No balanço das ondas
A paz ela semeia
E quem é?
Oguntê, Marabô
Caiala, e Sobá
Oloxum, Ynaè
Janaina, e Iemanjá***

Marisa Monte

Na opinião dos umbandistas e africanistas, as estratégias de conservação da natureza adotadas pelo poder público, na praia e mata do Totó no Balneário dos Prazeres, restringem o espaço-tempo do seu uso social, ferem o direito à livre manifestação religiosa. Isso, porque é nesse território que ocorrem diversos fenômenos de natureza físico-espiritual, como as manifestações das entidades representadas pelos orixás e caboclos, expressões religiosas e culturais.

Assim, contrapondo a visão naturalista da praia defendida pelos atores hegemônicos, os atores sociais afro-religiosos mobilizaram suas forças, na defesa de sua apropriação territorial sagrada, escrevendo sua história junto à do lugar.

Apesar de o campo afro-religioso apresentar conflitos internos, quando se tratou de possíveis perdas do território e de preconceito religioso, esse campo se unificou, conforme observou Campos (2015): “[...] há uma lógica segmentar qual seja inerente à própria cosmologia afro-brasileira e há uma união quando se trata de assuntos em comum como a intolerância religiosa”.

De acordo com o relato de Joab ao jornal Diário Popular (23/01/2014, p. 8): “a mobilização busca unir forças entre as associações, Federações de Umbanda, filiados e simpatizantes”. Segundo consta na referida matéria, na lavagem das escadarias foram utilizadas pétalas de rosas, perfumes e sais aromáticos, foram entoados cânticos e realizadas danças que compõem a manifestação religiosa (Figura, 67)



Figura 67 - Encontro de lideranças afro-religiosas em ato público na defesa da Festa de Iemanjá em Pelotas

Fonte: Diário da Manhã 22/01/2014

De acordo com os atores desse campo, houve “perseguições”, seja pelos impasses da Prefeitura para com a realização da Festa de Iemanjá, seja pela ação normativa do Ministério Público que exigiu alvará para o funcionamento dos terreiros, igualando-os a atividades comerciais.

Por conta de tais fatos, o Movimento Negro de Pelotas promoveu a 1ª Caminhada contra a Intolerância Religiosa e Racismo, “para ver se entra na cabeça dos líderes do executivo que a festa realizada há quase seis décadas não é a responsável direta pela degradação do meio ambiente”.¹⁷¹

¹⁷¹Disponível em:

<<http://movimentonegrodepelotas.blogspot.com.br/2014/01/1-caminhadacontraintolerancia.html>>.



Figura 68 - Movimento Lavagem da Escadaria da Prefeitura Municipal de Pelotas em favor a Festa de Iemanjá e contra a intolerância Religiosa

Fonte: Rede de Umbanda e Nações Africanas (REUNA), 22/01/2014.

Sobre esse desfecho das proibições dos acampamentos, a secretária interina da SQA, Bruna Ângelo Alves, relata que, desde 2013, o acampamento não seria mais permitido em área de APP. Em suas palavras:

A gente organizou o espaço fora da mata, dentro da mata não é permitido mais nada, e fora da mata, a gente conseguiu organizar junto com outras secretarias também. Tinha a questão dos veículos, então já tem acontecido a festa assim, os acampamentos diminuíram, estão entre dois e três dias, o tempo de montar e desmontar as infraestruturas. Na verdade, a gente não permite acampamento, é um uso da estrutura para o descanso das crianças e idosos e para troca de roupas que eles precisam para fazer as homenagens, mas não atividade de acampamento. E está funcionando (Bruna, 2017)¹⁷².

Conciliar a preservação ambiental com o uso cultural na praia, no Balneário dos Prazeres, está funcionando, na visão de quem não é da religião. Os atores afro-religiosos aceitaram os regramentos porque não tiveram outra opção, caso contrário perderiam o total uso sagrado da praia. O encolhimento do espaço de uso cultural dessa área costeira pode ser visto no mapa dos referenciais espaciais no capítulo 5,

¹⁷² Entrevista concedida a autora por ALVES, Bruna. [set. 2017]. Pelotas, 2017.

no qual também se observam alguns caminhos e pontos sagrados dentro da APP, como o cruzeiro de matas que teve os usos regulados.

Conforme Sales Junior (2014, p. 6), as religiões afro-brasileiras de uma forma geral, como o candomblé, são chamadas de “Religião Territorial”, nessas:

[...] os espaços sagrados ou rituais estendem para além do espaço do terreiro ou ilê ocupando o território circunvizinho: “Linha Cruzada”, “encruzilhada fechada”, “cruzamento de praia”, “terreiro”, “assentamento”, “ir ao chão”, “isolar”, “abrir os caminhos”, são partes de formas espaciais.

Para Bruna Ângelo Alves, houve polêmica sobre esse fato, visto o mal-entendido de que a SQA estaria impedindo a realização de uma festa religiosa. [...] “a gente sempre tentando explicar que não é proibição da festa, é do acampamento dentro da mata, principalmente porque eles queriam acampar 20 dias e que a festa é de 2 dias” (Entrevista com Bruna Alves, em 26 de setembro de 2017). Nesse ponto, cabe uma observação de Hall (1997) quanto à representação, na qual ele afirma que ela opera tanto pelo que não é mostrado quanto pelo que é. Os agentes do poder público desconhecem a cultura e a tradição afro-religiosa da cidade, pois o processo de apagamento dessa cultura acontece desde o período colonial.

O acampamento na mata, antecedendo a Festa de Iemanjá, é para os praticantes de religiões de matriz africana um condicionante para o evento religioso, pois visto que essa festa começa na noite primeiro dia de fevereiro e se estende até o final do dia dois. Ele serve de abrigo e descanso para os praticantes da festa, sobretudo, para as crianças e idosos. Outra importância dos acampamentos para as práticas religiosas é a necessidade de um local para se preparar a comida a ser oferecida aos Orixás, como relata Paulo de Xangô: “ter uma cozinha lá dentro do mato, seja onde for na orla, nós não estamos infringindo nada dentro desse país, nada, e algumas pessoas acham que nós estamos infringindo [...] relutam para permitir nossos direitos religiosos”¹⁷³.

Assim, para esses atores sociais transitórios, a proibição dos acampamentos é vista como um impeditivo para a realização da Festa.

¹⁷³Paulo de Xangô, em proposição verbal na Audiência Pública do dia 17 de janeiro de 2014. Depoimento colhido por CAMPOS, (2015).

Um decreto, datado de 7 de agosto de 2002¹⁷⁴, já regulamentava o acampamento na Mata do Balneário dos Prazeres, exigindo autorização prévia da prefeitura com o número máximo de barracas e período de permanência permitido. No entanto, não houve a proibição dos acampamentos como no atual momento, antes esse regramento era mais flexível.

De acordo com Bruna, a SQA intensificou as fiscalizações¹⁷⁵ em 2014, para disciplinar o uso das APPs, e quem estava acampado sem a autorização da Federação com local pré-definido foi obrigado a desmanchar seu acampamento. Muitos não tinham ainda recebido a autorização e tiveram de sair.

Conforme consta em Campos (2015, p. 241), na Festa de Iemanjá de 2014: “houve uma abordagem truculenta ao acampamento de Maria Ochoa, que há décadas acampa no local”. A mãe de santo foi autuada e deveria desmontar o acampamento, recebendo ameaças que se referiam ao pagamento de multa, no valor de 5 mil reais, por dia de acampamento irregular.

Nesse evento, o prefeito Eduardo Leite havia confirmado sua presença e não compareceu, tampouco enviou representantes, o que para Joab foi um ato de intolerância:

[...] o posicionamento do poder público municipal em relação à festa configura uma prática de intolerância, devendo os umbandistas e os africanistas mostrar a união para acabar com a situação vivenciada pela comunidade afro-religiosa de Pelotas (CAMPOS, 2015, p. 195)¹⁷⁶.

¹⁷⁴No decreto Nº4.408/2002 que regulamenta o acampamento de veranistas na Mata do Totó no Balneário dos Prazeres, o prefeito Fernando Marroni aponta que: as proteções legais e as ações esporádicas de fiscalização e proteção não tem sido eficientes para impedir a degradação ambiental da mata. Parte da população não tem educação ambiental suficiente para compreender a importância de sua preservação, o que torna necessário maior empenho do poder público para tornar efetivas as normas e, também os discursos.

¹⁷⁵Conforme afirma o secretário da SQA Viana “Qualquer dano ou intervenção humana na mata do Balneário dos Prazeres que é área protegida por lei federal, é crime com punições administrativas (multas) orçadas em R\$ 500,00 e podendo chegar até 10 milhões. Além disso, há a pena criminal ao infrator, que vai de um a três anos de reclusão”. GARCIA, Renata. **Mata do balneário dos Prazeres sofre depredação**. Diário Popular, s/d. recorte de jornal cedido por Valdir Oliveira. Pelo secretário ser o Viana a matéria remonta ao ano de 2012.

¹⁷⁶ Depoimento de Joab em pronunciamento na abertura da festa de Iemanjá de 2014 colhido por CAMPOS,(2015).

Após o pronunciamento das federações e associações, os representantes políticos se manifestaram, tornando o espaço da festa “um lugar de cruzamento de forças não apenas cosmológicas, mas também política, seja referente ao conjunto de organizações religiosas, seja em relação aos políticos com cargos eletivos” (CAMPOS, 2015, p. 195). A festa tornou-se “a arena de confronto entre representantes do poder legislativo local e o atual poder executivo de Pelotas” (CAMPOS, 2015, p. 195). Essa situação tem se repetido ao longo da história da Festa de Iemanjá. Segundo a autora, houve falta de fiscalização da polícia, que se omitiu de vigiar a entrada de veículos junto ao espaço-praia e a venda de bebidas alcoólicas. A festa sagrada e a profana se imbricaram, e o som dos batuques se misturaram ao som das músicas vindas de dentro dos veículos, prejudicando a manifestação religiosa. Grupos de jovens consumiam bebidas alcoólicas e alimentos no mercado informal da orla e entorno da praça Aratiba.

Desde o ano de 1999, quando a festa religiosa foi associada a uma situação trágica, na qual duas pessoas morreram em uma briga, a Federação solicita à municipalidade reforço na segurança, bem como fiscalização de consumo de bebidas alcoólicas.

Todavia, na festa de 2014, não foi cedida energia elétrica. Por essa razão, alguns participantes fizeram ligações clandestinas, outros ficaram no escuro, oportunizando casos de furtos aos acampamentos. Em consequências desses fatos, lideranças de diferentes terreiros acampadas relataram estar sofrendo preconceito racial e religioso (CAMPOS, 2015).

Observo que a atenção, a vigilância e o regramento que esse espaço-praia passou a ganhar não ocorre de forma equivalente para todos os atores sociais dessa praia. Os segmentos populares praticantes da festa poderiam ser beneficiados, ao terem uma gestão a seu favor, mas os esforços vão no sentido de afastar os valores religiosos e atrair a profanação do uso desse espaço.

O fato de um ritual usar um cálice de bebida alcóolica para produção de existências, como ocorre nos terreiros que cultuam a linha de Exu e Pomba-gira¹⁷⁷ (CAMPOS, 2015), passa a ser usado, como desculpa para a liberação de bebidas

¹⁷⁷ É na quimbanda que as entidades Exus e Pombas-giras são cultuadas. Trata-se de entidades de intermediação entre os homens e os orixás. A função dessas entidades é tanto abrir, como trancar “a comunicação com os deuses” (ORO, 1994, p. 51).

alcóolicas, colocando a festa em situação de vulnerabilidade aos tensionamentos e conflitos violentos.

A negação dos valores tradicionais das culturas de matriz africana, manifestada nas ações territorializadoras das políticas urbanas e ambientais, é decorrente da falta de compreensão e importância atribuídas ao significado do território para os povos de matriz africana. Tal fato induz à desigualdade na garantia dos direitos das demandas desse grupo em comparação com outros atores.

As visões de mundo desses atores religiosos articulam natureza, ancestralidade e comunidade, diferenciando-se do pensamento hegemônico, que lhes atribui uma visão discriminatória e distorcida, conforme os relatos de vários atores transitórios do campo religioso já mencionados nesta pesquisa.

Para Bruna Alves, o maior impacto ambiental atribuído a esses religiosos não está na Festa de Iemanjá, mas no uso do espaço durante o ano, como revela:

Não vejo a festa em si como tão impactante, embora tenha aglomeração em um espaço pequeno, que é a parte mais impactante da festa. Mas o impacto maior é durante o ano, trabalhos que são feitos nas raízes das árvores, velas e lixo não recolhido, resíduos deixados depois do trabalho ali. Isso é o mais impactante, e é durante o ano todo.

O relato de Bruna vai ao encontro das reivindicações dos moradores que dizem ser lembrados, pelo poder público, somente no período da Festa de Iemanjá, ficando o bairro, na maior parte do ano, invisibilizado, sem atenção. Na memória social de uma moradora, está uma vivência relacionada à limpeza do bairro:

Teve uma ocasião em que eles vieram limpar as ruas, porque o prefeito iria vir. Aí, vieram, fizeram limpeza, deixaram o caminho da entrada até o clube onde o prefeito iria passar, muito limpinho e muito bonitinho. É revolta, revolta porque a limpeza todo o bairro mereceria, mas pelo menos o prefeito vai vir, vamos ter como olhar cara a cara com ele e até mesmo dizer: a limpeza foi feita só por onde tu passas, vai por outra rua que tu vais ver o estado que a gente está aqui. Os buracos das ruas, mulheres cruzam os braços para segurar o peito, porque a batida do ônibus acaba dando dor no seio. Mas só esperamos, ele não veio, mais uma vez, ele não veio. Na Festa de Iemanjá, ele também, não veio (Marilene, 2016).

Frequentemente, os jornais locais se apoiam na opinião de profissionais da área ambiental, como a Associação Pelotense de Biólogos (APEB), para falar da

falta de cuidado dos usuários da praia, apontando a educação ambiental como o caminho para atenuar o problema. Numa dessas reportagens, a crítica foi endereçada ao poder público e à iniciativa privada: “[...] o pessoal com poder para mudar o local não usufrui das praias do Laranjal” (DIÁRIO DA MANHÃ, 15/03/2001). Em outra matéria jornalística, consta uma descrição do lixo encontrado na praia e matas: “além de sacolas plásticas, a mata abriga grande quantidade de resíduos. [...] havia uma churrasqueira, provavelmente colocada por visitantes do local” (GARCIA, 2012)¹⁷⁸.

Já que parece haver um consenso de que o lixo durante o ano todo provoca um impacto ambiental grave, não seria o caso de intensificar a limpeza durante o ano e providenciar contêiner para o descarte dos diferentes resíduos sólidos, implementar um sistema de coleta de oferendas e promover oficinas de educação ambiental para os moradores e de reformulação das oferendas a partir de materiais biodegradáveis?

Sobre esse questionamento, a secretária Bruna argumenta que veria a implantação de um despachódromo¹⁷⁹ como uma ideia boa, mas que a SQA não tem um setor bem estruturado de Educação Ambiental, e que fica a cargo da consciência dos umbandistas e africanistas recolher os resíduos. No entanto, ela ressalta que, na época em que a Federação solicita a liberação para a Festa de Iemanjá, ocorrem conflitos entre eles, o que, para ela, demonstra que essa consciência ambiental ainda está por ser formada ou resgatada nas religiões afro-brasileiras.

A partir desse depoimento, observa-se que não há diálogo orientado para uma gestão compartilhada do espaço-praia por parte do poder público e praticantes de religiões de matriz africana. Da mesma forma, não há gestores preparados para atuar no gerenciamento costeiro¹⁸⁰ lagunar.

¹⁷⁸GARCIA, Renata. **Mata do Balneário dos Prazeres sofre depredação**. Diário Popular, s/d. recorte de jornal cedido por Valdir. Pelo secretário ser Luiz Henrique Viana, a matéria remonta ao ano de 2012.

¹⁷⁹ É um local reservado para os adeptos das religiões de matriz africana fazerem seus despachos e oferendas. Esse tipo de lugar já existe em algumas cidades brasileiras e é bem aceito pela comunidade afro-religiosa.

¹⁸⁰ Contudo, destaco que apesar da existência de um amplo conjunto de ordenamentos e institucionalizações ligadas ao Gerenciamento costeiro brasileiro, os espaços para a capacitação dos gestores públicos ainda são restritos. Em 2000 foi realizado o Primeiro Simpósio Brasileiro sobre Praias Arenosas; em 2008 foi realizado o Primeiro Simpósio Nacional sobre Erosão Costeira, onde teve a apresentação das experiências da Espanha em suas ações de gestão costeira; em 2011, a

Esse conflito ambiental também está presente em muitos outros municípios brasileiros, como no parque Nacional da Tijuca no Rio de Janeiro, analisado pelas autoras Miranda e Mendes (2017)¹⁸¹. Elas observaram a presença de discursos relacionados à reivindicação de direitos, presentes nos conflitos e nas configurações institucionais relacionados à cidadania e políticas públicas, envolvendo a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), bem como o grupo Elos da Diversidade¹⁸². De acordo com as autoras, as tentativas de incorporação do ambientalismo à sacralização da natureza passaram por diversos impasses, em virtude das dissidências e disputas históricas entre os religiosos, originadas pela competição nesse campo. Esse trabalho põe em evidência o fato de que o conflito no campo afro-religioso não é um caso específico de Pelotas. Além disso, há falta de preparo e interesse da SQA no sentido de assegurar a permanência do uso da praia e matas pelos praticantes de religiões de matriz africana, pois, nem ao menos, um contêiner de lixo é posto no local nos dias da Festa de Iemanjá.

Em junho de 2014, o jornal Diário da Manhã publicou uma matéria sobre a revitalização da orla do Balneário dos Prazeres, obra realizada pela empresa Alphaville em parceria com a Prefeitura de Pelotas. Segundo o secretário da SQA, Neiff Satte Alam:

Este é o primeiro projeto com orçamento específico para os Prazeres. A SQA é responsável pelas intervenções paisagísticas no local. As ações visam oferecer maior qualidade de vida aos moradores, que terão um novo espaço de lazer. Conseqüentemente, a região será mais valorizada e sua natureza privilegiada, reconhecida. [...] A intervenção começa pela regularização do terreno com pavimentação intertravada – considerada a mais ecológica do mercado, que irá servir de calçamento para dois níveis localizados próximos à Gruta de Iemanjá. O lugar também será contemplado com bancos colocados ao redor das grandes árvores e figueiras que fazem parte do cenário ainda existente na região e lixeiras (DIÁRIO DA MANHÃ, 1/06/2014, p. 3).

UFSC e o MMA celebraram um termo de cooperação que tinha como objetivos proporcionar aos responsáveis pelo gerenciamento costeiro do Brasil, adaptações e melhorias das metodologias e criação de um sistema de Modelagem Costeira para o Brasil, difundindo-o para uma rede de gestores públicos e pesquisadores atuantes na gestão costeira.

¹⁸¹ MIRANDA, A. P. M.; BONIOLO, R. M. Em público é preciso se unir: Conflitos, Demandas e Estratégias Políticas entre Religiosos de Matriz afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro. *Religião e Sociedade*, 37 (2): Rio de Janeiro 2017, p. 86-119.

¹⁸²“O Elos da Diversidade era parte de um programa (Ambiente em Ação) da Secretaria de Estado do Ambiente com o objetivo de promover ações que relacionassem as práticas rituais de matriz afro-brasileira com a temática do meio ambiente” (MIRANDA & MENDES, 2017).

Chamo a atenção para três questões em relação a esse projeto: primeira, já que se tratava do primeiro investimento público com orçamento para o Balneário dos Prazeres, quem determinou que essa seria a obra de maior prioridade para o bairro? Segunda, foi determinado que os acampamentos religiosos dos umbandistas e africanistas não seriam mais permitidos para não compactar o solo e, assim, contribuir para a regeneração da mata, como que uma elevação no terreno e calçamento iria contribuir para a tal regeneração? Terceira, por que a prefeitura aceitou receber apenas o valor de 200 mil¹⁸³ de compensação ambiental de três empresas - condomínio Alphaville, J.A. Silveira e Idealiza Urbanismo - sendo que somente a empresa Alphaville possui 550 lotes de terrenos para serem vendidos a R\$ 180 mil cada um, uma vez que, em média, cada residência vale em torno de R\$ 750 mil a R\$ 850 mil¹⁸⁴?

Apesar de o poder público não ter observado esses três aspectos, os moradores gostaram da obra, já que possibilitou o acesso à praia para as pessoas idosas e aquelas com dificuldade de locomoção, porém a consideraram insuficiente, pois a SQA não levou a termo o projeto inicial, nem teve preocupação com as características ambientais do local, provocando o represamento das águas da chuva no interior da mata. Sobre essa questão Carlos Alberto, em entrevista, relatou-me que parte do dinheiro para essa intervenção na orla, R\$ 60 mil, veio de uma multa paga pela empresa Alphaville. E acrescentou:

A Alphaville foi condenada pelo Ministério Público por causa dessas construções aí, não só ela, pois tem outras construções aí, às margens do Canal São Gonçalo e Arroio Pelotas. É muita sacanagem, o Ministério Público é cara de pau, eles vêm deitar de pau em cima da comunidade umbandista e africanista na crista de lemanjá, brigando pelo espaço. Isso é piada, é sacanagem. Falta organização por parte da administração pública do município de Pelotas, não interessa o governo que esteja no poder, eles são irresponsáveis e incompetentes na fiscalização, porque os culpados são eles de deixarem as pessoas tomarem conta dos espaços de ponta a ponta da lagoa no Balneário dos Prazeres. Infelizmente tem várias casas que montaram lá à moda miguêlão, e a administração pública não faz nada (Carlos Alberto, 2017).

¹⁸³ **PRAZERES orla revitalizada é entregue a comunidade.** Diário da Manhã, 24/08/2015

¹⁸⁴ Os valores dos imóveis e lotes foi obtido por meio de ligação telefônica para a Imobiliária Casarão, uma das mais tradicionais da cidade de Pelotas no dia 26/04/2018.

Os praticantes de religião afro-brasileira usuários da praia, por mais de seis décadas, portanto, com identidade e tradicionais ligações com o lugar, algo que o poder público não possui, não foram nem ao menos comunicados da construção desse calçadão. Esse espaço costeiro, além de não possuir planejamento territorial, quando as intervenções ocorrem, não é considerada a participação dos usuários do território, assim como também as premissas da gestão costeira integrada do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e do próprio Plano Diretor da cidade, que preveem a participação popular no planejamento territorial.

Com elevação da voz, sendo enfático nos trechos que destaco, Joab se ressentido de as políticas públicas não reconhecerem a Pelotas afro-religiosa. Com tom de indignação, relatou-me:

Não existe planejamento, **existe sim uma série de preconceitos e de quererem impor a destruição da praia como se fossem os umbandistas e os africanistas os responsáveis por aquilo ali. O que, na realidade, não é.** Se fizerem uma pesquisa séria com o objetivo de ver quem é o culpado, vão descobrir que o umbandista não destrói nada, o africanista não destrói nada. Quem vai lá fazer fogo na beira da orla, na volta das árvores não são os umbandistas. Quem se apropriou da beira da praia ali em si, fazendo construções não tem umbandista. E o **poder público, infelizmente, a Câmara de Vereadores, ela não cria uma lei, uma norma que possa ser cumprida por nós umbandistas e africanistas.** E, sim, o que que acontece até hoje, nada foi feito, nada foi decidido, em momento algum, foi criada uma norma que fizesse que o umbandista e o africanista se responsabilizassem e que o morador, o frequentador da praia do Balneário dos Prazeres, também tivesse responsabilidade. Fizeram um calçadão e disseram que era conservação da APP. **Eu nunca vi uma APP com calçadão, tiraram a natureza e botaram o artificial, um concreto. Aquela área nós acampávamos ali, fazíamos o encerramento, eles, em vez de nos derem a segurança, fiscalização para que tivesse o respeito, simplesmente foram lá, construíram um calçadão** (Joab, 2017).

Nesse conflito territorial, os atores transitórios formam um grupo minoritário, sendo representados por Joab Bohns, ainda que existam outras lideranças afro-religiosas na cidade. Esse ator fabrica suas representações ideológicas, culturais, necessárias para a troca interativa entre o conjunto dos atores que disputam o território costeiro lagunar.

Quaisquer que sejam as situações no espaço geográfico e a temporalidade de um ator, seu discurso joga sempre um papel central em matéria de produção, de ordenamento ou de desenvolvimento de territórios. [...] o

discurso é a “ferramenta privilegiada do ator territorializado, aquele que é o produtor” (GUMUCHIAN, 2003, *apud* DI MÉO& BULEÓN, 2007).

O conflito territorial é um jogo em que poderiam prevalecer relações de reciprocidade. É nas trocas interativas, na escala do ator, que se concretiza a ação no território. Como o campo religioso é fragmentado, o minoritário também se torna fraco, o que contribui para a fragilização de seus vínculos territoriais. Isto gera o enfraquecimento da resistência desse grupo contra os processos de invisibilidade, estratégia da sociedade hegemônica para o controle do território.

A seguir apresento, os acertos que fizeram parte das negociações entre os atores territorializados na (re) construção desse espaço geográfico costeiro, ou seja, no quadro estruturante da atividade social.

A audiência pública que antecedeu a Festa de Iemanjá de 2015, cujos proponentes foram os vereadores Marcos Ferreira e Ademar Ornel, teve por objetivo conferir o andamento dos preparativos para a festa e selar alguns acordos. Nesse encontro, estavam presentes representantes das diferentes secretarias da cidade e da Federação de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros.

Joab relatou que entregou ao prefeito Eduardo Leite uma lista com os principais itens necessários para a realização da festa. A audiência prosseguiu com os depoimentos das autoridades ali presentes sobre os seus encaminhamentos em relação aos pedidos do presidente da federação.

O secretário da SQA reconheceu a Festa de Iemanjá como um evento extremamente popular, sendo benéfica ao município, esclarecendo que ela: “congrega vários centros religiosos. Pelotas e Rio Grande reúnem a maior parte dos terreiros do RS. [...] os conflitos que ocorreram no passado não se repetirão”.

Já, a secretária de cultura, professora Clotilde Vitória, da mesma forma, destacou a relevância da Festa de Iemanjá, como sendo uma das mais tradicionais do país. Relatou que valorizar e promover as manifestações culturais pelotenses faz parte do plano de trabalho de sua secretaria¹⁸⁵. Ela valeu-se da audiência pública

¹⁸⁵ A imagem de Iemanjá foi capa da revista do Dia do Patrimônio de 2014, e foi editada num cartão postal da cidade. A Secretaria de Turismo passou a incluir a Festa de Iemanjá na agenda do município. A banda da Brigada Militar voltou a ser cedida para a regência do Hino Nacional e da Umbanda.

para buscar uma aproximação do governo com os afro-religiosos ali presentes, como cito a seguir:

É sabido que a origem dos cultos afro-brasileiros se deve à vinda dos africanos para nossa terra. Eles foram obrigados a vir, eles foram acorrentados, escravizados. Esses nativos da África são, por natureza, extremamente religiosos e, sem dúvida nenhuma, muitos deles só conseguiram resistir ao massacre dos colonizadores por causas de suas religiões, por causa da sua espiritualidade. O culto a lemanjá [...] tomou uma dimensão tal que é impossível delimitar a sua popularidade no Brasil. lemanjá promove um fenômeno religioso social que comove a todos, independente de religião. Ela está presente nos terreiros de umbanda, está presente no candomblé, nas festas públicas de praia, ou ainda, no falar do povo brasileiro. lemanjá é conhecida de todos é cantada e festejada, até mesmo os seguidores de outras religiões falam de seus poderes. lemanjá é brasileira, sendo africana e merece todo o nosso empenho e dedicação (Professora Clotilde Victoria, em Audiência Pública - Festa de lemanjá no Balneário dos Prazeres dia 15/01/2015).

Sua reflexão, a meu ver, teve como intenção reafirmar o reconhecimento cultural, por parte do executivo, da festa de lemanjá em Pelotas, como se isso pudesse amenizar a perda do território sagrado do povo de axé de Pelotas.

Essa audiência pública apresentou, como único impasse nas negociações entre os afro-religiosos e o poder executivo para a Festa de lemanjá de 2015, a questão dos acampamentos. O presidente da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-religiosos solicitou a liberação de 6 dias de acampamentos, antecedendo a festa. A SQA reafirmou que os acampamentos só seriam permitidos durante 2 dias, porque é uma necessidade para os participantes, de modo que não haja interferência na mata nativa. Assim, o conflito territorial foi amenizado: o poder público “garantiu” o apoio para a realização da festa, em contrapartida, os afro-religiosos sentiram-se impelidos a reduzirem o número de participantes dos seus rituais e a ocuparem o espaço fora da mata.

Transcorridos um pouco mais de dois meses da festa de 2015, na noite anterior à vinda da deputada Regina Becker Fortunati¹⁸⁶, para a audiência pública sobre a PEC 21 de 2015, que defende a proibição de animais em terreiros, a gruta

¹⁸⁶ Deputada estadual, que propôs o projeto de Lei nº 21/2015, que altera a Lei nº. 11.915, de 21/2003, que instituiu o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e revoga a Lei nº 12.131, de 22 de julho de 2004, que permite o abate de animais em rituais religiosos.

de lemanjá sofreu um incêndio. Quem traz o relato desse acontecido para o presente trabalho é Juliano Silva:

[...] eu estava organizando um movimento, pronto para o debate, para explicar que não se trata de matar animais, e sim de sacralizar, o sangue é para fortalecer o nosso elo, da nossa cabeça, o nosso Ori, e chega a notícia de que a gruta de lemanjá sofreu um atentado [...] na perícia disseram que alguém ateou fogo, havia gasolina, foi um ato intolerante que ocorreu por duas vezes (Juliano, 2018).

Juliano Silva revelou-me que foram dois incêndios¹⁸⁷, os quais motivaram o interesse por parte do REUNA em destituir a Gruta dos cuidados da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros.

Em razão desses acontecimentos, os afro-religiosos organizaram uma manifestação pública no calçadão da cidade, onde a imagem de lemanjá queimada foi exposta e diversos afro-religiosos pelotenses, vestidos com seus trajes sagrados, entoaram cânticos e rezas, a fim de sensibilizar a sociedade diante da “intolerância religiosa” vivenciada por eles.

No entanto, há outra versão sobre esse fato, como relata Isair, morador há 12 anos na sede da Federação situada ao lado da Gruta de lemanjá. Foi ele quem tentou apagar o incêndio nas duas vezes. A primeira vez em que o fogo se alastrou foi durante a colocação de oferendas pelos próprios umbandistas na gruta. Na segunda, foram crianças do bairro que deixaram cair uma vela no interior da gruta, quando a iluminavam, com o propósito de retirar moedas e bijuterias com um imã. Como havia muitas flores de plástico, o fogo se alastrou.

Essa última versão foi confirmada por Marilene Janes, que recebeu, em seu terreiro, um dos meninos com a sua mãe em busca do perdão da mãe lemanjá. Porém, há a versão dos líderes religiosos de que, como a perícia identificou gasolina na imagem, foi um ato criminoso de intolerância religiosa, vista a observação do crescimento de templos evangélicos no bairro. Tal fato coincide com a vida da deputada Regina Becker Fortunati, que é membro da Igreja Batista Filadélfia, a qual tem por crença que os “orixás são demônios”. Tal posicionamento tem apoio no

¹⁸⁷ O primeiro, na madrugada de 7 de abril de 2015, e o segundo, no dia 26 de outubro de 2016.

manifesto do presidente da Federação das Religiões Afro-brasileiras (AFROBRAS), Jorge Verardi:

Não restam dúvidas de que há aí uma forte discriminação religiosa. A referida deputada e o seu marido, Prefeito de Porto Alegre/RS, José Fortunati, pertencem a outra religião, a qual prega que "Os orixás são demônios" [...] Não há somente o cometimento de uma forte intolerância religiosa, mas também uma grande falta de respeito com a nossa comunidade, beirando a crime de discriminação previsto em nossos diplomas legais (VERARDI, *apud* ORO *et al.* 2017, p. 6).

Face a essa situação, Ademar Ornel, presidente da Câmara de Vereadores de Pelotas no período, considerou que o mais urgente seria não permitir a retirada da gruta de Iemanjá da beira da praia: "Não vamos permitir que retirem a gruta de lá e levem para outro local. Temos que exigir o tombamento histórico de lá"¹⁸⁸ Nesse, também consta que o vereador Ornel afirmou que o legislativo apresentaria projeto de lei para determinar que a área onde está a gruta fosse tombada como patrimônio do município.

Chamo atenção, neste ponto, para o fato de que o espaço público do Balneário dos Prazeres não deve ser pensado como um espaço conquistado pelo povo afro-brasileiro, porque não houve disputa pelo território e, sim, apropriação com consentimento hegemônico de usos para fins de segregação socioespacial do lazer de praia. Logo, entendo que se trata de mais uma tentativa de fragilização dos vínculos territoriais desses atores transitórios com o território praia, para posterior (re) apropriação de outros grupos.

Outro ponto a ser ressaltado é o tombamento de bens patrimoniais. Em resposta a um questionamento feito por Juliano Silva ao IPHAN, a historiadora Beatriz Muniz Freire responde: "não se tomba um bem por ele estar ameaçado, mas sim por ele possuir valor de referência cultural para grupos da sociedade brasileira" (resposta via e-mail, documento cedido por Juliano Silva, sem data).

No caso em questão, articularam-se os dois aspectos: a relevância cultural e, também, a ameaça. O tombamento assegura a permanência do título e do

¹⁸⁸ Documento digitado sem data, cedido por Juliano Silva.

reconhecimento do bem cultural material e imaterial no território, mas não a reprodução plena das práticas culturais.

A assinatura da Lei nº. 6.483/2017, que declara a Gruta de Iemanjá no Balneário dos Prazeres patrimônio cultural e religioso, bem como o descerramento de uma placa que foi afixada no local, para oficializar a Festa da Rainha do Mar como bem imaterial do município, ocorreram nas vésperas da festa de Iemanjá de 2018 (Figura, 69)



Figura 69 - Cerimônia da assinatura da Lei e descerramento da placa de patrimonialização da Gruta e da Festa de Iemanjá no Balneário dos Prazeres.

Fonte: foto da autora 31/1/2018

Durante a cerimônia, a prefeita Paula Mascarenhas (PSDB) reconheceu o legado cultural de matriz africana para Pelotas: “umbandistas e praticantes de cultos afro-religiosos merecem respeito religioso, espiritual e cultural. A mão de obra africana contribuiu com a nossa cidade ricamente e, dela continua participando na diversidade” (Prefeita Paula Mascarenhas, em cerimônia no Balneário dos Prazeres, 31/01/2018). Igualmente, a prefeita destacou o trabalho dos vereadores em atender as demandas da comunidade e o êxito da Federação Sul-Riograndense em harmonizar as práticas religiosas com as exigências de preservação do meio ambiente.

Aqui, resalto duas questões: a primeira refere-se à declaração da prefeita de que houve harmonização das práticas religiosas com a preservação do meio ambiente, contrariando o posicionamento da secretária do Meio Ambiente, Bruna

Alves, a qual afirma que a festa não provoca tantos impactos ambientais, quando comparadas às práticas rituais durante o ano. E, nesse sentido, não foi empreendida nenhuma ação do poder público, nem dos afro-religiosos a favor da preservação do meio ambiente. A segunda é concernente ao fato da ausência do povo de terreiro de Pelotas nesse evento de grande importância para o campo afro-religioso pelotense. Diante disso, ressalto que o próprio Balneário dos Prazeres abriga um número significativo de terreiros, os quais não se fizeram presentes nesse ato.

Quem traz subsídios para a compreensão deste fato é o coreógrafo Wellington Castanhedas, também conhecido por Babalorixá Baiano de Oxalá, o qual é herdeiro do “Centro Africano de Pai Oxalá e mãe Jurema”, um dos terreiros mais antigos que tocava na Festa de Iemanjá. O grupo de dança Afropel, criado por ele, apresentava-se na festa de Iemanjá há mais de 10 anos de forma consecutiva. Além disso, participava da organização da festa. Baiano de Oxalá relatou a trajetória da construção da patrimonialização da Gruta e da Festa de Iemanjá, revelando as contradições e conflitos internos do campo religioso e político da cidade. Em suas palavras:

A mãe Iemanjá agora é um patrimônio. Eu faço parte do grupo da Rede de Umbanda e Nações Africanistas (REUNA). Esse grupo foi quem lutou, desde o início até a conclusão, juntamente com o legislativo e com o executivo, de uma certa forma. E, no momento oficial, nós não fomos comunicados, [...] vem a questão toda de uma organização, já começaram de forma errada, não comunicaram e era para estar todo o povo de terreiro aqui, foi um momento bonito, mas faltou o povo, e a mãe Iemanjá que não estava presente, ou melhor, ela estava na natureza, no solo, mas a sua imagem que todo mundo toca não estava presente, para o reconhecimento mesmo da Orixá. Acredito que, se pedissem a opinião do povo de terreiro, o momento especial para a homenagem seria o momento em que a Orixá chega de barco na frente da gruta. Aquele seria o momento em que a prefeita Paula deveria assinar a lei e descerrar a placa, porque era para o povo de terreiro. A cidade ganha, a Região Sul ganha, mas a maior prioridade, quem deveria ganhar esse presente por inteiro não estava, que é o povo de terreiro. A gente sabe que, dentro do povo de terreiro, inúmeras pessoas são analfabetas, que não é um defeito, é apenas uma questão de ter e não ter, eles infelizmente não sabem ler ou não sabem que ali é uma placa, principalmente os mais velhos. Então, isso tudo foi uma falta de organização do executivo, claro, e da Federação. Executivo, porque eles têm poder de tudo e a Federação, porque tem domínio sobre todos os terreiros, de uma certa forma.

De acordo com Baiano de Oxalá, a apropriação territorial afro-brasileira nessa praia sofreu muitas mudanças, enfatizando:

A mudança principal é que a nossa própria comunidade de povo de terreiro não tem mais liberdade para vir tocar os seus terreiros, seus cultos aqui no dia 01/02, pela questão da violência, entre outras questões, até mesmo política. Para vir fazer as homenagens na Festa de Iemanjá, basta ser filiado a uma federação ou associações da cidade. Só que não temos mais espaço, a mata mesmo está bloqueada dos dois lados, o foco agora é neste espaço em frente à gruta, daí poucos terreiros vêm. Se tu observares do dia 2/2 até o carnaval, sempre vai ter um terreiro aqui encerrando seus trabalhos, devido algumas questões das legislações do executivo. Antes encerravam nas matas no cronograma da festa, agora não, [...] eles pegam autorização com a Federação e com a SQA e fazem individualmente, alguns tocam os terreiros, outros prestam as homenagens. [...] quem dera que nós tivéssemos uma semana para a mãe Iemanjá, assim como tem para vários eventos na cidade. Agora como patrimônio histórico, tudo pode mudar (Wellington, 2018)¹⁸⁹.

A patrimonialização apresenta-se como uma tendência atual de produção social do espaço urbano, tendo a figura do Estado como legitimador desse processo. É comum os espaços patrimonializados servirem aos interesses da reprodução do capital e dos movimentos sociais ligados às produções culturais. Conforme expôs Smith (1988, p. 132), “a sociedade não mais aceita o espaço como um receptáculo, mas sim o produz”, vivendo, atuando, trabalhando. Os conflitos, tensionamentos e contradições fazem parte desse processo.

Na Festa de Iemanjá de 2018, o poder público fez uma *blitz* na entrada do Balneário dos Prazeres, para entregar aos visitantes um panfleto contendo orientações sobre os usos da mata e praia (Figura, 70).

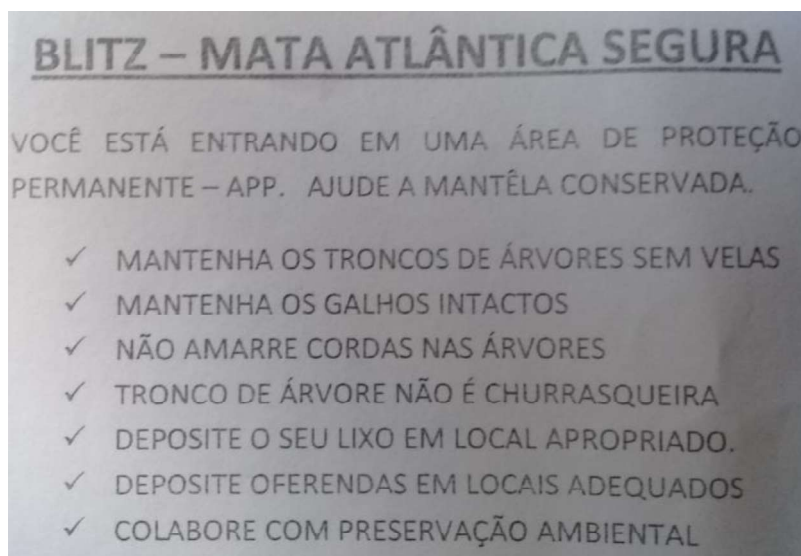


Figura 70 - Panfleto de orientação sobre o uso da Mata Atlântica no Balneário dos Prazeres
 Fonte: Material de divulgação na festa de Iemanjá de 2018.

¹⁸⁹ Entrevista concedida a autora por CASTANHEDA, Wellington. [fev. 2018]. Pelotas, 2018.

A falta de atenção do poder público com a disponibilização de lixeiras, tornou a *blitz* uma contradição. Entretanto, observei que os babalorixás e yalorixás organizaram um mutirão para recolher as oferendas e colocaram todas juntas, perto de uma figueira, a fim facilitar a limpeza posteriormente, uma vez que não havia nenhum equipamento disponibilizado pelo poder público para colocar resíduos.

Sobre a questão dos resíduos das oferendas, Baiano de Oxalá comentou que na praia não há mais areia, que o Laranjal é limpo, a Colônia Z-3 é limpa, e só o Balneário dos Prazeres, não. E, que infelizmente, a culpa é da comunidade afro-umbandista e explica: “nós mesmos, nós colocamos na árvore uma vela, independente para qual for o nosso pedido, aquelas pessoas que não têm aquela cultura que a natureza é orixá, acabam fazendo isso aí, daí uns fazem, todos pagam” (Wellington, 2018).

Percebi que a Federação vem recolhendo as flores de plástico (Figura, 71) que as pessoas oferecem a Iemanjá, para evitar que se espalhem pela praia, num ato de proteção ambiental. Joab, que é contrário à instalação de barracas de ambulantes na Festa de Iemanjá, é de opinião de que a prefeitura deveria proibir também o comércio de flores de plástico.



Figura 71 - Comércio de flores plásticas, ao lado da gruta, durante a Festa de Iemanjá.
Fonte: foto da autora, 2017.

Todos os anos, alguns meses antes da realização da festa de Iemanjá, a prefeitura realiza um sorteio com pessoas interessadas na comercialização de gêneros alimentícios e artigos religiosos como guias, camisetas, velas, flores, bijuterias, incensos, barquinhos de madeira, cestinhas, perfumes, dentre outros.

Geralmente, são em torno de 30 a 40 vendedores ambulantes. A seguir exponho imagens da Festa de Iemanjá de 2018.



Figura 72 - Mosaico de imagens da Festa de Iemanjá 2018, no Balneário dos Prazeres, Nota: A figura da coluna da esquerda, acima, mostra o público bastante diversificado (adultos, crianças e idosos, brancos e negros) circulando pela festa. Já na imagem a abaixo, um terreiro em trabalho oferecendo serviços de orientação espiritual aos visitantes. A imagem do meio, acima, exhibe uma casa de religião fazendo o seu encerramento anual na beira da praia. Abaixo desta, a imagem de um preto velho e de uma preta velha expostos próximos da gruta de Iemanjá. A direita acima, um fiel se aproximando para tocar a imagem da Orixá. E, abaixo desta, as homenagens à Mãe Iemanjá composta por dança e cânticos com trajes brancos e azuis.

Fonte: Fotos da autora, 2018.

Desde 2015, com a proibição dos acampamentos a Festa de Iemanjá tem diminuído de tamanho, cada vez menos terreiros participam das homenagens e menos pessoas visitam. Em 2018, apenas cinco terreiros estavam inscritos para o acampamento: C.E.U. Ubirajara do Mar, C.E.U Vó Maria Conga, Pai Jacó, C.E.U Reino de vô Chico, Reino do B. Feiticeiro. A (Figura, 73) expõe os espaços demarcados para o uso desses terreiros.



Figura 73 - Demarcação territorial dos terreiros na orla lagunar no Balneário dos Prazeres

Fonte: Fotos e montagem da autora, 2018.

Conforme os dados da Secretaria de Transporte Público de Pelotas e empresa de transporte Laranjal Transporte Ltda, o número de passageiros vem diminuindo como revela o quadro abaixo.

Dias da Festa	Número de passageiros anuais do transporte coletivo para a Festa de Iemanjá						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1/2	7.853	7.213	-	-	-	5.730	5.020
2/2	5.596	4.692	-	-	-	5.075	5.179

Quadro 13 - Fluxo de passageiros para o Balneário dos Prazeres nos dias da Festa de Iemanjá

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de dados fornecidos pela empresa Laranjal Transportes Ltda e Secretaria de Transporte de Pelotas, 2018.

A tabela¹⁹⁰ permite ver que o dia da cerimônia de abertura da Festa é o mais frequentado e mostra um declínio dos frequentadores que usam o transporte coletivo. Comparando o dia 1º de fevereiro de 2012 com o 1º de fevereiro 2018, há uma diferença de 2.833 frequentadores, ainda que pese o movimento mais geral de crescimento do uso do veículo particular.

¹⁹⁰Os dados em branco, não foram fornecidos pela empresa Laranjal, devido a uma regra interna da empresa que não libera dados antes de completar cinco anos de arquivo.

O movimento do veraneio, de uma forma geral, vem diminuindo nesta praia. É o que traz um trecho da matéria jornalística intitulada: “O paraíso é logo ali, no Balneário dos Prazeres”: “[...] apesar do calor característico da estação, o movimento no Balneário dos Prazeres já não é o mesmo e diminui a cada ano, assim como as areias da praia levadas pelo vento e a maré.” (DIÁRIO POPULAR, 9/02/2015).

Com a perda da faixa de areia, os impeditivos para o acampamento de mais de dois dias e com a falta de balneabilidade da praia, muitos dos tradicionais participantes da Festa de Iemanjá, vindos de outros municípios, passaram a usufruir dos serviços culturais ligados a festividade de Iemanjá na praia do Cassino, no litoral de Rio Grande conforme já mencionado nesta tese.

Ainda sobre o conflito territorial, cabem alguns desdobramentos e considerações, já que a disputa constitui “os modos diferenciados de apropriação, usos e significados do território” (ACSELRAD, 2004, p. 26), ou seja, a materialidade do território (natureza) torna-se essencial para a reprodução da cultura afro-brasileira, para o lazer dos moradores e veranistas.

Nessa perspectiva, exponho inicialmente uma situação que configura o que diversos autores identificaram como injustiça ambiental (ACSELRAD, 2004; ACSELRAD, HERCULANO e PADUA, 2004; ZHOURI; LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005; ZHOURI, LASCHEFSKI, 2010).

O morador do Balneário dos Prazeres e ativista ambiental Alceu Siegert postou um vídeo, nas redes sociais, que narra a trilha percorrida por ele no interior da Mata do Totó, próxima do seu bairro. Lugar este onde os veranistas costumam passar o dia. O vídeo foi intitulado “Descaso ambiental – Mata do Totó”¹⁹¹ na categoria de educação – oferendas que poluem.

No vídeo, Alceu caminha sobre um lixão dentro da mata e relata:

Parece que as autoridades não veem isso aqui e lá no Barro Duro não é muito diferente. Encontramos vidros, muito plástico, muito tecido, muita sacolinha, garrafas *pets*, velas, carcaças de bode, tudo que possas imaginar encontramos aqui. Olhe para isto é **um mar de dejetos de oferendas**. [...]

¹⁹¹SIEGERT. Alceu. Descaso Ambiental - Mata do Totó – Pelotas, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sPpRWh7mmSA>>. Acesso em: 27. Jan.. 2017.

para todo o lado que se olha tem restos de oferendas. As pessoas que vem soltar essas coisas aqui, vem saciar uma vontade pessoal por vaidade, por vingança, por doença, qualquer coisa, mas esquece que está prejudicando o próximo. [...] E as pessoas que tomam banho aqui na lagoa não sabem que este lixo todo está aqui contaminando, gerando doenças e tudo mais (SIEGERT, 12/2/2014).

Esse vídeo remete à dimensão material da representação que esse ator fez das práticas afro-religiosas. Saliento, do conjunto da sua fala, a expressão “um mar de dejetos de oferendas”, cuja função simbólica foi a de responsabilizar os afro-religiosos por esse descarte irregular do lixo:

Os sistemas representacionais consistem nos sons reais que emitimos com nossas cordas vocais, nas imagens que fazemos com câmeras em papéis fotossensíveis, nas marcas que imprimimos com tinta em telas, nos impulsos digitais que transmitimos eletronicamente. A representação é uma prática, um tipo de “trabalho”, que usa objetos materiais e efeitos (HALL, 2016, p. 49).

Qualquer outra pessoa com bom senso se sentiria incomodada com aquela paisagem, por isso não acredito que os afro-pelotenses a teriam escolhido para realizar seus rituais como foi apontado por Alceu. Ele mesmo, ao descrevê-la, diz que é possível encontrar todo tipo de resíduos, logo inclui, além de restos de oferendas, outros tipos de materiais descartados. As imagens mostram que o lugar tem sido usado, não como um espaço sagrado dos Orixás, mas como um depósito de lixo, tanto de oferendas como de resíduos domésticos, ou vestígios do lazer do final de semana.

Como há registros de várias reclamações dos serviços urbanos no Balneário dos Prazeres, por preconceito com o lugar, não é de se duvidar de que os funcionários da prefeitura tenham realizado uma limpeza incompleta e superficial após a festa de Iemanjá. Pela falta de orientação e conhecimento da religião, provavelmente, tenham destinado incorretamente esses resíduos. Tal fato pode ser comprovado pelo vídeo feito quinze dias após a festa de Iemanjá.

Essa suposição foi confirmada pela Marilene, que já viu o caminhão da prefeitura depositando lixo nesse local. Ela conta que, durante o verão, esse espaço é utilizado pelos veranistas, e que nem esses, nem a prefeitura recolhem o lixo acumulado. No local não há lixeiras, porque a SQA entende que, se colocar tal

equipamento, estará incentivando o uso da área de APP para lazer. Alí mesmo, há oito anos uma reportagem de jornal falava de três a quatro mil veranistas, em um único final de semana, abrindo clareiras na Mata do Totó e deixando seus resíduos no local:

Os sinais da passagem de pessoas pelo local eram visíveis. Aumentou muito a queima de árvores, sendo diagnosticado raízes de figueiras em brasas. Também houve acréscimo na colocação de lixo e na abertura de clareiras [...] O coordenador do curso de Ecologia da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), José Antônio Cruz, localizou, ao lado do banhado próximo à entrada da Colônia Z-3 – um lixão em meio à fumaça dos dejetos queimados. O ecologista explicou que a problemática gira em torno da questão cultural dos moradores e dos frequentadores, [...] e a solução também está na cultura da comunidade e só será alcançada com a educação ambiental dessas pessoas para a preservação. [...] para isso seria necessário incluir o Totó em uma rota turística (DIÁRIO POPULAR, 9 de jan. 2010).

Por conta desses fatos, a afirmação de Alceu Siegert de que o lixo todo era de responsabilidade dos afro-religiosos configura uma situação de injustiça ambiental, pelo descarte irregular do lixo no espaço de uso de lazer da população de classe baixa, pela não disponibilização de contêineres de lixo e por recair sobre os afro-religiosos a responsabilização do dano ambiental.

Percebe-se que um conjunto de representações foi sendo manipulado para afetar o uso dos afro-religiosos com o seu território sagrado¹⁹². As restrições do espaço-tempo, desses, no território costeiro, têm fragilizado os vínculos territoriais de centenas de pessoas que, como os moradores, se identificam corporal e afetivamente com o lugar.

No desfecho desse conflito, os afro-religiosos foram compensados com a permanência da Festa na orla, o reconhecimento da sua cultura com a patrimonialização da Gruta e da Festa de Iemanjá. Da mesma forma, obtiveram um aumento na ajuda de custo¹⁹³ com a Festa, e o problema com os resíduos das

¹⁹²No interior da mata ocorrem expressões culturais em devoção aos orixás, ou seja, uma imbricação do mundo espiritual ao mundo material, onde o sagrado é exaltado.

¹⁹³Conforme informação via e-mail da Secretaria de Cultura de Pelotas (SECULT), “no ano de 2017, foi destinado às atividades culturais afro-brasileiras um total de R\$ 52.509,96, sendo R\$29.830,00 para as festas de Iemanjá e Navegantes”. Esse apoio é dado através da contratação, pelo poder público municipal, de serviços necessários à realização do evento, como por exemplo: sonorização e

oferendas foi atenuado pelo encolhimento da expressividade da territorialidade na festa. Em outras palavras, a fragilização dos vínculos territoriais desses atores transitórios, juntamente com a condominização do entorno do Balneário dos Prazeres, são os principais resultados da política territorial costeira para esse trecho da orla lagunar pelotense.

A patrimonialização da Gruta e da Festa de Iemanjá, em Pelotas, seguiu a tendência de outras cidades brasileiras que aderiram ao debate contemporâneo a respeito do tema da diversidade em um contexto de globalização¹⁹⁴. Ademais, traduziu a resistência desse grupo em defender seu território sagrado. Para o povo de terreiro de Pelotas, que historicamente sofre intolerância religiosa, esse ato de reconhecimento da sua diferença, na diferença, lhes dá maior segurança, garantia da autonomia cultural.

A territorialidade afro-brasileira faz parte de constructos socioespaciais que refletem o poder humano na apropriação simbólica da natureza (HAESBAERT, 2004). Tal apropriação não usa o poder para criar e ordenar o espaço, mas como estratégia para criar e manter o constructo geográfico, por meio do qual esse grupo experimenta o mundo e lhe atribui significados (SACK, 1986).

A territorialidade afro-brasileira no Balneário dos Prazeres representa uma dimensão cultural local extremamente útil para alcançar a sustentabilidade no lugar. Isso porque, para esses segmentos culturais, cuidar da natureza sempre significou cuidar das divindades.

Isso revela que o espaço tanto é resultado das ações sociais, das práticas, das relações, experiências sociais, quanto é parte delas, ele é suporte e campo de ação. A realidade é um movimento dialético cotidiano de territorialidades que funcionam como um catalisador no processo de mudança. Sendo assim, cada sociedade produz o seu espaço, fazendo do conflito o movimento necessário para a mudança. No presente estudo, percebe-se que o Balneário dos Prazeres é feito de territórios possíveis, os quais levam ao fim e ao começo, parafraseando Armando Corrêa da Silva (1986).

instalação de equipamentos. Os valores são repassados aos organizadores dos eventos mediante apresentação de solicitação previa do mesmo, já com orçamento específico”

¹⁹⁴ Renato Ortiz (2007, p. 11) diferencia o termo globalização de mundialização, “o primeiro aplica-se bem à realidade técnica e econômica, o segundo adapta-se melhor ao universo da cultura”.

No campo afro-religioso houve maior integração entre os praticantes de religiões de matriz africana, algumas conquistas desses no campo político, uma reavaliação das suas práticas em relação às oferendas no espaço público.

Como atores transitórios e com fortes vínculos com o lugar, esse grupo deve ser chamado para participar do planejamento de usos desse espaço costeiro, juntamente com os moradores e as esferas municipal, estadual e federal. Foi percebido que as possibilidades de mudanças territoriais ocorreram a partir das forças de dentro da sociedade, logo “no hay relaciones sociales sin espacio, de igual modo que no hay espacio sin relaciones sociales” (LEFEBVRE, 2013, p. 14).

A ideia de que a natureza, ao ser mais protegida ganha capital potencial, prevaleceu sobre a ideia de natureza como espaço de imaginação do sagrado, do encontro, das trocas simbólicas e do acontecer. Como aponta Lefebvre acerca do alcance da compreensão da produção do espaço através da tensão trilética:

[...] pode denunciar y superar um oscuro ejercicio de heteronomización del espacio (social). Es decir, la superación de um espacio que se situa fuera del alcance del usuário, del habitante, del ciudadano y que escamoteia su carácter practicado y vivido.

Frente à valorização dos espaços costeiros, escassez das áreas verdes nas cidades, aumento da mobilidade urbana, as sobreposições de usos e apropriações desses espaços tornam-se mais intensas e complexas, as quais se somam às sobreposições dos instrumentos de gestão das praias e APPs. Isso exige maior competência, por parte dos gestores públicos, no planejamento e gestão territorial desses espaços, o que inclui dirimir os conflitos, intervindo no espaço, sem que haja rupturas bruscas das interações sociais com os territórios, buscando estratégias de preservação ambiental com justiça e progresso social.

Tal tarefa requer a compreensão da multiterritorialidade que os espaços costeiros provocam, sendo necessário revisitar o sentido de “território” empregado nas políticas territoriais vigentes. Haja vista que a implicação do território, no sentido material, já conhecemos por meio de diferenciação socioespacial, da destruição simbólica e homogeneidade espacial, em muitos casos legitimadoras da cultura hegemônica.

5 REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO - PRÁTICAS TERRITORIAIS EXÓGENAS

Nos termos de Lefebvre (2013), o concebido é o espaço dominante numa sociedade capitalista. Nele, as concepções do espaço tendem a ser elaboradas intelectualmente. É o espaço do poder, da ideologia e do modo de produção dominante, conceituado por alguns cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas e pela mídia, compondo as representações do espaço. Dada a inseparabilidade das tríades concebido, percebido e vivido, algumas representações já foram apresentadas quando me reportei à formação territorial, às práticas socialmente instituídas e aos discursos presentes na imprensa local.

Os atores exógenos, representados na figura do poder público, não vivenciam o lugar, muito embora acabem por interferir na construção da identidade local. Conforme Heidrich (2017, p. 34) sobre o posicionamento territorial do Estado: “[...] não lhe advém diretamente o vínculo a um grupo atuante, como no caso da apropriação, mas de uma sociedade política imaginada como nacional”.

Os atores transitórios, também, interferem nesse sentido, pois ao experienciar o lugar, constroem equivalências entre os acontecimentos. No pensamento de Hall (2016, p. 48), na abordagem construtivista das representações, “nós não devemos confundir o mundo material, onde as coisas e pessoas existem, com as práticas e os processos simbólicos pelos quais representações, sentido e linguagem operam”.

De acordo com Gamalho (2014, p. 252), as representações do espaço, “estão ancoradas na legitimação de uma determinada ordem, normalidade e estilo de vida, e nesse sentido, servem para a dominação de um ideal de cidade, que se afasta de parte da população, constituindo uma cidade imaginada”. Constituem, assim, um espaço abstrato que tenta se impor como verdadeiro e dominante na esfera da realização da vida.

Cabe frisar o papel da política urbana, que, por estar inserida na lógica da cidade-mercado, segundo identificou Orlando Alves dos Santos Junior (2016) em sua análise sobre as mudanças no padrão de urbanização brasileira, decorrentes dos processos internos e da globalização, tende ao “*city marketing*” e a certos modelos de planejamentos estratégicos, como descreve em seu texto.

[...] A política urbana deve ser progressivamente transformada em relações de mercado, no qual ganha quem tem maior poder para impor os lucros e os custos da ação do poder público. Nesta concepção, a participação estaria fundada no reconhecimento dos agentes como cliente-consumidores, portadores de interesses privados, impedindo a construção de uma esfera pública que seja a expressão do interesse coletivo (JUNIOR, 2016, p. 20-21).

Desse ponto, decorrem os tensionamentos do espaço social, marcados pelas disputas de poder entre aqueles que atribuem valores de usos e se apropriam do espaço para atender suas necessidades vitais e/ou simbólicas e aqueles que atribuem valores de troca e buscam a dominação do espaço para nele imprimirem as condições estéticas necessárias para torná-lo homogêneo, funcional para viabilizar reprodução das relações de produção econômica.

Para Santos (2008), os modos de produção tornam-se concretos numa base territorial historicamente determinada e dependem dessa construção para realizar a produção do valor. Dessa maneira, “as formas espaciais constituem a linguagem dos modos de produção, [...] em sua determinação geográfica, elas são seletivas, reforçando a especificidade de lugares particulares” (SANTOS, 2008, p. 5).

Chamo atenção par o fato de que as ações dos atores exógenos são permeadas por uma diversidade de posicionamentos políticos, jurídicos e ideológicos relacionados ao objeto do ordenamento, planejamento e gestão territorial. Assim tais ações vão auferindo normas e regulações relativas à produção do espaço.

Nesse sentido, apresento as representações de natureza, território e paisagem presentes nas práticas de gestão desse espaço urbano-costeiro, bem como seus atuais e possíveis embates no espaço vivido do Balneário dos Prazeres e áreas vizinhas.

Inicialmente, enfatizo o fato de o conceito ou noção de natureza ser um saber que passou por diversas transformações no decorrer dos séculos, todavia não está no âmbito deste trabalho trazer esse resgate, mas tão somente, demonstrar que parto do princípio de que existe uma pluralidade de concepções de natureza que fogem ao conhecimento da história Ocidental, como as noções de natureza das culturas orientais, das culturas de matriz africana e culturas indígenas. No entanto, esse resgate da noção de natureza pode ser encontrado no artigo de Kessehing

(2000) intitulado: “O conceito de natureza na história do pensamento Ocidental”. Em seu texto, o autor identifica 5 fases: Antiguidade Grega, Idade Média, primeira fase da Modernidade, segunda fase da Modernidade (Século XIX e início do século XX) e últimas décadas do século XX. Nessas etapas, ele analisa: o lugar da sociedade na natureza; a práxis humana em relação à natureza; a autoconcepção das ciências naturais e o triângulo Deus- sociedade - natureza.

Dentre as inúmeras possibilidades para a leitura da natureza, a proposta é deixar emergir, das articulações e tensões entre os atores e agentes, as representações de natureza presentes nas mentes e nas práticas socioespaciais desses atores.

Ao perscrutar a origem do significado de natureza em diferentes troncos linguísticos, o autor chama a atenção para o fato de que as palavras “conhecer”, “conhecimento” e “procriar” são recorrentes e adverte para o fato de que, hoje, os processos mais graves que se estabelecem contra a natureza provêm do próprio conhecimento científico da natureza e das suas aplicações. Para ele: “o homem moderno está vivendo como se ele estivesse fora da natureza, mesmo que as fronteiras entre natureza e técnica tenham sido abaladas” (KESSELRING, 2000, p. 161). O autor defende a tese de que:

o homem está localizado fora da natureza, pelo menos no que se refere à autoconsciência [...] a perda da nossa relação com a natureza é uma das raízes espirituais da destruição da natureza, que hoje está em curso [...] deter essa perda de relação não é, nem de longe, uma questão cultural menor (KESSELRING, 2000, p. 168).

A partir das observações desse autor, chamo a atenção para a relação entre os atores sociais e a “natureza” presente no espaço de suas ações no Balneário dos Prazeres. Os povos de matriz africana que estão sofrendo o encolhimento do espaço-tempo de sua territorialização na praia são os que possuem uma cultura de divinização e culto à natureza. Para os povos adeptos de religiões sincretizadas com elementos da cultura africana e indígena, a natureza é criada por um Deus supremo, que é o centro gerador do universo.

De acordo com Bastide (1989), a religião opera no interior da consciência dos indivíduos, há um jogo dialético entre crenças, mitos e culturas. Assim, a formação

das religiões afro-brasileiras ocorreu de forma diversificada nas diferentes regiões do Brasil, todavia elas trazem uma característica que é comum e marcante: a crença numa existência após a morte, na existência de espíritos, os quais são cultuados por serem no entendimento dessas religiões, seres ou forças da natureza intermediárias entre o ser supremo e os humanos.

Tanto a natureza quanto a paisagem são subjetivas. A sua percepção é singular para cada pessoa, uma vez que ela varia conforme a trajetória, consciência, experiência, olhares de cada indivíduo. A paisagem é uma realidade e da mesma maneira, uma aparência da realidade, ela tanto revela quanto esconde, como sugeriu Raffestin, ao lembrar que um diretor de cinema sabe usar a geografia para representar outros lugares, aos quais não tem acesso. A percepção da paisagem tem muito da cultura e do meio em que vivemos. De acordo com Tuan (1980, p. 285), “as pessoas compartilham de percepções comuns, porém a visão que cada pessoa tem do mundo é única e de nenhuma maneira é fútil”.

Por conseguinte, a representação de paisagem provinda do poder público é diferente da do morador que, por sua vez, é diferente da do turista e veranista, pois interesses diversos se sobrepõem.

O discurso ecológico assumiu uma dimensão global e ganhou voz no discurso ideológico de diversos segmentos da sociedade, já há bastante tempo¹⁹⁵. Entretanto, o que prevalece não são relações sociais sustentáveis com o meio ambiente, mas sim o uso do discurso ecológico enquanto ferramenta para o controle da mesma. O domínio da natureza pela sociedade capitalista foi apontado por Santos (1999, p. 53),

¹⁹⁵ O ano 1972 com a realização da primeira conferência internacional sobre meio ambiente, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo é considerado o marco do ambientalismo moderno. Nos anos 80, surgiu a definição de desenvolvimento sustentável (desenvolvimento que supre as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações de suprir suas próprias necessidades) e importantes acordos ambientais multilaterais foram firmados como a Convenção das Nações Unidas sobre a Lei dos Mares, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, a Agenda 21 que fornece uma base sólida para a promoção do desenvolvimento sustentável em termos sociais, econômicos e ambientais. Nela os oceanos e costas são abordados no capítulo 17 com o conceito de gerenciamento costeiro integrado. Em 1997, foi realizada a Rio+5, com o objetivo de revisar a implementação da Agenda 21. Posteriormente ocorreu a Rio+10, em Joanesburgo, a qual teve por objetivo renovar as esperanças de sua adoção efetiva das ações pelos tomadores de decisão.

[...] No princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que a partir de um conjunto de interações sociais, passam também a ser objetos. Assim, a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas e ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta última um valor.

Nessa perspectiva, a paisagem dos Balneários de Pelotas suscita julgamentos e sentimentos conflitantes: são amados e difamados. Percorrer os balneários do Laranjal e o Balneário dos Prazeres significa atravessar o centro e a periferia. A (Figura, 74) mostra a praia do pobre e a (Figura, 75) a praia do rico, revelando a diferenciação socioespacial presente no litoral pelotense.



Figura 74 - Calçadão do Balneário dos Prazeres.
Fonte: Fotos da autora, 201.



Figura 75 - Calçadão do Balneário Santo Antônio
Fonte: Fotos da autora, 201.

No entanto, essa comparação, em parte, deve ser relativizada, por tratar-se de espaços físicos e sociais bastante distintos, enquanto a estética da paisagem da orla no Laranjal foi produzida, como consta em Ruas (2012), no Balneário dos

Prazeres, a beleza natural não foi objeto de atenção por políticas municipais. Enquanto na praia do pobre predominam as apropriações e os usos coletivos do espaço, na praia do rico as práticas de lazer estão associadas ao consumo em bares, restaurantes, obedecendo a um padrão de comportamento estético. Compete ressaltar que, na contemporaneidade, a política de consumo entrelaçou-se com a política de formação do sujeito, e o consumo torna-se cada vez mais conectado à questão da construção do sujeito.

A praia do pobre é um espaço único, porque, apesar das dinâmicas naturais de transformação de sua paisagem, é pouco artificializada, nela predomina o verde das matas e as variabilidades de cores produzidas pela laguna, quando as pessoas se reúnem para homenagear os Orixás de praia, “que são também os orixás de mel – Oxum, Iemanjá e Oxalá – os pais dos outros orixás” (KOSBY, 2007, p.33). Nos dias 1º e 2 de fevereiro, a praia se transforma numa paisagem cultural, onde as marcas da civilização africana se faz presente.

Conforme depoimentos em mídia local, enquanto no Laranjal (Balneários Santo Antônio e Valverde), o executivo preza pela estética da sua orla, preocupando-se com o turismo e esquecendo o bairro, no Balneário dos Prazeres, ele esquece os dois. As críticas, citadas a seguir, surgem nos dois sentidos, a primeira é de moradores do Laranjal e a segunda, de parlamentares em visita ao Balneário dos Prazeres.

A prioridade é o morador e não o turista [...] os gestores públicos usam de forma insistente e equivocada o discurso da importância do turismo, esquecendo que primeiro devem ser atendidas as principais demandas da população local, que paga impostos. Gerenciar uma cidade tem algumas semelhanças com cuidar a própria residência (BARRETO, JORNAL DO LARANJAL, 03/2015, p. 4)¹⁹⁶.

Já, em matéria de divulgação, no site da Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, há o registro da comprovação do abandono do Balneário dos Prazeres:

Só tem um banheiro químico e um chuveiro estragado [...] existe muita discriminação, [...] aqui vivem milhares de pelotenses e aqui passeiam e

¹⁹⁶BARRETO, Jandir. A prioridade é o morador e não o turista. **Jornal do Laranjal**, Pelotas, 3/2015, p. 4.

veraneiam moradores das vilas e dos bairros, que merecem encontrar a mesma hospitalidade que a prefeitura oferece nos demais balneários (CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS, 08/01/2016)¹⁹⁷.

Em entrevista para a tese, a prefeita Paula Mascarenhas, na época ocupando o cargo de vice-prefeita, relatou que a população do Balneário dos Prazeres tende a se sentir estigmatizada. Para corrigir, em parte essa situação, revelou-me alguns dos planos do governo para aquela região:

[...] a gente sempre ouve isso da população: nos tratam mal, não é a mesma coisa. Não sei bem de onde surgiu, talvez, sim, alguns governos tenham deixado essa comunidade de lado, mas não é o caso do nosso. A gente fez na orla lá toda uma requalificação [...] com calçadão e tudo mais, a gente fez uma ampliação e requalificação do posto de saúde, criação de uma pracinha ao lado, a reforma na Escola de Educação Infantil Oswald de Andrade [...] intervenções na praça Aratiba, como academia ao ar livre e cancha poliesportiva, que não foi concluída porque temos alguns problemas de vandalismo por lá. Temos também problemas de violência lá, temos um núcleo de policiamento comunitário nas praias, que é para agir ali, esperamos que agora, com a Secretaria de Segurança, a gente possa dar uma colaboração maior. Temos todo um carinho pelo Balneário dos Prazeres, pela beleza do lugar que é, porque muita gente vive lá e pelo potencial turístico que tem aquela região, podendo vir a gerar muito emprego e renda. Damos apoio para a Feira Ecológica do Turismo e Meio Ambiente desenvolvia pela comunidade local. [...] temos que tentar mudar este estigma, não com discursos, mas com ações. Tivemos algumas polêmicas com a realização da Festa de Iemanjá, porque queremos permitir o uso, porque é tradicional e simbólico, mas com a preservação do meio ambiente. Então tem que equilibrar essas duas coisas, mas nosso diálogo já avançou bem, também sempre damos apoio pra essa festa. [...] o acampamento na mata nativa, que deve ser preservada, gerou um certo conflito, e o pessoal botou como preconceito, não tem nada a ver com o preconceito, inclusive o Ministério Público tem ações e nos cobra também, é a questão ambiental de preservação de um patrimônio natural da cidade. A gente tem que equilibrar esses interesses e estamos conseguindo com o diálogo. Te digo com toda franqueza, se teve um governo aqui que reconheceu a cultura africana, as raízes culturais africanas em Pelotas, foi o nosso. Por várias ações, proximidade com o movimento negro, semana da consciência negra. O nosso projeto dia do patrimônio também reconheceu as raízes africanas, aproximou muita gente, tratou de religião, de gastronomia, do legado cultural desta colonização que acabamos tendo face à escravidão, que foi lamentável, mas que, como consequência, nos deu uma riqueza cultural muito grande. Pelotas e Rio Grande é o Rio Grande do Sul português e negro. Isso nos faz diferentes, com uma riqueza muito específica e que a Secretaria de Cultura deve valorizar e tem conseguido fazer isso muito bem. (Paula, 2015)¹⁹⁸.

¹⁹⁷ VEREADORES COMPROVAM ABANDONO DO BALNEÁRIO DOS PRAZERES, PAGINA DA WEB DA CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS, PELOTAS, 8/01/2016.

¹⁹⁸ Entrevista concedida a autora por MASCARENHAS, Paula. [dez. 2015]. Pelotas, 2015.

Paula Mascarenhas deixou subentendido que há um exagero dos afro-religiosos, ao tomarem, como racismo e intolerância religiosa, a necessidade de um regramento do espaço público da praia. No entanto, percebe-se que, dentre os seus interesses e projetos de governo, não consta a preocupação em garantir o espaço de uso para as práticas afro-religiosas e projetos relacionados. Como representante do Estado, sua atuação é intermediária, sendo responsável pelas políticas “reguladoras” dos conflitos. Assim, é capaz de “pender a balança”, ora para um lado, ora para outro. Disso resultaram, de um turno, a patrimonialização da gruta e Festa de Iemanjá, a qual pode-se dizer que decorreu do contexto de intensificação da luta antirracista no Brasil, motivado pela III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e intolerâncias correlatas, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001. Desse evento resultaram diversas políticas¹⁹⁹ de promoção da igualdade racial no Brasil. De outro turno, os projetos do poder público local visam a dinamizar a mobilidade no espaço rururbano e na praia, com o projeto de pavimentação da estrada da Colônia Z-3. De acordo com essa autoridade, o projeto já estava pronto, só precisava do recurso de 8 milhões de reais.

Na Secretaria de Mobilidade urbana, há um projeto em tramitação, tratando da construção de um pontilhão de madeira na orla, a fim de ligar os Balneários Santo Antônio e Balneário dos Prazeres. Também há interesse na prática de zoneamento ambiental, com a criação de um parque urbano e de uma Unidade de Conservação Ambiental. É comum, em diversas cidades, a prática espacial de tornar as áreas verdes públicas bens privados. Isso é visível pelas propagandas dos empreendimentos. Diversos exemplos foram analisados por Wendel Henrique, em São Paulo e Florianópolis. Nesse processo, a estética da paisagem é alterada e novas territorialidades surgem.

A valorização do solo está diretamente relacionada com um futuro aumento da urbanização no litoral, o que já vem ocorrendo nesse setor da cidade, como pode ser observado no quadro da urbanização exclusiva no litoral lagunar de Pelotas no

¹⁹⁹ Aprovação da Lei nº. 10.639/03, que tornou obrigatória a educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana; as ações afirmativas no ensino superior; criação da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, no âmbito do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD); o Programa Brasil Quilombola, e a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial no Congresso Nacional, como resultado das lutas do movimento negro.

(Apêndice, B). No decorrer desse capítulo trago algumas ações estratégicas dos atores exógenos nas proximidades do Balneário dos Prazeres.

Se o poder público local não tem a visão de que, a sociedade faz parte da paisagem e deve estar contido nas ações de planejamento e gestão, não cabe atribuir o ônus na conta dos usuários invisibilizados por ele mesmo.

Ao apostar na parceria público-privado para atender as demandas ambientais que vão surgindo, o poder público permite a transformação da natureza em um determinado ponto, para obter recurso para recuperar outro. Essa prática foi descrita em entrevista com a secretária da SQA Bruna Alves nas seguintes palavras:

[...] a gente deveria ter vários departamentos, a gente deveria ter departamento de proteção de área de preservação permanente, de florestas, de ecossistemas especiais, uma fiscalização com uma estrutura maior, o que a gente tem hoje que é o carro chefe da secretária é o setor de anuência ambiental [...] a gente aposta num empreendimento que está se instalando quem sabe então entramos num consenso, numa parceria com aquele empreendimento que tem condições, foi assim que conseguimos fazer o calçadão do Barro Duro, algumas decidas da praia, algumas praças é tudo por compensação por processos de licenciamento que entram pelo setor de anuência que conseguimos fazer isso (Bruna, 2017).

A partir das ações territorializadoras do poder público local, é notória a representação de natureza como mercadoria, ou como uma moeda de troca. A paisagem lagunar e suas belezas naturais são dominadas pelos atores exógenos, por representarem um elemento agregador de valor aos empreendimentos imobiliários. Essas práticas vêm acontecendo há uns 20 anos na cidade e foram identificadas pelos parlamentares, em Audiência Pública²⁰⁰, como retrocessos da política ambiental pelotense.

Antônio Soler, que é ambientalista e professor de Direito Ambiental, atuante no Conselho Municipal de Proteção Ambiental (COMPAM), traz um relato desse retrocesso, conforme segue abaixo:

Assiste-se à desativação da agenda XXI, extinção da Conferência Ambiental e de Educação Ambiental, suspensão desde 2003 do Relatório Anual do Meio Ambiente (RAMB), nenhuma edição do junho Ambiental, dos

²⁰⁰ Audiência realizada, em junho de 2016, na Câmara Municipal de Pelotas.

Eco debates e dos Cadernos Sustentar. Quanto às áreas verdes, o *Ecocamping* foi desativado e os remanescentes da Mata Atlântica (mata do Totó) sem ação de proteção, o licenciamento ambiental deixou de informar o Conselho Ambiental. Este foi apartado da política ambiental, os recursos provenientes das multas deixaram de existir, não tem fiscalização e não há recurso de fiscalização. Quando surge algum, são aplicados em desacordo com a legislação. A Secretária de Qualidade Ambiental (SQA) foi posta em xeque pelo governo municipal que, através de um projeto enviado à Câmara Municipal, tentou extingui-la” (Soler, fala proferida na Audiência Pública do dia 6 de junho de 2016, transcrita a partir de gravação de vídeo).

Este fato é sentido pelos moradores da cidade, de forma geral, em seus cotidianos e foi o motivo do surgimento de dois movimentos sociais²⁰¹: a) o “Movimento Muda COMPLAD”, que defende a substituição do Conselho do Plano Diretor para o Conselho da Cidade, visto que não existe discussão sobre a função social da cidade, e o atual conselho não respeita o Estatuto da Cidade; b) o “Movimento nem um metro de área verde a menos”, criado em oposição à tentativa do executivo de construir um prédio público em uma praça. Esse movimento de luta pelos espaços verdes na cidade de Pelotas é legítimo, pois, em 2003, a SQA registrava, em matéria jornalística, que, a cidade encontrava-se com menos de cinco metros quadrados de área verde por habitante, sendo que quinze metros é o mínimo e vinte e cinco, o ideal. “[...] registramos um dos mais baixos índices do país” (DIÁRIO POPULAR, 2003, p?). Contudo, é preciso lembrar que o sítio urbano está situado em uma planície costeira, onde a vegetação predominante são ambientes alagadiços, brejos, charcos, varjões, áreas de formações pioneiras de influência flúvio-marinha com elementos de restinga, floresta estacional de terras baixas (que pode ser considerada Mata Atlântica no sentido amplo do conceito) (RUAS, 2012, *apud* SALAZAR).

Esses grupos de pressão repudiam a participação conservadora, na qual as decisões são dadas pelos seus beneficiários, lutam pela autonomia coletiva da cidade, defendem a criação de parques urbanos, a retomada da importância do planejamento urbano e de um fórum permanente da cidade. Em relação à produção do espaço urbano, tais movimentos atuam como atores transicionais (DI MÉO e BULÉON, 2007), logo promovem ações com implicações espaciais, como, por

²⁰¹ Ambos os movimentos sociais citados são formados por representantes da Universidade Federal de Pelotas, Universidade Católica de Pelotas, organização ecológica não governamental (ONG) Centro de Estudos Ambientais (CEA), também, por estudantes universitários e sociedade civil.

exemplo, tentando impedir que o ambiente natural e sociedade sejam expostos a danos ambientais e sociais, pressionando para que haja mais participação da sociedade na política ambiental, fiscalização no cumprimento das leis e metas do Plano Diretor.

É pertinente ressaltar que a expansão do urbano para o litoral significou a luta da propriedade contra a apropriação. Como discute Carlos (2001), a praia, na medida em que vai sendo loteada, sem a preocupação em garantir o seu uso social, vai se tornando seletiva. Isso esvazia seu conteúdo social, ao se produzir um espaço em função de seu valor de troca das estratégias imobiliárias e dos interesses da propriedade privada por um uso exclusivo entre iguais. A homogeneização espacial, também, acontece quando os espaços passam a ser produzidos para o turismo. No caso do Balneário dos Prazeres, esse turismo não existe, mas o terreno para o seu desenvolvimento está sendo criado.

Os acampamentos afro-religiosos e dos veranistas na orla não estavam em harmonia com o ideal de praia e de sustentabilidade ambiental, já que revelavam as estratégias de acesso à natureza e ao lazer na praia de populações dos bairros pobres da cidade. Portanto, sem as devidas noções de um comportamento adequado para a preservação ambiental na concepção da sociedade dominante.

As práticas espaciais desses grupos, ao serem comunicadas de forma pejorativa, colaboram para instituir um imaginário (CASTORIADIS,1996) com esse caráter. Nesse sentido, é possível observar que as representações estigmatizadas são construções mobilizadas pelos atores exógenos usadas para afetar os espaços das práticas espaciais afro-religiosas.

A urbanização do litoral lagunar pelotense, ao produzir o Balneário dos Prazeres, criou o fenômeno que Bourdieu (2013, p. 3) chamou de gueto:

O gueto degrada simbolicamente seus habitantes, [...] privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, [...] além do efeito de estigmatização, uma população homogênea na despossessão tende a redobrar a despossessão, notadamente em termos de cultura e de prática cultural. Inversamente, reforça a prática cultural dos mais abastados.

Essa praia é estigmatizada porque constitui o território usado (SANTOS, 1994), espaço apropriado (LEFEBVRE, 2013) de corpos negros, cultura e

religiosidade afro-brasileira e popular. Consequentemente, no imaginário da sociedade hegemônica, o Balneário dos Prazeres é associado a práticas não capitalistas e não formais de lazer na praia, porém persiste a ideia de degradação ambiental, sendo atribuída aos usuários habituais a responsabilização pelo descarte irregular de lixo, perda da mata e, como resultado, o não desenvolvimento do tão almejado turismo para o Laranjal enquanto um todo.

A cultura afro-brasileira tem com esse espaço costeiro lagunar fortes laços identitários e vínculos territoriais bastante consolidados. É pela experiência de uma cultura que se estabelece território, a relação entre cultura e espaço é, então, fortalecida e, no caso do Balneário dos Prazeres torna-se fácil perceber que se trata de um território simbólico afro-religioso.

Os moradores mais antigos desse balneário vem há anos se manifestando contra os acampamentos, e a favor do turismo, como se houvesse diferença no impacto ambiental causado pelo turista e o provocado pelo veranista. Conforme Carlos (2001, p. 181), o lazer e o turismo produzem o mesmo impacto, porém o lazer é no plano do lugar e refere-se a um tempo mais limitado, como o de um final de semana.

O turismo, na maioria das vezes, reproduz o espaço apenas com interesses capitalistas, modificando os lugares e utilizando-os em seu benefício. Para atrair os visitantes, ele busca reproduzir, nos lugares inusitados e particularizados culturalmente, o modo de vida urbana das cidades turísticas com o propósito de assegurar o conforto e a frequência dos turistas,

O turismo é considerado uma indústria, e assim como os demais setores da economia moderna, depende da apropriação e exploração da natureza e das sociedades locais. Os exemplos de degradação ambiental e sociocultural decorrentes do turismo são abundantes, assim como os são para outros setores da indústria (MENDONÇA, 2001, p. 19)

Em diversos dos abaixo-assinados emitidos pelos moradores do Balneário dos Prazeres à Prefeitura de Pelotas, consta essa visão de que o turismo traria melhorias ao lugar. Esse desejo foi manifestado nas seguintes linhas:

[...] sentimos necessidade de sermos incluídos como Bairro turístico, pela importância do valor ecológico de nossa mata Atlântica assim como o barro fóssil encontrado na orla da lagoa, o que poderá tornar nosso bairro uma atração turística, mas que pelo mau uso dos campistas a estão destruindo. Para que isso tudo não seja destruído por completo, vimos por meio deste socitar [...] que não permita o acampamento na mata do nosso bairro (OLIVEIRA, 17/10/2007)²⁰².

Em nota de divulgação da entrega da obra de revitalização da orla do Balneários dos Prazeres à comunidade, o prefeito Eduardo Leite salienta seus interesses em incorporar esse espaço praia ao turismo:

[...] priorizamos a contrapartida financeira levantada a partir de medidas compensatórias ambientais, para qualificar a orla do Balneário dos Prazeres por ser este um espaço com potencial turístico ainda pouco explorado, mas no qual nós apostamos no futuro (DIÁRIO DA MANHÃ, 24/8/2015).

A atual gestão de Paula Mascarenhas vem dando continuidade à organização dos espaços-praia para o turismo, pois, em resposta ao pedido de informações sobre os investimentos no Balneário dos Prazeres, recebi do Portal da Transparência informações sobre a aplicação de recursos para a comunidade e para o turismo. Buscando continuidade, em 2017 foram investidos R\$ 195.000,00, referentes à qualificação da E.M.E.F. Luiz Augusto Assumpção, com a inauguração de um laboratório de informática (20 computadores e internet) e R\$ 992.391,45 na E.M.E.I Oswald de Andrade, com reforma e expansão. Já, visando ao incremento ao turismo, foi investido o valor total de R\$ 246.212,12. O objetivo da proposta desta gestão é:

[...] qualificar a **infra-estrutura turística** de Pelotas através da melhoria na iluminação da Praça Aratiba e entorno, localizada no Balneário dos Prazeres, iluminação tipo ornamental que além de tornar o local mais agradável, irá proporcionar **maior segurança aos turistas**. Também, é objeto desta proposta, através da aquisição de totens, facilitar o acesso **às informações turísticas** importantes para os visitantes que queiram melhor

²⁰² OLIVEIRA, Valdir *et al.* Abaixo assinado encaminhado à Secretaria de Turismo, Pelotas, 2007. Documento cedido pelo ator Valdir Oliveira, nesse constam a assinatura de 70 moradores.

conhecer as potencialidades da nossa terra, (informação disponibilizada através do departamento de orçamento)²⁰³ (PELOTAS, 2018, grifo nosso).

De acordo com Jodelet (2001), as representações sociais, quando partilhadas pelos membros de um mesmo grupo, constroem uma visão consensual da realidade para o grupo. Essa visão está sujeita a atritos com representações de outros grupos, servindo para a ação. No caso do Balneário dos Prazeres, a representação de um espaço para o turismo não é compartilhada por todos os seus atores sociais territorializados. Há, por exemplo, moradores que discordam que tal medida seja necessidade do bairro, assim como muitos dos frequentadores, uma vez que temem a perda de seus vínculos territoriais.

5.1 A PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA DA Z-3

A Avenida Rubens Machado Souto (Figura, 76) é uma via de aproximadamente 6 km, a qual liga o Balneário dos Prazeres à Colônia dos Pescadores Z-3. À frente do guarda-vidas, situa-se o Eco camping, área que integrará a futura Unidade de Conservação Ambiental da cidade.



Figura 76 - Avenida Rubens Machado Souto tem projeto de pavimentação

Fonte: Diário da Manhã, 16/5/2017²⁰⁴.

Essa avenida é o principal acesso à comunidade de mais de 4 mil habitantes. Por ela passa também o escoamento da produção de arroz, da soja, do gado de corte do 2º Distrito e de 90% da produção pesqueira de Pelotas. Tal pavimentação é

²⁰³PELOTAS, Resposta referente a solicitação COOC/LAI nº 9737/2018 [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por kel.ruas@gmail.com em 16 mai. 2018.

²⁰⁴ Ministro recebe projeto para pavimentar avenida na Colônia Z-3. Diário da Manhã, 16/05/2017

uma reivindicação antiga dos moradores da Colônia Z-3. A estrada de saibro fica intransitável quando chove e possui muitos buracos. A sua pavimentação fará com que os moradores da Z-3 tenham maior agilidade na mobilidade, assim como ficarão mais visíveis. Suas estratégias de reprodução, como o ecoturismo, venda de pescados e restaurantes de frutos da laguna, tendem a melhorar por conta do crescimento de visitantes. A praia do Totó, que possui uma orla aberta e com uma faixa de areia maior do que na praia do Balneário dos Prazeres, passará a receber mais visitantes nos finais de semana do verão. E o Balneário dos Prazeres por estar no caminho da Z-3 também receberá maior número de visitantes.

Cabe destacar que a APP Mata do Totó, que margeia a referida avenida, também sofreu ações de mapeamento e fechamento das clareiras abertas pelos campistas e veranistas. Tomando a abordagem de Sack (1998), essa estratégia do poder público de controlar as experiências geográficas dos veranistas é um tanto efêmera, conforme o jogo de poder que se estabelece entre os atores.

No ano de 2017, uma ação conjunta da SQA e Patrulha Ambiental (PATRAM) constataram ocupações da mata nativa, quatro famílias estavam realizando construções de alvenaria na mata. O crime ambiental foi constatado através do transporte de areia nativa para o local das ocupações (FERREIRA, 2017)²⁰⁵. Nesse episódio, a territorialidade do poder público exerceu o domínio sobre os valores econômicos e simbólicos da praia.

5.2 UNIDADE DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DA CIDADE

A Secretaria de Qualidade Ambiental está desenvolvendo um projeto para construir a primeira Unidade de Conservação Ambiental de Pelotas (UCA), e o *ecocamping* está sendo pensado para ser a sede desta.

A lógica que orienta a UCA, geralmente, atende a necessidade de proteger uma determinada área com um sistema natural considerado relevante, que se encontra agredido pelas atividades sociais e ameaçado de destruição. Na maioria

²⁰⁵ FERREIRA, P. Certidão, Inquérito Civil Público. Pelotas, 18/07/2017, p.232.

das vezes, a constituição de uma UCA busca isolar a área a ser protegida de seu entorno, considerado como a sua principal ameaça:

A orla da Laguna dos Patos, no caso do Balneário dos Prazeres, é uma Reserva Ecológica (Lei 6938/81), denominação também dada para áreas de preservação permanente. Entretanto, não é tratada como tal, seja por parte da coletividade, muito por desconhecimento, seja por parte do Poder Público, muito por incompetência e comprometimentos nada ecológicos. A vegetação, ao longo da Laguna dos Patos, guarda uma série de espécies ameaçadas de extinção, assim reconhecidas pela lei municipal n. 4119/96, que dispõe sobre as espécies da flora nativa de ocorrência regional consideradas ameaçadas de extinção (SOLER, 1997, p. 2)²⁰⁶.

Para o autor, “os usos e ocupações do Barro Duro, no verão, ou fora dele, devem ser imediatamente revistos e ecologicamente planejados com decisiva participação do Conselho Municipal de Proteção Ambiental (COMPAM), conforme obriga a Lei Orgânica de Pelotas” (SOLER, 1997, p.2). A área que irá integrar a UCA vai da Lagoa Pequena até o Arroio Pelotas.

O projeto envolve as áreas do *Ecocamping*²⁰⁷, das matas do Totó, do Balneário dos Prazeres e do Santo Antônio, das matas palustres e banhados do Pontal da Barra e parte da orla do canal São Gonçalo e do Arroio Pelotas, como expõe a figura abaixo:

²⁰⁶ SOLER, A. Últimas paisagens. **Diário da Manhã**, Pelotas, 30 /12/1997, p.2.

²⁰⁷ O *ecocamping* está localizado no mapa do saco do Laranjal (P.103) com o nome Mata do Totó, entre o Balneário dos Prazeres e a Colônia Z-3.



Figura 77 - Corredores ecológicos no Laranjal.

Nota: Na parte de cima matas do Balneário dos Prazeres, seguida do Santo Antônio e Pontal da Barra –Canal São Gonçalo e Arroio Pelotas.

Fonte: Plano Ambiental Municipal,²⁰⁸ 2013.

A figura também mostra que não foram estipulados conectores entre as áreas verdes, tornando a ideia de corredores ecológicos incompleta. A área do *ecocamping* era um espaço de lazer que foi interditada em 2014 pela Patram, por falta de licenciamento ambiental. Essa interdição é resultado do cumprimento da legislação ambiental federal de 2012, a qual restringe o uso nas áreas de APP, proibindo o acampamento.

O Secretário de Turismo, Fernando Estima em uma reunião pública no dia 19/12/2017, na qual se discutiu o *ecocamping*, lembrou a importância dessa lei ao rememorar o ano de 2015, quando o *ecocamping* e todas as áreas de APP situadas no litoral, ocupadas ou não, foram invadidas pelas águas da laguna, como mostra a (Figura, 78).

²⁰⁸Disponível em:

<<http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias/detalhe.phpcontrole=MjAxNi0wNC0wMQ==&codnoticia=41633>>



Figura 78 - Inundação no bairro Laranjal.

Fonte: Topcam Frompage do Jornal do Laranjal, novembro de 2015.

O *camping* de acordo com o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), através da resolução de nº.1288, é considerado uma atividade econômica de médio impacto, não sendo, portanto, permitido em área de APP. Essa mesma lei permeou as proibições das atividades de *camping* na APP no Balneário dos Prazeres. É o CONSEMA que define o que é de baixo, médio e grande impacto ambiental nas áreas de APP. Toda atividade de *camping* necessita de licenciamento ambiental para funcionar. No entanto, o único *camping* em funcionamento no litoral é o *camping* dos municíparios, localizado na Praça Aratiba, no Balneário dos Prazeres. Este não possui licenciamento ambiental porque não tem registro de propriedade, por ocupar área de APP. Possui uma área de aproximadamente $\frac{1}{4}$ de hectare. A (Figura, 79) identifica o seu pórtilco e a (Figura, 38) sua área no mapa.



Figura 79 - Pórtico do *camping* dos municipais.

Fonte: foto da autora, 2017.

Na reunião pública, na qual se debateu a possibilidade de abertura do *ecocamping* para a população pelotense, foram expostos os entraves jurídicos, e as sugestões para tornar o uso do espaço viável, como já mencionei anteriormente. Esse *camping* dos municipais nem sequer foi mencionado na reunião. Uma das providências é medir a partir dos 100 metros da beira da laguna, fazendo um novo zoneamento e tentar conseguir o licenciamento com a FEPAM para as pessoas passarem o dia. A outra estratégia é fazer do local a sede da UCA e parque urbano, possivelmente essa última será a alternativa escolhida, visto que existem dois fundos: um federal e um estadual para a requalificação de áreas formalmente constituídas enquanto unidade de conservação ambiental.

O sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), definido pela Lei nº. 9.985, de 18 de junho de 2000, é um instrumento de delimitação de territórios que tem como ação o fechamento do território para a conservação dos ambientes naturais. Mediante essa política, mantém-se o controle sobre os recursos, pessoas e suas ações (SACK, 1986). É uma territorialidade que se sobrepõe a outras já

existentes nessas mesmas áreas, muitas com vínculos de identificação com o lugar já bastante consolidados. Há casos em que a indenização das populações atingidas por tal zoneamento não contabiliza as perdas mais simbólicas da relação sociedade e espaço. Nesse sentido, tal instrumento é um poder que age sobre uma extensão com implicações sobre os usos do espaço. Segundo aponta Heidrich (2009, p. 277), “a noção de viver determina uma situação de ocupação e o uso pode produzir sentimento de pertencer a esse universo e estabelecer vínculos identitários com referentes empíricos ligados aos fatos exclusivos desse território”. Como ocorre, nas apropriações afro-religiosas do Balneário dos Prazeres, em situações de relocações de povos ribeirinhos e pescadores dos seus locais de origem. Todavia, a identidade territorial é “antes de um fato consolidado, uma relação” (HEIDRICH, 2009, p. 277), podendo ganhar outros contornos. Nessa condição, a territorialidade é sempre uma espacialidade tensionada entre o que foi, o que é, e o que poderá vir a ser, sua permanência dependerá do desfecho do conflito.

No caso dos veranistas populares e da sociedade em geral que foram privados do uso, sem com que se tenha estabelecido uma outra opção com o mesmo fim, o que for definido em prol da sociedade certamente será bem-vindo, mesmo sabendo-se que tal qualificação do espaço costeiro lagunar agregará valor e dinamizará a geografia do lugar.

5.3 A PASSARELA DO BALNEÁRIO DOS PRAZERES

As intenções de intervenção territorial do Poder Público local no espaço costeiro, de uma forma geral, estão voltadas mais para o valor cênico de suas paisagens do que para o valor de uso que os cidadãos dão ao lugar.

Um outro exemplo é a passarela Laranjal-Barro Duro, orçada em R\$ 220 mil, a qual tem, como discurso hegemônico, integrar os balneários, propiciar maior circulação entre um balneário e outro, tendo por finalidade reduzir as possibilidades de assaltos e usos indevidos da orla, como o consumo de entorpecentes, entre outros:

A atenção que moradores do Balneário dos Prazeres (Barro Duro) tanto reivindicam para a região pode, finalmente, estar a caminho. [...] com 900 metros de extensão, 50 cm de altura da areia e 2,25 metros de largura, a passarela feita com madeira de eucalipto é um fio de esperança para moradores do Barro Duro, que cobram mais investimentos na praia. [...] a orla virou palco de drogas e violência, além de muita sujeira. Até o comércio tem pouco movimento. (MARQUES, 2017, p. 7)²⁰⁹

Na opinião de muitos moradores do Balneário dos Prazeres, essa obra é um desperdício de dinheiro público, uma vez que o material é de eucalipto, madeira que não possui boa resistência para suportar os fortes ventos de direção nordeste e a própria dinâmica da laguna, que eventualmente sobe para a margem. Se houvesse uma participação da sociedade na escolha do em que investir o dinheiro, certamente não seria nessa passarela, apesar de também ser importante para o lazer e locomoção. Na reportagem jornalística acima, aparece como se ela fosse uma obra para o Balneário dos Prazeres. Essa divulgação contou com a imagem a seguir (Figura, 80).



Figura 80 - Passarela Santo Antônio- Barro Duro

Fonte: Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana e Prefeitura Municipal de Pelotas, 2018.

No entanto, o projeto, em sua versão original, constitui-se em um investimento maior, tendo como prioridade aproximar os moradores do Balneário Santo Antônio e dos novos loteamentos situados nesse trecho ao bosque do Balneário dos Prazeres. A (Figura, 81) exhibe, nas linhas em cinza, a projeção de uma calçada; em laranja, uma ciclovia; e, em marrom, a passarela.

²⁰⁹ MARQUES, Laura. Um caminho para o Barro Duro. Diário Popular, 12 e 13 de agosto de 2017.

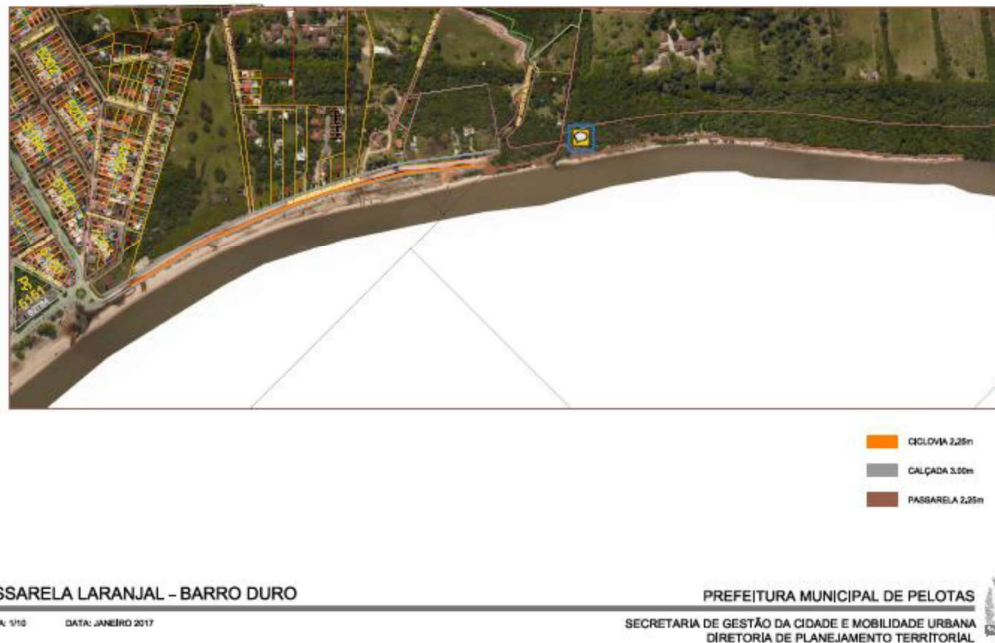


Figura 81 - Passarela Laranjal-Barro Duro.

Fonte: Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana. Prefeitura Municipal de Pelotas.

Conforme retratou o jornal do Laranjal, depois que a prefeitura anunciou a obra:

[...] as redes sociais não pararam de registrar a revolta de moradores e veranistas, pois não aguentam mais ações e obras de perfumaria [...] enquanto anunciam a passarela como importante para o turismo, a prefeitura devia primeiro arrumar a casa. [...] A prefeitura despreza os pleitos da comunidade, respaldados por pesquisa entre moradores e veranistas sobre as prioridades do bairro Laranjal (balneários e loteamentos) (JORNAL DO LARANJAL, 12/09/2017).

Os moradores do Laranjal reclamam que esse bairro possui o km² mais caro da cidade, o IPTU mais elevado e um quadro de abandono significativo. De acordo com uma pesquisa que entrevistou 199 moradores e veranistas do Laranjal, as prioridades do bairro são:

1º - água e esgoto, 57,8%; 2º- Saúde 53,6 %; 3º - obras contra enchentes, 49,7%; 4º- limpeza das áreas públicas, 40,7%; 5º - guarda municipal, 37,7%; 6º - polícia militar, 36,2%; 7º- patrolamento e coleta de lixo, 32,2%; 8º- pavimento, 31,2%; 9º - trapiche 28,1% e 10º- secretaria especial do Laranjal, 27,1% (BARRETO, 2017)²¹⁰

O poder público, em suas ações, serve aos interesses dos grupos que exercem maior pressão sobre os governos. Muitas vezes é alvo de cooptação, por um movimento político que demanda trocas de favor entre o Estado e empreendedores imobiliários e de setores ligados as prestações de serviços. Dessa forma, a produção do espaço não revela as reais intenções dos grupos hegemônicos. Como nesse caso, em que a passarela foi pensada para valorizar os novos empreendimentos e atrair compradores, muito mais do que atender as necessidades dos moradores do Balneário dos Prazeres.

Os atores exógenos recortam espaços parciais no espaço social, e seus projetos são estrategicamente apresentados como se estivessem voltados à resolução das contradições do espaço. A representação do território, atrelada a um conjunto de formas (limites e fronteiras), serve aos interesses dominantes, pois as formas-conteúdo (as reais necessidades das pessoas naquele lugar) parecem ter sido reduzidas a uma passarela.

5.4 UMA NOVA ESTRADA PARA IR E VOLTAR À PRAIA DO LARANJAL

O ritmo da produção desse espaço costeiro tem sido ditado pelo setor imobiliário, que projeta sobre o território as suas demandas e seu conjunto de signos, pressionando o poder local a ampliar a infraestrutura.

O grupo imobiliário atuante nessa região propôs a implantação de uma avenida alternativa para a entrada e saída dos Balneários do Laranjal:

De acordo com o engenheiro Linomar Navarini, autor da proposta, o número de unidades em três empreendimentos em construção no balneário deve chegar a quase 1,6 mil. O aumento no fluxo para a região preocupa. [...] a entrada para via estaria localizada um quilometro depois - em direção ao

²¹⁰ BARRETO, Jandir. Passarela é desperdício do dinheiro público. Jornal do Laranjal, 12 de setembro de 2017.

Barro Duro- da rótula entre as avenidas Adolfo Fetter e José Maria da Fontoura. Dali, seriam cinco quilômetros até o arroio Pelotas. A via desembocaria na estrada da Granja (rota das charqueadas) (QUEIJO, 2016)²¹¹.

Para o engenheiro, a estimativa de custo total da obra seria em torno de 7 a 8 milhões. A avenida teria espaço para caminhadas e uso de bicicletas, mas não incluiria a construção de duas pontes sobre o arroio Pelotas, a qual ficaria a cargo da municipalidade. Na reportagem, consta que a municipalidade está disposta a tentar buscar tais recursos.

Neste ponto aparece uma contradição do espaço: por diversas vezes, ao longo de décadas, os moradores do Laranjal (Santo Antônio e Valverde) e Balneário dos Prazeres alertaram o poder público local para o fato de o bairro estar em expansão, ser espaço de moradia permanente e continuar sendo tratado pelas autoridades administrativas locais como um espaço de veraneio, recebendo a atenção “desejada” apenas no verão. Por esses motivos, reivindicaram transformações.

Esse setor da cidade, apesar de não ser o mais desassistido, é o que mais reivindica a atenção do Estado na esfera local. Seus moradores mobilizam representações sociais vinculadas ao espaço lagunar e a sua vegetação, como projeto de exploração turístico.

Uma pesquisa sobre o perfil do visitante do litoral gaúcho, elaborada pela Secretaria de Turismo do Estado do RS, foi desenvolvida em 2013, gerando subsídios para nortear o planejamento turístico regional do Litoral Norte Gaúcho e da Costa Doce. Nessa pesquisa, foi constatado que o grande público que procura a praia do Laranjal para o lazer e férias, é oriundo, em primeiro lugar, de Pelotas, seguido por Porto Alegre, Canguçu, Bagé, Gravataí, Canoas, São Lourenço e Rio Grande.

No entanto, percebi que a Secretaria de Turismo do RS não incluiu o Balneário dos Prazeres na sua pesquisa sobre o turismo de praia em Pelotas, porque em seu texto consta: “A Praia do Laranjal, situada a 10 minutos do centro de

²¹¹ QUEIJO, Diego. **Uma nova estrada par ir e voltar à praia do Laranjal**. DIÁRIO POPULAR, 30 de jan. de 2016.

Pelotas, se destaca pelos seus 2 km de Orla que possibilita a prática de diversos esportes em sua extensão de areia e calçadão” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2013)²¹². Logo, a pesquisa desconsiderou os outros 2 km de orla com vegetação do Balneário dos Prazeres, que faz parte da praia do Laranjal e atrai mais de 12 mil²¹³ pessoas para o encontro das religiões nas águas da Laguna. Esse estudo revelou uma contradição da gestão costeira pelotense, pois, quando os visitantes do litoral foram questionados sobre segmentos turísticos que gostariam de encontrar, em primeiro lugar ficou o turismo cultural (15%), seguido pelo turismo gastronômico (13%) e pelo ecoturismo (11%). A pergunta que fica é: Por que o poder público local contribui, ao longo dos anos, para a invisibilidade de um dos lugares de Pelotas de maior potencial para o turismo cultural e ecológico, que é o Balneário dos Prazeres/ Barro Duro?

É preciso perceber que as ações dos atores exógenos, na gestão do território, não têm, como único objetivo, garantir a valorização de lucros, presentes e futuros, mas o de organizar estrategicamente o espaço econômico, social e político de forma a abafar os movimentos das territorialidades populares. Pois essas ao apropriarem-se e usarem o espaço costeiro, tornam-no um território do comum, coproduzido pela atividade coletiva. Tal princípio remete a um sistema de práticas contrárias a racionalidade neoliberal.

Aqui se instaura um conflito de estratégia e, portanto, uma relação de poder que contém a resistência, estando essa alojada nas práticas socioespaciais, sazonais e cotidianas de determinados grupos na reprodução social. Como não há o empoderamento do coletivo o controle do território-praia é disputado.

Essa produção do espaço nos espaços litorâneos produz conflitos que revelam os conteúdos da urbanização, manifestados na transformação da paisagem e da prática socioespacial. A imposição de uma nova prática socioespacial, aos poucos, vai destituindo a sociabilidade tradicional dos lugares através das revitalizações, sendo que o Estado desempenha papel de implementador da infraestrutura do “progresso”.

²¹² SECRETARIA DO TURISMO, GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Pesquisa de demanda e satisfação do Turista Pelotas (Praia do Laranjal)**. Divisão de Informações e Estudos Estratégicos do Turismo, 2013.

²¹³ Religiões se encontram nas águas da lagoa. DIÁRIO POPULAR, 4 de fev. 2002 p. 3.

6 BALNEÁRIO DOS PRAZERES: TERRITÓRIO VIVIDO

Neste capítulo, o Balneário dos Prazeres é apresentado enquanto um conjunto de lugares onde a vida se dá, espaço de vida cotidiana e das diferentes trajetórias espaço-temporais das territorialidades produtoras do lugar. O espaço vivido é o espaço de vida cotidiana, onde diferentes laços afetivos são criados, construídos e representados pelos seus atores sociais. Já, o território vivido é a sua dimensão sociopolítica (dominação e apropriação) e cultural (significado e identidade), envolvendo as subjetividades em que ocorre a construção dos objetos espaciais. O espaço vivido une o global e o local, experiência e cultura, corpo e imaginário e é ressignificado a todo instante, evidenciando que o sentido da representação extrapola o sentido da ideologia.

De acordo com Gomes (1996, p. 320), quando a Geografia trabalha na perspectiva do espaço vivido, “a objetividade não provém de regras estritas de observação, mas do uso possível das diversas interpretações na compreensão do comportamento social dos atores no espaço”.

Em seu livro intitulado: “Condição urbana, ensaios de geopolítica da cidade”, Gomes (2006, p. 216) enfatiza a territorialidade na praia:

A praia aparece para a análise como um destes lugares privilegiados onde a sociedade se põe em cena com seus ritos e seus símbolos, seus costumes festivos e suas convenções, seus desejos e suas normas, suas regras e suas transgressões, suas estratégias de coexistência e seus códigos de instalação, suas divisões e suas desigualdades, suas alianças e seus enfrentamentos, sua lógica organizadora e seus sentimentos. A praia é espetacular.²¹⁴

Nessa esteira, esta etapa da pesquisa valoriza a produção de saberes provindas do empírico, na qual as narrativas do espaço permeiam as histórias de vida e práticas espaciais dos atores sociais mais próximos ao lugar.

A leitura do lugar capta o vivido espacial e temporalmente, transforma-se em força reveladora da identidade local. Tudo nas sociedades consideradas se situa, se

²¹⁴URBAIN, J. D. **Sur la plage**. Payot, Paris, 1996, p.19.

percebe, se interpreta em relação a seus lugares (LEFEBVRE, 2013). O lugar é identificado por suas particularidades de síntese, é nele que ocorre a totalidade mundo. O conceito de lugar na Geografia confere grande riqueza analítica: a interpretação de Massey (2000) nos mostra que as especificidades dos lugares estão atreladas ao conjunto das relações sociais próprias da sua produção, que, apesar da influência mais imediata dos lugares na construção das entidades, outras influências transcendem às fronteiras locais. Santos (2005) e Carlos (2007, p. 22) analisam a relação do lugar com o mundo, para eles: “o lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular”.

Para Santos (2005) é no lugar que ocorre a dialética local-global, onde se forma a multiculturalidade, especificada por ele por meio das expressões: circuito superior e circuito inferior, verticalidades e horizontalidades, racionalidades e contrarracionalidades, solidariedade organizacional e solidariedade orgânica. É no lugar, na relação cotidiana que ele vê as possibilidades para enfrentar a globalização como fábula e como perversidade, e de construir uma outra globalização.

Outras abordagens do conceito de lugar que fazem sentido no olhar geográfico sobre o Balneário dos Prazeres, são as abordagens dos geógrafos humanistas. Na definição de Tuan (1980) e de Relph (1979), o lugar é o meio vivido, ao qual o sujeito atribuiu significados. As pessoas desenvolvem sentidos em relação ao meio, seja de apego, seja de estranhamento. Para Relph (1979), os lugares que conhecemos e gostamos são todos lugares únicos e suas particularidades são determinadas por suas paisagens e espaços individuais e por nosso cuidado e responsabilidade, ou, ainda, pelo nosso desgosto por ele. Já, Bonnemaismom (2005) com sua perspectiva etnogeográfica abriu caminhos para a apreensão da cultura no lugar identificando características simbólicas e identitárias do espaço nas sociedades tradicionais.

Na abordagem lefebvriana o lugar aparece na dimensão do viver e do vivido do espaço social, onde os elementos mais subjetivos do cotidiano se fazem presentes.

Nesse sentido, esse último capítulo busca interpretar o espaço social do Balneário dos Prazeres como espaço do viver e do vivido. Assim, cabe olhar tanto

para o espaço dos habitantes, usuários habituais, como também de certos artistas e ativistas sociais.

Muitas questões envolvendo as espacialidades não são visíveis, por essa razão precisam ser descortinadas através das geografias que os sujeitos comuns vivenciam, as imagens e símbolos que os acompanham, os tipos de vínculos que tecem com seus territórios, os lugares da paixão, da solidariedade, da festa, da ação, da arte, da desobediência à ordem capitalista imposta, do valor prático do senso comum, de saberes ancestrais. Enfim, situações vividas. Por isso, aquilo que não estava previsto na tese, mas que foi apontado pelos atores como importante para eles, foi valorizado no estudo, como por exemplo a praça Aratiba.

O Balneário dos Prazeres comporta um amplo campo de significações que também são usadas como distinções entre si: praia abandonada e suja, praia dos pobres, paraíso, praia de Mata Atlântica, praia que sofre processos erosivos, produto da segregação do lazer, praia perigosa. Tais adjetivações, também, são maneiras pelas quais se definem as prioridades na organização desse espaço.

No entanto, a perspectiva do território vivido desconstrói alguns desses imaginários que acompanham o Balneário dos Prazeres e possibilita outros olhares, como a valorização dos seus diferentes conteúdos sociais: a) o fenômeno religioso; b) as práticas autônomas dos atores endógenos; c) o lugar como inspiração para a criação e arte, dentre outras formas de usos.

A escuta das narrativas espaciais, a qual se deu simultaneamente com o mapeamento dos marcadores da memória histórica e espacial dos atores entrevistados, foi imprescindível para a produção do mapa de significados do lugar. Esse tipo de mapa (Figura, 82), segue uma perspectiva dialética entre totalidade/particularidade das relações entre os atores sociais territorializados e o espaço “natural”.

O espaço vivido é conflituoso pois nele observa-se atores associados aos espaços concebido, percebido e vivido em interação com o espaço-praia, seja para a sua apropriação e usos ou no sentido de tentar manipulá-lo para torná-lo instrumental a expansão dos interesses capitalistas com o intuito da dominação.

As falas dos atores endógenos e transitórios expressam a dinâmica de construção e transformação do bairro. O mapeamento que segue mostra

representações do espaço-praia Balneário dos Prazeres a partir dos referenciais espaço-temporais. Esses expressam desejos, conquistas, perdas, enfim, percepções do mundo em suas transformações experienciadas.



Figura 82 - Mapa de memórias e referenciais espaciais do Balneário dos Prazeres
 Fonte: LOPES, 2018.

De acordo com Gomes (1996, p. 33): “[...] o sentimento, a empatia, a identidade são instrumentos epistemológicos tão importantes quanto o raciocínio lógico. Estão presentes nas falas, gestos, no não dito”. O mapa acima evidencia as grafias dos grupos tanto no sentido material quanto imaterial, e mostra que diferentes significados dos elementos do espaço construído, atribuídos pelos atores sociais endógenos e transitórios, se sobrepõem naquele conjunto. Isso porque historicamente, na sazonalidade do verão, as territorialidades afro-religiosas do lazer dos moradores e dos veranistas populares ocorriam de forma simultânea. Atualmente, essa sobreposição vem dando lugar à compartimentação social cada vez mais intensa, tendo sido observada pela moradora Marilene e por mim nos trabalhos de campo. A procura social da praia e a recusa de conviver no mesmo espaço fazem com que a praia seja ocupada em espaço-tempos distintos. Por exemplo, moradores dos condomínios de alto padrão do entorno, de outros pontos do Bairro Laranjal e da cidade frequentem a praia no inverno. Eles se deslocam de carro ou de bicicleta, atraídos pela estética da paisagem natural e pelo contato com a natureza (Figura,83).



Figura 83 - Ciclistas na “figueira sofá”, ponto de referência dos moradores, visitantes e veranistas.

Fonte: foto da autora, 2018.

Nas entrevistas foram apontados os elementos do espaço construído como o Oásis Praia Clube, a praça Aratiba, a escola Luiz Augusto Assumpção, a Unidade

Básica de Saúde, os estabelecimentos de comércio, Mercado Iemanjá, bar do Costinha, bar e restaurante Dois Fornos como pontos significativos para o lugar, mas que gostariam de ver com melhores condições de atendimento. Os jovens reivindicaram a falta de espaços de divertimento noturno, de melhor assistência de infraestrutura e oportunidades de emprego no bairro.

A seguir traço algumas linhas sobre os marcadores dos atores endógenos. E posteriormente sobre os transitórios veranistas e praticantes de religiões de matriz africana.

Compete ressaltar que os moradores mais antigos, antes de adquirirem seus lotes, veraneavam nesse espaço, antes mesmo da criação do loteamento, como ocorreu com a família de Valdir. Revelou ele que, no início dos anos 1950, frequentava a praia com seus pais, que eram conhecidos da família Assumpção. Sendo assim, relata:

Na entrada do bairro cruzava-se uma porteira e chegava-se à praia atravessando um campo. Em cada uma das pontas do loteamento havia como se fosse um *camping*, um espaço em que as pessoas ocupavam, o sítio do Sr. Gotuzzo ao sul e o sítio do Sr. Cortegozzo ao norte. Deixava-se os veículos e descia-se a mata com as coisas necessárias. As barracas em torno de 6 ficavam dispostas que nem numa taba de índio, haviam balanços para as crianças. Aqui nessas descidas tem vertentes que se tornaram voçorocas, perto dali encontrei uma barrica enterrada na areia que era usada para captação de água. Na descida da Iemanjá, ficava a bica onde buscávamos água de carrinho de mão e, próximo à Cabana do Pai Tomaz, havia um poço com 12 metros de fundura. (Valdir, 2016)

O depoente conta que diversas casas tinham abastecimento de água por poços artesianos, que variavam de 12 a 14 metros de profundidade e que dificilmente seriam contaminados pelos esgotos sanitários das fossas, caso tivessem estruturas adequadas. Lembra que preferiam a praia do Barro Duro “que tinha a mata lindíssima e águas mais limpas, enquanto que, na praia do Santo Antônio, as árvores nativas estavam sendo derrubadas para a construção do loteamento e, quando chovia, era um atoleiro só”.

Quanto aos grupos que frequentavam a praia do Balneário dos Prazeres nos primeiros anos de seu loteamento, Valdir relata que vinha muita gente no verão. Em sua fala, é notória a formação histórica da distinção social entre os balneários:

Pelotas é uma cidade bairrista [...] quando eu era moço só era gente boa quem morava na rua Quinze, depois na rua Osório e hoje é na Dom Joaquim. Quando fizeram o projeto, isso aqui era lindíssimo, [...] o povo daqui que chegou depois da primeira fase do loteamento nos tem como os ricos e não frequentam tanto o clube por essa besteira. Imagina ter no teu próprio bairro o lado que é rico e o lado que é pobre. Aqui no verão vinha gente de todas as classes, quando o loteamento do Santo Antônio ganhou urbanização e infraestrutura, aí ficou lá os ricos e aqui os pobres, e aqui é o bairro negreiro, o clube chama-se navio negreiro, tamanho o preconceito na cidade (Valdir, 2016).

Os adquirentes dos primeiros lotes se identificaram com a paisagem do lugar e, como tiveram condições de aquisição facilitada pelos loteadores, transferiram suas moradias para esse local. O projeto do loteamento previa a construção de um amplo espaço público – a Praça Aratiba, a qual encantava os adquirentes.

A Praça Aratiba, na pesquisa, surgiu como um conteúdo surpresa, pois, para os moradores ela concentra serviços e ações, sendo mais importante do que o espaço-praia, foi apontada como um ponto de referência dos moradores, pois é um espaço público, no qual diferentes gerações expressam senso de pertencimento a ela, típico do conceito de lugar pela proximidade e vivências permeadas por relações pessoais mais diretas.

De acordo com o depoente Luiz Mattozo, a Praça Aratiba gerava no Bairro um importante espaço de convivência. Ele conta que, nas décadas de 1980 e 1990, havia dois clubes de futebol: o Barro Duro, dos moradores, e o Ideal, dos veranistas da praia. Quando a Praça Aratiba passou a ter parte da sua área física ocupada por moradores irregulares, formou-se o time Aratiba, dos moradores mais novos. Os mais antigos assumiram o time ideal, ficando dois times que formavam um espaço de encontro dessas gerações. Como revelou Mattozo, a Praça Aratiba gera experiências únicas:

Eu joguei futebol ali até 2004, tinha amigos que iam e passavam o final de semana. Essa é uma opção de lazer que eles não encontram em outro lugar, nos balneários Santo Antônio e Valverde, porque o perfil de público é bem diferente. Só se conseguiu fazer lá, esse perfil perde espaço na cidade. O futebol da Aratiba durou mais de 40 anos (Luiz, 2018)²¹⁵.

²¹⁵ Entrevista concedida a autora por MATTOZO, Luiz. [jan. 2018]. Pelotas, 2018.

No entorno da Praça Aratiba, há diversos bares que promovem atividades com música de sexta-feira até domingo, pois, segundo Matozzo, não há programação cultural²¹⁶ de verão nessa praia. Isso faz com que a comunidade se articule em defesa de suas carências no que diz respeito aos programas culturais. Essa passagem foi relatada por Matozzo:

Até hoje tu tens uma programação de verão com ginástica, música e dança no Balneário Santo Antônio, no Barro Duro tu nunca teve. Teve durante um tempo o projeto verão do governo do Estado “Verão com Vida”, que era só lá, teve um outro projeto da prefeitura com o Sesi. O Barro Duro, para ter alguma atividade, são pessoas de lá mesmo que fazem, na década de 1990, tinha um carnaval muito forte lá, tinha a Banda Laranja, Acadêmicos da Lagoa. Hoje temos Acadêmicos da Lagoa, que é uma escolinha de carnaval infantil, a Eba, que é um bloco banda e a Banda Capadócia. São ações produzidas pela comunidade para a comunidade. Se a comunidade não faz, políticas públicas de eventos não chegam. Tu podes olhar toda a grade de programação de verão da praia, não tem. Por isso que os campeonatos de futebol da praça Aratiba se tornaram um grande evento. Dos sábados aos domingos, a praça ficava lotada (Luiz, 2018).

Portanto, a Praça Aratiba, (Figura, 84) como o Posto de Saúde, a Escola, o trajeto do ônibus são espaços vividos no cotidiano dos moradores, espaços e serviços essenciais e de utilidade pública que, na opinião dos moradores entrevistado poderiam ser melhorados.

Pode-se dizer que a praça Aratiba funcionava como uma estratégia do espaço social local, já que o poder público priorizava a praia dos ricos com a melhor programação cultural de verão do Laranjal.

Determinados grupos no bairro se articulam para organizar os espaços de lazer, os quais compartilham com os demais moradores e visitantes. Uma referência nesse sentido, citada por Matozzo, é o espaço bar do Costinha:

O bar do Costinha acabou sendo uma grande referência durante o período do futebol na praia. O pessoal ligado ao carnaval ia para lá tocar e depois do futebol tinha sempre uma roda de samba. A partir da roda de samba, eles criaram a banda do Costinha. Durante uns 4 ou 5 anos, essa ganhou o

²¹⁶ Conforme informação repassada pela secretaria de cultura, via portal da transparência, a programação cultural de verão 2018 no Balneário dos Prazeres contou com shows dos artistas: Paulinho Martins, Lyber Bermudez, Guido CNRe, Freak Brotherz, que ocorreram no domingo, dia 18/2/2018. Contudo, o histórico vivenciado pelos moradores é de ausência/diferenciação quanto à programação cultural de verão nos outros balneários.

concurso dos conjuntos vocais promovido pelo Diário Popular. Teve um ano no mercado e um na rua Quinze. [...] essa coisa de ter um espaço de convívio na praia é importante. Pode ser esse o fator de integrar e ter um regaste cultural da cidade.

No final da gestão do prefeito Eduardo Leite (2013-2016) a Praça Aratiba foi contemplada com um projeto de revitalização, contendo iluminação ornamental, requalificação de calçada, uma quadra poliesportiva, brinquedos para as crianças e equipamentos de ginástica.



Figura 84 - Praça Aratiba – Balneário dos Prazeres.

Fonte: foto da autora, 2017.

Os frágeis instrumentos²¹⁷ de participação popular adotados pela municipalidade levam à desconfiança e descontentamento com os serviços públicos prestados, além do desperdício de dinheiro público em alguns casos. Essa situação foi identificada no relato de Marilene Janes, que expressou receio de que as

²¹⁷ Na atual administração, a Secretaria de governo acolheu a Ouvidoria Municipal, (existente desde 1993) como a principal porta de interlocução com a população pelotense. Essa conta com o aplicativo Colab, o qual possibilita que o cidadão seja mais um agente fiscalizador da cidade; através do telefone no número 156; de forma presencial; por e-mail fala@pelotas.com.br; ou ainda nas audiências públicas que ocorrem mensalmente nos bairros (o Bairro da gente), no qual atende aos anseios de cerca de 25 a 30 pessoas por audiências públicas. Esses instrumentos são importantes para o fortalecimento das comunidades, mas não contemplam os procedimentos efetivos de diálogo nem possuem uma linguagem capaz de atrair a sociedade civil para seu envolvimento. Cabe destacar o fato de que a cultura da participação no Brasil como um todo ainda é incipiente.

reformas impeçam a realização da única atividade que dinamiza o comércio local - os jogos na Praça Aratiba:

Porque a única coisa que sobrou para os comerciantes daqui foi o campo da praça Aratiba, que faz o campeonato no verão e ainda traz alguma renda. E ficou preocupante. E agora, com esta cancha poliesportiva, será que vão deixar o campo? Já fizeram uma pracinha, o campo já está encolhido. Será que o campeonato vai continuar nos dando algum lucro no verão, trazendo alguma coisa para o pessoal vir ver, pessoas que vêm ver a natureza, mas que também gostam de algo a mais. E isto está preocupante, será que o nosso campeonato vai seguir aqui na praia. É um ponto de interrogação bem grande para o comércio daqui a nós de religião, isso já não afeta (Marilene, 2016).

Marilene, em 2016, previa o fim do campeonato, só que não foi devido à intervenção no espaço físico, mas por falta de recursos: “Já faz três anos que não tem o campeonato, porque a prefeitura retirou a verba que custeava a arbitragem e os clubes não conseguiram manter” (Luiz, 2018).

Para ele, o campeonato praiano (Figura, 85) era um espaço que servia para conectar as diferentes gerações dentro do bairro. Ressalta que, pelo papel que o campeonato desempenhava, a verba deveria ser repensada e/ou gerenciada em parceria com a comunidade.



Figura 85 - Campeonato Praiano, 2006/2007, Campo da Praça Aratiba, Bairro Barro Duro.
Fonte: Rigo *et al.* 2010.

Tanto a Praça Aratiba quanto a praia são espaços públicos que estão tendo seus significados alterados para os seus usuários, devido às novas territorializações vinculadas à reconfiguração de usos e funções, e estratégias de preservação ambiental.

A Praça Aratiba, assim como muitos espaços públicos, é lugar de encontro, compartilhamento de sensações, experiências, afetos, compreensão, proximidade. Na opinião de Luiz Mattoso, o futebol criava um sentido de coesão social e fortalecimento de uma identidade comum, sem o qual o bairro não consegue se organizar coletivamente. A percepção de Luiz Mattoso sobre o futebol tem apoio na obra de Rigo (2004, p. 196), a qual traça uma relação entre o futebol e o bairro, comentando que:

[...] além de atuarem como ícone de pertencimento (identificam seus membros entre si e com o bairro), os clubes de futebol agem como catalisadores que concentram e reproduzem os afetos, os códigos e os conflitos que flutuam pelas ruas. Por sua capacidade de agregar e interagir com os moradores, eles tornam-se agenciadores de sociabilidade, um lugar onde forjam-se sentimentos e valores, um espaço utilizado para administrar as rivalidades, as diferenças e as tensões intrínsecas a todo o bairro.

Da mesma forma, enfatizo a relevância dos espaços públicos para o bem-estar mental dos sujeitos. A circulação de pessoas promove o encontro com o diferente e garante a própria segurança dos pedestres.

Hoje, a praça Aratiba costuma ser ocupada, segundo uma certa estratégia de conquista e manutenção dos territórios. À noite, é frequentada por traficantes de entorpecentes e jovens usuários, enquanto durante o dia é ponto de encontro e de lazer de todos: idosos, crianças, jovens e adultos. Também é usada para os eventos que ocorrem no balneário como a Feira do Meio Ambiente e Turismo de Pelotas (FEMAT).

É comum os entrevistados citarem a insegurança, mas preferem não dar muitos detalhes da questão da violência no bairro, pelo temor de serem alvos de bandidos. Durante a noite não circulam pelas ruas, muitos deixaram de frequentar, inclusive, a praça e a praia em certos horários, devido aos assaltos.

A criminalidade afastou muito o pessoal da praia, às 10 horas tu não vê mais ninguém na rua, é risco de bala perdida, assalto [...] aqui a gente já soube que os bandidos passaram pelos trailers de lanches e mandaram fechar, é ordem do fulano de tal, está que nem o toque de recolher lá do Rio (Marcos, 2018).

A situação de insegurança geral e o envolvimento, direto ou indireto, de muitos jovens com a atividade de tráfico de drogas levam, em alguns casos, a manifestações extremamente duras sobre a realidade da vida e da morte no Balneário dos Prazeres. Para os moradores, a perda de uma pessoa mais velha, liderança comunitária ou não, causa mais comoção do que a perda de jovens por envolvimento na criminalidade. Isso, porque o homicídio de jovens tem crescido à medida que a história avança, e os moradores vão ficando embrutecidos, de tal forma que não sofrem ou não se chocam mais com essa realidade, encarada como algo banal e previsível. Alguns moradores relataram, sentir-se aliviados, quando os conflitos entre gangues rivais eliminam possíveis assaltantes.

A área ocupada pelo tráfico conforme o relato de alguns moradores, da própria Brigada Militar ao jornal Diário Popular²¹⁸ são as áreas de ocupações na APP por ali ser o espaço menos vigiado do bairro, além de ser escondido pela mata: [...] a Brigada encontrou e apreendeu dois revólveres calibre 38 ambos municados, uma sacola com maconha, duas balanças de precisão, celulares e porções de cocaína. Entre os acusados estavam dois menores (DIÁRIO POPULAR, 2018).

Sobre a insegurança na beira da praia Marcos²¹⁹ comentou: “Não dá pra generalizar, mas tem muito traficante que mora ali pra dentro, que se esconde, é ponto de entregas de coletas e recebimentos de drogas e todo mundo sabe, inclusive, a polícia”.

Assim a população do Balneário dos Prazeres e seus frequentadores estão direta e indiretamente sob influência do poder do tráfico. O Balneário dos Prazeres, é espaço de territorialização de redes, controle de fluxos e de referenciais simbólicos para o tráfico (HAESBAERT, 2004).

²¹⁸ Tráfico: BM prende traficante e apreende drogas e armas no barro duro. Diário da Manhã, 25, abril, 2018.

Disponível em:

<<http://diariodamanhapelotas.com.br/site/trafico-bm-prende-traficante-e-apreende-drogas-e-armas-no-barro-duro/>>.

²¹⁹ Entrevista realizada com ABREU, Marcos, em 12 de janeiro de 2018.

Segundo expôs Bauman (2003, p. 103): “as pessoas que acreditam que não há nada a fazer para suavizar o tom, e mesmo ainda para exorcizar o espectro da insegurança, se ocupam em comprar alarmes contra ladrões e arame farpado”. Na paisagem urbana do Balneário (Figura,86), observam-se as marcas do medo no cercamento das casas e estabelecimentos comerciais, revelando o sentimento de insegurança vivido pelos moradores que compartilham o espaço com a territorialidade do tráfico de drogas.



Figura 86 - atividades econômicas locais protegidas por cercamentos.

Fonte: fotos da autora

Uma observação que pode ser feita é que apesar do número de moradores ter crescido nos últimos anos e a praia ainda fomentar fluxos sazonais de visitantes, ela ainda não é completa em termos de atendimento dos serviços coletivos urbanos, de infraestrutura urbana e de empreendimentos turísticos. Os serviços de abastecimento de água, coleta de esgotos, limpeza urbana, restaurantes, hotéis e pousadas, ainda, são insuficientes e estão sempre nas pautas das reivindicações.

No Balneário dos Prazeres existem diversas padarias, armazéns e pequenas lancherias que atendem a população local e visitantes. Seus habitantes, também, se ocupam com atividades de prestação de serviços, sendo pintores, jardineiros, pedreiros, catadores, confeitarias que aceitam encomendas de tortas e salgados, pães e cucas, fornecedores de refeições (viandas), fretes, dentre muitas outras. Outra parte trabalha nos comércios do centro urbano e nos balneários vizinhos (Santo Antônio/Valverde), bem como realizando faxinas e trabalhos domésticos.

O bairro por um lado possui uma economia de troca informal local, o que Santos (2004) chamou de circuito inferior da economia. A maioria desses estabelecimentos conta com a mão de obra familiar. Trata-se de um circuito econômico não moderno, com pequena produção manufatureira, mas que dá conta

de necessidades básicas dos moradores e veranistas. Por outro lado, os atores endógenos e transitórios apontaram diversos problemas ou conflitos no Balneário, como consta no (Quadro, 14), muitos deles relacionados as intransigências dos atores sociais territorializados.

Conflitos		Problema central	Impactos territoriais
Ordem	O que envolve		
Ocupação territorial	Territorialização dos atores exógenos (Estado) encolhimento do espaço de usos sagrado do afro-religiosos.	Fragilização dos vínculos territoriais dos praticantes de religião de matriz afro-brasileira com o território lagunar.	Gradual substituição das territorialidades do lugar; Perda de potencial cultural e possível ganho de regeneração ambiental.
Diferenciação espacial	Potencialização do turismo nos balneários Santo Antônio e Valverde	Estigmatização	Violência, perda de vínculos territoriais, disputas. Negação do direito ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado.
Ocupação territorial	Moradores irregulares na APP (área de risco).	Restrição do acesso público à praia e áreas verdes; degradação ambiental	Uso indiscriminado dos recursos naturais. Falta de cuidados com o ambiente natural. Erosão das descidas da praia, supressão da mata nativa,
Socioambiental	Uso do solo para Lazer dos grupos populares <i>versus</i> falta de infraestrutura e serviços urbanos	Degradação ambiental (acúmulo de lixo nas entranhas da mata, uso das raízes das Árvores como churrasqueiras, compactação do solo e extração de estratos arbóreos.	Uso indiscriminado dos recursos naturais. Despejo de esgoto na praia.
Socioambiental	Atores endógenos X atores exógenos	Irregularidade quanto o respeito ao Plano de Gerenciamento Costeiro – art. 6º L 7661/1988	Degradação ambiental, perda do valor cultural e potencial turístico da praia.

Quadro 14 - Conflitos relacionados as apropriações e usos da praia e matas no Balneário dos Prazeres no litoral lagunar de Pelotas- RS.

Fonte: Elaboração: da autora com base em Santos; Vilar (2013).

Ainda como parte da memória social das práticas socioespaciais dessa praia, os atores endógenos e transitórios trazem suas lembranças das **práticas de lazer** como as ginásticas, jogos de vôlei e acampamentos que realizavam na faixa de areia²²⁰ (Figura, 87). De forma geral, esses atores lamentam a perda da faixa de areia e o fechamento da orla para a prática do *camping* e atribuem, aos veranistas e às práticas religiosas de alguns, a falta de cuidado com a praia.

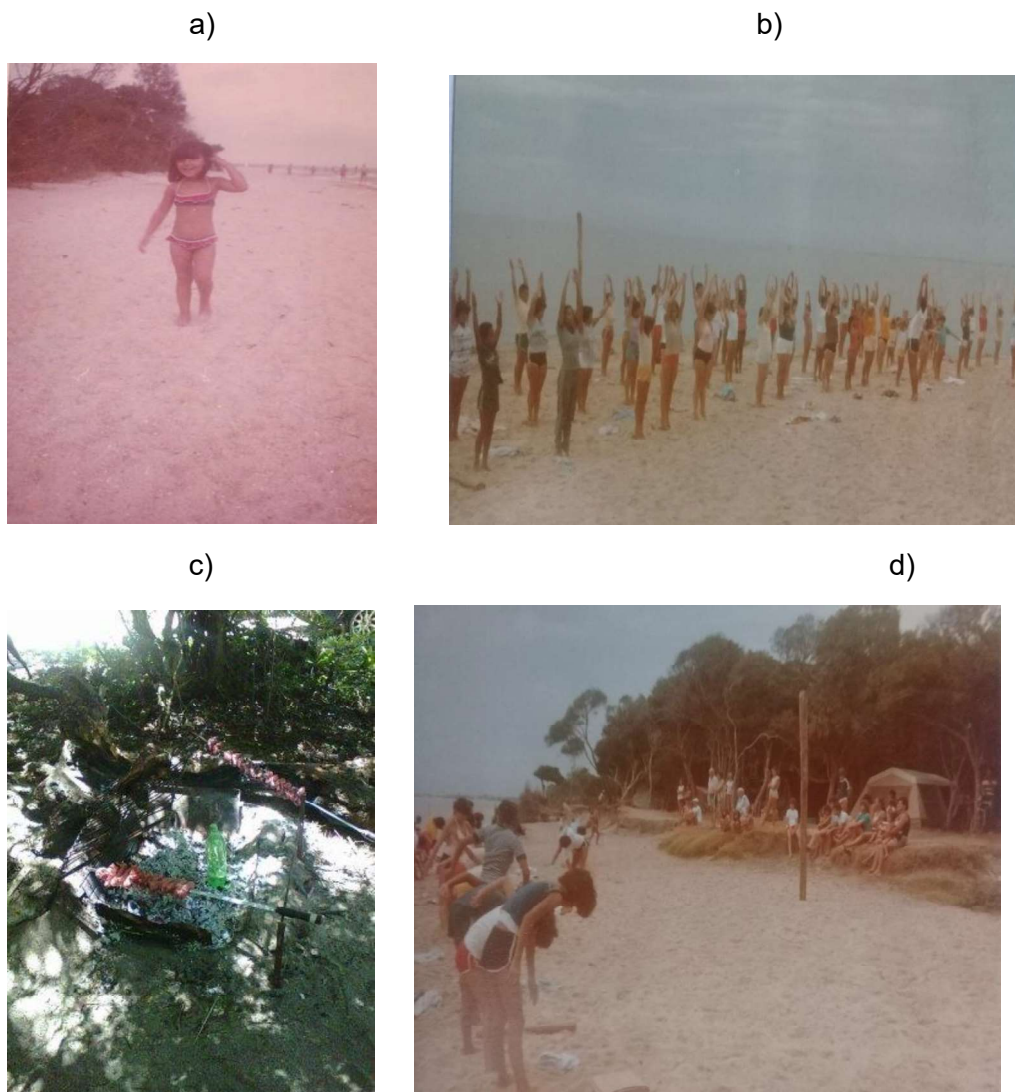


Figura 87 - Práticas de lazer na praia do Balneário dos Prazeres

Nota: As imagens A, B e D mostram as práticas de lazer e a largura da faixa de areia, em 1982. A imagem C, a prática de churrasco na mata.

Fonte: Montagem autora (2017) a partir das imagens a, b e d foram cedidas por Valdir Oliveira; a imagem C, por Joab Bohns.

²²⁰ O Mapa das memórias e referenciais espaciais dos atores mostra a faixa de praia que era usada para as atividades de lazer em seu passado recente.

Se há uma prática social dos atores endógenos que atravessa o tempo, é, sem dúvida, a de mobilizações reivindicatórias por melhorias na infraestrutura urbana e de lazer. As representações que os moradores mobilizam para atingir o poder público na luta pela defesa de seus direitos vão desde a valorização ecológica do lugar para o turismo até a comparação com os outros dois balneários.

As práticas reivindicatórias dos moradores têm na atuação de Valdir a mais importante referência, por ter sido ele o organizador de diversas manifestações, publicações, denúncias e ações no bairro, por meio de seus projetos voltados ao desenvolvimento social do local, como já demonstrado nos capítulos anteriores.

Na ausência de planejamento e gestão urbana para o bairro, os sujeitos usuários do mesmo criam seus próprios instrumentos e estratégias para atenderem as suas necessidades, dentro das possibilidades oferecidas pelo espaço natural e construído no qual estão inseridos.

Entre os usuários desse espaço costeiro também há representações vinculadas à carência de serviços voltados ao turismo ligados a espaços mais modernos, bem equipados e com melhor infraestrutura. Mesmo assim, a procura por esse espaço tem crescido. Na opinião dos moradores mais antigos, a partir da duplicação da Avenida Adolfo Fetter, que interliga o centro urbano às praias, o Balneário dos Prazeres passou a ser mais frequentado e procurado para moradia por uma população de classe social mais elevada. Num espaço tempo de 10 anos, os vazios urbanos do Balneário estão sendo fechados.

Em contrapartida, os usos tradicionais desse balneário estão passando por processos de reconfiguração, pois tem sido comum o uso do espaço para atividades diversificadas, tais como: Festival de cultura ambiental, espaço para a FEMAT, espaço de projetos de Educação Ambiental financiados pelos empreendimentos imobiliários, como as práticas de compensação ambiental ao município, trilhas ecológicas, maratona (Cross Country Barro Duro) e aulas guiadas²²¹ por professores das Universidades Católica e Federal de Pelotas, dentre outras instituições educacionais da cidade.

²²¹ DIAS, V. B. et al. O BALNEÁRIO DOS PRAZERES UMA POSSIBILIDADE DE REFLETIR SOBRE AS PROBLEMATICAS AMBIENTAIS. XI Congresso nacional de educação – EDUCERE, Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2013.

Ademais, é visível na paisagem a construção de novas casas. Além disso, a população do bairro, segundo os moradores entrevistados, tem aumentado muito. Conforme o Censo Demográfico do IBGE (2010) o Balneário dos Prazeres apresentava 4.363 habitantes e hoje fala-se em aproximadamente 15 mil habitantes. Segundo os moradores muitos não são recenseados no local. Essa leva de novos moradores vem ocorrendo, de forma mais intensa, desde 2010, inclusive com ocupações no espaço público, caso da Praça Esmeralda, que sofreu ocupação por mais de 50 famílias. Tal fato, na opinião de Mattozo, contribuiu para um esfriamento da questão do preconceito com o próprio apelido "Barro Duro", como relatou-me:

Teve entre 2000 e 2010 uma grande campanha para que as pessoas negassem o nome Barro Duro. Inclusive com adesivo nos carros "Barro Duro Não, Nossa Senhora dos Prazeres". A gurizada mais jovem passou uma coisa de negar, não a nossa relação histórica, aqui é com o Barro Duro e isso pegou. Chegaram a fazer um adesivo para o carro "I Love Barro Duro". E as pessoas passaram a aceitar, já não vejo mais tanto com o estigma, com um tom pejorativo, mas ainda tem uma parcela que diz que mora no Laranjal (Mattozo, 2018).

Por atuar também na arena política, esse morador traz preocupação com a troca do perfil da identidade do morador do bairro, e atribui a isso o vazio de uma política de regramento de usos do espaço público:

Precisamos de uma política pública diferenciada para lá, que de um lado, incentive, mas que permita ter um instrumento de regramento de uso. A ideia é avaliar o resgate da identidade com um crescimento vinculado a esse resgate (Mattozo, 2018).

Relata que apresentou, no debate na Câmara de Vereadores sobre o novo Plano Diretor da Cidade, uma proposta para que o poder público considerasse a orla da Laguna dos Patos como área de interesse do ponto de vista urbano, levando em conta os aspectos ambiental, socioeconômico e cultural. A ideia era de que isso gerasse políticas diferenciadas do setor urbano, econômico e cultural para esse espaço costeiro.

Essa sugestão de Mattozo encaminha o bairro para uma possível experiência em autogestão, já que a sua condição socioterritorial e a relação com o poder público fizeram com que os próprios moradores buscassem meios para suprir suas

carências, muitas delas já apontadas neste texto, como as ações promovidas por Valdir através do Oásis Praia Clube, da escola local e de diversos grupos de ambientalistas, bem como iniciativas de universidades, de parceiros na preservação ambiental da praia e ecossistemas relacionados. Algumas dessas ações podem ser visíveis na paisagem, no interior da mata, como mostra a figura abaixo, com lixeiras improvisadas, reciclagem e confecção de cartazes de conscientização ambiental.



Figura 88 - Mosaico de imagens de ações de conscientização pela preservação da natureza na praia do Balneário dos Prazeres.

Fonte: fotos da autora, 2017.

Além das iniciativas empenhadas na transformação social e econômica do lugar citadas até o momento, cabe ressaltar a apropriação dos meios virtuais “alternativos”, como o Grupo Unidos pelo Barro Duro - ONG criada, em 15 de dezembro de 2014, por um jovem morador que almeja ser jornalista. Conforme informações disponibilizadas em sua página na rede social *facebook*, o grupo trabalha em prol da comunidade, realiza eventos sociais, fiscaliza, denuncia e cobra do poder público e órgãos responsáveis ações que visem à melhoria do bairro. O grupo esteve à frente dos protestos que reivindicaram a falta de cinco professores na Escola Luiz Augusto de Assumpção, no que obtiveram êxito. Também se reuniram com os parlamentares em uma audiência pública para tratar dos problemas enfrentados. Em sua faixa reivindicatória, constava: “Chega de abandono e

desengano, o povo do Barro Duro também é ser humano!”. Da mesma forma, em suas faixas, havia um pedido de socorro, requerendo melhorias no acesso à entrada do bairro, devido à frequência de ocorrência de acidentes. Da mesma forma, realizam campanhas solidárias, festa de Natal. São acolhedores de reivindicações dos moradores em relação às infraestruturas dos espaços públicos, como limpeza das ruas, valetas e calçadas, problemas na Unidade Básica de Saúde (UBS), os quais são levados pelo grupo aos órgãos públicos competentes. Os espaços virtuais utilizados são: Facebook, site, Instagram e dois grupos de WhatsApp, um para tratar de assuntos relacionados ao bairro e outro, apenas para oferecimento de serviços locais. Esses meios de comunicação disponibilizam aos moradores notícias relacionadas aos principais acontecimentos na escala do bairro e da cidade.

A apropriação desse espaço virtual pelos moradores é um exemplo criativo que demonstra como as classes populares são capazes de se manifestar em contraposição às estratégias dos órgãos públicos de planejamento, visto não poderem mais contar com a rádio Comunitária Princesa da Lagoa²²², atualmente de licença, por falta de verba.

Além dessas iniciativas, compete ressaltar a atuação de cidadãos e cidadãs, como Valdir Oliveira presidente do Oásis Praia Clube, Maria Denise Ribeiro, presidente da Escola de Samba Mirim Acadêmicos da Lagoa, Sirlei dos Santos Galvão, que presidiu a Associação Renascer Balneário dos Prazeres. Esses moradores se destacam pela parceria, apoio e solidariedade que prestam à comunidade. Valdir, na organização de diversas atividades e projetos sociais e educativos. Maria Denise Ribeiro realiza todos os anos a festa de Natal, com doação de brinquedos arrecadados para mais de 300 crianças moradoras do Balneário. No dia da festa, há brinquedos infláveis, pipoca, refrigerante, bolo e algodão doce. Sirlei dos Santos Galvão, moradora há 40 anos no bairro, dedicou boa parte desse tempo cuidando de crianças necessitadas na Associação Renascer Balneário dos Prazeres, criada por ela. Revelou-me que acolhia crianças em estado de vulnerabilidade em turno oposto ao da escola, oferecendo aconchego, higiene e

²²² Essa Rádio comunitária junto com a associação comunitária de mesmo nome, foi criada em fevereiro de 2004, tendo como representante o morador Gilson. Segundo ele a rádio esteve 12 anos no ar sem interrupção, mas que, hoje está de licença, pois os encargos sociais são muito altos e a comunidade pouco ajuda. Só de direitos autorais revela Gilson que pagava de seu bolso R\$ 500 por mês e que ficou inviável para ele e ninguém mais quis assumir.

almoço. A lógica desses ativistas é baseada na solidariedade, suprindo carências em vários sentidos, visando ao bem-estar comunitário, entre muitas outras iniciativas existentes.

No que tange as questões relativas a Educação Ambiental, um grupo de moradores buscou apoio da SQA, do Projeto Rastro Selvagem e da iniciativa privada para organizar na praia desse balneário um evento anual de Educação Ambiental, a fim de estimular os moradores a valorizarem e a ajudarem na preservação das riquezas ambientais dessa área costeira e na divulgação do potencial turístico e ecológico do local. Esse grupo foi responsável por criar o Festival da Cultura Ambiental que mais tarde deu lugar a (FEMAT). Esta feira é promovida por atores associados aos espaços concebidos, buscando desenvolver o turismo sustentável e a consciência ambiental, por meio de atividades educativas. Dentre os seus idealizadores está Alceu Siegert, formado em Ciências Contábeis e sua esposa, Miriam M. Alam, farmacêutica-bioquímica e mestra em Educação Ambiental, moradores há mais de 15 anos no Balneário dos Prazeres. Essa atividade, já em sua 5ª edição, extrapolou as fronteiras desse Balneário e passou a contemplar os outros Balneários.

A FEMAT tem, por objetivo, criar uma representação do espaço costeiro lagunar, enquanto lugar paradisíaco a ser preservado, por representar reserva de valor e potencial turístico. O grupo da feira, em combinação com as ações de ordenamento do território e a expansão imobiliária, passaram a interferir na percepção do espaço pela representação que fazem dele, tornando-o instrumental para seus fins.

Conforme consta em sua página eletrônica, a FEMAT²²³ compartilha a seguinte filosofia:

Pensamos que a nossa região tem um grande potencial turístico econômico, que a natureza da Mata Atlântica, da Orla da Lagoa dos Patos é exuberante e precisa ser preservada, através de fiscalização, investimentos em programas educativos e uma maior consciência dos governos e gestores.

²²³ Disponível em: <<http://www.fematpel.com.br>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

A Feira tem duração de três dias, suas atividades são programadas para ocorrerem no litoral lagunar pelotense, incluindo os seus balneários, dunas palustres e resquício de “Mata Atlântica”. Assim na programação desse evento em anexo é possível ver que: não há contemplação de atividades de educação ambiental e cultural voltadas aos povos de terreiro, os quais tradicionalmente usam o espaço-praia para suas práticas religiosas. As atividades estão voltadas à valorização de um meio ambiente, mas não se consideram as apropriações culturais do território. A Feira visa o crescimento comercial e econômico dos balneários, seus proponentes fazem parte do grupo dos moradores mais antigos, que frequentam mais a praia dos “ricos” do que a praia dos “pobres”, onde residem. Apostam na exploração econômica, por meio do turismo sustentável, das belezas naturais dos bosques do Balneário dos Prazeres como alternativa para a sua preservação ambiental. Na audiência pública do dia Mundial do Meio Ambiente, Alceu fez a divulgação da feira de 2016 e a defesa de um projeto de turismo ecológico e cultural no litoral lagunar:

Há possibilidades de se criar novas rotas de turismos em Pelotas. [...] A feira é mais um turismo de eventos que daqui a uns anos mais é uma “Fenadoce” para toda a região. [...] a escuna sai do Laranjal, vai até a mata virgem do Barro Duro, tropical, que tu entras ali e não acredita que é em Pelotas, mas ninguém conhece. Falam em Barro Duro, “Deus nos livre, no Barro Duro”, somos 7 mil moradores só no Barro Duro e lá tem muita coisa bonita e que ninguém conhece. Tem um estigma do “Barro Duro” que as coisas acontecem lá, outros motivos que não vêm ao caso agora. [...] a trilha cultural sai do *shopping* Mar de Dentro no Santo Antônio e vai visitar a fazenda Nossa Senhora dos Prazeres, que originou o nome do Balneário, tudo com guia turístico, profissionais do meio ambiente e profissionais do turismo, gerando emprego. Ocorrerão palestras de educação ambiental na Praça Aratiba, painéis com as demandas dos moradores do Laranjal e 10 espaços para quem quiser divulgar alguma atividade de educação ambiental, livrarias, artesanato. [...] terá um passeio com almoço na Z-3 (Alceu Siegert, em proposição na Audiência Pública- Dia Mundial do Meio Ambiente, 6/5/2016).

No depoimento acima fica claro o interesse de parte dos moradores em agenciar o espaço-praia e matas. Alceu representou o grupo de atores ativistas na localidade e o interesse dos proprietários fundiários mais antigos, os quais gostariam de ver, no seu espaço, outra cultura visual, qual seja, turistas no lugar dos veranistas populares e dos praticantes de religiões afro-brasileiras. Uma vez que a lógica da representação dos processos de enobrecimento das áreas urbanas de forma geral

passa pela remoção ou afastamento de comunidades pobres e negras para a periferia da cidade.

Neste ponto, cabe ressaltar que há na sociedade pelotense um histórico empenho em promover o turismo de praia. As belezas da paisagem lagunar foram apontadas já nos anos 1930 por Antônio Augusto Assumpção, idealizador do espaço Laranjal. Nessa época, já se discutiam, nos meios políticos, as vantagens que a indústria do turismo, observada em lugares como Europa, Uruguai, Rio de Janeiro, Argentina, poderia trazer para Pelotas. No entanto, esse desejo, ainda, está por se realizar.

Nos anos 1950, quando o litoral lagunar foi incorporado à cidade na forma de balneários, o saco do Laranjal já não possuía balneabilidade na maior parte do ano, o que levou o loteador a construir um clube com piscina para os veranistas, como consta em Ruas (2012). Muito mais do que uma forma de desenvolver o turismo na cidade, a urbanização da praia do Laranjal significou a expansão da cidade e a segregação espacial desse lazer.

Pode-se dizer que as experiências ligadas ao turismo na cidade têm sido voltadas à valorização de um passado manifestado nos patrimônios materiais²²⁴, como os casarões do período imperial. Para atrair os tão sonhados turistas, a municipalidade tem buscado valorizar o seu passado, o que traz duas implicações: a restauração de antigos casarões da aristocracia e de plantas de indústrias falidas para finalidades turísticas e culturais. De outro lado, a destruição de sítios arqueológicos. Estes estão situados em áreas de expansão urbana do Laranjal: loteamento Valverde, loteamento Pontal da Barra e complexo turístico Hotel Caval

²²⁴ De acordo com informações da Secretária Municipal de Cultura de Pelotas existe um inventário, regido pela lei 4568, que lista um conjunto de prédios com características arquitetônicas relevantes para a formação histórica do município, são cerca de 1.7000 imóveis inventariados que podem receber isenção de IPTU, os estudos para a criação desta lista começaram nos anos 1980 envolvem a Secretaria de Cultura, a UFPEL, A UCPEL. A cidade possui 25 bens materiais e edificados tombados. Dentre os tombamentos municipais estão: o Grande Hotel, o Mercado central, o paço Municipal, o Sobrado do Barão Alves da Conceição, o clube Comercial, o Conservatório de Música, o Jockey Clube de Pelotas, o Parque Municipal da Baronesa, a Estação Férrea, a Antiga Escola de Belas Artes e a ponte sobre o Arroio Santa Barbara. O Pontal da Barra, passa nesse momento por um processo de reconhecimento como Patrimônio no IPHAE, órgão responsável pelo patrimônio Histórico artístico estadual. Além do reconhecimento do IPHAE, já é sabida a existência de pelo menos 18 sítios arqueológicos pré-históricos do tipo Cerrito no local, estruturas pretéritas ocupadas por indígenas caçadores e coletores guaranis. A Festa de Iemanjá é os tradicionais doces de Pelotas foram recentemente reconhecidos como Patrimônio Cultural Imaterial de Pelotas.

Verde. Os dois últimos foram embargados pelo Ministério Público, por ocuparem áreas de banhado e sítios arqueológicos.

Ainda, é possível observar processos de desterritorialização de espaços simbólicos para os grupos populares e afro-religiosos na praia, como consequência da invisibilidade da praia dos pobres e dos afro-religiosos, tanto por parte das políticas públicas, quanto por parte de segmentos organizados da sociedade civil.

Apesar de as religiões afro-brasileiras terem deixado de ser restritas a um grupo étnico e se tornado universais, desde os anos 1960, o estigma permaneceu. As marcas do mistério e do segredo, aliadas às disposições das oferendas nos espaços públicos naturais, no imaginário popular traduzem-se como algo amedrontador e desrespeitoso com os demais usuários desses espaços.

Os resíduos da sociedade escravocrata, na atual Pelotas, têm gerado disputas pelos espaços verdes, ao invés de cooperação entre os usuários. Os afro-religiosos, que possuem uma representação da natureza, na qual se veem incluídos, não são chamados a participar de projetos e ações de proteção ambiental, como a FEMAT e, mais que isso, são acusados de serem os reponsáveis pela degradação ambiental do seu próprio espaço sagrado. “Não estamos acima da natureza, somos parte dela, dependemos dela [...] a natureza é o verdadeiro habitat dos caboclos, para muitos o próprio Orixá, é o espaço sagrado dos terreiros” (FAUERS, 2016)²²⁵. Segundo Silva, [...] o Orixá nasceu em mim, tá em mim, ele faz morada em mim, então a morada do Orixá é a mesma nossa, é onde a gente tá, por isso a importância da orientação do cuidado com o terreiro” (Juliano, 2018).

O preconceito étnico-racial contra o negro, em Pelotas, acaba atuando como elemento da sustentação de práticas desrespeitosas com a diversidade cultural e religiosa presente no cotidiano da fé brasileira. O relato de Juliano revela uma dessas situações vivenciada pelo povo de terreiro na cidade:

²²⁵ A FAUERS já publicou três cartilhas enfocando a natureza, atualizando o debate sobre a prática da oferenda, ao reverenciar o princípio da vida: o natural e a natureza, - nossa inspiração para cuidar e agradecer. A primeira: reforça o direito, continuidade e desenvolvimento sadio da crença nos Guias, Orixás e Caboclos. A segunda aborda a profundidade e beleza através de uma lenda da mitologia africana. E a terceira cartilha mostra na prática como é possível aliar fé e ação conjunta pela natureza, immanadas num objetivo comum.

Porque tudo que fala em negro e terreiro em Pelotas tem um certo preconceito. Muitos pelotenses esquecem que quem construiu os casarões do centro histórico de nossa cidade foi o sangue da nossa ancestralidade, só que quando se fala em criar uma política pública voltada para o povo de terreiro, não tem. Então, é uma luta, há anos tentando dialogar com o poder público para ver qual a melhor forma de fazer uma conscientização ambiental nos terreiros, como fizemos no Cassino. Não precisa usar material poluente. Mas o que acontece é que o nosso espaço sagrado da praia passa o ano inteiro sendo usado pro lazer, fazem churrascos, cortam a mata para usar lenha e deixam tudo sujo. Quando chega o verão, perto da festa de Iemanjá, o povo vai na prefeitura reclamar que é o umbandista e africanista que está fazendo mau uso do espaço. Temos que tentar parcerias para valorizar o nosso espaço e mostrar pra sociedade que o africanista e o umbandista cuidam da natureza (Juliano, 2018).

Conforme Raffestin (1993, p. 139), “procuramos proteger a ‘diferença’ no mundo vegetal e animal, mas nos esforçamos em destruir a ‘diferença’ no mundo humano”. Para o autor, a eliminação da diferença está relacionada à destruição da informação, “trata-se de postular o respeito às diferenças na perspectiva da utilidade futura que possam representar para o conjunto da espécie” (p.139).

Como por exemplo há a diferença entre as religiões cristãs e orientais e as africanas. Nas primeiras o indivíduo precisa se salvar e para isso segue uma série de preceitos. Na segunda não existe princípio de salvação. A ideia de salvação para a religião africana é viver muito e bem, estar vivo é estar vivo dentro da comunidade. Trata-se de uma família, a família de santo. Esta estrutura laços de relações de quem não tem (CORRÊA, 2012)²²⁶.

As políticas de expansão urbana, caracterizadas pela segregação e pela desigualdade de acesso à infraestrutura urbana e de praia negam e, até mesmo, tentam suprimir a diversidade de paisagens fundadas sobre estéticas não brancas e católicas (Figuras, 89 e 90).

²²⁶ CORRÊA, Norton F. Batuque uma visão antropológica. Projeto Okutá, 2012. Disponível em: <<https://youtu.be/ROOj5fu31cM>>. Acesso em: 29 mar. 2019.



Figura 89 - Cerimônia que recepcionou a imagem de Iemanjá doada pela Federação afro-umbandista e espiritualista do Rio Grande do Sul (FAUERS), a qual substituiu a imagem original até que esta fosse restaurada do incêndio.

Fonte: Juliano Silva.



Figura 90 - Apropriação territorial das classes populares, na praia do Balneário dos Prazeres.

Fonte: foto da autora, verão 2016.

O que os usuários praticantes de religião afro-brasileira reivindicam não é a homogeneização de sua paisagem, é, sim, o mínimo de infraestrutura para desfrutar do lazer sem comprometer a natureza, pois a estética da paisagem para eles não está no espaço construído e ordenado, mas no verde, na areia, na relação mais direta com a natureza, com o sagrado que ela representa e com as pessoas entre si. Os grupos que frequentam a praia trazem consigo bolsas térmicas, sacolas, mochilas contendo tudo o que precisam para passar o dia na praia. Nessa

apropriação do território, o espaço não é objeto de consumo, é espaço de relações sociais e com a natureza presente na paisagem costeira lagunar.

6.1 AINDA HÁ ESPAÇO DE FÉ NO BALNEÁRIO DOS PRAZERES?

O Balneário dos Prazeres é território dos praticantes de religião de matriz africana, seja pela presença de uma significativa comunidade de moradores afro-religiosos, seja pelo fato de as paisagens costeiras lhes proporcionam a experiência com o sagrado e o reencontro com suas ancestralidades. Além de ser um espaço menos vigiado para a realização das suas práticas religiosas, já que a sociedade pelotense de forma geral desconhece os elementos da cultura afro-brasileira e associa seus rituais religiosos com atraso cultural, como bem evidenciou Campos (2015, p.15), ao se reportar a uma situação que ocorreu posterior ao ritual ao Orixá Bará no Mercado Público em junho de 2012: “o Blog Amigos de Pelotas, por meio de reportagem assinada pelo jornalista Rubens Filho, caracterizou o ritual como uma “chinagem²²⁷ da grossa”. A autora descreveu os diversos aspectos intolerantes presente nos comentários dos pelotenses, os quais concordavam com a postagem intolerante do referido jornalista:

O ritual causaria danos maléficos para toda a comunidade local; sendo o sacrifício de animais associado à barbárie e selvageria, caracterizando atraso cultural crueldade com animais e crime ambiental e que a realização do ritual em espaço público fere o princípio de laicidade do Estado (CAMPOS, 2015, p. 16).

Esse fato decorre da ausência do conhecimento das pessoas sobre os processos históricos que envolvem a formação territorial do Brasil na perspectiva dos povos subjugados. Bem como de um olhar menos preconceituoso para perceber que em todas as religiões de origem negra a maior intenção é o amparo, a solidariedade, independente até de religiões que visitarem o terreiro. A casa de batuque representa uma grande distribuição de proteínas (CORRÊA, 2012).

²²⁷ Designação popular para expor estereótipo com o significado de ralé ou prática social malvista.

A natureza presente no Balneário dos Prazeres e a presença de uma população bastante diversificada, também atraíram outras instituições religiosas: Templo Evangélico Reino de Deus, Igreja Adventista do 7º dia, Assembleia de Deus Congregação Barro Duro, dentre outras. Essas entidades religiosas, somadas à igreja católica Nossa Senhora de Lourdes, em meio a dezenas de terreiros representativos de diversas nações africanas, associadas à Festa de Iemanjá e ao encontro sincrético nas águas, fazem do lugar um “espaço de acolhimento de fé”, como bem definiu o morador Elivelton.

O Balneário dos Prazeres, além de ser territorializado pelos afro-pelotenses, é espacialidade concreta de diversas outras expressões religiosas, sendo o pluralismo um elemento surpresa para a pesquisa. As imagens abaixo mostram alguns desses símbolos religiosos presentes no Balneário.



Figura 91 - Amostragem de diversidade de entidades religiosas no Balneário dos Prazeres.
Fonte: fotos da autora, 2017.

Cabe destacar que a religiosidade está presente nesse lugar antes mesmo da criação do loteamento, com a presença da Imagem de Nossa Senhora dos Prazeres. Nos anos 1960, foi criado na entrada do mesmo uma gruta que abriga as

imagens de Nossa Senhora de Lourdes, Oxum no sincretismo afro-brasileiro e Bernadete Soubirous²²⁸, doadas pelo loteador, Dr. José Ottoni Ferreira Xavier.

De acordo com o professor Paulo, da Escola Luiz Augusto de Assumpção, muitos jovens do bairro, alguns alunos da escola, perderam suas vidas ao se envolverem com a criminalidade. Esse professor relatou-me que uma onda de violência gerou grande comoção na comunidade escolar, que realizou, mais de uma vez, cultos ecumênicos na Praça Aratiba.

De uma forma geral, no Brasil, o encolhimento do Estado tem permitido que grupos criminosos controlem determinados territórios, o que, somado à midiaticização da violência, vem provocando, em diversos lugares, o esvaziamento da vida pública e a hipervalorização da intimidade e da privacidade

A organização criminosa foi definida por Lopes²²⁹(2011) como:

[...] aquela caracterizada por ser rígida e possuir uma continuidade quase que dinástica, onde a disciplina interna é estrita e controlada mediante métodos pouco piedosos de castigos físicos, incluindo morte, sendo certo que conta com extensa corrupção policial, dedicando-se tanto a atividades ilícitas como lícitas (visando encobrir as primeiras), em distribuição geográfica por zonas, angariando enormes lucros.

A territorialização da facção criminosa Taurus no Balneário dos Prazeres é nefasta porque desvincula o lugar do espaço articulado do qual faz parte e faz sucumbir ao esquecimento os aspectos positivos e edificantes do lugar apropriado. A apropriação afro-religiosa da praia, ou seja, o tradicional direito do uso comum desse território, vem sofrendo limitações pelo cotidiano de violência do lugar que passa a controlá-lo.

Os pais e mães de santo têm evitado usar a praia e suas matas para seus rituais. Uma situação de risco foi relatada em entrevista, como segue abaixo:

²²⁸ Nossa Senhora de Lourdes é o nome usado para se referir à aparição Mariana que teria sido presenciada por várias pessoas em ocasião distintas, em torno de Lourdes, França. E Bernadette foi canonizada como santa, por suas visões da Virgem Maria. A primeira aparição da “Senhora”, relatada por Bernadette, foi em 11 de fevereiro [...] por isso todo o mês de fevereiro, a comunidade católica Nossa Senhora de Lourdes realiza missa nessa gruta. JORNAL DO LARANJAL – PÁGINA DO FACEBOOK, ACESSADA EM 22 DE MAIO DE 2018.)

²²⁹ Citado por CUNHA, D. F. S. Criminalidade Organizada: antigos padrões, novos agentes e tecnologias. Pontourbe, n. 8 2011.

A violência no Bairro tem afastado o povo daqui. Eu acompanhei aqui semana retrasada o terreiro do William. E nós estávamos participando da corrente dele e tal, ali na gruta, e veio uma senhora e disse: “Como eu queria tocar o meu terreiro assim como ele está tocando, com segurança, porque eu toquei na quarta-feira anterior e teve um tiroteio aqui embaixo, e eu tive que chamar meus filhos para um canto. Se tu saís de casa com o terreiro, tu és responsável pelos teus filhos também, e põe em risco toda a população daquele terreiro. Então, gera todo um afastamento (Welington, 2018).

Os praticantes de matriz africana que são ligados a esse espaço por sentimentos de afeto e divinização estão tendo, aos poucos, os seus laços de pertencimentos e vínculos com um território fragilizado. De um lado, pelas ações territorializadoras do Estado, que atribui a esse grupo a responsabilização pela degradação ambiental da APP e restringiu drasticamente o espaço e tempo da sua territorialidade. O modelo de Estado integrado ao projeto neoliberal mobiliza o discurso de que, para preservar o espaço natural, é preciso controlar o acesso dos pobres e afro-religiosos, difamando as suas formas de usos. De outro, pela própria emergência da modernidade, que traz novas conjunturas sociais que atravessam as culturas de uma forma geral. E, ainda pela representação de espaço periférico, violento, de tráfico e consumo de drogas.

Dentre as razões que interferem na apropriação territorial do espaço costeiro lagunar pelos afro-pelotenses, estão: a perda do horizonte social dos espaços públicos e a substituição e/ou transformação da religião por outros elementos formadores de sentido.

A primeira está associada aos discursos de que os espaços públicos são perigosos e que os lugares seguros são aqueles fechados e vigiados, o que cria uma representação do medo nos espaços outrora de uso compartilhado. É nesse sentido que a filósofa Olgária Matos²³⁰ fala da dessocialização da sociedade e da cidade e constata que todos estão se separando de todos.

A segunda interferência é mais complexa, uma vez que associa dois processos, um que diz respeito à chamada “teoria da secularização”²³¹, tese

²³⁰ MATOS, O. Olgária Matos e a Sociedade do Espetáculo **no Hora da Coruja. Flix Tv**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KnPKbzZlP2k>>. Acesso em: out. 2016.

²³¹A modernidade leva invariavelmente à secularização, no sentido de um dano irreparável na influência das instituições religiosas sobre a sociedade, bem como de uma perda de credibilidade da interpretação religiosa na consciência das pessoas. Assim, nasce uma nova espécie histórica: “o ser

proveniente da Sociologia da Religião, que fala da perda da influência das instituições religiosas na vida das sociedades, na medida em que estas passam a aderir ao modo de vida urbana da modernidade. A terceira aponta o moderno pluralismo como o responsável pela substituição da religião por outras comunidades de sentido.

6.2 ESPAÇO DE INSPIRAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS

Como esta pesquisa tem, por objetivo geral, compreender o espaço social desse trecho da orla lagunar pelotense, considero oportuno enfatizar o papel de dois moradores que, a partir de seus trabalhos artísticos, têm potencial para sensibilizar e conscientizar tanto os moradores, quanto os visitantes, sobre as questões culturais e ambientais que fazem parte da trama que forma esse espaço geográfico. Assim, o Balneário dos Prazeres também é o espaço vivido e representado por alguns artistas e pessoas que fazem a diferença no bairro, pelos trabalhos que realizam em prol da sua comunidade. Destaco o trabalho dos artistas Elvadir e Mara Nunes.

Apesar de suas obras ainda serem pouco valorizadas na escala da cidade e do próprio lugar, elas trazem a preocupação de ambos em transformar a relação das pessoas com a natureza e com os elementos da cultura afro-pelotense, priorizando a necessidade de respeito e cuidado com as peculiaridades desse espaço costeiro, negligenciado pelas práticas dos atores exógenos e endógenos mais antigos, que zelam por uma paisagem costeira voltada ao turismo.

Com 50 anos de experiência no ramo da escultura e já tendo rodado muitos lugares no Estado, Elvadir fala do seu bairro:

Então não existe, não tem, nem em Porto Alegre um estabelecimento de qualidade cultural como nós temos no Barro Duro. O Carnaval de Pelotas é abastecido por mais de 60% de pessoas do Barro Duro. São os que eu chamo os ilustres desconhecidos assim como eu (Elvadir, 2017).

humano moderno”, que acredita poder viver muito bem sem religião, tanto na vida privada como na existência em sociedade (BERGER; LUCKMANN, 2005, p.47).

Elvandir demonstrou que tem uma grande preocupação com o futuro e um sonho ainda por realizar. Em suas palavras:

[...] tenho grande preocupação com o amanhã, porque eu acho a cidade de Pelotas muito preconceituosa, “meio que total”. Se fala muito em negro, negro é a nossa condição social, situação financeira, isso sim é ser negro, não se oportuniza o negro, para desenvolver aquilo que é dele, alguns por terem um pouco mais de dinheiro e uma pigmentação de pele um pouco mais clara, mais brancos acham que são donos de uma certa verdade que não é deles. [...] Por isso me preocupo com o futuro, mesmo sabendo que não estarei lá, pretendo deixar plantado aqui no Balneário dos Prazeres o maior número de esculturas existentes no extremo sul, porque não nos dão oportunidades de ter nada lá pro lado do centro. Muitos dos bonecos do carnaval, da antiga Procópio, nós reativamos, muitos dos bonecos do carnaval foram feitos por pessoas, crianças que passaram por aqui, por essa casa.

Elvandir tem, em sua casa, uma oficina de escultura onde ensina crianças carentes a arte da criação, da reciclagem e a técnica da modelagem. Relatou que tem um menino do bairro Santa Terezinha que trabalha com ele desde os 8 anos, e tem medo que ele não seja reconhecido. Assim, revelou-me:

[...] ele é excelente figurinista, excelente estilista, excelente desenhista, ele é escultor, mas ele é servente de pedreiro porque não oportunizam, mas ele tem um grande defeito, é negro e não oportunizam nada para ele. Queremos ser respeitados como pessoas, me preocupo muito. Gostaria que o mundo fosse bem melhor neste aspecto.

Elvandir se diz praticante de todas as religiões, vai às missas católicas, frequenta os templos evangélicos e as terreiras, tem realizado esculturas para essas entidades. Criou um escultura de Iemanjá de 1m 70 para uma terreira, cuja finalidade, segundo ele, é promover uma maior integração da religião: “As entidades africanas respondem até numa folhinha de árvore, mas o porquê desses monumentos? É que eles vão ficar na história do Barro Duro”. A (Figura, 92) abaixo traz a imagem do escultor Elvandir com uma de suas grandes esculturas, o Xangô Agojô.



Figura 92 - Escultura de Xangô de Agajô realizada pelo escultor Evandir.
 Fonte: foto da autora, 2 de fevereiro de 2017.

O depoente relata que sua grande emoção seria deixar plantado, no Barro Duro, o maior número de esculturas do Rio Grande do Sul e que elas pudessem ser contempladas por um satélite.

A outra artista é Mara Nunes, pelotense, formada em Psicologia, atua como empresária no Hostel Hello, e é vinculada ao grupo de pesquisa - Sobras do Cotidiano e da Arte (PPGAV/CA/UFPel). A artista parte da caminhada pela mata do seu bairro como prática artística, fotografa os elementos da natureza alterados pelas ações humanas e pelos processos naturais. Além disso, coleta elementos encontrados no próprio local como raízes, galhos, água, pedras e material descartado. A partir das fotografias, recria a imagem, suas cores são o verde e o azul por estarem mais presentes na natureza. Sua preocupação é olhar a realidade de dentro do lugar, para dialogar com a comunidade. Traz o paradoxo da visão/invisão, para pensar como o lugar se transforma internamente.



Figura 93 - Mara Nunes

Fonte: Diário da Manhã, 18 de outubro, 2016.²³²

A artista apresentou seus postais artísticos, que remetem ao seu processo poético, no qual mostra a erosão afetando o Balneário dos Prazeres destruindo a orla da praia e a mata nativa. Dentre os postais, também podem ser vistas figueiras centenárias com troncos queimados, a voçoroca da rua Três Passos e a coleta de materiais.

Nos trabalhos está a situação do local e as perdas que a comunidade enfrenta. O foco principal é a erosão, as marcas, e o desaparecimento da Mata do Balneário dos Prazeres, ou Barro Duro, como é conhecido. Isto, numa Área de Preservação Permanente e de Interesse Cultural e Ambiental. Então, procuro apresentar os pontos críticos dessa realidade. O trabalho é voltado a questões ambientais, porque vivencio o desequilíbrio ambiental, e por ver uma comunidade sofrer com a falta de estrutura. A exemplo, a necessidade de saneamento, que é urgente, porque prossegue a poluição da Laguna dos Patos, o que afeta a saúde de todos. Então, é local que precisa ser olhado e valorizado, devolvendo à comunidade a satisfação e o orgulho de morar numa área que possui um patrimônio verde. Precisamos da ação efetiva dos órgãos públicos pois, devido ao esquecimento e abandono, estão deixando destruir essa mata importantíssima, não só para o Balneário dos Prazeres, mas para a cidade de Pelotas e as futuras gerações (NUNES *apud* COGOY. Diário da Manhã, 18 de out. 2016).

²³² COGOY, Carlos. Marcas da destruição: mostra adverte sobre danos ambientais. **Diário da Manhã**, Pelotas, 18, outubro, 2016. Disponível em: <<http://diariodamanhapelotas.com.br/site/marcas-da-destruicao-mostra-adverte-sobre-danos-ambientais/>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

Mara traz a preocupação de expor ao público uma arte voltada para as questões ambientais vivenciadas no Balneário dos Prazeres. A arte tem potencial para produzir provocações no espaço urbano e nas relações sociais, dessa forma, o Balneário dos Prazeres serve como inspiração pra produzir novas relações sociais com a terra. O trabalho artístico de Mara mereceria um espaço público no bairro para que chegasse ao alcance de um grande número de moradores e visitantes.

6.3 RETOMANDO OS TERMOS DA LÓGICA DO ESPAÇO VIVIDO

As práticas dos atores endógenos visam a melhores condições de existências individuais e coletivas, enquanto as práticas dos atores transitórios afro-religiosos são de resistência à perda de seu território sagrado. Elas revelam duas situações distintas: de um lado, a perduração no tempo até o presente do preconceito e diferenciação socioespacial com o balneário e, conseqüentemente, a reprodução de práticas espaciais insustentáveis que desencadeiam os conflitos entre os atores. Demonstrem que o bairro, em si, tem potencialidades para organizar novas formas de racionalidades ou contra- racionalidades, como sugeriu Milton Santos:

Essas contra racionalidades se localizam de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou remanescente marginalizadas e de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais "opacas", tornadas irracionais para os usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem de meios para ter acesso à modernidade material contemporânea (SANTOS, 2006, p. 309).

Porém, por outro lado, o espaço social do Balneário dos Prazeres vem passando por transformações. As práticas tradicionais ligadas ao lazer, ao uso dos espaços públicos para reunião, ócio criativo, espaços sagrados estão perdendo espaço devido à ausência de planejamento e gestão costeira.

As apropriações territoriais das práticas ilícitas, como o tráfico de drogas, têm afastado os habituais usuários dessa praia. Isso, porque o domínio territorial pela criminalidade tem tornado as travessias pelo local inseguras, como a beira da laguna e os cruzamentos de algumas ruas. Durante a noite, só são seguros os trechos bem

iluminados como a Avenida Amazonas, e entorno da escola e posto de saúde, como revelaram os jovens na cartografia social proposta por Escudero *et al.* (2017).

No entanto, mesmo com todos os aspectos negativos ressaltados pelos moradores, o Balneário dos Prazeres, pelas belezas naturais de seu sítio, continua a atrair novos moradores. Pessoas que migram de áreas bastante urbanizadas da cidade, sobretudo aposentados, vão buscar, no lugar, o contato com a natureza, suas paisagens cênicas. E, para muitos, o fato de estar próximo a um espaço geossimbólico. Sobre isso, Mattozo comenta: “Não só os moradores, mas a cidade também vê o Barro Duro como um espaço de fé”. E lembra que essa característica da prática social do lugar poderá se tornar um referente para unificar os moradores, já que os mais novos, apesar de não compartilharem do mesmo imaginário que os moradores mais antigos, ambos vivenciam o serviço religioso que esse espaço litoral lagunar propicia à sociedade.

O crescimento de sua procura social e a histórica estigmatização, aliada às práticas políticas de invisibilização do mesmo, compõem o cenário para legitimação do sistema de dominação sobre a apropriação e, assim, aos poucos o espaço simbólico se sobrepõe ao espaço das práticas espaciais.

O mapa (Figura, 82), elaborado a partir das entrevistas com os atores sociais e da oficina de mapeamento social com os alunos teve como finalidade atender ao segundo objetivo específico da tese, que é mapear os espaços das práticas espaciais dos atores endógenos e transitórios, diferentes atores e agentes da produção desse território-praia. Este também mostra que os enraizamentos culturais dos afro-religiosos estão impregnados de “signos” e referentes geográficos os quais também compõem o conjunto das relações do território (RAFFESTIN, 1987; BONNEMAISON e CAMBRÉZY, 1996; HAESBAERT, 2004; HEIDRICH, 2013).

O mapa de significados do lugar incluiu “representações gráficas daquilo que foi lembrado, imaginado e contemplado” (COSGROVE, 2000, p. 2). Segue uma perspectiva dialética entre totalidade/particularidade das relações entre os atores endógenos e transitórios e o espaço praia do qual usufruem.

As dimensões sociais e culturais manifestadas no Balneário dos Prazeres são multifacetadas. As relações entre os atores endógenos e transitórios com o espaço

costeiro lagunar são sustentadas por valores religiosos, estéticos, econômicos, oportunidades de lazer, recreação e trabalho.

Do ponto de vista religioso, o trabalho de mapeamento revelou a existência de espaços de memória dos praticantes de religiões de matriz africana, como os *campings* do Tarzan e Cabana do Pai Tomaz, além de outras áreas no interior da mata identificadas no mapa como antigos espaços para acampamentos. Nessas localidades, esses atores transitórios costumavam se instalar na sazonalidade do verão, conciliando o lazer com as atividades de encerramento de seus terreiros e homenagens à Orixá Iemanjá.

Como o pilar de qualquer religião de matriz africana é a natureza, ou seja, os elementos da natureza são o alicerce para cada orixá. Todos são dependentes da natureza e respondem no Balneário dos Prazeres. Por isso, é comum encontramos, sobretudo, na orla e matas oferendas aos orixás, nos locais identificados no mapa como pontos de entrega. Outros espaços usados para as entregas são alguns cruzamentos em xis (X) e em tê (T) no traçado urbano do bairro. Um desses pontos é na avenida Três Passos com a Avenida Pernambuco usado para rituais de Legião Mussifins, e na Avenida Amazonas com a Praça Aratiba (Figura,94).



Figura 94 - Captura de coordenadas do ponto de entrega em X,
Fonte: foto da autora, 2018.

Segundo Anjos (2006, p. 19):

A encruzilhada é um ponto ambíguo na religiosidade afro-brasileira é certamente porque ali tanto pode ser o começo, abertura de um fluxo, quanto o fim de um território existencial. Ali onde é preciso começar a vida, o perigo de se bloquear o fluxo, o perigo de não se começar o processo de subjetivação, o corpo da terra despido de subjetividade, o puro processo nômade. Quando um cruzamento se fecha em T, em vez de uma cruz (+), trata-se de uma encruzilhada fechada, ideal para os trabalhos de fechamentos de caminhos. [...] a “abertura de caminhos” também passa pelos cruzeiros, aqueles em cruz (+) ou num xis (x). Abrir os caminhos significa aliviar os percursos, de um empreendimento de possíveis

Conforme relato dos afro-religiosos, há diversos terreiros no bairro, sendo que alguns foram mapeados, tais como: Pai Alexandre de Iemanjá, Pai Marcos de Oxalá, Pai Fernando de Xangô, Mãe Preta de Oxum. Assim, devido à grande representatividade de terreiros no Balneário Prazeres, é bem provável que existam diversas outras encruzilhadas em formatos de T, cruz (+) e xis (X), uma vez que essas demarcações espaciais são simbólicas das religiões de matriz africana, tendo a conotação de fechar ou abrir caminhos. A própria noção de bem e de mal inserem-se nesses padrões espaço-temporais, todavia as energias negativas fazem parte do circuito fechado, e as positivas estão vinculadas ao circuito aberto. Desse modo, as pessoas têm liberdade para praticar o mau ou o bem, porém, nessa cosmogonia, o mau retorna a quem o desejou ou praticou, e o bem se propaga como um fluido benéfico para as relações sociais. Tal crença mostra que as religiões de matriz africana, no seu âmago, vão muito além do sincretismo e não se assemelham às filosofias ocidentais, conectando o “diferente ao diferente” e possibilitando às diferenças subsistirem como tais (ANJOS, 2006, p. 22).

A faixa demarcada como atual espaço para acampamentos compreende uma quadra à direita e outra à esquerda da Gruta de Iemanjá - patrimônio construído, destacado no turismo da cidade e espaço sagrado, restrito aos praticantes de religiões de matriz africana, por iniciativa dos atores exógenos.

Outro elemento mapeado de relevância simbólica para esses atores é a figueira Carlos Alberto, plantada por ele na infância. Através desse símbolo natural, ele guarda memórias sociais dos usos religiosos da praia. Além de essa praia ser o santuário de sua religião, Carlos Alberto também se exprime sob a forma simbólica da árvore nesse espaço (Figura, 95).



Figura 95 - Carlos Alberto Pereira e sua figueira simbólica.

Fonte: Carlos Alberto, 2017.

Assim, ao espacializar a dimensão cultural do Balneário dos Prazeres, percebe-se o quanto é invisibilizada e negada a apropriação simbólica de matriz africana nesse território. A função dessa praia não pode ser reduzida à dimensão instrumental, logo suas necessidades não são apenas econômicas, sociais e políticas, são também simbólicas, pois nela atores projetam suas concepções de mundo. Esses atores estão associados aos espaços vividos e percebidos, suas práticas territoriais marcam os tensionamentos da produção do espaço e suas lógicas de representações.

Da mesma forma, os espaços de referenciais dos atores endógenos, como aqueles de usos cotidianos, a exemplo da praça Aratiba, da escola, do posto de saúde, do serviço de transporte, não são levados em conta ou sequer questionados pelos atores exógenos quanto à relevância e pertinência para os moradores e veranistas, que gostariam de ter mais qualidade em tais serviços, conforme demonstraram os alunos do EJA na atividade de mapeamento social. O espaço de Camping Cabana do Pai Tomás, foi marcado como espaço de memória dos moradores, veranistas e afro-religiosos, após ser interditado pelo poder público, tomou a forma de uma ocupação precária e irregular (Figura, 96). A paisagem revela o contraste do que diz a placa, a qual indica que se trata de uma APP, onde é proibido acampar e circular de veículos, e do que se esperava do poder com a ação de fechamento do espaço de lazer.



Figura 96 - Antigo espaço de camping cabana do Pai Tomás.
 Fonte: acervo da autora, 2018.

Por conseguinte, a falta de planejamento costeiro integrado e de diálogo entre os principais envolvidos ameaça ambos os patrimônios: ambiental e cultural. Isso, porque se trata de uma APP, fragmento de Mata Atlântica, e da manutenção da cultura dos povos de matriz africana da cidade de Pelotas nesse território.

Além disso, mesmo sendo o balneário objeto de regulação, não constitui um espaço absolutamente conquistado, visto que se mantêm as disputas e os conflitos por ele. São diferentes representações de natureza, da paisagem costeira, da própria laguna para os diferentes atores territorializados, gerando tensionamentos no exercício das práticas territoriais. Ao invés de tais ações convergirem para a preservação dos “prazeres do balneário”, elas têm acelerado a transformação da paisagem natural, que é o elemento de interesse de todos.

Percebo que as relações socioafetivas não se estendem ao conjunto dos moradores, estão presentes nos grupos de maior tempo de convivência e, que a ideia de controle e ordenamento do espaço-praia é expressão dos grupos hegemônicos, estando vinculada a representação do espaço. O grupo de moradores mais antigo por pertencerem às classes mais privilegiadas do bairro, se aproximam dos valores das classes média-alta da cidade. Esses vivenciam múltiplos territórios enquanto a grande maioria dos moradores do bairro lutam para acessar o “primeiro território, território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana” (HAESBAERT, 2005, p.89).

Por esse aspecto, observo que na análise empírica a categoria de ator endógeno é relativa, pois, apesar de se tratar de moradores do mesmo espaço físico, os grupos vivenciam múltiplos papéis. Muitos moradores que ocuparam a segunda fase do loteamento, bem como aqueles das áreas de Apps, apesar de expressarem amor e apego ao lugar, não se veem tão vinculados ao bairro como os moradores antigos. Pelo contrário, os moradores irregulares da orla estão numa condição de transitoriedade, muito mais próxima da dos afro-religiosos. Tal fato, mostra que o espaço social do Balneário dos Prazeres está longe da visão romântica de comunidade coesa onde há o compartilhamento do mesmo legado cultural e histórico. Esse espaço social reflete bem a condição da sociedade moderna, na qual predominam relações políticas-culturais voltadas à interesses individuais ou de grupos específicos, onde se faz necessário o estabelecimento de normas e leis objetivas para gestar o uso do espaço. Todavia, os moradores mais antigos compartilham a ideia de que o resgate dessa “comunidade do passado” é necessário para criar um turismo cultural e ambiental.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido à complexidade do presente estudo e à orientação metodológica que permite lidar com o espaço social em dinâmica, acontecimento, representações e imaginários, não proponho o fechamento desta tese com conclusões, mas sim com considerações e apontamentos trazidos dessa inserção no que prefiro chamar de *pluriverso* de saberes existentes sobre o espaço costeiro Balneário dos Prazeres, o popular Barro Duro.

Tenho a consciência de que as linhas que tracei são compreensões em andamento de um recorte espaço-temporal, dentro de um todo que está em constante movimento. Ressalto que, apesar de esta tese contar com forte exploração descritiva, traz considerações articuladas em teoria sobre os elementos abordados. Tal fato decorreu do grande volume de documentos jornalísticos, burocráticos, documentos cedidos pelos atores transitórios e endógenos, entrevistas, gravações de Audiências Públicas, dentre outros.

A escolha deste *corpus* documental já carrega consigo um corte analítico de acordo com o problema de pesquisa proposto. Assim como no tocante às práticas espaciais dos atores sociais territorializados, utilizei um conjunto significativo de citações de documentos primários, a partir dos quais não olvidei apontar interpretações em seus elementos mais importantes, sendo as escolhas de citações também recortes analíticos do *corpus* documental.

Outra questão a ser considerada é que a problemática da procura social pelos espaços costeiros e seus processos de apropriação, usos e representações é ampla e complexa, apesar disso, diversos elementos ainda merecem outras análises ou interpretações, como por exemplo, as geografias de base fenomenológica. Este campo de estudo tem como proposta a atenção prioritária aos comportamentos e às atitudes de grupos humanos em função de suas percepções e representações das práticas espaciais e decisões que realizam. O enfoque utilizado corresponde a uma geografia com elementos da cultura. De acordo com Gomes (2009, p. 74):

A geografia pode contribuir com relevância e pertinência estudando diversos objetos relacionados à cultura, sem perder sua identidade disciplinar, sem pretender construir uma meta-interpretação integradora de todos os outros

campos, e sem ferir a colaboração interdisciplinar pela supressão de toda e qualquer fronteira.

Neste ponto, uma das contribuições da presente tese é suscitar o debate sobre a relevância da abordagem sociocultural e relacional da produção dos espaços nos estudos e práticas do planejamento e gestão das áreas costeiras.

Através desta pesquisa tive a possibilidade de dialogar com diversos pesquisadores que tratam de problemáticas da relação sociedade e espaço e com os atores envolvidos no processo da produção espacial do Balneário dos Prazeres. Embora tenha-se estudado o litoral lagunar pelotense sob o enfoque da produção do espaço urbano, minha curiosidade e preocupação intelectual aumentou, em particular, sobre o serviço cultural que esse litoral proporciona à sociedade afro-religiosa e sobre as possibilidades dessa realização, visto o histórico de abandono das administrações e estigmas espaciais a ele imputados. Mesmo dentro desse recorte, ainda ficaram questões por serem analisadas. Dentre essas, destaco o mapeamento dos terreiros no litoral lagunar, o enfoque da autonomia coletiva na escala da gestão do território, metodologias aplicadas ao gerenciamento costeiro integrado do lugar, estudo integrado da microbacia hidrográfica, dentre muitos outros.

As representações da natureza no Balneário dos Prazeres, para os diferentes atores sociais, foram um elemento primordial para compreender diversos aspectos da produção desse espaço, sobretudo, a motivação das disputas pelas transformações e permanências da paisagem costeira. A paisagem dessa praia guarda a coexistência de distintas maneiras de apropriações e práticas espaciais, bem como de diferentes olhares. As práticas religiosas sugerem traços culturais singulares, para os sujeitos afro-religioso a paisagem precisa ser preservada com seus aspectos naturais, pois ela é elemento sagrado. As práticas de lazer dos veranistas, estão vinculadas ao seu acesso à praia e a natureza na cidade, a necessidade do ócio. Os moradores vivenciam ambas as práticas, porém os seus simbolismo e valores atribuídos ao lugar são diferenciados, estão voltados aos valores estéticos hegemônicos. Já o poder público que possui um olhar mais distante e frio do lugar, não reconhece as particularidades desse espaço social costeiro e sua função de provedor de bem-estar social, por meio de políticas de ordenamento territorial, muitas vezes foi negligenciada. Suas intervenções

tensionam os conflitos socioambientais entre seus usuários e fragilizam os tradicionais vínculos territoriais dos atores transitórios com a praia.

Por fim, trago as considerações que, no meu entendimento, respondem aos objetivos enunciados na introdução, bem como à reunião das principais relações residuais que anunciam as possibilidades contidas nas utopias, no tempo que ainda não é, mas poderá vir a ser, como contribuição de meu estudo ao campo do conhecimento geográfico e como subsídio para o planejamento costeiro integrado do Balneário dos Prazeres.

Quanto ao primeiro objetivo específico, que se propunha a identificar os atores sociais da produção do espaço em estudo, enfatizo a fecunda contribuição dos autores Guy Di Méo e Buléon (2007) com a metodologia do ator social territorializado, tanto para a identificação dos atores, quanto para a análise dos conteúdos sociais que dinamizam a configuração das paisagens. Os atores sociais endógenos, exógenos e transitórios configuram-se em relevantes categorias para a análise do espaço social. Contudo, cabe ressaltar que esse modo de classificação pode sofrer variações conforme o espaço social empírico analisado. No espaço Balneário dos Prazeres, a análise permitiu identificar não apenas a existência de um conflito entre classes, mas também a reprodução, nos grupos, tanto da representação do espaço, quanto dos espaços de representação.

As reivindicações dos atores, nas três categorias, são por ordenamento territorial, ainda que isso entre em conflito com a maneira simples de vivenciar o lugar pelos moradores mais novos, incluindo os da orla e praticantes de religiões de matriz africana. Há nesses atores uma certa expectativa de transformações sociais e estruturais nesse espaço-balneário, bem como o reconhecimento social do lugar. Assim, pode-se dizer que a relação entre os atores e o espaço foi profícua no que tange a uma interpretação geográfica desse espaço costeiro.

O segundo objetivo, cuja preocupação foi conhecer os espaços das práticas espaciais dos atores endógenos e transitórios, bem como os espaços de conflito, por meio de um mapeamento social, foi viável por meio do conjunto das ferramentas metodológicas que permitiram explorar marcações, significados, representações, valores, etc.. Dentre essas, enfatizo a oficina de mapeamento social com os alunos do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da escola do balneário, que mapearam seus lugares mais frequentados e significativos, discutindo situações

relevantes do cotidiano do Balneário dos Prazeres. As entrevistas não diretivas com os diferentes atores sociais territorializados, observações em campo e análise documental. Portanto, as práticas espaciais puderam ser mapeadas no espaço-tempo, trazendo à tona a perda dos vínculos territoriais dos habituais usuários da praia, os afro-religiosos e os veranistas populares, dando-se relevo ao presente incorporado de memória.

O terceiro objetivo específico, no qual busco contrapor os diferentes interesses e representações de natureza dos atores tensionados nas práticas territoriais do lugar, foi apresentado no capítulo 4, em que o manuseio do *corpus* documental trouxe à tona uma série de observações a respeito dos usos do espaço-praia e matas adjacentes.

Por sua vez, os jornais e entrevistas remeteram ao mundo em que os indivíduos com diferentes vínculos territoriais e representações de natureza mediavam no curso da história, quais sejam: os veranistas populares estabeleceram relações socioambientais fugazes, mais distanciadas, pautadas apenas no preceito de acessar as áreas verdes e laguna para o uso do lazer na praia com a família; os moradores permanentes mais antigos são os que veem a necessidade de incluir o espaço-praia no circuito do turismo; enquanto os organizadores da festa de Iemanjá, imaginam a praia como um espaço para as suas práticas, ritos e contemplação natural, como um paraíso que permite expressão de espaço sagrado; ambientalistas, que o imaginam como paisagem preservada; e poder público, premido por demanda de incorporação e reivindicações locais, que se move ora pelas ideias da planificação, ora pelo esquecimento e projeção pela política, acaba por invisibilizar as formas de usos do território negro e cerceando suas práticas.

A intensidade dos vínculos territoriais dos atores sociais da produção do espaço, foi sendo percorrido ao longo da investigação e está presente nas relações espaciais e nos argumentos utilizados pelos atores na defesa de seus interesses de usos do espaço.

A pesquisa revelou que os atores transitórios afro-religiosos são, ao mesmo tempo, os que se identificam plenamente com o lugar, mais que os atores endógenos, e são os que sofrem as limitações de uso e acesso ao espaço-praia, e que expressam claro sentimento de perda de seus vínculos com o lugar. Isso, porque a apropriação territorial que fazem do espaço-praia vincula-se à presença do

sagrado, do fantástico que, por sua vez, remete ao histórico da apropriação do território por suas ancestralidades.

A metodologia que norteou o trabalho caracterizou-se pelas análises entre a sociedade e o espaço numa via de mão dupla, em que a sociedade, ao produzir o espaço, produz as condições para a sua própria reprodução social. O espaço tanto é produzido pelas relações sociais quanto é atuante na sua produção, uma vez que ele interfere nas relações práticas cotidianas.

Através da apreensão das práticas dos atores, a análise conecta o macro e o micro e foi capaz de revelar que o Balneário dos Prazeres é produto e condição do jogo de disputas entre os atores sociais territorializados pela sua apropriação simbólica e dominação material. Conseqüentemente, as relações que produzem a sua construção histórica de paisagem e território são tanto exteriores quanto interiores a ele.

No exercício de decompor os fatos e relações socioespaciais ligadas à produção do espaço Balneário dos Prazeres e, posteriormente, juntar os fragmentos, identifiquei diversas relações residuais - que permanecem no subterrâneo da vida social. Constatei o saldo residual da política de branqueamento manifestado tanto no plano material como no plano simbólico como sugeriu Lefebvre (2013) através da representação depreciativa das paisagens afro-religiosas como nas marcas da distinção racial, encolhimento do espaço-tempo de usos do território para as práticas afro-religiosas e na resistências das espacialidades afro-religiosa com referenciais territoriais no tombamento patrimonial da gruta e da Festa de Iemanjá.

O modelo de expansão urbana, fundado na segregação e na desigualdade de acesso à infraestrutura urbana, comprometeu a reprodução das funções socioambientais e culturais do Balneário dos Prazeres. Recaindo sobre os grupos vulneráveis, a responsabilização dos danos ambientais e gerando a fragilização de seus habituais vínculos territoriais com o espaço-praia. Hoje, devido à falta de uma gestão costeira comprometida com a qualidade dos usos do espaço-praia, a paisagem natural das matas corre o risco de desaparecer, sem que tenha tido, algum dia, o seu devido valor ambiental e humano.

A ineficiência desse modelo de gestão urbano-ambiental, que não considera a função social e cultural do espaço costeiro, leva à perda da qualidade ambiental com

prejuízo aos espaços simbólicos e de coexistências, tais como: a apropriação como lugar de encontro, da reunião, das diferenças, de atores endógenos e exógenos, como os moradores, praticantes de religiões de matriz africana, veranistas populares, ambientalistas, pesquisadores, artistas, entre outros.

Lefebvre compreende que é na apropriação do espaço que está a busca pela superação da dominação, pois nela está a vida em movimento, capaz de criar e destruir, enfim, de propor novas formas de lidar com a própria vida, as quais sejam mais humanas e menos racionais. No capítulo 6, o espaço Balneário dos Prazeres é compreendido em sua dimensão vivida, na qual os atores, em suas práticas mais subjetivas na sua relação com o lugar, anunciam as possibilidades contidas nos resíduos e no virtual, as suas utopias do tempo que ainda não é, mas que pode estar a caminho.

Ressalto, nesse sentido, os usos dos meios eletrônicos de comunicação e mensagem no empoderamento dos moradores, ao formarem redes de solidariedade na defesa de seus interesses junto ao bairro. Iniciativas pontuais que partem de diversas frentes de atuações.

O pensamento de Henri Lefebvre, que inspirou a pesquisa e inspira projetos que ensejam múltiplos obstáculos, como a (re)construção do sentido do bem comum, implicaria um novo modelo econômico, algo que se apresenta um tanto distante da nossa realidade.

Nessa perspectiva, se a presente tese permitir gerar debates que ultrapassem a manutenção do mundo do capitalismo, como ocorre com a permanência da função social da propriedade, a exemplo da possibilidade de estratégias alternativas de apropriação da natureza, já terá valido a pena todo o papel, tinta e o tempo gasto que me trouxe até aqui. A práxis instituinte deve tornar a natureza, bem comum, para além do seu controle a natureza deve ser apropriada e gerida de forma comum.

A seguir, apresento alguns apontamentos para o debate sobre possíveis ações transformadoras para o espaço Balneário dos Prazeres.

Sem dúvida, uma solução viável para os conflitos das áreas costeiras passa pela releitura do conceito de território. Este tem sido usado no efetivo exercício das políticas públicas a partir de uma compreensão reducionista: delimitação de uma área que passa a ser chamada de território. Desse modo, os aspectos das relações

de poder que se prestam à dominação e apropriação da natureza ficam negligenciados na produção do território.

As zonas costeiras precisam de estratégias de gerenciamento sustentável integrado em níveis federal, estadual, local, com a efetiva participação dos setores da sociedade civil, universidades e ONGs.

Os direitos e responsabilidades dos diferentes atores sociais territorializados necessitam ser compreendidos e aceitos por todos. Esses atores interessados devem compartilhar da noção de território em suas múltiplas dimensões. Considerando tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos, o território tem movimento, como se demonstrou nessa tese a partir da noção de “espaço produzido”, elaborada por Henri Lefebvre, como produto do processo histórico, presente no dia a dia, nos aspectos econômicos, políticos e culturais. Cada território é único, não haverá uma resposta padrão para os desafios, como bem assinalou Escobar (1999, p. 23) em seu estudo sobre a diversidade biológica do interior da lógica ecocultural do Pacífico: “cada región-territorio de grupos étnicos, es decir una unidad ecológica y cultural amalgamada por las prácticas cotidianas de las comunidades”.

A pesquisa reforçou a ideia de que ao se elaborar um planejamento territorial ou qualquer tipo de intervenção no território, deve-se ter em mente a sua função social para o conjunto das diversas territorialidades. Pois a representação da natureza do território é diferente para cada ator social ou indivíduo, muitas vezes, ela está relacionada à vivência de um grupo, como é o caso dos afro-religiosos com a praia e matas do Balneário dos Prazeres.

Os atores sociais endógenos e transitórios de uma forma geral sentem-se preocupados com o futuro do lugar, no que tange as suas possibilidades de apropriações do território costeiro, estando à mercê das políticas territoriais que não dialogam com o espaço costeiro no sentido da totalidade. Como processos de produção e reprodução da realidade espacial tomando a dimensão da pluralidade dos atores e agentes da sua produção espacial.

A comunidade local precisa guardar consigo a efetiva apropriação do lugar, saber das suas potencialidades e valorizar o seu meio, pois o que é cotidiano para uns, ao ser diferente para os outros, poderia ser local de encontro de histórias

outras, de reconhecimentos, de troca de saberes, de usufruto de paisagem. O ecoturismo viria a ser uma atividade de apoio à comunidade local e, também, se encarregaria de promover uma melhor qualidade ambiental para o frágil ecossistema costeiro. A obtenção de renda extra estaria associada a passeios guiados por trilhas na mata, passeios de barco pelas ilhas, como a Ilha da Sarangonha, Ilha Pequena e Ilha da Feitoria. Essas conservam seus aspectos naturais preservados, no caso da Ilha da Feitoria há um patrimônio histórico por ela legado. Da mesma forma, poderiam explorar a culinária local, realizando uma parceria com a Colônia de Pescadores Z-3, servindo frutos da lagoa e criando algum prato típico ligado à cultura local, como alguns pratos favoritos dos orixás de praia.

Outra sugestão, nesse sentido, já apontada por Juliano Silva e pelo ex-vereador Ricardo Santos, é a inserção dos terreiros na esfera pública com a criação do Parque dos Orixás. Um espaço que promova o uso sustentável dos recursos naturais e culturais do litoral, trazendo para o povo de axé parte da responsabilização pela preservação ambiental e cultural. Desse modo, o Balneário dos Prazeres passaria a ser reconhecido como um território afro-brasileiro e as religiões de matriz africana, como um patrimônio cultural, com sentido histórico de apropriação territorial desse espaço costeiro. E a preservação da natureza, habitat dos orixás, seria vista como uma contribuição desses grupos à cultura e à natureza, que é de Pelotas e do Estado do Rio Grande do Sul. Por conseguinte, seria imaginável pôr fim às relações que promovem injustiças ambientais, intolerância religiosa e preconceito racial.

A territorialidade afro-brasileira deve ser vista não como um entrave ao desenvolvimento socioterritorial do Balneário dos Prazeres, mas, pelo contrário, como um mecanismo extremamente útil, um artifício do lugar para que ele seja melhorado, a fim de atender as necessidades de seus usuários habituais e dos que estão por vir.

Além da possibilidade de explorar a marca do lugar como o habitat dos Orixás outra possibilidade é a valorização do patrimônio geológico, o qual é determinado por um conjunto de sítios geológicos que registram a memória da história da terra, como é o caso do barro petrificado que deu origem ao topônimo “Barro Duro”,

A existência e reprodução dos sujeitos que usam o território de forma ilegal está imbricada nos usos dos territórios impostos e mediados pelos poderes do Estado e dos agentes hegemônicos. A apropriação territorial dos morros do Balneário dos Prazeres pelo tráfico e por demais sujeitos é produto social e uma produção da ausência do Estado em seu compromisso com o lugar. O direcionamento dos recursos para os Balneários Santo Antônio e Valverde, atendendo os interesses de uma classe social de maior poder de mobilização de recursos, condicionou a reprodução das relações sociais degradantes no Balneário dos Prazeres.

Na medida em que o pacto social for estabelecido, a sociedade passará a ter consciência das territorialidades que o lugar provoca, poderá haver a participação de todos os usuários na formulação de atitudes e participação, na sociedade, de busca por direitos, tolerância em respeito às diferenças, princípio básico da construção da cidadania. Poderão, inclusive, alcançar a compreensão das ações territorializadoras do poder público na busca pela preservação da natureza, uma vez que se trata de uma área definida com o objetivo de preservar um bem ambiental em benefício da própria sociedade e do ambiente em que se vive.

O planejamento urbano costeiro, ao não considerar o território como espaço social em transformação com suas inter-relações entre os sistemas socioculturais e o ambiente biofísico nas suas diversas escalas, dificilmente irá promover o desenvolvimento territorial como expressão do interesse [efetivamente] coletivo. Pelo contrário, contribuirá para o aprofundamento do paradigma da cidade-mercado.

Destaco que a execução de obras de mitigação dos processos erosivos da praia, regulamentação e fiscalização dos usos da praia, bem como a implementação de uma política de integração e de comprometimento da comunidade com os atributos do lugar, são necessárias para a manutenção do patrimônio ambiental e cultural ali presentes.

Espero que esta pesquisa tenha contribuído para elucidar o espaço social do Balneário dos Prazeres em sua feição territorial contribuindo para elucidar os fatores e elementos que contribuíram para a fragilização dos vínculos territoriais dos veranistas populares e dos afro-religiosos com esse espaço costeiro, bem como para indicar algumas alternativas mais eficientes ao planejamento territorial do poder local.

Além disso, esta pesquisa pode auxiliar no planejamento territorial de outras cidades e localidades na qual o seu espaço social seja marcado por conflitos trazendo perdas do patrimônio ambiental e cultural.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J.C. **Pratiques sociales et representations**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004a, p.13-35.
- ACSELRAD, H, HERCULANO, S., PÁDUA, J.A. (Org.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004 b.
- ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social, Terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.
- ACSELRAD, H; CAMPELO, C; MELLO, G,N.B. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- AGUIAR, W. M. J; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006.
- AI-ALAN, C. **A negra força da princesa: Política, Pena de morte e correlação em Pelotas (1830-1857)**. Pelotas: Edição do autor, Sebo Icária, 2008.
- ALFONSIN, E. **Cartilha pela natureza**. Edição especial, V.1,2 e 3. FAUERS - Federação Afro-Umbandista e Espiritualista do RS. Canoas, 2016.
- ALMEIDA, M,G. Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, M. G; CHAVEIRO, E. F; BRAGA, E. C. (Org.). **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2008, p. 47 - 97.
- ALVES, G. A. **O uso do centro da cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação**. Tese de doutorado apresentada junto ao departamento de geografia da faculdade de Filosofia. Letras e Ciências Humanas. São Paulo: DG/FFLCH, 1999.
- AMADO, J. **O Grande Mentiroso**: Tradição, veracidade e imaginação em História oral. História, São Paulo, 1995.
- AMARAL, S.C.F. Apontamentos sobre a produção em políticas públicas de lazer. In: ISAYAMA, H.F; OLIVEIRA, M.A.T. (Org.). **Produção de conhecimentos em estudos do Lazer: paradoxos, limites e possibilidades**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2014. P. 139-160.
- ANA, AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Cadernos de Recursos Hídricos: o turismo e o lazer e sua interface com o setor de recursos hídricos**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas, 2005. 21 p.
- ANDREOTTI, G. O senso ético e estético da paisagem. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 24, 2012.

ANJOS, J. C. G. dos. **No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. 126 p.

ARRIADA, E. **O processo de urbanização pelotense (1780-1835)**. 1991. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUC-RS.

ARRIADA, E. **Pelotas: Gênese e Desenvolvimento Urbano (1780-1835)**. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

ASSIS, L. F. **Entre o Turismo e o imobiliário: velhos e novos usos das segundas residências sob o enfoque das multiterritorialidades - Camocim/Ce**. Tese de doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 15287: Informação e documentação - Projeto de pesquisa - Apresentação**. Rio de Janeiro, 2011.

AVILA, C. S. **A princesa batuqueira: etnografia sobre a interface entre o movimento negro e as religiões de matriz africana em Pelotas/RS**. 2011. 190.f. Dissertação (mestrado em Ciências sociais) Instituto de sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

AVILA, C. B; RIBEIRO, M.F. B. A paisagem cultural e a constituição de um mapa etnográfico do distrito de quilombo na Serra dos Tapes- Pelotas-RS. **FÓRUM PATRIMÔNIO: AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL** v. 7, n. 1 (2014). Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/157>. Acesso em: 06 mar. 2017.

AVILA, C. B et al. História e Memórias: Traços de Territórios Negros em Pelotas/RS. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade** V. 04, ed. especial, fev., 2018, artigo nº 776. Disponível em: <<http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/776/427>> Acesso em : 23 jan. 2020.

ATA DE REUNIÃO – MORADORES DO BALNEÁRIO DOS PRAZERES 23/01/2007).

ATA DE REUNIÃO – MORADORES DO BALNEÁRIO DOS PRAZERES 23/01/2007).

ATA DE REUNIÃO – MORADORES DO BALNEÁRIO DOS PRAZERES 23/01/2007).

BAHIANA, L. C.C. Agentes modeladores e usos do solo urbano. Anais da **Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Rio de Janeiro, n. 18, 1978, p.53-62.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRAGÁN, J. M. M. **Critérios para a gestión de la zona de servidumbre de protección del dominio público marítimo terrestre para a província de Cádiz, Comunidad Autónoma de Andalucía.** Cádiz: ES. UCA-EGMASA, 2004. Disponível em: <http://discomap.eea.europa.eu/map/Data/Milieu/OURCOAST_220_ES/OURCOAST_220_ES_Doc_ManagementCriteria.pdf>. Acesso em: set. 2017.

BARRAGÁN, J. M. M. (coord.). **Manejo Costero Integrado en Iberoamérica:** Diagnóstico y propuestas para una nueva política pública. Red IBERMAR (CYTED), Cádiz, 152 pp, 2012.

BARRAGÁN, J. M. M. **Política, gestão e litoral: uma nova visão da gestão integrada de áreas litorais.** Madrid: Tebar Flores, 685 p, 2016.

BARROS, S. C. Geografia e territorialidades na Umbanda: usos e apropriações dos espaços urbanos. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 16, p. 55-64, 2008.

BARROS, F. M. L; MUEHE, D. Tradição da Geografia Nos Estudos Costeiros. **Mercator- Revista de Geografia da UFC**, ano 08, número 16. 2009.

BASTIDE, R. **As religiões africanas no Brasil:** contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações. São Paulo: Livraria Pioneira, 1989.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. Entrevista. BAUER, M. W. (Org.). In: **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem, Som.** 12^a.ed. São Paulo: Vozes, 2014. p. 90-113.

BAUER, M. W.; GASKELL, G; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – evitando confusões. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático.** 12^a ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 17-36.

BAUMAM, Z. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAZSKO, B. **Los imaginários sociales:** memoria y esperanzas coletivas. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.

BEAUD, M. **A Arte da tese:** como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário. 2^a ed. Rio de Janeiro: Bertrnd Brasil.1996. 176p.

BERNARDES, A; NETO, N. T. O lugar dos sujeitos na pesquisa qualitativa em Geografia. In: PIRES, C. L. Z.; HEIDRICH, Álvaro L.; DA COSTA, Benhur P. (Orgs.). **Plurilocalidade dos Sujeitos:** representações e ações no território. – Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2016. 22p.

BERND, Z; BAKOS, M.M. **O negro consciência e trabalho.** Porto Alegre: ed. UFRGS, 1991.

BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORREA, R. L; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. p. 84-89.

BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Ed. UNB, Brasília, 1986.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002. P. 279 – 304.

BONETO, H. **A Invisibilidade negra na cidade de Porto Alegre: uma pesquisa sobre imaginários urbanos**. Tese de doutorado em Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019. 238 f.

BONNEMAISON, J.; CAMBREZY, L. “Le lien territorial: entre frontières et identités”. **Géographie et Cultures** (Le territoire). Nº 20. Paris: L’Harmattan – CNRS, 1996, p. 7-18.

BOURDIEU, P. **A distinção**. São Paulo: Edusp, 1979.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Dufel, 1989.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória. Ensaio de psicologia social**, Cotia São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOTELHO, D.M. **Nos telhados de Pelotas/RS: revelando rasgos no espaço urbano através de fotografias e cartões postais**. Tese de doutorado em Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 2013. 266 f.

BOTTMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BRANDÃO, C. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

BRANDÃO, P. R. B. **Território do turismo, território de todos? Um estudo comparado sobre urbanização e formação de territórios em Balneários turísticos do nordeste do Brasil**. Tese de doutorado em Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2013.

BRANDÃO, R. L. Regiões Costeiras. In: SILVA, Cassio Roberto da. **Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado para entender o presente e prever o futuro**. Editor: Cassio Roberto da Silv. Rio de Janeiro: CPRM, 2008. p. 89-99.

BRASIL, Ministério Público Federal. Procuradoria da República do Estado do Rio Grande Do Sul. Procuradoria da República do Município de Pelotas. **Inquérito Civil (IC) nº 1.29.005.000048/2008-60**. Pelotas, 2012.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fev. de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Fev. 2007.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.

BRASIL. **Lei Nº. 10.257/01**. Estatuto da cidade. Brasília: 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - Secretaria do Patrimônio da União. **Projeto Orla**: subsídios para um projeto de gestão. Brasília: 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - Secretaria do Patrimônio da União **Projeto Orla**: Fundamentos para a gestão integrada. Brasília: 2002.

BUTTNER, A. "O espaço numa perspectiva interdisciplinar", In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. (Org.). **O espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986, p. 65-81.

CABISTANY, T. Entenda a Balneabilidade. **Diário Popular**, versão impressa, 14 jan. 2016, p. 2 e 3.

CALLAI, H. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: mediação, 2000.

CALLIARI, L. J. (Coord.). **Projeto**: Recuperação de uma Praia da Localidade de Barro Duro através de Engordamento Artificial. Laboratório de Oceanografia Geológica, Departamento de Geociências, julho de 2000.

CALLIARI, L. J. A; FONSECA, J. A. Características Sedimentares da desembocadura da Laguna dos Patos. **GrCvel** N. 3, p.39-46. Porto Alegre, 2005.

CAMPOS, A. O. **O Planejamento Urbano e a "Invisibilidade" dos Afrodescendentes**: Discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.

CAMPOS, I. S. **Os Prazeres do Balneário, sob as bênçãos de Iemanjá**: religiões afro-brasileiras e Espaço Público em Pelotas (RS). Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Pelotas, 2015. 302 f

CAPEL, H. Agentes y estrategias en la producción de espacio urbano español. **Revista Geográfica**, n. 8, 1972. P. 19-56

CARLOS, A. F. A. O consumo do espaço. In: CARLOS. A. F.A (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, p. 173 - 186, 2001.

CARLOS, A. F. A. "Novas" contradições do espaço. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, Ana F. A.; SEABRA, O. C. L. (Org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, A. F. A. et al. O consumo do espaço. In: CARLOS, Na Fani A. **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, p. 173-186, 2001.

CARNEIRO, L. O. Territorialidades afro-brasileiras no Rio de Janeiro: considerações sobre o Candomblé e a Umbanda. **Revista de Geografia PPGE**, V.1 n. 1, 2011.

CASTELLS, M; MAJER, R. V; GERHARDT, K. B. **A Sociedade em Rede**. 6. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

CASTORIADES, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1996.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 299 p.

CERQUEIRA, F. V.; MILHEIRA, R. G.; CUNHA, W. S. **Laudo Técnico Arqueológico: sítios arqueológicos do Banhado do Pontal da Barra, litoral do Município de Pelotas - RS**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2008.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CHALHOUB, S. **Trabalho Lar & Botequim: O cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 2ª Ed. Campinas, São Paulo: editora da Unicamp, 2001.

CHARTIER, R. **O Mundo como Representação**. Estudos Avançados, 1991.

CHAUI, M. S. **Convite à filosofia**. 7. ed. São Paulo : Ática, 1996. 440 p.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

CLAVAL, P. **Epistemologia da geografia**. 2.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014. 407 p

COMARCA DE PELOTAS. Juizado Especial Criminal. **Processo crime nº 2201998038**. Pelotas, 2005.

COMPAM. **Parecer do Conselho Municipal do Controle do Patrimônio Ambiental**. Prefeitura Municipal de Pelotas, RS, 1988.

CORBIN, A. **Território do Vazio: A praia e o imaginário ocidental**, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORIOLOANO, L.N. M. T. **Do local ao global**: o turismo litorâneo cearense. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

CORIOLOANO, L.N. M. T. Turismo e Meio Ambiente: Interfaces e perspectivas. In: CORIOLOANO, L. N. M. T. & VASCONCELOS, F. P. (Orgs.). **O Turismo e a relação sociedade-natureza**: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: Ed. UECE, 2007.

CORRÊA, N. F. Panorama das religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul. In: ORO, A. P. (Org.) **As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Editora da Universidade - UFRGS, 1994, p.9-46.

CORRÊA, N. F. Batuque uma visão antropológica. Projeto Okutá, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ROOj5fu31cM>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. **Introdução à geografia cultural**. 5º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CORRÊA, R. L, **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. Cultura e Espaço: apresentando alguns temas. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z (Org.). **Geografia**: temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2005.

COSGROVE. D. A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismos nas paisagens Humanas. Tradução. Olivia. B. Silva. In: CORRÊA. R. L; ROSENDAHL, Z. **Paisagem tempo e cultura**. Rio de Janeiro: ed. UERJ, 1998.

COSGROVE, D. Mundos de Significados: geografia Cultural e Imaginação. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia Cultural**: um século (2). Rio de Janeiro: ed. UERJ, 2000. p. 33-60.

COSTA, E. V. O mito da democracia racial no Brasil.

COSTA, E. V. . **Da monarquia à República: momentos decisivos**, v. 7, p. 365-384, 1999.

DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos trópicos**: por uma geografia do litoral. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

DANTAS, E. W. C. . O mar e o marítimo nos trópicos. **GEOUSP**. Espaço e tempo, São Paulo, nº 15, pp. 63-76, 2004.

DARDEL, E. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011. 159 p.

Decreto Nº 4.408 de 7 de agosto de 2002 regulamenta o acampamento de veranistas na Mata do Balneário dos Prazeres.

DEL PRIORE, Mary. **Religião e religiosidade no Brasil Colonial**. ed. Ática, 2000.

DEMO, Pedro. Elementos metodológicos da pesquisa participante. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O Mito moderno da natureza intocada**. 6.ed. rev. ampl. São Paulo: Hucitec, 2008. 198 p.

DI MÉO, G; BULÉON, P. **L'espace social. Lecture géographique des sociétés**. Paris: Armand Colin, 2007. Tradução por Álvaro Luiz Heidrich e Nola Patrícia Gamalho.

DI MÉO, G; PRADET, J. Territoire vécu et contradictions sociales: le cas de la vallée d'Aspe (Pyrénées occidentales). In: DI MÉO, Guy. **Les territoires du quotidien**, p. 51-86, 1996.

DOUMENGE, F. **Geografia dos mares**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. 308 p.

DIAS, E. A. **Visão de natureza**: uma análise sobre práticas jurídicas antropocêntricas do tribunal de justiça do estado do Rio Grande do Sul. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

DIAS, F. H. **Festa, ambiente e degradação: aspectos sobre as festividades para iemanjá, no Balneário dos Prazeres em Pelotas (RS)**. Trabalho de Conclusão do Curso Tecnólogo em Gestão Ambiental. Instituto Federal Sul-rio-Grandense de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Pelotas – Visconde da Graça, 2014.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP/Hucitec, 2008.

DUNCAN, J. S. A paisagem com sistema de criação de signos. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. 180p.

ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 224 p.

ESCOBAR, A. Comunidade negra de Colombia: em defesa de Biodiversidad Território Y Cultura University of North Carolina at Chapel Hill Disponível em: <<http://aescobar.web.unc.edu/files/2013/09/biodiv223aescobar.pdf>,p.15-20.1999>. Acesso em: 09 set. 2018.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Código Estadual do Meio Ambiente**. Assembleia Legislativa, Porto Alegre, 2014.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei Nº 14.729, de agosto de 2015**. Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado do Rio Grande do Sul o Balneário dos Prazeres, popularmente conhecido como Praia do Barro Duro, e a Colônia Z-3, em Pelotas.

ETCHEVERRY, J. V. Coleção cadernos de Pelotas, Laranjal de 1982^a 1992: Biblioteca Pública Pelotense, nº 54. Pelotas, 1998.

ETCHEVERRY, J. V. . Coleção cadernos de Pelotas, Laranjal de 1993 a1996: Biblioteca Pública Pelotense, v.4, n.56, Pelotas, 1998.

ETCHEVERRY, J. V. . Coleção cadernos de Pelotas, Laranjal de 1997 a 1998: Biblioteca Pública Pelotense, v.5, n. 65, Pelotas, 1998.

FERRARI, C. **Dicionário de Urbanismo**. São Paulo: Disal, 2004.

Fim para as Bicas Água para Todos. **Diário Popular**, 27 de fev. de 1966, p. 12.

FLÁVIO, L. C. In: RIBAS, A. D;SPOSITO, E. S; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. 3. ed. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

FONSECA, M, M. A. P; LÚCIA, M. L. B. A; LIMA R, R. M.M. Segunda residência e a construção dos vínculos identitários territoriais no Polo Costa das Dunas/RN. In: **XIV Encontro de Geógrafos de América Latina**. Reencuenro de saberes territorialies latino-americanos. Lima: União Geografica Internacionalniversida, 2013. p.1-18.

GAMALHO, N. P. **A produção da Periferia: das representações do espaço aos espaços de representação no bairro Restinga** Porto Alegre/RS. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

GAMALHO, N. P. **Entre dominações e apropriações, reproduções e criações, centralidades e periferias**: Praticas e espaços de representações de jovens do Guajuviras, Canoas/RS. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul 2015.

GAMALHO, N. P. Cidades representadas e cidades vividas na produção do Bairro Restinga. In: HEIDRICH, A. MAMMARELLA, R. (Org.). **Habitação e MetrÓpole**: Representações e produção da cidade em disputa. Imprensa Livre, Porto Alegre, 2014, p249-286

GARCIA, R. Membros de religiões de matriz africana fazem protesto pacífico em frente à Câmara. **Diário Popular**, 15 de set. 2015.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL FILHO, S. F. Geografia Cultural: estrutura e primado das representações. **Revista Espaço e Cultura**, NEPEC/UFRJ, RJ, nº 19-20, jan./dez., 2005. p. 51-59.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, P. R. T. A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 23, pp. 125 - 132, 2008

GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GONÇALVES, C. W. P. Formação Sócio-Espacial e Questão Ambiental no Brasil. In: BECKER, B. et al (Orgs.) **Geografia e Meio ambiente no Brasil**. São Paulo: HUCECITEC, 1995, p. 309-333.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 1993.

GUERRA, A. T. **Dicionário Geológico-geomorfológico**. 7ª edição. RJ. Editors: IBGE, 1988.

GUTIERREZ, E. **Barro e sangue: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)**. Pelotas: Ed. Universitária, UFPEL, 2004.

GUTIERREZ, E. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. 2. ed. - Pelotas: Ed. Universitária, UFPEL, 2001

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M; BECKER, B, K. (Orgs.) **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004.a p. 43-71.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Á. et al (Org.). **A emergência da multiterritorialidade: A ressignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas, Porto Alegre: Ed. Ulbra; Editora da Ufrgs, 2008. p. 19-36.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.b

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2014.

HALBWACHS, M. **A memória Coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990

Hall, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 1999. 58 p.

HALL, S. A questão multicultural. In: SOVIK, Liv (Org). **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2011.

HEIDRICH, Á. Territorialidades de exclusão e inclusão social: Relações da sociedade com o espaço em situações de pobreza e de construção de vida econômica e consciência. In: **Encuentro de Geógrafos de América Latina 8.:** 2001: Santiago de Chile, Chile. [Anais]. Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2001. TEMA 6 P.74-80.

HEIDRICH, A; CARVALHO, O. A. de. "Territorialidades de exclusão e inclusão social". In: REGO, N; MOLL, J; AIGNER, C. (Orgs.) **Saberes e práticas na construção de sujeitos sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 21-44.

HEIDRICH, Á. A abordagem territorial e a noção de representação. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças - Espaço de Socialização de Coletivos**. Porto Alegre, 2010.

HEIDRICH, Á. HEIDRICH, B. B. Reflexões sobre o estudo do território. In: BUITONI, M. (Org.). **Explorando o ensino**. 1ª ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010, v. 22, p. 113-136.

HEIDRICH, Á; CASTELLO, I. R.; SOARES, P. R. R. Metrôpole, disputa por espaço, ideias e moradia. In: HEIDRICH, Á. L; MAMMARELLA, R. (Orgs). **Habitação e metrôpole: representações e produção da cidade em disputa**. p. 21-41, 2014.

HEIDRICH. Á. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza in: SAQUET, M. A; SPOSITO, E, S. (Org.). **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, v. único, p. 271-290.

HEIDRICH. Á. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. In: HEIDRICH. Á. ; PIRES. C. L. Z. (Org.) **Abordagens e práticas da pesquisa-qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre, 2016.

HEIDRICH. Á; GAMALHO, N. P. Paisagem, territorialidades múltiplas e temporalidades diversas: Uma leitura da paisagem do vale do Rio Três Forquilhas (RS). In: VERDUM, R. et al. (Ed.). **Paisagem: leituras, significados, transformações**. UFRGS Editora, 2012.

HEIDRICH. Á; Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A, D.; SPÓSITO, E, S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, p. 37-66, 2004.

HEIDRICH. A. L. **Vínculos territoriais - Discussão teórico metodológica para o estudo das territorialidades locais**. Revista Geographia Vol. 19, nº 39: jan/abr. Niterói, 2017.

HEIDRICH, A. L. Território e cultura: argumento para uma produção de sentido", In: HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P.; PIRES, C. L. Z.. (Orgs.) **Maneiras de ler: geografia e cultura**. 2013, p.52-61. Disponível em: <http://laboteir.iesa.ufg.br/uploads/2014/original_MANEIRAS_DE_LER_GEOGRAFIA_E_CULTURA.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

HENRIQUE, W. A cidade e a natureza: a apropriação, a valorização e a sofisticação da natureza nos empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo. Artigo publicado. **Revista Geosp - Espaço e Tempo**. São Paulo, nº 20, p. 65-77, 2006.

HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade. Ideologias e práticas na história.** Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e ciências exatas. Rio Claro: 2004.

HENRIQUES, I, C. **Território e Identidade:** o desmantelamento da terra africana e a construção da Angola colonial (c.1872-c1926). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003. p. 1-27.

HÉTU, B. Uma geomorfologia socialmente útil: os riscos naturais em evidência. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 83-98, 2003.

IBGE, Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil / IBGE, Diretoria de Geociências. - Rio de Janeiro: IBGE, 2011 176p.

IDEALIZA: **Incorporações e participações.** Projeto Laranjal. Peça Publicitária, Pelotas, 2011.

INSTITUTO NACIONAL BRASILEIRO SENADOR DR. JOAQUIM AUGUSTO DE ASSUMPÇÃO. **Fotografias antigas dos balneários do Laranjal.** Cidade, Ano.

JANES, M. Depoimento concedido à entrevistadora Keli Siqueira Ruas. Pelotas, junho de 2016. (moradora do Balneário dos Prazeres e dona de casa de religião Nação).

JAPIASSÚ, H; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia.** Terceira edição. Ed: Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 200.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais.** Rio de Janeiro: Ed: UERJ, 2001. P. 17- 44.

JODELET, D. **Les représentations sociales.** 5e éd. Paris: Presses Universitaires de France, 1997. 447 p.

JUNIOR, R. L. S. **O TERREIRO E A CIDADE:** ancestralidade e territorialidade nas políticas de ação afirmativa. Estudo de Sociologia. Revista do Programa de Pós-graduação da UFPE, V. 2n. 20 2014.
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235560/28527>

KESSELRING, T. **O conceito de natureza na história do pensamento ocidental.** Episteme, Porto Alegre, nº 11, p.153-172, jul/dez, 2000.

KOSBY, M. F. **Aqui nós cultuamos todas as doçuras. II Contribuição negra para a tradição doceira em Pelotas.** Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, 2007.

KOSBY, M. F. As religiões de matriz africana em Pelotas: Notas e imagens iconográficas. In: RUBIRA, L. Projeto LIC: **Gaia Cultura & Arte:** Economia, Educação e Turismo. Textos de Pesquisadores e Imagens da Cidade. – Pelotas/RS: Pró-cultura – RS / editora João Eduardo Keiber, 2014.

KOURY, M. G. P. Estilos de vida e individualidade. **Horizontes Antropológicos**, v. 16, n. 33, p. 41-53, 2010.

KOZEL, S. Expedição amazônica: desvendando espaço e representações dos festejos em comunidades amazônicas: **A festa do boi-bumbá: um ato de fé**. Curitiba: SK Editora, 2009. 346 p.

LADEIRA, M. I. **Espaço geográfico Guarani-Mbya**: significado, constituição e uso. EdUSP, 2008.

LARAIA, R. B. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

LE BOSSÉ, M. Les Question D'identité em Géographie Culturalle: quelque aperçus contemporains. In: **Géographie et Culture**, 31. 1999.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Paris: Antrophos, 2013.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 4ed. São Paulo: centaur, 2006. LEFEBVRE, H.. **Ideologia e Marx**. Forense: Rio de Janeiro, 1968.

LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LEFEBVRE, H. . **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178

LEFEBVRE, H. . **A Reprodução das Relações de Produção**. Tradução: Antônio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião - Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973. 115 p.

LEFEBVRE, H. . A sociedade burocrática do consumo dirigido. In: LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução Alcides J. de Barros. São Paulo: Ática, 1991. P.77-119.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **Perspectivas de la sociologia rural**: De lo rural a lo urbano. 3 ed. Barcelona: Ediciones Península. 1975, 61-84.

LUCKMANN, T. BERGER, P. L. **Modernidade, Pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LONER, B. A. **Classe operaria**: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937. Tese de doutorado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, POA, 1999.

LUSSAULT, M. **L'homme spatial**. La construction sociale de l'espace humain. Paris: Edition de Seuil, 2007.

MACEDO, S. S. **Paisagens, Urbanização e litoral**: do Éden à cidade. Tese de livre docência, Universidade de São Paulo, faculdade de arquitetura e urbanismo, 1993.

MACEDO, S. S. Paisagem, litoral e formas de urbanização. In: BRASIL, Ministério do Meio ambiente. **Projeto Orla**: Subsídios para um projeto de gestão. Brasília, p. 33-62, 2004.

MACEDO, S. S. . Litoral, Urbanização, ambiente e seus ecossistemas frágeis. **Paisagem & Ambiente**, São Paulo n. 12, p.151-232, 1999.

MACEDO, S. S. Paisagens, modelos urbanísticos e as áreas habitacionais de primeira e segunda residência. **Paisagem & Ambiente**, São Paulo n. 11, p. 131-201,1998.

MACEDO, S. S. **Gerenciamento Costeiro**: a inclusão do poder local nos processos de gestão pública. Pelotas: USEB, 2004.

MACEDO, S. S. Os Impactos da Política Urbana Sobre a Zona Costeira. Ministério do meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, secretaria de Coordenação dos Assuntos do Meio Ambiente, Brasília: MMA, 1995.

MADRUGA, A. M. **Litoralização**: da busca da liberdade ao consumo autofágico. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP: São Paulo, 1992.

MAESTRI FILHO, M. J. **O escravo Gaúcho, resistência e trabalho**. São Paulo, Brasiliense 1984

MAGALHÃES, M. O. **Opulência e cultura na província de são Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a cidade de Pelotas (1860-1890). Pelotas, UFPEL, 1993, p.119.

MANTEGA. G. **A economia Política Brasileira**. Ed. Vozes: Petrópolis, RJ, 1984.

MATIAS, K. N. C. Henri Lefebvre e a dialética da tríade: A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO. **Norus Novos rumos sociológicos**. V. 4, N. 6 (2016). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15210/norus.v4i6.9880>>. Acesso em: jan. 2017.

MATOS, E. A, C ; GRUBER, N. L. S. Os efeitos da atividade turística no litoral norte do Rio Grande do Sul. In: **Revista Para Onde?** Porto Alegre: PET/UFRGS, 2008 N. 5 (jul./dez. 2009)

MANZOLLI, R, P. **Geomorfologia do Complexo de Cordões litorâneos Lagunares do Pontal da Feitoria – Margem Oeste -Sul da Laguna dos Patos**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geociências, Porto Alegre, 2011.

MARICATO, E. **Brasil, Cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MARRONI, E. V.; ASMUS, M. L. **Educação ambiental da participação comunitária ao gerenciamento costeiro integrado**. Pelotas: editora da UFPel, 2003.

MARTINS, C; MACHADO, C. R. S. (Org.). **Leituras do pensamento de Henri Lefebvre: aproximações e desafios**. Editora da FURG: Rio Grande, 2011.

MARTINS, J. S. (Org). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, J. S.. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 3. ed. São Paulo: contexto, 2017.

MARQUES, L. Um Caminho para o Barro Duro. **Diário Popular**. 12 e 13 ago. de 2017.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.

MAZZILLI, C. (Direção). **O Barro Duro**. Documentário. Universidade Federal de Pelotas, 2013. Disponível em: <<https://vimeo.com/69910373>>. Acesso em: abr. 2016.

MELLO, M. A. L. **Reviras, Batuques e carnavais: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas**. Pelotas ED. Universitária UFPEL, 1994. 163.

MICELI, S. A força do sentido (Introdução). In. BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 3. Ed. São Paulo: perspectiva, 2007.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em Sociologia. In: THIOLENT, M. (Org.). **Crítica metodológica, investigação social & enquete operária**. São Paulo: Polis, 1982. p.191-211.

MMA (2006) - **Projeto Orla: fundamentos para a gestão integrada**. 74p., Ministério do Meio Ambiente (MMA) / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Brasília, DF, Brasil. ISBN: 8577380297. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/_arquivos/11_04122008111238.pdf>. Acesso em: jun. 2016.

MIRANDA, A. P. M.; BONIOLO, R. Em público é preciso se unir: Conflitos, Demandas e Estratégias Políticas entre Religiosos de Matriz afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro. **Religião e Sociedade**, 37 (2): Rio de Janeiro 2017, p. 86-119.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Orla: fundamentos para a gestão integrada**. Brasília, 2001.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a Gestão da Zona Costeira do Brasil**. São Paulo: Hucitec/ EDUSP, 1999.

MORAES, A. C. R. Classificação das praias brasileiras por níveis de ocupação: proposta de uma tipologia para os espaços praias. In: Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Orla: subsídios de um projeto de gestão**. p. 31-42, 2001

MORAES, A. C. R; ZAMBONI, A. **Construindo o conceito de orla marítima**. Brasília: MMA e MPO, 2004.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2007.

MORAES, M, R. Políticas Públicas e a fé afro-brasileira: uma reflexão sobre ações de um estado laico. **Ciências Sociais y Religión**, ciências sociais e religião, Porto Alegre, ano 14, nº 16, p. 39-59, 2012.

MORAES, M. A. **Umbanda territorialidade e meio ambiente: representações socioespaciais e sustentabilidade**. 2010, 156f. Dissertação de mestrado em Geografia. Instituto de Geografia Pontifícia do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2010.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 291p.

MOSCOVICI, S. Prefácio. In: JOCHELOVITCH, S; GUARESCHI, P. (Org.) **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social / Serge Moscovici: editado em inglês por Gerard Duveen: traduzido do inglês por Pedrinho Guareschi**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 398 p.

DA ROSA, V. Correa; GARCIA, M. Ocorrência de *Ulva* spp., *Polysiphonia* sp., e *Microcystis aeruginosa* nas praias do Saco do Laranjal, Pelotas, RS. **Revista Thema**, v. 10, n. 1, p. 122-137, 2013

MASCARENHAS, P: Depoimento concedido à entrevistadora K Ruas. Pelotas. Nov. de 2016. (Chefa do Executivo)

MUEHE, D. et al. Definição de limites e tipologias da orla sob os aspectos morfodinâmicos e evolutivo. In: **Projeto Orla: Subsídios de um projeto de gestão**. Ministério do Meio Ambiente: p. 11-30, 2001.

NASCIMENTO, A. H. **Coletânea: viagens, contos, pesquisa histórica**. Ed: Aimara Ltda. Pelotas, 1982.

NASCIMENTO, A. F. Turismo em Ilhabela: a proteção da natureza como *Álibi*. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos crise, Práxis e autonomia: Espaços de resistências e de esperança**. Espaço de Diálogos e práticas, Porto Alegre, realizado de 25 a 31 de julho de 2010.

NEVES, G. R. **A natureza na cartografia histórica do RS: mapas históricos ambientais do RS**. Instituto Histórico e Geográfico do RS, POA: metrópole, 2008.

NOVAES, S. C. **Paisagem Bororo – de terra a território**. In: NIEMEYER, A. M.; GOMES, E. P. (Orgs). *Além dos territórios*. Campinas: Mercado de Letras, 1998., p. 229-250.

O BARRO DURO. Direção: MAZZILLI, C. Direção de Fotografia MENDONÇA, L. MAZZILLI, C. Direção de Arte: KICKHOFFELL,T; ARAÚJO, T. Produções:

SOUZA, S; FERARI, G. Roteiro: REIGADA, D; SOUZA, S; KICKHOFFELL, T. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2013, Vimeo.com (15 min.). Disponível em: <<https://Vimeo.com/69910373>>. Acesso em: jun. 2015.

OÁSIS PRAIA CLUBE. **Projeto: Biblioteca Comunitária**. Pelotas, 2016.

OÁSIS PRAIA CLUBE. **Projeto: replantando o barro duro**. Pelotas, 2012-2016.

OÁSIS PRAIA CLUBE. **Projeto: Tornando Jovens Ecologistas**. Pelotas, 2016.

OLIVEIRA, Alini Nunes de and CALVENTE, Maria Del Carmen Matilde Huertas. **As múltiplas funções das festas no espaço geográfico**. Interações (Campo Grande) [online]. 2012, vol.13, n.1, pp.81-92

OLIVEIRA, M. C. **Representações sociais do turismo na Praia do Campeche - Ilha de Santa Catarina**: por uma abordagem interdisciplinar. Florianópolis, 2003. 1 v. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

OLIVEIRA, P. S. (Org.) **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 1998.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**. 2 ed. Brasília: Paralelo 15. São Paulo: Unesp, 2006.

OLIVEIRA, V. Figueira do Barro Duro. **Diário Popular**. Pelotas, 04 fev. de 2001.

OLIVEIRA, V. Meu nome: Vila Residencial Nossa Senhora dos Prazeres: meu apelido – Barro Duro. **Diário da Manhã**, 2012.

OLIVEIRA, V. Prazeres: Moradores Preocupados com Proteção Ambiental. **Diário da Manhã**. Pelotas, 04 fev. 2001.

OLIVEIRA, Vr. Depoimento concedido à entrevistadora K. Ruas, Pelotas, Nov. de 2016

OLIVEN. R. G. **A parte e o todo**: A diversidade Cultural no Brasil –nação. 2ªed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2006.

ORDOÑEZ. L. L. Ecosystem services and use of Afro-descendant land in the Colombian North Pacific: Transformations in the traditional production system. Elsevier, 2017. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837717306622#!>>. Acesso em: mar. 2018.

ORNEL. A. Informativo de ações direcionada aos templos religiosos. Material de divulgação, S/D.

ORO, A. P.. Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul: passado e presente. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, nº 2, p. 345-384, 2002.

ORTIZ. R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

PAULET. J. P. **Mundialização**. Tradução de Celina Porto Carrero. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Lei Nº 4.019 de 24 de novembro de 1995**. Institui a Semana de Umbanda e das Religiões Afro-brasileiras no Município de Pelotas. Pelotas, XXXX.

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. Emenda-Orçamento 2016. Atividade 13.392.0111.2047,00. Cultura: Expressão Simbólica Cidadã. Dez. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Lei nº. 2565/1980**. Institui o II Plano Diretor de Pelotas e estabelece diretriz e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no município de Pelotas, e dá outras providenciais. Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, 1980.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Lei nº 4336 de 18 de dezembro de 1998**. Declara de valor paisagístico e ecológico a Mata do Totó, localizada no Balneário do Laranjal e Barro Duro. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislação/leis/antigo/L1998/Lei_n_4.336.p>. Acesso em: 10 nov. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Lei nº. 5.502/2008**. Institui o III Plano Diretor de Pelotas e estabelece diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no município de Pelotas, e dá outras providenciais. Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária. **Projeto realizando sonhos/regularização fundiária**. Ocupação Praça Aratiba, Bairro Barro Duro. Número do Processo: MEM/ 009837/20017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Plano Diretor de Pelotas PDP**. Pelotas: ORPLAN, 1967.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Plano Diretor de Pelotas PDP**. Pelotas: ORPLAN, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Lei nº 5.5002 de 11 de setembro de 2008**. Institui o III Plano Diretor de Pelotas **PMPel**. Disponível em: <<http://www.pelotas.com.br>>. Acesso em: 20 set. 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Moção de Repúdio à ação de vandalismo e intolerância religiosa que resultaram no incêndio da imagem de Iemanjá, localizada no Balneário dos Prazeres**, 31 de out. de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Projeto de Lei de 20 de abril de 2017**. Declara Patrimônio Cultural e Religioso do Município de Pelotas a Gruta de Iemanjá e dá outras providencias. Pelotas, 2017.

PESAVENTO, S. J. A construção de uma Porto Alegre imaginária - uma cidade entre a memória e a história. In: GRIJÓ, L. A. et al (Org.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Cap. 7. p. 179-208.

PESAVENTO, S. J. **Os Excluídos da Cidade**. Cadernos Ponto e Vírgula. Porto Alegre, n. 11. P.80-89, 1995.

PESSOA, M. L. **A balneabilidade nas praias do saco do Laranjal, Laguna dos Patos, e a expansão urbana do município de Pelotas, Rio Grande do Sul**. Monografia (conclusão de curso de Bacharel em Geografia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PINTAUDI, S. M; VASCONCELOS, P. A; CORRÊA, R. L. **A cidade Contemporânea Segregação Espacial**, São Paulo: Contexto, 2013.

PIRES, C. L. Z. et al. O Sagrado e o território: da ancestralidade à atualidade no Quilombo dos Alpes- Porto Alegre- RS. IN: PIRES, Cláudia L. Z.; HEIDRICH, A.; DA COSTA, B. P. (Org.) **Pluralidade dos sujeitos representações e ações no território**. Porto Alegre: Compasso Lugar- Cultural. 2016. P. 179-197.

PIRES, E. L.S; MÜLLER, G; VERDI, A. R. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 3, p. 437-454, 2006.

POLETTE, M. Aspectos metodológicos para a implementação de uma política pública como base conceitual para o gerenciamento costeiro. In: SANTOS, José, E. dos. Et al. (Org.). **Faces da Polissemia da paisagem: ecologia, planejamento e percepção**. São Carlos, RMA, 2004,p.409.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.5 n.10, p. 200-212, 1992.

PONTO DE CULTURA DA UCPEL. **Fotografias antigas dos balneários do Laranjal**. Porto Alegre, 12 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.correiodopovo>>. Acesso em: dez. 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Casa Civil. **Lei nº. 7.661/88**. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Publicada no Diário Oficial da União de 18 de Maio de 1998, Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7661.htm>. Acesso em: out. 2016.

PROJETO ORLA. **Guia de implementação**. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Qualidade Ambiental; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria do Patrimônio da União, 2005.

PROJETO ORLA. **Subsídios para um Projeto de Gestão**. MORAES, A. C; ZAMBONI. A. (Org.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente – Projeto Orla, 2004.

QUEIJO, D. Uma Nova estrada para ir e voltar à praia do Laranjal. **Diário Popular**, 30, jan. 2016, p.6.

RADAM BRASIL. **Levantamento de Recursos Naturais:** Mapas geológicos, geomorfológicos, solos, vegetação. Folhas SH. 22 Porto Alegre e parte das folhas SH. 21 Uruguaiana e SI. 22 Lagoa Mirim. IBGE, 1986.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. Space, territory, and territoriality. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 30, n. 1, p. 121-141, 2012.

RAFFESTIN, C. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: **Cahier Groupe Reseaux**, nº 7, 1987, p. 2-22.

RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

RAMÍREZ, V. B. Lefebvre y la producción del espacio. Sus aportaciones a los debates contemporáneos. **Revista Veredas**, n. 8, p. 61-73, 2004

RAMOS, D. R. **A invenção da praia e a produção do espaço:** dinâmicas de uso e ocupação do litoral do ES. Dissertação de Mestrado, 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo.

RELPH, E. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, v.4, n.7, AGETEO, Rio Claro, São Paulo, 1979.

RIEUCAU, J; LAGEISTE, J. La plage, un territoire singulier: entre hétérotopie et antimonde. **Géographie et cultures**, n. 67, p. 3-6, 2008.

RIGO, L. C. et al. **Notas etnográficas sobre o futebol de Várzea.** Movimento, Porto Alegre. V.16, n. 3 p.155-179, julho/setembro de 2010.

ROSENDAHL, Z. **Espaço e Religião:** uma abordagem Geográfica. 2ª ed. Rio de Janeiro, UERJ, NEPEC, 1996.

ROSENDAHL, Z. Território e territorialidade: Uma perspectiva Geográfica para o Estudo da Religião. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Z. **Geografia:** temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005. p. 191-226.

RUAS, K. S. **A orla lagunar de Pelotas:** conflitos ambientais atores e processos. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

RUAS, K. S. **Sustentabilidade Econômica e Socioambiental na Colônia de Pescadores Z-3, Pelotas-RS.** Monografia de conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

RUAS, K. S. Representações e vínculos com o território e a paisagem da pesca artesanal na Colônia Z-3, Pelotas, RS. Comunicação apresentada no **Encontro Internacional Humboldt**, Rio Grande/Pelotas, 2017.

SACK, R. D. **“O significado de territorialidade”.** In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Orgs.) Florianópolis: Editora Insular, 2011, p. 63-89.

SACK, R. D. **Homo geographicus**: a framework for action, awareness, and moral concern. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

SACK, R. D. **Human Territoriality**: its teory and History. London: Cambridge Univerity Press, 1986.

SAHR, W. D. Ação. EspaçoMUNDOS. A concretização de espacialidades na Geografia Cultural. **Espaços Culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, v. 425, p. 33-57, 2008.

SALAK. Kira. O rio dos espíritos. **National Geographic Brasil**. Edição de aniversário, editora Abril, São Paulo: maio de 2006.

SALES JÚNIOR, R. L. O território e a cidade: Ancestralidade e territorialidade nas políticas de ação afirmativas. Estudos de sociologia. **Revista de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, 2014, vol. 2, n. 20.

SANTOS, D. O paraíso é logo ali. **Diário Popular**, Pelotas, 9 fev. 2015. P.8.

SANTOS, D. Pelas águas da Lagoa, Prazeres ameaçados. **Diário Popular**, Pelotas,

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. De; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Heutec, 1994, p. 15-20.

SANTOS, P. P. ; VILAR, J. W. C. Território e conflitos ambientais do turismo de segunda residência na APA litoral Sul (SE). **Ateliê Geográfico - Goiânia**, v. 7, n. 2, p. 44-70, ago. 2013.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. Expressão Popular: São Paulo, 2007.

SAQUET, M. A. Estudos territoriais na ciência Geográfica. Outras Expressões, 2013.

SAQUET, M. A; SPOSITO. E. S. (ORG.) Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª edição. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2009

SCHERE, M., SANCHES, M. N, D.H; “Gestão das zonas Costeiras e as políticas públicas no Brasil: Um diagnóstico, Em Barragán Muñoz J.M. (Coord.), **Manejo costeiro integrado y Política em Iberoamerica: Um diagnóstico, Necessidad de Cambio**. Red IBEMAR (CYTED), Cadiz, P. 292-330.

SCHERER, M. Gestão de praias no Brasil: subsídios para uma reflexão. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, v. 13, n. 1, p. 3-13, 2013.

SCHERER, M; Filet, M.; Poleti , A; Gruber, N.. Documento nacional de propostas: Brasil. In: Barragán Muñoz, J. M. (Coord). **Manejo Costeiro Integrado y Política Pública em Ibero-america**: Propuestas para la acción. Red IBEMAR (CYTED), Cadiz, págs. 219-238, 2011.

SCHERER, Marinez; SANCHES, Manuel; NEGREIROS, D. H. Gestão de zonas costeiras e as políticas públicas no Brasil: um diagnóstico. In: Barragán Muñoz J. M.

(Coord.). **Manejo Costero Integrado y Política Pública em Iberoamérica: Un diagnóstico. Necesidad de cambio.** Cádiz, Espanha: Red IBERMAR (CYTED), p. 291-330, 2009.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP – Espaço e tempo**, São Paulo, v.32, p.89-109, 2012.

SCHMID, C. Teoria das representações em Henri Lefebvre: Por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia. **GEOUSP- Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 487-495, 2014.

SCNEIDER, T. Devastação na Mata Atlântica do Totó só aumenta. **Diário Popular**, 16, fev. 2010, p.?

SEABRA, O. C. L Territórios do Uso: Cotidiano e modo de Vida. **Revista Cidades**. v. 1, n. 2, 2004, p.181-206.

SEELIGER, U; CORDAZZO, C; BARCELLOS, L. **Areias do Albardão: um guia ecológico ilustrado do litoral no extremo sul do Brasil.** Rio Grande: Ecoscientia, 2004.

SENNET, R. **O declínio do homem público: As tiranias da intimidade.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

SERPA, A. (Org.). **Espaços culturais.** Vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008.

SERPA, A. (Org.) **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações.** EDUFBA: Salvador, 2008.

SERPA, A. Por uma geografia das representações sociais. **OLAM-Ciência & Tecnologia Rio Claro/SP, Brasil**, v. 5, n. 1, p. 220, 2005.

SILVA, A.C. **De quem é o Pedaco – Espaço e Cultura.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.

SILVA. C. A. et al. **Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço.** Rio de Janeiro: Consequência, 2004.

SILVA. E.S. **Degradação ambiental no Balneário dos Prazeres, Pelotas-RS.** TCC apresentado ao curso de Geografia da UFPEL, 2007.

SILVA. J. R. As representações na obra de Henri Lefebvre: Aporte teórico para um estudo sobre a produção / circulação de representações sobre os negros na escola brasileira. In: MACHADO. C. R.; MARTINS. C. (Org). **Leituras do pensamento de Henri Lefebvre: aproximações e desafios.** Rio Grande: Ed. FURG, 2011.

SILVA. J. R; PERES, L. M. V. O imaginário das mulheres negras silenciadas: Um universo de símbolos e sentidos. **Educação Unisinos**, v. 12, n. 1, p. 28-34, jan./abril 2008.

SILVEIRA, M. H. V. **Odara: fantasia e realidade**. Porto Alegre: Grupo Editorial Rainha Ginga, 1993.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, P. R. R. A morfologia urbana e o período crítico. In: MACHADO, C. R.; MARTINS, C. (Org.). **Leituras do pensamento de Henri Lefebvre: aproximações e desafios**. Rio Grande: Ed. FURG, 2011.

SOARES, P. R. R. **Del proyecto urbano a la producción del espacio: morfologia urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil (1812-2000)**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2002. Teseis Doctoral (Geografia Humana).

SOLER, A. P. Depoimento concedido à entrevistadora K. Ruas. Pelotas, jan. de 2011. (Ambientalista).

SOLER, A.P. Depoimento concedido à entrevistadora K. Ruas. Pelotas, maio de 2016. (Ambientalista).

SOLER, C. P. Antônio. Últimas Paisagens. **Jornal Diário da Manhã**, Pelotas, p. 02 – 03, 30 dez. 1997.

SOLER, C. P. Barro Duro: reserva esquecida da biosfera. **Jornal Diário da Manhã**, Pelotas, 07 dez. 1996.

SOUZA, M. L. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, M. L. Semântica Urbana e Segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade "empresarialista". In: VASCONCELOS, P. A.; CORREA, R. L. C. **A cidade contemporânea—segregação espacial**. São Paulo: Contexto, p. 127-146, 2013.

SOUZA, M. A. A. **A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1994. 257p.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SUERTEGARAY, D. M. A. Notas sobre epistemologia da geografia. **Cadernos geográficos**. Florianópolis: Imprensa Universitária, v. 23. n. 12, 2005.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Terra: Feições Ilustradas**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2003.

THIOLLENT, M. (Org.). **Crítica metodológica, investigação social & enquete operária**. São Paulo: Polis, 1982

THOMPSON, P. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOMAZELLE, L. J; VILLWOCK, J. A. O cenozoico no Rio Grande do Sul: geologia da Planície Costeira. In: HOLZ, M. de ROS, L. F. (Eds). **Geologia do Rio Grande do Sul Porto Alegre**: CIGO/Editora da UFRGS, p. 375-406, 2000.

TOMAZELLI, L. J. e VILLWOCK, J. Geologia do sistema lagunar holocênico do litoral norte do Rio Grande do Sul, Brasil. Pesquisas. Porto Alegre. 18 (1), 1991. pp. 13-24

TOURAINÉ, A. **Crítica da Modernidade**. Tradução: Elia Ferreira Edel, Petrópolis: Ed Vozes, 2002.

TRINDADE JUNIOR, S. C. Entre o público e o privado: agentes e estratégias de apropriação do espaço na orla fluvial de Belém Pará/ (Brasil). **Scripta Nova Revista Electronica de Geografia y Ciências Sociais**, Barcelona, Vol. IX, num, 194, 02/ ago. Barcelona, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

STROHAECKER, T. M. **A Urbanização no litoral norte do estado do Rio Grande do Sul: contribuição para a gestão urbana ambiental do município de Capão da Canoa**. Tese (doutorado em geociências) Curso de pós-Graduação em geociências, Instituto de geociências, Universidade Federal do Rio Grande do sul, Porto Alegre, 2007, 2 v.

TUAN, Y.F. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

TUAN, Y. F. **Topofilia: Um estudo da percepção, Atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo, DIFEL, 1980, 288p.

UEDA, V.; VIGO, M. A. Recuperação do ambiente natural e urbano da Lagoa dos Patos em benefício do desenvolvimento da atividade turística em Pelotas/RS. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 98-107.

VASCONCELOS, F. P. **Gestão integrada da zona costeira: ocupação antrópica desordenada, erosão, assoreamento e poluição ambiental do litoral**. Fortaleza: Prêmio, 2005.

VASCONCELOS, P. A. A utilização dos agentes sociais nos estudos de Geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO. M. E. B. (Orgs.), **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

VASCONCELOS, M. Erosão retorna ao Balneário dos Prazeres mesmo com obra do SANEP. **Diário Popular**, versão digital. Pelotas, 02.out. 2013.

VELÁSQUEZ, B. R. Lefebvre y la producción del espacio. Sus aportaciones a los debates contemporáneos. **Revista Veredas**, n. 8, 2004.

VIEIRA, S. G. **A cidade fragmentada**: o planejamento e a segregação social do espaço urbano em Pelotas. Pelotas: Ed. UFPel, 2005.

VIEIRA, S. G et al. Territorialidade e Identidade no Bairro São Gonçalo em Pelotas, RS. **Dia do Patrimônio Pelotas, RS. Territórios daqui: identidades e pertencimento**. Pelotas, 18,19 e 20 de agosto de 2017.

VIEIRA, E. F. **Rio Grande do Sul**: geografia física e vegetação. Porto Alegre: Sagra, 1984.

VILLWOCK, J. A.; TOMAZELLI, L. J; TÉCNICAS, Notas. Geologia costeira do Rio Grande do sul. **Notas técnicas**, v. 8, p. 1-45, 1995.

VIOLA, E. J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): Do Ambientalismo a Ecológica. **Revista brasileira de ciências Sociais**, v.1, n. 3, 1987.

WALDMAN, M; COIMBRA, J. A. A. **Meio ambiente & antropologia**. Editora Senac São Paulo, 2006.

WARNIER. J. P. **A mundialização da Cultura**. Bauru: Edusc, 2000.

ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K., PEREIRA, D.B. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZUNINO, H. M; HIDALGO, R. En busca de la utopía verde: migrantes de amenidad en la comuna de pucón, IX Región de la Araucanía, Chile. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº.331.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Lista de trabalhos acadêmicos com diversas abordagens enfocando o Balneário dos Prazeres.

Ano	Autor	Título	Fonte	Tipo	Tema
2000	Andrea Fischer; Lauro Júlio Calliari	Evolução da Linha de Costa e variações Morfológicas das praias do Saco do Laranjal: Costa noroeste do Estuário da Laguna dos Patos - RS	Pós-Graduação em Engenharia Oceânica e Laboratório de Oceanografia Geológica - LOG/ FURG	Artigo	Alterações associadas à processos morfológicos da linha de costa entre 1980-1995.
2000	José Cristiano R. da Nova Cruz	Projeto Parque Ecológico dos Prazeres	TCC - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Pelotas	TCC	Contensão da erosão costeira
2007	Eder Silveira da Silva	Degradação ambiental no Balneário dos Prazeres	TCC apresentado ao Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL	TCC	Degradação Ambiental no Balneário dos Prazeres.
2008	Marília Floôr Kosby	Cruzamentos, territórios e patrimônio religioso: sobre a doçura como referência cultural nas comemorações de Iemanjá e Nossa Senhora dos Navegantes nas praias do Laranjal, Pelotas/RS	Cadernos de campo, São Paulo, n. 17, p. 27-36, 2008.	Artigo	Território e patrimônio religioso.
2009	Rachel Lazzarotto; Maurício Couto Polidori; Ester Judite Bendjouya Gutierrez	Estância Nossa Senhora dos Prazeres no contexto da origem do bairro Laranjal	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ Programa de Educação Tutorial - UFPEL	Apresentação de trabalho - Banner	Histórico da Estância Nossa Senhora dos Prazeres.
2011	Carla Silva de Ávila	“Com licença, meu senhor, eu vou saudar Iemanjá”: a interface entre cultura, religião e política nas festividades de Iemanjá/Pelotas - RS	Anais do III Encontro Nacional do GT história das religiões e das religiosidades – ANPUH - Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan./2011. ISSN 1983-2859. Disponível em:	Artigo	Religiões e religiosidade;

2014	Alessandra Buriol Farinha; Cláudio Baptista Carle.	Diversidade religiosa e o patrimônio imaterial: Navegantes e Iemanjá em Pelotas – RS.	http://www.dhi.uem.br/gtreilgiao/pub.htm Expressa Extensão. Pelotas, v.19, n.1, p. 81-92, 2014.	Artigo	Devoções a Nossa Senhora dos Navegantes e em Iemanjá, explicitadas em festividades que ocorrem no dia 2 de fevereiro em Pelotas – RS
2014	Fabírcia Holz Dias.	Festa, ambiente e degradação: Aspectos sobre as festividades para Iemanjá, no Balneário dos Prazeres em Pelotas (RS).	Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau superior de Tecnólogo em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal Sul-riograndense de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Pelotas – Visconde da Graça.	TCC	Festa de Iemanjá e degradação ambiental
2014	Cristiane Bartz de Ávila; Maria de Fátima Bento Ribeiro.	Mito de Níro e Educação Patrimonial: entre história e ficção, aspectos da cultura afro-brasileira são estudados.	Cadernos do Leparq Vol. XI n°22 2014.	Artigo	O uso do Mito como instrumento didático pedagógico para o cumprimento da lei 11645/2008, que versa sobre o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas.
2014	Juliano Silva da Silva.	Recanto dos Orixás: um lugar para valorização afro-brasileira na cidade de Pelotas e preservação ambiental	Monografia apresentada ao Programa de Pós-graduação lato Sensu em Educação Ambiental da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Educação Ambiental.	TCC	Criação de um espaço para a valorização cultural e histórica do povo Afro em Pelotas. Apresenta os orixás cultuados e os problemas com as oferendas na cidade de Pelotas.
2015	Isabel Soares Campos	Os prazeres do Balneário Sob as bênçãos de Iemanjá: Religiões Afro-brasileiras e Espaço Público em Pelotas (RS)	Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL	Dissertação	A problemática das manifestações religiosas afro-brasileiras no espaço público.
2017	Haydee beatriz Escudero; Eduarda Rocha; Carolina Clasen; Carolina Hitter; Helena Mochales	Projeto “cartografia de comunicação Barro Duro – Pelotas”	Projeto de Extensão da Universidade Federal de Pelotas, no marco da estância pós-doutorado de intercâmbio acadêmico entre as universidades Nacional da Patagônia, Sam Juan Bosco e UFPEL.	Informe relatório	A segurança ou insegurança no Bairro Balneário dos Prazeres.

2018	Mara Regina da Silva Nunes; Alice Jean Monsell.	Contexto e memória Balneário dos Prazeres Pelotas-RS	Artigo apresentado no XVI seminário da História da Arte Centro de Artes Universidade Federal de Pelotas	Artigo	Resgate da História da comunidade, memória do lugar, realidade atual em situação ambiental de erosão, poluição e destruição da mata.
-------------	--	--	---	--------	--

Apêndice B - Urbanização exclusiva no litoral lagunar de Pelotas

Ano	Empreendimento	Tipo	Incorporador	Lotes	Localização
1982	Marina Ilha verde	Loteamento de alto padrão	INatura		Arroio Pelotas
1982	Las Acácias	Bairro Privado	Gonzalo Figueroa		Estrada do Laranjal
1986	Vila Assumpção I	Loteamento de alto padrão	Imobiliária Real		Estrada do Laranjal
1989	São Conrado	Condomínio fechado	M ^a Assumpção Gertum		Estrada do Laranjal
1991	Vila Assumpção II	Loteamento de alto padrão	Imobiliária Real		Estrada do Laranjal
1995	Vila Bela	Loteamento de alto padrão	RCM		Estrada do Laranjal
	Golden Village	Loteamento de alto padrão	D. Rolin, de Moura		Estrada do Laranjal
1995	Costa Doce	Condomínio fechado	SPO		Balneário Laranjal
2003	Bougainville Residência	Loteamento Planejado	Ferreira & Siewerdt	92 unidades	Estrada do Laranjal
2011	Villa Guilhermina	Loteamento Villa Guilhermina	Imobiliária Green Horse Ltda	64 unidades	Balneário Laranjal "Na beira da praia"
2014	Vila Judith	Loteamento de alto padrão	Fernando Otávio Assumpção Gertum	45 unidades	Balneário Laranjal Av. Adolfo Fetter n. 5920
2014 fase 1 2015 fase 2	AlphaVille Pelotas / Veredas altos do Laranjal	Condomínio horizontal de alto padrão	Idealiza empreendimentos imobiliários	550 unidades residenciais e 10 comerciais	Balneário Laranjal Av. Adolfo Fetter
	Greenville 1 Greenville 2		ACPO		Balneário Laranjal
2016	Serena	Mini bairro condomínio fechado	Cadiz construções		Av. Adolfo Fetter
2014	Dom Domingo Marine	Condomínio fechado	Eduardo Lang imóveis e		Adolfo Fetter nº 355 – Laranjal
2016	Colina Verde	Loteamento de alto padrão	Daniel Vanti Duarte e Sabrina Ferreira Gomes		Balneário Laranjal Mimosas Assumpção
2016	Residencial Arroio Pelotas	Loteamento de alto padrão	Novarini Engenharia e Construções Ltda		Laranjal – Vila da Palha
Em construção	Amarílis	Loteamento de alto padrão	Novarini Engenharia e Construções Ltda	515 unidades	Laranjal - Av. Adolfo Fetter

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Prefeitura Municipal de Pelotas

APÊNDICE C - TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de pós-graduação no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na modalidade doutorado. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do professor Dr. Álvaro Luiz Heidrich cujo objetivo é explicar o espaço social do Balneário dos Prazeres a partir das diferentes formas de apropriações usos e representações do espaço, que desencadeiam conflitos no lugar.

Sua participação contribui para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Caso tenha dúvidas em relação à pesquisa entre em contato com a pesquisadora pelo fone (53) 999452829 ou com o programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, fone (51) 33086347.

Eu _____ carteira de identidade nº _____ declaro que concedo os direitos de minha entrevista gravada e fotografia para o trabalho de tese de doutorado da estudante Keli Siqueira Ruas a ser apresentado ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e limites de citações para fins acadêmicos.

Assinatura

Pelotas, _____, dezembro de 2018

ANEXO

SEXTA-FEIRA 26/05/2017

18:00h - ABERTURA OFICIAL
Apresentações Artísticas
Degustação de Caldo

19:30h - ABERTURA SOLENE
Homenagem Troféu "Mão Amiga do Meio Ambiente". Dedicada à pessoas e empresas que se destacaram em 2016 em prol do Meio Ambiente e Turismo.

20:00h - PALESTRAS
Meio Ambiente
Turismo



SÁBADO 27/05/2017

08:00h - INÍCIO DAS ATIVIDADES
Mateada
Exposições Diversas
Praça de Alimentação
Programações livres extendidas durante o dia.

10:30h - TRILHA SELVAGEM COM ESCUNA
(lotação mínima de 15 passageiros)
Saída: IV FEMAT

Destino: Mata Atlântica do Barro Duro e Totó
Duração: 02:00h
Percurso: Saída da IV FEMAT embarcado até a Mata Atlântica Barro Duro onde começará a trilha a pé pela mata até a ponte do Totó onde se dará o retorno embarcado.

13:00h - FESTIVAL DE PANDORGAS
Cada participante deverá levar o seu material ou comprar no local.
Será disponibilizado bancada e acessórios para a confecção das pandorgas.

14:30h - TRILHA CULTURAL (a pé)
Saída: IV Festival
Destino: Fazenda N. Sra. dos Prazeres
Percurso: IV Festival - Orla da Praia em direção ao Barro Duro - Fazenda N. Sra. dos Prazeres.

17:00h - PALESTRAS E DEBATES
Meio ambiente
Turismo
Apresentações livres



www.femat.pelotasvip.com.br

DOMINGO 28/05/2017

09:00h - INÍCIO DAS ATIVIDADES
Mateada, exposições diversas, praça de alimentação, programações livres extendidas durante o dia.

09:00h - INSCRIÇÕES MARATONA - 5 Km.
Saída: IV FEMAT
Chegada: IV FEMAT
Percurso: IV FEMAT - Orla da Praia em direção ao Barro Duro - Pça. Aratiba - Av. Amazonas - Av. Adolfo Feiter - Av. José M. Fontoura - Av. Antonio Augusto de Assunção - IV Festival.

10:30h - INÍCIO MARATONA

11:00h - ALMOÇO PARADISIACO COM ESCUNA (com ESCUNA até Colônia de Pescadores Z3. No mínimo 15 passageiros)
Saída: IV FEMAT - Com escuna.
Destino: Colônia de Pescadores Z3
Duração: 02:30h
Percurso: Saída da IV FEMAT embarcado até a Colônia de Pescadores Z3.

13:00h - FESTIVAL DE PANDORGAS (Idem)

13:00h - INSCRIÇÕES DESFILE DE BICICLETAS (tema ambiental)

15:00 INÍCIO DO DESFILE DE BICICLETAS (tema ambiental)
Saída: IV FEMAT
Destino: IV FEMAT
Percurso: Ida e volta até o Trapiche pela Av. Antonio Augusto de Assunção.

16:00h - ENTREGA DE PREMIAÇÕES
Maratona: Medalhas até a 3ª classificação e certificado até a 10ª classificação com as categorias lebre, tartaruga e caracol.
Desfile Bicletas: Troféu 1ª, 2ª e 3ª classificação.